



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



INSTITUTO DE FÍSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS

**SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO MATO
GROSSO DO SUL (SisEA/MS): POSSIBILIDADES DE CONTRIBUIÇÕES PARA AS
POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL ESTADUAL**

MARIA RITA MENDONÇA VIEIRA

CAMPO GRANDE-MS
2022



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



INSTITUTO DE FÍSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS

**SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO MATO
GROSSO DO SUL (SisEA/MS): POSSIBILIDADES DE CONTRIBUIÇÕES PARA AS
POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL ESTADUAL**

MARIA RITA MENDONÇA VIEIRA

Tese apresentada ao Programa Pós-Graduação em Ensino de Ciências da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, área de concentração em Educação Ambiental, do Programa de Pós- graduação em Ensino de Ciências, sob a orientação da Profa. Dra. Angela Maria Zanon

CAMPO GRANDE-MS

2022

VIEIRA, M.R.V. Sistema Estadual de Informação em Educação Ambiental do Mato Grosso Do Sul (SisEA/MS): Possibilidades de Contribuições para as Políticas Públicas em Educação Ambiental Estadual. 2022. 423 p. Tese (Doutorado em Ensino de Ciências – Educação Ambiental). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande-2022.

Banca Examinadora

Aprovado em:

Profa. Dra. Angela Maria Zanon
Presidente da banca/Orientadora – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Sylvio Luiz Andreozzi
Membro externo da banca – Universidade Federal de Uberlândia

Profa. Dra Synara Olensk Broch
Membro externo da banca – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Profa. Dra Suzete Rosana de Castro Wiziack
Membro interno da banca – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Profa. Dra. Patricia Helena Mirandola Garcia
Membro interno da banca – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Profa. Dra. Icléia Albuquerque de Vargas
Suplente da banca – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Ao meu pai Pedro Luiz de Sales Vieira (*in memoriam*) e igualmente as crianças, jovens, adultos e idosos vítimas de uma pandemia chamada negligência e que foram destinados a uma não despedida sem familiares, amigos/as, sem flores, sem homenagens.

Em tempos de negacionismo, pandemia e guerra... é preciso esperar.

“... É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperar é se levantar, esperar é ir atrás, esperar é construir, esperar é não desistir! Esperar é levar adiante, esperar é juntar-se com outros para fazer de outro modo...” Paulo Freire.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pelo dom da vida e, por todas as graças alcançadas.

Gratidão a minha família que sempre me apoiou em todas as minhas decisões. A minha mãe, Rosângela, e meu pai, Pedro (*in memoriam*), por todo esforço dedicado a minha formação, pelo incentivo e estímulo para a continuidade dos meus estudos. Ao meu irmão André, e minha sobrinha, Maria Fernanda, aos meus cunhados e sogros pelo carinho e compreensão dos momentos ausentes.

Em especial, ao meu esposo, Juan, e filho, Joaquim, por todo amor e parceria neste projeto de vida, minhas sinceras desculpas pela ausência. A vocês respiro, inspiro e dedico todo meu amor, sem vocês nada disso seria possível.

Em especial, aos professores do PPEC – UFMS, que ao longo das disciplinas, debates nos grupos de pesquisa e momentos de estudos contribuíram para a minha formação, e significativamente para o desenvolvimento deste doutoramento.

Obrigada a todos os amigos que me ajudaram de alguma forma, seja apoiando ou com palavras de incentivo. Aos colegas do doutorado e do trabalho que viveram intensamente essa jornada, um tanto quanto pesada no intercorrer da pandemia.

Meus agradecimentos aos professores da banca que gentilmente aceitaram o convite e, através de suas contribuições ajudaram para tirar o melhor do trabalho.

Por fim, gratidão a minha orientadora Profa. Dra. Angela Maria Zanon, que a todo o momento, seja nas horas de orientação e durante as disciplinas, esteve paciente, cuidadosa, e generosamente disponível para que este sonho se tornasse realidade. Por ter acreditado em mim, quando eu mesma cheguei a duvidar. Por toda a sua dedicação e competência, por todos os e-mails enviados e recebidos. Meu eterno muito obrigada!

RESUMO

No âmbito da Educação Ambiental (EA) não formal, o estado do Mato Grosso do Sul (MS), através do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL), vem inserindo a EA no contexto da Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul (PEEA/MS) e seus instrumentos: o Sistema Estadual de Informação em Educação Ambiental (SisEA/MS), o Programa Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul (ProEEA/MS), a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA/MS) e o Diagnóstico Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul (Deea/MS). O SisEA/MS trata-se de um banco de dados eletrônico e está fundamentado nos objetivos de democratização das informações ambientais, citados pelo artigo 5º da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), para promover o cadastro, a integração, a sistematização, a análise e o acompanhamento de programas, projetos, campanhas e demais ações de EA, sejam na esfera pública ou privada, a partir de diferentes demandas do Processo de Licenciamento Ambiental do Estado, do Programa ICMS Ecológico, e de forma espontânea, por agentes interessados em registrar as ações desenvolvidas. A pesquisa teve como objetivo geral analisar a possibilidade de contribuições do SisEA/MS para o panorama da EA no MS e seus reflexos para a implementação da Política Estadual de Educação Ambiental do Mato Grosso do Sul. A pesquisa é de natureza quanti-qualitativa, com análise documental das políticas públicas, de manuais, e demais publicações e conteúdos das propostas em EA, registrados no SisEA/MS, entre os anos de 2015 à 2020. Na abordagem qualitativa foi adotado com referencial metodológico a partir da Análise do Discurso (AD) (PÊCHEUX, 1990), em uma perspectiva crítica da Educação Ambiental Crítica (EAC). Os resultados apontam a importância do aperfeiçoamento tecnológico, aprimoramento do uso do banco de dados, bem como sua regulamentação nas políticas públicas para a consolidação desse instrumento da PEEA/MS, ao garantir seu caráter permanente nas políticas públicas estaduais. As análises demonstram um volume expressivo de propostas realizadas a partir do “Programa ICMS Ecológico” em relação às demais demandas, com uma variedade de práticas e metodologias utilizadas, fundamentadas tanto na vertente crítica como na conservadora da EA. Entretanto, foi verificada uma tendência à realização de ações com o público-alvo escolar e em uma perspectiva da corrente conservadora da EA, na qual os objetivos se deram na busca de uma mudança comportamental mediante ações pontuais, especialmente em datas comemorativas ecológicas, e podem relacionar-se à metodologia de avaliação das ações em EA vigente na “Tábua de Avaliação Qualitativa do Programa ICMS Ecológico”. Podemos considerar que novos parâmetros de avaliação poderão romper com o círculo de ações pontuais e colaborar teoricamente para uma tendência crítica da EA, ao fomentar a instrumentalização das prefeituras para uma melhor gestão ambiental. O SisEA/MS, enquanto política pública, é considerado um marco na regulação da EA no MS, e apresenta inúmeras possibilidades para o avanço da EA e a consolidação dessa área do conhecimento como política pública, ao contribuir para a identificação dos limites e potenciais deste campo do conhecimento e em futuros estudos sobre o panorama da EA no MS, que resultarão em práticas educativas que busquem a transformação da realidade, e contribuem para a superação das formas difusas e superficiais encontradas em práticas reformistas e conservadoras da EA.

Palavras-chaves: Educação Ambiental Crítica; SisEA/MS; Políticas Públicas; ICMS Ecológico;

ABSTRACT

In the context of non-formal Environmental Education (EE), the state of Mato Grosso do Sul (MS), through the Institute of Environment of Mato Grosso do Sul (IMASUL), has been inserting EE in the context of the State Policy on Environmental Education of Mato Grosso do Sul (PEEA/MS) and its instruments: the State Environmental Education Information System (SisEA/MS), the Mato Grosso do Sul State Environmental Education Program (ProEEA/MS), the Interinstitutional Commission for Environmental Education (CIEA/MS) and the State Diagnosis of Environmental Education of Mato Grosso do Sul (Deea/MS). SisEA/MS is an electronic database and is based on the objectives of democratizing environmental information, mentioned by article 5 of the National Environmental Education Policy (PNEA), to promote registration, integration, systematization, analysis and monitoring of programs, projects, campaigns and other EE actions, whether in the public or private sphere, based on different demands of the State Environmental Licensing Process, of the Ecological ICMS Program, and spontaneously, by agents interested in register the actions developed. The research had as general objective to analyze the possibility of contributions of SisEA/MS to the panorama of EE in MS and its reflexes for the implementation of the State Policy of Environmental Education of Mato Grosso do Sul. The research is of a quantitative-qualitative nature, with documental analysis of public policies, manuals, and other publications and contents of proposals in EE, registered in SisEA/MS, between the years 2015 to 2020. In the qualitative approach, it was adopted as a reference methodological approach based on Discourse Analysis (AD) (PÊCHEUX, 1990), in a critical perspective of Critical Environmental Education (EAC). The results point to the importance of technological improvement, improvement of the use of the database, as well as its regulation in public policies for the consolidation of this PEEA/MS instrument, by guaranteeing its permanent character in state public policies. The analyzes show a significant volume of proposals made from the “ICMS Ecological Program” in relation to the other demands, with a variety of practices and methodologies used, based on both the critical and conservative aspects of EA. However, there was a tendency to carry out actions with the school target audience and in a perspective of the conservative current of EE, in which the objectives were given in the search for a behavioral change through specific actions, especially on ecological commemorative dates, and can relate to the methodology of evaluation of actions in EA in force in the “Table of Qualitative Evaluation of the Ecological ICMS Program”. We can consider that new evaluation parameters may break with the circle of specific actions and theoretically collaborate for a critical tendency of EE, by promoting the instrumentalization of city halls for better environmental management. SisEA/MS, as a public policy, is considered a milestone in the regulation of EE in MS, and presents numerous possibilities for the advancement of EE and the consolidation of this area of knowledge as a public policy, by contributing to the identification of the limits and potentials of this field of knowledge and in future studies on the panorama of EE in MS, which will result in educational practices that seek to transform reality, and contribute to overcoming the diffuse and superficial forms found in reformist and conservative practices of EE.

Keywords: Critical Environmental Education; SisEA/MS; Public Policy; Ecological ICMS;

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Logo da identidade visual da FEMA-P e Imasul.....	66
Figura 02. Mudanças da estrutura administrativa na gestão ambiental do Mato Grosso do Sul.....	67
Figura 03. Regulamentação do Programa ICMS Ecológico e seus critérios de avaliação no Mato Grosso do Sul.....	77
Figura 04. Critérios de repasse do ICMS de acordo com a Lei Complementar n°. 57/1991.....	78
Figura 05. Critérios para o cálculo da composição dos índices ambientais entre os dois componentes: Unidade de Conservação e Resíduos Sólidos.....	79
Figura 06. Regiões de Planejamento do Estado de Mato Grosso do Sul.....	88
Figura 07. Quadro geral de Cadastro das propostas no SisEA/MS.....	94
Figura 08. Campos de preenchimento do atalho localizar no SisEA/MS.....	96
Figura 09. Apresentação das abas de preenchimento no SisEA/MS.....	97
Figura 10. Item de avaliação das ações em EA presente na Tábua de Avaliação Qualitativa da Área de Proteção Ambiental (APA) municipal.....	116
Figura 11. Distribuição das propostas totais e finalizadas no SisEA/MS por tipo de demanda de cadastro.....	120
Figura 12. Distribuição das propostas totais para a demanda Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental, no SisEA/MS.....	122
Figura 13. Distribuição dos tipos de propostas em situação finalizadas cadastradas no SisEA/MS, para a demanda Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental.....	123
Figura 14. Ocorrência (%) dos temas abordados nas propostas em situação finalizadas para a demanda Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental.....	124
Figura 15. Ocorrência (%) do Público-alvo destinado pelas propostas em situação finalizadas para a demanda Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental.....	126
Figura 16. Distribuição das propostas totais para a motivação Ação Espontânea e Outras Demandas, no SisEA/MS.....	130
Figura 17. Distribuição dos tipos de propostas em situação finalizadas cadastradas no SisEA/MS, para a motivação Ação Espontânea e Outras Demandas.....	134
Figura 18. Ocorrência (%) dos temas abordados nas propostas em situação finalizadas para a motivação Ação Espontânea e Outras Demandas.....	136

Figura 19. Ocorrência (%) do Público Alvo destinado pelas propostas em situação finalizadas para a motivação Ação Espontânea e por Outras Demandas.....	139
Figura 20. Tipo de ações cadastradas no SisEA/MS, entre 2015 a 2020, para a demanda Programa ICMS Ecológico.....	141
Figura 21. Temáticas abordadas nas ações cadastradas no SisEA/MS, entre 2015 a 2020, para a demanda Programa ICMS Ecológico.....	143
Figura 22. Público-alvo envolvido nas ações cadastradas no SisEA/MS, entre 2015 a 2020, para a demanda Programa ICMS Ecológico.....	145
Figura 23 . Distribuição das ações finalizadas por região do Estado de Mato Grosso do Sul.....	148
Figura 24. Distribuição das ações finalizadas definidas para análise para a Região Campo Grande.....	157
Figura 25. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-CG02, realizada no Município de Campo Grande-MS.....	166
Figura 26. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-CG03, realizada no Município de Campo Grande-MS.....	168
Figura 27. Distribuição das ações finalizadas definidas para análise para a Região da Grande Dourados.....	173
Figura 28. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-D18, realizada no Município de Dourados-MS.	181
Figura 29. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-D17, realizada no Município de Dourados-MS.	182
Figura 30. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-D08, realizada no Município de Dourados-MS.	185
Figura 31. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-D19, realizada no Município de Dourados-MS.....	186
Figura 32. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-D11, realizada no Município de Dourados-MS.	187
Figura 33. Distribuição das propostas finalizadas definidas para a análise da Região do Bolsão.....	191
Figura 34. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-TL06, realizada no Município de Três Lagoas-MS.....	202
Figura 35. Distribuição das ações finalizadas definidas para análise para a Região Cone-Sul.....	209
Figura 36. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-N01, realizada no Município de Naviraí-MS.....	212

Figura 37. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-N12, realizada no Município de Naviraí-MS.....	213
Figura 38. Divulgação no Portal município de Naviraí-MS sobre a proposta PI-N02, realizada no Município de Naviraí-MS.	214
Figura 39. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-N21, realizada no Município de Naviraí-MS.....	215
Figura 40. Divulgação no portal do município de Naviraí-MS sobre a proposta PI-N03, realizada no Município de Naviraí-MS.	218
Figura 41. Divulgação no Portal do município de Naviraí-MS sobre a proposta PI-N20, realizada no Município de Naviraí-MS.	219
Figura 42. Divulgação nas mídias sociais sobre a proposta PI-N22, realizada no Município de Naviraí-MS.	221
Figura 43. Divulgação no Portal município de Naviraí-MS sobre a proposta PI-N04, realizada no Município de Naviraí-MS.....	222
Figura 44. Divulgação no Portal do município de Naviraí-MS sobre a proposta PI-N11, realizada no Município de Naviraí-MS.....	224
Figura 45. Divulgação no Portal município de Naviraí-MS sobre a proposta PI-N09, realizada no Município de Naviraí-MS.....	226
Figura 46. Divulgação nas mídias sociais sobre a proposta PI-N07, realizada no Município de Naviraí-MS.....	229
Figura 47. Divulgação no portal do município de Naviraí-MS sobre a proposta PI-N17, realizada no Município de Naviraí-MS.....	230
Figura 48. Divulgação Portal município de Naviraí-MS sobre a proposta PI-N07, realizada no Município de Naviraí-MS.....	231
Figura 49. Divulgação no Portal município de Naviraí-MS sobre a proposta PI-N15, realizada no Município de Naviraí-MS.....	234
Figura 50. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-N23, realizada no Município de Naviraí-MS.....	235
Figura 51. Divulgação no Portal município de Naviraí-MS sobre a proposta PI-N08, realizada no Município de Naviraí-MS.....	236
Figura 52. Divulgação no Portal município de Naviraí-MS sobre a proposta PI-N13, realizada no Município de Naviraí-MS.....	238
Figura 53. Distribuição das ações finalizadas definidas para análise para a Região Pantanal.....	243

Figura 54. Distribuição das ações finalizadas definidas para análise para a Região Leste.....	258
Figura 55. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-NA07, realizada no Município de Nova Andradina-MS.	261
Figura 56. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-NA01, realizada no Município de Nova Andradina-MS.	262
Figura 57. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-NA08, realizada no Município de Nova Andradina-MS.....	263
Figura 58. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-NA12, realizada no Município de Nova Andradina-MS	264
Figura 59. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-NA10, realizada no Município de Nova Andradina-MS.	267
Figura 60. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-NA06, realizada no Município de Nova Andradina-MS.	270
Figura 61. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-NA09, realizada no Município de Nova Andradina-MS.	271
Figura 62. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-NA05, realizada no Município de Nova Andradina-MS.	272
Figura 63. Distribuição das ações finalizadas definidas para análise para a Região Norte.....	275
Figura 64. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-SGO05, realizada no Município de São Gabriel do Oeste-MS.	281
Figura 65. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-SGO02, realizada no Município de São Gabriel do Oeste-MS.	282
Figura 66. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-SGO10, realizada no Município de São Gabriel do Oeste-MS.	285
Figura 67. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-SGO03, realizada no Município de São Gabriel do Oeste-MS.	287
Figura 68. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-SGO08, realizada no Município de São Gabriel do Oeste-MS.	289
Figura 69. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-SGO15, realizada no Município de São Gabriel do Oeste-MS.	293
Figura 70. Distribuição das propostas finalizadas definidas para a análise da Região Sudeste.....	297
Figura 71. Distribuição das propostas finalizadas definidas para a análise da Região Sul Fronteira.....	312

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: As fases do ambientalismo e da EA brasileira.....	52
Quadro 02. Sistemas de Informação ambiental desenvolvidos no Brasil.....	61
Quadro 03. Relação dos campos de informação das propostas, conforme definição no Manual de preenchimento do SisEA/MS.....	95
Quadro 04. Campos de informação para cada aba de preenchimento no SisEA/MS.....	98
Quadro 05. Relação dos documentos definidos para a análise das Políticas Públicas em EA.....	101
Quadro 06. Relação dos documentos definidos para a análise da gestão do SisEA/MS.....	110
Quadro 07. Conceitos e critérios para a classificação das ações no SisEA/MS.....	112
Quadro 08. Área de abrangência das propostas em situação finalizadas para a demanda Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental.....	125
Quadro 09. Relação das propostas e seus respectivos públicos alvos registrados no cadastro, com as descrições nos trechos das propostas dos tipos de sujeitos da ação.....	127
Quadro 10. Registro de propostas cadastradas a partir da motivação Ações Espontâneas e Outras demandas e que apresentam relação com a demanda Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento.....	132
Quadro 11. Registro dos tipos de ações por proponentes a partir da motivação Ações Espontâneas e Outras demandas.....	134
Quadro 12. Área de abrangência das propostas em situação finalizadas para a motivação Ação Espontânea e Outras Demandas	137
Quadro 13. Apresentação dos elementos textuais das propostas PI-P01 a PI-P13 (Paranaíba) inseridas no SisEA/MS.....	204

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Propostas totais e finalizadas por município para a demanda Programa ICMS Ecológico.....	88
Tabela 02. Relação dos municípios proponentes definidos para a análise das propostas para a demanda Programa ICMS Ecológico... ..	90
Tabela 03. Relação das ações em EA em situação finalizadas analisadas por região do Estado de Mato Grosso do Sul.....	147

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 01. Tábua de Avaliação Qualitativa do Programa ICMS Ecológico.....	354
ANEXO 02. Ficha de cadastro individual das propostas utilizadas para sistematização dos dados.....	358
ANEXO 03. Propostas analisadas cadastradas no SisEA/MS a partir da demanda Medidas mitigatórias ou compensatórias do Licenciamento Ambiental.....	359
ANEXO 04. Propostas analisadas cadastradas no SisEA/MS a partir da demanda Ações Espontâneas ou Outras demandas.....	364
ANEXO 05. Propostas analisadas cadastradas no SisEA/MS a partir da demanda Programa ICMS Ecológico.....	371

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Norma Técnica
AD	Análise do Discurso
AGRAER	Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
ANA	Agência Nacional de Águas
ANPPEA	Articulação Nacional de Políticas Públicas em EA
APA	Área de Proteção Ambiental
CCZ	Centro de Controle de Zoonose
CEC- MS	Conselho Estadual de Cultura de Mato Grosso do Sul
CECA	Conselho Estadual de Controle Ambiental
CEUC	Cadastro Estadual de Unidades de Conservação
CGEA/MEC	Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação
CIEA/MS	Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul
CMDMA	Comissão Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente
CNPJ	Cadastro Nacional Pessoa Jurídica
COEA	Coordenadoria de Educação Ambiental
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONFELIS	Conselho Gestor do Fundo de Defesa e de Reparação de Interesses Difusos Lesados
CONPESCA	Conselho Estadual de Pesca
CRAS	Centro de Recuperação de Animais Silvestres
CPF	Cadastro Pessoa Física
DEA/MMA	Departamento de Educação Ambiental do MMA
Deea/MS	Diagnóstico Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul
DISAM	Diretoria de Desenvolvimento Socioambiental
EA	Educação Ambiental
EAC	Educação Ambiental Crítica
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FEEA/MS	Fundo Estadual de Educação Ambiental
FEMA-P	Fundação Estadual de Meio Ambiente Pantanal

FEMAP	Fundações Terceiro Milênio Pantanal
FUNDECT	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GDM	Gerência de Desenvolvimento e Modernização
GEBIO	Grupo de Estudos em Proteção a Biodiversidade
GEF	Georreferenciamento
GUC	Gerência de Unidades de Conservação
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IMAP	Instituto de Meio Ambiente – Pantanal
IMASUL	Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
INAMB	Instituto de Preservação e Controle Ambiental
ISO/IEC	International Organization for Standardization/ International Electrotechnical Commission
MMA	Ministério do Meio Ambiente
LO	Licença de Operação
MEC	Ministério da Educação
MS	Mato Grosso do Sul
MUPAN	Mulheres em Ação no Pantanal
NEAs	Núcleos de Educação Ambiental
OG/PNEA	Órgão Gestor da PNEA
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIA	Projeto de Avaliação de Impacto Ambiental
PCH	Pequena Central Hidroelétrica
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
ProEEA/MS	Programa Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul
ProNEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
PEAs	Programas de Educação Ambiental

PEEA/MS	Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PMA	Polícia Militar Ambiental
PNES	Programa Nacional Escolas Sustentáveis
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPGEA/FURG	Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande
PT	Partido dos Trabalhadores
RAEA	Rede Acreana de Educação Ambiental
REASul	Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental
Rede Aguapé	Rede Pantanal de Educação Ambiental
REPEA	Rede Paulista de Educação Ambiental
SANESUL	Empresa de Saneamento Básico de Mato Grosso do Sul
SCPesca	Sistema de Controle da Pesca
SECAD	Secretaria de Ensino Fundamental para a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SED/MS	Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
Sema	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SEMAGRO	Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia
Semade	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico
Semades	Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SisEA/MS	Sistema Estadual de Informações em Educação Ambiental
SEMAGRO	Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SIBEA	Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental
Siriema	Sistema Imasul de Registros e Informações Estratégicas do Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UC	Unidades de Conservação
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UNEA/IMASUL	Unidade de Educação Ambiental.
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF/UNESCO	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí
UPG	Unidades de Planejamento e Gestão
UPL	Unidade de Processamento de Lixo
UTR	Unidade de Tratamento de Resíduos
WWF	World Wide Fund for Nature

SUMÁRIO

1.	Considerações Iniciais.....	20
1.1	Justificativa.....	22
1.2	Objetivos.....	26
2.	Educação Ambiental: Conceitos e Correntes.....	27
2.1	A história da Educação Ambiental (EA)	27
2.2	Tendências e correntes político-pedagógicas da EA no Brasil.....	33
2.3	Educação Ambiental Conservadora.....	38
2.4	Educação Ambiental Crítica.....	41
2.5	Dos pressupostos teóricos ao contexto da pesquisa.....	46
3.	Institucionalização da EA no Brasil: aspectos políticos e administrativos.....	49
3.1	A estrutura político-administrativa da EA no Brasil.....	52
3.1.1	PNEA e ProNEA como Políticas Estruturantes em EA no Âmbito Federal.....	57
3.1.2	O Sistema de Informação na política em EA: o caso do SIBEA.....	60
3.2	Histórico e organização na gestão ambiental pública estadual.....	64
3.2.1	A EA na gestão ambiental pública: da Política Estadual aos desafios no contexto Sul-mato-grossense.....	67
3.3	Outras Inserções da EA na Gestão Ambiental do Mato Grosso do Sul.....	72
3.3.1	Sistema de Informação na gestão ambiental pública do Mato Grosso do Sul.....	73
3.3.2	O SisEA/MS no Licenciamento Ambiental.....	74
3.3.3	O SisEA/MS no Programa ICMS Ecológico.....	77
4.	Percurso Metodológico.....	82
4.1	Organização dos dados e tratamento das informações.....	84
5.	Resultados e Discussões.....	93
5.1	SisEA/MS: Aspecto Geral e Interface.....	94
5.2	O SisEA/MS nas políticas públicas.....	102
5.3	O Monitoramento das propostas em EA no SisEA/MS.....	112
5.4	O SisEA/MS: Análises das Propostas.....	122
5.4.1	Análise Quantitativa das Propostas Cadastradas no SisEA/MS.....	123
5.4.1.1	Da Motivação Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento.....	125
5.4.1.2	Da Motivação Ação Espontânea e Outras Demandas.....	131
5.4.1.3	Da Motivação Programa ICMS Ecológico.....	143
5.4.2	Análise Qualitativa das Propostas Cadastradas no SisEA/MS.....	149
5.4.2.1	Região de Campo Grande.....	158
5.4.2.2	Região da Grande Dourados	173
5.4.2.3	Região do Bolsão	191
5.4.2.4	Região Cone-Sul.....	210
5.4.2.5	Região Pantanal.....	246
5.4.2.6	Região Leste.....	262
5.4.2.7	Região Norte.....	279
5.4.2.8	Região Sudeste.....	302
5.4.2.9	Região Sul-Fronteira.....	318
5.5	Limites e Potencialidades das Propostas Inseridas a Partir da Demanda Programa ICMS Ecológico.....	329
6.	Considerações Finais.....	341
7.	Referências	349
8.	Anexos.....	361

Fonte: Imagem retirada dos arquivos da Proposta PI-N16



1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente estudo emerge de inquietações e desafios que estiveram presentes na rotina de trabalho e atuação enquanto bióloga e educadora ambiental no âmbito formal e não formal, na esfera pública municipal. Até que a leitura chegue ao ponto limite da minha trajetória

profissional em que tais questões me levaram à formulação do projeto de pesquisa, aqui pretendido como tese de doutorado, peço licença para entendermos meus (des) caminhos no campo da Educação Ambiental (EA).

Durante a formação inicial em Ciências Biológicas, com ênfase em Licenciatura Plena, estive envolvida na universidade com diversas atividades de campo e pesquisa. Dentre os trabalhos realizados, minha participação no Projeto de Extensão Universitária com a Educação Ambiental na rede municipal de ensino de Taubaté-SP, entre os anos de 2006 e 2008, foi determinante por ser o primeiro contato com esta área do conhecimento, ainda que em uma perspectiva de sensibilização e percepção ambiental.

Após a conclusão da graduação, ao longo da carreira como docente vivenciei no meu aprendizado do fazer pedagógico as dificuldades apresentadas entre teoria e prática na escola. Entretanto, não compreendia como superar todas as deficiências a partir de uma educação contextualizada e significativa, para a implementação da EA no contexto escolar.

Em 2010, estabeleci nova moradia no Estado de Mato Grosso do Sul (MS) ao ingressar no serviço público municipal, onde minhas funções no setor responsável pela área ambiental exigiram novos conhecimentos pertinentes à Gestão Ambiental, Gestão de Unidades de Conservação e a EA. Então busquei, por meio da participação em eventos e da formação continuada em cursos de especialização o preenchimento das lacunas no conhecimento, para o desenvolvimento das novas competências profissionais, o campo da EA tomou novo sentido em minha atuação profissional.

Em 2012, ao participar do Fórum Estadual de Educação Ambiental, realizado em Campo Grande, pelo Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul (IMASUL) tive a oportunidade de conhecer os encaminhamentos das políticas públicas na área da EA no contexto do MS, bem como estabelecer contatos com os agentes envolvidos na área ambiental e da EA estadual.

Por fim, a partir dos contatos profissionais estabelecidos, tomei conhecimento da oferta do curso em especialização Educação Ambiental e Espaços Educadores Sustentáveis, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), ingressando como cursista no ano de 2013 e participando como tutora posteriormente, no ano de 2016. Esta formação foi um divisor de águas para a compreensão da EA como uma mobilização social de justiça ambiental e sua aplicação no ensino formal e não formal, em uma vertente crítico-social.

Em contato com o corpo docente da especialização tomei ciência da linha de pesquisa em EA no curso de Mestrado em Ensino de Ciências. Assim em, em 2014, ingressei no curso do Mestrado Profissional em Ensino de Ciências para o aprofundamento teórico,

especialmente o aporte freiriano, para um fazer pedagógico emancipatório enquanto educadora ambiental.

O caminho até aqui percorrido sobre minha formação acadêmica e aprimoramentos nos estudos foram traçados sempre na busca do aperfeiçoamento do exercício profissional, à época realizados como servidora pública na gestão ambiental municipal, no interior do MS. Durante esse percurso, participei de algumas formações realizadas pelo IMASUL, no cumprimento de afazeres para a gestão de unidades de conservação e promoção da EA, por exemplo, no Programa ICMS Ecológico.

A partir de 2015, mudanças nas políticas públicas que definem o Programa ICMS Ecológico, incluíram novas diretrizes estaduais sobre a gestão ambiental e Gestão de Unidades de Conservação (UC), com parâmetros de avaliação sobre a execução de ações em EA. As novas políticas implementadas desde então envolviam a operação de um sistema eletrônico de EA - Sistema Estadual de Informação em Educação Ambiental (SisEA/MS) e orientações sobre a realização das práticas socioambientais, que me motivaram a refletir sobre os desafios da EA não formal para a gestão ambiental pública municipal.

Nessa conjuntura, enquanto recém-egressa do curso de Mestrado, ainda observava inúmeros obstáculos no fazer educativo da EA na gestão pública, o que me levou à proposta embrionária do projeto de pesquisa para o processo seletivo no curso de Doutorado em Ensino de Ciências, oferecido pela UFMS. Dessa forma, em razão dos desafios no meu cenário profissional que me apresentavam para o momento, surgiu, em 2018, a proposta de pesquisa com o presente estudo ao programa de Doutorado em Ensino de Ciências, na linha de Pesquisa em Educação Ambiental, da UFMS.

1.1 JUSTIFICATIVA

No estado do Mato Grosso do Sul, a Unidade de Educação Ambiental, que integra a Gerência de Desenvolvimento e Modernização (GDM), no Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul (IMASUL), vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO), tem como foco a atuação na educação ambiental não formal, articulando e mobilizando a sociedade para a participação social e o envolvimento nas questões ambientais do estado (IMASUL, 2020a).

Nesse sentido, os projetos, ações e programas desenvolvidos pela unidade seguem as orientações da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), que é regulamentada

pelo Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002, assim como as diretrizes estabelecidas pelo Programa Nacional da Educação Ambiental (ProNEA) e pela Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul (CIEA/MS) (IMASUL, 2020a).

De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), fica a incumbência ao Estado da definição de diretrizes, normas e critérios para a educação ambiental (EA) em suas esferas de competência, respeitando os princípios e objetivos da PNEA. Ainda, alguns dos objetivos propostos pela PNEA são a garantia de democratização das informações ambientais, citada em seu artigo 5º, e a recomendação de uma rede de banco de dados e imagens para apoio às ações de educação ambiental, conforme disposto em seu artigo 8º (BRASIL, 1999).

As diretrizes para comunicação em Educação Ambiental também são estabelecidas no ProNEA, que determina o:

- Estímulo e apoio à veiculação de informações de caráter educativo sobre meio ambiente, em linguagem acessível a todos, por intermédio dos meios de comunicação em geral;
- Estímulo ao desencadeamento de processos de sensibilização da sociedade para os problemas ambientais por intermédio da articulação entre os meios de comunicação;
- Estímulo e apoio à criação de canais de acesso às informações ambientais que possam ser utilizadas na produção de programação, veiculação de notícias, em debates e outras formas de comunicação social;
- Fomento e apoio à elaboração de planos e programas de comunicação para instâncias governamentais ligadas à educação ambiental;
- Incentivo à coleta e difusão de informações sobre experiências de educação ambiental junto a usuários de recursos naturais, como forma de fortalecer ações locais que visem a adoção de procedimentos sustentáveis no uso do patrimônio comum;
- Estímulo à socialização de informações por meio das “Salas Verdes” de secretarias estaduais e municipais de meio ambiente;
- Realização de capacitação específica sobre o acesso as tecnologias de informação e comunicação, inclusive sobre o uso do SIBEA;
- Incentivo à alimentação de bancos de dados com informações sobre ações na área de educação ambiental;
- Estímulo aos estados a formarem um cadastro dos diversos agentes que atuam na área da educação ambiental;
- Disponibilização da página principal dos sites na Internet do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA) e da Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação (CGEA/MEC) em outros idiomas, como inglês e espanhol (BRASIL, 2005, p. 48).

Nesse contexto, a implementação do Sistema Estadual de Informação em Educação Ambiental (SisEA/MS) foi realizada pelo IMASUL para promover o cadastro, a integração, a sistematização, a análise e o acompanhamento de propostas de EA como programas, projetos, campanhas e demais ações, assim como difundir informações que sirvam de orientação,

experiência e até modelo para os usuários (IMASUL, 2020a). Ou seja, o SisEA/MS é um banco de dados eletrônico constituído pelos registros das propostas realizadas em EA no estado, por diversos proponentes, sejam na esfera pública ou privada, a partir de diferentes demandas em processos de Licenciamento Ambiental, Programas Ambientais, iniciativas espontâneas, e que compõem o Sistema Imasul de Registros e Informações Estratégicas do Meio Ambiente (Siriema).

O cadastro das propostas em EA no SisEA/MS ocorre mediante as seguintes demandas: Processo de Licenciamento Ambiental do Estado, pelos empreendimentos sujeitos ao EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental); Programa ICMS Ecológico, dos municípios inscritos no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação e Terras Indígenas (CEUC) e/ou que apresentem organização da gestão de Resíduos Sólidos; além da forma espontânea, por agentes interessados em registrar as ações desenvolvidas (IMASUL, 2020a).

Observando o alcance do SisEA/MS no registro das propostas em EA, o mesmo constitui-se uma importante ferramenta de gestão, reunindo em um banco de dados e tornando públicas as experiências de EA realizadas no estado, fomentando a formação de parcerias e possibilitando o mapeamento das potencialidades e carências deste tema em Mato Grosso do Sul (IMASUL, 2020a). Assim, a partir dos desafios apresentados profissionalmente sobre a efetivação da EA não formal e a oportunidade de contato com um sistema de informação em EA, e as reflexões sobre esse novo momento da gestão ambiental estadual, por meio de novas diretrizes implantadas pelo Programa ICMS Ecológico derivaram na proposta do projeto de pesquisa apresentado ao programa de doutorado em Ensino de Ciências (PPEC/UFMS).

É nesse cenário que salientamos a importância de estudos sobre este importante instrumento da Política Estadual em Educação Ambiental (PEEA/MS). As análises das informações disponibilizadas pelo sistema podem trazer destaques relevantes sobre os caminhos e o delineamento das ações efetivas em EA cadastradas pelos agentes, na esfera pública ou privada. Essas discussões acerca do SisEA/MS podem apontar um panorama geral, das ações em EA e desse campo de conhecimento no MS, para a construção do Diagnóstico Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul (Deea/MS). As reflexões sobre o uso desse instrumento podem contribuir para a identificação dos limites e potencialidades da EA, direcionar as tomadas de decisões e por fim nortear a formulação de políticas públicas.

A produção científica acerca das Políticas Públicas em EA ainda se apresenta em número reduzido, o que torna cada vez mais importante o desenvolvimento de pesquisas teórico-práticas nesta área do conhecimento (DZIEKANIAK, 2019). Ferraro Júnior (2012)

nos alerta que compreender os processos de formulação, execução e avaliação das políticas públicas, bem como atores, contextos e problemas sociopolíticos envolvidos podem contribuir tanto para a construção teórica desses conceitos, quanto para auxiliar a gestão pública na construção de políticas públicas de EA. Além disso, os resultados das pesquisas sobre as políticas públicas em EA podem proporcionar subsídios aos educadores ambientais, ao poder público e à sociedade em geral para o fortalecimento e articulação de ações, controle e participação social nas tomadas de decisões.

Avaliar as Políticas Públicas propostas e delineadas pelos governos e sociedade civil, no sentido de verificar sua efetividade, é essencial para a consolidação desse campo do conhecimento (SATO; SILVA; JABER, 2018). Assim, dentro dessa temática é que surge a problemática desta pesquisa, tendo em vista a necessidade de discutir as contribuições da implementação do SisEA/MS para as Políticas Públicas em EA no estado, bem como refletir sobre a aplicação do instrumento para o diagnóstico das propostas em EA realizadas pelos diferentes proponentes, seja na esfera pública ou privada.

Dessa forma, este trabalho busca, ao analisar o SisEA/MS como objeto de estudo, respostas às seguintes questões: *qual a relevância do SisEA/MS como um instrumento de gestão para a implementação da PEEA/MS? Qual a contribuição do SisEA/MS para a avaliação das propostas em EA cadastradas a partir dos diferentes proponentes, seja na esfera pública ou privada?*

Para tanto, trabalho apresenta a seguinte tese: O SisEA/MS enquanto instrumento de gestão ambiental contribui para avanço da EA, consolidando políticas públicas e poderá identificar limites e potenciais deste campo do conhecimento, inclusive oferecendo subsídios para a superação das formas difusas e superficiais encontradas em práticas conservadoras da Educação Ambiental.

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos desta pesquisa se desdobram em gerais e específicos, detalhados nas subseções a seguir.

1.2.1 Objetivos gerais

A pesquisa teve como objetivo geral analisar as contribuições, , as fragilidades e as possibilidades do SisEA/MS para apresentar o panorama da EA no Estado do Mato Grosso do Sul e seus reflexos para a implementação de políticas públicas de EA, incluindo a PEEA/MS.

1.2.2 Objetivos específicos

São objetivos específicos desta pesquisa:

- Avaliar o SisEA/MS como instrumento de gestão da PEEA/MS, no cadastro das propostas pelos diversos proponentes, seja na esfera pública ou privada;
- Analisar como o SisEA/MS está consolidado nas políticas públicas estaduais em EA;
- Analisar as propostas cadastradas no SisEA/MS a partir das diferentes demandas, na esfera pública e privada, como: Medidas mitigatórias ou compensatórias do Licenciamento Ambiental, Ação Espontânea ou Outras demandas e Programa ICMS Ecológico e as contribuições do SisEA/MS para compreender o panorama geral das propostas em EA;

Esta pesquisa não esgota as inúmeras possibilidades de enfoques e discussões mediante a base de dados explorada – SisEA/MS -, objeto da pesquisa, mas inicia um caminho exploratório com o debate inédito sobre este instrumento da PEEA/MS. Para tanto, contextualizamos as questões referentes à área de saber da EA discutidas nesta pesquisa, organizadas pelos seguintes capítulos: 2.Educação ambiental: conceito e correntes; 3. Ea na gestão ambiental pública; 4. Percurso metodológico; 5. Resultados e discussões; e 6.Considerações finais.

Fonte: Imagem retirada dos arquivos da Proposta PI-NA03



2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONCEITO E CORRENTES

2.1 A história da Educação Ambiental (EA)

Historicamente a preocupação ambiental esteve presente nas discussões mundiais há muito tempo. Desde antes da Revolução Industrial, os impactos relativos à atividade humana

vêm se tornando significativos e preocupantes para a sociedade, e assim determinando o nascimento do movimento ambientalista.

Segundo Sato, Silva e Jaber (2018), a história da civilização revela uma dinâmica de disputas políticas: de um lado, a cultura hegemônica, ditando as regras e decisões; de outro, a contracultura, negando a cultura dominante. Os autores refletem sobre como o movimento ambientalista, e nele incutida a história da EA, emergiu nas inúmeras manifestações estabelecidas pela contracultura, por exemplo frente às guerras, ao autoritarismo, à exploração dos recursos naturais e seus efeitos sobre o planeta.

Embora os primeiros registros da utilização do termo Educação Ambiental (EA) datam de 1948, durante o encontro da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) em Paris, os rumos da EA são definidos a partir dos eventos internacionais posteriores, que forjaram a trajetória da institucionalização e pactuação da inserção da EA no nível planetário (JACOBI, 2005).

Os eventos marcantes na década de 1960 (século XX), como as manifestações estudantis na França, a guerra no Vietnã, o movimento hippie, o feminismo, a libertação sexual e a chegada do homem à Lua, produziram um ambiente fértil para a transformação do pensamento de parte da humanidade, inclusive sobre as questões ambientais. Nesse momento histórico surge uma das publicações consideradas como referência para o movimento ambientalista, que faz os primeiros alertas mundiais sobre o uso de pesticidas e poluentes com o livro “Primavera Silenciosa”, da bióloga Rachel Calson (1962).

A educação entra neste contexto da problemática ambiental após a Conferência em Educação (1965), realizada na Grã-Bretanha. Conforme Reigota (2000), nesta época as premissas da EA estão voltadas...

[...] especificamente para um indivíduo fora de um contexto social e político, para a preservação de uma espécie de fauna ou da flora, de um ecossistema específico numa concepção biofísica, não superando o localismo de uma unidade de conservação ou de qualquer um destes elementos do meio ambiente em suas interações com os eixos sociocultural, político e econômico (REIGOTA, 2000, p.11).

Assim, a década de 1960 projeta-se em resposta aos conflitos políticos e sociais que aconteciam no cenário mundial, sendo considerada pelos educadores ambientais como um marco para as reflexões das atividades predatórias do homem. Enquanto que, no Brasil a cultura dominante disseminava uma forma de pensamento aposta a dos acontecimentos mundiais, pois “Em plena efervescência da contracultura, o paradoxo do golpe militar acontecia no

Brasil em 1964, trazendo o terror, a ditadura e o milagre econômico onde a poluição era sinônimo de progresso” (SATO; SILVA; JABER, 2018, p. 35).

Nos anos de 1970, o ambientalismo ganha maior repercussão, com discussões sobre o modo de produção capitalista e seus impactos globais (JACOBI, 2005), configurando na articulação do Clube de Roma. Este grupo em 1972, publicou o documento *Limites de Crescimento*, alimentado pela narrativa apocalíptica do colapso ambiental caso não houvesse transformações bruscas de comportamento e mentalidade.

Em 1972 ocorreu a Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, na Suécia (Estocolmo), popularmente conhecida como “Conferência de Estocolmo”, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), com a publicação do documento “Declaração sobre o Ambiente Humano”. Em 1975, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) realizou o Encontro Internacional sobre EA, em Belgrado, e a publicação da “Carta de Belgrado”. Em 1977 ocorre o primeiro evento voltado especificamente à EA, a 1ª Conferência Intergovernamental sobre EA, em Tbilisi, Geórgia, organizado pela UNESCO, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Nesse evento o conceito de EA extrapola aspectos para além do ambiente natural, trazendo conceitos que vão se aproximar da discussão social e da formação crítica.

A Educação Ambiental é um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos suas culturas e seus meios biofísicos (SATO, 2002, p. 23).

Ironicamente, naquele período o imperativo “integrar para não entregar” permeia no cenário brasileiro, pelos comandos da frase “Ordem e Progresso”, que durante o governo do presidente Emílio Médici, ordenava a construção da Transamazônica para incentivar a descentralização do crescimento no Brasil (SATO; SILVA; JABER, 2018). Assim, a atividade pedagógica no Brasil orientada pelos fundamentos ditatoriais, também refletiu a restrição de liberdade, motivo pelo qual uma visão crítica da questão ambiental era dificultada pela política desenvolvimentista, tecnocrática e autoritária. Este enredo determinou que a abordagem conservacionista da EA fosse hegemônica no Brasil, pois compactuava com as intenções políticas e econômicas vigentes nos anos de 1970 e não colocava em xeque a ordem estabelecida pela ditadura (LIMA, 2005).

A década de 1980 também foi imersa em grandes conflitos e momentos históricos importantes, tendo como marco no cenário brasileiro, a abertura da democracia, com a pauta

ambiental mais fortalecida no campo político. Vale ressaltar que o movimento ambientalista foi fortalecido, em parte, pela migração dos agentes políticos, que, na época perante o governo autoritário, tinham sua atuação restrita para os movimentos ecologistas, que, até então, não eram reconhecidos como movimentos politizados, pela ordem ditatorial.

Esse deslocamento e interesse de setores de esquerda pelo debate e pela militância ambiental agregou ao pensamento ambiental e ao ambientalismo, como movimento, um elemento crítico e social, proveniente das tradições anarquistas e socialistas, que foram decisivos na orientação dos campos ambiental e da EA (LIMA, 1999, p. 150).

Em 1987 é lançado o “Relatório de Brundtland: Nosso Futuro em Comum”, pela Comissão Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente (CMDMA), incorporando o desenvolvimento sustentável como novo conceito no campo ambiental. Para Sato, Silva e Jaber (2018, p. 63):

Suas definições são confusas, genéricas e padronizantes, pois o discurso é apropriado por vários sujeitos que se intitulam “ambientalistas” (em contraponto aos “ecologistas”), de esquerda ou de direita, de várias organizações, governamentais ou não, e de políticas públicas, tanto participativas quanto em forma de pacote (SATO et al., 2018, p.63).

Pode-se notar que a temática ambiental ocupa os espaços nos discursos promovidos em diferentes instâncias, e gradualmente foi se materializando-se nos movimentos sociais, nos meios científicos, nas agências e políticas públicas, nos veículos de comunicação social, nos organismos e bancos internacionais, nas organizações não governamentais (ONGs) e nas iniciativas empresariais, entre outros (LIMA, 1999). Nesse ambiente profícuo houve a aproximação dos setores social e ambiental, surgindo, então, o socioambientalismo e a afinidade entre educação popular, movimentos sociais, ambientalistas e instituições públicas de educação (LOUREIRO, 2004). Essa atmosfera possibilitou as raízes que sustentariam a formação da Educação Ambiental Crítica (EAC), com grande influência das pedagogias instituídas por Paulo Freire, dos princípios da Educação Popular, da Teoria Crítica, da Ecologia Política e de autores marxistas e neomarxistas se voltando para a formação humana e política (LOUREIRO e LAYRARGUES, 2013).

A década de 1990 vivencia o aumento dos conflitos ambientais, especialmente sobre os alertas das mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que a produção científica incorpora a dimensão ambiental em suas propostas. Em 1992, o Brasil protagoniza no Rio de Janeiro um dos mais importantes eventos em EA, o Eco-92 ou Rio-92, em que são reafirmados os princípios do desenvolvimento sustentável, principalmente no marco da Agenda 21.

Paralelamente, articulado pelos movimentos sociais e sociedade civil, o “Fórum das Organizações Não Governamentais (ONGs)” é realizado inspirando os princípios da EA, em uma vertente crítica, com a publicação da *Carta da Terra* e o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e de Responsabilidade Global* (JACOBI, 2005).

Nesse novo panorama teórico já não era mais possível discutir a EA, sem declarar filiação a uma opção político-pedagógica que referenciasse os saberes e as práticas educativas realizadas (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013). Nesse momento, os fundamentos teóricos em EA começam a diferenciar-se, e a EA brasileira se desloca do perfil predominantemente conservacionista, reconhecendo a dimensão social do ambiente. Dito isto, os educadores da linha socioambiental descontentes com a vertente conservacionista diferenciaram as linhas em conservadora e alternativa, alegando que a primeira,

[...] era limitada, por entender que o predomínio de práticas educativas que investem em crianças nas escolas, em ações individuais e comportamentais no âmbito doméstico e privado, de forma a-histórica, apolítica, conteudista e normativa não superaria o paradigma hegemônico que tende a tratar o ser humano como um ente genérico e abstrato, reduzindo a condição de causadores da crise ambiental, desconsiderando qualquer recorte social (LAYRARGUES e LIMA, 2014, p. 29).

Por fim, o grande marco dessa década trata da institucionalização da EA, em 1999, com a criação – relativamente prematura – da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)¹, e a publicação do Programa Nacional de EA, ambas consideradas as políticas públicas estruturantes da EA do Brasil.

Nos anos 2000, as discussões sobre as mudanças ambientais globais, o sequestro de carbono, assuntos sobre transgenia e clonagem, estiveram em pleno calor nos debates mundiais. Sobretudo, nesse decênio vivemos a continuidade dos periódicos, eventos e vivências em EA, do compromisso das redes, dos coletivos jovens, da justiça ambiental brasileira, da arte e das ciências em aproximação mais estreita às questões ambientais (SATO; SILVA; JABER, 2018).

Com o lançamento de *A década da educação para o desenvolvimento sustentável*, pela UNESCO, autores como Carvalho (2002), Lima (2003) e Sato (2005) manifestaram resistências ao conceito proposto pelo programa, alegando o esvaziamento teórico da EA e a própria incompatibilidade de algumas de suas premissas construída ao longo das últimas décadas, como a inserção das questões sociais e das interpretações críticas na relação

¹ O processo histórico e seus reflexos no contexto da gestão ambiental pública federal da PNEA são discutidos no próximo capítulo desta tese.

Sociedade x Educação x Meio Ambiente. A resistência à proposta “Educação para o desenvolvimento sustentável” se justifica, por exemplo, quando Jacobi (2005) destaca que, os objetivos de aprofundar o debate em torno do desenvolvimento sustentável não se concretizaram após a Cúpula Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, conhecida como “Rio + 10”, realizada em 2002 em Johannesburgo. Críticas essas que são marcadas posteriormente por Layrargues (2012a) e Sato, Silva e Jaber (2018). (2018).

[...] esse movimento poderia representar um vigoroso estímulo ao fortalecimento do processo educativo articulado à sustentabilidade, por outro lado, a década também representa a culminação de uma estratégia de consolidação simbólica do dúbio e questionável conceito “desenvolvimento sustentável”, com sua tendência economicista e sua vinculação com as ecotecnologias e com as forças de mercado como fatores indutores da sustentabilidade no regime capitalista de desenvolvimento (LAYRARGUES, 2012a, p. 01).

Sato, Silva e Jaber (2018) salientam a duvidosa eficiência do programa com a seguinte questão: quais resultados seriam possíveis e com qual legitimidade, visto que o documento se situa em campos antagônicos às identidades da EA construídas no histórico que antecede a década de 1980 e que se sustentam até os dias atuais? (SATO et al., 2018). Visto tais argumentos a EA brasileira rechaçou a proposta da “Década da educação para o desenvolvimento sustentável”, em nome da manutenção da presente identidade cultural do conceito EA concebido no país, fortemente vinculado à ideia de se trabalhar por “sociedades sustentáveis”, conforme os pressupostos do Tratado de EA, no “Fórum das ONGs”, e não para o “desenvolvimento sustentável”, conceito instituído nas discussões da Rio-92.

Nesse contexto também acompanhou o campo político-institucional da EA no Brasil com a criação do órgão gestor e comitê assessor da PNEA, e da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA) como instâncias democráticas responsáveis pela formulação de políticas estaduais para a EA, apoiando as secretarias estaduais de meio ambiente e de educação na condução de seus programas e estratégias estaduais (LAYRARGUES, 2012a).

Por fim, a década atual (2010-2020) é, essencialmente, uma época de incertezas, com o declínio da economia na Europa, a ascensão da direita na França, nos Estados Unidos, e do golpe no Brasil, com o *impeachment* da presidenta Dilma Roussef. Dito isto, cresce no país uma política de extrema direita, conservadora, que flerta com os sombrios tempos da ditadura, e que vai ganhando terreno na mídia e nas redes sociais. O país se configura como campeão em assassinatos de ambientalistas, com a criminalização dos movimentos sociais, a partir da pressão da política governista que favorece o agronegócio. Portanto, conceitos, práticas e ética

se estabelecem como desafios constantes na permanência da EA contra hegemônica no Brasil (SATO; SILVA; JABER, 2018).

Ao longo da última década, a Educação Ambiental brasileira enquadrou-se fielmente na perspectiva que se espera da educação voltada à questão ambiental no capitalismo: reformista na forma e pragmática no conteúdo. Assim ajustada, a Educação Ambiental passou a contribuir funcionalmente com a reprodução do ethos capitalista, servindo como a referência uniforme e indistinta para a mesma sociedade de classe. Camuflada pelo legítimo processo pedagógico de conscientização ambiental, a cultura capitalista, sutil e subliminarmente, passou a ser disseminada na intencionalidade político-pedagógica da Educação Ambiental, por meio da sua recorrente associação com a mensagem ecológica (LAYRARGUES, 2018b, p. 32).

Segundo Layrargues (2020b), urge a necessidade de reconstrução dos ideais, haja vista o atual contexto ideológico e político que se firmou no país, desde 2018, com a presidência de Jair Bolsonaro.

Ao curso dos anos, ela teria sofrido uma inflexão nas suas intencionalidades pedagógicas e atualmente se encontra totalmente domesticada pelo currículo oculto do ambientalismo de mercado. Aparelhada ideologicamente, tornou-se um modelo conservador e reformista de Educação subserviente ao sistema; mas é justamente ante o trágico quadro dos múltiplos prismas do drama social ecológico que impôs uma nova realidade para a luta ecológica brasileira, que se encontra a semente da transmutação dos horizontes formativos da Educação Ambiental. O tempo presente demanda uma repactuação dos sentidos que se pretende imprimir daqui em diante; mas ao mesmo, é exatamente esse mesmo tempo que oferece as bases para esta necessária repactuação do que se espera como efeitos últimos da Educação Ambiental (LAYRARGUES, 2020b, p. 46)

Diante do processo histórico no qual surge a EA, apresentamos a seguir as distintas definições das correntes que se fundamentam nas propostas político-pedagógicas e que refletem nas diferentes práticas em EA.

2.2 Tendências e correntes político-pedagógicas da EA no Brasil

A EA pode ser apropriada pelos discursos adotados pelos diversos educadores a partir das "diferentes abordagens teórico-práticas, formuladas e praticadas por diferentes grupos sociais, com interesses contraditórios histórica, social e politicamente determinados" (TOZONI-REIS, 2007, p. 185). Esta diversidade de abordagens teórico-práticas revelam as variadas compreensões da EA, e que resultam em diferentes práticas educativas ambientais discutida por Tozoni-Reis (2007). Essa pluralidade de pensamentos e abordagens teóricas

pode ser constatada no grande volume de produções e pesquisas na área da EA, e serão brevemente discutidas nesta seção, sem a mínima pretensão de esgotar o assunto, que por natureza é plural e dinâmico.

Como ponto de partida para o debate proposto sobre a diversas abordagens da EA, Sauvé (2005) nos traz uma reflexão central: *como caracterizar cada uma das Educa es Ambientais possíveis, para identificar aquelas mais apropriada e efetiva ao nosso contexto de interven o e inspirar nossa própria prática?*

Tal questionamento implica a urgência na identifica o das diversas abordagens da EA, amplamente discutidas pelos pesquisadores da  rea. Nesse sentido, Carvalho *et al.* (2004) aprofunda as reflexões iniciais, pois segundo a autora, para além da defini o da EA que norteará nossa prática, sua identifica o sinaliza o posicionamento  tico-político que confere os diferentes fundamentos político-pedagógicos, e determinam as diversas vertentes e matizes da EA.

Isto posto,   preciso refletir sobre os fundamentos teóricos e práticos da EA diante dessa pluralidade de pensamentos e vertentes como sujeito/agente educador e pesquisador (TOZONI-REIS, 2007). Assim, tornam-se importantes os estudos que discutem as inúmeras adjetiva es das educa es ambientais, a fim de desmascarar a interpreta o err nea de que o campo da EA   homog neo e consensual (BERTOLUCCI; MACHADO; SANTANA, 2005).

No Brasil, podemos citar alguns dos estudos que adensam as reflexões sobre a pluralidade desse campo social e as respectivas abordagens teóricas que marcam a identifica o/denomina o/defini o das tendências e correntes político-pedagógicas da EA, como Br gger (1994), Sorrentino (1995), Carvalho (1995; 2002), Leonardi (1997), Lima (1999), Guimarães (2000a), Layrargues (2003), Avanzi (2004), Tozoni-Reis (2004; 2007), Loureiro (2007) e Layrargues e Lima (2014), entre outros.

Br gger (1994), analisando as propostas oficiais no documento “Estratégia Internacional de A o em Matéria de Educa o e Forma o Ambientais para o decênio de 1990”, do PNUMA/UNESCO, aponta sua t nica de predomínio técnico e naturalizante em detrimento dos aspectos éticos e políticos da questão ambiental. Segundo a autora, o conteúdo do documento revela a tendência de uma educa o adestradora, definindo-a como “[...] uma instru o de caráter, essencialmente técnico, fruto de uma visão de mundo cientificista e unidimensional” (BR GGER, 1994, p. 14).

Sorrentino (1995) classificou as principais correntes de EA em: a) conservacionista; b) educa o ao ar livre; c) gestão ambiental; e d) economia ecológica.

Guimarães (2000a), em seu livro *Educação ambiental: no consenso, um embate*, coloca as duas grandes correntes - conservadora e crítica- delineadas pelas diferentes concepções de EA. O autor insere sua discussão contrapondo as duas perspectivas filosóficas no âmbito da educação, construídas a partir da Pedagogia do Consenso e da Pedagogia do Conflito: uma consolidada no positivismo e na educação liberal; a outra concebida em um sistema educacional para a emancipação humana e social.

Layrargues (2003) defendeu a superação do modelo de EA que se assemelha à educação conservadora como tendência hegemônica, com seus mecanismos de alienação e tecnocracia reproduzidos pela EA. O autor destacou a urgência do aprofundamento crítico dos pensadores e pesquisadores sobre as inúmeras concepções político-pedagógicas da EA, que se instalavam naquela época, e que provocaria uma bifurcação ou segmentação da EA, como a EAC, a emancipatória, a transformadora, a popular, a problematizadora, entre outras.

Avanzi (2004) discutiu no livro *Identidades da Educação Ambiental brasileira* a aproximação da Ecopedagogia com a EA, sobretudo a abordagem metodológica desta vertente que busca contribuir para a formação de novos valores para uma sociedade sustentável. Esse conceito, proposto por Gutierrez, um educador costarriquenho, tem suas bases teóricas situadas no encontro da abordagem complexa e holística sobre o mundo com a pedagogia de Paulo Freire.

Tozoni-Reis (2007) destacou as várias abordagens na compreensão da EA, classificadas e denominadas em diferentes categorias:

[...] a educação ambiental como promotora das mudanças de comportamentos ambientalmente inadequados - de fundo disciplinatório e moralista; a educação ambiental para a sensibilização ambiental - de fundo ingênuo e imobilista; a educação ambiental centrada na ação para a diminuição dos efeitos predatórios das relações dos sujeitos com a natureza - de caráter ativista e imediatista; a educação ambiental centrada na transmissão de conhecimentos técnico-científicos sobre os processos ambientais que teriam como consequência uma relação mais adequada com o ambiente - de caráter racionalista e instrumental; a educação ambiental crítica – fundamentada no pensamento crítico e nos princípios da educação reflexiva e emancipatória (TOZONI-REIS, 2007, p. 179).

Loureiro (2007) refletiu sobre a EA crítica como sinônimo de outras denominações (transformadora, popular, emancipatória e dialógica). O autor confere as características compartilhadas entre as diversas matizes da EAC visto que essa vertente não comporta as separações entre cultura-natureza, faz uma crítica ao padrão de sociedade vigente, ao *modus*

operandis da educação formal, à ciência e à filosofia dominante pelo pensamento hegemônico.

Por fim, Layrargues e Lima (2014) defendem a divisão das vertentes da EA em três macrotendências:

A macrotendência conservadora, se expressa por meio das correntes conservacionista, comportamentalista e de atividades de senso-percepção ao ar livre, vinculado aos princípios da ecologia, na valorização da dimensão afetiva em relação à natureza e na mudança do comportamento individual em relação ao ambiente, não questionando a estrutura social vigente em sua totalidade. A macrotendência pragmática responde à “pauta marrom” se relaciona com a economia de energia ou de água, o mercado de carbono, as ecotecnologias, a diminuição da “pegada ecológica” e demais expressões do conservadorismo dinâmico que operam mudanças superficiais, tecnológicas e comportamentais abrange, sobretudo, aos conceitos da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e para o Consumo Sustentável. A macrotendência crítica, por sua vez, aglutina as correntes da Educação Ambiental Popular, Emancipatória, Transformadora e no Processo de Gestão Ambiental. Todas essas correntes, com algumas variações, se constroem em oposição às tendências conservadoras, procurando contextualizar e politizar o debate ambiental, problematizar as contradições dos modelos de desenvolvimento e de sociedade (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p.30).

Para além dos autores nacionais, Sauvé (2005), ao reportar a urgência da sistematização das diversas linhas de pensamento da EA, propôs identificar as correntes de EA, desde aquelas com uma tradição mais antiga às mais recentes (Humanista, Conservacionista, Sistêmica, Problematizadora, Naturalista, Científica, Moral, Biorregionalista, da Sustentabilidade, Crítica, Etnográfica e Feminista). A autora apresenta as seguintes definições para as correntes conservacionista e crítica:

A corrente Conservacionista/Recursista agrupa as proposições centradas na “conservação” dos recursos como a água, o solo, a energia, as plantas e os animais, o patrimônio genético, o patrimônio construído, etc. Encontramos aqui uma preocupação com a gestão ambiental, presente nos meios onde os recursos são escassos, como em situações de guerra ou nos eventos de esgotamento dos recursos depois do “boom” econômico, após a segunda guerra mundial nos países desenvolvidos. Geralmente se dá ênfase ao desenvolvimento de habilidades de gestão ambiental e ao ecocivismo. (SAUVÉ, 2005, p.19).

A Corrente de Crítica Social, se inspira no campo da “teoria crítica”, que foi inicialmente desenvolvida em ciências sociais e que integrou o campo da educação, para finalmente se encontrar com o da educação ambiental nos anos de 1980. Esta corrente insiste, essencialmente, na análise das dinâmicas sociais que se encontram na base das realidades e problemáticas ambientais: análise de intenções, de posições, de argumentos, de valores explícitos e implícitos, de decisões e de ações dos diferentes protagonistas de uma situação. Esta postura crítica, com um componente necessariamente político,

aponta para a transformação de realidades, e emergem projetos de ação numa perspectiva de emancipação, de libertação das alienações (SAUVÉ, 2005, p. 30).

Por fim, depois de passarmos pelos meandros trilhados na história da EA, verificamos que, após sua institucionalização no Brasil, muitas correntes e vertentes foram se forjando e, ainda passam, por processo de amadurecimento e disputas no campo da pesquisa. Apesar da pluralidade atual das concepções de EA, os discursos conservacionistas se tornaram funcionais para as instituições políticas e econômicas dominantes, ao abordar a questão ambiental de uma perspectiva natural e técnica, que não colocava em xeque a ordem estabelecida (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

O contexto político ditatorial à época forjou a própria educação conservacionista, que de certo modo também serviu aos interesses político-educacionais vigentes, e que, após a retomada do Estado democrático, também esteve a favor dos interesses da política liberal que se instalava no Brasil, entre os anos de 1980 e 1990. Essa leitura reducionista e ingênua que predomina na concepção da EA conservadora, é fruto desse processo histórico e deve ser compreendido também pelos reflexos das disputas, instalada entre o campo ambiental e social. Segundo Layrargues e Lima (2014), a dificuldade no entendimento de que a EA como uma prática educacional também passa pelo campo social, se deu principalmente pois a própria institucionalização da EA ocorreu, prioritariamente, por meio do sistema ambiental (Ministério do Meio Ambiente e marcos legais), e não do educacional (Ministério da Educação e marcos legais).

A aproximação com o campo educativo e os frutos dessa relação só vieram a se revelar mais tarde a partir da década de 1990: só em 1991, às vésperas da Conferência do Rio, é que o Ministério da Educação instituiu um grupo de trabalho permanente, a Coordenação de Educação Ambiental, para elaborar a proposta de sua atuação na área da Educação Ambiental formal, que mais adiante se consolidaria como a atual Coordenação Geral de Educação Ambiental. (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p.27).

Após compreendermos o processo histórico da EA, passando pelos grandes eventos e discussões internacionais, a definição do seu conceito nos documentos oficiais, seu emprego em lutas sociais e movimentos populares para então sua configuração no campo da educação com discussões mais profundas sobre os interesses das estruturas políticas e econômicas dominantes, que se sobrepõem aos direitos fundamentais da sociedade, é que sintetizamos a importância dos dois olhares da EA: o conservador e o crítico. Mediante essas colocações, dedicaremos aos fundamentos teóricos de duas vertentes, a Conservadora e a Crítica da EA,

definidas para o campo de discussão da presente tese, tendo em vista seu suporte teórico para as análises do *corpus* documental desta pesquisa.

2.3 Educação Ambiental Conservadora

A EA de caráter conservacionista se estabeleceu no contexto educacional do Brasil, devido à lógica científica que tratava os assuntos ambientais isoladamente das questões sociais e políticas, reduzindo os fenômenos complexos dessa realidade. Assim, apesar de nos depararmos com diferentes percepções e tendências de correntes na EA, muitas delas são reprodutoras dos conceitos e valores da sociedade de consumo, com uma visão antropocêntrica e utilitarista do meio ambiente. Como reflexo, há práticas essencialmente conservacionistas, dificultando a inserção da dimensão ambiental nas práticas sociais, por exemplo, com atividades pontuais em datas ecológicas (GUERRA *et al.*, 2004).

Guimarães (2004) acredita que, a concepção de EA que se consolidou como conservadora perante a sociedade não seja epistemologicamente instrumentalizada, nem comprometida com o processo de transformações significativas da realidade.

A abordagem conservadora, pautada por uma visão reformista, propõe respostas instrumentais. Observa-se, de fato, que o *modus operandi* que predomina é o das ações pontuais, descontextualizadas dos temas geradores, freqüentemente descoladas de uma proposta pedagógica, sem questionar o padrão civilizatório, apenas realimentando uma visão simplista e reducionista (JACOBI, 2005, p. 244).

Para Layrargues e Lima (2011), essa visão distorcida da EA ocorre nos discursos e práticas, possivelmente em decorrência da predominância de pensadores da área das ciências naturais em detrimento de profissionais das ciências humanas atuando no campo da EA, refletindo em práticas fundamentadas em uma concepção naturalista. Ou seja, quando discutimos essa tendência da EA, com a adoção de práticas em que predominam uma visão compartimentada, individualista e apolíticas, formulam-se propostas teórico-metodológicas, a partir de definições controversas das concepções de meio ambiente e de crise ambiental, que reforçam a lógica da educação tradicional. Logo, práticas fundamentadas em uma concepção naturalista refletem o caráter conservador e reformista da educação, desconectado das contradições sociais na relação dos humanos com o ambiente, com predomínio de ações pontuais, descontextualizadas dos temas geradores e frequentemente descoladas de uma proposta pedagógica que questiona o padrão civilizatório (JACOBI, 2005).

Loureiro (2003) admite que a EA não pode ser considerada transformadora por si só, generalizando a perspectiva emancipatória a qualquer prática educativa, que questiona o que é qualidade de vida. Essa premissa inicial traduz as impressões rasas da sociedade sobre o sentido da EA, que apesar de tantas denominações ainda é percebida como uma única vertente alinhada ao eixo conservador da EA, cujo objetivo é conscientizar as pessoas, seja por meio do encantamento com a natureza, ou por meio das mudanças de comportamentos individuais diante do consumo e da geração de resíduos (LAYRARGUES, 2012b). Assim o eixo conservador da EA é descrito como aquele em que,

O processo educativo promove mudanças superficiais para garantir o status quo, a alteração de certas atitudes e comportamentos, sem que isso signifique incompatibilidade com o modelo de sociedade contemporânea em que vivemos. São alterações ocorridas no campo psicológico, ideopolítico e cultural, melhorando certos aspectos, minimizando ou compatibilizando outros, pelo acúmulo de conhecimento e pela defesa de valores dominantes (entendidos como universais), adequando sujeitos individuais e coletivos a padrões, tradições, dogmas e relações de poder vistas como "naturais" no sentido de a-históricas. Essa é a conotação (pseudo)transformadora da Educação vigente hegemônica. (LOUREIRO, 2003, p. 38).

No contexto escolar, a depender da concepção da EA adotada, esta pode reproduzir um viés conservador de educação e sociedade, da qual se faz presente na maioria das escolas de ensino básico (LEVY, 2004). Por exemplo, ações realizadas a partir de um tema que não emerge de modo genuíno no planejamento pedagógico escolar, pode levar ao desenvolvimento de ações sem engajamento ou propósito de resolução reais, nem enfrentado como um problema limite pela comunidade. As ações, nessa perspectiva, muitas vezes não discutem a relação causal dos problemas ambientais desconsiderando os aspectos sociais e políticos, reforçando práticas no sentido de um adestramento ambiental.

Dentro desta perspectiva, o educador, que não busca uma ação intencional de uma reflexão crítica, tende a reproduzir um discurso "ambientalizado". Esse discurso em construção que acompanha essas práticas ingênuas é um mecanismo de hegemonização de uma postura conservadora para uma Educação Ambiental que vem se estabelecendo na realidade escolar. [...] Esse discurso e essas práticas que vêm sendo denominados de Educação Ambiental são reflexos da cooptação, da racionalidade dominante que suprime, no ambiente escolar, a dimensão política em sua intencionalidade de gerar práticas críticas e criativas, como causa e consequência de uma reflexão crítica (GUIMARÃES, 2003, p. 95).

É por isso que, apesar da difusão da EA na escola e na sociedade em geral, não podemos afirmar que a nossa relação com o meio ambiente esteja melhorando. Portanto, uma

ação educativa que não seja capaz de contribuir significativamente na transformação de uma realidade, através da formação de cidadãos críticos, só permitirá a conservação da realidade, tal qual como está.

Se é esta a ação educativa que vem sendo realizada na maior parte das vezes na escola, temos a predominância de uma educação ambiental conservadora que pouco contribui na superação da grave crise ambiental e na construção de um mundo melhor (VIEGAS; GUIMARÃES, 2004, p. 58).

Nesse sentido, o papel dos professores é essencial para impulsionar as transformações que almejamos. Isto nos leva à reflexão sobre a necessidade da formação de um profissional reflexivo para desenvolver práticas que articulem a educação e o meio ambiente numa perspectiva crítica, sustentada por princípios de criatividade e capacidade de formular e desenvolver práticas emancipatórias, norteadas pela justiça ambiental e social (JACOBI, 2005).

Carvalho (1995), ao debater as tendências teóricas das propostas educacionais realizadas no Brasil, destacando suas concepções político-pedagógicas, compreende que o discurso e a prática predominante da EA são marcados por características conservacionistas, individualistas e comportamentalistas. As qualidades percebidas nos estudos reduzem a questão ambiental a um problema exclusivo de conservação e gestão dos recursos naturais, excluindo a sustentabilidade política, social e cultural.

Os discursos traduzidos de uma EA que não estaria preocupada em refletir e intervir sobre as origens e causas da crise ambiental, mas apenas em combater suas manifestações mais visíveis e diretas, nos mostra um posicionamento ideológico de reprodução social do atual modelo societário, mantendo essencialmente inalterado (LAYRARGUES, 2012a).

Segundo Lima (1999, p. 143),

Com base nessa compreensão reducionista, essas propostas pretendem reverter os processos de degradação apenas através da mudança de comportamentos individuais que reforcem a conservação do ambiente. Novos valores não são construídos, exclusivamente, através de programas educativos, mas nas práticas e no cotidiano da vida social (LIMA, 1999, p. 143).

De acordo com Guimarães (2004), é preciso superar a EA que se alicerça em uma visão de mundo que fragmenta a realidade. Essa educação, denominada de conservadora, leva a uma prática pedagógica objetivada no indivíduo (na parte) e na mudança de seu comportamento (manifestação visível do problema), em uma perspectiva reduzida de perceber

uma realidade que é complexa. Ou seja, a EA Conservadora “*não compreende que a educação é relação e se dá no processo e não, simplesmente, no sucesso da correção comportamental de um indivíduo*” (GUIMARÃES, 2004, p.27).

Por fim, verificamos que diante dos (des) caminhos no percurso histórico da EA, muitos foram os avanços e retrocessos ao longo da consolidação dessa área do conhecimento como ciência, bem como sua institucionalização no sistema educacional e nos instrumentos de gestão ambiental no Brasil. O amadurecimento do campo da EA permitiu o aprofundamento teórico no debate sobre as diversas educações ambientais possíveis, conforme apresentado anteriormente. Destarte, abordamos inicialmente a concepção da EA Conservadora, para que ancorados nos autores e teóricos, ampliamos a discussão para as fundamentações da EAC, e seus desafios na superação da EA Conservadora, permitindo a construção de uma sociedade igualitária e justa.

2.4 Educação Ambiental Crítica

Até a década de 1980, os debates acadêmicos e políticos que envolviam as questões ambientais concentravam suas discussões nos efeitos da exploração dos recursos naturais e o crescimento populacional, provocados pelo sistema capitalista de desenvolvimento, tendo como prioridade a preservação ambiental. Em contrapartida, devido às discussões sobre os efeitos da crise, iniciou-se um movimento crítico ao modelo de pensamento naturalista da EA, voltado às discussões mais profundas sobre a relação causal da crise estabelecida, que envolviam a concentração desigual das riquezas no mundo (REIGOTA, 2017), ou seja, em uma visão de mundo complexa, considerando os aspectos sociais e políticos que provocam os problemas em xeque.

A grande quantidade de dados científicos sinalizava que a crise ambiental é a evidência de uma crise planetária maior e mais profunda. O problema da crise ambiental está na ordem social vigente, que se constituiu historicamente, e mantém-se por meio de relações de dominação, seja da natureza por seres humanos, seja de humanos por outros humanos (QUINTAS, 2009). Neste contexto, a prática da EA está tensionada pelas duas vertentes, e suas formas de analisar as causas e efeitos da crise planetária. A opção por uma delas implicará, necessariamente, a adoção de concepções sobre meio ambiente, crise ambiental e EA, e a execução de práticas pedagógicas, com finalidades bastante distintas.

Uma delas assume que é possível reverter a atual situação de crise adotando-se o desenvolvimento sustentável como princípio estruturante do processo de desenvolvimento. Assim, por meio de ajustes nos processos de funcionamento desta sociedade se compatibiliza o desenvolvimento com a proteção ambiental, sem alterações significativas na sua estrutura. Desta forma haverá mitigação dos impactos ambientais e redução da injustiça e da desigualdade social. Algo como reformar o mundo para torná-lo sustentável. A outra tendência, de visão transformadora, assume que as raízes da crise estão no padrão civilizatório eurocêntrico, portador da ideia de progresso imposto aos povos do planeta, pela colonização (QUINTAS, 2009, p. 42).

De acordo com Lima (2002), ao escolher a compreensão do processo crítico da crise ambiental será necessário um pensamento complexo, e a rejeição de todas as formas de reducionismo. Nessa perspectiva, uma nova geração de educadores ambientais reforça a importância de colocar em prática uma EA inovadora, alinhada a uma proposta de educação reflexiva e problematizadora — ou seja, uma EAC.

Para superar as contradições socioambientais é preciso buscar novas referências de pensar e agir para transformar a realidade socioambiental degradada, afastando do círculo vicioso e inconsciente de agir, referenciado pelo paradigma disjuntivo da modernidade, e aproximando de leituras de mundo que nos inspire na diversidade, compromisso de uma Educação Ambiental que vem se consolidando como crítica, transformadora e emancipatória (GUIMARÃES; MEDEIROS, 2016, p. 57).

No Brasil, a educação crítica tem suas raízes nos ideais democráticos e emancipatórios do pensamento crítico aplicado à educação popular, que rompe com uma visão de educação tecnicista e replicadora de conhecimentos (CARVALHO *et al.*, 2004), e se posiciona a favor da transformação da sociedade diante das contradições socioambientais ainda presentes. Assim, um elemento decisivo, que marcou o nascimento e os caminhos da identidade da EAC foi a forte inserção dos educadores que atuavam na educação popular e adotavam a pedagogia crítica e libertadora de Paulo Freire.

A EA no Brasil se volta, então, para a formação humana, em que o ato educativo deixa de ser a transmissão de conhecimentos, e ganha a centralidade na própria práxis educativa, com a indissociabilidade entre teoria e prática na atividade humana, consciente da transformação do mundo e da autotransformação (GUIMARÃES, 2000b). Guimarães (2004) discorre que:

Essa educação ambiental em construção em um movimento contra-hegemônico é crítica ao paradigma cientificista-mecanicista que informa a sociedade moderna urbano-industrial; crítica ao seu modelo de desenvolvimento, ao seu modo de produção, com suas múltiplas determinações da realidade social, que se concretiza na proposta de uma modernização que é conservadora – porque muda (moderniza) para manter a

situação atual (status quo) – e que promove, ainda, de acordo com sua racionalidade, o direcionamento para uma compreensão única de mundo, criando sentidos, como, por exemplo, sobre desenvolvimento sustentável – o que caracteriza a noção de sustentabilidade como um campo de disputa (GUIMARÃES, 2004, p. 46-47).

Diante disso, a questão ambiental, compreendida por suas dimensões públicas e políticas, deve ter como meio prioritário de enfrentamento um processo educativo, numa perspectiva crítica e freireana, com uma dinâmica individual e coletiva, com diálogo, saberes, afetos e visões de mundo (LOUREIRO, 2019), em um processo de conscientização mais complexo e crítico.

No trabalho de conscientização é preciso estar claro que conscientizar não é simplesmente transmitir valores “verdes” do educador para o educando; essa é a lógica da educação “tradicional”; é, na verdade, possibilitar ao educando questionar criticamente os valores estabelecidos pela sociedade, assim como os valores do próprio educador que está trabalhando em sua conscientização. Por fim, permitir que o educando construa o conhecimento e critique os valores com base em sua realidade, o que não significa um papel neutro do educador que negue os seus próprios valores em sua prática, mas que propicie ao educando confrontar criticamente diferentes valores em busca de uma síntese pessoal que refletirá em novas atitudes (GUIMARÃES, 2007a, p.32).

Para Loureiro (2015), o caráter crítico deve ser permanente e condição indiscutível para constituir uma educação política e intencional, para a superação das formas de dominação e dos problemas socioambientais vigentes, que determinam as injustiças no mundo. Carvalho *et al.* (2004) afirma que a EA, ao assumir o posicionamento crítico, volta a compreender as relações sociedade-natureza e intervir nos problemas e conflitos ambientais, a partir de um projeto político-pedagógico que busca contribuir para uma mudança de atitudes, sobretudo dos valores éticos.

A EAC se propõe, em primeiro lugar, a desvelar os embates hegemônicos presentes na realidade para que, numa compreensão (complexa) do real, instrumentalizem-se os atores sociais para uma intervenção crítico-reflexiva. Nesse processo de desvelamento é necessária uma ação diferenciada, mediante uma práxis, em que a reflexão subsidie uma prática criativa permitindo a construção de uma nova compreensão de mundo. Esse não é um processo individual, mas que o sujeito vivencia na relação com o coletivo em um exercício de cidadania, autorresponsabilidade e na participação em movimentos coletivos conjuntos de mudança social (GUIMARÃES, 2004).

A educação não se reduz a uma intervenção centrada exclusivamente no indivíduo, ou seja, a proposta educativa transformadora e crítica só faz sentido se pensada a relação entre

sujeito e coletivo. Na EAC, a responsabilidade se dá em outra dimensão, supõe a responsabilidade consigo próprio, com os outros e com o ambiente (CARVALHO *et al.*, 2004).

A perspectiva crítica contempla uma realidade mais complexa, pois a percebe como um conjunto de inter-relações. O resultado da ação educativa crítica se dá na promoção de um movimento que potencialize a transformação simultânea dos indivíduos e da realidade socioambiental, e não, focada apenas na mudança do comportamento do indivíduo, esperando automaticamente a transformação da sociedade. Nesse contexto, as práticas educativas devem apontar para propostas pedagógicas centradas na mudança de hábitos e atitudes, a partir de práticas sociais com o desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação crítica e participação dos educandos (JACOBI, 2005).

É essa acepção que sustenta uma EA que vai além de uma abordagem naturalista, biologicista ou reducionista da problemática ambiental. A perspectiva denominada de emancipadora, socioambiental e crítica (CARVALHO *et al.*, 2004; LOUREIRO, 2007; TOZONI-REIS, 2004; TREIN, 2012) tem se ampliado em propostas cujas análises dos problemas ambientais passam a incorporar aspectos relacionados com à justiça social e ambiental, sociedade de risco, relações entre sistema social de produção e degradação ambiental, dentre outros.

De acordo com Loureiro (2019), a EA é processual e deve envolver etapas teórico-práticas com avaliações e reflexões permanentes. O conhecimento problematizador, organizado e crítico indica os caminhos de construção de práticas, em um percurso metodológico que pode trilhar atitudes individuais e ações coletivas, que possibilitem as transformações desejadas e necessárias, por meio da consciência crítica desenvolvida.

Em contrapartida, um processo educacional com viés comportamentalista, conservador e fragmentado da realidade observamos, majoritariamente, propostas em EA com procedimentos metodológicos voltados a um modelo de ação sustentável que busca reduzir o uso de recursos naturais, em uma lógica responsabilizadora individual. Para o pensamento crítico as propostas mecânicas, não reflexivas e promotoras de mudanças comportamentais são insuficientes. É preciso a elaboração de propostas metodológicas que vão ao encontro de concepções pedagógicas críticas, na medida em que o referencial teórico dê suporte às ações práticas. Segundo Loureiro,

É possível adotar estrategicamente posturas que partam de consensos ou práticas não questionáveis como reuso da água, horta escolar, plantio de mudas, e ao mesmo tempo agir de modo muito menos tolerante e mais

impositivo, ocasionando relações violentas e opressoras. Muito diferente disso é a abordagem pedagógica e o que se busca como finalidade educativa. Se a finalidade é a transformação social através de um fazer educativo emancipador não se podem negar os conflitos que emergem de uma sociedade historicamente desigual nos usos e aproximações materiais e simbólicas da natureza (LOUREIRO, 2019, p. 84).

A EA que visa à participação do cidadão na solução dos problemas está mais próxima de metodologias que permitam questionar um tema, propor soluções e apresentá-la publicamente, denominadas de metodologias participativas. As aulas expositivas não são recomendadas, mas podem ser importantes quando abrem espaços para a reflexão e participação dos envolvidos. O mais adequado é que o educador defina sua prática de acordo com o seu público-alvo, adaptando a metodologia às condições do educador e das possibilidades concretas (REIGOTA, 2017).

Consoante Sauvé (2005), nas práticas em EA Crítica a teoria e ação estão estreitamente ligadas, e sua construção deve ser fundamentada respeitando as seguintes etapas:

A primeira etapa do processo que propõe este modelo é a análise dos textos relativos a um tema ambiental, seus fundamentos, das implicações destes últimos, de sua significação fundamental em relação ao meio ambiente. Passa-se, assim, da temática à problemática, através de diferentes discursos. A segunda etapa é relacionar a problemática explorada pelos textos com a realidade local, cotidiana. Depois se elaboram projetos a partir de uma perspectiva comunitária. Os projetos são concebidos e apresentados às autoridades municipais que, em colaboração com o responsável pelo meio escolar, escolhem aqueles que estão mais bem argumentados e melhor concebidos, a fim de lhes dar ajuda financeira para sua realização. O pessoal do ou dos projetos selecionados convoca todos para participar, na escola e na comunidade. Uma das maiores preocupações durante a concepção e o desenvolvimento dos projetos é a de fazer surgir progressivamente uma teoria da ação socioambiental (um saber-ação). Cada aluno, inclusive na escola fundamental, é convidado a refletir sobre o projeto, sua essência, para assim aclarar sua razão de ser e seu significado (seus fundamentos) e para descobrir o que se aprende realizando tal ação (sobre a própria problemática e sobre o processo de implementação) (SAUVÉ, 2005, p. 31).

Para finalizar as reflexões desta seção, podemos concluir que o processo educativo, via EA, é sobretudo um processo permanente, no qual indivíduos e comunidades tomam consciência das questões relativas ao ambiente e produzem conhecimentos, valores e atitudes que possam torná-los aptos a agir, individual e coletivamente, no sentido de transformar as causas estruturais da crise ambiental. Viabilizar esse processo, implica por uma EAC e emancipatória, que vai além de “ensinar” bons comportamentos em relação ao meio ambiente,

e que está comprometida com as mudanças de valores e a transformação da sociedade (PINTO; GUIMARÃES, 2017). Segundo Lima (2002), a perspectiva transformadora e crítica continuam sendo a única que pode nos tirar da inércia e abrir a possibilidade de uma renovação construtiva da ética, da cultura e das sociedades presentes.

Esse é o motivo que nos leva a qualificar e defender uma sustentabilidade e educação emancipatórias, que nos imunize das propostas neoconservadoras, impostas pelo império do mercado e pela instrumentalidade da razão, e sirva como instrumento de resistência e invenção de novas formas de vida mais justas, solidárias e sustentáveis (LIMA, 2002, p.19).

2.5 Dos pressupostos teóricos ao contexto da pesquisa

Guimarães (1995) alerta para o fato de que muitos projetos em EA estão sendo desenvolvidos de forma pouco sistematizada, indicando que o significado da EA ainda é pouco claro entre os educadores e, principalmente, entre a população em geral, sendo muitas vezes confundida com o estudo da ecologia ou biologia. A partir dos pressupostos apresentados (história da EA, surgimento da EA no Brasil e suas vertentes), conferimos a seguinte questão problematizadora, a fim de fomentar as discussões posteriores nesta pesquisa: *que tipo de prática educativa (teórico metodológico) em EA, e em qual perspectiva político-pedagógica os agentes/servidores públicos adotam no contexto da gestão pública ambiental no MS?*

De acordo com Reigota (2017), o grande desafio que se apresenta à EA no século XXI, após o reconhecimento desse campo do conhecimento, é posicionar sua efetiva contribuição para a construção de uma sociedade justa, democrática e sustentável, que só será possível com propostas pautadas em sólidos projetos político-pedagógicos.

Com a consolidação da EA Crítica, o posicionamento reflexivo passa a ser orientador das práticas educativas, sejam nos movimentos sociais, nas comunidades, nas escolas, nas políticas públicas ou na execução de projetos no âmbito, por exemplo, dos instrumentos da gestão ambiental, como o licenciamento e a gestão de unidades de conservação (LOUREIRO, 2019). Tais conflitos pedagógicos nas concepções da EA e as contradições entre prática e teoria podem estar presentes nas diversas propostas realizadas na esfera pública ou privada, o que essa pesquisa pretende debruçar esforços para análise e reflexão.

Corroborando as premissas colocadas por Reigota (2017) e Loureiro (2019), Layrargues (2020b) traz um grande manifesto de convocação às ações empenhadas no campo da EA brasileira, pois, diante dos tempos atuais, regidos pelo signo do anti ecologismo, exige-

se uma reação proporcional à mudança de conjuntura na superação da pedagogia do conformismo e da obediência, que acabaram por predominar no campo da EA brasileira. Para o autor, não é possível seguir indiferente e alienado diante do abrupto e profundo retrocesso ambiental que presenciamos nas instituições brasileiras, anunciando ingenuamente uma prática individual dos bons exemplos de sustentabilidade (LAYRARGUES, 2020b).

Não pretendemos neste capítulo esgotar as discussões sobre as tendências conservadoras e críticas da EA, especialmente no Brasil. Nossa intenção foi apresentar os pressupostos das duas concepções teórico-metodológicas ao se pensar em uma EA que parte historicamente de inquietações comuns sobre os problemas socioambientais, e que tornam as discussões ambientais planetárias e que afetam a todos enquanto sociedade.

Entendemos que a EA Conservadora se consolidou neste campo social, fruto das concepções de ambiente e educação politicamente construídas nos debates e movimentos atuantes em um contexto sócio-histórico diverso ao atual. Ainda hoje, essa EA Conservadora perpetua as práticas educativas fundamentadas em um fazer pedagógico reprodutivista, apolítico e tecnicista. Entretanto, novas disputas e contextos levaram esse percurso epistemológico da educação para uma nova perspectiva de uma EA — crítica, transformadora e emancipatória —, o que não nos coloca em posição de definir a EA Crítica como verdade absoluta ou como única via para “salvar” o planeta; muito menos que essa vertente se configura como uma tendência a suplantar a vertente conservadora, em um trajeto linear do pensamento na EA.

Em suma, concordando com os referenciais discutidos nesse campo do conhecimento, nos inclinamo-nos ao pensamento crítico da EA como uma possibilidade para se alcançar as mudanças idealizadas, a de uma sociedade justa e igualitária, ao tratar a EAC como a perspectiva teórica viável na busca de um processo educativo coerente aos anseios e demandas das questões-problemas apresentadas no contexto atual. Partindo dessas colocações é que se constitui a vertente crítica da EA como fundamento teórico norteador para as discussões e análises trazidas neste estudo, ao assumirmos a concepção de um fazer pedagógico e pensar ambiental alinhado a uma proposta crítica, reflexiva, transformadora e inquieta ao modelo societário moderno.

Pensando nas proposições acima, no contexto das práticas em EA que estão inseridas no SisEA/MS, é que a presente pesquisa elucida reflexões sobre o papel do SisEA/MS enquanto política pública em EA e às concepções pedagógicas das propostas realizadas por agentes representantes de empresas, entidades e instituições na esfera pública e privada, que estão cadastradas no SisEA/MS. Ou seja, qual a relevância do SisEA/MS para a PEEA/MS e

sua contribuição para o campo da política pública ambiental sul-mato-grossense? E quais os fundamentos teóricos da EA que estão presentes nas diversas práticas educativas realizadas pelos educadores ambientais no MS, a partir dos dados obtidos nas propostas cadastradas no SisEA/MS?



3. INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EA NO BRASIL: ASPECTOS POLÍTICOS E ADMINISTRATIVOS.

A palavra política origina-se do grego *polis*, cidade-estado, que era o local onde os cidadãos se reuniam e exerciam sua liberdade política por meio do debate e da participação de todos, ou seja, era a *polis* que garantia a igualdade entre os cidadãos. Essa liberdade, porém, só existia entre os pares, e era extremamente restrita, visto que a maioria da população

(mulheres, escravos, despossuídos) não era considerada parte do grupo dos cidadãos, e portanto, era excluída da participação de assuntos públicos. Como por natureza os homens não eram iguais, era necessária uma instituição artificial, *a polis*, que tornaria alguns deles — os cidadãos — iguais (CARVALHO; SAMPAIO, 2006). Segundo Sorrentino *et al.* (2005) quando entendemos o conceito de política pela origem do termo, não falamos de política para a regulação sobre a sociedade, mas de uma regulação dialética sociedade-Estado que favoreça a pluralidade e a igualdade social e política.

Assim, temos como ponto de partida a compreensão de Políticas Públicas adotada por Höfling (2001), definida como o Estado, ente responsável pela implantação e manutenção, de um projeto de governo, com programas e ações voltados para setores específicos da sociedade, mediante um processo de tomada de decisões que envolvem órgãos públicos e agentes da sociedade, relacionados à política implementada. Sorrentino *et al.* (2005) também contribuíram para a conceituação de políticas públicas como um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam a relação de poder, e destina-se à resolução pacífica de conflitos, assim como a construção e aprimoramento do bem comum.

Torna-se importante aqui ressaltar a diferenciação entre Estado e governo, onde Estado envolve o conjunto de instituições permanentes, como órgãos legislativos, tribunais, exército e outros, que possibilitam a ação do governo. Já governo é o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros), configurando-se a orientação política de um determinado governo, assume, desempenhando as funções de Estado por um determinado período (HÖFLING, 2001).

[...] os governos são transitórios e se configuram por meio de uma orientação política num determinado espaço e território, já o Estado é o conjunto de Instituições permanentes que formam um bloco que facilitam as ações do governo. As ações empreendidas pelo Estado não se implementam automaticamente, têm movimento, têm contradições e podem gerar resultados diferentes dos esperados. Especialmente por se voltar para e dizer respeito a grupos diferentes, o impacto das políticas sociais implementadas pelo Estado capitalista sofrem o efeito de interesses diferentes expressos nas relações sociais de poder (HÖFLING, 2001, p. 31).

A origem das políticas públicas ambientais está nas demandas provenientes de diversos sistemas (mundial, nacional, estadual, municipal) e seus subsistemas políticos, sociais e econômicos, em que as questões que afetam a sociedade se tornam públicas e formam correntes de opinião, com pautas a serem debatidas em fóruns específicos (SORRENTINO *et al.*, 2005). Floriano (2007) afirma que as políticas públicas ambientais devem ir além da gestão de recursos para proteção ambiental. Ou seja, é necessário que tais

normativas orientem e tragam soluções para quaisquer conflitos sociais que tratam de questões ambientais, buscando o bem-estar social e a conservação dos recursos para as gerações futuras.

Um dos fatores limitantes para transpor o escopo das políticas públicas ambientais, é a percepção de que estas são ações governamentais, impedindo a mobilização e a participação efetiva da sociedade na construção democrática (SATO; SILVA; JABER, 2018). É nessa relação Estado e sociedade que as políticas ambientais demandam cada vez mais novos enfoques integradores. Assim, o poder público deve assumir um papel indutor do processo decisório, com a presença dos órgãos governamentais como articuladores, coordenadores e promotores de ações participativas da sociedade no controle social (JACOBI, 2003).

Face à crise global da civilização humana, nunca foi tão importante participar dos movimentos que constroem as políticas públicas de forma crítica, não na condição passiva de leitura das informações, mas no protagonismo de fazer as notícias, pode favorecer para que os níveis de participação não sejam meramente pontuais, mas que possibilite uma política pública mais sustentável, desde que mais acompanhada pelos seus autores (SATO; SILVA; JABER, 2018, p. 94).

Logo, a EA insere-se nas políticas públicas do Estado brasileiro no âmbito do Ministério da Educação (MEC), entendida como uma estratégia de incremento da educação pública, enquanto que no Ministério do Meio Ambiente (MMA) tem a função de promover melhoria da qualidade de vida por meio de abertura de espaços democráticos para discussão das questões afetas aos diversos grupos sociais (SORRENTINO et al., 2005).

Segundo Höfling (2001), é fundamental se referir às chamadas “questões de fundo”, que situam as decisões tomadas pelo Estado a partir dos planos de governos, para uma melhor leitura do panorama onde se infere as políticas públicas. Assim, o presente capítulo detalha o processo de institucionalização da EA no âmbito federal; posteriormente, o contexto para a aprovação e implementação das duas principais políticas nacionais de EA (PNEA e PRONEA) e do Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental (SIBEA). Essa primeira parte deste capítulo, envolve as “questões de fundo” da EA em esfera federal, dá suporte ao fundamento teórico escrito na segunda parte deste capítulo, momento em que a EA é contextualizada no estado do MS. Na segunda parte do capítulo é abordada a estrutura da EA na gestão pública, no âmbito não formal e no MS, para, enfim, aprofundarmos no contexto da PEEA/MS e do Sistema Estadual de Informação em Educação Ambiental (SisEA/MS), objeto de pesquisa desta tese.

3.1 A estrutura político-administrativa da EA no Brasil

Conhecer o percurso da institucionalização da EA na gestão ambiental pública federal ajuda a entender o contexto de sua formação e como se fizeram presentes os diversos interesses e disputas dessa área do conhecimento no país (LOUREIRO; SAISSE; CUNHA, 2013). A inserção da EA no Brasil se caracterizou pela presença de diferentes atores e setores sociais, influenciando seus caminhos, a partir das décadas de 1970 e 1980. Dessa forma, delineamos o percurso do ambientalismo e da EA brasileira, seguindo os marcos históricos discutidos por Layrargues (2018b), divididos em cinco fases distintas, marcadas pelas políticas de governo, de acordo com suas características próprias (Quadro 1).

Quadro 01: As fases do ambientalismo e da EA brasileira

FASE	DEFINIÇÃO	CARACTERÍSTICAS	MARCOS HISTÓRICOS
1ª Fase	Período fundacional do ambientalismo (1971 -1981) Governos Emílio Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo	Bissetorialismo entre o ambientalismo governamental e o ambientalismo estrito-senso, representado pelas ONGs de expressão ecologista. Teve início em 1971, na véspera da Conferência de Estocolmo, e perdurou até 1981, com a criação da Política Nacional de Meio Ambiente.	Aprovação da Constituição Federal; criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).
2ª Fase	Ecologismo em transição (1981-1991) Governos João Figueireido e José Sarney	Ambientalismo parlamentar e politização da pauta ambiental, com a criação de diversas institucionalidades ambientais públicas que passaram a sustentar os instrumentos legais de proteção ambiental.	Aprovação da Constituição Federal; Criação do IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

<p>3ª Fase</p>	<p>Ampliação do ambientalismo</p> <p>ou</p> <p>época de ouro para o ecologismo (1990 – 2006)</p> <p>Governos Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva (1º mandato)</p>	<p>Surgimento do socioambientalismo, ambientalismo acadêmico, empresarial e religioso, denotando o ‘multissetorialismo’.</p> <p>Influência neoliberal sobre a regulação ambiental pública, em que os instrumentos de comando e controle foram substituídos pelos mecanismos de mercado para regular a poluição industrial.</p>	<p>Criação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), em 1993;</p> <p>Criação da Agência Nacional de Águas (ANA), em 2001;</p> <p>Aprovação da Política Nacional de Recursos Hídricos, de 1997;</p> <p>Aprovação da Lei de Crimes Ambientais, de 1998;</p> <p>Aprovação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), de 1999;</p> <p>Aprovação da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), de 2000;</p> <p>Conferência do Rio, em 1992;</p> <p>Aprovação dos novos “Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)”</p> <p>Criação da CGEA/MEC - Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação e dos Núcleos de Educação Ambiental (NEAs);</p> <p>Eleição do Presidente Luis Inácio Lula da Silva e a nomeação da Ministra Marina Silva para o MMA;</p> <p>Revisão do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA²), em 2005;</p>
<p>4ª Fase</p>	<p>Retração do ambientalismo (2007 – 2019)</p> <p>Governos Luiz Inácio Lula da Silva (2º mandato), Dilma Rousseff, Michel Temer, Jair Messias Bolsonaro</p>	<p>Fase marcada pelo grande retrocesso democrático e ambiental;</p> <p>Fragilização dos órgãos de fiscalização; Desmonte das Políticas em EA;</p>	<p>Aprovação da Medida Provisória nº 366/07 sobre o desmembramento do IBAMA e criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio);</p> <p>Extinção da Diretoria de Desenvolvimento Socioambiental (DISAM) e a CGEA/MEC - Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação;</p> <p>Afastamento da ministra Marina Silva em 2008, e entrada do Carlos Minc no MMA;</p> <p>Izabella Teixeira assume como a nova ministra do Meio Ambiente, em 2010;</p> <p>Resolução CONAMA nº 422/2010, que estabelece as diretrizes para as campanhas, ações e projetos em EA;</p> <p>Nota Técnica IBAMA nº 01/2010, que estabelece as diretrizes para os programas de EA no âmbito do licenciamento ambiental do petróleo e gás,</p> <p>Aprovação do documento “Estratégia nacional de comunicação e EA em Unidades de Conservação</p>

² A grafia da sigla do PRONEA está contextualizada, posteriormente no texto, no decorrer do histórico da criação da PNEA e do PRONEA.

<p>5ª Fase</p>	<p>Retrocesso democrático e ambiental</p> <p>ou</p> <p>Signo do antiecológico</p>	<p><i>Impeachment</i> de Dilma Rouseff, em 2016 e entrada de governo Michel Temer;</p> <p>Governo de Jair Messias Bolsonaro, com as eleições de 2018;</p> <p>Aprovação do Decreto nº 9.806, de maio de 2019, sobre a restrição da participação da sociedade civil organizada no Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA);</p> <p>Esvaziamento de órgãos de fiscalização, entre eles o IBAMA e o ICMBio;</p> <p>Desmorte da EA brasileira com a extinção do OG/PNEA, e a suspensão das funções do Comitê Assessor da PNEA;</p>
-----------------------	-----------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Organização da autora, adaptado de Layrargues (2018b)

O Quadro 1 apresenta de forma sintetizada as demarcações dos diferentes momentos do ambientalismo no Brasil, que foi caracterizada por Layrargues (2018b). As cinco fases forjaram os caminhos da EA no Brasil, e refletem os contextos políticos, econômicos e sociais que o Brasil enfrentou, e ainda vivencia nos dias atuais.

Na primeira fase observamos as pressões sofridas pelo poder público advindas de órgãos internacionais, ONGs, movimentos sociais, órgãos financeiros e empresas ligadas ao desenvolvimento de atividades envolvendo a EA (LIMA, 2009), denotando um caminho artificial na institucionalização da gestão ambiental no Brasil. Por exemplo, Ferreira (1998) atribui a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) como resposta do governo brasileiro à repercussão negativa sobre a posição do Brasil durante a Conferência de Estocolmo (1981), perante a comunidade internacional.

A segunda fase do ambientalismo no Brasil é marcada por dois importantes acontecimentos na institucionalização do cenário ambiental: a aprovação da Constituição Federal e a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Ferreira (1998) alerta que a criação do IBAMA se deu em razão da repercussão do impacto das queimadas na Amazônia, durante o governo de José Sarney, no contexto do debate mundial sobre as mudanças climáticas. Nesse período é que o discurso do Desenvolvimento Sustentável nasceu sustentando a narrativa do ambientalismo empresarial, de que o investimento na qualidade ambiental representava uma oportunidade competitiva de negócios, com o nicho do “Consumidor Verde” (LAYRARGUES, 2018b). Para Lima (2011), essa narrativa ideológica chega para desqualificar a perspectiva estatal, política e pública da gestão ambiental, ao favorecer a valorização de soluções técnicas no trato das questões ambientais, com a aplicação de responsabilidade social, certificação ambiental (ISO 14.000),

parcerias público-privadas, ecoeficiência, mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL), consumo e mercados verdes ou de carbono.

A terceira fase tem como característica a ascensão do ambientalismo, um período da bonança ambiental, com a constituição de vários órgãos e agências, em que se consolidaram os fundamentos da proteção ambiental como um bem público e direito difuso assentado sob o princípio da precaução (LAYRARGUES, 2018b). Não obstante, parte dessas implementações ocorreu pela necessidade de o governo de Fernando Collor de Mello conquistar a confiança dos países desenvolvidos para financiar seu programa econômico, pesando, por exemplo, na criação do MMA e no protagonismo do Brasil na organização da Rio-92 (FERREIRA, 1998). Nessa fase, a questão socioambiental ganha novas perspectivas a partir de 2003, com a eleição do presidente Luis Inácio Lula da Silva e a nomeação da Ministra Marina Silva para o MMA (BASIOLI *et al.*, 2015). Nesse período, os MMA e MEC realizaram diversas articulações, como o lançamento do programa Vamos cuidar do Brasil, e a Conferência Nacional do Meio Ambiente, na versão adulta e jovens, que contou com a participação direta de quase dezesseis mil escolas (SORRENTINO *et al.*, 2005).

Na quarta fase, verifica-se a perda da radicalidade crítica ambiental e o predomínio do pragmatismo nas políticas ambientais (LAYRARGUES, 2018a), com o fim da “época de ouro do ecologismo”, a partir de 2006, marcada pela extinção de alguns setores da EA. Conforme Layrargues (2018b), com as medidas adotadas nas políticas de governo no MMA e no IBAMA, o Estado deixou de implementar ações e políticas que eram fundamentadas na EA cuja práxis pedagógica estimulava os grupos sociais afetados pela injustiça e desigualdade ambiental, no exercício democrático do controle social das políticas públicas desenvolvimentistas aplicadas no território.

Essa medida constituiu-se como um silenciamento político, como um ato repressor, e entra no saldo dos retrocessos ambientais acumulados na conta do signo antiecológico. Terá sido apenas uma infeliz coincidência a única instância que, efetivamente, impediu a cooptação ideológica dentro do Estado brasileiro ter sido extinta? (LAYRARGUES, 2018b, p.38).

Os retrocessos e tímidos avanços das ações governamentais ambientais se devem também ao contingenciamento financeiro vivido nesse período, refletindo no quadro pessoal de servidores, na estruturação em algumas superintendências, e que, somados à insatisfação da reorganização administrativa resultou em uma instabilidade institucional no IBAMA e no ICMBio. Essa quarta fase inicia a retração do ambientalismo, com a supressão de importantes conquistas históricas nos marcos regulatórios e nas institucionalidades político-

administrativas da gestão ambiental pública, que foram respectivamente ‘flexibilizados’ e sucateadas, prosseguindo com o desmantelamento neoliberal da estrutura administrativa da gestão ambiental pública (LAYRARGUES, 2018a).

Os argumentos desenvolvimentistas usavam a narrativa de um sacrifício ambiental como condição para superação da crise econômica, com a aprovação de dispositivos legais e não éticos. Esse sacrifício se consuma com a eliminação dos entraves ambientais e com a expropriação dos povos tradicionais de seus direitos territoriais (LAYRARGUES, 2018a).

A quinta fase do ambientalismo brasileiro, desponta um momento em que vozes dissonantes da sustentabilidade marcaram significativamente em um grande retrocesso democrático e ambiental (LAYRARGUES, 2018a), que se iniciou com o *impeachment* da presidenta Dilma Roussef, em 2016, e com as eleições do presidente Jair Messias Bolsonaro. O ponto crítico da quinta fase do ambientalismo brasileiro emerge, segundo Layrargues (2020a) sob o signo do que ele define como antiecológico³, dominando o campo político instalado com o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, com as eleições de 2018. Assim, o atual governo apresenta como programa político a intervenção de diversos mecanismos que convergem para o esvaziamento de órgãos de fiscalização, entre eles o IBAMA e o ICMBio, e o desmonte das políticas ambientais e de EA, colocados em prática desde 2019 (PIERRO; JACOBI, 2021).

A fragilização dos órgãos ambientais fez recuar a frente de defesa ambiental institucional, cujos servidores públicos passaram a ficar impedidos de deter a “boiada”⁴, com a justificativa de aniquilar a “indústria de multas”(LAYRARGUES, 2020a).

[...] a militarização dos órgãos federais ocupando cargos estratégicos como a transferência de competências do IBAMA para o Núcleo de Conciliação Ambiental; como a implantação da ‘lei da mordaca’ dentro dos órgãos ambientais federais; como a interferência das Forças Armadas sobre o IBAMA na operação de Garantia da Lei e da Ordem na Amazônia; como a exoneração dos chefes de fiscalização do IBAMA como represália à operação de combate ao garimpo em Terra Indígena; como a escandalosa proibição (ilegal) de destruição de maquinário apreendido em autos de infração por ocasião de campanhas de fiscalização contra o crime ambiental em áreas remotas (LAYRARGUES, 2020a, p.23).

³ Processo de retrocessos, perdas e derrotas no campo ambiental. Trata-se de um recuo na construção da política ambiental pública, resultado de um embate de forças sociopolíticas que rivaliza aquele clássico antagonismo entre ‘ecologia’ e ‘economia’. Em outras palavras, a dialética entre o desenvolvimentismo e o crescimento e a sustentabilidade (LAYRARGUES, 2020a).

⁴ Aproveitando o foco no COVID-19 que o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, sugeriu a aprovação de desregulamentações ambientais, deixando a “boiada passar” durante uma reunião interministerial divulgada pela mídia. Muitas alterações na legislação ambiental ocorreram durante os sete primeiros meses da pandemia, confirmando a concretização do projeto do governo referindo-se ao interesse de se flexibilizar a legislação ambiental e normas referentes às terras indígenas (PIERRO; JACOBI, 2021).

Ferreira (1998) argumenta que o processo de internalização da questão ambiental nas políticas de Estado no Brasil não obedeceu uma motivação genuína, mas um processo gradual de constituição marcado por pressões externas dos países centrais e organismos internacionais, embora as pressões internas dos movimentos socioambientais também tenham funcionado em um plano secundário.

Lima (2011), ao analisar as políticas governamentais no Brasil, até o segundo mandato da gestão de Luis Inácio Lula da Silva, constatou que as políticas, os planos, os programas e os projetos que defendem o desenvolvimento econômico sempre foram as prioridades em qualquer cenário histórico brasileiro. Este modelo desenvolvimentista parece vigorar até os dias atuais, sendo intensificados no governo Bolsonaro, com a alteração de marcos regulatórios, o afrouxamento da legislação ambiental, o sucateamento do aparato político-administrativo da gestão ambiental pública, a violência simbólica e física contra lideranças ambientalistas e povos tradicionais, os conflitos e a injustiça socioambiental (LAYRARGUES, 2018a).

Loureiro Loureiro, Saisse e Cunha (2013) destacam a importância de resgatar esse processo e clarear os sentidos da EA para nos posicionarmos a favor de uma ação educativa combativa e para a construção de novos caminhos para a EA. Desta forma, apresentamos no contexto do resgate histórico da EA no Brasil o processo de criação das políticas estruturantes em EA, na esfera federal.

3.1.1 PNEA e ProNEA como políticas estruturantes em EA no âmbito federal

Para situarmos os aspectos legais da PNEA e do ProNEA faz-se necessário compreender os contextos histórico, econômico, social, político e cultural do momento de sua elaboração, em 1999. Partindo da década de 1980, com o fim da ditadura militar no Brasil, encontramos um cenário social muito fecundo nas discussões sobre a educação, em especial na perspectiva crítica e transformadora do ensino público, mas que não se consolidaram na organização do sistema de ensino. Em contrapartida, as forças hegemônicas neoliberais avançaram na estruturação do campo das políticas públicas da educação, gerando um movimento das posições contra-hegemônicas. Essa força do pensamento progressista e libertário penetrava nos movimentos sociais, gestando assim os desdobramentos trazidos a partir da Rio-92 (TOZONI-REIS; JANKE, 2014).

Ainda na década de 1990, o recém-criado MMA, juntamente com o IBAMA, forma o grupo de trabalho de EA articulado com o MEC e o MMA (SPAZZIANI, 2014), auxiliando

nos processos de preparação da Conferência das Nações Unidas, Rio-92 (De LUCA, 2013), e na implantação da EA no contexto escolar, em todo o país. Posteriormente, deste grupo de trabalho forma a Coordenadoria de Educação Ambiental (COEA), que estava inserida na Secretaria de Ensino Fundamental do MEC, que desenvolveu a formulação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), e depois contribuiu para a implementação da PNEA (SPAZZIANI, 2014).

Assim, em 1992, aconteceu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92 ou Rio-92), e o Fórum Internacional das ONGs (Fórum das ONGs) — evento paralelo à Conferência — que tiveram papel fundamental na consolidação do tema ambiental e da EA no Brasil, principalmente para a construção das Políticas Públicas em EA. Cabe salientar que o Fórum das ONGs foi um espaço dito “independente” do evento oficial, e representou o discurso da reivindicação e da oposição durante o Rio-92 (LAYRARGUES, 2002).

O Tratado da EA para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (1992) documento elaborado durante o “Fórum das ONGs” é, ainda hoje, um dos principais documentos de referência para a EA, pois foi construído com a participação de mais de 1300 ONGs, com atuação em 108 países (VIEZZER, 2004). Segundo Luca e Lagazzi (2016), a posição crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável está materializada no Tratado, pois o documento não faz referência a esta expressão, que foi discutida na Conferência oficial, e sim ao termo “sociedades sustentáveis”, que dá nome ao documento, permitindo abrir o conceito para sentidos de pluralidade e diversidade.

No tratado, a EA para a sustentabilidade parte do princípio de que ela é um processo permanente, fundamentado no respeito a todas as formas de vida, de responsabilidade individual e coletiva, local e planetária, seguindo os fundamentos de uma EA na vertente crítica, e inspirada na educação libertadora de Paulo Freire. Enquanto que na Agenda 21, consolidada durante a Rio-92, a EA é compreendida de forma funcionalista e a sustentabilidade reveste-se do neoliberalismo que organiza a economia nos diferentes países signatários deste documento (TOZONI-REIS; JANKE, 2014, p.129).

Após o grande impacto da Conferência de 1992, somado aos movimentos políticos e administrativos no Brasil, a EA é reconhecida e fortaleceu-se com a criação do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), em 1994, e com a sanção da Lei 9.795, em 27 de abril de 1999 (PNEA), que institucionaliza e consolida a EA sob a ótica dos instrumentos legais. O PRONEA apresenta as diretrizes, princípios, missão e as ações de EA que devem ser

seguidas para subsidiar a elaboração ou a implementação de Políticas e Programas, dos órgãos que compõem o Sistema Nacional de Meio Ambiente.

Em 2002 foi dado um salto qualitativo para as políticas públicas de EA, do ponto de vista da estrutura dos órgãos federais, com a regulamentação do PNEA, através do Decreto n.º 4.281/02. No MMA, o DEA/MMA, criado em 1999, reafirma o papel deste ministério para o desenvolvimento da EA no novo contexto político, juntamente com a COEA, no MEC (SPAZZIANI, 2014).

Posteriormente, a COEA migra da Secretaria de Ensino Fundamental para a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) denominado como CGEA/MEC, compreendendo como um ganho para a EA no interior do MEC (SPAZZIANI, 2014, p.146).

A partir de 2003, a EA na esfera federal passa a desenvolver suas ações político-institucionais fundamentadas nos princípios discutidos no Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, formulado durante o Fórum das ONGs, na Rio-92 (TOZONI-REIS e JANKE, 2014). Desde 2003, o MMA e o MEC desenvolvem ações conjuntas, com a formação do Órgão Gestor da PNEA (OG/PNEA) por meio do Departamento de Educação Ambiental do MMA (DEA/MMA) e da Coordenadoria Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação (CGEA/MEC), com a assessoria do Comitê Assessor da PNEA. O DEA/MMA mobilizou a formação em EA de educadores populares, e a CGEA/MEC se expressou por meio do Programa “Vamos cuidar do Brasil com as escolas” e das políticas públicas para o sistema formal de ensino (SPAZZIANI, 2014).

O PRONEA⁵ (1997) em sua 1ª edição foi reformulado, e em 2004 passou por consulta pública sendo publicado sua 2ª edição (ProNEA⁶, 2004). No ano seguinte o programa foi republicado em sua 3ª edição (ProNEA, 2005), como resultado de um processo de consulta pública, por meio das oficinas “Construindo juntos o futuro da educação ambiental brasileira”, realizadas em 2004, que envolveu mais de 800 educadores ambientais. Esse processo foi uma oportunidade de mobilização social acerca do debate das realidades locais e regionais, e, que segundo Tozoni-Reis e Janke (2014), possibilitou ao ProNEA (2005) superar as tendências biologizantes, neutras, disciplinadoras e racionalistas de EA, situando-se a EA no âmbito da EAC.

Durante a gestão da presidenta Dilma Rousseff, a OG/PNEA realizou novo planejamento para um diagnóstico da EA no Brasil e uma avaliação das conferências de meio

⁵ A grafia PRONEA está presente no Programa em sua 1ª edição, aprovada em 21/12/1994 e publicado em 1997, sob a coordenação do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental do MMA.

⁶ A grafia ProNEA é adotada a partir da 2ª edição em diferenciação a edições posteriores do programa publicadas a partir da gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

ambiente (adultas e infante juvenis), buscando formular uma nova proposta do ProNEA (2014), em sua quarta edição. A 5ª edição, atual versão do ProNEA, foi consolidada em 2018, durante o governo Michel Temer, após consulta pública realizada em 2017 e referendada no IX Fórum Brasileiro de EA, que ocorreu em Balneário Camboriú (SC) naquele ano.

Tendo em vista os processos para a construção das duas políticas públicas em EA no Brasil, PNEA e ProNEA, é que alguns estudos, como os de Velasco (2000), Layrargues (2002b), Zakrzewski Lisovski e Coan (2003), Kaplan (2011), Luca (2013), Tozoni-Reis e Janke (2014) e Garcia *et al.* (2020), retrataram as análises das perspectivas educacionais e dos fundamentos teóricos presentes nessas políticas públicas.

Consoante Tozoni-Reis e Janke (2014), são identificadas na PNEA grandes contradições entre o projeto de desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, o papel do Estado, e as propostas para a EA. Por um lado, os estudos realizados e citados acima apontam que os discursos na PNEA estão impregnados pela doutrina econômica neoliberal e construída pela lógica do neoprodutivismo na educação; por outro, na política de EA defendido pelo OG/PNEA estão presentes os princípios e práticas da educação libertadora e da educação crítica transformadora, inspiradas num projeto mais progressista.

A influência neoliberal nos discursos da PNEA também é discutida por Layrargues (2002b) sob alguns aspectos, que retratam as condições sociopolíticas na época da sua formulação, como:

[...] a) ausência de oposição política no parlamento brasileiro; b) ausência de uma base social articulada em si e com os educadores ambientais brasileiros; c) inexistência de um campo teórico estruturado sobre a EA; d) indefinição de um campo político-ideológico criado em função de modelos pedagógicos possíveis. Tais condições contribuíram para uma política precocemente decretada, fazendo um instrumento ideológico da conservação da sociedade (LAYRARGUES, 2002b, p. 1)

Enquanto os fundamentos de uma EA crítico-transformadora são inspirados no ProNEA (2015) pelo Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, no qual emergem os anseios de um movimento contra-hegemônico durante o Fórum das ONGs. Para Luca e Lagazzi (2016), a forte influência do Tratado das ONGs no ProNEA vai para além da compreensão dos fundamentos de uma EAC no corpo do texto, pois o próprio Tratado se faz presente no ProNEA ao trazê-lo integralmente como primeiro anexo do documento.

3.1.2 O sistema de informação na política em EA: o caso do SIBEA

Segundo Dziekaniak (2019), a dimensão informação socioambiental está presente nos principais documentos, produzidos em eventos nacionais e internacionais, e nas políticas públicas da área ambiental e da EA sendo considerada como uma peça-chave para o desenvolvimento da EA.

Alguns instrumentos de políticas públicas em informação foram desenvolvidos no Brasil, relacionados às diversas temáticas importantes para o monitoramento ambiental (Quadro 02). Assim, verificamos que muitos sistemas permanecem ativos e outros encontram-se desativados, e carregando informações sobre os seus respectivos temas, disponíveis em sistemas on-line, na forma de banco de dados, documentos, publicações, mapas temáticos, tabelas e gráficos.

Quadro 02. Sistemas de Informação ambiental desenvolvidos no Brasil

SISTEMA	LINK	SITUAÇÃO
Sistema de Informações do Rio São Francisco (SisFran)	http://mapas.mma.gov.br/mapas/aplic/sisfran/	Ativo
Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro e Marinho (Sigercom)	O portal não está disponível para acesso	Desativado
Portal Nacional do Licenciamento Ambiental (PNLA)	http://pnla.mma.gov.br/	Ativo
Portal Brasileiro sobre Biodiversidade (PortalBio)	https://portaldabiodiversidade.icmbo.gov.br/portal/	Ativo
Portal da Gestão Florestal;	https://saberes.florestal.gov.br/	Ativo
Bases Compartilhadas de Dados sobre a Amazônia (BCDAM)	https://www.bcdam.gov.br	Desativado
Sistema de Georreferenciamento de Projetos (Sigepro)	http://sistemas.mma.gov.br/sigepro/	Ativo
Sistema Brasileiro de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental – Plataforma MonitoraEA	https://www.monitoraea.org.br/	Ativo
Sistema Mundial de Informação Ambiental (INFOTERRA)	O portal não está disponível para acesso	Desativado no Brasil
Sistema Nacional de Informações Florestais (SNIF)	http://snif.florestal.gov.br/pt-br/	Em construção
Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR)	http://sistemas.sinir.gov.br/#/	Ativo.
Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente (SINIMA)	O portal não está disponível para acesso	Desativado
Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH)	http://www.snirh.gov.br/portal/snirh/snirh-1/sistemas	Ativo
Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento Básico (SNIS)	http://sistemas.sinir.gov.br/#/	Ativo
Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental (SIBEA)	O portal não está disponível para acesso	Desativado

Fonte: Adaptado de Dziekaniak (2019)

Apesar de essa temática informação socioambiental se fazer presente em diversos documentos e algumas políticas públicas ambientais, como por exemplo na Agenda 21 e na PNEA, houve poucos avanços da área no campo da EA, necessitando da aplicação de

instrumentos efetivos, para que se possa cumprir seu papel na promoção dos direitos dos cidadãos, da qualidade de vida, de uma sociedade mais justa e de um meio ambiente ecologicamente equilibrado (DZIEKANIAK, 2019).

Tamaio (2007) relata que o DEA/MMA, instituído em 1999, sugeriu diversas ações, no campo da informação socioambiental, como a implantação do Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental (SIBEA), que visava atuar como um sistema integrador das informações de EA no país. O processo embrionário da criação do SIBEA se deu com o artigo 9, da Lei 6.938, de 1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), que trata no capítulo VII — São instrumentos da PNMA: o sistema nacional de informações sobre o meio ambiente —, do avanço nas discussões sobre a criação de um sistema em razão da aprovação da Constituição Federal, em 1988. Somente em 1999, a proposta do SIBEA foi adequada aos moldes das diretrizes do ProNEA, pelo MMA, para a área da Ciência da Informação, transformando-o em uma ação concreta (ARRUDA; FREITAS, 2005).

Em 2001, o Fundo Nacional do Meio Ambiente financiou cinco projetos de redes de educadores e um diagnóstico nacional da EA, realizando uma parceria entre as redes de EA (Redes Paulista, Rede Sul, Rede Agupapé e Rede Acre) e o MMA, tendo em vista a alimentação do SIBEA.

O SIBEA foi desenvolvido pelo OG/PNEA, sob a responsabilidade do DEA/MMA, em parceria com as redes, instituições governamentais e ONGs que atuavam em EA, sendo considerado um importante instrumento de política pública em informação socioambiental disponibilizado no Brasil e que, infelizmente encontra-se desativado (DZIEKANIAK, 2019). Sua proposta nasceu da necessidade de reunir informações precisas, que pudessem subsidiar as estratégias e facilitar a elaboração de planos de ação, além da tomada de decisões. Desde a sua criação o SIBEA sofreu vários aprimoramentos mediante contribuição da equipe técnica do PNEA e das redes de EA, chegando à uma versão final e disponibilização à rede mundial de computadores em 2002 (ARRUDA; FREITAS, 2005).

Nesse processo de implantação do SIBEA, instituições como a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e a Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) tiveram papel essencial, contribuindo na cooperação técnica da implantação de módulos experimentais do SIBEA (GUERRA et al., 2004). Assim, o MMA propôs uma instância de testes para averiguar a efetividade do SIBEA e suas eventuais falhas, assinando um Termo de Cooperação Técnica com a FURG, na posição de centros experimentais, uma vez que a

universidade possuía forte vínculo com a produção acadêmica em EA e pelas suas condições técnicas de informatização (DZIEKANIAK, 2019).

A partir de 2003 foram extintas algumas ações em andamento no MMA, entretanto tiveram continuidade aquelas estruturadas na linha de “gestão e planejamento da EA” e “comunicação para EA”, como a implantação do SIBEA e Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs) nos estados. Destarte, em 4 de abril de 2007, o SIBEA foi lançado pela ex-ministra de Meio Ambiente, Marina Silva, como um instrumento do ProNEA que envolve a divulgação e a articulação entre os interessados sobre as informações socioambientais em EA realizadas no Brasil (OTERO; NEIMAN, 2015).

Na época, algumas redes de EA no Brasil participaram do processo para alimentação dos dados no SIBEA. Esse processo de experimentação do sistema resultaram em alguns trabalhos publicados como Arruda (2004), Arruda e Freitas (2005), Guerra *et al.* (2004) e Carvalho (2005b).

Arruda (2004) aponta na dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande (PPGEA/FURG) *Um estudo sobre as possibilidades de diálogo que o Sistema Brasileiro de Informações em EA (SIBEA) oferece ao usuário* as potencialidades do sistema e a participação da FURG na implementação do SIBEA, impulsionados pela REDESUL. A dissertação de mestrado desdobrou-se no artigo em que Arruda e Freitas (2005) que descrevem como se deu o processo de construção do SIBEA, refletindo sobre o seu desenvolvimento e expectativas de uso.

Carvalho (2005b) apresentou os principais resultados do estudo *Uma leitura da educação ambiental em cinco estados e um bioma do Brasil*, realizado pelas Redes Paulista (REPEA) (SP), Rede Sul (REASUL) (PR, SC e RS), Rede Agupapé (MT e MS/bioma Pantanal) e Rede Acre (RAEA) (AC), que se dedicaram à alimentação do SIBEA, comparando as características da EA entre as regiões pesquisadas, e destacando os desafios, limites e oportunidades evidenciadas no desenvolvimento da EA.

Guerra *et al.* (2004) mostram os dados preliminares do diagnóstico da EA e suas práticas na Região Sul inseridos e validados no SIBEA pela Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental (REASUL), por meio de um diagnóstico da EA nos estados da região Sul, além da inserção e da validação desses dados no SIBEA. O diagnóstico envolveu o levantamento de informações sobre as instituições, especialistas/pesquisadores, cursos, projetos e produção bibliográfica, que abordaram os temas EA e práticas sustentáveis.

Segundo Arruda e Freitas (2005), o SIBEA foi um importante instrumento para a divulgação e a ampliação do conhecimento sobre a realidade do campo da EA no Brasil.

[...] considero fantástica a ideia de democratizar, descentralizar e divulgar as informações sobre EA e práticas sustentáveis, e penso que não se pode perder a oportunidade (nem a grande quantidade de recursos já empregados no desenvolvimento d sistema) de transformar essa ideia em realidade, o que contribuirá para a formação de uma sociedade mais consciente e apta a tomar decisões que podem vir a transformar positivamente o atual paradigma alicerçado no capitalismo, fazendo emergir um novo, talvez ecológico (ARRUDA; FREITAS, 2005, p. 255).

Contudo, o SIBEA foi desativado, implicando no âmbito da gestão ambiental pública federal, o descaso e a falta de continuidade de investimentos na área da informação socioambiental, e evidenciando o retrocesso no que diz respeito à democratização e ao direito de acesso à informação socioambiental no país, com a extinção dessa política pública e de uma política governamental (DZIEKANIAK, 2019).

O MMA, sem dar qualquer explicação à sociedade sobre a descontinuidade do Portal SIBEA, na quinta edição do ProNEA, já indica uma estratégia operacional em substituição ao Sistema de Informação Brasileiro de Educação Ambiental (SIBEA) (DZIEKANIAK, 2019, p. 98).

Nesse sentido, Höfling (2001) contribui com a discussão ao tratar sobre a construção de políticas de Estado, no sentido de garantir a continuidade das Políticas Públicas, para que, mesmo após o fim de governos, estas possam se sustentar, já que não são ações pontuais, e sim programas e projetos pensados no longo prazo, por meio da participação democrática. Portanto, a urgência da implantação de políticas de Estado é extremamente necessária para que instrumentos como o SIBEA se tornem ações permanentes.

Torna-se fundamental que novas discussões sejam realizadas nas plenárias dos eventos nacionais e internacionais, em relação à efetivação de instrumentos e suportes de informação socioambiental e, principalmente, na integração de sistemas dos diversos países, a fim de motivar a mobilização dos países no avanço das questões práticas e operacionais na área da informação socioambiental (DZIEKANIAK, 2019, p. 80).

Compreender o contexto histórico da EA na gestão ambiental pública, na esfera federal, e nesta inseridas as políticas públicas e a proposta do SIBEA, se faz necessário para entender a sua relação com a construção das políticas públicas, no âmbito estadual. Apresentamos a seguir, a organização político-administrativo da gestão ambiental e da EA no Mato Grosso do Sul, e como se deu o processo para a implementação da PEEA/MS e da proposta do SisEA/MS.

3.2. Histórico e organização na gestão ambiental pública estadual

O estado de Mato Grosso do Sul foi constituído em 1977, pelo desmembramento da região sul, do antigo estado de Mato Grosso. Historicamente, a ocupação desses territórios foi marcada fortemente pela expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste, incentivada pela estratégia política adotada pelo governo federal para ampliar a economia nacional. Esse processo resultou em graves consequências ambientais de degradação do solo, que refletem até os dias atuais, demandando um grande esforço para uma gestão ambiental moderna (BARROS; GARCIA, 2014).

Com a divisão do estado, em 1977, foram criados a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e o Instituto de Preservação e Controle Ambiental (INAMB), primeiro órgão designado a implantação de políticas ambientais no MS (IMASUL, 2019). Nesse período, os principais enfrentamentos ambientais estavam relacionados ao contrabando de peles de jacaré (MAMEDE et al., 2021) e à exploração dos recursos pesqueiros (BARROS; GARCIA, 2014).

Em 1981, no contexto da publicação da PNMA, o governo de Mato Grosso do Sul criou a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA/MS) e atualizou os procedimentos que regulam o licenciamento ambiental e as atividades efetiva ou potencialmente poluidoras (IMASUL, 2019), implicando em um grande avanço na proteção das águas, do ar e do solo. A partir de 1982, a PNMA ensejou o fortalecimento e a elaboração de importantes instrumentos e políticas estaduais, como por exemplo, a Lei Estadual nº 328/1982, que dispõe sobre a proteção e a preservação ambiental do Pantanal sul-mato-grossense; além dos instrumentos Projeto de Avaliação de Impacto Ambiental (PAIA) e Zoneamento Industrial e do Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai, que deu origem ao Sistema de Controle da Pesca (SCPesca) (BARROS; GARCIA, 2014).

Em 1986 o INAMB foi extinto e criou-se o Sistema Estadual de Controle e Preservação Ambiental composto pela SEMA/MS, pelo Conselho Estadual de Controle Ambiental (CECA) e pelas Unidades Regionais no interior do estado (IMASUL, 2019). Em 1993, foram criadas as Fundações Terceiro Milênio Pantanal (FEMAP) e Fundação Terceiro Milênio Natureza Viva. Em 1996, o governo criou a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semades), que absorveu as competências das Secretarias de Agricultura e Pecuária, de Indústria, Comércio e Turismo, e de Meio Ambiente. E posteriormente, com a fusão das duas fundações criou-se, em 1998, a Fundação Estadual de Meio Ambiente Pantanal (FEMEA-P), apresentando nova identidade visual⁷ (Figura 01) da qual foi mantida até a instituição do Imasul, em 2006 (IMASUL, 2019).

⁷ A concepção da marca explícita a identificação com nossos recursos naturais. Com isso foi impingido o formato arredondado, conferindo a ideia do globo. O verde, a vegetação; o azul, amparado pelos formatos,

Figura 01. Logo da identidade visual da FEMA-P e Imasul



Fonte: Retirado do portal eletrônico (IMASUL, 2020a).

Em 2000, a Semades adota nova denominação, Secretaria Estadual Do Meio Ambiente, Cultura e Turismo (SEMACT), incorporando as políticas da cultura e turismo (BARROS; GARCIA, 2014). E por fim, em 2001 a FEMA-P foi transformada em autarquia e passou a ser denominada Instituto de Meio Ambiente – Pantanal (IMAP), e em 2002, o governo do estado extinguiu a Semact criando a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sema) (IMASUL, 2014).

Em 2004, o IMAP instituiu grandes avanços tecnológicos e administrativos com o novo Manual de Licenciamento Ambiental do Estado e a Central de Atendimento, que passou a operar o sistema Cerberus, um programa informatizado para formalizar os processos de licenciamento ambiental, controlar o recebimento e a emissão de documentos, calcular e emitir guias de recolhimento (BARROS; GARCIA, 2014).

Em 2006, a Sema foi extinta e criada a Secretaria de Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (Semac), vinculada à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (FUNDECT) (IMASUL, 2014). Já o IMAP passou a denominar-se IMASUL, momento que institui a Gerência de Unidades de Conservação (GUC), que tem como finalidade a criação e a gestão das UCs e demais áreas protegidas no âmbito do MS (IMASUL, 2019).

Em 2010, a gestão do IMASUL impulsionou significativos avanços para a modernização da gestão ambiental no estado, com investimentos realizados na área da tecnologia da informação (IMASUL, 2014). Em 2013, no governo de André Puccinelli, foi feita nova organização na estrutura básica da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (SEMACE) (DECRETO Nº 13.754, DE 6 DE SETEMBRO DE 2013).

Em 2015, o governo Reinaldo Azambuja estabelece a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, com a nomenclatura Semade por meio do Decreto

conferiu a representação dos nossos recursos hídricos, rios e as lagoas salinas do Pantanal. Tudo nas cores que identificam o estado: branco, azul e o verde de nossa bandeira (IMASUL, 2019).

n.º 14.165, de 27 de Abril de 2015). No ano de 2017, unem-se as Secretarias de Agricultura Familiar (Sepaf) e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (Semade), passando a se chamar-se Secretaria de Estado de Produção, Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Agricultura Familiar (Semagro), mediante Decreto n.º 14.696, de 28 de Março de 2017.

Desse modo, as alterações da estrutura administrativa na gestão ambiental estadual (Figura 02) ao longo da história do MS culminaram nas novas composições até a constituição da Semagro, tendo vinculado o IMASUL como autarquia responsável pela promoção da gestão ambiental e execução de políticas e ações que visem ao desenvolvimento sustentável em Mato Grosso do Sul (IMASUL, 2019).

Figura 02. Mudanças na estrutura administrativa da gestão ambiental do Mato Grosso do Sul



Fonte: IMASUL (2019a)

3.2.1 A EA na gestão ambiental pública: da política estadual aos desafios no contexto sul-mato-grossense

Mato Grosso do Sul é um estado que apresenta características socioambientais singulares, marcado pela paisagem e biodiversidade dos biomas Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica e Chaco, com grande relevância no contexto da preservação ambiental. Seus atributos naturais se confrontam em uma região historicamente marcada pela expansão das fronteiras agrícolas e das pressões políticas e econômicas, carregadas pelos conflitos da agroindústria e da pecuária. Esse panorama é demarcado nas relações de disputas, entre a matriz econômica e a conservação dos recursos naturais existentes no MS, tornando-se primordial para refletir a narrativa histórica que apresentamos sobre a construção da PEEA/MS, seus confrontos e disputas de interesses, no cenário sul-mato-grossense.

A realização da Rio-92 e a articulação do MEC e do MMA para a construção das políticas públicas em EA federais, inspirou os movimentos e as discussões estaduais sobre suas políticas públicas. Assim, não diferente em 1993, foi realizado o I Seminário Estadual de EA, pelo governo do estado de Mato Grosso do Sul, por meio da SEMA, com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF/UNESCO) (MAMEDE *et al.*, 2021). Esse seminário teve como objetivo conhecer e divulgar os trabalhos realizados em EA no Mato Grosso do Sul, e estrategicamente, promover o encontro e a integração de educadores ambientais e agentes atuantes locais, bem como ampliar as discussões sobre as políticas públicas.

De acordo com Campelo Junior (2021a), o processo de construção e diálogo para a formulação de políticas públicas se consolidaram no âmbito estadual, desde a criação do estado de Mato Grosso do Sul. Entretanto, só entre os anos de 2003 e 2004 é que a política teve seu escopo elaborado, sendo realizadas em 2007, oficinas participativas nos municípios do estado, com o projeto Educação Ambiental Itinerante, sob a responsabilidade do IMASUL, Secretaria de Estado de Educação (SED) e CIEA/MS. “A construção da PEEA/MS, a partir das consultas públicas, visava formular um documento subordinado à PNEA, mas sobretudo discutido pela sociedade civil de forma representativa (CAMPELO JUNIOR, 2021a, p. 135).

Assim, em 2012, durante o I Fórum de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul, realizado em Campo Grande, pelo IMASUL e demais parceiros, é que as consultas públicas para a construção da PEEA/MS foram concluídas na Oficina de Construção da Política de Educação Ambiental. O evento teve como objetivo promover a interlocução de agentes para a consolidação de instrumentos e políticas voltadas para a EA no MS, garantindo o caráter democrático e participativo, pressupostos de uma EAC.

Com base nas contribuições das consultas públicas, os integrantes da CIEA/MS dedicaram-se à consolidação da Minuta do Projeto de Lei da PEEA/MS, compreendendo 40 artigos, sendo entregue ao governo do estado, em 2014 (MAMEDE *et al.*, 2021). No entanto, este, até o ano de 2017, “[...] não avançou e foi engavetado pelo próprio governo, durante a gestão Reinaldo Azambuja” (CAMPELO JUNIOR, 2021a, p. 135).

Em 2017, integrantes do governo apresentaram o “Projeto de Lei da Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul” (PEEA/MS) à assembleia legislativa, sem consulta qualificada à CIEA/MS e de forma mutilada, com apenas 19 artigos dos 40 artigos originais. Essa proposta governamental suprimiu dispositivos importantes para a EA de Mato Grosso do Sul, como:

[...] Parágrafo único. Nas ações de educação ambiental deverão ser previstas as peculiaridades regionais, com a valorização da cultura e dos saberes dos

povos e comunidades tradicionais, bem como as bacias hidrográficas, biomas, ecossistemas, territórios e municípios do Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 11. Fica criado o Fundo Estadual de Educação Ambiental (FEEA/MS), vinculado ao órgão gestor da Política Estadual de Meio Ambiente, a ser gerido pelos órgãos coordenadores da Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA, 2017).

O Projeto de lei (mutilado) apresentado pelo governo causou grande comoção entre os sujeitos envolvidos na EA do estado, cujo texto original havia sido construído de forma participativa e democrática entre os mais diversos atores da cena da EA no estado, ao longo dos últimos anos. Com isso, a CIEA/MS constituiu um grupo de trabalho (GT) em defesa da Política Estadual para reformular o projeto de lei alterado, de que se aproximasse o máximo possível do original (MAMEDE et al., 2021).

Na tentativa de resguardar itens relevantes que foram retirados da proposta original do PEEA/MS foi, então, marcada uma audiência pública pelo deputado Pedro Kemp, do Partido dos Trabalhadores (PT), com o apoio do vereador de Campo Grande (MS), Eduardo Romero (Rede Sustentabilidade), no dia 22 de março de 2018, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do MS. A audiência teve como objetivo apresentar a proposta original entregue pela CIEA/MS em 2014, debater com a sociedade uma nova proposta (Minuta de Lei) e promover uma discussão sobre o panorama que se instalou em torno da PEEA/MS (CAMPELO JUNIOR, 2021a), o qual definimos como panorama do boicote à regulamentação da PEEA/MS.

A mobilização constituída por conta da repercussão do boicote à PEEA/MS demonstra a importância do caráter participativo que foi conferido ao longo da construção da política, nas oficinas realizadas pelo IMASUL. Essa participação nos processos de construção de políticas públicas leva os sujeitos a refletirem o enfoque das proposições políticas, apropriando-se do projeto participativo e democratizante (PEDROTTI-MANSILA; SATO, 2008). Assim, o infeliz desdobramento da PEEA/MS resultou na rápida mobilização desses sujeitos para a repressão do projeto neoliberal que se imprimiu na nova proposta de lei alterada/mutilada.

O boicote materializado com a exclusão de dispositivos legais ficou mais uma vez evidente com a ausência expressiva dos parlamentares da assembleia legislativa, durante a audiência pública de 22 de Março de 2018. A inércia do legislativo demonstrou o desinteresse da classe para a pauta em debate, apesar da lotação da plenária esgotada com a participação de grandes agentes que contribuíram para a própria construção da política e da EA no estado (MAMEDE et al., 2021).

Para o debate, foram convidadas duas importantes educadoras de Mato Grosso do Sul, Simone Mamede, presidente do Instituto Mamede, e a professora Dra. Suzete Wiziack da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Ambas participam da CIEA desde o início da construção. Simone ocupou-se em explanar sobre o longo caminho percorrido na constituição do projeto e sua importância para o Estado de MS. A professora Suzete, expôs a luta pelas questões inerentes à EA, a partir do estado da arte e outros fatos relevantes extraídos de pesquisas sobre EA desenvolvidas nos programas de mestrado e doutorado da UFMS e de outras universidades do Estado. Wiziack, chamou a atenção para a formação no MS de mais de 300 especialistas *lato sensu* em EA, em curso financiado pelo MEC; aprovação da resolução 3.322 de 2017, pela Secretaria de Estado de Educação de MS, que organiza a oferta de projetos e ações de EA nas escolas da rede estadual; realização das Conferências Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente, desde 2003; o papel do IMASUL que conta com um núcleo de EA e dispõe do SISEA/MS; e tantos outros programas e ações previstas para resíduos sólidos, Comitês de bacias, ICMS Ecológico (CAMPELO JUNIOR, 2021a, p.137).

Nesse contexto histórico, a PEEA/MS deflagra a influência do pensamento neoliberal, com uma proposta fragmentada, ficando nítida a tendência hegemônica de inserção de uma EA despolitizada, na qual o trabalho de diálogo e a construção coletiva foram desconsideradas. As relações de poder no processo de aprovação da PEEA/MS sinalizaram a política em defesa de interesses, especialmente da bancada ruralista representada na assembleia legislativa e no poder executivo estadual (CAMPELO JUNIOR, 2021a), representantes de uma classe cujos interesses ameaçam e estão em constantes conflitos com as causas debatidas na PEEA/MS, evidenciadas pela inércia, ações veladas, manobras e jogos de interesse, além das narrativas de alguns parlamentares.

Um grupo de integrantes da CIEA visitou alguns gabinetes de deputados estaduais na tentativa de dialogar em favor do projeto da PEEA que foi construído democraticamente entre 2003 e 2012, mas não obteve sucesso. Ocorreram falas incomuns e lamentáveis, como “Esse projeto tem a ver com desmatamento em propriedade rural? Se for, não apoio” (CAMPELO JUNIOR, 2021b, p. 72).

Com a audiência pública foram conquistadas algumas emendas sugeridas pela CIEA/MS, enquanto que, artigos significativos ficaram ausentes como os que faziam referência ao Fundo Estadual de Educação Ambiental, um dos importantes instrumentos para garantir a efetivação, fortalecimento e continuidade de ações em EA no MS (MAMEDE *et al.*, 2021). Por fim, em 2018, a PEEA/MS (Lei Estadual n.º 5.287, de 13 de Dezembro de 2018) foi aprovada, sob muitos entraves e disputas.

Vale destacar que os desafios e obstáculos vividos no campo das políticas públicas em EA no MS, não diferem de outros enredos, em âmbito federal e estadual. Velasco (2000) e

Layrargues (2002b) estão entre os autores que já se debruçaram na contextualização da construção da PNEA. Segundo os autores, o Projeto de Lei n.º 3792/93 da PNEA foi apresentado informalmente à população por meio de audiências públicas pouco divulgadas, e pautado pela Câmara dos Deputados com seus 22 artigos originais parcialmente suprimidos. A retomada da discussão para sua formulação foi realizada durante o III Encontro Latino-Americano de Educadores Ambientais, em 1995, sendo aprovado, em 1999 com alguns artigos vetados como, por exemplo, sobre a alocação de verba específica, curiosamente a mesma pauta também rejeitada na política sul-mato grossense, indicando ser uma questão polêmica comum nas políticas debatidas.

Os obstáculos políticos também são presentes em outros estados onde o poder do agro tem grande influência, como é o caso do Mato Grosso (MT), que partilha a mesma história das raízes neoliberais sul-mato-grossense, engendradas na política do agronegócio. Imerso em um contexto de contradições o governo do MT⁸ em um processo não democrático e autoritário sobre a criação da política estadual de EA, apresentou no ano de 2002 a proposta de Lei Estadual n.º 7888/2003, em uma vergonhosa cópia da política nacional, e que não refletia os anseios dos educadores ambientais do MT (PEDROTTI-MANSILA; SATO, 2008).

Em Mato Grosso, a presença do projeto neoliberal é marcante. Analisando documentos e políticas produzidos pelo governo estadual no período histórico de 2003 a 2008 sobre o meio ambiente, verificamos que a maioria deles se sustenta na ideia de um Desenvolvimento Sustentável que no contexto, nada mais é do que o velho capitalismo, que maquiado, e travestido encontra espaço e oportunidade inclusive “oficiais” (leis) para se estabelecer na sociedade (SATO, 2005, p.03).

Assim, como o estado irmão de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, região com forte tradição ruralista, herdou de sua história elementos de hierarquização social que se refletem em decisões não democráticas, em defesa do neoliberalismo, na construção de políticas públicas, como a PEEA/MS (CAMPELO JUNIOR, 2021b), e que, muitas vezes são determinadas de forma decisiva pelas estruturas políticas institucionais, ou seja, os governantes (FREY, 2000). Infelizmente, os desafios para a consolidação de Políticas Públicas em EA permearam as discussões nos âmbitos federal e estadual, do MT e MS.

Por aqui, as alternativas para conciliar a conservação ambiental sobre os interesses do capital, especialmente do agronegócio, acontecem insistentemente, nas disputas políticas. Se

⁸ Em 2003 foi eleito como governador do estado, Baliro Maggi, conhecido como o rei da soja, em uma conjuntura onde MT configurava como vilão no desmatamento da Amazônia. Buscando forma de transpor esse panorama o governo teve como estratégia para amenizar a repercussão negativa fortalecer as ações de EA com a construção de políticas certamente recheada de intenções já que investir em educação era necessário em um momento caótico da administração pública (PEDROTTI-MANSILA; SATO, 2008).

de um lado há os interesses da coletividade por justiça social e ambiental, proteção dos biomas, respeito aos povos tradicionais, ribeirinhos, quilombolas e indígenas, por outro, existe o empresariado que conta com apoio dos governos no cumprimento da agenda do agronegócio e das formas tradicionais de produção capitalista, excludente e ameaçadoras à sociobiodiversidade (MAMEDE *et al.*, 2021).

3.3 Outras inserções da EA na gestão ambiental do Mato Grosso do Sul

No âmbito da EA não formal, o estado do Mato Grosso do Sul, por meio do IMASUL, vem inserindo a EA no contexto de algumas políticas públicas. A PEEA/MS apresenta alguns instrumentos para a EA no estado, sendo eles: o Sistema Estadual de Informação em Educação Ambiental (SisEA/MS), o Programa Estadual de Educação Ambiental (ProEEA/MS), a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA/MS) e o Diagnóstico Estadual de Educação Ambiental (Deea/MS).

As CIEAs, por exemplo, foram propostas pelo MMA (Decreto n.º 4.281/2002) para permitir o diálogo entre os diversos setores da sociedade e implantar efetivamente as políticas de EA, em um coletivo de caráter consultivo. Essas comissões são compostas por representantes do setor ambiental e educacional, do setor empresarial e dos trabalhadores, de instituições governamentais e não governamentais de forma paritária, podendo incluir representantes de comissões e conselhos existentes no âmbito para pensar a EA do estado, em uma gestão integrada entre os sistemas de ensino e de meio ambiente, sempre agregando a sociedade civil para as tomadas de decisão. Assim no MS os órgãos responsáveis pelo sistema estadual educacional e o sistema estadual de meio ambiente vem atuando de forma articulada, solidária e colaborativa na implementação de políticas públicas, por meio da CIEA/MS (IMASUL, 2014).

A CIEA/MS foi criada pelo Decreto n.º 9.939, de 5 de junho de 2000, e reorganizada pelo Decreto n.º 12.741, de 7 de abril de 2009, que define seu caráter consultivo, tendo como finalidade promover a discussão, o acompanhamento e a avaliação da PEEA/MS e do ProEEA/MS, inclusive propor normas, observadas as disposições legais vigentes. Nesse sentido, a CIEA/MS cumpre um papel importante para a proteção das políticas públicas de EA, e que foi determinante para o desfecho da aprovação da PEEA/MS, anteriormente demarcados no histórico de implementação da política problematizada anteriormente.

Cabe ressaltar que o SisEA/MS e a CIEA/MS já existiam anteriormente a aprovação da PEEA/MS, e segundo Mamede *et al.* (2021) após a regulamentação da PEEA/MS tais

instrumentos foram amparados legalmente, ainda que o SisEA/MS não possua ato regulamentador específico publicado pelo executivo estadual.

Já mediante as ações cadastradas no SisEA/MS, é possível a sistematização de informações que poderão concretizar a elaboração e a construção do Deea/MS, para a divulgação do estado da arte da EA em Mato Grosso do Sul (BARROS; GARCIA, 2014). O Deea/MS visa reunir todas as informações possíveis sobre os caminhos da EA no estado, mapeando seu aparecimento e desenvolvimento, identificando os agentes que atuam na questão ambiental e ações, projetos e programas socioambientais. Assim, para a realização do Deea/MS, torna-se essencial a criação do SisEA/MS, uma ferramenta de informação para o cadastro, a pesquisa e a divulgação de agentes e ações socioambientais realizadas no âmbito do MS (BARROS; GARCIA, 2014).

3.3.1 Sistema de informação na gestão ambiental pública do Mato Grosso do Sul

No processo de modernização do IMASUL, o instituto implantou com grande esforço ferramentas de apoio, por meio da tecnologia da informação, que visam permitir produção, armazenamento, transmissão, acesso e uso das informações geradas, neste caso voltadas às atividades de regulação ambiental e conservação da biodiversidade (BARROS; GARCIA, 2014). Dessa forma, o sítio do IMASUL na rede mundial de computadores (*internet*), pode ser acessado por meio do endereço eletrônico <www.imasul.ms.gov.br>, que apresenta dentre os sistemas de informação em operação o Sistema Imasul de Registros e Informações Estratégicas do Meio Ambiente (Siriema).

O Siriema é um sistema que pretende agregar todas as informações referentes às atividades-fim do IMASUL, desde o monitoramento de recursos naturais até o licenciamento ambiental. Ele está dividido em módulos voltados às áreas de atuação do órgão ambiental, como o licenciamento ambiental, o Cadastro Ambiental Rural e a EA, com o acesso ao SisEA/MS. O SisEA/MS é uma ferramenta criada pelo IMASUL que tem como finalidade cadastrar, integrar e sistematizar programas, projetos e ações e difundir informações que sirvam de orientação, experiência e até de modelo para os interessados no assunto.

O SisEA constitui um banco de dados acessível aos cidadãos com informações de ações e projetos em Educação Ambiental desenvolvidos no território do Mato Grosso do Sul. Qualquer cidadão/ã pode acessar e observar os projetos cadastrados e, principalmente, órgãos públicos, empresas que atuam com gestão ambiental e aquelas que necessitam apresentar programa de Educação Ambiental para licenciamento ambiental de empreendimentos consultam o SisEA com frequência a fim de

acompanhar as ações de Educação Ambiental e nelas inspirar as suas próprias (MAMEDE *et al.*, 2021, p.501).

Assim, o SisEA/MS permite o cadastro de propostas que se realizam por diferentes demandas: I) as ações que são cadastradas tendo em vista o cumprimento de requisitos no processo do licenciamento ambiental, de ordem obrigatória; II) as ações realizadas a partir da participação dos municípios no Programa ICMS Ecológico, que compreendem a pontuação por ações em EA cadastradas no sistema, de ordem condicionada; ou então, III) o cadastro ocorre por livre demanda, por qualquer cidadão ou empresa/instituição/pessoa jurídica que tenha interesse em registrar suas ações no sistema, de ordem espontânea.

3.3.2 O SisEA/MS no licenciamento ambiental

Após a aprovação da PNMA (1981), ficou regulamentado o licenciamento ambiental brasileiro como o “[...] procedimento administrativo pelo qual o órgão de meio ambiente avalia e concede licença de localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades que utilizem recursos naturais e possam causar danos ou impactos ambientais” (BRASIL, 1981).

Em 1983, o Decreto de Lei n.º 88.351 regulamentou e estabeleceu as principais diretrizes do Sistema de Licenciamento Ambiental, vinculando a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) ao licenciamento, e delimitando ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) a responsabilidade de “[...] fixar os critérios básicos, segundo os quais serão exigidos estudos de impacto ambiental para fins de Licenciamento” (BRASIL, 1983), como, na Resolução CONAMA n.º 001/86 (BRASIL, 1986).

A Resolução CONAMA n.º 237/1997 delimitou as competências do licenciamento entre os entes federativos (União, estados, Distrito Federal e municípios) do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), regulamentada pela Lei Complementar n.º 140/2011 (BARROS; GARCIA, 2014). Assim, foi sistematizado um conjunto de normas técnicas administrativas que estabelecem obrigações e responsabilidades para o poder público e para os empreendedores de atividades econômicas efetiva ou potencialmente poluidoras (MAGALHÃES; LOUREIRO, 2016).

No que tange à competência do licenciamento ambiental dos entes federativos, foi mantido o critério da abrangência do impacto: se local, cabe aos municípios (desde que definidos pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente); se extrapola mais de um município

dentro de um mesmo estado, cabe ao estado esse licenciamento; se ultrapassa as fronteiras do estado ou do país, cabe ao órgão federal específico (BARROS; GARCIA, 2014).

O licenciamento ambiental é um instrumento estratégico do processo de gestão ambiental pública, merecedor de atenção especial por parte dos que se situam na perspectiva da justiça ambiental, visto que tem a EA como um elemento estruturante de espaços públicos na gestão ambiental e de fomento à organização e mobilização popular de grupos sociais vulneráveis e impactados por empreendimentos, buscando reverter a reprodução das desigualdades ambientais (MAGALHÃES; LOUREIRO, 2016). O imperativo da ação educativa incluído nas exigências de licenciamento se reafirmava como uma linha estratégica da educação no processo de gestão, levando a equipe da EA do IBAMA a consolidar o primeiro Termo de Referência para a Elaboração e Implementação do Programa de EA no Licenciamento (LOUREIRO; SAISSE; CUNHA, 2013).

Como determina a PNEA (Lei n.º 9.795/99), a EA é um importante instrumento para a implementação de quaisquer empreendimentos que, de alguma forma, afetem o meio ambiente e, por consequência, a qualidade de vida das populações (IMASUL, 2020b). De acordo com Quintas, Gomes e Uema (2005), a EA como instrumento no Licenciamento Ambiental possibilita ao indivíduo e à coletividade se perceberem como sujeitos sociais capazes de compreenderem a complexidade da relação sociedade-natureza, neste caso, as relações causais e os conflitos gerados pela atividade fim do Licenciamento Ambiental, bem como de se comprometerem a agir em prol da prevenção de riscos e danos socioambientais causados por intervenções no ambiente físico natural e construído.

Constituem medidas mitigadoras no licenciamento ambiental a implementação de projetos e programas ambientais, que devem constar nos estudos apresentados para a obtenção da Licença de Operação, Programa de EA de Trabalhadores e o Programa de EA (com os grupos sociais impactados pela atividade licenciada) (MAGALHÃES; LOUREIRO, 2016). No que se refere aos programas de EA, as normas estabelecem diretrizes e princípios inseridos na perspectiva crítica, possibilitando uma atuação direta nos conflitos ambientais e na promoção da reversão das injustiças ambientais. Para isso, são exigidos processos educativos que impulsionem a articulação e a participação de grupos sociais em condições de vulnerabilidade em processos decisórios da política ambiental e demais políticas públicas que afetam a reprodução do modo de vida de tais grupos, podendo culminar na transformação das realidades de vida dos sujeitos da ação (LOUREIRO, 2009).

Desse modo, o CONAMA, a partir das resoluções para o licenciamento, vem construindo diretrizes que norteiam na busca de um processo educativo que estimule, informe

e fortaleça iniciativas populares, qualificando e mobilizando os grupos sociais a participarem da gestão ambiental de seus territórios (MAGALHÃES; LOUREIRO, 2016). Em consonância com esse histórico institucional e respaldado pelas diretrizes gerais da PNEA, em 2005, foi publicado pelo IBAMA o documento norteador “Orientações pedagógicas do IBAMA para elaboração e implementação de programas no licenciamento de atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural”, usando como base parte do Termo de Referência para o licenciamento das atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural (LOUREIRO; SAISSE; CUNHA, 2013).

Em 2010, a Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA n.º 1/10 (IBAMA, 2010) trouxe diretrizes para a elaboração, execução e desenvolvimento dos programas de EA desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás (MAGALHÃES; LOUREIRO, 2016).

Conforme a Instrução Normativa n.º 2/2012, publicada pelo IBAMA, cabe ao órgão responsável pelos processos de licenciamento ambiental a implementação das políticas e diretrizes na área de EA estadual e dos instrumentos que orientem e normatizem as relações licenciador/licenciado neste campo. Assim, em 2018 foi publicado pelo IMASUL dois documentos norteadores: Roteiro para elaboração de Programas de Educação Ambiental (PEAs) (IMASUL, 2018b), em atendimento às condicionantes do licenciamento ambiental (Resolução SEMADE n.º 9, de 13 de maio de 2015), e Roteiro para Elaboração de Relatórios de Execução de Programas de Educação Ambiental (PEAs), ambos elaborados pela Unidade de Educação Ambiental (UNEA)/IMASUL, estabelecendo que, para empreendimentos sujeitos à apresentação de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (Eia-Rima), o empreendedor deverá elaborar o PEA.

O programa deverá então ser cadastrado no Sistema Estadual de Informações em Educação Ambiental – SisEA/MS, integrante do Sistema Imasul de Registros e Informações Estratégicas do Meio Ambiente - Siriema, para análise, aprovação, acompanhamento e monitoramento do IMASUL (IMASUL, 2020b, p.25).

Equalizar o campo da EA no licenciamento ambiental é um percurso que envolve muitas questões um tanto quanto conflitivas. Segundo Novicki; Souza (2010) existe um limite entre as práticas socioambientais na esfera do licenciamento ambiental, especialmente pela via da EA, em que o empoderamento das comunidades envolvidas no licenciamento ainda se

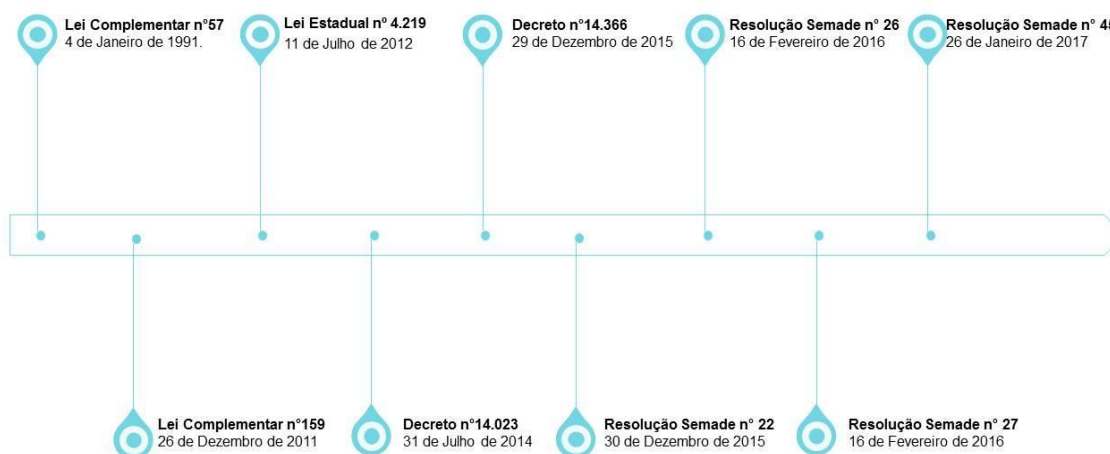
mostra insuficiente ou meramente formal, no sentido de apenas estar cumprindo com as exigências legais em vigor.

As reflexões sobre a perspectiva das ações educativas no licenciamento, e que muitas vezes estão fundamentadas por características instrumentais, trazidas pelas autoras Novicki; Souza (2010), motivaram as hipóteses para a investigação das ações de EA no âmbito do licenciamento ambiental dentro do SisEA/MS. Em razão disso, incluímos as análises das propostas para essa demanda, a fim de verificar como se dá o processo educativo na perspectiva do licenciamento ambiental, e que estão cadastradas no SisEA/MS.

3.3.3 O SisEA/MS no Programa ICMS Ecológico

O ICMS Ecológico é um mecanismo tributário que possibilita aos municípios acesso a parcela dos recursos financeiros arrecadados pelos estados pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O acesso ao recurso pelas prefeituras se dá em razão do atendimento de determinados critérios ambientais estabelecidos em normativas, que estão sistematizadas conforme a linha do tempo das publicações das legislações sobre o Programa ICMS Ecológico, no âmbito do MS (Figura 03). Portanto, o ICMS Ecológico não se trata de um novo imposto, mas sim a introdução de novos critérios para a redistribuição de recursos do ICMS, que reflete o nível da atividade econômica nos municípios em conjunto com a preservação do meio ambiente (IMASUL, 2018a).

Figura 03. Regulamentação do Programa ICMS Ecológico e seus critérios de avaliação no Mato Grosso do Sul



Fonte: Organização da autora.

No contexto do Mato Grosso do Sul, a Lei Complementar nº 57, de 4 de janeiro de 1991, regulamentou sobre o critério de distribuição da parcela de receita pertencente aos Municípios (Figura 04), previstas no artigo 153, inciso II, da Constituição do Estado, sendo alterada pela Lei Complementar nº 159, de 26 de dezembro de 2011.

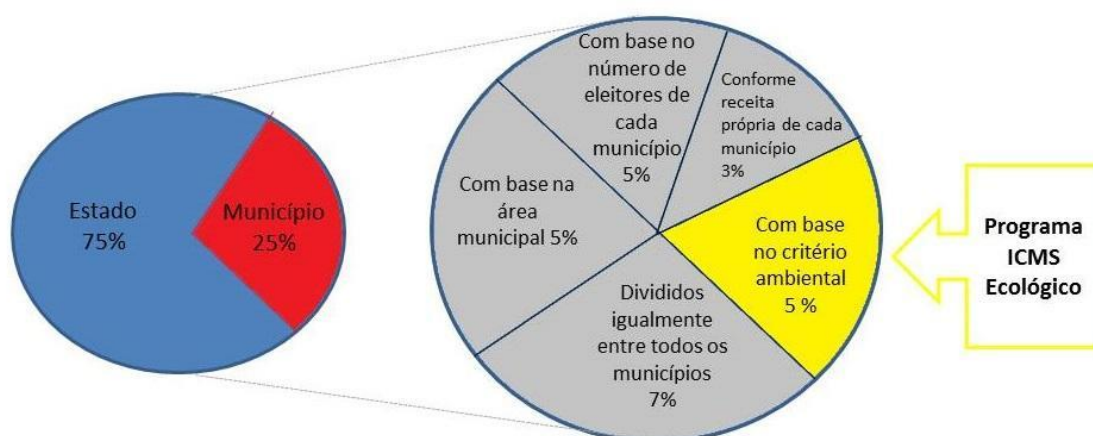
[...] Dá nova redação à alínea “f” do inciso III do art. 1º da Lei Complementar nº 57, de 4 de janeiro de 1991.

Art.1º[...]

III[...]

f) cinco por cento, na forma da Lei, para rateio entre os municípios que tenham parte de seu território integrando terras indígenas homologadas, unidade de conservação da natureza devidamente inscrita no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação e, ainda, aos que possuam plano de gestão, sistema de coleta seletiva e disposição final de resíduos sólidos, devendo esta última, ser devidamente licenciada (MATO GROSSO DO SUL, 2011).

Figura 04. Critérios de repasse do ICMS de acordo com a Lei Complementar n.º 57/1991



Fonte: Retirado de IMASUL (2018a)

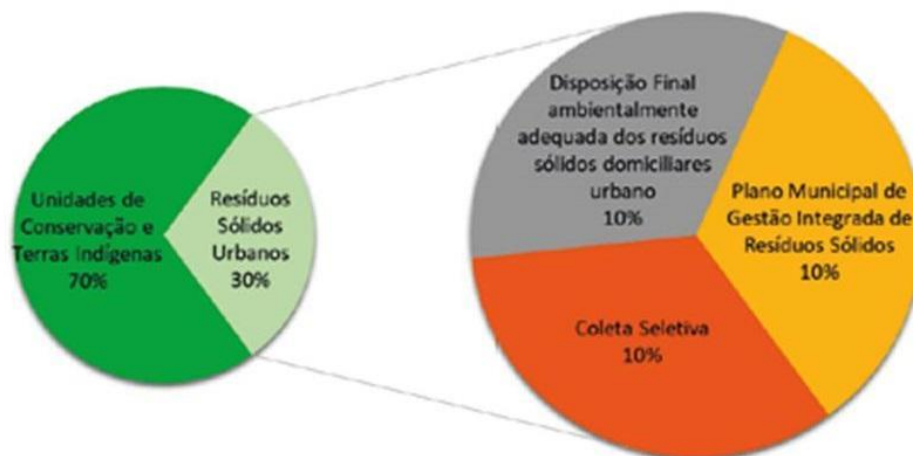
Na Lei Estadual n.º 4.219, de 11 de julho de 2012, que dispõe sobre o ICMS Ecológico, foi estabelecido novo padrão de rateio. Em seu artigo 4º determina que o percentual de 5% do rateio do imposto deverá ser dividido pelos seguintes critérios aos municípios (Figura 05):

[...] I - 7/10 (sete décimos) serão destinados ao rateio entre os municípios que tenham em parte de seu território unidades de conservação da natureza, devidamente inscritas no cadastro estadual de unidades de conservação, e terras indígenas homologadas;

II - 3/10 (três décimos) serão destinados ao rateio entre os municípios que possuam plano de gestão, sistema de coleta seletiva e disposição final de

resíduos sólidos, devendo esta última estar devidamente licenciada (MATO GROSSO DO SUL, 2012).

Figura 05. Critérios para o cálculo da composição dos índices ambientais entre os componentes: Unidade de Conservação e Resíduos Sólidos.



Fonte: Retirado de IMASUL (2018a)

Em 2014, o Decreto n.º 14.023, que regulamenta a Lei Estadual n.º 4.219, de 2012, disciplina os aspectos do Cadastro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), e estabelece as diretrizes para o rateio do percentual da parcela dos recursos. Destarte, o Programa ICMS Ecológico contribui sobremaneira para garantir a qualidade da gestão das Unidades de Conservação e dos Resíduos Sólidos nos municípios do Estado do Mato Grosso do Sul. O programa constitui como um instrumento para consolidação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação, da estratégia estadual para conservação da biodiversidade e da adequada gestão dos resíduos sólidos, tendo como objetivos fundamentais o aumento da superfície de áreas protegidas e da qualidade da sua conservação, a melhoria na gestão dos resíduos sólidos, bem como a promoção da justiça fiscal (Mato Grosso do Sul, 2014).

Em 2015, o Decreto n.º 14.023 foi revogado, passando a vigorar o Decreto n.º 14.366, de 29 de dezembro de 2015, que regulamentou as disposições da Lei Estadual n.º 4.219, de 11 de julho de 2012, sobre as matérias:

- Disciplina aspectos do CEUC;
- Cria o Programa Estadual do ICMS Ecológico;
- Estabelece diretrizes para o rateio do percentual da parcela de receita prevista no artigo 153, parágrafo único, inciso II, da Constituição do Estado, referente ao ICMS Ecológico.

Assim, no Capítulo III, Do Cálculo Do ICMS Ecológico, o artigo 11 define os critérios e fórmulas de cálculo do índice do ICMS Ecológico devido a cada município, que atendam aos requisitos ambientais observados na avaliação de caráter quantitativo e qualitativo nos componentes: Unidade de Conservação e Terras Indígenas e Resíduos Sólidos.

Para o componente Resíduos Sólidos, os procedimentos de avaliação estão disciplinados por regulamentação específica (Resolução SEMADE/MS n.º 22, de 30 de Dezembro de 2015), ao apresentar o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, Sistema de Coleta Seletiva e Disposição final de resíduos sólidos de forma ambientalmente adequada (IMASUL, 2020b).

Para o componente Unidade de Conservação e Terras Indígenas fica válida a destinação dos recursos para os municípios que possuem parte de seu território integrando unidades de conservação da natureza, devidamente inscritas no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação, e/ou terras indígenas homologadas, e correspondendo à avaliação do roteiro Tábua de Avaliação Qualitativa da Área de Proteção Ambiental (APA) municipal (Anexo 01).

De acordo com IMASUL (2018a):

A tábua de avaliação trata-se de uma autoavaliação. O responsável pelo preenchimento tem fé pública e pode ser responsabilizado pelo envio de informações falsas. O IMASUL poderá realizar vistorias para apurar a veracidade ou exigir outros documentos comprobatórios. O IMASUL validará os dados da Tábua encaminhada e preencherá a pontuação da questão referente às ações de educação ambiental, encaminhadas pelo município via SisEA/MS, gerando uma tábua definitiva. Esta tábua definitiva será encaminhada pelo IMASUL ao responsável, por e-mail, logo após a publicação dos índices provisórios, para possível recurso e arquivamento no órgão gestor (IMASULA, 2018, p. 17)

A Tábua de Avaliação Qualitativa trata-se de um formulário que deve ser preenchido anualmente pelo proponente, e enviado ao IMASUL, com as informações sobre a gestão do componente Unidade de Conservação e Terras Indígenas. Nesse formulário encontramos um item de avaliação referente às ações em EA realizadas pelo proponente, no ano fiscal, e que estão cadastradas no SisEA/MS. Nesse contexto, as ações de EA realizadas pelos municípios são passíveis de pontuação dentro da “[...] Tábua de Avaliação Qualitativa para o Componente Unidades De Conservação E Terras Indígenas Do Programa ICMS Ecológico, desde que cadastradas no SisEA/MS” (IMASUL, 2020a).

A pontuação do item “Educação Ambiental” relacionada na Tábua de Avaliação Qualitativa é determinada após avaliação da UNEA/IMASUL sobre as propostas inseridas no

SisEA/MS, e está condicionada ao quantitativo de propostas cadastradas por tipo de ação: Ação Pontual, Campanha, Pesquisa, Projeto ou Programa. Esse perfil de propostas cadastradas no SisEA/MS, realizadas pelo poder público municipal, a partir da demanda Programa ICMS Ecológico, mobilizou a formulação das hipóteses dessa pesquisa, sobre os tipos de ações e concepções de EA que estão presentes no fazer educativo ambiental, no âmbito da EA não-formal municipal.

De posse da conclusão da fundamentação teórico-conceitual, podemos compreender como as diversas correntes em EA foram forjadas na história desse campo de pesquisa, e nesse contexto o caminho da EA na gestão ambiental pública federal e do MS. Na esfera pública, refletimos sobre os embates e as conquistas na aprovação de políticas públicas voltadas à EA, compreendendo, no âmbito sul-mato-grossense, o SisEA/MS como uma importante ferramenta para a PEEA/MS, situado como tema de investigação abordado no presente estudo.

Apresentamos a seguir os procedimentos metodológicos e o percurso analítico a partir das discussões sobre operacionalização, fundamentação nas políticas e documentos oficiais, bem como os conteúdos das propostas cadastradas no SisEA/MS.



4. PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa se caracteriza como do tipo aplicada, de abordagem quanti-qualitativa, descritiva e procedimental, sobre uma análise documental (PIMENTEL, 2001), a partir das políticas públicas, manuais e demais publicações disponibilizadas nos endereços eletrônicos do IMASUL e do Diário Oficial do MS, e de conteúdos das propostas em EA registradas no

SisEA/MS.

Segundo Minayo (1998), uma pesquisa passa por três fases: a) fase exploratória, na qual se amadurece o objeto de estudo e se delimita o problema de investigação; b) fase de coleta de dados, em que se recolhem informações que respondam ao problema; e c) fase de análise de dados, na qual se faz o tratamento, por inferências e interpretações, dos dados coletados. A pesquisa adotou na fase do percurso analítico uma investigação quanti-qualitativa como proposta por Bogdan e Biklen (1994), entendendo que os tratamentos quantitativos e qualitativos dos resultados podem ser complementares, enriquecendo a análise e as discussões finais (MINAYO, 2017).

O caráter quantitativo deve-se às análises relacionadas à frequência de ocorrência, distribuição e indicadores das propostas cadastradas no SisEA/MS, como: situação das propostas, tipo de ação, abrangência, temáticas envolvidas e público-alvo atingido. A abordagem quantitativa desses indicadores subsidiou as discussões de abordagem qualitativa permitindo a complementaridade dos aspectos quantitativos e qualitativos, de acordo com as particularidades do objeto de pesquisa (MINAYO; SANCHES, 1993). Segundo os autores a relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade, não pode ser pensada como oposição contraditória: “*O estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa*” (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 247).

Nesta perspectiva, as discussões de abordagem qualitativa da pesquisa são necessárias, pois a EA envolve fenômenos complexos e dinâmicos (LUDKE; ANDRÉ, 2012), e os procedimentos metodológicos apenas quantificáveis poderiam simplificar a análise pretendida, não permitindo aprofundar nas questões fundamentais da pesquisa, como as concepções teóricas da EA. No entanto, a maior preocupação dessa abordagem é a compreensão e a explicação da dinâmica das relações sociais, que busca compreender a totalidade do fenômeno, salientando a importância das interpretações dos eventos, aspectos esses que não podem ser representados por fatores numéricos (LUDKE; ANDRÉ, 2012).

Dito isto, para a análise documental por meio da abordagem qualitativa foi adotado o referencial metodológico a partir da Análise do Discurso (AD) (PÊCHEUX, 1990), em uma perspectiva crítica da EA. Um dos fundadores dos estudos sobre o discurso, de linha francesa, foi Michel Pêcheux, estabelecendo a relação existente no discurso entre língua/sujeito/história ou língua/ideologia (GILL, 2002). Assim, a AD foi definida como referencial metodológico na presente pesquisa, com vista à compreensão, mediante análise materialista, da historicidade e lugares de significação dos documentos definidos, a fim de elucidar as questões deste estudo.

A AD trabalha com o sentido, e não com o conteúdo do texto; um sentido que não é traduzido, mas produzido. O *corpus* da AD é constituído pela seguinte formulação: ideologia + história + linguagem. A ideologia é entendida como o posicionamento do sujeito quando se filia a um discurso, sendo o processo de constituição do imaginário que está no inconsciente, ou seja, o sistema de ideias que constitui a representação. A história representa o contexto sócio-histórico e a linguagem é a materialidade do texto gerando “pistas” do sentido que o sujeito pretende dar (ORLANDI, 1999).

Para Orlandi (1999), quando se analisa em AD (PÊCHEUX, 1990), o material já existente como documentos, legislação, pronunciamentos em jornal, livros e outros, referem-se ao *corpus* de arquivo. Na presente pesquisa constitui o *corpus* documental dois grupos distintos: documentos oficiais (políticas públicas, legislações, resoluções, decretos, manuais orientadores e demais documentos publicados pelo IMASUL) e as Propostas em EA cadastradas no SisEA/MS, formuladas pelos proponentes da esfera pública ou privada, que permitem descrever os discursos a partir da materialização por parte do interlocutor nos referidos documentos textuais.

A análise discursiva dos documentos definidos, portanto, é realizada considerando o contexto de produção, sejam as políticas públicas, sejam as propostas de EA, em uma perspectiva de análise intertextual do material analisado, visto que os documentos orientadores e as políticas públicas exercem influência na materialização das propostas inseridas no SisEA/MS, que, por sua vez, podem sugerir as perspectivas das correntes e concepções em EA fundamentadas, que traduzem as representações ideológicas.

Luca e Lagazzi (2016), ao realizarem uma análise discursivo-materialista de uma política pública, apontaram que a definição deste caminho metodológico significa pensar que essa análise não é uma leitura de conteúdo, e que não se restringe a perguntar apenas do que tratam tais documentos, mas da relação destes documentos com suas condições de produção, dos efeitos de sentido produzidos na leitura e também do que não foi dito.

Os procedimentos analíticos adotados no presente trabalho seguiram as etapas de análise, conforme descritas por Orlandi (1999). Na primeira etapa, momento em que ocorreu o contato inicial da pesquisadora (definida pelo autor como analista) com o *corpus* documental, foi realizado o movimento analítico de natureza lingüístico-enunciativa, a fim de identificar os anúncios textuais, que definiram os elementos de análise relevantes para o contexto da pesquisa. Segundo Orlandi (1999), essa etapa tem como objetivo desfazer o entendimento de que aquilo que foi dito daquela maneira só poderia ter sido dito assim, ou seja, para desnaturalizar a relação palavra-coisa.

Posteriormente, na segunda etapa, a pesquisadora/analista relacionou os elementos de análise, definidos por Orlandi (1999) como as formações discursivas, correspondendo às formações ideológicas, que são delineadas ao longo do processo de sentidos observados pela análise: “[...] as palavras remetem a discursos que derivam seus sentidos das formações discursivas, regiões do interdiscurso que, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas” (ORLANDI, 1999, p. 80).

Ainda, apreendendo que todo discurso é uma parte de um processo discursivo mais amplo, consideramos que os procedimentos analíticos adotados, estão delimitados pelos anúncios textuais/ formações discursivas/ formações ideológicas determinados pelo objetivo proposto no presente estudo. Ou seja, para Orlandi (1999), o objeto que é analisado sempre está aberto para outras indagações, conforme o objetivo e a pergunta do pesquisador, que determinam o recorte do *corpus* documental.

Segundo Luca (2011), para uma leitura não subjetiva por meio dos procedimentos analíticos em AD, o analista deve estar mediado pela teoria e pelos mecanismos analíticos, reiterando a finalidade de compreender o processo de produção de sentidos instalado por uma materialidade discursiva. Assim, as análises foram fundamentadas nos pressupostos da EAC, que está ancorada nos pressupostos da Teoria Crítica do Conhecimento (LOUREIRO, 2006a). A EAC também influenciou diversos autores que discutem essa vertente da EA no Brasil (GUIMARÃES, 2004; LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013). As análises e as discussões da fundamentação teórica estão propostas no presente estudo, a fim de buscar a historicidade, confronto de sentidos, e refletir sobre o posicionamento ideológico (correntes conservadoras e críticas) configuradas na EA dos documentos.

Nesse sentido, detalhamos a seguir a sistematização adotada para a apresentação dos resultados e discussões. No capítulo 5, os resultados são expostos em momentos distintos para a discussão do SisEA/MS em uma perspectiva teórico-crítica da EA e suas reflexões como políticas públicas em EA no Mato Grosso do Sul: na seção 5.1 são apresentadas as análises gerais do SisEA/MS e os aspectos relativos à interface do sistema; na seção 5.2 discutimos como o SisEA/MS está consolidado nas políticas públicas por meio de análises qualitativas do corpus documental denominado documentos oficiais. As discussões refletem sobre as contribuições do SisEA/MS para as políticas públicas em EA, os instrumentos de gestão ambiental e os demais programas ambientais no estado do Mato Grosso do Sul; na seção 5.2.1, as análises qualitativas documentais visam discutir como a gestão e o funcionamento do SisEA/MS estão delimitados nos manuais e documentos orientadores, e seus reflexos na participação e na implementação da EA pelos proponentes; na seção 5.3 são apresentadas as

análises quanti-qualitativas das propostas cadastradas no SisEA/MS (*corpus* documental).

As análises quantitativas das propostas demonstram um panorama geral, a partir dos indicadores quantitativos identificados nos três tipos de demandas: a) Medidas Mitigatórias ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental, b) Ação Espontânea ou Outras demandas e c) Programa ICMS Ecológico. Nesta etapa, foram identificados os indicadores a partir dos parâmetros: situação das propostas, tipo de ação, abrangência, temáticas envolvidas e público-alvo atingido. Esse momento possibilitou à pesquisadora/analista a sistematização inicial dos dados para a posterior análise qualitativa das propostas.

As análises qualitativas das propostas foram realizadas a partir dos indicadores textuais como palavras ou frases, relacionadas ao *corpus* de análise desta etapa (conteúdos das propostas). Dessa forma, foram estabelecidos os elementos textuais ou anúncios textuais, que representam as formações discursivas, para fundamentar as discussões referentes às formações ideológicas trazidas no contexto dos trechos destacados. Nas análises qualitativas podemos compreender como as propostas realizadas estão articuladas com os temas, o público-alvo, a metodologia e contextos locais, são as preocupações da pesquisa para a busca de respostas sobre a efetividade da EA, entre os proponentes. A abordagem qualitativa permite observar se as propostas em EA analisadas estão de acordo com os princípios estabelecidos na PNEA, verificados a partir dos elementos discursivos das propostas. Ainda, a identificação dos elementos textuais, descritos nos objetivos, procedimentos metodológicos e resultados das propostas, permitem as reflexões pela análise discursiva dos discursos ideológicos que sustentam as propostas analisadas.

As análises qualitativas das propostas dos diversos municípios (proponentes) estão apresentadas seguindo à distribuição geográfica regionalizada do Estado do Mato Grosso do Sul. Dessa forma, apresentamos a seguir o delineamento utilizado para a definição dos proponentes que tiveram as propostas analisadas, correspondendo ao recorte amostral do total de propostas cadastradas no SisEA/MS.

4.1 Organização dos dados e tratamento das informações

Visto que, o *corpus* documental da seção 5.3 representa uma diversidade significativa de propostas em EA, realizadas em todo o território do Mato Grosso do Sul, por diferentes proponentes, sejam da esfera pública ou privada, apresentamos o percurso metodológico para a delimitação das propostas que foram analisadas (recorte amostral), bem como o tratamento e organização dos dados.

Neste estudo definimos como propostas todo registro de ação em EA inseridas no

SisEA/MS, como por exemplo as práticas do tipo Programa, Projetos, Campanhas, Pesquisa ou ação pontual. Assim as propostas são cadastradas no SisEA/MS motivadas por diferentes demandas. Nesta pesquisa para fins de tratamento das informações obtidas no SisEA/MS, agrupamos-las em três tipos de demandas:

- a) Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental, quando as propostas, normalmente desenvolvidas por grandes empreendimentos, são exigidas no licenciamento ambiental dos mesmos e destinadas a prevenir impactos negativos ou reduzir sua magnitude, uma vez que a maioria dos danos ao meio ambiente não podem ser evitados (IMASUL, 2020b);
- b) Ação Espontânea e Outras Demandas, cujas propostas são definidas a partir das seguintes opções de motivação:

Ação espontânea: é aquela realizada sem incentivo de um órgão financiador ou diretrizes governamentais.

Editais: quando a ação é planejada para o atendimento de editais de órgãos financiadores e é realizada com recursos provenientes dos mesmos.

Infração ambiental: quando a penalidade por uma infração ambiental é revertida em ação educativa.

Outros: caso a motivação da ação não esteja na lista disponível, marque a opção “outros” e a descreva no resumo da ação (IMASUL, 2020b, p.20).

- c) ICMS Ecológico, quando a proposta é financiada com recurso proveniente de ICMS Ecológico. Essas ações são periodicamente acompanhadas pelo IMASUL por meio de uma tábua de avaliação e seguem critérios pré-estabelecidos pelo órgão.

Assim, os conteúdos dessas propostas foram analisados quantitativa e qualitativamente nessa pesquisa. Primeiramente, foram delimitadas para o recorte amostral apenas as propostas em EA que apresentam no cadastro a situação definida como finalizadas. As propostas enquadradas como finalizadas apresentam as ações e todas as atividades envolvidas como encerradas, de modo que as análises e discussões realizadas nessa pesquisa se deram sobre propostas executadas, com resultados divulgados no SisEA/MS, e que não sofrerão alterações/edições pelos proponentes (IMASUL, 2020b).

Por fim, as análises qualitativas das propostas a partir das três demandas foram apresentadas seguindo o estudo territorial regionalizado do MS (SEMADE, 2015), que divide as 09 (nove) regiões de Planejamento (1. Campo Grande; 2. Grande Dourados; 3. Bolsão; 4. Cone-Sul; 5. Pantanal; 6. Leste; 7. Norte; 8. Sudeste; 9. Sul-Fronteira), que contemplam os 79 (setenta e nove) municípios do Estado de Mato Grosso do Sul (Figura 06).

Figura 06. Regiões de Planejamento do estado de Mato Grosso do Sul.

Fonte: SEMADE (2015).

A regionalização trata do estudo territorial do Mato Grosso do Sul que estabelece uma organização espacial de seu território, definindo os grandes eixos indutores do crescimento econômico, aplicando o conceito de polarização e lideranças urbanas e municípios do entorno, que estão sobre sua influência socioeconômica.

Desta forma, para a demanda Programa ICMS Ecológico considerando apenas as propostas em situação finalizadas, obtivemos um total de 500 propostas cadastradas (Tabela 01).

Tabela 01. Propostas totais e finalizadas por município para a demanda Programa ICMS Ecológico, , por município, a partir da regionalização do estado, até o ano de 2020

REGIÃO	MUNICÍPIOS*	PROPOSTAS FINALIZADAS	PROPOSTAS TOTAIS
Campo Grande	Bandeirantes	0	0
	Campo Grande (polo)	6	10
	Corguinho	0	0
	Dois Irmãos do Buriti	0	0
	Jaraguari	5	5

	Nova Alvorada do Sul	2	4
	Ribas do Rio Pardo	2	3
	Rochedo	0	0
	Sidrolândia	0	0
	Terenos	0	1
Grande Dourados	Caarapó	0	2
	Deodópolis	9	9
	Douradina	0	0
	Dourados (polo)	19	19
	Fátima do Sul	0	0
	Glória de Dourados	4	4
	Itaporã	0	2
	Jateí	10	21
	Maracaju	6	17
	Rio Brilhante	2	8
	Vicentina	0	0
Bolsão	Água Clara	0	0
	Aparecida do Taboado	0	1
	Brasilândia	0	1
	Cassilândia	0	2
	Chapadão do Sul	4	11
	Inocência	0	0
	Paraíso das Águas	2	1
	Paranaíba	13	14
	Santa Rita do Pardo	0	0
	Selvíria	0	0
	Três lagoas (polo)	8	8
Cone-Sul	Eldorado	14	16
	Iguatemi	2	7

	Itaquiraí	0	1
	Japorã	0	0
	Juti	15	16
	Mundo Novo	32	33
	Naviraí (polo)	38	40
Pantanal	Anastácio	0	0
	Aquidauana	7	8
	Corumbá (polo)	43	57
	Ladário	27	32
	Miranda	3	4
Leste	Anaurilândia	0	0
	Angélica	2	5
	Bataguassu	5	5
	Batayporã	10	12
	Ivinhema	0	0
	Nova Andradina (polo)	15	16
	Novo Horizonte do Sul	2	2
	Taquarussu	59	64
Norte	Alcinópolis	13	13
	Camapuã	0	0
	Costa Rica	0	6
	Coxim	1	1
	Figueirão	0	0
	Pedro Gomes	0	1
	Rio Verde	7	16
	Rio Negro	0	0
	São Gabriel do Oeste (polo)	16	18
	Sonora	0	0
Sudoeste	Bela vista	1	2

	Bodoquena	0	2
	Bonito	22	28
	Caracol	0	0
	Guia Lopes da Laguna	0	0
	Jardim (polo)	2	4
	Nioaqui	6	10
	Porto Murtinho	21	25
Sul-Fronteira	Amambai	17	19
	Antônio João	0	0
	Aral Moreira	8	11
	Coronel Sapucaia	0	24
	Laguna Carapã	12	14
	Paranhos	2	4
	Ponta Porã (polo)	2	2
	Sete Quedas	1	1
	Tacuru	3	6
TOTAL	500	668	

Legenda: *Os municípios polo de cada região estão apresentados em destaque com nomenclatura (polo) na lista de municípios.

Fonte: Organização da autora a partir dos dados disponibilizados no SisEA/MS e SEMADE/MS (2015).

Por fim, ao relacionar os 500 cadastros por região, definimos o recorte amostral com 201 propostas finalizadas para a demanda Programa ICMS Ecológico. Pelo critério de regionalização, ficaram definidas para análise as propostas de cada município-polo (proponente) polo por região, e dos municípios de interferência da mesma região, quando a representatividade de propostas do município polo foi considerada pouco significativa (Tabela 02).

Tabela 02. Relação dos municípios proponentes definidos para a análise das propostas da demanda Programa ICMS Ecológico

REGIÕES	MUNICÍPIO	PROPOSTAS FINALIZADAS
Região de Campo Grande	Campo Grande (polo)	6
Região da Grande Dourados	Dourados (polo)	19

Região do Bolsão	Paranaíba	13
	Três lagoas (polo)	8
Região do Cone-Sul	Naviraí (polo)	38
Região do Pantanal	Corumbá (polo)	43
Região Leste	Nova Andradina (polo)	15
Região Norte	São Gabriel do Oeste (polo)	16
Região Sudoeste	Bonito	22
	Jardim (polo)	2
Região Sul- Fronteira	Amambai	17
	Ponta Porã (polo)	2
Total		201

Fonte: Organização da autora a partir dos dados disponibilizados no SisEA/MS e SEMADE/MS (2015).

Após definido o recorte amostral, as informações obtidas pelo conteúdo das propostas foram sistematizadas em uma ficha de cadastro individual (Anexo 2). Nessa etapa, os dados foram organizados, seguindo um conjunto de descritores, a fim de selecionar as informações relevantes para as discussões dos elementos discursivos e ideológicos, de abordagem qualitativa.

Cada ficha de cadastro foi identificada pelos códigos: [L01..., L02], para aquelas definidas como demanda do tipo Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental; [E01..., E02], para aquelas determinadas como demanda do tipo Ações Espontâneas e/ ou Outras Demandas; para aquelas do tipo demanda Programa ICMS Ecológico, ficou definido o código “PI”, seguido das iniciais dos municípios, como por exemplo, para Campo Grande (PI-CG01), para distinguir a demanda de cadastro e o município proponente da proposta. Dessa forma, as propostas averiguadas nos resultados estão nomeadas pelos códigos correspondentes, conforme a relação nos Anexos 3, 4 e 5 (página 359).

Foram utilizados para as análises os fragmentos dos elementos textuais das propostas, por onde transitam os significados ideologizados e as representações significativas, optando por transcrevê-las ao longo dos resultados *ipsis litteris*, mantendo-se inclusive as eventuais incorreções do ponto de vista ortográfico ou gramatical.

Após descrever o percurso metodológico, apresentado neste capítulo, realizamos uma análise quanti-qualitativa, cujos resultados e discussões se encontram no próximo capítulo.

Fonte: Imagem retirada dos arquivos da Proposta PI-D08



5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 SisEA/MS: aspecto geral e interface

A análise do aspecto geral e interface⁹ do SisEA/MS foi considerada importante para a discussão, uma vez que, o conteúdo do sistema estadual de informação será, pela primeira vez, explorado para fins de uma pesquisa científica, contribui para o contexto geral da proposta desta tese.

O cadastro geral das propostas no SisEA/MS está hospedado em um servidor *web* no endereço eletrônico <http://www.imasul.gov.br>, que pode ser acessado por qualquer usuário externo ou interno¹⁰. Nesse sentido, apresentamos a análise do aspecto geral do SisEA/MS a partir do caminho descritivo de acesso enquanto usuário externo. Salientamos que a via de acesso como usuário externo foi utilizada para a coleta de informações neste estudo, como por exemplo a seleção das propostas em EA, apresentadas nas análises ao final desta seção.

Na página inicial do site do IMASUL, o usuário externo deve acessar a aba referente à Gerência de EA, que em seu conteúdo apresenta os *links* para acesso aos instrumentos da PEEA/MS, dentre eles o SisEA/MS. Um novo direcionamento do site para o instrumento SisEA/MS permite ao usuário externo o acesso às informações gerais do sistema, como seu funcionamento, contextualização, manual informativo sobre o procedimento de cadastro das propostas e o *link* para acesso ao cadastro geral das propostas inseridas.

Entretanto, é importante ressaltar que o acesso ao sistema enquanto usuário externo para a consulta pública do Cadastro Geral das propostas é distinto daquele utilizado usuário interno, sendo este último destinado ao proponente que deverá inserir/cadastrar propostas no sistema. Para o usuário interno, o caminho no endereço eletrônico é delimitado por meio do acesso restrito (login e senha) ao Siriema (IMASUL, 2020b).

Como o SisEA/MS faz parte do Siriema, para cadastrar ações no sistema é necessário primeiramente se cadastrar no Siriema. Finalizado o cadastro eletrônico, o usuário deverá fazer o login no Siriema utilizando sua identificação (CPF ou CNPJ) e senha de acesso. Feito o login, o SisEA/MS está disponível no menu à esquerda (IMASUL, 2020b, p. 7).

⁹ O conceito de Interface utilizado para este estudo trata dos aspectos relativos à área de contato e interação do sistema, que envolve a presença de ferramentas para o uso e movimentação de sistema de informações, nete caso virtual.

¹⁰ a) usuário interno, aquele usuário que acessa o SisEA/MS a partir do seu cadastro no Siriema, com login e senha, para o registro de propostas, sendo identificado como proponente público ou privado;
b) usuário externo, aquele usuário visitante, que acessa o cadastro geral das propostas em EA, por meio do acesso público no SisEA/MS pelo endereço eletrônico <<http://www.imasul.gov.br>>.

Dessa forma, o SisEA/MS, atende seu princípio básico — favorecer e fortalecer a difusão de informações sobre as experiências de EA — permitindo o atalho de acesso aos usuários externos, que buscam a consulta de informações e conteúdos das propostas. Tendo em vista a relevância do SisEA/MS para o fomento da divulgação das propostas em EA, é que observamos que um atalho mais evidente para o acesso ao Cadastro Geral das propostas, poderia facilitar a consulta pelos usuários externos, que muitas vezes constituem um público com primeiro acesso ao site do IMASUL, e ao SisEA/MS.

Por fim, se tratando de um sistema que busca o intercâmbio, difusão e divulgação das ações em EA no MS, entendemos que um atalho em destaque, assim como o *hiperlink* de acesso ao sistema para aqueles que buscam as informações sobre as propostas em EA cadastradas, permitiria de maneira mais rápida e efetiva o acesso ao quadro geral de cadastro.

Posteriormente, destacamos outras perspectivas de análise da interface do sistema: aquele usuário externo que, ao acessar o SisEA/MS, tem como objetivo consultar, filtrar e buscar o conteúdo das propostas cadastradas, e apresentamos questões pertinentes aos obstáculos e aspectos para o aperfeiçoamento do sistema.

Na página inicial do Cadastro Geral das propostas em EA são apresentadas as informações gerais (Figura 07), com os seguintes campos de informação: (i) Título, (ii) Tipo de Ação, (iii) Proponente, (iv) Área de Abrangência e (v) Situação da proposta. Os campos de informação identificados são definidos conforme o Manual de Preenchimento do SisEA/MS (IMASUL, 2020b), e estão relacionados no Quadro 03.

Figura 07. Quadro geral de cadastro das propostas no SisEA/MS

Título	Tipo de Ação	Proponente	Área de Abrangência	Situação
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA - GEF RIO FORMOSO	Projeto	INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL	Municipal	Finalizado
INSTALAÇÕES TEMÁTICAS	Ação Pontual	INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL	Municipal	Elaborado
CAMPANHA 10 ANOS DO PARQUE ESTADUAL DAS VÁRZEAS DO RIO IVINHEMA	Campanha	INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL	Regional	Finalizado
CAMPANHA CONTRA O TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES	Campanha	INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL	Regional	Finalizado
PROJETO EDUCAÇÃO AMBIENTAL ITINERANTE	Projeto	INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL	Estadual	Finalizado
MOBILIZAÇÃO PARA O PROCESSO ELEITORAL DE COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DO MIRANDA	Ação Pontual	INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL	UPG	Finalizado
FÓRUM DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE MATO GROSSO DO SUL	Ação Pontual	INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL	Estadual	Finalizado
IV CONFERÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - RESÍDUOS SÓLIDOS	Ação Pontual	INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL	Estadual	Finalizado
CAMPANHA 20 ANOS DO CRAS - CENTRO DE REABILITAÇÃO DE ANIMAIS SILVESTRES	Campanha	INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL	Municipal	Finalizado

Fonte: Retirado do portal IMASUL. Disponível em: <http://siriema.imasul.ms.gov.br/public/acaoeducacao/default.xhtml>. Acesso em: 26 mar. 2021..

Quadro 03. Relação dos campos de informação das propostas, conforme definição no Manual de preenchimento do SisEA/MS

CAMPO	DEFINIÇÃO
Título	Digite o nome da ação.
Tipo de Ação	Programa Projeto Campanha Pesquisa Ação Pontual
PROPONENTE	É quem gera a demanda, quem propõe a realização da ação e busca parceiros para a execução da mesma. Por exemplo, uma empresa que se propõe a executar um programa de educação ambiental (proponente) pode contratar uma consultoria para isso (executor).
ÁREA DE ABRANGÊNCIA	Internacional: ações executadas não apenas no Brasil, mas também em outros países. Nacional: ações executadas em nível nacional. Regional: ações executadas em mais de um estado brasileiro ou em mais de uma localidade do estado de Mato Grosso do Sul. Estadual: ações executadas em nível estadual (Mato Grosso do Sul). Municipal: ações executadas em um único município. UPG: são Unidades de Planejamento e Gestão e correspondem às bacias hidrográficas.
Situação da Proposta	Neste campo deve-se selecionar a situação da ação cadastrada, ou seja, é o momento em que a ação se encontra, podendo ser: Elaborado: a proposta da ação foi elaborada, mas as atividades ainda não foram iniciadas, por falta de financiamento ou quaisquer outros motivos. Em andamento: a ação já realizou algumas atividades, mas ainda não foi concluída. Finalizado: a ação já realizou todas as atividades previstas, inclusive a elaboração de relatórios finais, estando concluída. Parado: a ação já realizou algumas atividades, mas por algum motivo foi paralisada, havendo intenção de ser retomada posteriormente quando possível. Ao escolher essa opção, dois campos são abertos, um de justificativa e outro de descrição da justificativa. Clique na seta e escolha a justificativa da paralisação da ação. Cancelado: a ação realizou algumas atividades, mas foi cancelada pela instituição por algum motivo, como por exemplo, falta de recursos ou comprometimento da equipe, e não será retomada posteriormente. Ao escolher essa opção, também são

	abertos os campos para preenchimento da justificativa e da descrição da justificativa.
--	----------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Organização da autora a partir das informações obtidas em IMASUL (2020b).

No quadro do cadastro geral das propostas, cada um dos campos de informação, apresenta um ícone de seleção (ao lado direito) com a possibilidade de alteração da lista de cadastro em ordem crescente ou decrescente, alfabética e seleção das definições, de acordo com o campo. As opções de (re) organização dos resultados a partir dos campos de informações são ferramentas que aperfeiçoam a procura por propostas pelos usuários externos. Contudo, o sistema mostra um padrão de erro ao gerar as informações, quando selecionadas duas ou mais opções de alteração da (re) organização dos resultados da lista geral.

Ainda, no campo esquerdo do quadro geral é possível selecionar a ferramenta de busca (localizar) a partir da lista do Cadastro Geral das propostas em EA, onde ficam disponíveis algumas opções de campos de preenchimento para localização de propostas: (i) número; (ii) participante; (iii) situação; (iv) motivação; (v) temática; (vi) público-alvo; (vii) área de abrangência (Figura 08). Cada uma delas permite a seleção do perfil das propostas que se pretende filtrar, porém o sistema demonstra erros esporádicos no processamento dos dados quando a busca é realizada, gerando conflitos na apresentação dos resultados, e conseqüentemente, na eficiência de seu uso.

Figura 08. Campos de preenchimento do atalho localizar no SisEA/MS

Localizar Limpar Cancelar

Localizar Ação de Educação Ambiental

Número

Participante/Envolvido

Situação Seleção ... ▼

Motivação

- AÇÃO ESPONTÂNEA
- EDITAL
- ICMS ECOLÓGICO - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TERRAS INDÍGENAS
- INFRAÇÃO AMBIENTAL
- MEDIDAS MITIGADORAS OU COMPENSATÓRIAS DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL
- OUTROS (DETALHAR NO RESUMO DA AÇÃO)

Temática

- ÁGUA
- ANIMAIS SILVESTRES
- APRIMORAMENTO TÉCNICO (FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E INSTRUMENTALIZAÇÃO)
- COLEGIADOS (COMISSÕES, REDES, CONSELHOS, CÂMARAS TÉCNICAS, ENTRE OUTROS)
- ENERGIA ELÉTRICA
- FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Público Alvo

- ALUNOS
- ASSENTADOS
- COLÔNIA DE PESCADORES
- COMUNIDADE
- COMUNIDADE INDÍGENA
- COMUNIDADE RURAL
- COMUNIDADE URBANA
- FUNCIONÁRIOS DE EMPRESAS PRIVADAS
- FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Área de Abrangência Seleção ... ▼

Fonte: SisEA/MS

Por fim, ao localizar a proposta de interesse, na lista de Cadastro Geral das propostas, o usuário externo deve selecionar a linha da proposta, esta fica com realce da cor em destaque, e deve clicar no atalho detalhar para, então, obter a apresentação das informações completas da proposta selecionada.

A proposta em EA selecionada é apresentada em uma nova aba aberta, e neste momento, é possível consultar o detalhamento completo da proposta, com as informações descritas em quatro abas: a. Dados Gerais; b. Detalhamento; c. Atividades; d. Anexos (Figura 09). Para cada aba das propostas, são expostas as informações descritas nos campos de preenchimento, pelo referido proponente (Quadro 04).

Figura 09. Apresentação das abas de preenchimento no SisEA/MS

Detalhes da Ação de Educação Ambiental

Dados Gerais | Detalhamento | Atividades | Anexos

Tipo da Ação	Ação Pontual
Status Ação Educação	Incompleta
CPF/CNPJ do Proponente	03.903.176/0001-41
Nome/Razão Social	PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODAPOLIS
Título	CONSCIENTIZAÇÃO DIA DA ÁGUA 2018
Objetivo da Ação	CONSCIENTIZAÇÃO DE ALUNOS SOBRE A IMF
Valor Estimado da Ação (R\$)	0,01
Temática	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ÁGUA ▪ VEGETAÇÃO (PLANTAS, MATA CILIAR, RES ▪ UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
Área de Abrangência	Municipal

Fonte: SisEA/MS.

Quadro 04. Campos de informação para cada aba de preenchimento no SisEA/MS

ABA	CAMPO DE PREENCHIMENTO
DADOS GERAIS	Tipo da Ação Status Ação Educação CPF/CNPJ do Proponente Nome/Razão Social Título Objetivo da Ação Valor Estimado da Ação (R\$) Temática Área de Abrangência Município Bioma Público-Alvo segmento(s) Bacia Hidrográfica
DETALHAMENTO	Data de Início Permanente? Data de conclusão Periódica? Situação Motivação Fonte Financiadora

	Resumo da Ação Resultados Obtidos Equipe Técnica Parceria?
ATIVIDADES	Nome da Atividade Data Inicial Data Final Nome do Responsável Detalhe
ANEXOS	Arquivo

Fonte: Organização da autora, a partir das informações obtidas em IMASUL (2020b).

Ao explorar a plataforma, evidenciamos aqui a perspectiva de acesso do usuário externo, no processo de seleção/busca das propostas em EA. Desta forma, relacionamos alguns aspectos considerados relevantes sobre alguns comandos nas ferramentas de busca/filtro por propostas e à interface do sistema, que poderiam ser aprimorados, trazendo maior eficiência na seleção de propostas, e conseqüentemente na realização dos estudos de diagnósticos, análises e pesquisas das propostas.

Dentre os possíveis elementos da interface e ferramentas do sistema que poderiam ser aperfeiçoados destacamos a inserção do campo de informação “ano da proposta”, pois permitiria uma nova possibilidade de filtro àqueles usuários que buscam informações, por exemplo, a partir da data de execução das propostas. Nesta investigação foram observadas algumas dificuldades para a seleção de propostas, dentro do recorte temporal definido entre 2015 e 2020, visto que com a ausência do filtro “ano da proposta” foi necessário selecionar e “abrir em detalhe” cada uma das propostas para a identificação do ano de realização.

Outro aspecto percebido na interface do SisEA/MS foi a ausência de um campo de busca com o filtro “palavra-chave, autor e título da proposta”. A implantação deste último poderia melhorar o sistema, ao permitir que o usuário localize propostas, otimizando o tempo de busca e a qualidade dos resultados obtidos a partir do filtro de busca. Este aspecto demonstrado aqui foi identificado como um dos desafios no momento de seleção das propostas durante o estudo, pois, até o momento, o sistema tem disponibilizado para a localização de propostas a busca dos proponentes cadastrados, pelo CPF ou CNPJ.

É fato que, essa etapa descritiva dos ambientes da interface do SisEA/MS trata unicamente da exposição do uso do sistema a partir na perspectiva da pesquisadora, de modo individual, enquanto usuária externa, em que os conflitos e desafios observados ocorreram na prática de seleção e busca de propostas, e que demonstraram questões de usabilidade que afetam os objetivos e o funcionamento do SisEA/MS. Segundo Nielsen (2007), a implementação de sistemas de informação é facilitada quando há fluxos de informações padronizadas e processos sistematizados, associados ao desenvolvimento de um produto de

qualidade. A qualidade do produto (sistema) é determinada, do ponto de vista do usuário, pela qualidade da interface e interação.

Sugerimos que novas abordagens de pesquisas e estudos, que visam avaliar a eficiência da usabilidade do sistema tendo como base os requisitos mínimos estabelecidos pela Associação Brasileira de Norma Técnica (ABNT NBR) e International Organization for Standardization/ International Electrotechnical Commission (ISO/IEC), poderão aprofundar as análises relativas à eficiência do sistema, como recursos tecnológico e sua interação com o usuário. Os estudos voltados à avaliação da qualidade do sistema utilizam os parâmetros definidos pelas organizações citadas anteriormente, a partir das normas e requisitos de qualidades estabelecidos para avaliação desses produtos tecnológicos (MARTINS, 2013), e podem contribuir sobremaneira para um sistema cada vez mais eficaz, e a para a implantação de uma política pública produtiva.

Em suma, foram apresentadas, para essa etapa inicial dos resultados a operacionalização do SisEA/MS, algumas inferências que entendemos ser relevantes sobre o aspecto geral do sistema e sua interface, ao demonstrar que alguns aspectos sobre a experiência do usuário e execução do sistema, mesmo que individualmente, apontam para questões relativas à qualidade do sistema. Conseqüentemente, os atributos, obstáculos e desafios demonstrados podem interferir no processo geral de operacionalização do SisEA/MS, como: o cadastro das ações, acesso aos conteúdos e eficiência na difusão das informações inseridas em EA. Ainda, tais aspectos devem ser considerados para efeitos de aperfeiçoamento, visto que um dos objetivos do SisEA/MS é subsidiar de forma eficaz o Deea/MS, instrumento que tem grande importância para os desdobramentos das políticas públicas em EA no Mato Grosso do Sul.

A partir do modelo técnico e administrativo do SisEA/MS em operação pela UNEA/IMASUL, considerando que ele tem entre seus objetivos o “[...] fomento à formação de parcerias e possibilitando o mapeamento das potencialidades e carências deste tema em Mato Grosso do Sul” (IMASUL, 2020a), podemos conferir algumas potencialidades do SisEA/MS que permitirão colocar em prática operações de interação entre usuários e uma melhor viabilidade do sistema na contribuição da EA no âmbito estadual:

- Adequações no acesso ao sistema;
- Contagem de acessos;
- Integrações com outros portais, como a Plataforma *Lattes*;
- Identificação e registro dos Educadores Ambientais;
- Identificação e registro das redes em EA no Estado;

- Aperfeiçoamento de atalhos de busca e filtro por palavras-chave e datas;

Nessa conjuntura, compreendemos que, na oportunidade de uma atualização, o SisEA/MS tem grandes potencialidades para se tornar uma plataforma interativa, na qual o usuário encontra possibilidades de articulação e parcerias com seus pares, contato com as redes de EA e instituições atuantes no MS, bem como recursos disponíveis (informações e ferramentas) para a elaboração de um diagnóstico da EA no MS.

O SisEA/MS permitirá caminhos promissores como uma importante ferramenta de comunicação em EA, podendo elucidar as seguintes questões formuladoras para a construção de um documento que trata do Panorama Estadual da EA: Quem são os Educadores Ambientais atuantes no MS? Quais são as redes em EA atuantes no MS? Como podemos localizar os Educadores Ambientais e equipes de trabalho? Quais grupos de pesquisa e instituições de ensino, como pós-graduação são atuantes no MS? Qual é o perfil profissional dos Educadores Ambientais atuantes no MS? Quais são os temas socioambientais que estão sendo abordados nas ações em EA? Quais são os temas abordados na pesquisa científica realizada no MS? Quais são as ações em andamento? Quais projetos em andamento são de interesse dos demais Educadores Ambientais? Quais materiais pedagógicos foram desenvolvidos nas ações em EA? Quais são as políticas, os programas, os cursos, os eventos em EA que estão em andamento ou já realizados? Qual é o panorama da EA em nível municipal e estadual?

Assim, para compreendermos como o SisEA/MS se situa dentre as políticas públicas, apresentamos a seguir a organização das normas e legislações que preveem os princípios da informação e comunicação nas políticas públicas em EA.

5.2 O SisEA/MS nas políticas públicas

Para esta etapa do caminho analítico trataremos da contextualização das políticas públicas em EA nos âmbitos federal e estadual, do MS (Quadro 05), delimitando o *corpus* documental nesta pesquisa, refletindo a partir da Análise do Discurso sobre como o SisEA/MS está disciplinado nas legislações e demais programas ambientais.

Quadro 05. Relação dos documentos definidos para a análise das Políticas Públicas em EA

Identificação	Documento	Definição	Ano Publicação
D1	Lei n.º 9.795, de 27 de Abril	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política	1999

	de 1999	Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências (PNEA);	
D2	Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)	Apresenta as diretrizes, os princípios e a missão que orientam as ações do Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA, a delimitação de seus objetivos, suas linhas de ação e sua estrutura organizacional.	2005
D3	Lei n.º 5.287, de 13 de Dezembro de 2018	Institui a Política Estadual De Educação Ambiental (PEEA/MS), e dá outras providências;	2018
D4	Decreto n.º 9.939, de 05 de junho de 2000	Institui, no Âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA), e dá Outras Providências;	2000
D5	Decreto n.º 12.741, de 07 de Abril de 2009	Altera a Redação e revoga o Decreto n.º 9.939, de 05 de junho de 2000	2009
D6	Decreto n.º 15.506, de 25 De Agosto de 2020	Altera a Redação e Acrescenta Dispositivos ao Decreto n.º 12.741, de 7 de Abril de 2009, que Institui, no Âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, a Comissão Interinstitucional De Educação Ambiental (CIEA), e dá Outras Providências;	2020
D7	Programa Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul (ProEEA/MS)	Trata do Programa Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul	2018

Fonte: Organização da autora.

Visto que o SisEA/MS é um importante instrumento da PEEA/MS, e que a esta segue as diretrizes estabelecidas nas legislações federais, tratamos dos dispositivos legais que inferem a comunicação como princípio para a implementação de sistemas de informação, nas políticas públicas estruturantes de EA, no âmbito federal. Assim, neste primeiro momento,

pretendemos relacionar a historicidade das duas Políticas Públicas Federais estruturantes da EA no Brasil. Por conseguinte, trazemos no contexto das Políticas Públicas estaduais do MS, refletindo sobre o processo de construção, e seus confrontos e disputas de interesses, situar como o SisEA/MS está regulamentado.

A PNEA trata da norma que vai estabelecer os objetivos, diretrizes e princípios da EA no Brasil, orientando as demais políticas estaduais e municipais. Sendo assim, identificamos no artigo 5º da PNEA os objetivos que enquadram os fundamentos do SisEA/MS, como um sistema de informação digital que pode compartilhar conteúdos:

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental:
II - a garantia de democratização das informações ambientais;
VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;
VII... (BRASIL, 1999).

Assim, o SisEA/MS é definido pelo IMASUL (2018a) como um banco de dados que permite difundir as ações de EA desenvolvidas no MS. Trata-se de uma iniciativa realizada pelo governo estadual e que foi desenvolvida no âmbito das seguintes linhas de atuação definidas pelo PNEA:

Art. 8º As atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas:
II - Desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações;
[...]
§ 3º As ações de estudos, pesquisas e experimentações voltar-se-ão para:
II - a difusão de conhecimentos, tecnologias e informações sobre a questão ambiental;
VI - a montagem de uma rede de banco de dados e imagens, para apoio às ações enumeradas nos incisos I a V. (BRASIL, 1999).

Na PNEA são estabelecidos objetivos e linhas de atuação que amparam as iniciativas nos aspectos da comunicação aos demais órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente, como as Secretarias de Meio Ambiente dos governos estaduais. O escopo da comunicação e informação para a EA são atendidos com a implantação do SisEA/MS, no MS.

A formulação do ProNEA vai ao encontro da atuação do poder público, no campo da EA, de modo articulado tanto entre as iniciativas existentes no campo educativo como entre as ações voltadas à proteção, recuperação e melhoria socioambientais. As ações alinhadas nos âmbitos educacional e da gestão ambiental podem propiciar um efeito multiplicador com potencial repercussão na sociedade, e faz-se necessária a formulação e a implementação de políticas públicas de EA que integrem essa perspectiva, conforme a proposta do ProNEA.

Nesse sentido, a criação do ProNEA se configura como necessária para a gestão da PNEA, fortalecendo-se como um esforço do governo federal no estabelecimento das condições necessárias dos processos voltados à EA.

Assim, a implementação e execução do SisEA/MS está inserida na diretriz “Democracia, Mobilização e Participação Social” e nos princípios de “democratização na produção, divulgação e acesso a saberes, conhecimentos e informações socioambientais, com base na liberdade de expressão e no fomento às tecnologias e demais instrumentos de comunicação” definidas no ProNEA. Ou seja, o SisEA/MS atende ao anseio da democratização, interação, compartilhamento e difusão das informações a partir das propostas em EA cadastradas, e que estão determinadas nas diretrizes e princípios do ProNEA. De acordo com Brasil (2018),

A democracia e a participação social permeiam as estratégias e ações – sob a perspectiva da universalização dos direitos e da inclusão social – por intermédio da geração e disponibilização de informações que garantam a participação social na discussão, formulação, implementação, fiscalização e avaliação das políticas ambientais voltadas a construção de valores culturais comprometidos com a qualidade ambiental e a justiça social; e de apoio à sociedade na busca de um modelo socioeconômico sustentável (BRASIL, 2018).

Dentre os objetivos do ProNEA, destacamos aqueles que asseguram a implementação de sistemas de informação, como o SisEA/MS, indicando os que estavam previstos na edição de 2005 e, posteriormente, na edição de 2018:

Promover a inclusão digital para dinamizar o acesso a informações sobre a temática ambiental, garantindo inclusive a acessibilidade de portadores de necessidades especiais;
Promover e apoiar a produção e a disseminação de materiais didático-pedagógicos e instrucionais;
Sistematizar e disponibilizar informações sobre experiências exitosas e apoiar novas iniciativas (BRASIL, 2005).

Promover a Educação Ambiental na formulação e execução de atividades da gestão ambiental pública; Dinamizar o acesso a informações sobre a temática socioambiental (BRASIL, 2018).

O SisEA/MS permite a inclusão digital através de sua plataforma *on line*, com acesso livre aos conteúdos das propostas em EA, possibilitando a divulgação dessas produções e materiais didáticos utilizados pelos proponentes, garantindo a troca de experiências entre os agentes e educadores ambientais no MS. O alcance e ganhos possíveis desse sistema, cumprem os objetivos do ProNEA por meio da Linha de Ação 3 Comunicação para Educação Ambiental, e estratégia 3.1. Comunicação e tecnologia para a Educação Ambiental:

3.1.12 Fomentar a criação de um sistema de informações em educação ambiental, como um banco de dados cadastral, descentralizado, interligado e alimentado pelas Cieas, órgãos governamentais, universidades, centros especializados, redes de educação ambiental e demais envolvidos com a temática, que se constitua em fonte de informações transparente, confiável, aberta e acessível, sobre iniciativas, experiências, educadores ambientais, agentes e instituições envolvidas, materiais didáticos, recursos financeiros, eventos e outros aspectos de interesse da educação ambiental (BRASIL, 2018).

Segundo Rodrigues e Guimarães (2010), a PNEA ocupa um lugar de destaque no arcabouço das legislações em EA, e que até os dias atuais serve de base para a construção das Políticas e Programas de Governos, nos âmbitos estaduais e municipais de todo o Brasil. Não diferente, seus princípios e fundamentos inspiraram a formulação da PEEA/MS e ProEEA/MS, que trataremos nas análises a seguir.

A PEEA/MS foi aprovada em 2018, e apresenta dentre os instrumentos para a EA no estado: o Sistema Estadual de Informação em Educação Ambiental (SisEA/MS), o ProEEA/MS e a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA/MS). Enfim, trataremos como o SisEA/MS está inserido na política pública de EA estruturante para o MS, e nos documentos regulamentadores do CIEA/MS e no ProEEA/MS.

Primeiramente, na PEEA/MS encontramos apenas dois artigos que citam o SisEA/MS.

Art. 10. São instrumentos da Política Estadual de Educação Ambiental, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, vinculados aos órgãos responsáveis pela Política Estadual de Meio Ambiente e pela de Educação:

I - o Sistema Estadual de Informação em Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul (SISEA/MS), de caráter permanente, que tem por finalidade coletar, armazenar, sistematizar, analisar, aprovar e divulgar programas, projetos e ações de educação ambiental;

Art. 14. As instituições educacionais públicas e privadas devem cadastrar suas propostas e experiências no Sistema Estadual de Informação em Educação Ambiental (SISEA/MS), atualizando-as anualmente.

No artigo 10º, inciso I, o SisEA/MS é citado como instrumento da PEEA/MS com uma breve descrição de sua finalidade. Posteriormente, no artigo 14º fica definida a responsabilidade dos estabelecimentos de ensino no cadastro das propostas no sistema. O artigo 14º contextualiza parte da demanda que gera as propostas a serem cadastradas, ficando excluídos os demais agentes envolvidos na motivação de ações que devem ser cadastradas, como aqueles voltados ao processo do licenciamento ambiental e o Programa ICMS Ecológico. Em suma, o SisEA/MS está timidamente regulado na PEEA/MS. A matéria sobre

o SisEA/MS se limita a redação de dois artigos insuficientes no esclarecimento sobre os objetivos, formas de atuação, órgão gestor responsável, funcionalidade e operação do sistema.

A partir dos fundamentos da AD, observamos que o movimento político traduzido nos cortes de artigos e pautas da PEEA/MS denuncia o discurso dos interesses hegemônicos para com a discussão ambiental no Estado. As pautas excluídas da PEEA/MS revelam muito das narrativas dos sujeitos que defendem uma política ambiental fragilizada, anunciada em uma ideologia do poder do agronegócio, cuja atividade predomina as transações econômicas e tradições dos sujeitos governantes e políticos do Estado. A caminho de construção da política estadual, que traduz no retrocesso da PEEA/MS, evidencia por meio da AD que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia, assim como não há dizer sem memória (ORLANDI, 2004). Possivelmente as matérias que envolvem o SisEA/MS se apresentam de forma fragmentada no texto em reflexo ao processo de alteração sofrido no projeto de lei da PEEA/MS, que resultou em uma política pouco expressiva e com inconsistências.

A previsão orçamentária e de recursos são mecanismos vitais para a perpetuação da EA, e que ao serem excluídos da PEEA/MS nos alertam sobre os interesses velados e as ideologias daqueles que fundamentaram a nova proposta da PEEA/MS editada. A AD desvela que esse conflito instalado pelo panorama do boicote denuncia o permanente ataque e a busca pelo enfraquecimento da legislação ambiental, e demonstram a hegemonia presente no interior do Estado na defesa dos interesses do capital.

Relatamos a importância de um ato regulamentador próprio do SisEA/MS, como os que são publicados para os demais instrumentos da política estadual – CIEA/MS e ProEEA/MS. A ausência da regulamentação do SisEA/MS pode ensejar o comprometimento da continuidade dessa iniciativa, colocando em risco o caráter permanente do SisEA/MS. As inseguranças pontuadas no contexto do SisEA/MS devem ser pensadas com cautela, à exemplo da descontinuidade de outros sistemas importantes, em nível federal, como o SIBEA.

O SIBEA foi um importante instrumento de política pública em informação socioambiental disponibilizada no Brasil. Foi desenvolvido pelo Órgão Gestor da PNEA, sob a responsabilidade do DEA/MMA, em parceria com redes e instituições governamentais e não governamentais que atuavam em EA (DZIEKANIAK, 2019). No momento em que o SIBEA foi desenvolvido, a informação socioambiental deixou de ser apenas discutida no âmbito das políticas públicas de EA, ou seja, não era somente um conceito, e passou para o campo operacional. Ainda que o sistema tenha tomado grande relevância e proporção para a EA, tornando-se um instrumento de política pública em informação socioambiental, seus

desdobramentos não foram permanentes, destino que também pode ser vislumbrado no estado, como para o SisEA/MS.

Contudo, o SIBEA foi desativado, e sem dar qualquer explicação à sociedade sobre a descontinuidade do Portal o MMA indica uma estratégia operacional em substituição com a plataforma nacional de educação ambiental, no texto de abertura da quinta edição do ProNEA, o que evidencia o descaso e a falta de continuidade de investimentos na área de informação socioambiental no país (DZIEKANIAK, 2019, p. 126).

A CIEA/MS foi regulamentada pelo Decreto n.º 9.939, de 05 de junho de 2000, e posteriormente reformulada pelo Decreto n.º 12.741, de 07 de abril de 2009 e pelo Decreto n.º 15.506, de 25 de Agosto de 2020. A CIEA/MS possui caráter consultivo e é representada por instituições públicas, privadas e do terceiro setor com o objetivo de promover o diálogo, o acompanhamento e a avaliação da PEEA/MS e do ProEEA/MS. Assim, a CIEA/MS desempenhou um papel fundamental no processo de construção da PEEA/MS, e posteriormente na defesa dessa política contra as investidas de fragmentação e supressão de boa parte de seu conteúdo, conforme contextualizado na fundamentação teórica desta pesquisa. Porém, ao final, dado o seu caráter consultivo de decisão, prevaleceu a proposta do governo à revelia dos anseios dos educadores ambientais e contrariando a construção da política pública de forma democrática em âmbito estadual (MAMEDE et al., 2021).

No decreto de criação da CIEA/MS, n.º 9.939, de 5 de junho de 2000, encontramos dois artigos que fundamentam a gestão de iniciativas e políticas públicas como o SisEA/MS:

Art. 1º Fica criada a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de Mato Grosso do Sul, vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, com a finalidade de promover a discussão, a gestão, a coordenação, o acompanhamento, a avaliação e a implementação das atividades de Educação Ambiental no Estado de Mato Grosso do Sul, inclusive propor a edição de normas, observadas as disposições legais aplicáveis à matéria.

Art. 6º São atribuições da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de Mato Grosso do Sul:

I - contribuir para a consolidação de políticas públicas voltadas para a Educação Ambiental (grifo nosso) (MATO GROSSO DO SUL, 2009, grifo nosso).

Em 2009 foi publicado o Decreto n.º 12.741, de 7 de abril, com novas alterações, sendo revogado o anterior. Assim, a nova redação traz pontos importantes como qualificar o caráter consultivo da comissão em seu artigo 1º; Ampliar as competências, especialmente aquelas voltadas à construção do ProEEA/MS, dispostas no artigo 2º; Definir a estrutura e a

previsão do Regimento Interno, conforme artigo 3º; e reformular a composição dos membros titulares e suplentes, de acordo com o artigo 8º; Cabe destacar que a edição de 2009 descreve, pela primeira vez, a atuação da CIEA/MS no fortalecimento ao Sistema Nacional de Educação Ambiental, conforme artigo 7º.

Por fim, o Decreto em vigor é de n.º 15.506, de 25 de agosto de 2020, que altera a redação de 2009. A nova redação também vincula o órgão executor da Política Estadual de Educação à CIEA/MS, define o modelo de mandato da coordenação e indicação da secretaria-executiva, altera a composição dos membros titulares, e muda o artigo 7º, especificando a atuação da comissão na gestão do SisEA/MS.

Art. 7º A CIEA deve participar ativamente do fortalecimento do Sistema Estadual de Informação em Educação Ambiental (SISEA/MS), disponibilizando as informações existentes no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul (MATO GROSSO DO SUL, 2020).

O SisEA/MS está reportado em apenas um dispositivo legal nos atos regulamentadores da CIEA/MS, em um texto pouco explicativo sobre a sua forma de ação e execução. Dessa forma, somado às considerações já expostas sobre os dispositivos analisados na PEEA/MS, percebemos que o instrumento SisEA/MS mesmo que presente nas políticas estaduais não oferece arcabouço normativo suficiente em conteúdo para sua regulação.

Mesmo com a Política Estadual alterada e publicada sem consulta qualificada à CIEA/MS foi possível lançar o ProEEA/MS, concluído e publicado três meses antes da instituição da PEEA/MS (CAMPELO JUNIOR, 2021a). Assim, o ProEEA/MS pode oportunizar novos diálogos entre a CIEA/MS, os cidadãos do MS e o governo estadual para futuras políticas públicas de EA, visto os princípios, objetivos, diretrizes e linhas de ação, concretizando-se como importante instrumento de gestão para o desenvolvimento de ações de EA, atendendo às peculiaridades socioambientais do estado do MS (MATO GROSSO DO SUL, 2018).

O ProEEA/MS é um instrumento direcionado para gestores públicos e educadores ambientais para as práticas de EA. Sua construção ficou sob a responsabilidade da GDM, World Wide Fund for Nature (WWF Brasil) e Mulheres em Ação no Pantanal (MUPAN), com a finalização da versão preliminar do Programa, em 2017. A partir de uma capacitação denominada “Nivelamento de Conhecimento em Educação Ambiental” e duas oficinas com a participação de educadores ambientais, gestores públicos e consultores que atuam com programas e projetos em EA no MS, foi submetido à consulta pública on-line em 2018, com oficinas realizadas nos municípios polos do estado (CAMPELO JUNIOR, 2021a).

O Programa apresenta as seguintes seções: Apresentação, Contextualização, Princípios, Diretrizes, Objetivos e Público-alvo, e está dividido em cinco linhas de ação e suas respectivas estratégias:

Gestão e Planejamento da Educação Ambiental em MS; a Formação de Educadores e Educadoras Ambientais; a Comunicação para Educação Ambiental; a Inclusão da Educação Ambiental nas Instituições de Ensino e da Sociedade Civil Organizada; o Monitoramento e Avaliação de Políticas, Programas e Projetos de Educação Ambiental (MATO GROSSO DO SUL, 2018).

O ProEEA/MS traz na seção “contextualização” os procedimentos legais e normativos realizados pelo IMASUL na área da EA, dentre eles o SisEA/MS destacando sua importância e o pioneirismo do estado.

O desenvolvimento do SisEA/MS é um marco para a educação ambiental no estado de Mato Grosso do Sul. Mato Grosso do Sul é pioneiro nesta questão, sendo o primeiro estado da federação a criar e operar um sistema informatizado de educação ambiental.

O SisEA/MS foi desenvolvido para promover o cadastro, a integração, a sistematização, a análise e o acompanhamento de programas, projetos, campanhas e demais ações de educação ambiental, assim como difundir informações que sirvam de orientação, experiência e até modelo para os usuários. Dessa forma, o Sistema constitui uma importante ferramenta de gestão, reunindo em um banco de dados e tornando públicas as experiências de educação ambiental realizadas no estado, fomentando a formação de parcerias e possibilitando o mapeamento das potencialidades e carências deste tema em Mato Grosso do Sul (MATO GROSSO DO SUL, 2018, p. 16).

O ProEEA/MS também destaca outros procedimentos legais que foram articulados com a implantação do SisEA/MS, como o cadastro do PEA, exigido no processo de licenciamento ambiental e das ações em EA realizadas pelos municípios participantes do Programa ICMS Ecológico (MATO GROSSO DO SUL, 2018). Assim, o IMASUL vem aprimorando as estratégias e procedimentos em EA, de forma articulada garantindo a afirmação do campo da EA como política pública estadual, ainda que outras resistências como o contexto da implantação do PEEA/MS se fizeram presentes no avanço da área.

O SisEA/MS está previsto em duas linhas de ações ao longo do PEEA/MS: 3. COMUNICAÇÃO PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL e 5. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, que apresentam as seguintes estratégias:

3.1. Comunicação e tecnologia para a educação ambiental

- a) Aprimoramento do Sistema Estadual de Informação em Educação Ambiental (SisEA/MS).
- b) Divulgação do Sistema Estadual de Informação em Educação Ambiental (SisEA/MS) e incentivo para que pesquisadores e educadores de instituições públicas e privadas cadastrem suas práticas e pesquisas em educação ambiental.
- c) Divulgação das iniciativas cadastradas no Sistema Estadual de Informação em Educação Ambiental (SisEA/MS) (MATO GROSSO DO SUL, 2018, p. 29).

5.1. Análise, monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos de educação ambiental, por intermédio da construção de indicadores.

- a) Adoção do Sistema Estadual de Informação em Educação Ambiental (SisEA/MS), que tem como finalidade a coleta, o armazenamento, a sistematização e a divulgação de programas, projetos, campanhas, pesquisas e ações de educação ambiental realizadas no estado de Mato Grosso do Sul, como um instrumento permanente da Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA/MS) (MATO GROSSO DO SUL, 2018, p. 32).

O sistema está ancorado no programa estadual ocupando relevante espaço nas ações de comunicação e democratização das informações socioambientais, respeitando as diretrizes e princípios previstos no programa federal. Ademais, o sistema representa grande avanço para o programa estadual, ao conferir como uma importante ferramenta para a linha de ação de monitoramento e avaliação de propostas em EA, visto que uma de suas funções agrega a sistematização das experiências em EA, que podem gerar um produto relevante para a construção do estado da arte da EA no MS – o Deea/MS.

5.2 O monitoramento das propostas em EA no SisEA/MS

Para esta etapa do percurso analítico, apresentamos os critérios e marcos regulatórios que disciplinam o procedimento de cadastro e monitoramento das propostas em EA no SisEA/MS, que estão detalhados nos documentos definidos no quadro 06.

Quadro 06. Relação dos documentos definidos para a análise da gestão do SisEA/MS

Documento	Nome	Definição	Publicação
D8	Manual do usuário do SisEA/MS.	O presente manual visa orientar e fornecer subsídios aos usuários para o cadastramento de ações de educação ambiental no Sistema Estadual de Informações em Educação Ambiental (SisEA/MS).	IMASUL (2020b)
D9	Orientações para enquadramento de ações	Apresenta os conceitos e critérios para classificação de ações de educação	IMASUL

	de educação ambiental no SisEA/MS.	ambiental no SisEA/MS.	(2015)
D10	Roteiro para elaboração de Programas de Educação Ambiental (PEAs).	O presente roteiro visa orientar e fornecer subsídios para a elaboração e implantação do Programa de Educação Ambiental (PEA) a ser apresentado ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL), em cumprimento de condicionante dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos modificadores do meio ambiente, conforme legislação ambiental vigente.	Imasul (2018b)
D11	Roteiro para elaboração de relatórios de execução de Programas de Educação Ambiental (PEAs).	O presente roteiro visa orientar e fornecer subsídios para a elaboração de relatórios de execução de programas de educação ambiental a serem apresentados ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL), em cumprimento de condicionante dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos modificadores do meio ambiente, conforme legislação ambiental vigente.	IMASUL (2018c)
D12	Guia Orientativo ICMS Ecológico 2018.	Tem como objetivo facilitar o entendimento dos critérios, documentação, procedimentos e prazos de participação dos municípios na alíquota de distribuição do ICMS Ecológico de Mato Grosso do Sul.	IMASUL (2018a)
D13	Tábua de Avaliação qualitativa da Área de Proteção Ambiental (APA) municipal.	Trata da avaliação qualitativa área de proteção ambiental municipal a partir dos critérios: Planejamento, gestão e manejo da UC; Participação social e gestão pública; Qualidade ambiental;	Anexo 1

Fonte: Organização da autora.

O documento D8 trata do Manual do Usuário do SisEA/MS, que visa orientar todos os tipos de proponentes no cadastramento de propostas em EA, no SisEA/MS. No manual é apresentada, inicialmente a contextualização do SisEA/MS como instrumento da PEEA/MS, e as orientações aos usuários para o login no Siriema e o acesso ao SisEA/MS. Em seguida, há o passo a passo para as inserções das informações durante o cadastro das propostas, inclusive

com ilustrações dos comandos e atalhos. As informações disponibilizadas no manual, especialmente para a realização de edição do cadastro, a busca e filtros de propostas, são importantes para uma operação eficiente dos recursos tecnológicos do sistema pelos usuários.

Conforme já discutido anteriormente, é fato que a utilização do sistema pelos diversos proponentes possui motivações distintas. Por exemplo, os proponentes advindos das demandas Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental, Ação Espontânea e Outras Demandas e do Programa ICMS Ecológico devem se atentar às questões específicas de sua motivação no momento do cadastramento das respectivas propostas. Nesse sentido, compreendendo que o manual foi elaborado para o público em geral, seria relevante, no passo a passo do cadastramento, um destaque mais explicativo nos itens que cabem um olhar mais atento por parte do proponente.

Anteriormente à publicação do documento D8, a UNEA/MS disponibilizou em 2015 o as Orientações para enquadramento de ações de Educação Ambiental no SisEA/MS (D9). Nesse roteiro são definidos os conceitos dos diversos tipos de propostas que podem ser cadastradas, como: programa, projeto, pesquisa, campanha e ação pontual. O documento traz informações fundamentais sobre os critérios definidos pelo órgão ambiental para o enquadramento das propostas, inclusive com um quadro detalhado das informações que são de preenchimento obrigatório para cada tipo de proposta no momento do cadastro, que definem/classificam os tipos de ações (Quadro 7).

Quadro 07. Conceitos e critérios para a classificação das ações no SisEA/MS

Tipos de ação	AÇÃO PONTUAL	CAMPANHA	PESQUISA	PROJETO	PROGRAMA
Classificações					
Conceito	Entende-se por ação pontual uma atividade ou evento únicos com o objetivo de sensibilizar o público-alvo e desvinculados da obrigatoriedade de continuidade. Nesta categoria se enquadram os eventos temáticos compostos por atividades pontuais. Ações pontuais têm caráter temporário, podendo ser cíclicas.	Entende-se por campanha uma combinação de atividades ou eventos coordenados integradamente num plano sequencial para atingir um objetivo específico baseado na divulgação pública de informações socioambientais com intencionalidade educativa.	É um conjunto de atividades orientadas e planejadas de construção do conhecimento científico mediante o emprego de métodos e estratégias. Tem como meta principal a investigação de fatos, fenômenos ou situações socioambientais, podendo gerar novos saberes, comprovar ou refutar outros pré-existentes.	É um conjunto de atividades articuladas e organizadas para atingir objetivos e públicos específicos com uma única linha de ação, dentro de um período proposto, devendo apresentar resultados alcançados no seu término, devendo ser antecedido de um diagnóstico. Após isso, é cuidadosamente planejado para alcançar seus objetivos por meio de metas, atividades e tarefas. Os projetos possuem um cronograma de execução e podem ser financiados pela instituição executora ou receber recursos de terceiros.	É um conjunto de princípios e diretrizes que se articulam a partir de um mesmo referencial teórico-metodológico e norteiam projetos e ações, preferencialmente de caráter multidisciplinar. O programa dá nome e diretrizes a uma série de ações organizadas, mas com atuação independente. Deve ser contínuo até o alcance de seus objetivos, com várias linhas de ação, podendo contemplar diversos públicos. As ações devem ser planejadas para garantir a continuidade e permanência do processo educativo com tempo de execução pré-definidos, desde que de acordo com o objetivo geral.
Critérios					
Introdução/contextualização	Opcional	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Justificativa	Obrigatório	Obrigatório	Não se aplica	Obrigatório	Obrigatório

Mobilização e Articulação	Obrigatório	Obrigatório	Opcional	Obrigatório	Obrigatório
Diagnóstico	Opcional	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Objetivo geral	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Objetivo específico	Opcional	Obrigatório	Opcional	Obrigatório	Não se aplica
Linhas de ação	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Obrigatório
Metodologia	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Resultados atingidos	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Integração entre as atividades executadas	Não se aplica	Obrigatório	Não se aplica	Obrigatório	Obrigatório
Área de abrangência	Delimitada	Delimitada	Delimitada	Delimitada	Delimitada
Tempo de duração	Temporário	Temp. ou permanente	Temporário	Temporário	Contínuo e Permanente
Público-alvo	Definido	Abrangente	Definido	Definido	Definido
Formação de Parcerias	Opcional	Opcional	Opcional	Recomendado	Obrigatório
Recursos gráficos, audiovisuais e/ou virtuais	Recomendado	Obrigatório	Opcional	Obrigatório	Obrigatório

Fonte: Retirado de IMASUL (2015)

A presença de grifos sobre as informações obrigatórias para os diferentes tipos de propostas poderiam ser inseridas nas descrições das orientações em D8, visando, assim a diminuição/eliminação do risco de cadastros com inconsistências pelos proponentes que seguem o manual. Por exemplo, no item “motivação” (IMASUL, 2020b, p.20), que é aquele que define a demanda da proposta cadastrada, não observamos qualquer destaque aos proponentes sobre as condições específicas para cada demanda. Observações e grifos dessa natureza produziriam maior atenção nas orientações do cadastro, especificamente para cada tipo de proponente.

É evidente que documentos como os manuais e roteiros de orientação passam por revisão periódica, à medida que o próprio sistema sofre aprimoramentos e os critérios de uso são alterados. Nesse sentido, a fim de apontar os requisitos nos manuais que merecem revisão, seria válida a disponibilidade de uma ferramenta de avaliação automática com perguntas e sugestões aos usuários, ao final do seu acesso para obter as impressões de uso do SisEA/MS pelos usuários. As questões aqui levantadas poderiam, ao final, contribuir para a própria revisão do manual, revertendo em melhorias e eficiência de uso de um sistema tão importante para a gestão ambiental pública, do Estado de MS.

No que se refere aos documentos de orientação para a demanda Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental destacamos o “Roteiro para a elaboração do Programa de Educação Ambiental-PEA” (D10) (IMASUL, 2018b). Em D10 é apresentado o detalhamento para a elaboração do programa, entretanto não há maiores esclarecimentos sobre o procedimento de cadastro do PEA no SisEA/MS.

Em contrapartida, no “Roteiro para elaboração do Relatório de Execução do PEA” (D11) (IMASUL, 2018c) é disponibilizado inicialmente, o item: COMO APRESENTAR O RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PEA? (IMASUL, 2018c, p. 6). Nessa etapa do roteiro são apresentadas de forma detalhada as diretrizes para o envio do relatório de execução, que se trata de condição obrigatória no processo do Licenciamento Ambiental para avaliação pela UNEA/IMASUL.

Vale destacar aqui que a primeira diretriz apresentada no roteiro (D11), trata de uma informação que determina a organização do cadastro no SisEA/MS.

- a. O relatório completo deverá ser inserido em formato digital, de preferência em PDF, na aba “Anexos” do cadastro do respectivo PEA no Sistema Estadual de Informação em Educação Ambiental (SisEA/MS);
- b. O relatório deverá ser inserido no SisEA/MS até a data limite estabelecida pelo IMASUL no momento da aprovação do respectivo PEA;

c. O documento deverá ser nomeado de forma a identificar o tipo (relatório) e período a que se refere. Exemplo: “Relatório Anual de Execução – Jan a Dez 2018” (IMASUL, 2018c, p. 6).

Entendemos que as orientações presentes no documento D11 (IMASUL, 2018c) também poderiam estar detalhadas em (D10), pois os dois roteiros tratam de diretrizes como requisitos do processo de Licenciamento Ambiental, estabelecidos pelo IMASUL. O PEA (Programa de Educação Ambiental) é o documento que deve ser cadastrado no SisEA/MS, enquanto os Relatórios De Execução, que são elaborados durante a execução do PEA deverão ser inseridos como anexo, no cadastro do Programa, conforme a orientação de D11 (IMASUL, 2018c). Essas informações não estão bem esclarecidas em D10.

A ausência de informações no manual sobre as condições do processo de cadastro do PEA, no SisEA/MS, podem levar a deficiências no cadastramento das propostas. Os reflexos sobre o cadastramento correto das propostas a partir da demanda Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental poderão ser verificadas nas análises das propostas que seguirão posteriormente neste estudo. Ademais, poderemos relacionar se algumas dessas questões aqui verificadas podem influenciar na qualidade das propostas e no uso eficiente do sistema, para a correta disponibilidade das informações das propostas em EA.

Sobre a demanda Ações Espontâneas não há nos documentos analisados orientações destinadas especificamente aos proponentes voltados a essa motivação. Desta forma, são verificadas nas análises das propostas as possíveis relações entre o volume de cadastros e a qualidade das informações para essa demanda.

Por fim, apresentamos as orientações sobre o cadastro das propostas a partir da demanda Programa ICMS Ecológico. De acordo com D12, as propostas em EA realizadas pelos municípios são passíveis de pontuação pela Tábua de Avaliação Qualitativa para o Componente Unidades de Conservação e Terras Indígenas, do Programa ICMS Ecológico. Portanto, as propostas em EA são analisadas pelo IMASUL para pontuação nesse componente, desde que o município abrigue em seu território terras indígenas homologadas e/ou possuam UC devidamente inscrita no CEUC, e proposta atenda os seguintes critérios e procedimentos de participação estabelecidos:

1. ter sido desenvolvida e apresentar resultados obtidos no ano anterior;
2. ter o Poder Municipal como proponente da ação;
3. ter sido cadastrada no SisEA/MS dentro do prazo; e,
4. ter sido aprovada pelo IMASUL (IMASUL, 2018, p. 19).

Nesse contexto, a Tábua de Avaliação (D13) apresenta três etapas :

1. Planejamento, Gestão e Manejo da Uc;
2. Participação Social e Gestão Pública;
3. Qualidade Ambiental.

O critério de avaliação referente às propostas em EA está localizado na questão 2.5, dentro da etapa 2. PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO PÚBLICA (Figura 10), e que são analisados pela equipe da UNEA//IMASUL após verificação dos respectivos cadastros no sistema.

Figura 10. Item de avaliação das ações em EA presente na Tábua de Avaliação Qualitativa da Área de Proteção Ambiental (APA) municipal

() sim **(apresentar cópia da Lei) 100%** () não **0%**

2.4 Foi apresentado ao IMASUL plano de aplicação dos recursos de ICMS Ecológico (para este ano e dentro do prazo especificado)? **5**
 (a) sim, e o Conselho Municipal de MA participou da elaboração/aprovação do Plano de Aplicação dos recursos do ICMS Ecológico **(apresentar cópia da ata) 100%**
 (b) sim, porém Conselho Municipal de MA não participou da elaboração/aprovação do Plano de Aplicação dos recursos do ICMS Ecológico **50%**
 (c) não ou apresentou fora do prazo **0%**

2.5 O município tem ações de educação ambiental cadastradas e aprovadas no SisEA/MS (Sistema Estadual de Informação em Educação Ambiental) até a data limite da etapa de avaliação da tábua? **(Item a ser preenchido pela Unidade de Educação Ambiental/IMASUL). Poderão ser assinaladas mais de uma alternativa. 4**

(a) Possui programa cadastrado e aprovado (no mínimo 1). **30%**
 (b) Possui projetos cadastrados e aprovados (no mínimo 1). **10%**
 (c) Possui projetos cadastrados e aprovados (mais de 1). **20%**
 (d) Possui campanhas cadastradas e aprovadas (no mínimo 1). **8%**
 (e) Possui campanhas cadastradas e aprovadas (mais de 1). **17%**
 (f) Possui ações pontuais e/ou pesquisas cadastradas e aprovadas (no mínimo 3). **5%**
 (g) Possui ações pontuais e/ou pesquisas cadastradas e aprovadas (mais de 3). **10%**
 (h) Não cadastrou ou cadastrou mas não foi aprovado. **0%**

1. QUALIDADE AMBIENTAL

3.1 Qual a % da cobertura vegetal natural da unidade de conservação? **(utilizar dados do Plano de Manejo ou imagem de satélite atualizada- A GUC fará a análise e preencherá esta questão) 30**
 (a) de 71 a 100% **100%**
 (b) de 51 a 70% **50%**
 (c) até 50% **0%**

3.2 Houve incêndio/ou queimada não autorizada no interior da UC no último ano? **(poderá ser comprovado pelo IMASUL através de focos de calor via site do INPE) 2**
 (a) não houve incêndio ou queimada não autorizada **100%**
 (b) sim, e foram adotadas as medidas necessárias para minimizar os efeitos **50%**
 (c) sim e não foram adotadas as medidas necessárias para minimizar os efeitos **0%**

3.3 A UC possui áreas com erosão que ainda não estão sendo recuperadas? **5**
 (a) insignificante ou não possui **100%** (b) moderada **50%** (c) severa **0%**

OBS.: A presença de um nº no final de cada enunciado indica que a questão pontua e qual é o peso da questão; no final de cada alternativa está a porcentagem.
RECOMENDAÇÕES, observações ou justificativas técnicas do profissional avaliador, para a melhoria da qualidade da UC, ou outros, devidamente comunicadas a prefeitura municipal.

Fonte: Retirado do portal IMASUL (2020a).

Ao detalhar a questão 2.5 percebemos que o item sobre as propostas em EA é pontuado para o município proponente conforme a relação quantitativa de cada tipo de proposta cadastrada (D13). Ainda que os critérios ensejem uma pontuação proporcionalmente

maior nas propostas de maior complexidade partindo de Programa até a Ação Pontual, racionalizar a avaliação da EA restritas ao caráter quantitativo parece minimizar a complexidade das relações socioeducativas que envolve a EA. De acordo com IMASUL (2018a),

Em seu sentido mais amplo, uma ação de educação ambiental é qualquer atividade voltada para a sensibilização da sociedade visando ao desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente e à participação individual e coletiva na conservação e recuperação do ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania e da qualidade de vida. A educação ambiental é um componente permanente e imprescindível ao processo educativo, sendo realizada tanto em caráter formal (espaços escolarizados) como não formal (espaços não escolarizados). Ou seja, a educação ambiental não está restrita às escolas, devendo ser realizada em caráter não formal em todos os segmentos da sociedade, de acordo com as políticas de educação ambiental vigentes. A educação ambiental segue diretrizes nacionais e internacionais contidas em diversos tratados, leis, decretos e programas, merecendo destaque a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei nº 9.795/1999 e regulamentada pelo Decreto nº 4.281/2002 (IMASUL, 2018a, p. 19).

O único item de avaliação vigente pelo Estado para compreender o panorama da EA em nível municipal, entre as prefeituras participantes do Programa ICMS Ecológico, tem como critério o caráter quantitativo. Entendemos que realizar uma avaliação quantitativa, que está pautada na lógica produtivista, leva a uma compreensão da EA em uma ótica reducionista, pois, ao final, a avaliação se dá pelo somatório das quantidades de propostas realizadas. O processo de avaliação vigente no Programa ICMS Ecológico parece ser formulado na contramão de uma perspectiva qualitativa, que poderia considerar parâmetros para além da classificação das propostas em: Programa, Projeto, Campanha e ação pontual. Assim, os elementos relevantes nos pressupostos teórico metodológicos verificados como objetivos, metodologias, referenciais e correntes/tendências da EA adotados nas propostas apontaram critérios qualitativos para uma avaliação melhor qualificada.

Nesse sentido, ao longo das análises qualitativas sobre as propostas inseridas para o Programa ICMS Ecológico no SisEA/MS apontamos como os critérios quantitativos vigentes na Tábua de Avaliação qualitativa (D13) podem influenciar na qualidade das propostas em EA, elaboradas pelos proponentes. Por conseguinte, refletimos sobre a relação dos critérios na conjuntura da EA realizada no território sul-mato-grossense, para um processo educativo de fato voltado à formação cidadã e discussão das pautas ambientais nos contextos local e estadual.

É válido destacar duas considerações relevantes sobre o item “Educação Ambiental”, como critério de avaliação do Programa ICMS Ecológico. Primeiramente, a grande conquista do campo da EA com a inserção desse aspecto na Tábua de Avaliação Qualitativa, tendo em vista que até o ano de 2015 a EA não estava presente no processo de avaliação. Ou seja, incluir na avaliação da gestão ambiental dos municípios as questões afeitas à realização da EA, pode ser considerado um avanço das políticas públicas estadual, pois reconhece o importante papel da EA para a gestão ambiental pública e melhoria da qualidade de vida.

E em segundo lugar, conforme discutido na análise documental, os critérios vigentes para a avaliação das propostas em EA realizadas pelos municípios segue um modelo lógico produtivista, tendo em vista que a estratégia de avaliação privilegia a quantidade de ações cadastradas. Nesse sentido, o critério avaliativo replica um modelo produtivista, em que é avaliado o volume de cadastros por tipo de ação (produtividade) e não, por exemplo, a presença de critérios qualitativos que fundamentam as propostas em EA.

A estratégia utilizada ao considerar o fator quantidade de propostas inseridas por tipo de ação apresenta um mecanismo de valoração inverso aos fundamentos e objetivos para uma EA de qualidade e efetiva. Nesse sentido, o modelo produtivista implantado para a avaliação de ações pode implicar na sistematização de um *modus operandi* na produção de propostas em EA, visando resultados expressivos em números (quantidade de ações cadastradas).

A análise e avaliação das políticas públicas também foi tema durante a “Oficina de Formação de Formadores em Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas em EA da Região Centro-Oeste”, realizada em 2019, e que, segundo Mamede *et al.* (2019a), seus desdobramentos também poderão ser aplicados no SisEA/MS. Dessa forma, entendemos que a temática sobre a avaliação do SisEA/MS, seus critérios de cadastro, monitoramento das propostas e funcionamento da ferramenta, enquanto política pública permeiam as pautas de discussões dos gestores e, dada a sua relevância, merecem espaço em futuras ações e pesquisas.

O relatório de avaliação publicado após a realização da oficina sobre a avaliação das políticas públicas no MS destaca que os indicadores lançados pela Articulação Nacional de Políticas Públicas em EA (ANPPEA) poderão subsidiar e oferecer mais consistência aos projetos propostos no SisEA/MS, permitindo uma maior qualificação das propostas e contribuindo efetivamente para a transição de territórios sustentáveis (MAMEDE *et al.*, 2019b). Nesse prisma, sobre a qualificação das propostas, de forma a contribuir para uma EA crítica e transformadora no território do MS, que este estudo apresenta, a seguir, as análises quantitativas e qualitativas das informações socioambientais disponibilizadas no SisEA/MS.

5.4 O SisEA/MS: Análises das Propostas

As propostas analisadas estão registradas no SisEA/MS por seus proponentes, seja da esfera pública ou privada, que são aqueles que geram a demanda (motivação), propõem a realização da ação e buscam parceiros para sua execução (IMASUL, 2020b). Tais propostas são elaboradas a partir de seis tipos de motivação/demanda (IMASUL, 2020b).

1. Ação espontânea: é aquela realizada sem incentivo de um órgão financiador ou diretrizes governamentais.

2. Edital: quando a ação é planejada para o atendimento de editais de órgãos financiadores e é realizada com recursos provenientes dos mesmos.

3. ICMS Ecológico: quando a ação é financiada com recurso proveniente de ICMS Ecológico. Essas ações são periodicamente acompanhadas pelo IMASUL por meio de uma tábua de avaliação e seguem critérios pré-estabelecidos pelo órgão.

4. Infração ambiental: quando a penalidade por uma infração ambiental é revertida em ação educativa.

5. Medidas mitigadoras ou compensatórias do licenciamento ambiental: quando as ações, normalmente desenvolvidas por grandes empreendimentos, são exigidas no licenciamento ambiental dos mesmos e destinadas a prevenir impactos negativos ou reduzir sua magnitude, uma vez que a maioria dos danos ao meio ambiente não podem ser evitados.

6. Outros: caso a motivação da ação não esteja na lista disponível, marque a opção “outros” e a descreva no resumo da ação (IMASUL, 2020b, p.20).

Entretanto, para fins de objeto de análise, agrupamos as propostas nesta pesquisa a partir dos três tipos de motivação: a) Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental; b) Ação espontânea e Outras Demandas e c) Programa ICMS Ecológico (IMASUL, 2020b).

Conforme descrito nos procedimentos metodológicos, foi definido para o recorte das análises, apenas as propostas cadastradas na “situação” da proposta como “finalizadas”. De acordo com o Manual de Preenchimento do SisEA/MS (IMASUL, 2020b), o campo situação da proposta é definido como:

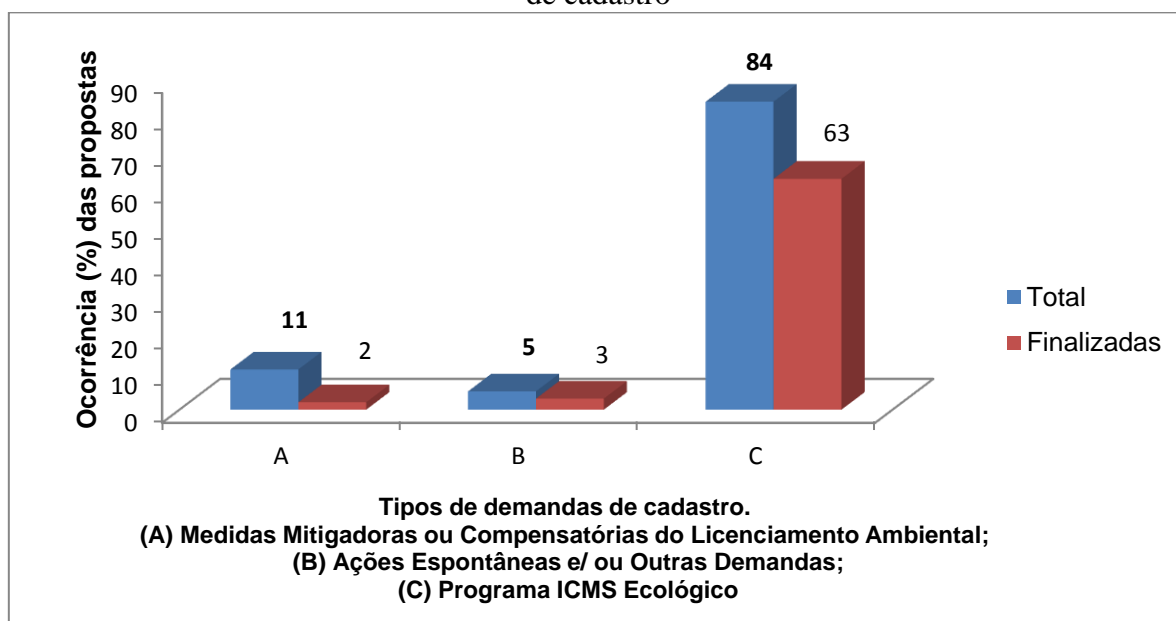
Neste campo deve-se selecionar a situação da ação cadastrada, ou seja, é o momento em que a ação se encontra, podendo ser... Elaborado: a proposta da ação foi elaborada, mas as atividades ainda não foram iniciadas, por falta de financiamento ou quaisquer outros motivos. Em andamento: a ação já realizou algumas atividades, mas ainda não foi concluída. Finalizado: a ação já realizou todas as atividades previstas, inclusive a elaboração de relatórios finais, estando concluída. Parado: a ação já realizou algumas atividades, mas por algum motivo foi paralisada, havendo intenção de ser retomada posteriormente quando possível (IMASUL, 2020b, p. 18).

Essa definição para o recorte na seleção das propostas se deu, pois, entendemos que neste caso, a execução delas mesmas encontra-se encerrada pelos proponentes. Ou seja, as atividades descritas e informações das ações desenvolvidas não deverão sofrer edição dos seus conteúdos e registros, no SisEA/MS, viabilizando dessa forma a análise dos dados encerrados.

5.4.1 Análise Quantitativa das Propostas Cadastradas no SisEA/MS

Está registrado no SisEA/MS, até a data de 07 de novembro de 2020, um total de 794 propostas. Deste total, a ocorrência de propostas (totais e finalizadas) por tipo de motivação estão divididas em: Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental (89 totais e 14 finalizadas), Ações Espontâneas e/ ou Outras Demandas (37 totais e 26 finalizadas) e Programa ICMS Ecológico (668 totais e 500 finalizadas), conforme a Figura 11.

Figura 11. Distribuição das propostas totais e finalizadas no SisEA/MS por tipo de demanda de cadastro



Fonte: Organização da autora a partir dos dados disponibilizados no SisEA/MS

A partir da distribuição geral das propostas totais em EA inseridas no SisEA/MS, por tipo de demanda, verificamos o registro de um grande volume das inserções pela motivação Programa ICMS Ecológico. Possivelmente a maior representatividade de propostas em EA, para esse tipo de motivação, se deve pela participação das prefeituras do MS no rateio da alíquota do ICMS Ecológico para o componente - Unidades de Conservação e Terras Indígenas.

A possibilidade de acesso aos recursos financeiros do Programa ICMS Ecológico levou muitas prefeituras para a efetivação de seus cadastros, enquanto proponentes de ações em EA no SisEA/MS, tendo em vista que a partir da publicação da Resolução SEMADE/MS n.º 27, de 16 de fevereiro de 2016, a EA foi definida como um dos itens de pontuação no Programa, de acordo com os critérios estabelecidos pelo órgão ambiental (IMASUL, 2020a). Ou seja, o SisEA/MS viabilizou como um importante recurso tecnológico para suporte nos registros e análises das propostas em EA, para o Programa ICMS Ecológico, especialmente quando este inseriu a EA como um dos parâmetros de avaliação na pontuação dos municípios para a participação no rateio dos recursos financeiros.

Em contrapartida, observamos uma quantidade pouco expressiva de registros a partir da motivação Ação Espontânea e Outras Demandas, considerando que, para este tipo de demanda, possivelmente, se enquadraria uma grande representatividade de propostas realizadas pelas diferentes instituições de pesquisa e ensino, ONGs, pessoas físicas como agentes ambientais, educadores e pesquisadores que estão presentes e são atuantes no cenário da EA, no MS.

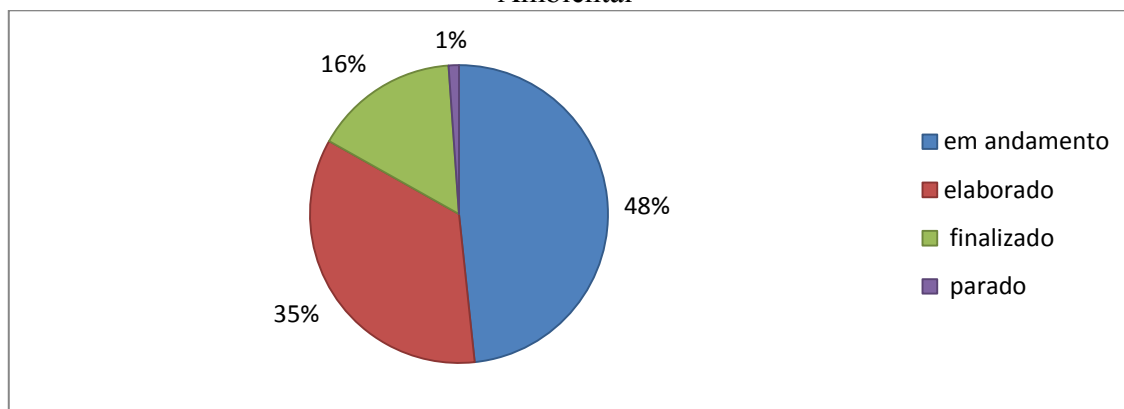
Segundo Mamede (2019a), é reconhecido no histórico do MS o engajamento de diversos educadores ambientais, Redes de EA e demais agentes mobilizadores da EA no MS. Porém, todos os agentes e educadores ambientais que representam esse público de proponentes estão subnotificados no SisEA/MS, visto o cadastro pouco expressivo de propostas que se inserem nessa demanda, com 37 totais e 26 finalizadas (Figura 1). Ou seja, estariam registradas aquelas não relacionadas ao Licenciamento Ambiental e ao Programa ICMS Ecológico. As orientações para essa demanda também estão ausentes nos manuais de procedimentos analisados e nos dispositivos legais das políticas públicas em EA do MS, como o PEEA/MS.

Elencados alguns pontos evidentes para o posterior aprofundamento das discussões, apresentamos a seguir a contextualização normativa dos três tipos de motivação Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental, Ações Espontâneas e/ou Outras Demandas e Programa ICMS Ecológico, e as análises quantitativas dos indicadores (tipos das propostas cadastradas, ocorrência das temáticas abordadas, área de abrangência das execuções das propostas e público-alvo), que fornecerão subsídios para as análises qualitativas, discutidas em uma seção posterior.

5.4.1.1 Da motivação Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento

Na figura 12, está representada a ocorrência das 89 propostas totais cadastradas para a demanda Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental, sendo que 43 (48%) estão definidas como situação “Em Andamento”, 31 (35 %) como “Elaborado”, 14 (16%) como “Finalizado”, e 1 (1%) como “Parado”, conforme definição do campo situação das propostas em IMASUL (2020b).

Figura 12. Distribuição das propostas totais cadastradas no SisEA/MS, entre 2015 e 2020, para a demanda “Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental”



Fonte: Organização da autora a partir dos dados disponibilizados no SisEA/MS

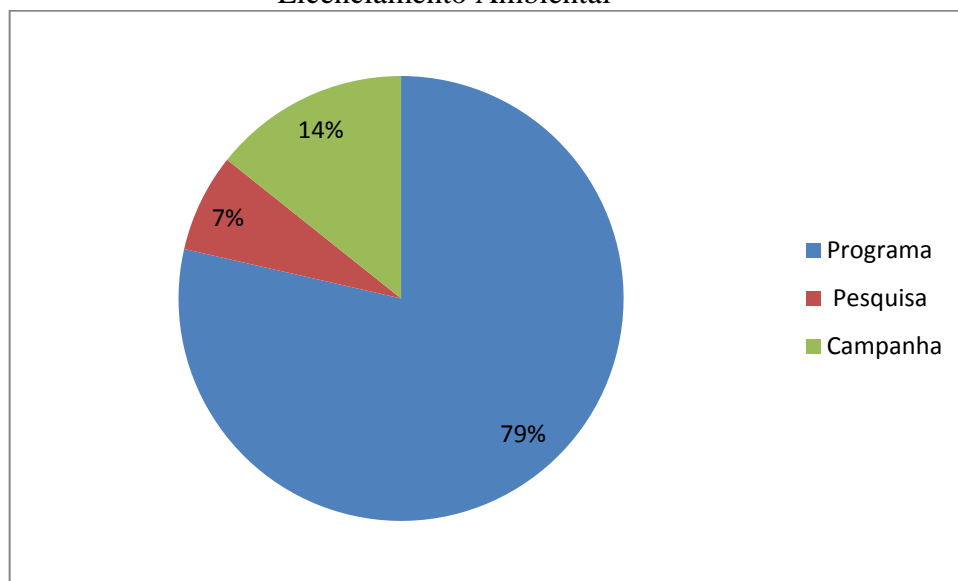
Conforme definido em procedimentos metodológicos, trataremos das análises das 14 propostas em situação finalizadas, como demonstrado na figura 12. As propostas finalizadas a partir da motivação Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental estão relacionadas, de acordo com a identificação “L01...L02”, no anexo 3 (página 354). Sugerimos que algumas propostas, possivelmente, ficaram excluídas dessa categoria de análise para a demanda Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental, visto que algumas propostas com características de PEA, do licenciamento ambiental, foram cadastradas para outras demandas. Dessa forma, respeitamos a informação registrada pelo proponente, não sendo consideradas para as análises, ainda que nos registros façam referência sobre mitigação de impactos ambientais. Nesse caso, as propostas foram consideradas nas análises para as demandas que estão registradas.

Por fim, não consideramos no presente estudo, verificar pontualmente nos 794 registros de propostas, qualquer inconsistência ou conflitos de informações no cadastro das informações. Primeiramente, o universo de amostragem não permitiria tempo hábil para essa verificação, e posteriormente, entendemos que nossa perspectiva analítica se deu a partir das

informações registradas e publicadas por seus proponentes, responsáveis pela validação das informações declaradas.

Ainda, observamos que das 14 propostas finalizadas para essa demanda, 11 (79%) representam propostas como do tipo Programa, 02 (14%) do tipo Campanha, e um (7%) do tipo Pesquisa (Figura 13).

Figura 13. Distribuição dos tipos de propostas em situação finalizadas cadastradas no SisEA/MS, entre 2015 e 2020, para a demanda Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental



Fonte: Organização da autora a partir dos dados disponibilizados no SisEA/MS

De acordo com os documentos norteadores, Roteiro para Elaboração De Programas De Educação Ambiental (PEAs) em atendimento às condicionantes do licenciamento ambiental e Roteiro Para Elaboração De Relatórios De Execução De Programas De Educação Ambiental (PEAs), ambos elaborados pela UNEA/IMASUL, são esperados para esse tipo de motivação de propostas, o registro de propostas em EA do tipo “Programa” no SisEA/MS, pelos proponentes que representam os empreendimentos em processo de Licenciamento Ambiental, no âmbito estadual. Ou seja, possivelmente as propostas do tipo Pesquisa (L5) e Campanha (L03 e L04), que foram verificadas nesta demanda, tratam-se de etapas das atividades que integram o PEA do mesmo proponente e geram duplicidade de cadastro, já que dentro de um PEA são previstas etapas/atividades como pesquisa, execução de campanhas, ações, entre outros.

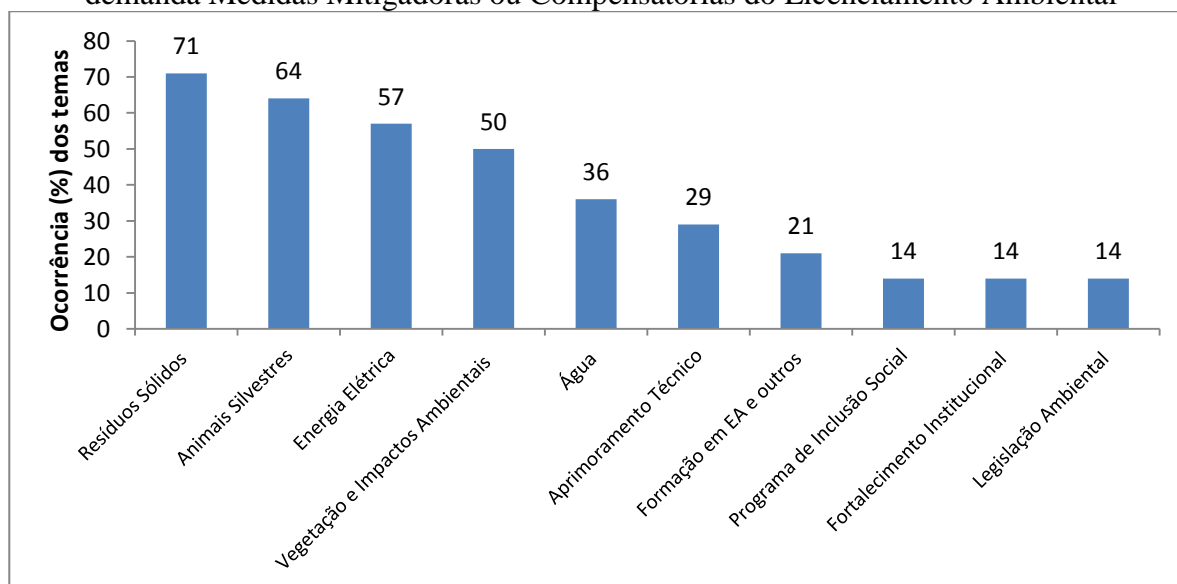
Outro aspecto identificado referente à inconsistência de preenchimento se deu na proposta (L14), que mesmo definida como situação finalizada apresentou nas descrições das atividades, ações previstas até o período do ano de 2023. Ou seja, podemos inferir que

possivelmente, houve a falha no momento do preenchimento pelo proponente, durante o cadastro.

Os problemas identificados, sobre a definição da demanda, situação/data de execução da ação e tipo da proposta, são relevantes para a elucidação de possíveis conflitos no procedimento de registro das propostas. Tais conflitos, ainda que apontados aqui brevemente, podem anunciar caminhos viáveis para a revisão e aprimoramento do sistema, bem como aperfeiçoamento dos manuais que orientam o preenchimento do sistema. Entendendo que o sistema, poderia em uma nova versão apontar automaticamente, a necessidade de correção dos campos preenchidos, quando identificadas informações conflitantes. Igualmente, a presença de padrões de erros frequentes, por diversos proponentes, podem indicar a necessidade de melhoria nos manuais de orientação e preenchimento do SisEA/MS, além da implantação de melhores procedimentos de avaliação das propostas inseridas, pelo setor responsável - UNEA/IMASUL.

Considerando que os proponentes podem executar propostas com diferentes temas simultaneamente, o SisEA/MS permite no processo de cadastramento a seleção de múltiplas temáticas abordadas. Para a demanda Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental o tema “Resíduos Sólidos” apresentou 10 (71%) ocorrências, seguido de “Animais Silvestres” com nove (64%), “Energia Elétrica” oito (57%), “Vegetação e Impactos Ambientais” sete (50%), “Água” cinco (36%), “Aprimoramento Técnico” quatro (29%), “Formação em EA e outros” três (21%), “Programa de Inclusão Social” (14%), “Fortalecimento Institucional” (14%) e “Legislação Ambiental” dois (14%), respectivamente cada (Figura 14).

Figura 14. Ocorrência (%) dos temas abordados nas propostas em situação finalizadas para a demanda Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental



* Do total de propostas analisadas os temas se apresentaram simultaneamente em mais de uma proposta. Logo, os percentuais superam o total de 100%.

Fonte: Organização da autora a partir dos dados disponibilizados no SisEA/MS.

Visto que, os temas: Resíduos Sólidos, Animais Silvestres, Energia Elétrica e Vegetação e Impactos Ambientais foram abordados na maior parte das propostas finalizadas, entendemos que esse indicador quantitativo pode elucidar discussões mais significativas nas análises qualitativas, momento em que são aprofundadas as relações desses temas com o tipo de atividade do empreendimento licenciado e as respectivas abordagens pedagógicas das ações em EA (conservadora/ crítica), propostas nos PEAs apresentados no SisEA/MS.

De acordo com o IMASUL (2020b), as propostas podem apresentar área de abrangência em diferentes níveis (UPG, institucional, municipal, estadual, regional, nacional, internacional), pois as ações realizadas pelos proponentes correspondem com a área de impacto e atuação do empreendimento para aquele tipo de atividade, o que determinará o local de intervenção das atividades em EA da ação cadastrada. Nessas condições, o Quadro 8 delimita os tipos de abrangência das ações. Para abrangência municipal reuniram um total de 11 propostas, sendo três para Três Lagoas, duas para Dourados e uma para cada município: Ivinhema, Corumbá, Paraíso das Águas, Campo Grande e Sonora. Para a abrangência regional foram executadas duas ações para a região que contempla os municípios de Terenos, Campo Grande, Nova Andradina, Rio Brillhante e Dourados, e uma para a região que abrange Chapadão do Sul e Cassilândia. Uma ação foi definida como abrangência institucional.

Quadro 08. Área de abrangência das propostas em situação finalizadas para a demanda Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental

Abrangência municipal ¹¹		
Proposta	Município	Proponente
L12; L13; L14	Três Lagoas	Suzano S.A.
L1; L2	Dourados	Coamo Agroindustrial Cooperativa
L6	Ivinhema	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.
L7	Corumbá	Granha Ligas LTDA
L9	Paraíso das Águas	Pantanal Energética LTDA
L10	Campo Grande	Pantanal Transmissão S.A.
L11	Sonora	Rio Corrente Agrícola
Abrangência regional ¹²		
Proposta	Municípios	Proponente

¹¹ Ações executadas em um único município. Ao clicar nessa opção, é aberta automaticamente a lista de municípios para escolha (IMASUL, 2020a).

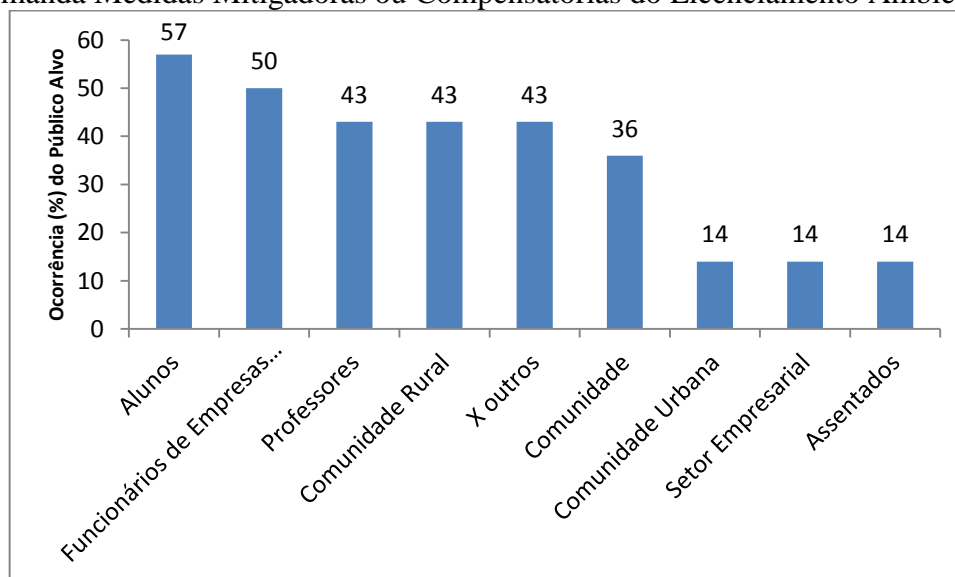
¹² Ações executadas em mais de um estado brasileiro ou em mais de uma localidade do estado de Mato Grosso do Sul. Ao escolher abrangência regional, é aberto automaticamente um campo para digitação do local específico da ação, que pode ser dois ou mais estados, regiões ou um conjunto de municípios de MS. Por exemplo: MS e SP; MS e MT; região sul de MS; Campo Grande, Rio Brillhante e Maracaju; dentre outros (IMASUL, 2020a).

L3; L5	Terenos Campo Grande Nova Andradina Rio Brillhante Dourados	Ektt 12-a serviços de transmissão de energia elétrica spe
L8	Chapadão do Sul e Cassilândia	Hidroelétrica Lajeado LTDA
Abrangência institucional ¹³		
Proposta	Local	Proponente
L4	Instituição	Ektt 12-a serviços de transmissão de energia elétrica spe

Fonte: Organização da autora a partir dos dados disponibilizados no SisEA/MS

Dentre as 14 propostas finalizadas para a demanda Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental oito propostas (57 %) foram direcionadas ao público-alvo alunos, sete (50 %) aos funcionários de empresas privadas, seis (43%) aos professores, seis (43%) à comunidade rural, seis (43%) a outros, cinco (36 %) à comunidade, e a comunidade urbana, assentados e setor empresarial com duas (14%) propostas, respectivamente (Figura 15).

Figura 15. Ocorrência (%) do Público-alvo destinado pelas propostas em situação finalizadas para a demanda Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental



*Do total de propostas analisadas os temas se apresentaram simultaneamente em mais de uma proposta. Logo, os percentuais superam o total de 100%.

Fonte: Organização da autora a partir dos dados disponibilizados no SisEA/MS

¹³ Ações realizadas com os funcionários de uma instituição específica. Ao marcar esse item, fica entendido que a instituição envolvida é o proponente da ação. Por exemplo, Agenda 21 institucional (IMASUL, 2020a).

Dentre as opções de preenchimento para o público-alvo, o SisEA/MS apresenta as alternativas “Comunidade” e “Outros”, que em sentido amplo podem contemplar diversos inúmeros sujeitos participantes das ações. No Quadro 09 apresentamos a relação das propostas com os diferentes públicos, de forma simultânea, dentre eles comunidade e outros.

Quadro 09. Relação das propostas e seus respectivos públicos alvos registrados no cadastro, com as descrições nos trechos das propostas dos tipos de sujeitos da ação

Proposta	Público-alvo	Trechos em detalhamento das propostas
L03	Comunidade Alunos Comunidade rural Assentados Professores	“[...] palestras de educação ambiental em escolas e comunidades rurais nos municípios interceptados pelo empreendimento”; “O experimento foi realizado com os alunos e com os agricultores ”.
L05	Comunidade rural Comunidade Assentados X outros (detalhar no resumo da ação) Alunos Professores	“[...] nesta técnica destacam-se os dados qualitativos obtidos junto aos grupos sociais envolvidos de forma rápida, dinâmica e reflexiva”; “As ações com os produtores rurais tiveram muito sucesso na coleta”.
L06	Comunidade Comunidade rural Setor empresarial Comunidade urbana	“No folder entregue aos proprietários constam informações sobre o empreendimento”; “Através das ações tomadas foi possível esclarecer para comunidade local os impactos gerados”.
L07	Funcionários de empresas privadas Comunidade	“[...] promover um diálogo ambiental junto aos colaboradores GRANHA LIGAS e os moradores da região”.
L09	Funcionários de empresas privadas Comunidade Professores	“[...] realização de curso de capacitação com professores do ensino fundamental”; “realizar palestra com alunos das escolas municipais e estaduais”; “[...] realizar visitas e distribuição de calendário educativo para moradores lindeiros do entorno”; “[...] promover palestra educativa com tema gerenciamento de resíduos sólidos com trabalhadores do empreendimento”.
L04	X outros (detalhar no resumo da ação) Funcionários de empresas privadas Setor empresarial	“[...] palestras de educação ambiental para os trabalhadores das empreiteiras das obras e colaboradores indiretos da obra e canteiros”.
L10	Alunos Comunidade rural Comunidade urbana X outros (detalhar no resumo da ação)	“[...] palestras e dinâmicas para os alunos de quatro escolas de Campo Grande, para os trabalhadores da obra e ainda para os moradores da região as linhas de atuação”; “[...] palestras para 579 alunos de quatro escolas e 119 funcionários do empreendimento, visitas com fins educativos a 16 moradores das cinco propriedades da aid e 11 moradores da aii”.
L12	X outros (detalhar no resumo da ação) Professores Alunos	“O programa de educação ambiental, por meio de ações educativas e de conscientização, permite que a população da área de influência da fábrica”; “[...] maior conscientização de professores e alunos de escolas de Três Lagoas”.
L13	Alunos X outros (detalhar no resumo da ação) Professores	“O programa de educação ambiental, por meio de ações educativas e de conscientização, permite que a população da área de influência da fábrica ”; “[...] maior conscientização de professores e alunos de escolas de Três Lagoas”.
L14	Professores Alunos X outros (detalhar no	“O programa de educação ambiental, por meio de ações educativas e de conscientização, permite que a população da área de influência da fábrica”; “[...] maior conscientização de professores e alunos de

resumo da ação)	escolas de Três Lagoas”.
-----------------	--------------------------

Fonte: Organização da autora a partir dos dados disponibilizados no SisEA/MS

No detalhamento das propostas, os trechos que fazem referências aos sujeitos dos públicos-alvo “Comunidade” e “Outros”, como professores, alunos, trabalhadores e moradores da região, já estão contemplados nas opções “Comunidade Rural”, “Comunidade Urbana”, “Alunos” e “Funcionários”, por exemplo. Ou seja, não há a discriminação em detalhamento sobre algum grupo de sujeito específico, ou denominação de comunidades, em especial, além daqueles que já foram contemplados nas propostas em EA.

Nesse sentido, consideramos relevante para o aperfeiçoamento do sistema e sua eficiência na obtenção de dados, a opção de um novo campo de preenchimento com maiores especificações, quando o proponente selecionar como público-alvo “Comunidade” e “Outros”. Dessa forma, o preenchimento completo e obrigatório, com a denominação dos grupos/comunidade de sujeitos do público-alvo, permitirá informações mais claras e objetivas para o diagnóstico das ações em EA, refletindo diretamente na qualidade dos dados disponibilizados pelo SisEA/MS.

Considerando os indicadores apresentados sobre o público-alvo, percebemos que os sujeitos relacionados ao contexto escolar (alunos e professores) possuem significativa representatividade, conforme Figura 15. De certa forma, a comunidade escolar que é integrante da comunidade, é considerada como parte dos grupos sociais de populações que estão sujeitas aos impactos das atividades realizadas por empreendimento nos municípios. Entretanto, o roteiro para elaboração dos PEAs (IMASUL, 2018) revela que eles devem ser voltados, preferencialmente, aos grupos sociais direta ou indiretamente atingidos por atividades ou empreendimentos em processo de licenciamento, sejam as populações afetadas, além dos trabalhadores envolvidos com a sua implantação e operação.

Nessa lógica, na busca de um processo educativo que oriente um olhar crítico daqueles sujeitos afetados por atividades que geram impactos socioambientais, ressaltamos algumas reflexões sobre a efetividade da EA, quando inseridas no contexto escolar, por meio de instrumentos propostos por empreendimentos no Licenciamento Ambiental.

A fim de garantir à escola envolvida no PEAs os devidos esclarecimentos sobre as propostas realizadas pelos empreendimentos, a UNEA/IMASUL determinou o cadastro dos PEAs no SisEA/MS, a partir de 2018, mediante a apresentação de manifestação, por meio de documento oficial da Secretaria Municipal ou Estadual de Educação, informando disponibilidade e interesse em participar das propostas ou estabelecendo termo de parceria com o empreendimento (IMASUL, 2020a).

Em suma, identificamos no presente estudo indicadores significativos sobre a preferência dos empreendimentos à realização das ações em EA ao público-alvo no contexto escolar, o que nos leva às discussões sobre de que forma essas propostas são realizadas, como ocorre o uso de metodologias adequadas, temas abordados contextualizados, participação dos envolvidos, entre outros fatores e recursos pedagógicos que devem ser considerados para a busca de uma EA, que visa à transformação socioambiental.

Nesse sentido, ao pensar sobre a efetividade das propostas em EA no ambiente escolar, quando praticadas por atores sociais (educadores ambientais, técnicos, agentes, etc.), que não sejam os próprios professores do estabelecimento de ensino, destacamos a colocação de Guimarães (2004) que, ao trazer a compreensão sobre a perspectiva crítica da EA, acredita que as ações pedagógicas que predominam, por exemplo, no cotidiano escolar, muitas vezes são trabalhadas isoladamente ao aspecto cognitivo do afetivo no processo de ensino-aprendizagem. Segundo o autor, os projetos de EA quando voltados às crianças e jovens, na maior parte, tendem a reproduzir práticas voltadas para a mudança comportamental do indivíduo, por vezes, descontextualizadas da realidade socioambiental em que as escolas estão inseridas, permanecendo assim preso à “armadilha paradigmática” (GUIMARÃES, 2004).

Considerando a própria gravidade da crise ambiental para a manutenção da vida no planeta e a emergência do enfrentamento desta, não há como pensar em um público privilegiado a qual a educação ambiental deva se destinar. Agregado a isso, como já foi dito, não compactuamos com a ideia simplista que aposta na transformação da criança hoje para termos uma sociedade transformada amanhã (o que talvez não houvesse nem tempo para essa espera) (GUIMARÃES, 2004, p. 32).

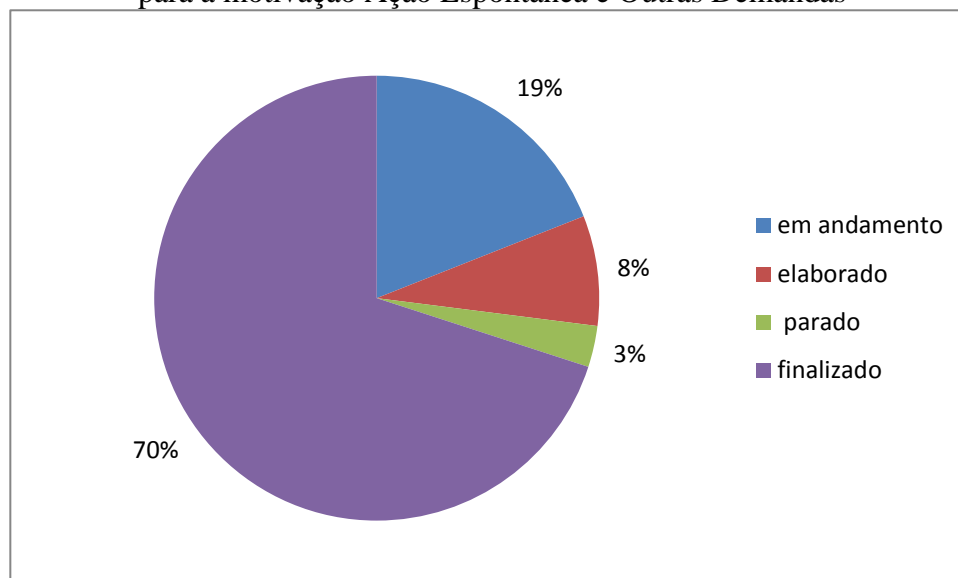
As reflexões iniciais apresentadas sobre a relação: público-alvo x tipo de ação em EA, para a motivação Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental, são indicadores relevantes para as discussões qualitativas. Nas análises qualitativas são apresentados os conteúdos das propostas com os elementos textuais e discursivos, e as reflexões da relação metodológica/público-alvo, ações e resultados com a perspectiva da EAC.

5.4.1.2 Da Motivação Ação Espontânea e Outras Demandas

Na Figura 16 estão representadas as ocorrências das 37 propostas totais cadastradas como motivação Ação Espontânea e Outras Demandas, sendo que 26 (70%) estão definidas como finalizadas, sete (19%) estão definidas como em andamento, três (8 %) como

elaboradas, e uma (3%) como parada, conforme definição do campo situação das propostas em IMASUL (2020b).

Figura 16. Distribuição das propostas totais cadastradas no SisEA/MS, entre 2015 e 2020, para a motivação Ação Espontânea e Outras Demandas



Fonte: Organização da autora a partir dos dados disponibilizados no SisEA/MS

Conforme definido nos procedimentos metodológicos, trataremos das análises das 26 propostas em situação finalizada, como demonstrado na figura 16. As propostas finalizadas a partir da motivação Ação Espontânea e Outras Demandas estão relacionadas, de acordo com a identificação “E1...E2”, em anexo 4 (página 364).

Como relatado anteriormente, fica evidente a baixa ocorrência de propostas a partir da demanda Ação Espontânea e Outras Demandas, o que pode indicar uma subnotificação para este tipo de motivação, considerando a grande quantidade de agentes envolvidos com a EA no MS, sejam pessoas físicas, ou por meio de instituições e entidades, no setor público ou privado, e que não estão inseridas no SisEA/MS.

Segundo Jacobi (2003), as ONGs e organizações comunitárias têm desenvolvido no Brasil ações não formais centradas principalmente na população infantil e juvenil, com práticas inovadoras preocupadas em incrementar a corresponsabilidade das pessoas em todas as faixas etárias e grupos sociais quanto à importância de formar cidadãos cada vez mais comprometidos com a defesa da vida. Essa realidade não diverge do panorama para o MS, que possui inúmeras experiências e atuação de entidades com grande relevância e reconhecimento, como as que se apresentam nas propostas cadastradas em análise nesta pesquisa. Ainda assim, os cadastros para essa demanda estão muito aquém do volume real de ações socioeducativas no contexto do MS.

Ademais, outros tipos de propostas como pesquisas também são consideradas para esta categoria.. Segundo o setor responsável pela gestão do SisEA/MS, as ações nessa modalidade podem ser cadastradas no sistema:

Pesquisa - É um conjunto de atividades orientadas e planejados de construção do conhecimento e tem como meta principal a geração de novos saberes e/ou corroborar ou refutar outros pré-existentes. É uma aprendizagem não apenas para o indivíduo que a realiza, mas também para a sociedade na qual esta se desenvolve. Daí vem a importância da divulgação de pesquisas em educação ambiental no SisEA (IMASUL, 2020b, p.20).

Por exemplo, encontramos no MS instituições de ensino básico e superior, com relevante atuação em pesquisas em EA, que desenvolvem ações importantes nesse campo do conhecimento, e que não estão cadastradas no sistema. Assim, verificamos a ausência de registros de pesquisas acadêmicas (dissertações, teses e materiais didáticos) realizadas nos programas de pós-graduação, graduação e nível técnico nas diversas universidades e institutos de ensino do MS, e que são potenciais materiais para o cadastro no SisEA/MS, como proposta do tipo Pesquisa. A baixa inserção dessa modalidade também foi verificada por Carvalho (2005) ao apresentar os resultados das ações em EA realizadas pelas redes de educação ambiental no Brasil, e que foram validadas no SIBEA.

Sendo assim, as pesquisas poderiam ser inseridas no SisEA/MS, para compor este importante banco de dados eletrônicos, do qual trataria de uma plataforma de registro das pesquisas na área da EA realizadas pelas universidades no Mato Grosso do Sul. Promover o cadastro das pesquisas em EA do MS pode ser considerada uma importante estratégia para reunir as informações sobre esse campo do conhecimento no contexto estadual, compreender o estado da arte em EA sul-matogrossense e que por sua vez podem possibilitar a organização do banco de dados para investigação de novos estudos.

As propostas que não estão inclusas no SisEA/MS, detêm informações sobre a trajetória da EA no MS, cuja ausência significará um lapso dessas informações em futuros estudos, como o Deea/MS. Tais lacunas poderão comprometer os estudos para o Panorama geral da EA no MS, que por sua vez não corresponderá às informações fiéis do estado da arte da EA estadual.

São consideradas para fins de análise nesse tipo de motivação, 26 propostas, conforme descrito na Figura 16. Identificamos alguns conflitos no processo de cadastramento tendo em vista a relação de ações voltadas ao cumprimento de condicionantes ao Licenciamento

Ambiental. Neste caso, o cadastro possivelmente deveria estar vinculado à motivação Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental (Quadro 10).

Quadro 10. Registro de propostas cadastradas a partir da motivação Ações Espontâneas e Outras demandas e que apresentam relação com a demanda Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento.

IDENTIFICAÇÃO	TÍTULO	MOTIVAÇÃO
E3	Programa de Educação Ambiental - Atendimento a Condicionante n. 11 da LO ¹⁴ 73/2017	Outros (Detalhar no Resumo da Ação)
E4	3º Relatório Anual de Execução do Programa De Educação Ambiental da LO 73/2017	Outros (Detalhar no Resumo da Ação)
E5	2º Relatório Anual de Execução do Programa de Educação Ambiental da LO 73/2017	Outros (Detalhar No Resumo Da Ação)

Fonte: Organização da autora a partir dos dados disponibilizados no SisEA/MS

Nos títulos das propostas são apontados conceitos inerentes às questões do licenciamento ambiental, como por exemplo, “Atendimento a Condicionante n. 11 da LO 73/2017” (E5). O trecho faz referência às orientações de cadastramento para a motivação Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental, conforme o Roteiro para Elaboração de Programa do PEA:

Citação da necessidade da realização do PEA conforme os impactos ambientais da atividade descritos na introdução, informando os aspectos legais e destacando que o programa é resultado de condicionante para a obtenção de licença ambiental (IMASUL, 2019, p. 13).

Entretanto, ainda que possamos supor possíveis incoerências sobre as definições das motivações, entre outras inconsistências já apontadas anteriormente, consideramos para as análises das propostas as informações declaradas pelos proponentes, mesmo que essas possam sugerir possíveis inconsistências. O Manual do Usuário elaborado pela UNEA/IMASUL estabelece a responsabilidade de publicação de todas as informações aos proponentes.

Observamos apenas dois cadastros tendo como proponente pessoa física, sendo estes realizados por servidores públicos, representando ações executadas por instituições públicas: Estabelecimento de Ensino, em E11, e Prefeitura Municipal, em “E14” (Anexo 4). O registro

¹⁴ Licença de Operação (LO): licença que autoriza a operação de atividade após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com adoção das medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas para a sua operação, conforme art.4, inc. IV, do TÍTULO II – DEFINIÇÕES, estabelecido na RESOLUÇÃO SEMADE n. 9, de 13 de maio de 2015.

de apenas duas iniciativas por pessoa física/servidor público demonstra um universo desproporcional da realidade do número de propostas pela motivação Ação Espontânea e Outras Demandas, que possivelmente são realizadas pelas escolas e demais instituições públicas.

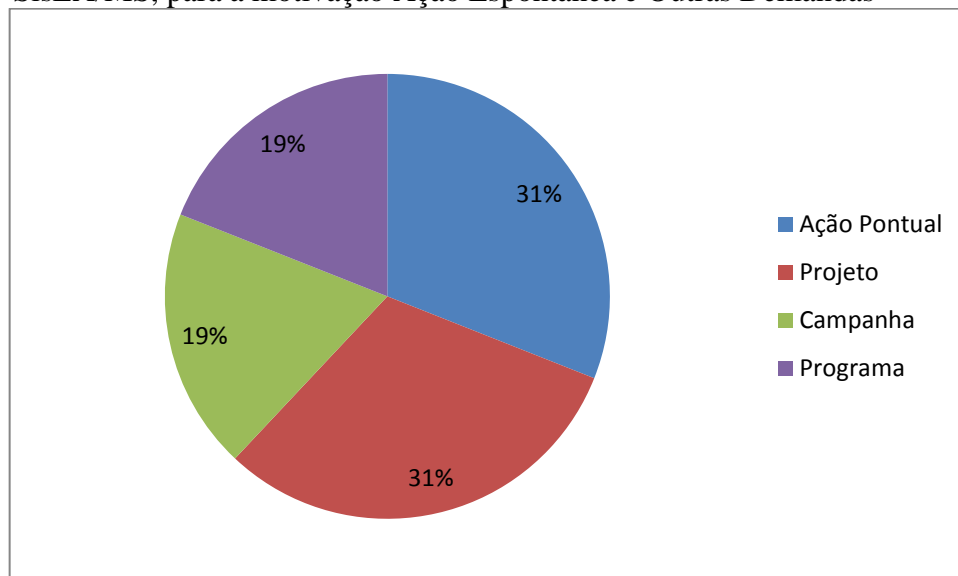
Ainda, outro aspecto que merece destaque, se deve à definição do proponente da proposta, ou seja, aquele que realiza o *login* para cadastro no sistema. Nos casos acima ocorreram com *login* do autor das propostas (pessoa física), ainda que a mesma seja realizada pela instituição pública representada (Escola Estadual e Prefeitura Municipal).

Portanto, podemos verificar que as ações executadas por servidores, como professores de escolas do ensino básico, ou técnicos em funções nas secretarias municipais de meio ambiente das respectivas prefeituras, podem ser feitas tanto como proponente a partir do Cadastro de Pessoa Física (CPF) — autor da proposta, ou pelo Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) — executor da instituição. O contexto apresentado acima está problematizado nas discussões anteriores sobre a análise do Manual do Usuário (IMASUL, 2020b) e gestão do SisEA/MS, que podem ter refletido na baixa inserção de ações a partir desses proponentes (pessoas físicas) no SisEA/MS, levando em conta que apenas no âmbito da EA formal, no contexto escolar, os registros de propostas apenas para essa motivação superariam o quantitativo geral de cadastros atuais observados no sistema.

Tais observações podem demonstrar possíveis aspectos que necessitam de ajustes, como nos manuais e políticas públicas, em busca de superar possíveis falhas pelos proponentes no momento do cadastro e aperfeiçoar o maior número de registro de propostas em EA. Nesse sentido, destacamos o artigo 14, da PEEA/MS, que propõe que “As instituições educacionais públicas e privadas devem cadastrar suas propostas e experiências no Sistema Estadual de Informação em Educação Ambiental (SISEA/MS), atualizando-as anualmente” (Mato Grosso do Sul, 2018).

Além disso, notamos que das 26 propostas em situação finalizadas para essa demanda, aquelas dos tipos ação pontual e projeto tiveram oito (31 %) ocorrências cada uma, e dos tipos campanha e programa houve cinco (19 %) cadastros cada, respectivamente (Figura 17).

Figura 17. Distribuição dos tipos de propostas em situação finalizadas cadastradas no SisEA/MS, para a motivação Ação Espontânea e Outras Demandas



Fonte: Organização da autora a partir dos dados disponibilizados no SisEA/MS

A representação dos tipos de ações realizadas para esta demanda reflete os objetivos e competência administrativa de seus proponentes, que na maior parte trata-se de entidades da esfera pública (Quadro 11).

Quadro 11. Registro dos tipos de ações por proponentes a partir da motivação Ações Espontâneas e Outras demandas

PROPONENTE	TIPO DE AÇÃO	PROPOSTA
Agroindustrial Olhos Verdes Eireli	Campanha	E1
Assc. Das Rev. De Ins. E Agrot. De Rio Brillhante	Programa	E2
Brilhante Transmissora De Energia S.A	Programa	E3, E4, E5
Empresa De Saneamento De Mato Grosso Do Sul S.A.	Projeto	E6, E8, E10
	Ação Pontual	E7
	Programa	E9,
Isabel Cristina Rodrigues	Ação Pontual	E11
Monteverde Agro-Energética S.A	Campanha	E12
Samorano Consultoria Ambiental	Ação Pontual	E13
Fernando Ibanez Martins	Ação Pontual	E14
Instituto De Meio Ambiente De Mato	Projeto	E15, E18

Grosso Do Sul	Campanha	E16, E17, E22
	Ação Pontual	E19, E20, E21, E23
Mulheres Em Ação No Pantanal	Projeto	E24, E25, E26

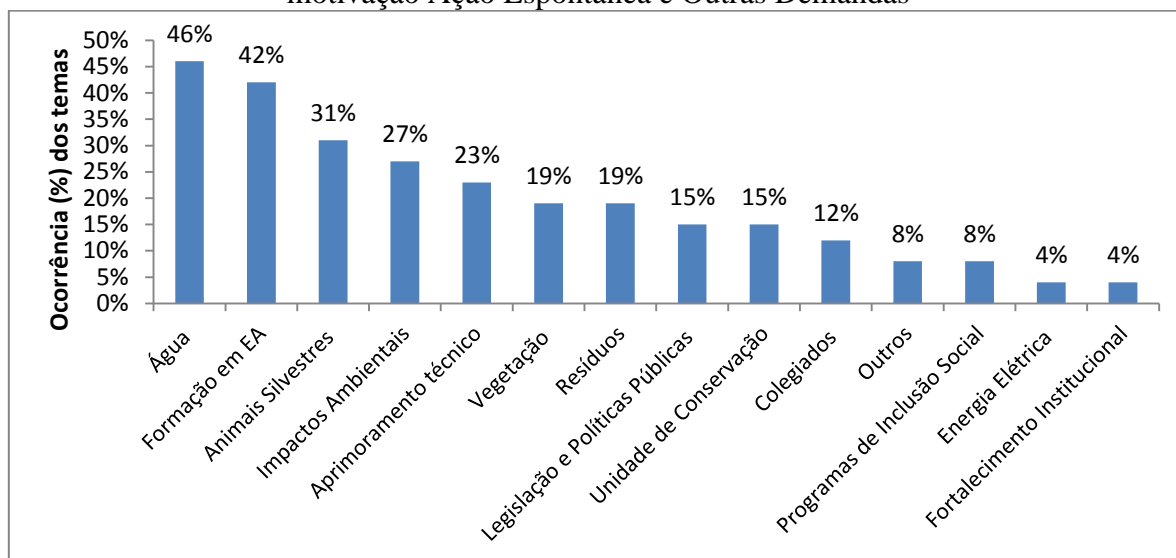
Fonte: Organização da autora a partir dos dados disponibilizados no SisEA/MS

Essa condição da EA implementada predominantemente por meio de projetos ou ações mais pontuais, de curto prazo, foi discutida por Carvalho (2005) ao analisar ações realizadas por diversas redes de EA no Brasil. Segundo a autora é interessante refletir em que medida as ações de curto prazo predominam sobre as ações de longo prazo, como os programas, “considerando que os programas seriam ações mais afeitas às políticas públicas, pelas características de ações de longo prazo e maior enraizamento na estrutura institucional, isto poderia apontar para uma certa precarização das políticas públicas” (CARVALHO, 2005, p. 308).

Ainda que a ação pontual tenha expressiva representação no contexto desta pesquisa, verificamos que as proposta dos tipos campanha, projeto e programa foram executadas por proponentes distintos (público e privado) que, por sua vez, determinam as características, que se enquadram nos respectivos tipos de ações. Propostas de médio e longo prazo podem levar, por meio de suas propostas educativas, a resultados mais significativos ao pensar em uma EA transformadora e crítica, que busca mudanças efetivas na comunidade. Nesse sentido, destacamos que esse indicador da análise quantitativa (tipo de proposta) pode elevar nas discussões a partir das análises qualitativas, e outras perspectivas como o conteúdo das propostas, seus objetivos e resultados.

Por outro lado, dentre os temas envolvendo as ações, a temática “Água” apresentou 12 (46%) ocorrências, “Formação em Educação Ambiental” com 11 (42%), “Animais Silvestres” com oito (31%), “Impacto Ambiental” com sete (27%), “Aprimoramento técnico” com seis (23%), “Vegetação” com cinco (19%), “Resíduos” com cinco (19%), “Legislação e Políticas Públicas” com quatro (15%), “Unidades de Conservação” com quatro (15%), “Colegiados” com três (12%), “Outros” com duas (8%), “Programas de Inclusão Social” 2 (8%), “Energia Elétrica” 1 (4%) e “Fortalecimento Institucional” uma ocorrência cada (4%), respectivamente (Figura 18).

Figura 18. Ocorrência (%) dos temas abordados nas propostas em situação finalizadas para a motivação Ação Espontânea e Outras Demandas



* Do total de propostas analisadas os temas se apresentaram simultaneamente em mais de uma proposta. Logo, os percentuais superam o total de 100%.

Fonte: Organização da autora a partir dos dados disponibilizados no SisEA/MS

Destacamos que para essa demanda foi abordada uma grande variedade de temas em EA, e que o perfil dos proponentes envolvidos determinou a ocorrência das temáticas, tendo em vista os objetivos das ações, principalmente as propostas governamentais. Aquelas de entidades que envolveram ações com a formação em EA, aprimoramento técnico, fortalecimento institucional, fomento de Políticas Públicas e formação de colegiados podem alcançar resultados permanentes e fomentadores para a formação de Educadores Ambientais, que por sua vez perpetuarão novas ações em EA, merecendo discussões na abordagem qualitativa para verificar a efetividade dessas relações.

De acordo com os níveis das áreas de abrangência estabelecidas pelo IMASUL (2020b), verificamos nove registros de ações para abrangência do tipo Regional, seis ações do tipo Municipal, seis ações do tipo Estadual, duas do tipo Institucional, duas do tipo UPG, e por fim uma ação Internacional, envolvendo os respectivos municípios conforme o Quadro 12.

As abrangências das propostas também refletem a natureza de atuação dos seus respectivos proponentes, por exemplo, a Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. (SANESUL) e o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL) são entidades com atuação em nível estadual, e é esperado que tais propostas correspondam em abrangências territoriais maiores. Do mesmo modo, proponentes como empresas privadas apresentam propostas em nível institucional ou até mesmo estadual, quando sua atuação envolve todo o estado.

Cabe destacar que no MS, por sua característica geográfica, que envolve a bacia hidrográfica do Paraguai, que compõem o estado do MT, e território fronteiriço, com o Paraguai e Bolívia, torna-se importante as propostas em EA com abrangências como em E19, E25 e E26, mobilizando os aspectos da diversidade geográfica, política, ambiental, biológica, cultural e social.

Quadro 12. Área de abrangência das propostas em situação finalizadas para a motivação Ação Espontânea e Outras Demandas

Abrangência regional		
Proposta	Municípios	Proponente
E1	Cassilândia	Agroindustrial Olhos Verdes Eireli
E2	Rio Brillhante	Associação das Rev. de Ins. e Agrot. de Rio Brillhante
E6	Dourados Todos os municípios da regional de Dourados	Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A.
E7	Dourados Ponta Porã Nova Andradina Três Lagoas Corumbá Aquidauana Coxim Paranaíba Naviraí Jardim	Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A.
E8	Campo Grande Dourados	Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A.
E9	Corumbá Ponta Porã Três Lagoas Dourados Iguatemi	Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A.
E10	Coronel Sapucaia Rio Verde Iguatemi Santa Rita do Rio Pardo	Isabel Cristina Rodrigues
E17	Naviraí Mundo Novo Ivinhema Bataguassu Nova Andradina Três Lagoas	Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
E16	Municípios do entorno do parque (Naviraí, Jateí e Taquarussu) Ivinhema	Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
Abrangência municipal		
Proposta	Município	Proponente
E3	Campo Grande	Brilhante Transmissora de Energia S.A
E11	Juti	Isabel Cristina Rodrigues
E14	Aquidauana	Fernando Ibanez Martins
E15	Bonito	Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
E 22	Campo Grande	Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
E 23	Campo Grande	Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul

Abrangência estadual ¹⁵		
Proposta		Proponente
E4	–	Brilhante Transmissora de Energia S.A.
E5	–	Brilhante Transmissora de Energia S.A.
E18	–	Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
E20	–	Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
E21	–	Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
E24	–	Mulheres em Ação no Pantanal
Abrangência institucional		
Proposta		Proponente
E12	–	Monteverde Agro-Energética S.A.
E13	–	Samorano Consultoria Ambiental
Abrangência UPG ¹⁶		
Proposta	Bacia hidrográfica	Proponente
E19	Bacia do Paraguai	Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
E25	Bacia do Paraguai	Mulheres em Ação no Pantanal
Abrangência internacional ¹⁷		
Proposta	País	Proponente
E26	Paraguai	Mulheres em Ação no Pantanal

Fonte: Organização da autora a partir dos dados disponibilizados no SisEA/MS

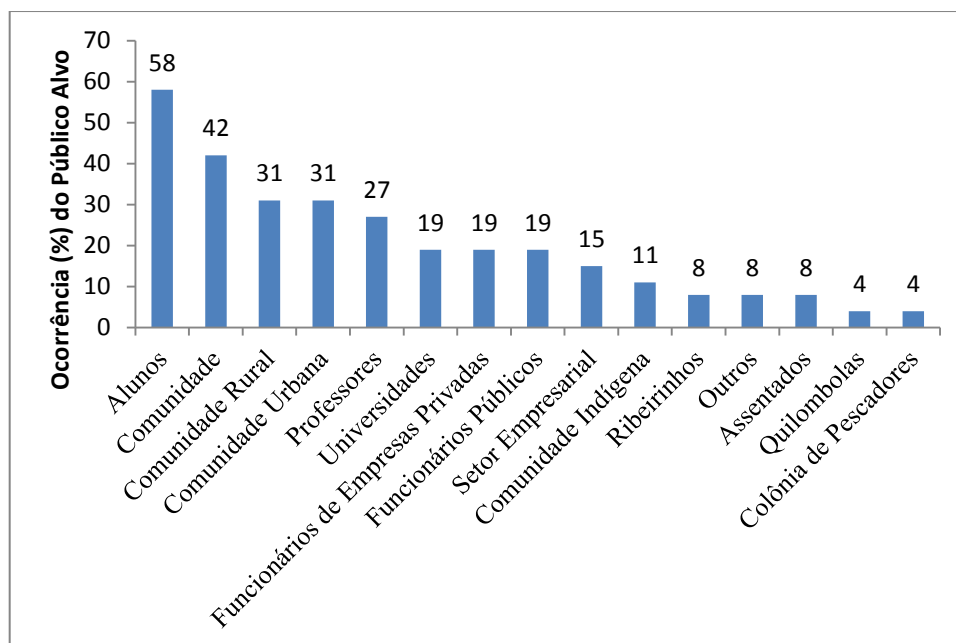
Dentre as 26 propostas em situação finalizadas para a motivação Ação Espontânea e Outras Demandas, 18 delas (69,2 %) propostas foram direcionadas ao público-alvo alunos, 11 (42%) para Comunidade, oito (31%) para Comunidade Rural, oito (31%) para Comunidade Urbana, sete (27%) para Professores, cinco (19%) para Universidades, cinco (19%) para Funcionários de Empresas Privadas, cinco (19%) para Funcionários Públicos, quatro (15%) para Setor Empresarial, três (11%) para Comunidade Indígena, duas (8%) para Ribeirinhos, duas (8%) para Outros, duas (8%) para Assentados, uma (4%) para Quilombolas e uma (4%) para Colônia de Pescadores (Figura 19).

Figura 19. Ocorrência (%) do Público-Alvo destinado pelas propostas em situação finalizadas para a motivação Ação Espontânea e por Outras Demandas

¹⁵ Estadual: ações executadas no estado (Mato Grosso do Sul) (IMASUL, 2020a).

¹⁶ UPG: são Unidades de Planejamento e Gestão e correspondem às bacias hidrográficas. Será possível escolher qual ou quais são as bacias hidrográficas da ação (IMASUL, 2020a).

¹⁷ Internacional: ações executadas não apenas no Brasil, mas também em outros países. Ao escolher essa opção, é aberta automaticamente espaço para digitação do local específico da ação, que deve ser preenchido com o nome dos países onde a ação é executada (IMASUL, 2020a).



* Do total de propostas analisadas os temas se apresentaram simultaneamente em mais de uma proposta. Logo, os percentuais superam o total de 100%.

Fonte: Organização da autora a partir dos dados disponibilizados no SisEA/MS

Assim, verificamos a ocorrência de “comunidade” e “outros”, que apresentam as mesmas questões já apontadas nas análises do público-alvo na demanda Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental. Entendemos que as opções de cadastramento sem referência específica dos sujeitos envolvidos podem gerar carências nas informações obtidas nas propostas.

Em contrapartida, a diversidade do público-alvo demonstrada na Figura 09 permite apontamentos significativos quanto às propostas em EA, tendo em vista a representatividade de grupos sociais como: comunidade escolar, agentes públicos e privados, acadêmicos e especialmente as comunidades tradicionais indígenas, ribeirinhos, quilombolas e colônias de pescadores, que estão presentes nos municípios em análise.

Envolver esse público alvo torna-se essencial no contexto do MS, quando pensamos em uma EA a partir dos princípios da sociedade sustentável, propostos pelo Tratado de EA na Conferência das ONGs. Povos tradicionais são sustentáveis porque são territorial e culturalmente autônomos, simplesmente porque sabem viver, com distintos modos de propriedade coletiva, em territórios onde viceja a verdadeira infraestrutura – a natural –, que lhes garante o suprimento de todas as suas necessidades. Ali a dimensão da Vida existe em plenitude, e não lhes foi privada pela dimensão das Coisas. A propriedade privada, que ali não existe, não lhes privou o acesso aos produtos e serviços ecossistêmicos que lhes assegura a reprodução de seus alternativos modos de viver (LAYRARGUES, 2018b).

Nesse sentido, os indicadores quantitativos apontam o envolvimento de povos tradicionais como sujeitos das ações, e que merecem aprofundamento nas análises qualitativas a fim de discutir como ocorrem as abordagens nas ações com esse grupo social, e de que forma essas propostas consideram a perspectiva da EAC para a busca de uma transformação socioambiental.

5.4.1.3 DA MOTIVAÇÃO PROGRAMA ICMS ECOLÓGICO

É notório que o número de propostas cadastradas no SisEA/MS, a partir da demanda Programa ICMS Ecológico, demonstra um volume expressivo (n=668) quando comparadas com outras demandas, conforme apresentado anteriormente na figura 11. O grande número de registros de ações no SisEA/MS realizados pelos municípios participantes do programa pode ser reflexo do novo critério de avaliação para o item Educação Ambiental, aos municípios participantes do Programa ICMS Ecológicos, tendo em vista que 2015 foi o ano de início do cadastro para essa demanda e correspondem ao ano de exercício da implantação da nova Tábua de Avaliação Qualitativa, com o referido item Educação Ambiental.

A estratégia de avaliação da Tábua de Avaliação Qualitativa, ao privilegiar a quantidade de cadastros em EA, podem provocar consequências qualitativamente significativas do ponto de vista educativo, pois não visam o atendimento mínimo dos princípios e diretrizes em EA propostos nas PEEA/MS e ProNEA. É nessa perspectiva, que inserimos nas análises qualitativas as propostas a partir da demanda Programa ICMS Ecológico, a fim de verificar como essas ações são realizadas, tendo em vista o grande volume de propostas a partir dessa demanda.

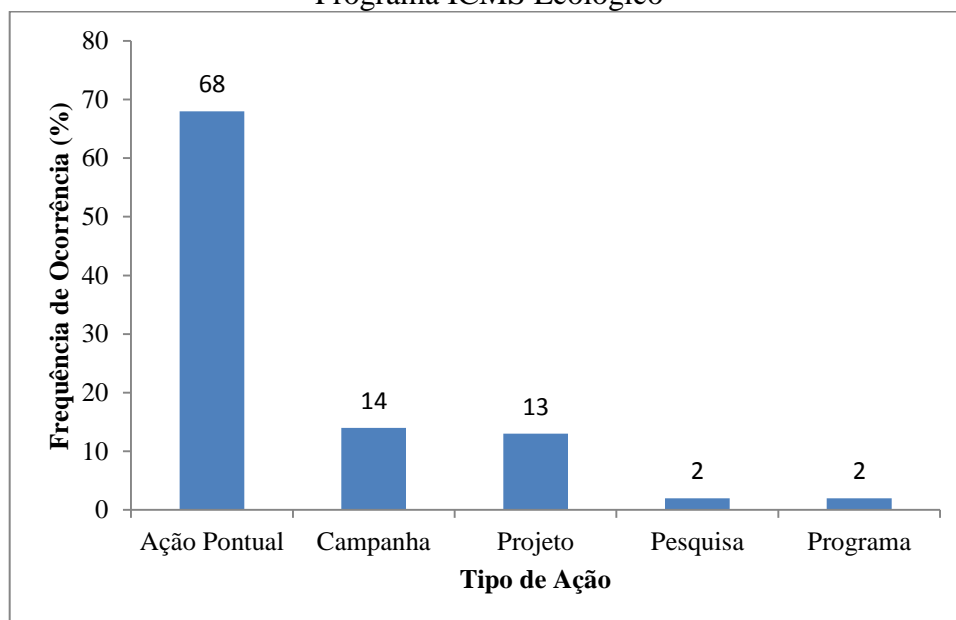
A partir das propostas em situação finalizadas (n=201), observamos que as ações do tipo Ação Pontual tiveram maior representatividade, entre os 13 municípios analisados (Figura 20). Analisar as tendências dos tipos de ações realizadas pelos municípios permite reflexões importantes sobre os impactos delas na esfera local, considerando que a proposta pedagógica para Ações Pontuais possuem alcances distintos de ações do tipo Programa e Projeto.

O mesmo resultado também foi verificado em uma pesquisa realizada sobre as análises de ações em EA, reunidas pela REASUL¹⁸, no âmbito da avaliação das informações validadas no SIBEA. Segundo Guerra et al. (2004) a maioria das ações são do tipo pontuais e localizadas, isto é, não promovem suas ações de forma articulada e organizada, com

¹⁸ Rede de EA da Região Sul do Brasil, é formada por representantes da UNIVALI, FURG, CEPESUL, IBAMA-SC e MATER NATURA – Instituto de Estudos Ambientais.

resultados mais duradouros. Os autores ainda destacaram que esse tipo de constatação é preocupante, uma vez que o processo educativo produz efeitos e mudanças significativas através de ações e programas de médio e longo prazo.

Figura 20. Tipo de ações cadastradas no SisEA/MS, entre 2015 a 2020, para a demanda Programa ICMS Ecológico



Fonte: Organização da autora a partir dos dados disponibilizados no SisEA/MS.

Nesse sentido, estudos que visam investigar as propostas inseridas no SisEA/MS, como a presente pesquisa, se mostram relevantes para entender como essas ações são realizadas e seus possíveis reflexos na esfera local e estadual. Entretanto, é importante certa cautela nas inferências sobre como e por quais razões os municípios apresentaram um indicador expressivo para ações do tipo Ação Pontual.

Vários fatores relativos à gestão ambiental pública podem estar relacionados à tendência verificada, desde a organização administrativa pública local até as questões relativas à dinâmica de gestão e avaliação do próprio Programa ICMS Ecológico. A presente pesquisa não teve como escopo abordar as questões inerentes aos fatores externos, relacionados à gestão ambiental pública municipal. Entretanto, a partir das análises qualitativas das ações cadastradas podemos compreender em que sentido as “ações pontuais” podem contribuir para um resultado efetivo no campo da EA, na esfera local e partir destas, para o contexto estadual.

Certamente novos critérios de pontuação, na perspectiva qualitativa, do item Educação Ambiental, dentro da Tábua de Avaliação Qualitativa dos municípios participantes do Programa ICMS Ecológico, poderiam refletir na mudança da tendência de produções de ações

do tipo Ação Pontual. Dessa forma, com parâmetros de avaliação que envolvam a EA, em uma dimensão permanente e contínua, seria possível superar os limites encontrados e conduzir para o desenvolvimento de ações mais duradouras e, conseqüentemente, com registros mais expressivos de ações dos tipos Programa, Projeto ou Campanha.

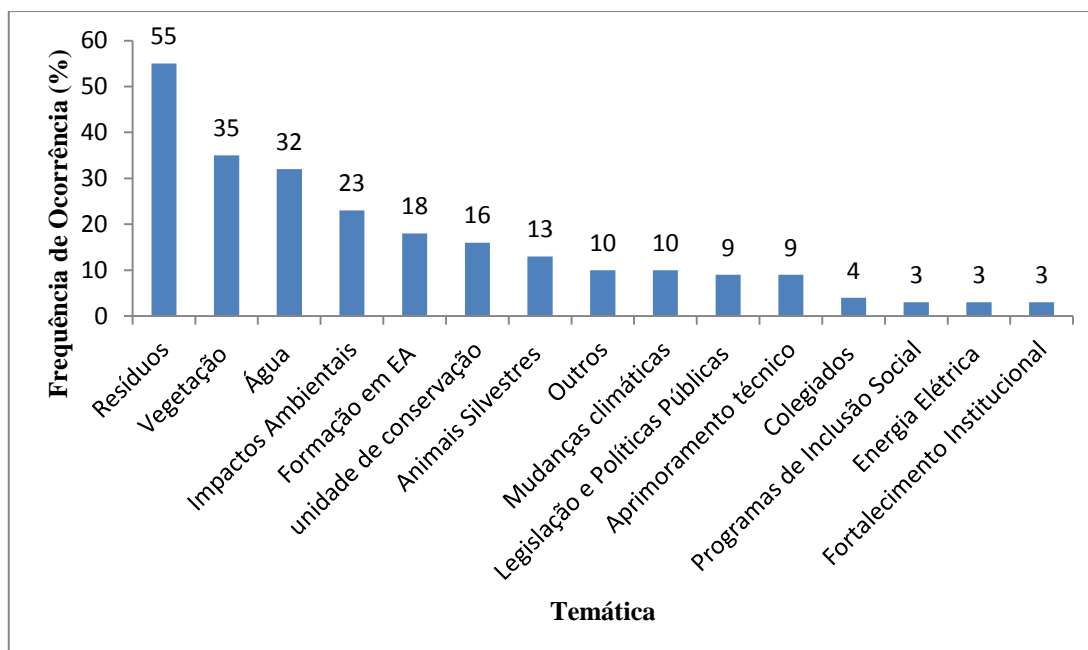
Entendemos que um dos pilares para a garantia de propostas em EA mais efetivas, é a abordagem da temática em uma perspectiva contextualizada com as questões locais, e articulada com processos de esferas maiores (estadual, nacional e global, por exemplo). Segundo o PNEA (BRASIL, 2009), as ações educativas categorizadas na dimensão da EA, devem atender os princípios básicos, dentre eles:

VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais propostas em Educação Ambiental” (BRASIL, 2009, p.2), de modo a alcançar os objetivos fundamentais propostos como, “III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica¹⁹ sobre a problemática ambiental e social (BRASIL, 2009, p.2).

Há grande ocorrência do tema Resíduos dentre as propostas cadastradas para a demanda Programa ICMS Ecológico, além de uma grande variedade de temáticas abordadas (Figura 21). Conforme discutido para nas motivações anteriores, foi observada a ocorrência do campo de preenchimento “outros” para 21 ações cadastradas para essa demanda. Nesse sentido, destacamos que o registro obrigatório de temáticas em um campo de preenchimento aberto poderia melhorar a apresentação de tais informações, visto que neste caso fica facultativo ao proponente detalhar na proposta.

Figura 21. Temáticas abordadas nas ações cadastradas no SisEA/MS, entre 2015 a 2020, para a demanda Programa ICMS Ecológico

¹⁹ A consciência crítica na perspectiva da Educação Ambiental Crítica é resultante da conscientização - um processo de ação concreta e reflexão histórica, não imeditada, que implica na tomada de decisões políticas e articula conhecimentos e valores para a transformação das relações sociais para uma sociedade justa social e ambientalmente (TOZONI-REIS, 2006). Paulo Freire (1984) na proposta de uma pedagogia libertadora e emancipatória explica que o grau de consciência crítica não se satisfaz com aparências, reconhece que a realidade é mutável, substitui explicações mágicas por princípios autênticos de causalidade, está sempre disposta a revisões, repelir preconceitos, é inquieta, autêntica, democrática, indagadora, investigadora e dialógica.



* Do total de propostas analisadas os temas se apresentaram simultaneamente em mais de uma proposta. Logo, os percentuais superam o total de 100%.

Fonte: Organização da autora a partir dos dados disponibilizados no SisEA/MS.

É preciso um olhar atento nas análises qualitativas para compreender como o tema Resíduos se mostrou pertinente nas ações, e se, nos pressupostos metodológicos, esta temática e as demais apresentadas, visam a perspectiva problematizadora, articulada com os contextos locais, conforme os princípios da PEEA/MS e PNEA. É preciso compreender se as intervenções educativas estabelecem uma relação de discussão no âmbito social e político, sobre os problemas locais e globais, a partir das respectivas temáticas. Tozoni-Reis (2006) afirma que na perspectiva da EA crítica, transformadora e emancipatória, os temas ambientais não podem ser propostos como conteúdos curriculares, ou seja, aplicá-las a partir de conhecimentos pré-estabelecidos que devem ser transmitidos de quem sabe para quem não sabe.

Para superar o caráter informativo em busca de uma educação preocupada com a formação do sujeito ecológico, os temas ambientais, locais – significativos, têm que ser tomados como ponto de partida para análises críticas da realidade socioambiental. Vejamos então, os temas ambientais como geradores da formação crítica como importante diretriz metodológica para a educação ambiental (TOZONI-REIS, 2006, p. 97).

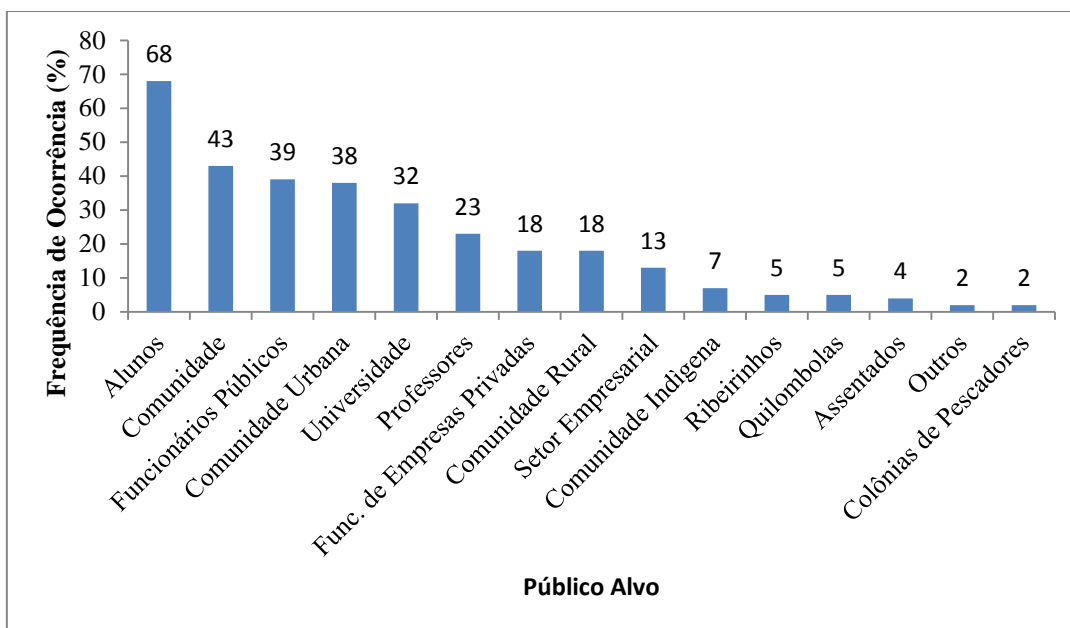
As propostas educativas ambientais conscientizadoras podem tomar os temas ambientais locais como temas geradores, desde que sejam impregnados de conteúdos socioambientais significativos para os educandos e sejam definidos coletiva e participativamente. Segundo Layrargues (2001), as questões e problemas locais, na perspectiva crítica, deve ser um tema gerador e não uma atividade-fim nos projetos de EA.

É relevante destacar que a ocorrência de temáticas como Formação em EA, Legislação e Políticas Públicas, Aprimoramento técnico, Colegiados e Fortalecimento Institucional são questões relevantes, pois podem garantir o caráter permanente e contínuo da EA, princípios estabelecidos na PNEA (BRASIL, 2009). À medida que as prefeituras, através das ações em EA, promovem a discussão sobre políticas locais, formação técnica em EA, mobilização de comunidades e órgãos de colegiados e controle social, seus resultados podem potencializar um círculo virtuoso para a continuidade das ações em EA.

Nas análises qualitativas será oportuno identificar se as ações que contemplam as temáticas acima garantem resultados efetivos para a EA, pois, para além dos temas, o processo de construção da proposta deve considerar a concepção teórico-metodológica que, a partir da temática pretendida, poderá gerar resultados efetivos para a EA. Se respeitados o processo de construção pedagógica da proposta, na perspectiva crítica com temas como organização de órgãos colegiados e formação de agentes multiplicadores, por exemplo, é possível alcançar resultados significativos na estruturação do setor para a gestão ambiental pública.

O indicador público-alvo aponta que a comunidade escolar foi o setor da comunidade com maior ocorrência de ações realizadas (Figura 22).

Figura 22. Público-alvo envolvido nas ações cadastradas no SisEA/MS, entre 2015 a 2020, para a demanda Programa ICMS Ecológico



* Do total de propostas analisadas os temas se apresentaram simultaneamente em mais de uma proposta. Logo, os percentuais superam o total de 100%.

Fonte: Organização da autora a partir dos dados disponibilizados no SisEA/MS.

As ações se deram no contexto escolar, no âmbito da EA Não Formal de responsabilidade do poder público, sendo definida pela PNEA como: “as ações e práticas educativas voltadas para a sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e a sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente” (BRASIL, 2009, p.4). A caracterização dos espaços de educação (formal, não formal e informal) ainda hoje é uma questão controversa (MARANDINO, 2017), e que na presente pesquisa tratamos da análise de ações educativas do tipo não formal organizadas metodologicamente como atividades extracurriculares. As ações não formais são propostas por diversos entes, público e privado, e que foram executadas por técnicos nos mais diversos espaços (contexto escolar e outros) conforme apontado nas análises dos públicos-alvo envolvidos.

Seguindo os critérios que demarcam as experiências formais, não formais e informais discutidos pelos diversos pesquisadores observados por Marandino (2017), consideramos as propostas analisadas nesta pesquisa em uma dimensão não formal. Mesmo aquelas que foram realizadas com a comunidade escolar (utilizando ou não o espaço escolarizado), se deram a partir de parâmetros alheios ao sistema formal de educação e com objetivos de aprendizagem não curricular, como por exemplo: forma de organização do conhecimento, tempo de desenvolvimento das ações, os agentes/sujeitos que controlam as práticas e a intencionalidade que a fundamenta.

Os proponentes buscaram atender a coletividade nas ações e práticas em EA cadastradas no SisEA/MS, a partir do envolvimento das comunidades tradicionais, setor

privado, comunidade acadêmica e sociedade em geral em acordo com a responsabilidade do poder público explicitado na PNEA.

Parágrafo único. O Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará:

II - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não formal;

III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não governamentais;

IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;

V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação;

VI - a sensibilização ambiental dos agricultores (BRASIL, 2009, p.4).

Entretanto, a participação de determinados público-alvos demonstra apenas uma perspectiva na análise, que deve ser somada à abordagem qualitativa para verificar como os aspectos teóricos-metodológicos atendem aos princípios da EA. A compreensão da EA nas propostas cadastradas deve abarcar os distintos pilares, como o enfoque democrático e participativo, a concepção do meio ambiente, as concepções pedagógicas, a avaliação crítica do processo educativo e a abordagem articulada das questões ambientais, entre outros.

Até o momento, nas análises quantitativas apresentadas foram discutidos os indicadores identificados a partir das informações obtidas nas propostas para as diferentes demandas. Os indicadores foram apontados considerando os seguintes parâmetros: tipos de ação, abrangência, temáticas e público-alvo. Desse modo, cada parâmetro quantitativo analisado a partir de agora estão complementados com as discussões das narrativas traduzidas nos discursos textuais, sustentadas pelos pressupostos metodológicos da análise do discurso em uma análise qualitativa.

5.4.2 Análise qualitativa das propostas cadastradas no SisEA/MS

A partir deste delineamento, apresentamos a análise discursiva das ações para compreender as tendências e concepções pedagógicas conservadoras ou críticas da EA, das três demandas, relacionadas na Tabela 03, seguindo a proposta de regionalização do MS e dos municípios polos, definida por Semade (2015) (Figura 23).

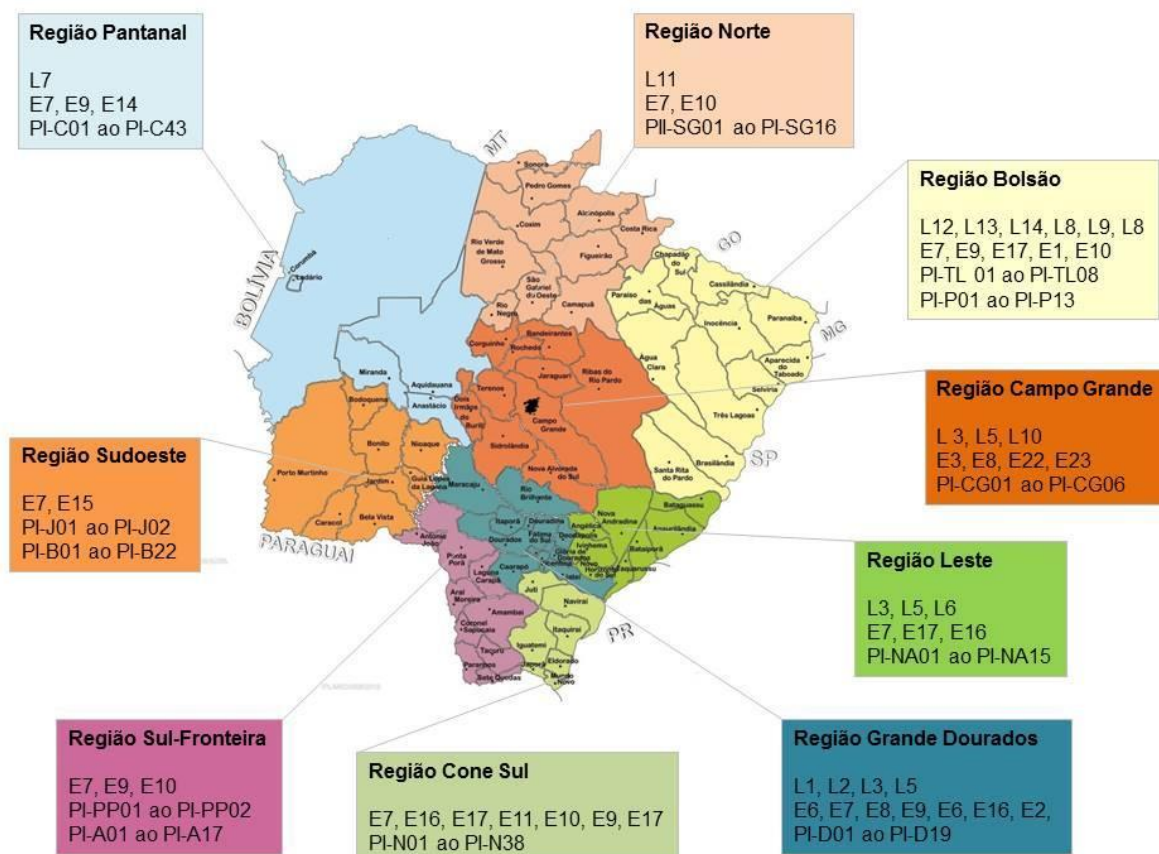
Tabela 03. Relação das ações em EA em situação finalizadas analisadas por região do Estado de Mato Grosso do Sul

Regiões	Município	Medidas Mitigadoras ou	Ação Espontânea e	Programa
---------	-----------	------------------------	-------------------	----------

		Compensatórias do Licenciamento Ambiental*	Outras Demandas*	ICMS Ecológico
Campo Grande	Campo Grande (polo)	L3, L5, L10	E3, E8, E22, E23	PI-CG01 ao PI-CG06
	Terenos	L3, L5		
Grande Dourados	Deodópolis		E6	
	Dourados (polo)	L1, L2, L3, L5	E6, E7, E8, E9	PI-D01 ao PI-D19
	Glória de Dourados		E6	
	Jateí		E6	
	Maracaju		E6	
	Rio Brilhante	L3, L5	E2, E6	
	Douradina		E6	
	Vicentina		E6	
	Fátima do Sul		E6	
	Caarapó		E6	
Bolsão	Itaporã		E6	
	Chapadão do Sul	L8		
	Paraíso das Águas	L9		
	Paranaíba		E7	PI-P01 ao PI-P13
	Três Lagoas (polo)	L12, L13, L14	E7, E9, E17	PI-TL01 ao PI-TL08
	Cassilândia	L8	E1	
Cone-Sul	Santa Rita do Pardo		E10	
	Iguatemi		E10, E9, E17	
	Juti		E11	
	Mundo Novo		E17	
Pantanal	Naviraí (polo)		E7, E16, E17	PI-N01 ao PI-N38
	Aquidauana		E7, E14	
Leste	Corumbá (polo)	L7	E7, E9	PI-C01 ao PI-C43
	Bataguassu		E17	
	Nova Andradina (polo)	L3, L5	E7, E17	PI-NA01 ao PI-NA15
	Taquarussu		E16	59
Norte	Ivinhema	L6	E17, E16	
	Coxim		E7	
	Rio Verde		E10	
	São Gabriel do Oeste (polo)			PI-SG01 ao PI-SG16
Sudoeste	Sonora	L11		
	Bonito		E15	PI-B01 ao PI-B22
Sul - Fronteira	Jardim (polo)		E7	PI-J01 ao PI-J02
	Amambai			PI-A01 ao PI-A17
	Coronel Sapucaia		E10	
	Ponta Porã (polo)		E7, E9	PI-PP01 ao PI-PP2

Fonte: Organização da autora a partir dos dados disponibilizados no SisEA/MS

Figura 23. Distribuição das ações finalizadas por região do Estado de Mato Grosso do Sul



L = Ações finalizadas para a demanda Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental ; E = Ações finalizadas para a demanda Ação espontânea e Outras Demandas; PI = Ações finalizadas para a demanda Programa ICMS Ecológico. As ações estão relacionadas de acordo com os códigos de identificação nos Anexos 3, 4 e 5.

Fonte: Organização da autora, adaptado de SEMADE (2015) a partir dos dados disponibilizados no SisEA/MS

A fim de compreender o contexto sócio-histórico, cultural, geográfico e ambiental dos territórios correspondentes às ações analisadas em abrangência Estadual, Institucional, UPG e Internacional, tratamos a seguir de uma breve contextualização do Estado do MS.

As primeiras vilas e cidades do MS surgiram em decorrência da descoberta de ouro no centro-oeste, no início do século XVII. Assim, após o declínio da era do ouro, a lavoura e a pecuária começaram a se desenvolver com a implantação de ferrovias para o escoamento da produção para o restante do Brasil, a partir do século XX, bem como a construção da malha rodoviária no estado, em atendimento ao estabelecimento de nova rota de mercado voltados a relação Brasil-Bolívia e Brasil-Paraguai (MATO GROSSO DO SUL, 1990).

As características culturais e da etnodiversidade do MS são definidas pelos povos originários, principalmente pela população indígena, pantaneira, quilombola e ribeirinha. A população indígena hoje está estimada em 60 mil habitantes, representando quase 10% do total da população indígena do Brasil (700.000), agrupada em sete povos distintos: Kadiweu, Ofaié, Terena, Guarani, Kaiowá, Kamba e Atikum. Dentre eles, os Guarani, os Kaiowá e os

Terena representam os mais numerosos povos indígenas do país (MATO GROSSO DO SUL, 2015).

Hoje, a proporção de terra por indígena impossibilita toda e qualquer tentativa de reconstituição das tradicionais formas de organização social e política dos povos indígenas, marcada por repetidos episódios de disputas e conflitos vivenciados no MS. Os municípios do Estado com maior concentração de população indígena são Amambai, Dourados, Miranda, Campo Grande, Aquidauana, Itaporã, Paranhos, Caarapó, Japorã e Tacuru.

O Mato Grosso do Sul é um Estado considerado rico em termos de disponibilidade de recursos hídricos, possibilitando a exploração do turismo e lazer, além de outras atividades como a implementação de infraestrutura de transporte, irrigação, geração de energia, e apoio ao desenvolvimento de diversas atividades produtivas. O Estado possui cerca de 2/3 de área do Pantanal mato-grossense, a maior planície inundável do mundo, com características ecologicamente importantes, com grande diversidade biológica, alta produtividade natural e um regime hidrológico delicado. Por sua importância ecológica, foi declarado Patrimônio Nacional pela Constituição Federal de 1988, e Patrimônio Natural da Humanidade e Reserva da Biosfera, pela UNESCO, em 2000.

No território do MS, configuram-se duas importantes Regiões Hidrográficas do Brasil: a Região Hidrográfica do Paraguai, constituída pela bacia do Rio Paraguai, à Oeste, e a Região Hidrográfica do Rio Paraná, constituída pela bacia do Rio Paraná, à Leste (MATO GROSSO DO SUL, 2015), que se distinguem em suas paisagens e características geomorfológicas.

A Bacia do Rio Paraná tem como potencialidade os recursos naturais minerais como areia, argila, cascalho, brita e cerâmica para uso na construção civil, além do relevo predominante aplanado propício às práticas agrícolas, favorecendo a mecanização. A bacia hidrográfica é ambientalmente mais impactada, com problemas ambientais referentes a atividades produtivas e lixões, supressão de matas ciliares e das áreas de reserva legal, processos erosivos e poluição das águas superficiais e subterrâneas (PERH, 2008). A rede hidrográfica é composta pelo rio Paraná e seus afluentes, destacando-se os rios Aporé, Sucuriú, Verde, Pardo, Ivinhema, Amambai e Iguatemi com grande potencial hidrelétrico (MATO GROSSO DO SUL, 1990).

A bacia do Rio Paraguai é constituída de patamares, depressões e uma grande área de sedimentos, representada pelas regiões chaquenha e pantaneira, formando o pantanal Sul-Mato-grossense. Ao contrário da bacia do Rio Paraná, aqui encontramos um contraste natural bem visível entre o Pantanal Sul-Mato-grossense, bem aplanado, com seus campos naturais

com uma flora e fauna peculiar das áreas inundáveis e as demais regiões do Planalto, que ocupam posições elevadas (MATO GROSSO DO SUL, 1990).

A rede hidrográfica se destaca pelos Rios Paraguai, Piquiri, Taquari, Coxim, Aquidauana, Miranda, Negro e APA, que oferecem condições para o bioma Pantanal, um ambiente ecológico de rara beleza, com potencial turístico significativo (MATO GROSSO DO SUL, 1990), onde na época das cheias (meses de outubro a março) pode ficar recoberto por lençol d'água contínuo de até 25 km de largura (MATO GROSSO DO SUL, 2015).

O MS possui três biomas com características bem distintas: Cerrado, Pantanal e Mata Atlântica, e todos sofrem degradações por diversas pressões antrópicas. O cerrado abrange aproximadamente 61% do território do estado, e inclui formações florestais, savânicas e campestres, com drásticas perdas do habitat, considerado um dos *hotspots* mundiais de biodiversidade (MATO GROSSO DO SUL, 2015).

O bioma Pantanal é a maior área úmida do planeta, e caracteriza-se pela influência das regiões fitoecológicas do Cerrado, Amazônia, Chaco e Mata Atlântica. Estima-se grandes perdas de área natural da Bacia do Alto Paraguai nos últimos anos, com cerca de 2,4% da área convertida para uso antrópico, e 4,4% de sua área encontra-se protegida em unidades de conservação. O Pantanal foi decretado em 2000 como Reserva da Biosfera (UNESCO).

Já a Mata Atlântica ocupa cerca de 14% da extensão do território do MS, com os principais remanescentes concentrados em três áreas: Serra da Bodoquena, Planície do Rio Paraná – próximo da divisa dos Estados de São Paulo e Paraná, e em fragmentos isolados no interior das diversas áreas indígenas situadas no sudoeste do Estado (MATO GROSSO DO SUL, 2015).

De conhecimento das características gerais do MS, apresentamos as análises qualitativas das ações com a abrangência em nível estadual, a partir da demanda espontânea. Foram utilizados para as análises os fragmentos dos elementos textuais das propostas optando por transcrevê-las *ipsis litteris* ao longo dos resultados, mantendo-se inclusive as eventuais incorreções do ponto de vista ortográfico ou gramatical.

As ações E4 e E5 tratam de cadastros sobre o Relatório Anual de Execução do Programa de Educação Ambiental da LO n.º 73/2017, desenvolvidos pela empresa BRILHANTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. Conforme discutido anteriormente, essas propostas cadastradas como demanda espontânea apresentam ações voltadas para medidas compensatórias do licenciamento ambiental. Nos relatórios foram verificados os seguintes objetivos:

contribuir para a formação de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências dos trabalhadores e da sociedade afetada, voltados para o reconhecimento da importância da conservação do meio ambiente na operação da se e do seu papel no desenvolvimento socioeconômico (E4).

As atividades, em ambos os relatórios, envolveram as seguintes etapas:

Distribuição da revista de educação ambiental totalizando 59 exemplares;
 Pesquisa de percepção de informações veiculadas - com a finalidade de apreender a percepção das condições do meio ambiente e sobre o processo de comunicação com a concessionária brilhante, por parte de funcionários e moradores na faixa de servidão;
 Divulgação de informações ao público-alvo com as publicações do “informativo brilhante com as temáticas do desmatamento e das queimadas” (E5).

A proposta E18 realizada pelo IMASUL, entre os anos de 2009 e 2011, teve como objetivo:

Articulação e formação básica e sustentável de agentes multiplicadores em temáticas ambientais e gestão participativa, mesclando ações de produção e difusão de informações, formação de parcerias e mobilização social, direcionadas à realização de ações educativas e coleta de subsídios para a construção da política de educação ambiental, no estado de mato grosso do sul (E18).

A proposta tratou do projeto de EA itinerante, dividido em duas fases. A primeira fase teve como objetivo geral a articulação e formação básica de agentes multiplicadores em temáticas ambientais e gestão participativa em 16 municípios da bacia do Rio Miranda, direcionadas à realização de ações educativas e coleta de subsídios para a construção da política de EA, no MS. Assim, a proposta envolveu a articulação da sociedade civil para construção da PEEA/MS, conforme o relato em destaque:

Iniciou-se então o processo de consulta pública para dar publicidade e recolher contribuições ao texto base para que fosse construído de forma participativa, incluindo as particularidades do estado e as experiências de seus educadores, tendo em vista a sua execução. Primeiramente foi realizado um pré-diagnóstico das instituições presentes nos municípios de atuação do projeto. Foram levantadas uma média de 100 a 200 instituições em cada município: instituições públicas, privadas, ONGs, associações e entidades de classe, empresas, bancos, comércio e rádios. Em seguida, foi feita a pré-mobilização das instituições encontradas por telefone e e-mail sempre que possível, totalizando 606 instituições contatadas. A próxima atividade foi a realização de viagens a cada município para mobilização e divulgação da oficina, onde foram realizadas visitas técnicas a 519 instituições. Também foram realizadas, simultaneamente, a divulgação do formulário e coleta de informações para atualização do diagnóstico estadual sobre ações de

educação ambiental, durante as visitas técnicas também foram contatadas as assessorias de comunicação das prefeituras municipais e também foram visitadas 10 rádios. Após a mobilização local, a equipe de educação ambiental realizava a oficina ? construindo a política estadual de educação ambiental? Para coletar contribuições à minuta da política estadual de educação ambiental. Durante essa oficina foram divulgadas as redes de educação ambiental atuantes no estado, a ciea e eram abertos espaços para apresentação de projetos socioambientais. A seguir, eram formados grupos de trabalho para análise da minuta da política estadual de educação ambiental, baseados nas seções do documento (E18).

Na segunda fase do projeto, terminadas as ações na bacia do Rio Miranda, o projeto itinerante foi ampliado para mais cinco municípios da bacia do Rio Paraná, de forma a coletar contribuições das demais regiões do estado. Na capital do estado foram realizadas sete oficinas em parceria com a prefeitura municipal de Campo Grande, durante as reuniões de cada um dos conselhos municipais das sete regiões que dividem a área urbana. A divulgação ocorreu por meio dos conselhos para as instituições membros, para outras 17 instituições (incluindo instituições públicas, privadas e educativas), e em 26 publicações na mídia digital.

Nesse contexto, as concepções metodológicas estão de acordo com os critérios de uma EA crítica, e a proposta confere o caráter democrático e participativo para validar a construção de uma política estadual que considera a realidade diversa no âmbito do Mato Grosso do Sul.

A proposta E20 realizada pelo IMASUL, em 2012, está articulada com as ações da proposta E18, pois envolveu a realização do Fórum Estadual de EA, finalizando o processo de construção da PEEA/MS, a partir dos objetivos “promover a interlocução de agentes para a consolidação de instrumentos e políticas voltadas para a educação ambiental no estado” (E20).

A realização da ação descrita pelo proponente caracterizou o evento como um espaço de conferências, mesas-redondas, minicursos e oficinas, bem como divulgação de publicações e apresentação de trabalhos, visando a troca de experiências e a interlocução de agentes para a consolidação de instrumentos e políticas voltadas para a gestão da EA no estado.

O evento contou com um público de mais de 350 participantes de mato grosso do sul e de outros estados (acre, ceará, mato grosso, pará, rio de janeiro e são paulo), abrangendo instituições públicas e privadas, entidades de classe, escolas, universidades e comunidade em geral. o fórum encerrou-se com a realização da oficina estadual para a construção da política de educação ambiental. participaram da oficina estadual 105 pessoas provenientes da capital e do interior do estado de mato grosso do sul e também de outros estados brasileiros (E20).

A proposta E21 do IMASUL, tratou da IV Conferência Estadual de Meio Ambiente - resíduos sólidos, edição de 2013. A proposta teve como ação o conjunto de mobilização ocorrida pelos municípios:

Foram realizadas conferências nos 79 municípios do estado, totalizando 100% de adesão dos municípios e atingindo o objetivo de discussão e participação da sociedade. Foram realizadas 49 conferências municipais e encaminhadas 980 propostas, sendo 20 de cada município; e 10 conferências regionais e encaminhadas 200 propostas sendo 20 de cada conferência, totalizando 59 conferências com a participação de 79 municípios e um total de 1180 propostas a serem sistematizadas pela coe-ms. Participaram da iv cema 91 delegados representantes da sociedade civil; 114 do poder público dentre eles federal, estadual e municipal; 46 representantes de empresários, 99 convidados; 20 autoridades, 30 colaboradores e voluntários perfazendo um total de 400 participantes (E21).

A proposta E24, realizada pela MUPAN teve como título “Formação de multiplicadores para incorporação de gênero no gerenciamento de recursos hídricos”, entre os anos de 2013 e 2014, com os seguintes objetivos:

Mobilizar lideranças e ampliar o acesso da mulher estimulando-as e qualificando-as para a participação em processos de discussão, deliberação e decisão dos diversos segmentos compartilhando conceitos sobre gênero, água e educação ambiental, buscando assim a planificação de equidade de gênero nesses espaços, utilizando-se de ferramentas da educação a distância (E24).

Assim, a ação foi fundamentada nos pressupostos pedagógicos de uma EA dialógica e contextualizada às questões ambientais locais, tendo em vista que os cursistas da formação envolveram as próprias lideranças já constituídas nas comunidades, de modo que a partir do curso sua atuação fosse ampliada nas comunidades para a inserção da temática no cotidiano dos diversos espaços constituídos. As atividades foram descritas a seguir:

FORMAÇÃO EM GÊNERO, ÁGUA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL - Foram 7 disciplinas com duração de 30 horas, aproximadamente 30 dias cada, e duas com 15 horas, totalizando 180 horas/aula durante 9 meses. Para cada disciplina foi preparado material inédito, os artigos elaborados pelos professores conteudistas responsáveis pelas disciplinas. Além de terem acesso aos relatos de experiências, materiais de apoio que os professores conteudistas indicaram: vídeos, textos, livros e outros materiais para que os alunos pudessem acessar mais informações relativas às temáticas;
DIFUSÃO DE INFOMRAÇÕES Elaboração e divulgação de informações sobre as temáticas gênero, água e educação ambiental (E24).

As propostas em nível de abrangência Institucional envolveram, por exemplo, a proposta E12, realizada pela empresa MONTEVERDE AGRO-ENERGÉTICA S.A., com o título “Campanha de prevenção de incêndios agrícolas”. A ação teve como objetivo a “Conscientização de colaboradores e comunidade ao entorno da usina monteverde agroenergética s.a. sobre as ferramentas preventivas de combate a incêndios agrícolas” (E12). A proposta apresentou como atividades desenvolvidas a divulgação de procedimentos e técnicas para a prevenção de incêndios agrícolas, conforme a descrição a seguir:

A ação foi executada durante 5 dias corridos em todas os setores da usina, com maior ênfase nas áreas agrícolas, as ações também foram estendidas para uma escola rural da região (escola graça de deus). As ações foram compostas por realização de dds, palestras, instalação de faixas/banners, distribuição de cartilhas e panfletos, demonstração de equipamentos para a prevenção de incêndios acidentais agrícolas (E12).

A ação E13, realizada pela empresa SAMORANO CONSULTORIA AMBIENTAL, em nível institucional tratou do evento de comemoração das datas ambientais do mês de setembro, conforme os objetivos “realizar sensibilização de educação ambiental voltada para as comemorações ambientais do mês de setembro: dia do cerrado, dia de proteção à fauna, dia da árvore, dia mundial sem o uso do automóvel” (E13).

A proposta E13 envolveu uma ação pontual, com atividades comemorativas que não se desdobram em reflexões sobre as questões ambientais em uma perspectiva crítica, conforme os relatos em destaque.

Sensibilização com os alunos do colégio oswaldo tognini-funlec nos períodos matutino e vespertino. Foi utilizado o auditório da escola e o pátio. Houve plantio de mudas e atrações culturais em comemoração às datas ambientais presentes no mês de setembro (E13).

As propostas em nível de abrangência em UPG envolveram duas ações distintas a partir da temática gestão de recursos hídricos. As propostas estão fundamentadas nos pressupostos de uma EA participativa e democrática para a atuação da sociedade civil na gestão dos recursos hídricos das bacias que os integram.

A proposta E19, realizada pelo IMASUL, foi conferida na abrangência da Bacia do Rio Miranda, e teve como título Mobilização para o processo eleitoral de composição do comitê do Miranda. Ademais, a ação apresentou como objetivo “divulgar a importância e os modos de atuação dos comitês de bacia, assim como o edital nº 001/10, referente ao cadastramento e habilitação para o processo eleitoral do comitê da bacia hidrográfica do Miranda (cbh Miranda)” (E19). A proposta teve como atividades desenvolvidas os seguintes procedimentos:

Visando a composição da terceira gestão do comitê foram realizadas reuniões em 15 municípios da bacia do Miranda visando divulgar a importância e os modos de atuação dos comitês de bacia, assim como o edital nº 001/10, referente ao cadastramento e habilitação para o processo eleitoral do cbh Miranda. Os municípios envolvidos foram: Ponta Porã, Rochedo, Corguinho, Jaraguari, Bandeirantes, São Gabriel do Oeste, Nioaque, Sidrolândia, Terenos, Dois Irmãos do Buriti, Miranda, Corumbá, Aquidauana, Anastácio, Bonito e Bodoquena. A ação contou com o apoio da comissão eleitoral do comitê da bacia hidrográfica do rio Miranda e das prefeituras municipais dos municípios envolvidos (E19).

A proposta E25, realizada pela MUPAN foi cadastrada com o título “Fortalecimento da participação social e o contexto de gênero para o gerenciamento de recursos hídricos”, tendo como objetivo:

Conhecer o perfil dos envolvidos no gerenciamento dos recursos hídricos (rh); proporcionar a inserção das mulheres nas discussões quanto ao gerenciamento dos rh; estabelecer mecanismos de difusão de informações da e na BAP com ênfase em recursos hídricos e gênero; identificar potencialidades para a proposição de estratégias para a efetivação da participação (E25).

A proposta teve como procedimentos metodológicos a realização de reuniões e pesquisa em 34 municípios da BAP no MS, com o intuito de conhecer o perfil das lideranças envolvidas com a gestão de recursos hídricos no estado.

A única proposta cadastrada com abrangência Internacional foi a E26, realizada pelo Instituto MUPAN, cadastrada com o título “Fortalecimento de políticas de educação ambiental para o pantanal: o caso da Bacia do APA”, e apresentou como objetivo:

Mobilizar e articular educadores ambientais do pantanal para a adoção de currículos escolares diferenciados adaptados à realidade local. Fortalecer as políticas de educação ambiental para o pantanal e bacia do APA com a construção de projetos político-pedagógicos voltados à conservação dos recursos naturais nas escolas do Brasil e do Paraguai divulgar estratégias e conhecimentos de educação ambiental para educadores e estudantes de escolas da bacia transfronteiriça do APA (E26).

A proposta envolveu a mobilização e realização de oficinas de EA no projeto político pedagógico e educação em 12 municipalidades da bacia do APA, em território no Brasil e Paraguai, tendo como resultado ao final 24 oficinas, duas edições da Revista Aguapé, distribuição da publicação “Pé na Água” (cd); encontro de encerramento, organização do grupo de educadores ambientais sem fronteira - Brasil e Paraguai.

Vale ressaltar a atuação de instituições, como a MUPAN e o IMASUL, trazem resultados qualitativos expressivos para a construção de uma sociedade sustentável, visto que

as ações envolvem processos formativos, a partir dos fundamentos da mobilização social, principalmente para formação de lideranças, a atuação democrática e participativa, e a autonomia para as decisões locais, por exemplo, a gestão de recursos hídricos e a implementação de políticas públicas, tornam-se relevantes para a concretização de uma EA que visa o pensamento crítico, emancipatório e transformador para a formação cidadã dos sujeitos dos diversos territórios do MS.

Por conseguinte, apresentamos as características de cada região do estado, que podem estabelecer conexões entre os seus contextos/conflitos/ disputas e as possíveis temáticas abordadas nas propostas correspondentes aos municípios destas regiões.

5.4.2.1 Região de Campo Grande

A região de Campo Grande tem como polo econômico o município de Campo Grande, considerado o maior centro industrial, comercial e de serviços sul-mato-grossenses, e com maior contingente populacional do Estado, onde vivem 916.927 habitantes (Semade, 2015).

Além disso, a região tem uma produção agrícola significativa, destacando-se as culturas de: soja, milho e cana-de-açúcar, para os municípios de Sidrolândia, Bandeirantes, Campo Grande e Nova Alvorada. A pecuária vem reduzindo seu rebanho na bovinocultura e expandindo na avicultura de corte e de postura, principalmente nos municípios em Sidrolândia, Campo Grande, Dois Irmãos do Buriti e Terenos (Semade, 2015).

No que diz respeito ao turismo, existe um grande potencial ainda pouco explorado economicamente, sendo o turismo de negócios e de eventos elevado a certa representatividade, pela infraestrutura hoteleira e de recepção em Campo Grande (Semade, 2015).

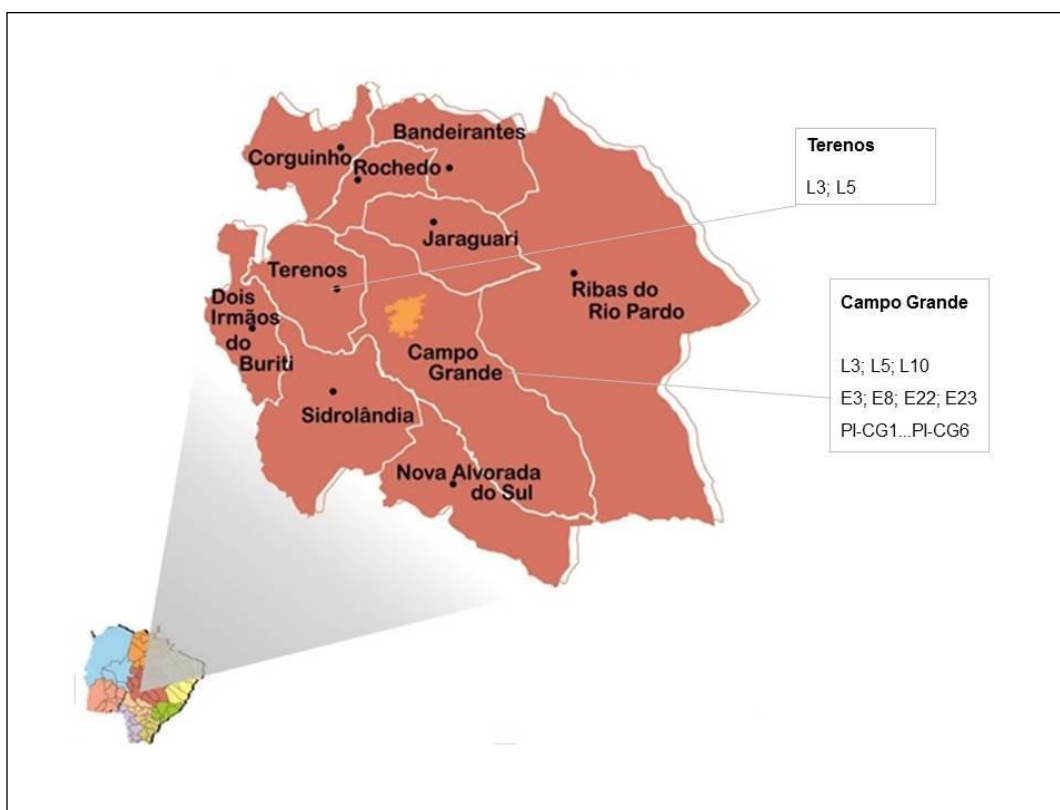
O setor industrial vem se expandindo principalmente nos setores de alimentos, confecções, álcool combustível e metal-mecânico, com destaque para os municípios de Campo Grande, Sidrolândia e Nova Alvorada do Sul (Semade, 2015).

Os setores industrial, financeiro, comercial e de serviços estão concentrados basicamente em Campo Grande, o que acaba inibindo o crescimento e o desenvolvimento econômico dos municípios ao seu redor (Semade, 2015), determinando sua condição como município pólo para a região.

As análises qualitativas seguem sendo realizadas a partir das propostas finalizadas inseridas para esta região, incluindo as três demandas de cadastro no SisEA/MS, que estão distribuídas em Terenos e Campo Grande. O município de Campo Grande foi definido para a

análise da demanda Programa ICMS Ecológico como município pólo da região Campo Grande (Figura 24).

Figura 24. Distribuição das ações finalizadas definidas para análise para a Região Campo Grande



L = Ações finalizadas para a demanda Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental; E = Ações finalizadas para a demanda Ação espontânea e Outras Demandas; PI = Ações finalizadas para a demanda Programa ICMS Ecológico. As ações estão relacionadas de acordo com os códigos de identificação nos Anexos 3, 4 e 5.

Fonte: Organização da autora, adaptado de SEMADE (2015) a partir dos dados disponibilizados no SisEA/MS

Foram utilizados para as análises os fragmentos dos elementos textuais das propostas optando por transcrevê-las *ipsis litteris* ao longo dos resultados, mantendo-se inclusive as eventuais incorreções do ponto de vista ortográfico ou gramatical.

As propostas L3, ação do tipo Campanha, e L5, ação do tipo pesquisa, tratam de etapas do PEA, ambas realizadas pelo proponente *Ekt 12-a - Serviços de Transmissão de Energia Elétrica*, no processo de licenciamento de atividade de Instalação e construção de linhas de transmissão de energia. Conforme relatado anteriormente nas análises quantitativas, sobre algumas inconsistências no preenchimento do sistema, destacamos que as propostas L3 e L5 tratam do mesmo PEA, realizado pelo empreendimento. Ou seja, as propostas retratam etapas de ações do Programa, cadastradas separadamente como L3-Campanha destinada ao público

moradores locais e L5-Pesquisa tratando do diagnóstico socioambiental participativo, parte da etapa do planejamento do PEA. Ambos os cadastros deveriam ser incorporadas em uma única proposta, denominada de programa.

Em L3, a enunciação textual dos objetivos indica uma proposta que considera a EA com processo educativo complexo, envolvendo uma série de valores: *Promover processos de educação ambiental destinados a população residente na área de influência direta do complexo de linhas de transmissão de 230kv de forma a contribuir para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente e adoção de práticas sustentáveis com relação ao empreendimento e a população local (L3)*. A proposta apesar das boas intenções ao citar a mobilização de valores e competência apresenta como finalidade um discurso em uma visão consensual da EA conservadora.

De acordo com Guimarães (2005), nessa tendência não há aprofundamento da reflexão em consonância com as práticas, e que identificamos nos elementos textuais traduzidos em visões românticas de EA voltadas para o bem da humanidade através das transformações de algumas atitudes dos indivíduos, que não realizam uma crítica sobre as relações de poder. Propostas que são fundamentadas nessas perspectivas apresentam uma intencionalidade que reflete um projeto educacional comprometido com a manutenção (preservação) das relações de poder (GUIMARÃES, 2005), mesmo que tendo em seu bojo propostas reformistas pelo viés de soluções tecnicistas conforme o trecho “adoção de práticas sustentáveis com relação ao empreendimento e a população local” (L3).

As atividades práticas propostas na ação L3 envolveram a realização de seminários, aplicação de uma ficha de avaliação e um experimento às escolas da comunidade do entorno do empreendimento. Foi relatada a abordagem em uma perspectiva pedagógica dialógica, quando verificamos nos trechos:

Os seminários foram elaborados buscando um ensino-aprendizagem, para que todos os participantes interagissem durante as atividades. Os temas abordados foram adaptados e contextualizados para a realidade local do público-alvo [...] Depois de um amplo debate relacionado às principais questões socioambientais da região [...] (L3).

Entretanto, a proposta não detalhou nos procedimentos metodológicos quais foram as questões locais abordadas como tema gerador para reflexões e discussões, e ainda de que forma as questões foram contextualizadas à realidade local. Por fim, ainda que a proposta metodológica descreva uma abordagem que apresenta princípios como ensino-aprendizagem,

participação, interação e contextualização das questões locais, a ausência de informações sobre conteúdo, forma de avaliação e justificativa das questões abordadas esvaziam teoricamente a ação educativa.

Na descrição das atividades podemos verificar nos elementos textuais uma concepção pedagógica fundamentada nos princípios da EA, garantindo o enfoque participativo e promovendo a articulação entre alunos e agricultores, com o reconhecimento dos saberes e valorização dos diferentes conhecimentos aplicados, durante o experimento: *A proposta de um experimento prático durante o seminário é para que os participantes possam aplicar os conhecimentos teóricos, criando um ambiente com um maior nível de concentração, envolvimento e aprendizagem. O experimento prático realizado nesta campanha foi a “quebra de dormência” onde foram utilizadas sementes de jatobá, o experimento foi realizado com os alunos e com os agricultores (L3).*

Todavia, novamente ressaltamos que a ausência de informações no detalhamento dos procedimentos da ação nos leva a questionamentos sobre a eficiência da proposta como instrumento para a compensação das Medidas Mitigatórias no Licenciamento Ambiental. Não verificamos nos elementos textuais a justificativa teórica para a escolha da prática “quebra de dormência”, e como essa estratégia está fundamentada nas orientações teóricas da proposta educativa. Em decorrência do procedimento metodológico pouco explicativo verificamos a seguir a apresentação dos resultados subjetivos que anunciam os discursos de uma prática não objetiva.

Os princípios da EA, como enfoque participativo e democrático, estão relacionados na análise discursiva do procedimento metodológico da ação. Entretanto, ficou evidente na apresentação dos resultados que a proposta ao final foi concebida no campo da construção do conhecimento teórico e relação com a prática realizada, não contextualizando as questões sociais, econômicas e políticas: “O momento de ensino aprendido foi dinâmico e amplo, a grande maioria dos participantes se envolveram durante o experimento de quebra de dormência, fazendo perguntas e relacionando aos sistemas de produção sustentáveis e preservação das matas ciliares” (L3). Ao fazer a leitura global da proposta, sua articulação entre objetivos, metodologia e resultados, entendemos que essa proposta está distante da concepção crítica e emancipatória da EA, pois, para esta vertente, deve permear os processos educativos, nos PEAs, que derivam de discussões e proposições críticas e de sentidos emancipatórios das populações vulneráveis, contextualizados aos problemas ambientais inseridos na região, e relacionados às atividades econômicas dos empreendimentos e que geram impactos ambientais.

Segundo Quintas (2009) não são evidentes para a maioria das pessoas as possíveis mudanças na sua vida cotidiana que podem advir da implantação de empreendimentos com potencial de produzir ou induzir impactos ambientais. Por isso, praticar a EA no contexto do licenciamento ambiental é agir na complexidade, e exige um modo de organizar o ato pedagógico que concretize o exercício da práxis, e ao mesmo tempo, proporcione as condições para que os sujeitos da ação educativa apreendam as relações e inter-relações presentes na realidade vivenciada (QUINTAS, 2009), e que não foram identificadas em L3. A fim de garantir uma proposta sustentada nas concepções e sentidos emancipatórios da EA no licenciamento ambiental “[...] é que se assume a importância do processo pedagógico, partir da realidade de vida, do local, do cotidiano, na ação teórico-prática, para construir uma compreensão complexa e integrada do ambiente em suas diferentes escalas” (LOUREIRO, 2004, p. 133).

A proposta L5 se deu a partir da realização do diagnóstico socioambiental com o objetivo de guiar as atividades do PEA do proponente EKTT 12-A - SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. O diagnóstico socioambiental é previsto inicialmente na construção do PEA, pois se insere nos estudos de percepção ambiental do público-alvo. Ou seja, como proposta para verificar a percepção ambiental, o diagnóstico pode ser o primeiro passo para qualquer trabalho de EA, seja ele formal ou não-formal, visando reconhecer como as pessoas percebem, avaliam e valorizam o meio ambiente.

Em L5, foi verificada nas análises discursivas a garantia da abordagem articulada das questões ambientais locais e regionais, o reconhecimento e o respeito à pluralidade e diversidade individual e cultural, ao retratar a importância da compreensão, junto ao público-alvo envolvido, de suas percepções a respeito das potencialidades e problemas locais, além de suas demandas, de forma a permitir que o processo de ensino/aprendizagem previsto no planejamento pedagógico dialogue com os saberes e repertórios políticos-culturais das comunidades locais. As narrativas demonstram uma proposta metodológica que apresenta convergência com os princípios da EA, fundamentada na EAC, a partir de uma atividade dinâmica, participativa e reflexiva respeitando as demandas e realidades das comunidades da área de influência direta do empreendimento:

Durante o momento de coleta de dados, houve troca de experiências e relatos por parte dos participantes garantindo a riqueza de informações e perspectivas muito positivas para a formação de parcerias para o programa de educação ambiental – PEA (L5).

No entanto, os resultados obtidos em L5, são apresentados em caráter subjetivo, não demonstrando de fato os elementos que são esperados ao final de uma pesquisa de campo

socioambiental nas comunidades afetadas. Por exemplo, o proponente não apresentou nos relatórios de execução os resultados qualitativos com as falas dos participantes ou os procedimentos de verificação para comprovação das perspectivas positivas e resultados alcançados após a ação. Os resultados apresentados, de forma especulativa e subjetiva, comprometem a eficiência da ação e a própria validação do PEA enquanto instrumento no licenciamento Ambiental, conforme o fragmento:

As ações com os produtores rurais tiveram muito sucesso na coleta de informações e leitura da realidade e foi possível identificar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças presentes nas comunidades cobertas pela ação. As atividades de preenchimento das fichas e da elaboração da matriz swot, foram dinâmicas e abrangentes, a grande maioria dos participantes se envolveu durante toda ação (L5).

A proposta L10, ação do tipo Programa, trata do PEA realizado pela empresa Pantanal Transmissão S.A., no processo de licenciamento da atividade de instalação e construção de linhas de transmissão de energia. Em L10, podemos verificar a perspectiva da EA conservadora em uma proposta voltada à conscientização do cidadão e sua mudança de comportamento, por meio da responsabilização individualizada para o alcance de resultados sustentáveis, evidenciados em:

O objetivo da proposta é de expandir a consciência de cada ser, independente da idade, para as questões voltadas ao meio ambiente, proporcionando uma importante reflexão no sentido de sempre tentar melhorar o mundo em que vivemos, bem como aquele que vamos deixar para as gerações futuras. Essa melhora começa pela mudança de hábitos em seu dia-a-dia, colaborando para o desenvolvimento local em cada pequena ação (L10).
A partir destas ações espera-se que os indivíduos abordados neste plano absorvam o espírito conservacionista e pratiquem a sustentabilidade (L10).

Nos resultados da proposta L10, identificamos o discurso de uma educação na concepção tecnicista e reducionista, distante da concepção reflexiva da EA para a construção do pensamento crítico da sociedade:

Conscientização do público-alvo quanto à importância da preservação ao meio ambiente, palestras para 579 alunos de quatro escolas e 119 funcionários do empreendimento, visitas com fins educativos a 16 moradores das cinco propriedades da aid e 11 moradores da aii. Produção e distribuição de materiais educativos (folders, cartazes e guia de campo) 4 animais (tucano, periquito de encontro amarelo, gavião carijó e preá) resgatados pelo gerente ambiental, fruto das orientações passadas aos funcionários e aos moradores da região, os quais entraram em contato com o biólogo para que este levasse os animais ao centro de reabilitação de animais silvestres (L10).

As intervenções a partir da realização de palestras, distribuição de material informativo e a iniciativa de populares no encaminhamento de animais resgatados na área do empreendimento são definidas pelo proponente como suficientes para o alcance da conscientização do público-alvo, reproduzindo o discurso cientificista do mundo, a partir da aplicação de conhecimentos técnicos/ teóricos, para o alcance da consciência dos indivíduos e de domínio da natureza. Os pressupostos teórico-metodológicos em L10 convergem em uma concepção reducionista e fragmentada no processo educativo. Essas propostas têm grande potencial para tornarem-se vazias pedagogicamente e pouco efetivas, pois nem sempre respondem às reais necessidades sentidas no contexto local (FRANCALANZA, 2004), e revelam por meio dos discursos textuais anúncios ideológicos de uma EA ingênua e reducionista, concebida a partir de um modelo educativo tradicional.

As orientações sobre os procedimentos de cadastro de proponentes da demanda Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental não parecem ser suficientes, visto que tais procedimentos muitas vezes não estão sendo cumpridos, conforme mostra a análise verificada das propostas. As inconsistências observadas nos cadastros comprometem as informações publicadas, que ficam disponibilizadas de forma equivocada como o cadastro duplicado do PEA de um mesmo empreendimento, além da dificuldade de busca das informações pelo usuário externo, conforme constatadas nesse estudo. Dentre as inconsistências verificadas, temos o cadastro do relatório de execução anual de um mesmo PEA como propostas distintas, ou o cadastro de etapas do PEA (o diagnóstico socioambiental) como uma proposta separada. As situações verificadas sugerem problemas de cadastro, e merecem uma melhor investigação sobre os reais motivos com os proponentes, que podem estar associados à falta de entendimento das orientações nos manuais e roteiros disponibilizados.

A proposta E3, ação do tipo Programa, realizada pelo proponente BRILHANTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A, mesmo cadastrada como demanda Ação espontânea e Outras Demandas, apresenta os critérios para a demanda Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental. Essa incongruência foi contextualizada nas análises quantitativas, e relacionada nas questões de aprimoramento na interface do sistema. Já a proposta E8, ação do tipo Projeto, foi realizada pelo proponente SANESUL. Por sua vez, as propostas E22 e E23, ações do tipo Campanha e Ação Pontual, ambas realizadas pela UNEA/IMASUL.

Em E3, são apresentadas ações voltadas à mudança da percepção ambiental dos trabalhadores e comunidade do entorno. As intervenções práticas estão descritas nos

elementos textuais que remetem uma concepção pedagógica conservadora, voltada à avaliação do conhecimento, a partir de um formulário aplicado, e não na discussão, contextualização e problematização das questões ambientais locais:

Aplicação do formulário de percepção ambiental com os funcionários da brilhante transmissora de energia sa. Distribuição do folder: Visita às propriedades interceptadas e distribuição do folder de educação ambiental. Visita às propriedades interceptadas²⁰ e executar o formulário de percepção ambiental (E3).

Os elementos textuais da ação E3 anunciam os discursos ideológicos de uma proposta com viés reformista e conservador, pois os interlocutores da ação sugerem uma prática concebida em pressupostos teóricos que buscam promover a mudança de conduta do sujeito, em sua relação cotidiana e individualizada com o ambiente e com os recursos naturais (QUINTAS, 2009).

Quando se fala em construção do ato pedagógico, está se falando num processo que vai do planejamento até a sua realização. O ato, ação ou processo pedagógico, ou ação educativa, ou processo ensino-aprendizagem, ou prática educativa é o lugar da concretização dos pressupostos de qualquer proposta de educação. Logo, trata-se de se colocar o discurso na prática, mostrando inclusive o quanto esta prática é leal à concepção enunciada (QUINTAS, 2009, p. 42).

Em E8, fica evidente uma proposta de EA fundamentada na concepção pedagógica tecnicista e cartesiana, na qual os alunos devem, a partir dos conhecimentos adquiridos apresentarem melhores condições nas colocações no mercado de trabalho:

A oficina de papel reciclado na escola da apae surgiu com a intenção de cuidar e conscientizar os alunos sobre a preservação do meio ambiente e promover a preparação básica para atividades laborais dos matriculados na educação profissional. ?A oficina forma os alunos para o trabalho. Eles saem aqui preparados para enfrentar o mercado de trabalho competitivo? (E8).

Dessa forma, a intervenção educativa em E8 está voltada à capacitação do indivíduo para servir às demandas do mercado, não concebida em uma perspectiva crítica para discussões de temas emergentes e geradores de conflitos socioambientais, que se propõem à formação cidadã e reflexiva dos indivíduos. Os elementos textuais “melhores condições em colocações no mercado de trabalho” remetem aos anúncios ideológicos de uma concepção

²⁰ O proponente define propriedade interceptadas como aquelas propriedades rurais no entorno do empreendimento e que foram contempladas na ação educativa.

tradicional da educação, com vistas ao atendimento de demandas mercadológicas por mão-de-obra qualificada, em uma oficina realizada no contexto escolar formal.

A proposta realizada no ambiente escolarizado traduz uma prática educativa que está embasada na dimensão da educação tecnicista e utilitarista, para servir às demandas de mercado, sujeitas ao atual modelo econômico. Loureiro (2019) relaciona a importância da escola, em uma perspectiva emancipatória, não podendo reduzir sua função apenas para tornar a pessoa apta para o convívio social e para o mercado de trabalho segundo normas preestabelecidas, mas para formá-la como cidadã, capaz de conviver em sociedade e, mais do que isso, de decidir sobre como deve ser a sociedade em que se quer viver.

Em E22, a ação do tipo campanha realizada pela UNEA/IMASUL em comemoração ao dia mundial do meio ambiente e apresentação do trabalho do Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (CRAS)²¹ à sociedade, por meio da “Campanha 20 anos do cras - centro de reabilitação de animais silvestres”. A ação se mostrou importante, pois articulou a EA de acordo com os princípios da EA, estabelecidos pela PNEA, com diferentes temáticas envolvendo o assunto da campanha, ao aproximar a comunidade das questões locais e regionais:

Falar em animais silvestres envolve ecologia, conservação da biodiversidade, preservação de habitat, práticas econômicas sustentáveis, legislação ambiental, educação ambiental, espécies nativas e exóticas, enfim, toda gama de assunto pertinente ao meio ambiente. Vale ressaltar ainda que, embora o cras seja referência em sua área, o trabalho se faz conhecido principalmente entre as pessoas cuja ocupação já é ligada à área ambiental. A divulgação do cras e de seus 20 anos na semana do meio ambiente contribuirá para uma aproximação da comunidade em geral e consolidação da imagem do centro e do instituto no qual ele se insere (E22).

A proposta metodológica em E22 contemplou intervenções como palestras nas escolas, barreira educativa²² e um seminário, com alcance dos resultados apresentados a partir dos objetivos propostos: “População sensibilizada e informada sobre o trabalho realizado no cras” (E22). Entretanto, é preciso certa cautela ao definir tais resultados como garantidos ao final da ação, pois a ação prevê novos comportamentos assertivos da população frente aos problemas apresentados, como a preservação da fauna local, após as intervenções realizadas. É nesse sentido que salientamos ser “fundamental a compreensão das intenções e dos limites

²¹ Centro de Reabilitação de Animais Silvestres. Setor vinculado ao Imasul e Semagro, tem o intuito de recepcionar, triar e destinar os animais silvestres apreendidos em operações de combate ao tráfico, os atropelados nas rodovias estaduais, bem como os entregues voluntariamente pela população.

²² O proponente apresentou a intervenção “barreira educativa” como uma breve paralização dos indivíduos que transitam no local para a entrega de folheto e material explicativo do tema que envolveu a ação.

do ato educativo para transformação dos comportamentos individuais em padrões e em valores ecologicamente desejáveis” (PEREIRA, 2017, p. 247).

Em E23, o proponente UNEA/IMASUL realizou uma ação pontual em EA articulada com atividade esportiva, como parte das comemorações do mês do meio ambiente. A corrida aberta à comunidade foi realizada no Parque Estadual Matas do Segredo, e envolveu ações educativas, como: “contação de estórias; jogos biopedagógicos; observação de aves; cine ambiental; teatro de fantoches e reflorestando o parque (E23), com objetivo de Promover a saúde, bem estar e a qualidade de vida dos participantes, por meio do incentivo à prática esportiva em ambientes naturais” (E23).

A proposta E23 teve uma abordagem educativa por meio de uma prática esportiva, em uma perspectiva ingênua. É claro que a efetividade e transformação social decorrente dessas ações, em uma perspectiva crítica e emancipatória da EA, são distantes dos objetivos trazidos nas ações pontuais como as apresentadas. Entretanto, os proponentes na esfera pública, lançam mão de ações na abordagem conservadora, quando a oportunidade se mostra viável para articular discussões, principalmente no cumprimento do calendário de datas comemorativas como: Dia da Água, Dia da Árvore e Semana do Meio Ambiente.

As propostas PI-CG01 a PI-CG06, do proponente município de Campo Grande, são ações do tipo Programa, e descrevem o Programa Municipal de EA, com abordagem em três linhas de atuação ao longo dos anos de 2018 e 2019, compreendendo uma sequência de atividades e ações no município, algumas delas inseridas na oportunidade de datas comemorativas e outras integradas às temáticas e demandas locais. Observamos a presença do caráter democrático e participativo da EA e das concepções de interdisciplinaridade e discussão intersetorial, trazidos nos enunciados:

[...] objetiva a construção de uma população sensibilizada, consciente e preocupada com o meio ambiente, comprometida em colaborar individual e coletivamente na resolução de problemas atuais e na prevenção de problemas futuros, de acordo com as políticas vigente, valorizando e envolvendo a estrutura da gestão democrática do município, transformando em uma sociedade sustentável (PI-CG01). [...]

Concluiu-se que existe a realização de parcerias entre as instituições públicas e empresas privadas de Campo Grande. Esse tipo de parceria tem contribuído para a difusão da educação ambiental para todos os setores de Campo Grande. A integração das atividades e eventos executados foi necessária para atingir os objetivos propostos para o Programa Municipal de Educação Ambiental em 2018. Foi notada a interdisciplinaridade das ações, alcançando assim uma grande variedade do público-alvo, como foi demonstrado nesse relatório (PI-CG01).

Identificamos nas ações como parte do Programa Municipal a garantia de continuidade e permanência do processo educativo, visto que a ação do tipo Programa demonstra atender um planejamento anual, contemplando o diálogo e construção participativa de diversos setores para a discussão da EA e questões limites no contexto local. Ademais, os resultados das propostas destacam a mobilização e articulação nos espaços de controle social (conselhos e comitês municipais) contribuindo para a garantia permanente do processo educativo, fomentando o círculo virtuoso com desdobramentos de novas iniciativas e ações educativas.

O programa inclui além das ações pontuais como aquelas tratadas em datas comemorativas, outras ações articuladas compondo uma organização estratégica das ações em EA a serem realizadas pelos proponentes no prazo previsto do Programa. Segundo Fracalanza (2004), é comum o desenvolvimento de ações em EA em um calendário ecológico, o que não torna incorreto comemorar as datas sugeridas, “Entretanto, é preciso questionar como as propostas de EA estão sendo praticadas? Que relações estão estabelecidas com as questões limites inseridas na realidade local?” (FRACALANZA, 2004, p. 57).

Em PI-CG02 (Figura 25) e PI-CG04, ações do tipo campanha, voltadas à prevenção das queimadas urbanas nos anos de 2018 e 2019, observamos nas narrativas os princípios do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, presentes na diversidade de abordagem metodológica aos diversos públicos-alvos:

Buscando difundir a temática das queimadas urbanas por todo a cidade, foram realizadas ações de conscientização por meio de palestras, blitz ambiental, entrevistas, distribuição de material educativo e diálogos nas escolas da rede pública de ensino, conselho municipal de meio ambiente, conselhos gestores das áreas de proteção ambiental (apas), eventos, mídia local, entre outros (PI-CG02).

Figura 25. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-CG02, realizada no Município de Campo Grande-MS

The screenshot shows the top navigation bar of the Campo Grande News website. It includes a menu icon, the logo 'CAMPO GRANDE NEWS CONTEÚDO DE VERDADE', contact information '(67) 99669-9563', and a search bar labeled 'Busca'. Below the navigation bar, there are sections for 'As mais lidas', 'Últimas notícias', and 'Meio Ambiente'. The main article is titled 'Campanha alerta a população sobre multa de até R\$ 5 mil por queimadas' and is dated '19/07/2018 16:18'. To the right, there are links for 'Últimas Notícias', 'Notícias', and 'Redes Sociais', along with a newsletter sign-up form labeled 'ASSINE NOSSA NEWSLETTER' and 'Cadastrar E-Mail'.

Fonte: Retirado do relatório anexado à proposta PI-CG02 no SisEA/MS. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/meio-ambiente/campanha-alerta-a-populacao-sobre-multa-de-ate-rs-5-mil-por-queimadas>>.

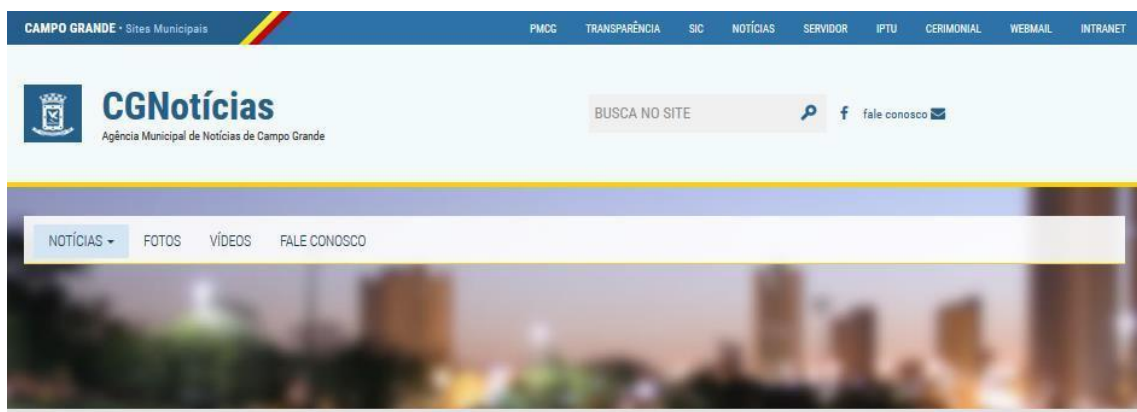
A proposta PI-CG02 fez uma avaliação crítica da ação, apresentando um comparativo dos índices de queimadas antes e após a campanha: “a última reunião ocorreu no dia 27 de dezembro de 2018, finalizando com a apresentação dos relatórios das atividades realizadas e discutindo as melhorias para as ações futuras. Ao todo foram realizadas seis reuniões em um período de seis meses” (PI-CG02).

Entretanto, os anúncios de uma concepção conservadora também são observados em PI-CG04, por meio de práticas voltadas à sensibilização para mudança comportamental da população em:

Realizar ações de educação ambiental junto à população, a fim de reduzir o número de ocorrências a incêndios florestais e urbanos no município de campo grande/ms, ampliando a eficiência da gestão pública, por meio da promoção da transversalidade das ações, bem como visando à redução dos problemas ambientais ocasionados pela prática, por meio da sensibilização da população (PI-CG04).

Os projetos PI-CG03 (Figura 26), de 2018, e PI-CG05, de 2019, denominado “Projeto Diálogos”, foram construídos a partir de um enfoque democrático e participativo, estruturados em reuniões para uma discussão coletiva entre os diversos setores: “Os diálogos são desenvolvidos com o intuito de reunir os diversos setores da sociedade civil e do poder público na discussão dos assuntos voltados à temática ambiental” (PI-CG03).

Figura 26. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-CG03, realizada no Município de Campo Grande-MS



PREFEITURA DE CAMPO GRANDE > CGNOTÍCIAS > NOTÍCIAS > DIÁLOGO DE PRIMAVERA DEBATE BIOMA CERRADO E SEUS SABORES DURANTE SEMANA DA ÁRVORE

DIÁLOGO DE PRIMAVERA DEBATE BIOMA CERRADO E SEUS SABORES DURANTE SEMANA DA ÁRVORE



ÚLTIMAS GALERIAS



14/05/2019

ABERTURA DA SEMANA DA ENFERMAGEM 2019

Abertura da Semana da Enfermagem 2019

ÚLTIMOS VÍDEOS

Fonte: Retirado do relatório anexado à proposta PI-CG03 no SisEA/MS. Disponível em: < <https://www.campogrande.ms.gov.br/cgnoticias/noticias/dialogo-de-primavera-debate-bioma-cerrado-e-seus-sabores-durante-semana-da-arvore/> >.

Nessa perspectiva, as propostas acima concebem o meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade. Essas concepções estão presentes nas abordagens metodológicas ao estabelecer os diálogos entre as temáticas sobre as queimadas, os valores culturais no uso econômico-sustentável dos frutos nativos do Cerrado e as relações das políticas públicas na conservação ambiental. É certo que, o reconhecimento, o respeito à pluralidade e à diversidade são princípios da PNEA e estão previstos na construção metodológica das propostas PI-CG03 e PI-CG05, contextualizando as potencialidades e conhecimentos locais, e que apontam comprometimento com uma EA na vertente crítica e transformadora.

Loureiro (2009) afirma que as normas para a EA no processo do licenciamento ambiental estabelecem diretrizes e princípios inseridos na perspectiva crítica para elaboração dos PEAs dos empreendimentos. Assim, os PEAs possibilitam uma atuação direta nos conflitos ambientais e a reversão das injustiças ambientais, ao impulsionar a articulação e participação de grupos sociais em condições de vulnerabilidade nos processos decisórios que afetam a reprodução do modo de vida de tais grupos, podendo culminar na transformação das realidades de vida dos sujeitos da ação. Assim, o papel esperado da EA no processo do licenciamento ambiental não foi verificado nas propostas L3, L5 e L10 que tornaram a EA inserida de forma muito frágil, não criando condições para transformar o espaço entre o público atingido para uma intervenção de modo qualificado, com capacidade de defender seus interesses e necessidades.

Segundo Quintas (2009), não é evidente para a maioria das pessoas as possíveis mudanças na sua vida cotidiana, em detrimento de atividade com potencial impactos ambientais, produzida pela implantação de empreendimentos. Somado a isso, o autor ainda ressalta que as assimetrias entre grupos sociais nos planos cognitivos e organizativos dificultam ou inviabilizam a defesa dos seus direitos. Nesse contexto é que o PEA torna-se ferramenta importante para a mitigação dessas assimetrias, na medida em que as práticas visam dar capacidade para o enfrentamento das injustiças e desigualdade que podem se apresentar nas forças do capital (representada pelo empreendimento) sobre o direito coletivo (representada pelo grupo social atingido).

Ou seja, a EA como instrumento no processo de licenciamento ambiental é apontada pelas normativas como ferramenta para abrir espaço de diálogo à comunidade afetada para discussões e debates de temáticas e conflitos, gerados ou não pela atividade promotora de impacto ambiental. É esperado dos programas o comprometimento na mitigação das injustiças socioambientais, e que não estão demonstradas nas concepções metodológicas utilizadas nas propostas analisadas, apresentando ações em uma perspectiva reprodutivista de conhecimento. Mesmo os PEAs que se dizem em práticas dialógicas e participativas, estas não mobilizam para as questões-chave frente aos impactos ambientais ou conflitos socioambientais locais, na busca de um sentido emancipatório para a mudança da realidade.

As ações propostas no âmbito da gestão ambiental pública de Campo Grande, apresentam um critério importante de auto avaliação e articulação das ações pontuais. As propostas estão vinculadas a um programa de gestão, garantindo que as ações atendam objetivos e metas, bem como a constantes avaliações, permitindo assim uma permanente melhoria de todo processo (PINHEIRO et al, 2004).

As propostas PI-CG01 e PI-CG06 apresentam ações integradas que visam à articulação de temas e intervenções em diferentes abordagens, em uma perspectiva coletiva e dialógica, para o alcance dos objetivos finais, no médio e longo prazo. Dessa forma, o proponente considera que a partir das práticas em EA planejadas nos programas será possível subsidiar a formulação de políticas públicas, produto viável por meio de diálogo participativo e democrático com os diferentes sujeitos e atores envolvidos nas ações. Ou seja, propostas do tipo Programa que visam ações articuladas e voltadas à formação em EA, podem colaborar para resultados significativos que geram maior capacidade técnica para a continuidade da EA, para o alcance de mudanças efetivas. Tais práticas em uma perspectiva crítica compreendem que a educação é relação e se dá no processo e não, simplesmente, no sucesso da mudança comportamental de um indivíduo (GUIMARÃES, 2004).

De modo geral, as propostas demonstraram narrativas ora na perspectiva conservadora, como em PI-CG04 voltada à mudança comportamental como finalidade da ação educativa, ora na perspectiva crítica da EA, como em PI-CG01, PI-CG06, PI-CG03 e PI-CG05 que estiveram fundamentados no caráter democrático e participativo para a discussão coletiva dos problemas socioambientais, junto aos diversos setores como os Conselhos Gestores de Unidades de Conservação (UC) do município.

Entretanto, quando as intervenções do tipo palestras, treinamento, distribuição de material informativo/educativo, seminários, oficinas e capacitação, não estão ancoradas na concepção pedagógica transformadora e reflexiva, esvaziam as proposições de EA. Tais práticas descritas, quando entendidas dentro do processo pedagógico como atividade-fim, e que estão apontadas nas análises, se apresentam não articuladas, sugerindo uma perspectiva pedagógica do tipo conteudista, com vista à mudança de comportamento a partir da transmissão de novos conhecimentos, não sendo identificadas como promotoras de reflexão, construção de conhecimento e transformação em um processo que se dá em uma prática social crítica.

Loureiro (2019), ao discutir sobre as finalidades das ações, em uma concepção crítica, retrata que a atividade em si não define a perspectiva de EA com a qual se trabalha. É preciso compreender em que sentido no processo educativo essa abordagem provoca nas relações educacionais. Ao adotar uma perspectiva mais tradicional e conservadora de EA, a finalidade da ação está na imediatez do comportamento individual, ou caso a vertente da EA se volte à formação humana e cidadã, a atividade se torna meio que ao articular com outras ações poderá então atingir o objetivo fim, conforme verificamos em PI-CG01 e PI-CG06.

Ainda, as propostas apresentam significativa atuação e mobilização dos setores da sociedade civil, principalmente nos espaços de diálogos nos conselhos gestores das UCs e conselhos municipais. Segundo Quintas (2009), cabe ao Estado criar as condições necessárias para concretizar o controle social da gestão ambiental, incorporando a participação de amplos setores da sociedade nos processos decisórios sobre a destinação dos recursos ambientais e, dessa forma, torná-los transparentes. Essa dimensão participativa da EA, permanente e presente nas propostas analisadas, mesmo que em algumas destas sejam por meio de ações pontuais e campanhas, assume uma concepção de EA transformadora que possibilita torná-la elemento estruturante para transformação social.

Além disso, podemos inferir que o proponente mesmo apresentando em partes dos discursos textuais de seus interlocutores, referências de uma EA conservadora, como em PI-CG02 que trata dos objetivos o alcance da tão divulgada “conscientização” por meio de palestras e entrega de material informativo (folhetos e *folders*), a perspectiva crítica e reflexiva também está presente de forma híbrida nas propostas analisadas, ao retratar o diálogo articulado e permanente nas escolas da rede pública de ensino, conselho municipal de meio ambiente e conselhos gestores das áreas de proteção ambiental (APA).

5.4.2.2. Região da Grande Dourados

Esta é uma região que passou por um rápido crescimento econômico baseado na exploração da pecuária e de grandes lavouras (soja, milho e trigo), concentradas nos municípios de Maracaju, Caarapó, Rio Brilhante, Itaporã e Dourados, sendo este último um dos maiores centros do agronegócio no Brasil. Em consequência da exploração das atividades econômicas, hoje resta pouco da cobertura vegetal original na região (Semade, 2015).

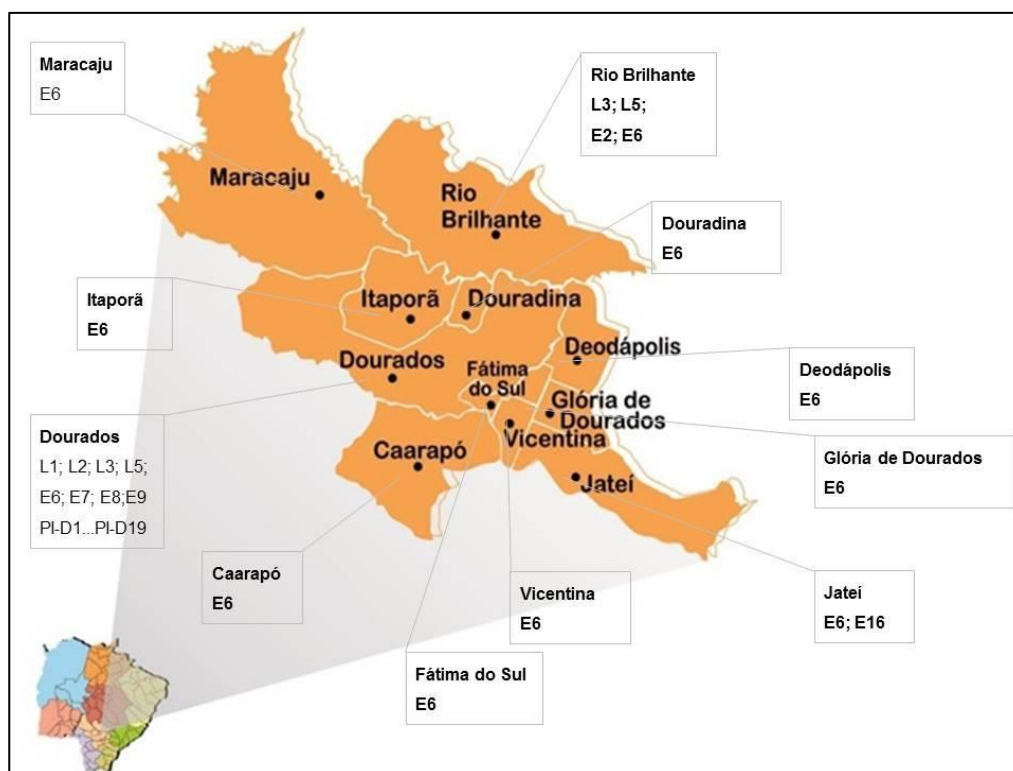
Assim, a região da Grande Dourados é um esteio da agricultura do MS, embora tenha havido em tempos recentes um recrudescimento de terras agricultáveis em favor da pecuária, com presença muito forte na produção de soja, milho e cana de açúcar, mais recentemente em larga escala, para produção de álcool. Assim, os cursos d’água são os principais receptores de toda carga de efluentes agroindustriais, o que compromete a qualidade da água, utilizada para consumo nas cidades da região, agravado pelo desmatamento que tem provocado o desaparecimento continuado do Bioma do Cerrado e comprometendo, com a poluição (ainda controlada), vários corpos d’água, inclusive suas nascentes (MATO GROSSO DO SUL, 2015).

Os investimentos industriais, nos últimos dez anos, contabilizaram um total (materializado ou em intenção) superior a R\$ 300 milhões, com subsídios governamentais, de investimentos direcionados, em especial, ao setor agroindustrial. O setor industrial está voltado ao atendimento das atividades primárias com as áreas de esmagamento de soja, álcool e abate de animais, transformando a região em polo na produção de álcool e açúcar no Estado. Assim, Dourados é o principal pólo industrial, comercial e de serviços da Região, com destaque estadual (Semade, 2015).

Em virtude do grande desenvolvimento e seus impactos, instrumentos utilizados como ferramenta para o planejamento e gestão ambiental como o Zoneamento Ecológico Econômico apontam a necessidade de um cuidado especial para com as matas ciliares, várzeas e fragmentos de vegetação nativa, em especial, ao longo do rio Ivinhema, onde se assenta a proposta de um Corredor de Biodiversidade. Outro aspecto muito relevante discutido trata do cuidado dispensado às lavouras, em função do uso de agrotóxicos (MATO GROSSO DO SUL, 2015). Somado a essas questões ambientais, não podemos nos furtar da importante demanda de discussões de políticas públicas voltadas à demarcação de terras indígenas e outros assuntos pertinentes, visto que a região ocupa o segundo lugar em termos populacionais da população indígena do Estado.

As análises qualitativas seguem sendo realizadas a partir das propostas finalizadas inseridas para esta região, incluindo as três demandas de cadastro no SisEA/MS, que estão distribuídas nos municípios de Deodápolis, Dourados, Glória de Dourados, Jateí, Maracaju, Rio Brilhante, Douradina, Vicentina, Fátima do Sul, Caarapó e Itaporã. Para a análises das propostas da demanda Programa ICMS Ecológico foi definido o município de Dourados como polo da região da Grande Dourados (Figura 27).

Figura 27. Distribuição das ações finalizadas definidas para análise para a Região da Grande Dourados



L = Ações finalizadas para a demanda Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental; E = Ações finalizadas para a demanda Ação espontânea e Outras Demandas; PI = Ações finalizadas para a demanda Programa ICMS Ecológico. As ações estão relacionadas de acordo com os códigos de identificação nos Anexos 3, 4 e 5.

Fonte: Organização da autora, adaptado de SEMADE (2015) a partir dos dados disponibilizados no SisEA/MS

Foram utilizados para as análises os fragmentos dos elementos textuais das propostas optando por transcrevê-las *ipsis litteris* ao longo dos resultados, mantendo-se inclusive as eventuais incorreções do ponto de vista ortográfico ou gramatical.

As propostas L1 e L2 tratam de ações educativas do tipo programa, localizadas no município de Dourados-MS, e realizadas como condicionante do processo de Licenciamento Ambiental da empresa *Coamo Agroindustrial Cooperativa*, cuja atividade industrial envolve o esmagamento, processamento e refinaria de óleo de soja.

Em L1, verificamos nos discursos textuais dos objetivos o seguinte trecho: “propiciou as condições básicas para que todas as pessoas envolvidas [...], assumissem atitudes e comportamentos que estivessem em harmonia com o meio ambiente”. Este fragmento mostra os anúncios de uma visão moralista da EA, ancorados na concepção pedagógica tradicional. Verificamos no relatório de execução do PEA que as ações tanto voltadas à população (comunidade e comunidade escolar) como aos trabalhadores estão orientadas para a

adoção de hábitos seguros no uso de espaços ocupados pelo Empreendimento e no seu entorno, minimizando o risco de acidentes; identificação e prevenção de problemas de caráter ambiental; Capacitar o público interno sobre a possibilidade de ocorrência de impactos envolvendo meio ambiente e as formas de mitigação desses impactos e problemas; Promover o consumo consciente (L1).

Entretanto, não ficaram claras quais atitudes e comportamentos são esperados de forma harmônica com o meio ambiente após as intervenções realizadas. Loureiro (2019) afirma que os problemas e temas ambientais não são neutros ou passíveis de resolução apenas pela intervenção técnica ou pelo desejo individual. A visão moralista e conservadora como determinante para novas posturas ficam evidentes quando o proponente estabelece a relação das atitudes ambientalmente corretas ou aceitas quando os sujeitos compreendem uma conduta a partir do seu juízo moral sobre o meio ambiente.

Os procedimentos metodológicos descrevem que a atividade consiste na realização de palestras com todos os trabalhadores e que trataram de assuntos como: abordagem das questões ambientais locais, regionais, nacionais; conservação da fauna e da flora; gerenciamento de resíduos sólidos; emissão de poeiras, gases, ruídos e vibrações; práticas ambientalmente sustentáveis; prevenção e minimização dos impactos ambientais e sociais; prevenção e combate às queimadas; proteção ao meio ambiente e resolução dos problemas ambientais. Por fim, a atividade buscou coibir as ações predatórias sobre a fauna e flora, lançamento de resíduos em locais inadequados ou outras atitudes nocivas ao meio ambiente e à vizinhança.

Na apresentação dos resultados o proponente apresenta que a pesquisa de percepção ambiental foi importante para a definição dos temas a serem abordados nas atividades, e que a distribuição do material informativo atendeu a meta ao relacionar o quantitativo de exemplares distribuídos aos trabalhadores. Dessa forma, os resultados são detalhados de forma muito subjetiva, pois não há indicadores para demonstrar como os objetivos foram alcançados, ou qual processo avaliativo foi utilizado para essa verificação.

A narrativa deixa clara uma visão educativa em que os sujeitos são treinados e capacitados para a resolução de problemas, em uma tendência tecnicista, em uma perspectiva utilitarista do meio ambiente, desconsiderando as questões sociais que envolvem as questões abordadas. As práticas educativas como a entrega de material informativo (folders) e realização de palestras para a comunidade escolar e trabalhadores do empreendimento se deram na perspectiva do uso racional dos recursos naturais, a partir de sugestões de práticas sustentáveis e ambientalmente corretas para a gestão ambiental da empresa.

Destacamos nos discursos das práticas metodológicas em L2, forte engajamento do proponente, por meio do PEA, para construir um ambiente de consenso e aceitação do público-alvo sobre as questões afetas para a implantação do empreendimento, conforme o trecho a seguir: “foram realizadas palestras e distribuídos materiais informativos, de modo a buscar um apoio e conscientização dos envolvidos no processo de instalação da Subestação Coamo no que tange à questões de cunho ambiental” (L2).

Em L2, o discurso de sustentabilidade da proponente parte de um interesse empresarial, e que é opostos àqueles sujeitos atingidos pelas atividades econômicas realizadas pelo empreendimento. De acordo com Guimarães e Plácido (2015) ao pensar a sustentabilidade é preciso entender que esta se constitui em um fazer educativo de uma sociedade heterogênea, composta por interesses diversos. Nesse sentido, a classe de trabalhadores ou os atingidos pela implantação de um empreendimento, são oprimidos pelo poder do capital representado pelos empreendimentos, na concepção freiriana, e que são subjugados e expostos à degradação dos impactos socioambientais causados pelos grandes empreendimentos.

A partir das informações obtidas pelas propostas L1 e L2 podemos afirmar que as ações se deram em um contexto de uma EA Conservadora, visto que os programas não envolveram a contextualização dos conflitos e disputas locais, nas áreas de tensões entre a atividade promotora de impacto ambiental e a comunidade local, como possíveis temáticas. Os objetivos se apresentam imersos nos conceitos de conscientização, utilizados em um viés do senso comum, voltados a informar ou ensinar um conhecimento aplicado para um novo comportamento ambientalmente correto. No campo da EA, em uma dimensão política, o sentido de “Conscientização” só cabe quando aplicado pela perspectiva freiriana (LOUREIRO; TORRES, 2014), que diverge da proposta apresentada.

E2 trata de uma ação do tipo Programa realizada pelo proponente Associação das Revendedoras de Indústrias e Agrotóxicos de Rio Brilhante, que tem como principal atividade a gestão da logística reversa das embalagens dos produtos agrotóxicos. A ação não atende aos parâmetros considerados como ato educativo, conforme a descrição do objetivo:

[...] divulgar os resultados alcançados pelo sistema campo limpo responsável pela logística reversa das embalagens vazias de produtos fitossanitários pós consumo; apresentar o trabalho realizado na unidade de recebimento e os resultados obtidos a todo a comunidade local (E2).

O recorte textual remete a uma ação de comunicação que visa divulgar os resultados sobre uma campanha de logística reversa das embalagens de agrotóxicos. Ou seja, a proposta

não discute de que forma a EA se insere para mobilizar o envolvimento dos sujeitos para a execução da ação, por exemplo.

Nesse sentido, partindo do pressuposto de uma EA Crítica que entende a educação como um ato político e intencional, com finalidade na superação das formas de dominação e expropriação que determinam as injustiças sociais e ambientais (LOUREIRO, 2015), a AD desvela na narrativa de E2: “o dia nacional do campo limpo tem a finalidade principal de cumprir a Lei 9974/00 no seu artigo 19, parágrafo único: ? as empresas produtoras e comercializadoras de agrotóxicos (E2)”, como uma prática laboral que visa o atendimento institucional de políticas ambientais (normatização de gestão ambiental), para a destinação adequada de resíduos.

Assim, a proposta E2 trata de um evento que, se entendido como ação educativa, foi formulado na intencionalidade mercadológica empresarial, a fim de promover o “bom” desempenho das condutas ambientais da empresa, conforme os anúncios dos elementos textuais a seguir:

[...] visita às instalações da unidade de recebimento; visita aos standes das empresas parceiras; plantio de mudas de árvores nativas com os alunos presentes; realização de uma ação social com presença de equipe médica realizando medição de pressão e teste de glicemia nos adultos presentes; encerramento com um lanche aos participantes; programação pós evento: palestras nos cursos técnicos, universidades do município com intuito de apresentar o sistema campo limpo e sua atuação; cerimonial de entrega dos prêmio aos vencedores dos concursos de desenho e redação do programa de educação ambiental campo limpo (E2).

Segundo Guimarães e Plácido (2015), a educação é um lugar também de disputas de sentidos e interesses, ou ela está a serviço da transformação e da emancipação dos sujeitos, ou, corrobora para com a alienação e perpetuação da ordem vigente. Assim, a proposta E2 como ação educativa em EA, denuncia os discursos e interesses trazidos pelos organismos que representam posições políticas da hegemonia do agronegócio, com forte atuação no MS, e em especial na região da Grande Dourados, dada sua forte aplicação na atividade de lavoura, movimentando o comércio de agrotóxico.

Segundo Lamosa (2015), a organização do agronegócio vem trabalhando arduamente para a transformação da imagem do empresariado rural frente à sociedade civil. O autor revela que a comunicação positiva do setor vem se materializando historicamente com o fortalecimento da unidade política, Programas educacionais na escola e políticas ambientais de selo verde, fundamentais para a execução do projeto de poder que conformam o atual cenário político no Brasil.

Podemos relacionar o esforço para a campanha de imagem positiva do setor do agronegócio nos enunciados trazidos na proposta E2 ao utilizar a nomenclatura “defensivo agrícola” quando se refere aos agrotóxicos. O Brasil tem marcado grandes discussões e controvérsias na adoção dos termos “defensivos agrícolas”, “produtos fitossanitários” e “pesticidas”, que passaram a denominar como venenos agrícolas ou agrotóxicos após grande mobilização civil, para evidenciar a toxicidade desses produtos. Tais conceitos que incluem adjetivos como “defensivos” representam uma intencionalidade que pretende ocultar a verdadeira natureza tóxica desses produtos, e que a partir da Lei n. 7.802/89 foram definidos legalmente como agrotóxicos (ALMEIDA, 2009; SPADOTTO *et al.*, 2004). Assim, compreender e analisar tais propostas, especialmente quando tratam de interesses do agronegócio, podem demonstrar os caminhos obscuros do fazer educativo a favor do capital, que está sendo estabelecido no contexto escolar e fora dele, e que se apresentam no campo da EA do MS.

Já E16 trata de uma proposta do tipo Campanha que foi realizada pelo IMASUL, aos diversos municípios do entorno do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema, e que, para a regional de Dourados, envolveu a cidade de Jateí. No detalhamento da proposta não há descrição sobre como se deu a prática educativa por meio das palestras realizadas, nos levando a conjecturar como uma ação estruturada na perspectiva conservadora da EA, tendo em vista que as práticas permearam no contexto da sensibilização, atividades lúdicas e contemplativas, conforme descrito nos objetivos e procedimentos metodológicos:

[...] comemorar os dez anos de existência do parque e divulgar sua importância como principal ferramenta para a manutenção da biodiversidade e dos recursos hídricos na região [...] (E16).

Foram realizadas palestras nos municípios que compõem o PEVRI, foram selecionadas 120 crianças que participaram posteriormente da atividade “Um Dia no Parque”; [...] incluiu animação salto de tirolesa com a participação do Corpo de Bombeiros, Teatro de Fantoques e Passeio no Barco de Educação Ambiental da CESP – Companhia de Energia Elétrica de São Paulo e visita ao destacamento da Polícia Militar Ambiental dentro do Parque (E16).

As propostas E6, E7, E8²³ e E9 foram realizadas pela proponente Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul (SANESUL). E6, classificada como projeto, foi realizada envolvendo a temática Formação em EA e Água, com os seguintes objetivos: “disseminar informações alusivas à importância do saneamento básico e a preservação do meio ambiente, utilização racional da água e uso correto do esgotamento sanitário, com entrega de materiais

²³ A Proposta E8 de abrangência Regional incluiu a região de Campo Grande, sendo que a análise discursiva já foi apresentada anteriormente nesta região.

pedagógicos, através de ações sociais em escolas e demais segmentos sociais”. A proposta não apresentou o detalhamento dos procedimentos metodológicos, no resumo e os resultados da proposta, impedindo uma análise mais aprofundada dos discursos presentes, como por exemplo, os seguintes trechos, respectivamente: “[...] educação ambiental através de palestras educativas (E6); Registros de um público de aproximadamente 31.000 pessoas no âmbito das escolas e sociedade civil” (E6).

Em E7, proposta do tipo ação pontual foi realizado o “Concurso de Redação 2013”, a partir do objetivo “conscientizar sobre preservação ambiental e cuidados com a água, além de melhorar a escrita dos alunos do 6º a 9º ano do ensino fundamental”. A proposta não apresentou detalhamento das descrições, não ficando claro como contribuiu para o desempenho dos alunos, conforme descrito nos resultados e de que forma os princípios da EA fundamentaram as ações. Em E9, proposta do tipo Programa também não descreve em detalhe os procedimentos metodológicos adotados, tão pouco como foram mobilizados os princípios da EA e temáticas abordadas nas oficinas e palestras realizadas, entre os anos de 2007 e 2008.

Em suma, as propostas educativas apresentadas pela SANESUL envolvem a temática água de forma reducionista, em uma perspectiva antropocêntrica e utilitarista na natureza. Os resultados que encontramos a partir da AD, mesmo que nos limitados elementos textuais disponíveis nas propostas, vão ao encontro das reflexões trazidas por Orsi (2008), ao analisar projetos em EA no Estado de São Paulo. As intervenções trazem grande ênfase nos aspectos econômicos individuais do uso da água, sem relação aos aspectos políticos, tecnológicos, sociais e culturais de forma mais ampla. A autora reforça que com o desenvolvimento de práticas sem a articulação dos conhecimentos e valores, corre-se o risco de ações que resultam em ativismo sem provocar mudanças significativas na realidade.

PI-D01, proposta do tipo Projeto, PI-D10 e PI-D14, ações pontuais realizadas em 2018 e 2019, envolveram atividades em comemoração ao Dia da Árvore. As propostas revelam nos enunciados descritos nos objetivos “informar e sensibilizar a sociedade em geral e a comunidade escolar... sobre a importância do respeito e da preservação do meio ambiente, mais especificamente, sobre o dia da árvore”(PI-D10). É uma compreensão reduzida do conceito meio ambiente, voltado apenas ao aspecto biológico e isolado das questões sociais.

Os procedimentos metodológicos da proposta PI-D01 são concebidos em uma perspectiva conservadora da EA, com atividades sem um caráter reflexivo da questão ambiental, do tipo:

[...] plantio de mudas de árvores nativas e frutíferas no parque rego d'água primo fioravante vicente com a participação de diversos alunos de escolas do

município e a comunidade em geral; [...] apresentar todos os desenhos/textos/ cartazes e as mudas de feijão? Em uma exposição na praça antonio joão no centro do município de dourados. Também será realizado no local gincanas e abordagens à população sobre o tema, além de doação de mudas, sementes e cartilhas de educação ambiental (PI-D01).

Através da AD compreendemos nas propostas acima uma narrativa de educação que percebe o mundo de forma dicotômica, separando o ser humano do ambiente natural, não consideram o ambiente em sua totalidade, desvinculando a questão social e ecológica na prática em EA. Loureiro (2015) esclarece que um dos princípios da PNEA se refere ao ambiente em sua totalidade, asseverando que o mesmo é a própria síntese da relação sociedade-natureza, o que torna a questão ambiental transversal ao conjunto das relações sociais e naturais.

Em PI-D02, PI-D09 e PI-D13, ações pontuais realizadas em 2015, 2018 e 2019, a partir da temática água e PI-D05, envolvendo a temática Biodiversidade, os elementos textuais demonstram discursos com tendências conservadoras da EA, revelados nos conceitos trazidos de responsabilidade individualizada das ações para a resolução do problema, em uma ação ingênua e apolítica, encontradas nos trechos:

[...] se reuniram na escola para assistirem ao teatro de fantoches e conversar sobre as maneiras de economizar água em casa e na escola. Alguns alunos relataram suas experiências e aconselharam os colegas (PI-D02);
Em tempos de crise no abastecimento, vale ressaltar que temos nossa parcela de culpa e podemos contribuir para reverter este quadro. Ensinar as crianças a respeitar, valorizar a biodiversidade (PI-D09).

As práticas educativas demonstram uma vertente de educação que não está fundamentada na finalidade da formação humana cidadã, visto que os objetivos visam tão somente à mudança de comportamento (excluindo a visão de mundo e valores éticos), e não indicam que um processo educativo esteja se estabelecendo. Segundo Guimarães (2000a) a sociedade não é expressão da soma dos comportamentos individuais, mas é nas relações socialmente produzidas na história. Não basta cada um fazer a sua parte e dar o exemplo, é necessário, portanto, não dissociar indivíduo e sociedade para que os objetivos da EA se realizem.

Ainda, os elementos textuais denunciam por meio da AD uma narrativa que revela como o discurso hegemônico altera as percepções das relações de causa e efeito da crise ambiental instalada. A narrativa a seguir, sistematiza as distorções do discurso em prol do capital com a construção lógica de que o processo de formação das crises econômicas é

causado pelas problemáticas ambientais que afetam na queda na produção agrícola e industrial, prejudicando o mercado financeiro:

[...] a falta de água tem ligação direta com o aquecimento global, mudanças climáticas, entre outros. O que causa temperaturas elevadas e a falta de chuva. Afetando diretamente a produção agrícola e a produção industrial, causando crises políticas e econômicas que, como consequência, geram conflitos (PI-D13).

O aspecto conteudista também está presente nas narrativas denunciando uma concepção pedagógica tradicional, ancorada no positivismo científico. O pensamento teórico desvelado na AD mostra um enunciado de uma EA que está pautada na transmissão do conhecimento (científico) como o suficiente para alcançar os resultados almejados.

Foram realizadas ações com os alunos das escolas da cidade de Dourados/MS, essa parceria resultou na disseminação de conteúdo e confecção de cartazes explicativos sobre a importância da água e sua preservação. No dia da água propriamente dito, montamos na praça central da cidade um estande para que dessa vez a população fosse conscientizada, fizemos uso também de panfletos e cartazes (PI-D09).

Essa é uma condição peculiar do paradigma científico positivista, muito frequente em propostas de EA na vertente comportamentalista, que descarta outros aspectos no processo educativo, como as experiências, saberes e formação ética, e que podem ser determinantes para a prática na EA. Segundo Guimarães (2000b), não podemos partir do princípio que as pessoas agem de modo inadequado apenas porque desconhecem determinadas informações, e que caso tomem conhecimento passariam a fazer o que é certo de modo imediato, esquecendo-se que somos constituídos por múltiplas mediações que condicionam nossas ações no mundo para além do que se conhece ou se acredita.

Em PI-D03, proposta do tipo Projeto, e PI-D18 (Figura 28), classificada como campanha, estão voltadas à temática Poluição, com ações envolvendo a transmissão de informações e campanhas de limpeza nos quintais e residências, com a distribuição de panfletos e cartilhas de EA, exposição de banners e maquetes, demonstração de combate a pequenos incêndios e distribuição de mudas. Os procedimentos metodológicos demonstram a construção de uma prática educativa comportamentalista, para a mudança de atitudes sem a mobilização da mudança de pensamento e reflexão, em uma tendência conservadora a partir de práticas realizadas em uma abordagem ingênua da EA, não problematizando as questões sociais que permeiam o aspecto ambiental, no município de Dourados.

Figura 28. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-D18, realizada no Município de Dourados-MS.

DOURADOS

Mutirão contra dengue faz 'limpa' no comércio, atendimento em saúde e doação de cães no Centro

27 abril 2019 - 10h49 | Por Vinícios Araújo



Ação acontece até às 12h. - Crédito: Vinícios Araújo/Dourados News

A ação 'Sábado sem Mosquito', fruto de uma parceria do CCZ (Centro de Controle de Zoonoses), Secretaria de Saúde e IMAM (Instituto de Meio Ambiente) de Dourados, fez um verdadeiro 'limpa' nos comércios da área central da cidade e levou para a Praça Antônio João nesta manhã (27) atendimentos em saúde e até doação de cães.

Fonte: Retirado do relatório anexado à proposta PI-D18 no SisEA/MS.

Em PI-D18, os elementos textuais apontam para ações que visam o adestramento das atitudes para a correta separação e destinação dos resíduos, que podem ser verificados nos trechos em destaque sobre os procedimentos práticos e objetivos da proposta:

Nas sextas-feiras, agentes de endemias, agentes de saúde e educadores ambientais faziam a sensibilização e orientação dos moradores em relação ao lixo acumulado e a coleta a ser realizada. A campanha enfatizou a transmissão de informações e dados sobre casos das doenças, a importância do não acúmulo de lixo, as formas de descarte correto [...] (PI-D18).

Esse tipo de ação em EA é denominado por Cruz (2015) em uma concepção prescritiva e normativa da educação, para o alcance de resultados positivos à população, mas que não se inserem com princípios democráticos, participativos e de valores às ações. Segundo a autora, é necessário superar o individualismo nessa abordagem educativa para a construção de práticas críticas e transformadoras, corroborando com Layrargues (2020) sobre a ideia de rompimento da narrativa de que o indivíduo em seu cotidiano é o maior, ou o único, responsável pela transição à sustentabilidade, e que o mesmo ocupa a posição central na raiz da crise ambiental.

Em PI-D04, proposta do tipo Projeto, tratou das orientações à população sobre a coleta seletiva; em PI-D06, a ação envolveu o tema resíduos com a comunidade indígena, do município de Dourados; e PI-D17 (Figura 29) foi uma campanha realizada para a coleta de lixo eletrônico. As propostas não envolvem as questões sociais inerentes ao tema resíduos sólidos, como a problematização e a atuação dos catadores de recicláveis por meio da Associação atuante no município. No trecho em destaque, o grupo social vulnerável, apenas é citado no processo de destinação dos resíduos e não aparece envolvido na construção da proposta educativa: “os materiais recicláveis são recolhidos e encaminhados para a Associação dos Agentes Ecológicos de Dourados (Agecold) e os demais resíduos vão para aterro sanitário Municipal” (PI-D06).

Figura 29. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-D17, realizada no Município de Dourados-MS.



Fonte: Retirado do relatório anexado à proposta PI-D17 inserido no SisEA/MS pelo proponente

Os procedimentos metodológicos mostram pela AD narrativas fundamentadas em uma EA comportamentalista, que busca o adiestramento ambiental para a separação correta dos resíduos, e não aborda reflexões mais profundas como a relação de consumo e origem do lixo produzido, conforme o trecho em destaque:

A gincana na escola municipal professor Manoel Santiago foi muito proveitosa, os alunos se divertiram enquanto aprendiam como fazer a separação correta dos resíduos e a importância disso na preservação do meio ambiente (PI-D04);

Por isso, é importante as comunidades indígenas se preocuparem em encontrar soluções para descartar o lixo, que tem crescido com o aumento do consumo de produtos industrializados e, também, em encontrar formas de controle para que não se acumulem amontoados de lixo nas terras indígenas (PI-D06).

A abordagem descontextualizada da relação resíduos x consumo é criticada por educadores ambientais, pois acabam fundamentando projetos imediatistas para uma discussão que não promove reflexões profundas, e que estão evidentes nos trechos a seguir, em uma perspectiva de educação com fins instrumentais, e que estão dissociados do pensamento emancipatório e reflexivo da EA Crítica:

A instalação de contêineres de lixo em pontos específicos, principalmente em escolas, que são grandes geradores de lixo, mostra-se a melhor alternativa para reduzir o volume de resíduos queimados e descartados incorretamente; A campanha teve como foco a sensibilização da população e a coleta propriamente dita. No que se refere à sensibilização, palestras foram realizadas com foco nas consequências da poluição ambiental e no correto

descarte dos resíduos, entre eles o lixo eletrônico, momento em que era informado sobre a campanha, foi realizado o trabalho de sensibilizar e informar a população sobre a ação, através de palestras, divulgação na rádio, tv, jornais e facebook, esclarecendo sobre o dia, o local e quais materiais seriam recolhidos (PI-D06).

Lima (1999) identificou os principais reducionismos apontados, em algumas ações, ao tratar da temática Resíduos, e que estão presentes nas análises inferidas aqui. Segundo o autor, as propostas discutem a questão do lixo (resíduos sólidos) como um problema essencialmente técnico. Todavia, praticamente não se discute os interesses profundos do capitalismo, o imperativo de fazer crescer os lucros pelos ganhos obtidos com a venda de mercadorias, a obsolescência artificial das mercadorias e a indução ao consumo orientada pela publicidade. A ausência de reflexões mais aprofundadas está presente nas propostas em análise nesta pesquisa.

Por exemplo, em PI-D06, que envolveu o tema Resíduos em uma comunidade indígena, ficou evidente que a resolução das problemáticas esteve voltada para a disponibilidade de um contêiner, para a disposição adequada do lixo, desconsiderando o fazer educativo no contexto local, mobilizando os saberes e características, em uma comunidade tradicional. A proposta educativa se pautou em uma perspectiva técnica, ignorando que o espaço educador que se insere na proposta é ocupado por indivíduos pensantes parte do coletivo de comunidades tradicionais com saberes e questões ambientais férteis para a reflexão social, e construção de uma proposta educativa participativa, crítica e dialógica.

Em PI-D07, observamos uma ação do tipo Pesquisa realizada com os colaboradores da Agecold, que visa organizar e sistematizar informações, a partir da aplicação de questionários e entrevistas aos associados. A pesquisa do tipo investigativa pretende construir um diagnóstico do cenário local, para as formulações de ações futuras em EA, evidenciando a individualidade e compromisso com o grupo vulnerável socioambientalmente, respeitados os princípios da EA na PNEA e a perspectiva crítica da EA, e que estão descritas abaixo:

Identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos associados, tanto no ambiente interno à associação, quanto na comunidade em que vivem [...]sendo seus resultados uma contribuição para o re (conhecimento) dessas pessoas e para orientação das políticas públicas municipais (PI-D07).

Em PI-D08 (Figura 30) e PI-D19 (Figura 31), ações do tipo Projeto, buscaram articular a EA com o tema saúde e bem-estar, por meio da alimentação saudável.

Promover a educação ambiental e levar informações pertinentes aos alunos, de forma prática, explorando a importância dos pomares no provimento de uma alimentação saudável (PI-D08).

Buscou promover a educação ambiental e levar informações pertinentes aos alunos, de forma prática, explorando a importância dos orgânicos no provimento de uma alimentação saudável e o reuso de pneus inservíveis como obra prima para essas hortas escolares, promovendo a reutilização de um resíduo que é descartado de forma incorreta em aterros e terrenos baldios (PI-D19).

Figura 30. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-D08, realizada no Município de Dourados-MS.

DOURADOS
PREFEITURA
COMPROMISSO
COM AS PESSOAS

Imam

Dourados, 19 de dezembro de 2018.

IMAM CIDADÃO SERVIÇOS NOTÍCIAS CONCURSO AÇÕES E EVENTOS

Imam e Semed finalizam segunda etapa do projeto "Pomar na Escola"

Na sexta-feira (7), foi finalizada pelo Instituto do Meio Ambiente (Imam), em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (Semed), a segunda etapa do projeto "Pomar nas Escolas", que contemplou as unidades escolares do campo.

O projeto iniciado no mês de junho, na escola Fazenda Miya – polo teve continuidade em novembro. Foram em torno de 900 alunos beneficiados com o plantio de 220 mudas das variedades de limão, laranja, poncã, amora, goiaba, ameixa, jabuticaba, acerola, tamarindo, pitanga, cajá-manga, maracujá e nêspera.

"O projeto é voltado à uma produção de frutas que será destinada para o próprio consumo da escola. No ato do plantio e durante o cuidado para com a planta, estamos ensinando aos estudantes a importância de se ter uma alimentação saudável, sem agrotóxicos, e fomentando o cuidado com o meio ambiente", ressaltou o diretor do

Alunos participaram do plantio e, depois de receberem instruções do departamento de educação ambiental do Imam, cuidando das plantas.

Imam, Fabiano Costa.

A manutenção dos pomares instalados será feita pelos alunos e professores após orientação da equipe do departamento de Educação Ambiental do Imam. "O projeto teve uma boa receptividade e um resultado excelente. A previsão é que retorne no mês de fevereiro de 2019 e o objetivo é contemplar escolas da cidade", explicou a educadora ambiental, Deisy Claro Duarte.

Em 2018, o Imam foi protagonista de inúmeras ações de educação ambiental, bem como de atividades de fomento ao cuidado com o meio ambiente.

Fonte: Página oficial Facebook do Instituto do Meio Ambiente de Dourados, retirado do relatório anexado à proposta PI-D08 no SisEA/MS

Figura 31. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-D19, realizada no Município de Dourados-MS.

DOURADOS
PREFEITURA
COMPROMISSO
COM AS PESSOAS

e-SIC

Dourados, 05 de novembro de 2019.

CIDADÃO EMPRESA SECRETARIAS TRANSPARÊNCIA

Imam inaugura projeto Horta com Pneus no Ceim Professora Argemira Barbosa

O Departamento de Educação Ambiental do Imam (Instituto do Meio Ambiente) e o Ceim Professora Argemira Rodrigues Barbosa realizará na próxima sexta-feira, dia 13, às 8h30, a inauguração do projeto Horta com Pneu no Ceim Professora Argemira Rodrigues Barbosa, localizada no Residencial Harrison de Figueiredo II.

Será a segunda unidade escolar da rede municipal a receber o projeto, desenvolvido para atender às escolas e centros de educação infantil, proporcionando aos alunos uma alimentação saudável e sustentável, a partir do plantio e cultivo das hortaliças, por eles mesmos.

O projeto tem como objetivo promover a prática ambiental por meio da educação nas escolas de Dourados, a partir da implantação de hortas que utilizem como matéria-prima pneus inservíveis do eco ponto do município.

A primeira escola a ser atendida foi a Dr. Camilo Hermelindo da Silva, localizada na Linha do Barreirinho, distrito de Indápolis. Naquele estabelecimento de ensino da zona rural, o projeto garante alimentação para 150 alunos.

Desde a Implantação e depois de 1 mês de cuidados pelas crianças e técnicos do departamento de Educação Ambiental.

Fonte: Site Oficial Prefeitura de Dourados-MS, retirado do relatório anexado à proposta PI-D19 no SisEA/MS

As ações PI-D11 (Figura 32) e PI-D12, ambas edições de 2018, e PI-D15, edição de 2019, foram realizadas em comemoração ao dia do Meio Ambiente, em parceria com instituições de ensino, universidades e Polícia Militar Ambiental. As atividades educativas estão fundamentadas em uma perspectiva tradicional e conservadora da EA, e remetem a um viés conteudista e imediatista: “a ação visou disseminar informações sobre o meio ambiente, por acadêmicos de engenharia ambiental da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e Centro de Controle de Zoonose (CCZ) e buscar através da doação de mudas, tornar a meio urbano de dourados mais verde” (PI-D11).

Figura 32. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-D11, realizada no Município de Dourados-MS.

Imam convida população para ação no Dia Mundial do Meio Ambiente



O Instituto do Meio Ambiente de Dourados realiza no próximo dia 5 de junho uma grande mobilização para comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente, e convida a população em geral para o evento. Segundo o Departamento de Educação Ambiental, entre 9h e 16h a Praça Antônio João será palco de ações de parceiros.

Será feita a entrega de 200 mudas nativas e frutíferas, expostos banners e folhetos na busca pela sensibilização da comunidade, além de maquetes que simulam diferentes contextos do cotidiano e o tratamento de efluentes, procedimentos e estágios da composição de resíduos em aterros sanitários, de conservação do solo e a eficácia da cobertura vegetal para manter sua qualidade e estabilidade.

Um modelo de casa ecológica, na qual toda a matéria orgânica gerada e os recursos naturais utilizados, como a água e energia, podem ser reutilizados e empregados de maneira sustentável também será apresentado à população, além da exposição de animais empalhados que compõem o acervo da PMA de Dourados.

Estão envolvidos nas atividades a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Uems), Polícia Militar Ambiental, Centro Social Marista, Centro de

Grande Dourados (UFGD), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Uems), Polícia Militar Ambiental, Centro Social Marista, Centro de

Fonte: Portal município de Dourados-MS, retirado do relatório anexado à proposta PI-D11 no SisEA/MS

Os discursos traduzem a ideia de que as informações e entrega de mudas por si só podem promover um ambiente mais arborizado, esquecendo que o resultado almejado pode ser alcançado, mas após um longo e complexo processo educativo. Os reducionismos sobre a prática da EA podem ser observados nos anúncios discursivos dos elementos textuais a seguir: “Distribuindo informações evitamos que a população crescente seja ignorante a respeito da importância da preservação” (PI-D12).

De modo geral, as propostas analisadas a partir das diferentes demandas para a região de Dourados quando voltadas ao público escolar, tratam de iniciativas formuladas por agentes que não integram o ambiente escolar, e na maioria das vezes são fundamentadas por discursos de uma EA conservadora, afastada teoricamente do pensamento crítico da vertente crítico-transformadora.

Os resultados apresentados aqui corroboram com os estudos de Tozoni-Reis *et al.* (2012; 2013), que identificaram nas variadas inserções da EA na escola através de ações extracurriculares como “*atividades recreativas em geral, palestras, projetos e ações pontuais em eventos e datas comemorativas*”, confirmando uma tendência do fazer em EA de forma tangencial e secundária, sem o planejamento, realização e avaliação participativa da própria equipe escolar. Segundo a autora, a EA que chega a escola de forma secundária, a torna muito frágil quando realizadas por atores sociais fora do quadro funcional escolar, e que são coordenadas via de regra, para atender uma necessidade legal, como as condicionantes do licenciamento ambiental, ou neste caso, o Programa ICMS Ecológico.

Segundo Guimarães e Plácido (2015), essa fragilidade fica evidente, pois os Programas de EA podem consolidar discursos conservadores, tendência que se evidencia com a pouca ou inexistência da participação dos professores na elaboração dos projetos, e que foram identificadas nas análises desta pesquisa.

[...] a fim de proteger a escola dessa fragilidade pedagógica, inserida pelas ações em EA secundárias, este espaço educador deve antes de tudo reconhecer a disputa de hegemonia existente na sociedade, e o fortalecer seu espaço em um lugar de desconstrução de falsos consensos (GUIMARÃES; PLÁCIDO, 2015, p. 151).

As questões apontadas aqui serão discutidas posteriormente no sentido de viabilizar uma nova proposta de avaliação da EA com novos parâmetros no processo avaliativo do Programa ICMS Ecológico, de modo participativo, no contexto da gestão ambiental pública.

Os temas problematizados, como água, resíduos, poluição e biodiversidade de fato possuem importância para as discussões trazidas nas propostas, entretanto, as mesmas foram discutidas de forma reduzida, e pouco contextualizados às questões locais. Por exemplo, não verificamos nas abordagens temáticas as relações com os limites ambientais trazidos pelo agronegócio, setor responsável pela grande exportação de commodities, e a luta pela reforma agrária e os conflitos socioambientais que permeiam a questão indígena, que configuram um contexto relevante para o MS.

Assim esperava-se nas discussões das ações em EA as contradições trazidas pela expansão da fronteira agrícola e o uso de agrotóxicos, seus reflexos nos problemas de saúde (PIRES; CALDAS; RECENA, 2005), além da inserção da temática indígena, especialmente no contexto do município de Dourados, que representa o segundo município em população indígena no MS, (BRAND; COLMAN; COSTA, 2008).

O não dito nos discursos, através das contradições e questões não abordadas nas propostas, também é verificado pela teoria da AD. Segundo Pêcheux (1990), é importante perceber “a presença de não ditos no interior do que é dito”. Ou seja, os anúncios não ditos estabelecem sentido nas sequências discursivas do *corpus* analisado, o não dizer traz implícito o pressuposto e o subentendido do discurso ideológico daquele com quem se dialoga, nesse caso dos proponentes e sujeitos que apresentam as propostas registradas no SisEA/MS.

O discurso não dito, os contextos socioambientais não problematizados nas temáticas, os temas tratados de forma reduzida, a abordagem ingênua ou distante (global) das questões apresentadas nas propostas analisadas podem nos mostrar, através da AD, a intencionalidade ideológica e não ambiental e educativa, que estrutura as ações em EA. A falta de engajamento

com as causas locais, e que particularmente são muitas e significativas, podem traduzir como a lógica liberal obstrui o pensamento libertário e emancipador para a colocação em pauta de assuntos que deverão confrontá-lo. Quando assuntos como o agronegócio, reforma agrária e questão indígena não são urgentes nos temas de propostas em EA, seja por atendimento ao Licenciamento Ambiental ou Programas de incentivos, como o ICMS Ecológico, no contexto escolar ou não, entendemos que uma parcela da sociedade se beneficia (quem está a favor do capital), em contraponto à outra parcela em situação vulnerável, que sofre as mazelas de um sistema injusto e predatório.

As denúncias aqui pronunciadas vão ao encontro dos argumentos defendidos por Layrargues (2018), de que a EA brasileira possui fortes indícios de estar hegemonicamente alinhada ao espírito capitalista, reproduzindo acriticamente suas lógicas e valores, e renunciando ao seu papel problematizador. Segundo o autor, essa EA a serviço de um modelo conservador e reprodutivista de Educação, se apresenta reformista na forma e pragmática no conteúdo, semelhantes aos contextos evidenciados na AD aqui apresentados.

5.4.2.3 Região do Bolsão

A região do Bolsão se desenvolveu predominantemente a partir das atividades agropastoris, porém nos últimos anos sua economia tem sofrido grande expansão de polos industriais, como os municípios de Três Lagoas e Aparecida do Taboado, nos setores da indústria oleiro-cerâmica, de derivados de leite, têxtil, confecções, frigorífico e na silvicultura, especialmente para a produção de papel e celulose, e sucroalcooleira (Semade, 2015).

A agricultura da região, a partir de 2010 passa a ter destaque na produção de cana-de-açúcar, especialmente nos municípios de Aparecida do Taboado, Chapadão do Sul e Paraíso das Águas. As lavouras de soja e milho tem suas principais produções em Chapadão do Sul, consolidando grandes áreas de lavouras com altíssima mecanização com uso intensivo de máquinas, implementos agrícolas e produtos químicos que garantem os melhores índices de rendimento da agricultura do Estado (MATO GROSSO DO SUL, 2015).

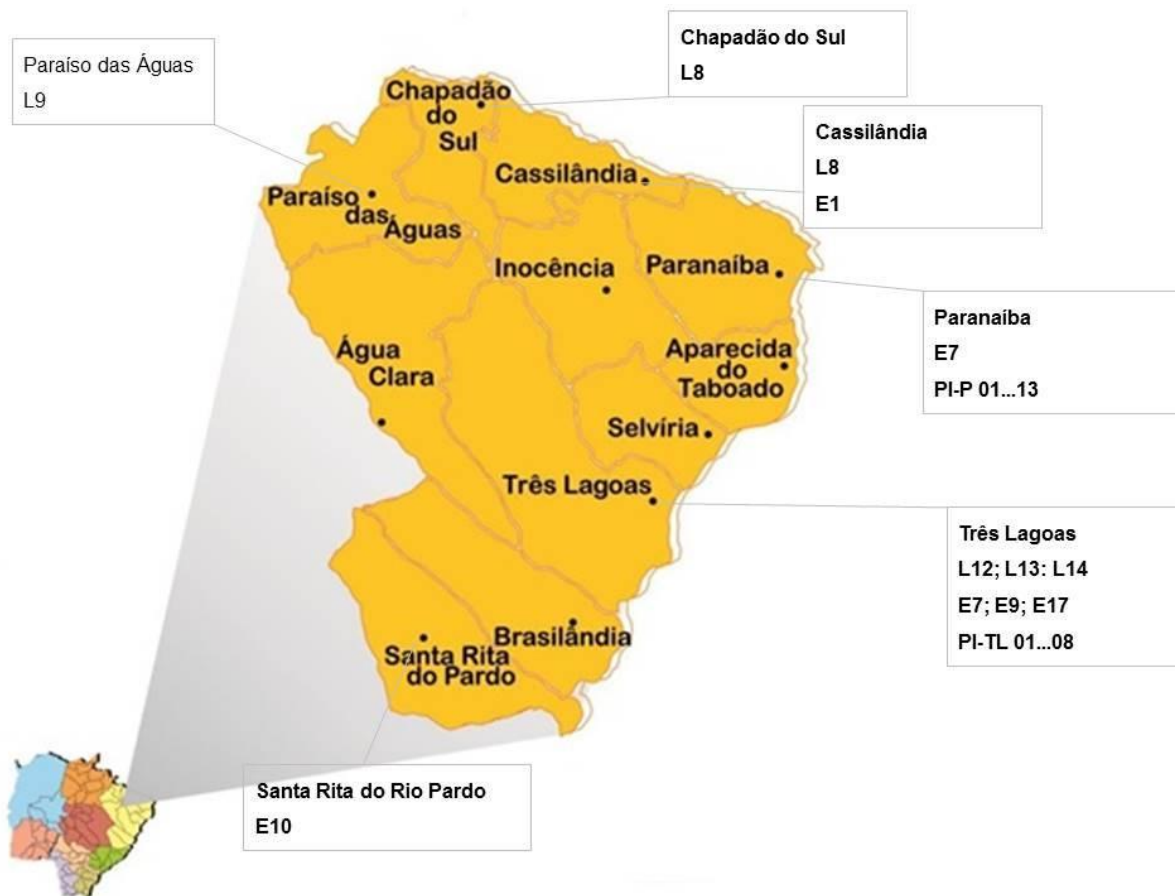
Quanto à pecuária, a proximidade com outros centros produtores de comercialização tradicionais do Brasil (Minas Gerais, Goiás e São Paulo), tem favorecido o aperfeiçoamento tecnológico e genético dos rebanhos existentes nas inúmeras propriedades destinadas à atividade na região do Bolsão, sendo o município de Três Lagoas o maior rebanho bovino da região do Bolsão, estimado em 617 mil cabeças em 2013 (SEMADE, 2015).

A região do Bolsão abrange toda área das bacias dos rios Aporé, Santana, Quitéria e metade da área da bacia do rio Sucuriú. Nessa região, o sistema Aquífero Bauru, um dos mais importantes aquíferos do MS, é responsável pelo escoamento regional das áreas subterrâneas para os rios Pardo, Verde, Sucuriú e de rios menores nas Bacias dos rios Quitéria e Santana. Com relação aos impactos ambientais, destaca-se o desmatamento que tem rompido a fitoestabilidade promovendo o assoreamento dos vales. Além disso, a persistência em usos inadequados do solo pode levar à desertificação, principalmente, em áreas de solos predominantemente arenosos e de baixa precipitação.

Em termos de estratégia de conservação em áreas protegidas, esta região, embora com valor expressivo de seu território em APAs, ainda possui algumas oportunidades de criação de unidades de conservação de Proteção Integral, particularmente, em áreas úmidas em Aparecida do Taboado e Paranaíba. Essas APAs são parte de um amplo esforço de conservação, entretanto é essencial que seus conselhos funcionem de forma participativa e representem realmente interesses coletivos de conservação (MATO GROSSO DO SUL, 2015).

As análises qualitativas seguem sendo realizadas a partir das propostas finalizadas inseridas para esta região, incluindo as três demandas de cadastro no SisEA/MS, que estão distribuídas em Paraíso das Águas, Chapadão do Sul, Cassilândia, Paranaíba, Três Lagoas e Santa Rita do Rio Pardo. Para as análises das propostas da demanda Programa ICMS Ecológico foi definido o município de Três Lagoas como polo da região do Bolsão (Figura 33), e acrescentado o município de Paranaíba para análises complementares.

Figura 33. Distribuição das propostas finalizadas definidas para a análise da Região do Bolsão



L = Ações finalizadas para a demanda Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental; E = Ações finalizadas para a demanda Ação espontânea e Outras Demandas; PI = Ações finalizadas para a demanda Programa ICMS Ecológico. As ações estão relacionadas de acordo com os códigos de identificação nos Anexos 3, 4 e 5.

Fonte: Organização da autora, adaptado de SEMADE (2015) a partir dos dados disponibilizados no SisEA/MS

Foram utilizados para as análises os fragmentos dos elementos textuais das propostas optando por transcrevê-las *ipsis litteris* ao longo dos resultados, mantendo-se inclusive as eventuais incorreções do ponto de vista ortográfico ou gramatical.

L9 trata de um PEA realizado no município de Paraíso das Águas, elaborado pelo proponente “Pantanal Energética LTDA”, a fim de atender às condicionantes do processo de Licenciamento Ambiental para a implantação de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH). O Programa envolveu as seguintes atividades: I - capacitação para os professores para o desenvolvimento do Projeto ESCOLAS SUSTENTÁVEIS; II - palestras com os trabalhadores do empreendimento abordando o tema Gerenciamento de Resíduos Sólidos; III - visitas com os moradores próximos às atividades da PCH, e IV - palestras com os alunos da rede municipal e estadual de ensino sobre o tema Água.

A capacitação dos professores teve duração de quatro horas, e visou à apresentação do Projeto Escola Sustentável para a implantação na rede de ensino, com o acompanhamento anual do Projeto durante o tempo de instalação da obra do empreendimento. De acordo com o proponente o objetivo dessa meta é que “através de projeto pedagógico interdisciplinar, que poderá ser trabalhado durante o ano letivo com os alunos do ensino fundamental” (L9). O acompanhamento da implantação do projeto ocorreu por meio da

Realização de visitas nas escolas nos meses de abril e novembro de 2017, com o objetivo de avaliar o envolvimento dos professores e alunos, a aplicação das atividades e quais mudanças de atitude ocorreram no cotidiano da escola em relação a desperdícios e ao consumo de água e de energia com a implantação do Projeto. Nas visitas, conforme necessidades detectadas, serão sugeridas atividades e ações para auxiliar professores e alunos a atingirem os objetivos definidos pela escola (L9).

No PEA L9 apresentado pelo empreendimento, estavam previstos a aplicação de um procedimento para avaliação contínua do projeto, conforme o trecho a seguir:

Retome os objetivos do projeto, recordando o que a escola espera alcançar, e questione se eles foram atingidos, total ou parcialmente. Monte uma pauta de avaliação sobre cada item trabalhado e retome aqueles que merecem mais aprofundamento. Avalie também o envolvimento da equipe e dos alunos, se todos estão interessados na questão ambiental e se eles mudaram as atitudes cotidianas em relação ao desperdício e ao consumo (L9).

Entretanto, a verificação e avaliação dessa meta não estão descritos qualitativamente no relatório de execução de 2018, apresentado pelo proponente, conforme o trecho a seguir:

Em 19/04/2018 realizamos visita à coordenação da Escola Municipal Professora Lizete Rivelli Alpi, onde foi realizada a Capacitação dos professores e para saber do andamento do Projeto apresentado dentro da escola. Fomos informados que várias atividades propostas dentro do Projeto estavam sendo realizadas no ambiente escolar, como a horta comunitária e compostagem (L9).

A proposta do projeto Escola Sustentável se insere no PEA na perspectiva utilitarista do conceito de meio ambiente, pois as questões ambientais envolvidas se limitam ao consumo dos recursos naturais e implantação de técnicas para um consumo sustentável na escola. Ainda que a proposta do projeto Escola Sustentável tenha observado um diagnóstico sobre a gestão ambiental no espaço físico escolar, esta não promoveu reflexões sobre a articulação

dos conteúdos curriculares de forma interdisciplinar, envolvendo os temas transversais propostos pelos PCNs²⁴ e respeitando o Projeto Político Pedagógico da escola, para a promoção de uma EA no contexto formal da educação.

Nesse sentido, a fundamentação do projeto “Escola Sustentável “ idealizado em L9 está esvaziado teoricamente do Programa Nacional Escolas Sustentáveis (PNES)²⁵, instituída como política pública pelo MEC. O PNES esteve voltado em tornar o espaço da escola irradiadora de conceitos e pressupostos da sustentabilidade socioambiental para a comunidade, com a mobilização e participação da comunidade e transformação sustentável na escola (MOREIRA, 2011), objetivo diverso daqueles verificados no PEA L9 em análise. A proposta da Escola Sustentável observada nesta pesquisa trata da aplicação de técnicas e iniciativas que visam à mitigação de impactos causados pelo consumo dos recursos naturais, como a água e energia, como podemos verificar:

Este Projeto tem como finalidade disseminar informações sobre os danos que o consumo desenfreado da energia elétrica e outros recursos naturais podem causar ao meio ambiente e difundir sugestões sobre o controle do gasto e consumo racional para alunos, suas famílias e para a comunidade em geral (L9).

A proposta educativa realizada na escola pela empresa privada a partir da demanda do Licenciamento Ambiental revela as mesmas condições denunciadas por Tozoni-Reis *et al.* (2012; 2013), em que as ações identificadas são planejadas sem a participação da equipe escolar. Segundo os autores, essa situação traz à tona um problema muito complexo e que deve ser discutido, pois estamos diante de uma dinâmica comum em que as empresas privadas inserem uma EA como atividade secundária de forma tangencial, não sistematizando os saberes pela cultura no currículo, tornando a EA muito frágil.

As atividades propostas no PEA L9 que visaram à sensibilização dos moradores da área de abrangência do empreendimento foram realizadas com a entrega de cem (100) calendários educativos distribuídos anualmente. Conforme descrito na seguinte meta:

²⁴ PCN - Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), lançados pelo MEC, são um documento norteador do ensino, cuja finalidade é constituir-se como referência para as discussões curriculares da área e contribuir com técnicos e professores no processo de revisão e elaboração de propostas didáticas.

²⁵ O conceito Escola Sustentável trazido pelo Programa Nacional Escolas Sustentáveis (PNES) tem como fundamentação quatro componentes, a saber: currículo na escola sustentável; gestão democrática para a sustentabilidade; espaço escolar e sustentabilidade; e relações escola-comunidade. O PNES teve como objetivo principal a contribuição para a melhoria da qualidade da educação básica e o apoio à transição das escolas para constituírem-se em espaços educadores sustentáveis (BRASIL, 2014).

Produção anual de 100 calendários de parede com tema educativo 'Energia: Economizar faz bem', para serem distribuídos aos moradores da área do entorno do empreendimento. O material será distribuído nas visitas realizadas nos meses de dezembro/2016, novembro/2017, novembro/2018 e novembro/2019 (L9).

Essa etapa do programa segundo Loureiro (2009) tem grande relevância no processo da EA no Licenciamento Ambiental, pois a comunicação social prevista no PEA deve ancorar a gestão de conflitos entre empreendimentos e comunidades atingidas, proporcionando a ampla participação e mobilização dos agentes sociais afetados em todas as etapas do licenciamento. Entretanto, na proposta em análise a entrega de calendários não parece estar adequada aos objetivos esperados pelas atividades educativas para as populações atingidas.

As atividades previstas tratam de intervenções simplistas para uma meta que deveria dar suporte para a formação das percepções e significados que as populações afetadas têm com o empreendimento e com o ambiente em que estão inseridos. As práticas se deram de forma ingênua, não articulando os instrumentos educativos adequados para os esclarecimentos necessários, conforme o fragmento: “onde os mesmos receberam dicas sobre consumo consciente de energia e outros recursos naturais e a importância da preservação do meio ambiente” (L9).

As atividades destinadas aos colaboradores da empresa ocorreram por meio de palestra realizada anualmente com o tema Gerenciamento dos Resíduos Sólidos, abordando “informações quanto à separação e destinação de resíduos, os 5R's e a importância da participação de todos nos trabalhos relativos aos temas de Educação Ambiental desenvolvidos com a comunidade local” (L9). Nesse sentido, podemos inferir que as ações em EA voltada a esse público-alvo ocorreram de forma prescritiva a fim de estabelecer uma conduta correta sobre a separação dos resíduos recicláveis, ou seja, determinadas em uma concepção de educação instrumentalizadora que, segundo Loureiro (2015), está focada no desenvolvimento de habilidades e comportamentos para a resolução de um problema, neste caso a destinação correta do lixo. Nesta concepção as intervenções não vinculam o exercício do pensamento sobre o mundo, sobre o sistema de consumo, a reflexão de sua existência, ou a compreensão das relações causais que geram os próprios processos destrutivos na natureza, assim impede a inserção da EA para a formação enquanto cidadão e seu posicionamento político (LOUREIRO, 2015).

As atividades voltadas aos alunos das escolas das redes municipal e estadual de ensino foram desenvolvidas a partir da “promoção de uma (01) Palestra com alunos do ensino fundamental das escolas do entorno do empreendimento com tema Água” (L9). Dentre as

abordagens do tema foram discutidos seus limites para além do uso doméstico, como as atividades agrícolas, o que pode sugerir que na intervenção educativa as reflexões sobre o uso da água foram ampliadas para contextos próximos à realidade local, tendo em vista o grande impacto das lavouras na região, de acordo com as descrições das atividades:

[...] abordando o ciclo da água, bacia hidrográfica, o uso racional da água, o reúso da água, o uso da água nas atividades agrícolas e atividades domésticas e a importância da preservação e conservação da água. Sendo definido palestras com alunos e professores da Escola para apresentar as atividades ambientais realizadas na PCH PARAISO como forma de conscientização quanto ao uso e cuidados com a preservação desse recurso indispensável à sobrevivência de todo planeta (L9).

De modo geral, o proponente não demonstrou de que forma despertou a “conscientização” almejada ao final da ação. Como já detalhado anteriormente, esse termo conscientização muitas vezes é empregado nas ações em EA muito afastado teoricamente dos pressupostos de conscientização discutidos por Paulo Freire. Além disso, o proponente não esclareceu como os resultados atingidos foram verificados:

Concluimos que a capacitação e palestra realizadas durante o período atingiram o objetivo de conscientização quanto à necessidade de preservar e cuidar dos recursos naturais, bem como da necessidade de evitar ações que prejudiquem o ambiente, mostrando que cada cidadão pode ser multiplicador de ações educativas e de preservação do meio ambiente (L9).

Para Loureiro (2013), a avaliação de ações educativas deve ser composta por algumas etapas: clareza do que se deseja avaliar; definição de indicadores que permitam a justa discussão, análise e reflexão do projeto, programa ou política em avaliação; definição das fontes de informações necessárias; aplicação dos instrumentos selecionados, gerando informações específicas (indicadores); análise das informações produzidas; e comunicação dos resultados. Dessa forma, não identificamos em L9 a organização do processo de avaliação, com os resultados apresentados em afirmações que parecem especulativas, visto que, se não há instrumentos que informem como o resultado foi alcançado, não há como avaliar o resultado final do processo.

Já o programa L8, realizado nos municípios de Chapadão do Sul e Cassilândia, pelo empreendimento Hidroelétrica Lajeado LTDA trata da implantação de uma PCH, a partir das seguintes atividades:

Distribuição de materiais de apoio e reuniões técnicas visando incentivar a participação da comunidade em relação a responsabilidade frente às questões

de conservação e proteção da natureza e, realização de oficinas ecopedagógicas e entrega de material de apoio estimulando aos alunos mudanças no cotidiano com a realização de práticas sustentáveis (L8).

Na primeira etapa do programa L8 os procedimentos metodológicos e objetivos das ações práticas se apresentam em uma concepção de EA voltada ao adestramento das atitudes dos envolvidos, conforme o trecho a seguir:

Serão realizadas reuniões com o público-alvo 1 e 2, com objetivo de informar e mobilizar a comunidade sobre os impactos ambientais gerados pelo empreendimento e suas medidas mitigatórias e compensatórias, voltados para construção de ideias e comportamentos ambientalmente corretos (L8).

Ademos, podemos inferir uma tendência de EA fundamentada na transmissão de informação como estratégia eficaz para a apreensão de novas atitudes, de acordo com os elementos textuais:

Distribuição do material de apoio 01/10/2017 a 10/12/2017 confecção de 250 gibis educativos, com informações socioambientais referentes a instalação e operação de PCH relacionadas ao ambiente, para reforçar as informações repassadas nas reuniões e oficinas pedagógicas realizadas através de material impresso e discussões (L8).

O proponente apresenta nos relatórios do PEA L8 a execução com êxito das metas realizadas, entretanto o mesmo não descreve os processos avaliativos utilizados para verificação da qualidade das ações propostas, tão pouco sua efetividade. Não identificamos os instrumentos de verificação utilizados, procedimentos pedagógicos e referenciais que poderiam fundamentar a construção da visão crítica socioambiental alcançada pelo público a partir da oficina, que teve duração de 1 hora, e distribuição de gibis como atividades educativas, conforme são apresentados nos resultados: “Para os grupos 1 e 2, as reuniões e entrega de material foram realizadas com sucesso. Quanto as atividades nas escolas, a oficina e os gibis elaborados proporcionaram a percepção de inserção no ambiente, com uma visão crítica socioambiental” (L8).

Ainda que a oficina tenha como objetivo discutir as questões socioambientais que envolvem a implantação do empreendimento, o tempo destinado e os assuntos abordados, não parecem ser suficientes para afirmar que a intervenção se deu em uma perspectiva problematizadora para a construção de uma visão crítica socioambiental, segundo o relatório de execução apresentado:

A oficina (Figura 11, p.12) ocorreu como programada e contou com a presença de 54 alunos e professores (Figura 13, p.14-16), com duração aproximada de uma hora. Para auxiliar, foram elaborados 97 slides (Figura 14, p.17-20), abordando assuntos como: estruturas da usina; resgate da fauna; monitoramento da fauna e equipamentos utilizados; espécimes encontrados na área da usina; áreas de preservação permanentes; preservação ambiental; desenvolvimento sustentável; coleta seletiva; entre outros. Por fim, foram exibidos vídeos dos animais registrados durante o estudo de monitoramento da fauna (L8).

Magalhães e Loureiro (2016), ao discutirem os programas de EA voltados a comunidades afetadas por empreendimentos geradores de impactos ambientais, afirmam que quando a dimensão conflitiva é tratada no PEA, torna-se possível compreender que os problemas e os temas ambientais não são neutros ou possíveis de serem resolvidos apenas pela intervenção técnica:

[...] não cabendo mais como suficiente a constatação do problema ou o voluntarismo para resolvê-lo, sendo vital a problematização que leve ao conhecimento da sua dinâmica causal e dos agentes sociais envolvidos. Isso politiza a educação ambiental e exige de seus sujeitos posicionamento quanto a projetos de sociedade e de sustentabilidade. A necessidade de se posicionar leva a uma prática reflexiva da realidade, à compreensão complexa das responsabilidades e direitos de indivíduos-grupos-classes, a uma prática que atue tanto no cotidiano quanto na organização política para as lutas sociais (MAGALHÃES; LOUREIRO, 2016, p. 132).

O cadastro E1 trata de uma proposta que certamente deveria estar registrada para a categoria de demanda Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental. Na descrição em Resumo da ação, o trecho: “estas ações são feitas em cumprimento da condicionante n. 9 da Licença de Operação 378/2018” (E1), mostra sua relação com o desenvolvimento de programas em atendimento à legislação do Licenciamento Ambiental dos empreendimentos.

Os objetivos e resumo da ação apresentam nos discursos textuais uma proposta voltada a conscientização dos sujeitos, em uma concepção de meio ambiente limitada apenas ao aspecto biológico, excluindo-se as questões sociais:

Conscientizar a população de Cassilândia e os funcionários da “Agroindustrial Olhos verdes EIRELI sobre a importância da preservação do meio ambiente e A agroindustrial olhos verdes, com o intuito de conscientizar a população de Cassilândia/MS e também seus funcionários, promoveu no mês de setembro ações para lembrar a importância dos cuidados com o meio ambiente (E1).

A concepção de meio ambiente que está presente nos enunciados da ação confere uma visão reduzida das questões ambientais. Segundo Guimarães (2000a), nessa concepção de EA as relações sociais são secundarizadas no trabalho pedagógico, focando na responsabilização do indivíduo para a resolução das questões apresentadas. Do contrário, na concepção crítica de EA, o autor explica que a partir da transformação da sociedade, se dá a compreensão das relações de poder, a resolução dos conflitos e a mudança da realidade local, isto é, como causa e consequência (relação dialética) da transformação de cada indivíduo.

Esse processo educativo na vertente crítica prioriza os aspectos sociais, por exemplo, em uma ação de uma indústria poluidora envolveria a capacitação dos trabalhadores enquanto agentes sociais, para uma educação política. Os procedimentos metodológicos adotados em E1 demonstram práticas educativas com os trabalhadores em uma perspectiva ingênua e prescritiva, com vista à adoção de atitude correta na separação dos resíduos, por exemplo:

Para a população foram distribuídos folders sobre a preservação dos recursos hídricos, redução do consumo de descartáveis e sobre a maneira que a empresa lida com o tratamento de seu efluente e o gerenciamento dos resíduos sólidos. Os funcionários da empresa participaram de uma palestra e roda de conversa sobre como segregar, armazenar e dar a destinação final adequada dos resíduos sólidos produzidos em seus locais de trabalho e como podem estender o conhecimento para suas casas (E1).

Alguns pensadores na área da EA debatem sobre como os temas resíduos sólidos e reciclagem são utilizados de forma fragmentada e pragmática nas práticas educativas. Layrargues (2005), alerta que muitas vezes, as práticas educativas sobre a reciclagem se inserem na lógica da metodologia da resolução de problemas ambientais locais de modo pragmático, tornando a reciclagem do lixo uma atividade-fim, em vez de considerá-la um tema-gerador para o questionamento das causas e consequências da questão do lixo. É nesse perspectiva que identificamos as ações em E1, que remetem de forma alienada à discussão dos aspectos técnicos da reciclagem, evadindo-se da questão política sobre a relação do consumo e o modo de produção vigente.

E1 apresenta os resultados alcançados considerados satisfatórios, entretanto não há descrição do instrumento de avaliação e indicadores utilizados na proposta. A ausência de procedimentos na verificação dos resultados nos relatos de E1 compromete a eficiência da própria prática em EA e, conseqüentemente, a eficácia na comprovação dos resultados alcançados. Dessa forma, torna-se muito subjetivo afirmar que os resultados foram positivos, pois não compreendemos como o proponente chegou à essa conclusão, conforme o trecho a seguir: “Os resultados foram positivos já que a população se mostrou interessada em aprender

mais sobre o assunto e os funcionários puderam rever o que já haviam aprendido ano passado e reavaliar as ações que já tomavam” (E1).

A análise da proposta E7 foi contemplada anteriormente na Região da Grande Dourados, visto sua abrangência regional e inserção nas duas regiões (Bolsão e Grande Dourados).

Já a proposta E10, ação do tipo Projeto, realizada pelo proponente SANESUL, teve como objetivo:

Estabelecer um processo de interação com a população através de educação ambiental, como forma de sensibilizar os moradores para a importância do sistema de esgotamento sanitário [...], a partir da Mobilização social e educação ambiental nas residências atendidas pela rede de esgotamento sanitário, através de visitas domiciliares e reuniões (E10).

Conforme relatado anteriormente nas análises das demais propostas E6, E7, E8 e E9, esse proponente não apresenta o detalhamento das atividades e intervenções educativas adotadas, impossibilitando a AD de forma mais aprofundada.

Conforme a proposta de regionalização da Semade (2015), definimos o município de Três Lagoas como polo da região do Bolsão, e apresentando as análises da demanda do Programa ICMS Ecológico.

As ações pontuais PI-TL01, de 2015, PI-TL04, de 2017, e PI-TL07, de 2019, envolveram propostas para a comemoração do Dia da Água. Em PI-TL01 verificamos nos elementos textuais, discursos de uma concepção de EA voltada à responsabilização individual, principalmente quanto ao uso desse bem ambiental.

Conscientizar a população sobre a importância do consumo consciente da água. Quando falamos em desperdício, geralmente o destaque vai para aquele produzido pela população, sobretudo no uso residencial. Os exemplos são vários, tais como escovar os dentes com a torneira aberta, usar muita água para lavar calçadas e veículos, deixar a torneira pingando, não conter vazamentos em casas e prédios, tomar banhos demorados, etc (PI-TL01).

O discurso voltado à responsabilização individual remete a uma vertente conservadora da EA, pois considera que o sucesso pode ser alcançado com a postura individual correta, levando a uma mudança coletiva para um planeta sustentável. Essa lógica se opõe aos pensamentos de Loureiro (2019) que afirma que os problemas e temas ambientais não são neutros ou passíveis de resolução apenas pela intervenção técnica ou pelo desejo moral individual.

A historicidade passa a ser constitutiva da atividade pedagógica, não cabendo mais como suficiente a constatação do problema ou o voluntarismo para resolvê-lo, sendo vital a problematização que leve ao conhecimento da sua dinâmica causal e dos agentes sociais envolvidos (LOUREIRO, 2019, p. 44).

A proposta PI-TL01 traz reflexões sobre a problemática da água destinada ao uso doméstico, inserindo a discussão em uma perspectiva ingênua, não ampliando as situações limites e contextos locais, como o impacto do agronegócio, por exemplo. Ou seja, o uso industrial da água nas atividades de celulose e papel, permeia a realidade local, conforme a caracterização da região apresentada no início desta seção, e não está problematizada nas propostas. Nesse sentido, Teixeira, Talamoni e Tozoni-Reis (2013) nos alertam que qualquer proposta ou atividade de EA que adote uma perspectiva de enfrentamento da problemática ambiental deve ser mediada com a devida coerência, para que não venha legitimar as contradições produzidas pelo modo de produção capitalista que, muitas vezes, nem são trazidas à tona pelos projetos que tematizam o ambiente.

Essa discussão rasa sobre o tema Água também foi observada nos objetivos da proposta PI-TL04, conforme o trecho a seguir: “Sensibilizar os alunos sobre a importância da água. Apresentar as formas de uso racional da água. Conscientizar a comunidade escolar para a escassez de água no planeta e da importância da sua preservação” (PI-TL04).

Em PI-TL07 verificamos a realização de um evento em praça pública com o seguinte objetivo “Sensibilizar a população sobre a importância do uso consciente da água, a partir da seguinte intervenção stand com doação de 300 mudas e experimentos sobre a importância da vegetação quando ocorrem chuvas”. O proponente não apresentou um maior detalhamento das atividades sugerindo que a ação educativa se limitou à demonstração de uma explicação e doação de mudas ao público que transitava pelo local, não mobilizando os conhecimentos de forma crítica.

Também identificamos nas propostas o envolvimento de parceiros, como a INDÚSTRIA SUZANO que possui atividades voltadas à produção de celulose e papel no município, conferindo grande impacto no uso desse recurso natural. A participação da empresa parceira contribuiu para o cumprimento de sua agenda de ações de responsabilidade social, e não para agregar nos esclarecimentos e contextualizações da sua atividade na região, como demonstrado no trecho a seguir:

Nesta ação, a Prefeitura de Três Lagoas também contou com a participação de parcerias, como: Indústria Suzano, Metalfrio/Solutions, Aquarela (água mineral) e SANESUL (Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul). As

mesmas distribuíram panfletos educativos de informações sobre água e saneamento e outros brindes, alusivos a esta data comemorativa (PI-TL07).

Guimarães e Plácido (2015) advertem sobre a parceria de empresa privada nas ações em EA ao discutir que estas se utilizam do trabalho de parceria como um instrumento de marketing e, conseqüentemente, como uma forma de assegurar sua legitimidade e de produzir sua imagem como “responsabilidade social”, acrescida da preocupação ambiental, denominada “responsabilidade socioambiental”. Desse modo, a proposta PI-TL07 não demonstra estar comprometida com o diálogo em busca da justiça socioambiental, pois não insere reflexões e problematizações de conflitos sobre a temática ambiental, que estão presentes na comunidade local. A distribuição de mudas e panfletos são intervenções que estão longe da perspectiva crítica, e esvaziam teoricamente os objetivos de uma proposta que visa à tomada de uma consciência ambiental.

Esse processo aqui identificado foi exemplificado por Guimarães (2006) ao explicar como funciona a dinâmica da armadilha paradigmática. Segundo o autor, nossa visão de mundo acaba por ser permeada por uma racionalidade dominante e, para nos desvencilharmos dessa armadilha denominada como “armadilha paradigmática”. A armadilha paradigmática trata de uma limitação compreensiva do educador por estar atrelado a uma visão (paradigmática) fragmentária, simplista e reduzida da realidade, manifesta (inconscientemente) uma compreensão limitada da problemática ambiental e que se expressa por uma incapacidade discursiva que informa uma prática pedagógica fragilizada de EA. Assim a prática pedagógica presa à armadilha paradigmática reproduz as concepções tradicionais do processo educativo, baseadas nos paradigmas da sociedade moderna e se mostra pouco eficaz para intervir significativamente no processo de transformação da realidade socioambiental para a superação dos problemas e a construção de uma nova sociedade ambientalmente sustentável (GUIMARÃES, 2006).

Quando os educadores tornam-se reféns da armadilha paradigmática, percebemos nas práticas a visão ingênua e simplista nas propostas analisadas, e que, segundo Guimarães (2006), resultam em ações imersas nos princípios da conhecida EA Conservadora. Como a visão reduzida e simplista não percebe os conflitos inerentes e as relações complexas entre causa e efeito das temáticas abordadas, por exemplo, como o tema Água abordado nas ações PI-TL01, PI-TL04 e PI-TL07, os processos educativos se tornam fragmentados, muitas vezes voltados à responsabilização e transformação do comportamento do indivíduo.

As propostas PI-TL02 e PI-TL03, classificadas como ação pontual, foram realizadas em comemoração ao Dia da Árvore, em 2015 e 2017. As ações envolveram palestras

realizadas, doação e plantio de mudas. Em PI-TL03 é apresentada nos resultados, após a intervenção, uma nova percepção dos indivíduos sobre a importância da conservação. Entretanto, o proponente não demonstrou no detalhamento da proposta quais instrumentos foram utilizados para a verificação dos resultados, conforme o trecho em destaque:

Participou do evento um total de 365 pessoas. Em relação a resultados qualitativos, observa-se que a metodologia utilizada de conscientização ambiental auxiliou os alunos e os demais participantes a compreenderem que a manutenção da vida no planeta está intimamente relacionada com a existência de árvores, pois elas possuem uma grande importância nos diversos processos ecológicos, auxiliando a conservação do ambiente em equilíbrio (PI-TL03).

As ações PI-TL05 e PI-TL06 (Figura 34), realizadas em 2017 e 2020, registram propostas em comemoração à Semana do Meio Ambiente, conforme os objetivos descritos:

Conscientizar a comunidade escolar para a importância da preservação ambiental como um todo. Sensibilizar os alunos sobre a importância da semana do dia mundial do meio ambiente (PI-TL05).

Promover ações de educação ambiental com o envolvimento da comunidade, por meio de vídeos e de blitz educativas, em prol de uma sociedade mais sustentável e com um olhar voltado para a preservação e conservação do meio ambiente (PI-TL06).

Figura 34. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-TL06, realizada no Município de Três Lagoas-MS.



Fonte: retirado do relatório anexado à proposta PI-TL06 no SisEA/MS.

Salientamos que as duas ações tiveram procedimentos metodológicos distintos, tendo em vista as limitações sobre o distanciamento social decorrente da Pandemia de covid-19, instalado no ano de 2020. Deste modo, em 2017 as atividades foram propostas a partir de palestras realizadas nas escolas do município. Enquanto que, em 2020, visto a situação sanitária, imposta pela pandemia causada pelo Covid-19, as práticas foram executadas pelo proponente de forma virtual, com a gravação de vídeos educativos para divulgação das redes sociais, e a realização de blitz educativa. A blitz tratou-se da doação de mudas e entrega de outros brindes em pontos estratégicos (esquinas de vias no trânsito municipal) em área urbana, de forma evitar o contato físico prolongado, em respeito às regras de biossegurança.

Foram gravados 3 vídeos com o personagem teatral Sr. Arvino, para serem divulgados nas mídias digitais. Obs: A programação foi adaptada às restrições impostas pela pandemia de Covid-19. organizou dois dias de Blitz Educativas para celebrar o Dia Mundial do Meio Ambiente e conscientizar a população sobre as queimadas e a importância da coleta seletiva. Foram

distribuídos 1000 kits, com informações sobre queimadas, coleta seletiva e o saco verde para separar os resíduos recicláveis; além de “squeezes” personalizadas (brindes) e mudas de plantas ornamentais produzidas no viveiro municipal (PI-TL06).

De acordo com os critérios de análise para a demanda do Programa ICMS Ecológico, o município polo para a região do Bolsão representou uma quantidade de propostas pouco significativas para uma leitura global das ações em EA para a região. Deste modo, foram acrescentadas às análises as propostas de um segundo município – Paranaíba, tendo em vista que este representou o maior número de propostas finalizadas no SisEA/MS. Entretanto, como podemos verificar no Quadro 13, as propostas inseridas no SisEA/MS pelo proponente Paranaíba apresentam conteúdos insipientes para a AD, pois não há registros no sistema do detalhamento das atividades ou anexos das propostas originais.

Quadro 13. Apresentação dos elementos textuais das propostas PI-P01 a PI-P13 (Paranaíba) inseridas no SisEA/MS

PROPONENTE	TÍTULO	RESUMO	OBJETIVO	RESULTADOS
PI-P01	Cartilha ambiental	Orientar crianças de 08 anos a 13 anos	Palestras para crianças par orientação ambiental	Atendeu todas as crianças das escolas municipais urbanas e rurais
PI-P02	Reclica Paranaíba	Bem elaborada	Abordar a importância da reciclagem	Grande participação da população
PI-P03	A árvore falante e seu jardim encantado	Atendeu bem ao público infantil com o lúdico	Teatro infantil com peça teatral para público das escolas municipais de 1º à 4º séries	As crianças adoraram a árvore falante
PI-P04	Doação de mudas de árvores	Atendido bem a comunidade para distribuição de mudas de árvores	Arborização urbana	Plantaram se as mudas
PI-P05	Ação dia da árvore	Complementou a área rural da cidade, onde distribuiu 200 mudas e saquinhos surpresas e realizou atividades de educação ambiental na escola municipal do distrito do tamandaré, com a participação de mais de 100 crianças.	Contemplou a da cidade, onde área rural, onde foram distribuídas 200 mudas, saquinhos surpresa (com sementes de hortaliças) e realizou atividades de educação na escola municipal do distrito do Tamandaré, com a participação de 100 crianças.	O entendimento e a importância da conservação do meio ambiente local no rural
PI-P06	Comemoração do dia mundial do meio ambiente	Distribuição de panfletos para conscientização ambiental e sementes de hortaliças	Doação de 1000 saquinhos de sementes de hortaliças e panfletos	Conscientizar a população da cidade
PI-P07	III conferência municipal do meio ambiente	Abranger e colocar a população a parte do meio ambiente	Interagir a população municipal com o meio ambiente e a realidade dela	Um ótimo público e evento

PI-P08	Limpeza do espelho d'água	Limpeza do espelho d'água, em parceria com a colônia de pescadores, e palestra e orientação para alunos do ensino fundamental	Palestra e orientação para alunos do ensino fundamental sobre a importância de não jogar lixo em qualquer lugar	A consciência ambiental foi atingida pelo evento
PI-P09	Distribuição de mais 200 mudas nativas do cerrado na praça da república	Distribuição de mais 200 mudas nativas do cerrado na praça da república	Ação do dia da árvore, distribuição de 200 mudas nativas do cerrado	A distribuição das árvores foi total
PI-P10	Construção do parque ecológico no espelho d'água i	Construção do parque ecológico no espelho d'água	Conscientizar a importância de reciclar e mostrar o parque ecológico feito de material reciclável	As crianças viu como reaproveitar materiais recicláveis
PI-P11	Arborização do espelho d'água	Plantar e arborizar o espelho d'água	Plantar mais de 300 mudas no local	Arborização de 60% do local
PI-P12	Doação de 100 mudas nativas do cerrado para reflorestamento na área de preservação	Reflorestar a área de preservação permanente no rio Paranaíba	Reflorestar o local	O reflorestamento
PI-P13	Disposições de lixeiras em lugares estratégicos	Disposições de lixeiras em lugares estratégicos	Ter lixeira p jogar o lixo e conscientização ambiental que lixo se joga na lixeira	Ter lixeiras para jogar o lixo

Foram utilizados no quadro os fragmentos dos elementos textuais das propostas optando por transcrevê-las ípsis litteris, mantendo-se inclusive as eventuais incorreções do ponto de vista ortográfico ou gramatical.

Fonte: Organização da autora, a partir dos dados disponibilizados no SisEA/MS

As ações de PI-P10, PI-P11 e PI-P13 demonstram práticas na dimensão educativa, inferindo ações na dimensão da gestão ambiental, com aplicação de técnicas e iniciativas, que buscam a conservação ou mitigação ambiental, como em “Construção do parque ecológico no espelho d'água (PI-P10), Plantar e arborizar o espelho d'água (PI-P11), Reflorestar a área de preservação permanente no rio Paranaíba (PI-P12) e Disposições de lixeiras em lugares estratégicos” (PI-P13).

Essas ações não descrevem a intervenção educativa pela reflexão ou discussão, apresenta-se a prática pela prática, a fim de resolver um problema, em uma abordagem mecanicista “[...] em que as soluções técnicas e de manejo e gestão dos recursos naturais são apontados como capazes de resolver os dilemas atuais” (LOUREIRO, 2006a, p. 20).

Em contrapartida, a proposta PI-P07, denominada III CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE tem como objetivo mobilizar a população para uma discussão participativa, por meio de conferências. Assim, a realização de reuniões com a sociedade civil permite verdadeiros espaços democráticos para compreender as temáticas locais, garantindo os valores de uma EAC, entretanto, o proponente não apresentou informações claras e aprofundadas como resultado da ação.

De modo geral, verificamos a constância dos objetivos sempre voltados a conscientização dos indivíduos, ou seja, padrões que já foram discutidos por Tozoni-Reis (2006) e Guimarães (2019), demonstrando a fundamentação em práticas ingênuas e em uma perspectiva conservadora. Segundo Tozoni-Reis (2006), de tão presente nas diferentes propostas educativas ambientais, a palavra conscientização chega a ser, de certa forma, banalizada, embora tais ações tenham princípios, estratégias e práticas bastante diferenciadas. O emprego do conceito “conscientizar” é comum nas práticas educativas, e também estão presentes nas propostas PI-P06, PI-P08, PI-P10 e PI-P13. Ao verificar os procedimentos metodológicos podemos inferir que a fundamentação ocorreu em uma perspectiva conservadora, em que o processo de conscientização não está alinhado ao viés epistemológico freiriano.

De acordo com Freire (1984), o processo de conscientização, pela educação (ação-reflexão ação), é a possibilidade de superação da consciência ingênua, em busca da consciência crítica. Enquanto a consciência ingênua é simplista, superficial, saudosista, massificadora, mística, passional, estática, imutável, preconceituosa e sem argumentos, a consciência crítica não se satisfaz com aparências, reconhece que a realidade é mutável, substitui explicações mágicas por princípios autênticos de causalidade, está sempre disposta a revisões, repele preconceitos, é inquieta, autêntica, democrática, indagadora, investigadora e dialógica (TOZONI-REIS, 2006). Sob esse prisma direcionado por Paulo Freire para

entendermos como se inserem propostas em EA, que se estruturam em fundamentos teóricos de uma educação não reflexiva, é que precisamos nos atentar para compreender as propostas analisadas neste estudo.

De um modo geral, os proponentes Três Lagoas e Paranaíba apresentaram no contexto da gestão ambiental pública, ações pontuais, mobilizadas para o cumprimento de um calendário ecológico. Esse mesmo panorama foi abordado por Tozoni-Reis *et al.* (2012) ao discutir sobre as formas pontuais e descompromissadas que as atividades de inserção da EA vêm tomando a realidade na escola, e que se relacionam, principalmente, às datas comemorativas do calendário nacional, sem a orientação metodológica necessária para a transformação dessa atividade num processo criativo e sofisticado.

Esta condição da EA implementada predominantemente por meio de projetos e ações pontuais de curto prazo foi discutida por Carvalho (2005), que refletiu sobre essa modalidade tanto no universo escolar, quanto em outros tipos de instituições que promovem educação ambiental, como é o caso verificado na presente pesquisa. Segundo a autora, essa tendência de execução de ações pontuais em vários setores vêm se aprofundando como uma das saídas, por serem intervenções ágeis, de baixo custo e flexíveis. Essas relações podem ser avaliadas em futuros estudos a fim de investigar por que essas dinâmicas e padrões de ações estão presentes na maioria das regiões analisadas, no contexto das práticas socioeducativas inseridas no SisEA/MS.

Muitas destas ações não discutiram os temas contextualizando com as situações limites locais e regionais como, por exemplo, os conflitos sobre o uso e ocupação do solo e uso de recursos hídricos por atividades industriais instaladas, como a produção de papel e celulose. Vale destacar ainda, a atuação das empresas privadas como parceiras participantes nessas ações em EA, e que usam o discurso da conscientização ambiental a partir da responsabilização do indivíduo para problemas de realidades tão complexas.

5.4.2.4 Região Cone-Sul

A Região Cone-sul é constituída por sete municípios, localizados na Bacia do Rio Paraná, e grande parte do seu território está às margens do rio Paraná (Semade, 2015). A região caracteriza-se pela expressiva presença da agricultura familiar, o que justifica uma menor taxa de urbanização. Incentivados pela política de expansão dos cafezais no século passado, esses sítios iniciaram suas culturas pelo plantio de café e exploração de madeira. Posteriormente, madeireiros avançaram sobre a mata-atlântica ainda existente na região e, em

menos de duas décadas, o maciço florestal foi reduzido a menos de 20% do original. Estes dois movimentos consolidaram o nascimento de cidades e iniciaram um processo de construção de uma nova história do cone-sul do MS (MATO GROSSO DO SUL, 2015). Nessas áreas existem atualmente mais de 20 assentamentos rurais que abrigam mais de 4 mil famílias de pequenos agricultores e comunidades indígenas (Semade, 2015).

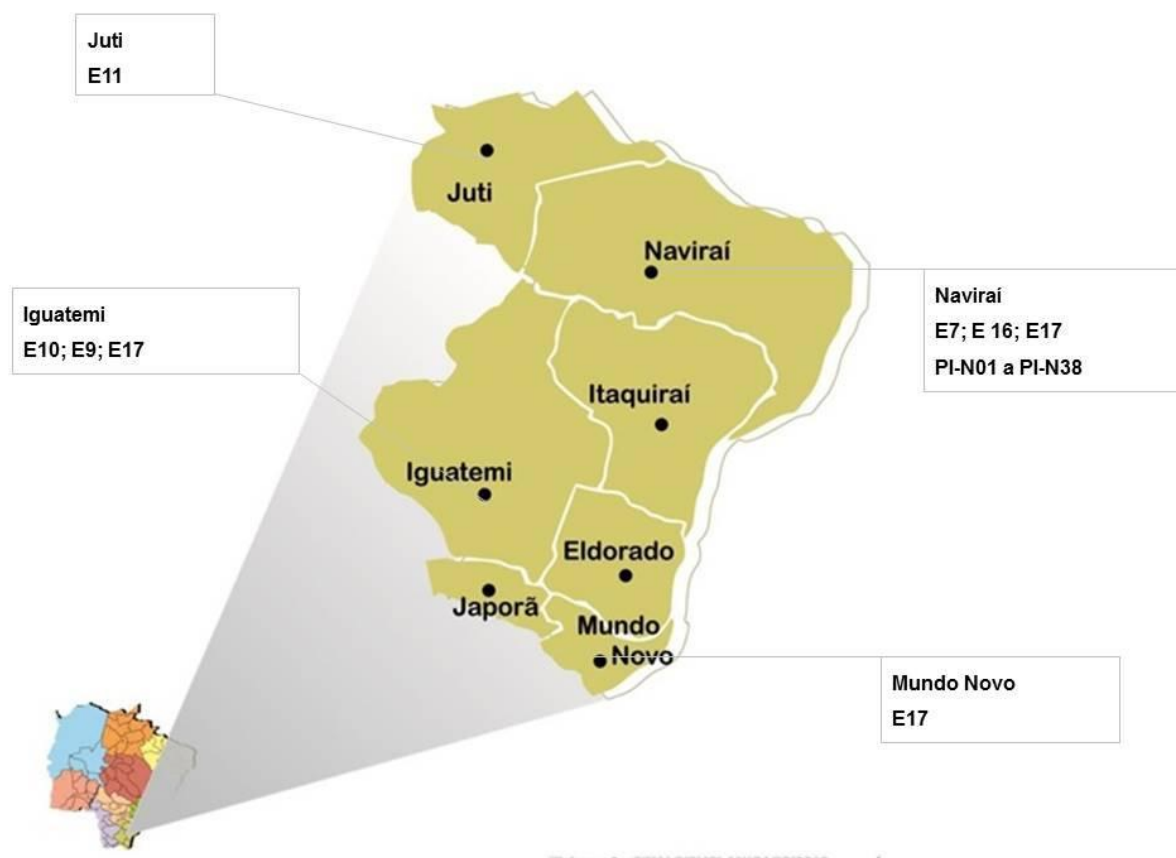
A Região do Cone-sul tem sua economia fundamentada na produção agropecuária, com relevância para a produção de grãos em Naviraí e Itaquiraí, destacando-se as culturas de milho, soja e cana-de-açúcar. A pecuária bovina de corte tem maior expressão em Iguatemi, Naviraí e Itaquiraí, seguido da atividade de avicultura de corte nos municípios de Itaquiraí e Juti (Semade, 2015).

Devido às características geoambientais e a retirada da cobertura vegetal natural pelas atividades pecuária e agrícolas, especialmente a agroindústria sucroalcooleira, acentuou-se a aceleração dos processos erosivos e o acúmulo de sedimentos nos leitos dos rios, tendo como consequência o assoreamento dos rios da região. De acordo com o ZEE do MS a região apresenta 45,04% das paisagens locais já consolidadas com atividades agrárias, sendo necessárias ações de restaurações ambientais de adequabilidade legal, principalmente em áreas de nascentes e cursos d'água (MATO GROSSO DO SUL, 2015).

O município de Naviraí aparece como maior polo econômico e de liderança urbana da região, com um rápido crescimento da indústria e da agroindústria, onde se destacam os setores de alimento, com beneficiamento de carne, grãos, mandioca, leite, além do sucroalcooleiro, da metalurgia, de cerâmica e o têxtil (Semade, 2015).

As análises qualitativas seguem sendo realizadas a partir das propostas finalizadas inseridas para essa região, incluindo as duas demandas de cadastro no SisEA/MS, que estão distribuídas nos municípios em Juti, Naviraí, Iguatemi e Mundo Novo. Para as análises das propostas da demanda Programa ICMS Ecológico foi definido o município de Naviraí como polo da região Cone-Sul (Figura 35).

Figura 35. Distribuição das ações finalizadas definidas para análise para a Região Cone-Sul



E = Ações finalizadas para a demanda Ação espontânea e Outras Demandas; PI = Ações finalizadas para a demanda Programa ICMS Ecológico. As ações estão relacionadas de acordo com os códigos de identificação nos Anexos 3, 4 e 5.

Fonte: Organização da autora, adaptado de SEMADE (2015) a partir dos dados disponibilizados no SisEA/MS

Para essa região não houve registro de propostas finalizadas para a demanda Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental. Foram utilizados para as análises os fragmentos dos elementos textuais das propostas optando por transcrevê-las *ipsis litteris* ao longo dos resultados, mantendo-se inclusive as eventuais incorreções do ponto de vista ortográfico ou gramatical.

As propostas tratam de ações realizadas pelo proponente SANESUL e registradas no SisEA/MS como abrangência Regional, incluindo municípios das regiões do Bolsão e Cone-Sul. Desse modo, a análise discursiva das propostas E7 e E10 já foram apresentadas anteriormente para a Região do Bolsão.

As propostas E16 e E17 tratam de ações do proponente IMASUL e registradas no SisEA/MS como abrangência Regional, incluindo municípios das regiões de Dourados, Bolsão e Cone Sul. Desse modo, a análise discursiva das propostas E16 e E17 já foram apresentadas anteriormente para a Região de Dourados e do Bolsão.

A proposta E11 trata de uma ação pontual, cadastrada por proponente pessoa física, sob o título Alunos visitaram o viveiro municipal e banco comunitário de sementes crioulas. A ação teve como objetivo “despertar aos alunos a consciência ambiental e conhecimentos sobre o processo técnico de armazenamento de sementes crioulas” (E11), demonstrando uma intervenção educativa conteudista da EA, em que a consciência e aquisição de informações a partir de uma atividade técnica (transplante de mudas) desconsideraram a discussão sobre como se deu o processo educativo, conforme descrito no resumo da ação:

Na oportunidade, os alunos foram recepcionados pelo superintendente municipal de meio ambiente [...], que apresentaram todo o processo de armazenamento de sementes crioulas em câmara fria e ambiente climatizado. Os alunos também conheceram o memorial irmã lucinda moretti. Após a visita ao banco comunitário de sementes crioulas, os alunos do scfv participaram de atividades no viveiro municipal, fazendo o transplante de mudas nativas dos tubetes para os saquinhos plásticos. No final da visita cada aluno levou uma muda para plantar em suas casas (E11).

Os elementos textuais da proposta partem de uma EA conservadora, visto que a mobilização do conhecimento sobre a “aplicação de procedimentos técnicos sobre a manipulação de sementes” se deu de maneira simplificada. Nesse sentido, reforçam um estereótipo de EA voltado a ações pontuais, com propostas ingênuas e práticas que estão longe dos princípios da EA enquanto: atividade contínua, com caráter interdisciplinar, com perfil pluridimensional, voltada à participação social e solução de problemas, visando à mudança de valores, atitudes e comportamentos sociais.

As propostas PI-N27, PI-N12, PI-N19 e PI-N01 tratam de ações pontuais para as comemorações da Semana do Meio Ambiente ou Semana da EA, realizadas em 2016, 2017, 2018 e 2019, respectivamente. As ações apresentam os mesmos objetivos, e demonstram uma tendência pragmática da EA, pois as propostas têm como ensejo as mudanças individuais dos sujeitos. Para a tendência pragmática as práticas defendem que mudar o comportamento individual é sinônimo de mudar a realidade, e apostam que as relações se dão sempre do indivíduo para o outro, por somatório e bom exemplo (LOUREIRO, 2015), conforme o elemento textual:

Promover atividades educativas para alunos das redes públicas e privadas em diferentes níveis e modalidades de ensino, além da comunidade naviraiense, a fim de desperta-los para a realidade ambiental local e motiva-los a reflexões eminentes a essa realidade, com o propósito de resultar em ações e atitudes mais conscientes no dia a dia de cada individuo (PI-N27).

Os pressupostos metodológicos envolveram palestras organizadas a partir de diversos temas a cada edição, sendo que no ano de 2016,

O Tema central de 2016 foi “Destinação Adequada é responsabilidade de todos #compartilhe essa ideia.” Dentre as atividades e os públicos direcionados, destacamos Oficinas de ecobrinquedos em parceria com o IFMS e com o Comdema, Labirinto do conhecimento em parceria com a Polícia Militar Ambiental (PMA), Igrejas Cristãs do município, associações de bairros, Grupo de Estudos em Proteção a Biodiversidade (Gebio) e poder público municipal, Caça ao tesouro, Capacitação de poda e extração de árvores urbanas e aulas de campo com a contribuição dos parceiros Assecomar e Uniesp (PI-N27).

Para o ano de 2017,

[...] Visita ao Viveiro da GEBIO, Visita ao Aterro Sanitário Municipal, Palestras: (Conhecendo o Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema (IMASUL), Palestra - Resíduos Sólidos: Destinação Final das Embalagens Vazias de Agrotóxicos (ARANAV), Palestra: Adequação das Propriedades Rurais da Região de Naviraí (COPASUL), Palestra: Conservação de Solos e Água (AGRAER) e Aula de Campo na Fazenda GREEN FARM (PI-N12).

Para o ano de 2018,

[...] Palestra “Conhecendo o Parque estadual das Várzeas do Rio Ivinhema” – IMASUL; a Palestra “Conservação de Solos e Sistemas Produtivos” – EMBRAPA; Palestra “Unidades de Conservação e Serviços Ecológicos” – ICMBio; Palestra “Destinação final das Embalagens Vazias de Agrotóxicos e Adequações Ambientais das Propriedades Rurais da região de Naviraí” – ARANAV e COPASUL; Circuito Tela Verde – GEBIO; Palestra “Conhecendo as Unidades de Conservação de Naviraí” – GEMA; Aulas de campo no Parque Natural Municipal do Córrego Cumandaí – GEMA/IFMS; Palestra “Saneamento Básico – água e esgoto tratado significam qualidade de vida” – SANESUL e Palestra “Ciclo do Plástico” – JBS e JBS Ambiental (PI-N19).

E, para 2019,

[...] Apresentação do Projeto “Guarda Mirim no Terreno” – Guarda Mirim; Palestra: Gestão e Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos – GEBIO; Gerenciamento de Resíduos Sólidos na RAA – Rio Amambai Agroenergia; Palestra: Resíduos Sólidos e Coleta Seletiva – Excelência Ambiental; Palestra: Resíduos Sólidos de Agroquímicos – Uma responsabilidade Compartilhada – ARANAV/COPASUL e Palestra: Resíduos Sólidos e o Saneamento Básico – SANESUL (PI-N01).

O proponente não implementou uma avaliação intencional e planejada, que pudesse demonstrar o alcance dos objetivos educacionais, assim os resultados das ações foram descritos a partir de percepções por observações informais e cotidianas sobre o interesse dos sujeitos nas questões ambientais. Não há qualquer detalhamento de indicadores ou relatos dos sujeitos, de modo comprovar as conclusões sugeridas, como, por exemplo: “Notamos maior interesse da comunidade pelas questões ambientais, maior procura das escolas para desenvolver atividades como palestras, aulas de campo e oficinas” (PI-N01; PI-N12; PI-N19; PI-N27), conforme as Figuras 36 e 37.

Figura 36. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-N01, realizada no Município de Naviraí-MS.

Ir para conteúdo Ir para o menu Ir para busca Ir para rodapé

Acessibilidade: A+ A- Mapa do site

Naviraí, 25 de julho de 2019

Faça uma pesquisa

PREFEITURA SERVIDOR EMPRESA CIDADÃO

Gerência de Meio Ambiente abre a Semana de Educação Ambiental



Assessoria de Imprensa
3 de junho de 2019
Gerência de Meio Ambiente

Compartilhe isso:

Facebook WhatsApp

Nesta segunda-feira (03), a Gerência de Meio Ambiente realizou solenidade de abertura da 15ª Semana de Educação Ambiental. O evento que teve início hoje com duração até o próximo dia 07 terá palestras direcionadas para os cuidados dos Resíduos Sólidos.

A cerimônia de abertura aconteceu na Sede da Guarda Mirim e na composição do rol de autoridades representando o Poder Legislativo o vereador Márcio Scarlassara, vereadora Rosângela Sofa vice-presidente do Condema, Maria Elaine Gimene vice-presidente da Guarda Mirim, e Astolfo Carlos Mendes Gerente de Meio Ambiente do município de Naviraí.

Estiveram ainda prestigiando a cerimônia o professor Matheus Borneli de Castro – Diretor do IFMS Campus de Naviraí, Luri Tutida professora do Projeto Aquarela, Victor de Castro Alípio e Isaac Rodrigues Supervisores de Meio Ambiente do JBS, Fernanda Palota e Marcela Camillo – Supervisora e Analista de Sustentabilidade da Usina Rio Amambai Agroenergia, Os gerentes municipais da Prefeitura de Naviraí, Marizélia Mazzini Medeiros – GEAS e Caroline Touro – Educação, Daniel Henrique e Felipe Vedovoto – UFMS, Sílvia Benedetti – UEMS e Antônio Corrêa Braga representando a Polícia Ambiental.

Durante a realização da cerimônia foi feita algumas apresentações culturais desenvolvidas pelos alunos da Guarda Mirim e do Projeto Aquarela. Adriano Pontes coordenador da Guarda Mirim, juntamente com alunos da instituição, fez uma explanação de um projeto que está sendo desenvolvido denominado "Guarda Mirim no Terreno", projeto que orienta as pessoas a não jogarem em terrenos baldios ou beira de estrada, lixo, entulhos, móveis e utensílios em geral que possam poluir o meio em que vivemos.

Astolfo Mendes gerente de Meio Ambiente disse que a Semana de Educação Ambiental com o apoio de diversas entidades e empresas da cidade é de suma importância para conscientização de todos com o cuidado do meio ambiente. Ele destaca que na história de Naviraí nunca foi levado tanto a sério essa problemática e que agora com apoio do prefeito Dr. Izauri Macedo começa a sair do papel a implantação do Projeto Cidade Mais, Coleta Seletiva de Naviraí que com certeza estará em funcionamento ainda este ano.

Para os vereadores Rosângela Sofa e Márcio Scarlassara a união e o esforço de todos com certeza só irá trazer bons frutos e o trabalho desenvolvido pela prefeitura em zelar pelo nosso meio ambiente, além de trazer sustentabilidade vai somar renda e empregabilidade.

A Semana de Educação Ambiental durante esta semana tem uma extensa programação com palestras nas instituições educacionais todas elas enfocando a responsabilidade com o Resíduo Sólido e seu gerenciamento.



Foto Assessoria de Imprensa.



Foto Assessoria de Imprensa.



Foto Assessoria de Imprensa.

Últimas Notícias

25 de julho de 2019
Parque Linear do Córrego do Touro aguarda liberação dos recursos

25 de julho de 2019
Motoristas do transporte escolar recebem novos uniformes

25 de julho de 2019
Hospital Municipal de Naviraí recebe 10 cadeiras de banho doadas pela Copasul

24 de julho de 2019
Emposados conselheiros do Comtur - Conselho Municipal de Turismo

23 de julho de 2019
Realizado em Naviraí a seletiva do Festival Estudantil Temático de Trânsito

Fonte: Portal município de Naviraí-MS, retirado do relatório anexado à proposta PI-N01 no SisEA/MS

Figura 37. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-N12, realizada no Município de Naviraí-MS.

Prefeitura de Naviraí realizará a XIII Semana de Educação Ambiental

Quarta-feira, 31 de Maio de 2017 - 08h58 [Imprimir](#) [Gerência de Meio Ambiente](#)

A prefeitura Municipal de Naviraí realizará de 05 a 09 de junho a XIII Semana de Educação Ambiental. O evento organizado pela gerência de meio ambiente tem a abertura programada para acontecer no Parque Natural Municipal do Córrego Cumandá a partir das 08 horas.

A Semana de Educação Ambiental em Naviraí foi instituída por meio de um Projeto de Lei que tem por objetivo conscientizar a população a respeito dos devidos cuidados relativa às questões ambientais. Segundo o gerente de meio ambiente Astolfo Carlos Mendes durante toda a semana várias palestras e atividades educacionais com alunos da Rede Pública e particular estarão sendo desenvolvidas.

A programação prevê ainda apresentações culturais, visita ao viveiro da GEBIO, ao Aterro Sanitário, aula de campo na fazenda Green Farm e trilha com a Polícia Militar Ambiental.

Programação Completa

Segunda-feira (05/06)
8h - Abertura Oficial
Local: Parque Natural Municipal do Córrego Cumandá
14h - Visita ao viveiro da GEBIO

Terça-feira (06/06)
8h às 16h30 - Visita ao Aterro Sanitário Municipal

Quarta-feira (07/06)
07h às 17h - Aula de Campo na Fazenda Green Farm.

Quinta-feira (08/06)
8h - Palestra: Resíduos Sólidos - Destinação Final das Embalagens Vazias de Agrotóxico (ARANAV).
Local: Escola Municipal Marechal Rondon
13h - Palestra: Resíduos Sólidos - Destinação Final das Embalagens Vazias de Agrotóxico (ARANAV).
Local: IFMS campus Naviraí
19h30 - Palestra: Conservação de solos e água (AGRAER).
Local: IFMS campus Naviraí

Sexta-feira (09/06)
8h às 16h30 - Palestra e Trilha com a Polícia Militar Ambiental
Local: Parque Natural Municipal do Córrego Cumandá

Fonte: Assessoria de Imprensa

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

E-OUV SISTEMA ELETRÔNICO DE OUVIMENTO DENÚNCIA RECLAMAÇÃO SUGESTÃO E ELOGIOS

GESTÃO TRIBUTÁRIA

PLANOS MUNICIPAIS

LEIS, PORTARIAS E DECRETOS

LICITAÇÕES EDITAIS/CONTRATOS

CONCURSOS

FONES / ENDEREÇOS / HORÁRIOS

CONTROLADORIA MUNICIPAL

AGENDA CULTURAL

HOLERITE

CADASTRO TÉCNICO RURAL MULTIFINALITÁRIO

ITR

CASA PRÓPRIA INSCRIÇÃO

BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO H1N1 NAVIRAÍ-MS

EDITAL - SORTEIO CONJUNTO NELSON TRAD

PORTAL DO SERVIDOR

NÚCLEO DE INFORMÁTICA

Fonte: Jornal mídia local do município de Naviraí - MS, retirado do relatório anexado à proposta PI-N12 no SisEA/MS

As propostas PI-N32, PI-N21 e PI-N02, tratam de campanhas sobre a Coleta De Lixo Eletrônico, realizadas em 2015, 2018 e 2019, respectivamente. Ou seja, as propostas (Figuras 38 e 39) referem-se a ações práticas para a resolução técnica da coleta de resíduos, de acordo com os objetivos propostos:

[...] um dia especial para coletar a maior quantidade possível de rejeitos eletrônicos e destiná-los corretamente as empresas de reciclagem e/ou de tratamento a fim de minimizar os impactos ambientais”. As intervenções metodológicas podem ser observadas conforme o trecho a seguir “será realizada a divulgação através de rádio e mídias digitais informando sobre a

campanha, seu período de duração e os eco pontos bem como orientação sobre a importância do descarte correto do Lixo Eletrônico (PI-N02; PI-N21).

Figura 38. Divulgação no Portal município de Naviraí-MS sobre a proposta PI-N02, realizada no Município de Naviraí-MS.

Ir para conteúdo 1 Ir para o menu 2 Ir para busca 3 Ir para rodapé 4

Prefeitura Municipal de **Naviraí**

Faça uma pesquisa

PREFEITURA

Gerência de Meio Ambiente, Conisul e IFMS estão desenvolvendo Campanha de Recolhimento de Lixo Eletrônico



Assessoria de Imprensa
24 de junho de 2019
Gerência de Meio Ambiente

Compartilhe isso:

Facebook WhatsApp

A Prefeitura Municipal de Naviraí por intermédio da Gerência de Meio Ambiente, IFMS e Conisul com apoio da Gerência de Educação está realizando uma Campanha de Recolhimento de Lixo Eletrônico, tudo que for de lixo eletrônico, como computador, cabo de força Pilhas, Caixa de Som, Lâmpadas Florescentes, Teclado, Monitores, Data Show, Baterias, Mouse, Brinquedos Eletrônicos, Impressoras, DVD, Celulares, Projetores, TV não sucateada e eletrodomésticos em geral não devem ser jogados por ai.

Astolfo Carlos Mendes gerente de Meio Ambiente do município de Naviraí enfatiza sob a importância e o engajamento de todos nessa ação. "É preciso consciência da população no sentido de dar um direcionamento nesse lixo, já que o mesmo não pode ser descartado de maneira incorreta. O lixo eletrônico é prejudicial ao meio ambiente, por ser material alguns tóxicos e outros de difícil decomposição causando enorme danos ao nosso meio". Destacou Astolfo.

A Campanha que teve início no dia 24 vai até o próximo dia 28 de junho, sendo que todo esses materiais poderão ser entregues nas escolas municipais que estão prontas para receber. Agora depende de você procurar a escola mais próxima de seu bairro: Escola José Martins Flores no Sol Nascente, Milton Dias Porto e José Carlos da Silva no Jardim Paraíso, Marechal Candido Rondon Centro, Maria de Lourdes Aquino bairro Boa Vista, Odércio Nunes de Matos no Harry Amorim Costa e Diomedes Valentin Cerri no Ipê.



Foto Assessoria de Imprensa.



Foto Assessoria de Imprensa.

Fonte: Portal município de Naviraí-MS, retirado do relatório anexado à proposta PI-N02 no SisEA/MS

Figura 39. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-N21, realizada no Município de Naviraí-MS

MENU Naviraí - MS, 11/11/2019 Hoje: Máx: 0°C / Mín: 0°C

Sul News O Estado está aqui


-TAPAJÓS- O MELHOR PELO PREÇO MENOR

Meio Ambiente inicia Campanha de Coleta de Lixo Eletrônico

NAVIRAÍ

Por EDILSON OLIVEIRA (67) 9 9920 5175 edilsonav@gmail.com 09/04/2018 - 16:30 hs

Foto: DIVULGAÇÃO



Lixo eletrônico

Com o intuito de propagar a conscientização entre a população da importância de se realizar o descarte adequado e praticar o consumo consciente dos Produtos Eletrônicos, a Gerência de Meio Ambiente de Naviraí inicia nessa segunda-feira (09), e estende até sexta-feira (13), a Campanha de Coleta de Lixo Eletrônico, que tem por objetivo recolher produtos e equipamentos eletrônicos para ser dada a destinação correta a esses materiais.

Ao falar da campanha o Gerente Municipal de Meio ambiente - Astolfo Carlos Mendes, informou que a população poderá deixar seus produtos eletrônicos que já não são mais utilizados nos postos de coleta espalhados pela cidade, principalmente na Sede da Gerência de Meio Ambiente (localizada no Bosque Municipal), na Escola do IFMS (Jardim Boa Vista) e no antigo Centro de Convivência do Idoso (Rua Natal - Centro).

Fonte: Jornal na mídia local do município de Naviraí-MS, retirado do relatório anexado à proposta PI-N21 no SisEA/MS

A cada edição as ações alcançaram resultados diversos, de acordo com as metas obtidas. Nesse caso, as conclusões finais das propostas estão atreladas aos indicadores quantitativos sobre o volume recolhido de resíduos, não sendo abordado o aspecto do

processo educativo da EA. Assim, fica evidente nos discursos que as propostas PI-N32, PI-N21 e PI-N02 são práticas para a resolução técnica, ou seja, o descarte ambientalmente adequado dos resíduos. O êxito da proposta está associado ao volume de resíduos coletado, desconsiderando nas discussões outros aspectos como a relação de consumo e produção, negligenciando o entendimento e até mesmo o reconhecimento da crise ambiental derivada do modo de produção capitalista.

Layrargues (2005) alerta que essa prática educativa, que se insere na lógica da metodologia da resolução de problemas ambientais locais de modo pragmático, tornando a reciclagem do lixo uma atividade-fim, em vez de considerá-la um tema-gerador para o questionamento das causas e consequências da questão do lixo, remete-nos de forma alienada à discussão dos aspectos técnicos da reciclagem, esquivando-se da questão política (LAYRARGUES, 2005, p. 180). Essa percepção fica evidente nos resultados das ações de 2015, e que se apresentam igualmente descritos para os anos de 2018 (PI-N21) e 2019 (PI-N02):

Os resultados foram satisfatório, uma das escolas Estaduais Eurico Gaspar Dutra, realizou gincana com premiação para o grupo de alunos que conseguissem recolher a maior quantidade de lixo eletrônico. Isso nos deu muitas ideias novas para a programação da próxima campanha. Assim obtivemos os seguintes números: I. Resíduos Três mil e cem quilos coletados. II. Voluntários Funcionários da Gerencia Municipal de Meio Ambiente, da ONG GEBIO, acadêmicos da UNIESP do curso de Geografia distribuídos em cada ponto de recebimento. III. Pontos de Coleta Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, Fundação de Cultura, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Praça Central (PI-N32).

As propostas PI-N20 e PI-N03 são campanhas para o combate às queimadas, realizadas em 2018 e 2019, respectivamente. As propostas foram organizadas a partir dos mesmos objetivos: “sensibilizar a população de Naviraí-MS sobre os problemas advindos das queimadas urbanas e orientar sobre práticas que devem substituir tais ações danosas” (PI-N20 e PI-N03).

As intervenções metodológicas variaram discretamente a cada edição, mas tendo em comum a realização de palestras pelos técnicos do setor ambiental nas escolas, envolvendo a temática. Nesse sentido, trazemos as considerações de Tozoni-Reis *et al.* (2012) sobre as práticas em EA realizadas no contexto escolar sob a responsabilidade de especialistas ou pessoas de fora da escola, e que vão de encontro à realidade das experiências verificadas no presente estudo. De acordo com Tozoni-Reis *et al.* (2012) essas intervenções “não têm merecido, o cuidado de serem planejados, executados e avaliados com a participação efetiva

dos (as) professores (as) e dos (as) alunos (as) para que sejam aproveitados de forma integrada aos estudos ambientais compreendidos no currículo escolar” (TOZONI-REIS *et al.*, 2012, p. 29).

Assim, geralmente os técnicos do órgão municipal de meio ambiente são mediadores das ações educativas, e não apresentam o fundamento teórico e pressupostos metodológicos detalhados, como por exemplo, no relato das seguintes propostas:

Foram definidas duas estratégias, sendo a primeira a divulgação de spot na rádio, divulgação nas mídias digitais e a sensibilização através de painel digital localizado na Avenida Weimar Gonçalves Torres, área central de Naviraí, onde existe maior trânsito de pessoas. A segunda estratégia foi definida atividade de Educação Ambiental com alunos da Guarda Mirim, por serem crianças de bairros diversos do município. Buscamos a parceria do Corpo de Bombeiros que disponibilizou um soldado para realizar as atividades educativas com os alunos supracitados. Essa atividade baseia-se em palestra que retratará os malefícios causados pelas queimadas urbanas, onde serão utilizadas imagens de ocorrências do próprio município. O desenvolvimento da campanha será veiculada em sites de notícias, para que juntamente com divulgação no facebook, whatsApp e rádios locais, possam atingir o maior número possível de pessoas (PI-N20).

Foram definidas duas estratégias, sendo a primeira a divulgação de spot na rádio e divulgação nas mídias digitais A segunda estratégia foi definida atividade de Educação Ambiental com alunos de 4º ano do Ensino Fundamental das sete escolas da rede municipal de ensino. Essa atividade baseia-se em palestra que retratará os malefícios causados pelas queimadas urbanas, onde serão utilizadas imagens de ocorrências do próprio município (PI-N03).

Os resultados em ambas as edições foram descritos a partir de parâmetros de avaliações intencionais e planejadas, como as quantidades de denúncias de queimadas registradas nos órgãos de fiscalização. Entretanto, os indicadores que deveriam ser obtidos com a avaliação não foram discutidos, sendo insuficientes para diagnosticar o alcance dos objetivos educacionais. Por fim, as conclusões não comprovam a garantia do êxito da ação, como verificadas no fragmento: “os resultados serão analisados através do aumento das denúncias feitas pela população naviraiense bem como pela diminuição das queimadas, a ser analisada pela Gerencia Municipal de Meio Ambiente e Corpo de Bombeiros” (PI-N20 e PI-N03) (Figuras 40 e 41).

Figura 40. Divulgação no portal do município de Naviraí-MS sobre a proposta PI-N03, realizada no Município de Naviraí-MS.

The image shows a screenshot of a news article on the official website of the Municipality of Naviraí, Mato Grosso do Sul. The page header includes the municipal logo and the name 'Naviraí'. The article title is 'Gerência de Meio Ambiente e Corpo de Bombeiros realizam Campanha de Combate as Queimadas Urbanas'. The main image shows a group of people in blue shirts holding a banner. The article text describes a campaign to combat urban fires, mentioning a series of lectures for 4th-grade students from August 5th to 8th, organized by the Environmental Education Nucleus. It also references a municipal law (Lei Complementar n.º 062/2006) that prohibits burning in residential areas. The article concludes by mentioning the support of the Fire Department and the Environmental Management Agency. There are two smaller inset photos: one showing a group of people in a classroom and another showing a group of people in front of a building. The article is dated August 12, 2019, and is categorized under 'Assessoria de Imprensa' and 'Gerência de Meio Ambiente'.

Gerência de Meio Ambiente e Corpo de Bombeiros realizam Campanha de Combate as Queimadas Urbanas

Assessoria de Imprensa
12 de agosto de 2019
Gerência de Meio Ambiente

Compartilhe isso:
Facebook WhatsApp

A Gerência Municipal de Meio Ambiente em parceria com o Corpo de Bombeiros está realizando a Campanha de Combate as Queimadas Urbanas em Naviraí, buscando orientar e conscientizar a população para os problemas advindos dessa prática.

Dos dias 05 a 08 de agosto, foram ministradas palestras para alunos do 4º ano do Ensino Fundamental na rede municipal de Ensino pelo Sargento A. Costa e pela Gerente do Núcleo de Educação Ambiental Katia Vivian C. Borges com objetivo de sensibilizar essa público e torná-los agentes multiplicadores das boas práticas ambientalmente corretas.

A realização da campanha é necessária, pois a prática de queimadas urbanas traz inúmeros malefícios, como o prejuízo a saúde pública, aumento do número de doenças respiratórias risco de incêndios irreparáveis, diminuição da umidade do ar, dano ambiental evidente uma vez que a queimada pode alastrar-se, entre outros problemas.

Vale ressaltar que a Lei Complementar n.º 062/2006, que institui o Código de Posturas do município de Naviraí, cita no Artigo 30, inciso IV, que para preservar a higiene pública, fica terminantemente proibido: "queimar, mesmo no próprio quintal, lixo ou quaisquer materiais em quantidades capazes de molestar a vizinhança".

De acordo com Astolfo Carlos Mendes Garente de Meio Ambiente e o Major QOBM Everton Torres de Oliveira Comandante do 6º Subgrupamento de Bombeiros Militar Independente, a formação dessa parceria busca unir esforços a fim de mobilizar de forma mais ampla a comunidade, sensibilizando-os para a adoção de práticas não nocivas a qualidade de vida e do meio ambiente.

Foto - GEMA - EMEIEF Ver. Odécio Nunes de Matos.

Foto - GEMA - EMEIEF Diomedes Valentin Cerri.

Fonte: Portal município de Naviraí-MS, retirado do relatório anexado à proposta PI-N03 no SisEA/MS

Figura 41. Divulgação no Portal do município de Naviraí-MS sobre a proposta PI-N20, realizada no Município de Naviraí-MS.

Município de Naviraí
Gerências Municipais
e-SIC
Ouvidoria

Ir para conteúdo 1 Ir para o menu 2 Ir para busca 3 Ir para rodapé 4


Prefeitura Municipal de Naviraí

Faça uma pesquisa
PREFEITURA

GEMA promove mais uma ação sobre Queimadas Urbanas





-  Assessoria de Imprensa
-  4 de setembro de 2018
-  Gerência de Meio Ambiente

Compartilhe isso:

 Facebook
 Google

A Gerência Municipal de Meio Ambiente – GEMA, tem realizado uma intensa campanha buscando sensibilizar a população quanto aos efeitos das queimadas urbanas, orientando sobre práticas saudáveis para evitar tal ato.

De acordo com o IBGE, o município está sob influência do clima tropical (AW) e próximo da linha divisória com o trópico de capricórnio, sendo caracterizado pelo verão chuvoso e inverno seco, onde os meses mais secos são junho, julho e agosto, meses período que se intensificam as queimadas urbanas.

A Lei Complementar n.º 062/2006, que institui o Código de Posturas do município de Naviraí, cita no Artigo 30, inciso IV, que para preservar a higiene pública, fica terminantemente proibido... “queimar, mesmo no próprio quintal, lixo ou quaisquer materiais em quantidades capazes de molestar a vizinhança.”

A fim de unir esforços e sensibilizar a comunidade, foi buscada a parceria do 6º Subgrupamento de Bombeiro Militar em Naviraí, onde o Cabo BM Hariel César Freire da Foneca realizou palestra para os alunos da Guarda Mirim, enfatizando tópicos como o período de estiagem, consequências das queimadas, legislação ambiental, além de ações de prevenção e a importância das crianças e adolescente serem multiplicadores desse conhecimento.

Segundo o gerente de meio ambiente, Astolfo Carlos Mendes, tal prática traz inúmeros malefícios, como o prejuízo a saúde pública, o risco de incêndios irreparáveis, diminuição da umidade do ar, dano ambiental evidente uma vez que a queimada pode alastrar-se atingindo outras propriedades públicas ou particulares, aumento do número de doenças respiratórias causando aumento no número de casos de atendimento médico, entre outros.



Alunos da Guarda Mirim receberam informações sobre queimadas urbanas

Fonte: Portal município de Naviraí-MS, retirado do relatório anexado à proposta PI-N20 no SisEA/MS

As propostas PI-N36, sob o título Florescer, e PI-N30, PI-N22 e PI-N04 intitulados como Naviraí + Verde possuem a mesma finalidade – arborização urbana, e foram realizadas em 2015, 2016, 2018 e 2019, respectivamente. Os projetos apresentaram os seguintes objetivos: “Incentivar plantios com espécies adequadas em áreas urbanas e rurais” (PI-N36; PI-N30, PI-N22 e PI-N04), não sendo verificado nos discursos textuais um processo educativo para o seu alcance. A proposta sugere a prática pela prática, com intervenções metodológicas fundamentadas na resolução técnica dos problemas (aumentar os indivíduos arbóreos plantados), com ênfase na gestão ambiental e sua racionalidade técnica, a partir da produção e doação de mudas.

Os elementos textuais analisados contêm o discurso de uma concepção de EA conservadora com ênfase na tecnologia para a resolução de conflitos e/ou problemas ambientais. As práticas foram construídas igualmente para todas as edições, conforme o trecho a seguir:

Primeiramente é realizada a coleta de sementes, as quais são plantadas no viveiro de mudas. Os plantios são realizados durante todo o ano, haja visto que cada espécie tem seu próprio período de produção e sementes. Quando as mudas atingem o tamanho de 60 centímetros já podem ser doadas. Os municípios que requerem a doação de mudas são orientados pelos técnicos da Gerência de Meio Ambiente sobre as características das espécies, bem como, qual é apropriada para cada local de plantio e manutenção. Após a escolha das espécies, é preenchido um cadastro com dados do requerente, bem como do local de plantio e o mesmo assina (PI-N36, PI-N30, PI-N22 e PI-N04).

Os resultados foram apresentados de acordo com as metas alcançadas sobre o quantitativo de mudas doadas a cada edição, como em 2015, 2018 (Figura 42) e 2019 (Figura 43):

Os resultados foram satisfatórios, desde a mobilização dos alunos, até o plantio das mudas e cuidados posteriores. Instituições envolvidas: Gerência Municipal de Meio Ambiente e Escola Municipal Marechal Cândido Rondon. Número de alunos que participaram da ação: 30 alunos. Quantidade de mudas plantadas: 30 árvores de espécies nativas (PI-N36).

Quantidade de mudas nativas doadas em 2018 para áreas rurais: 2.052 de espécies de pequeno, grande e médio porte como: Ingá, Canafístula, Cedro, Angico, Tipuana, Jatobá, Língua de Vaca, Pitanga, Guapuruvu, Embaúba, Amendoim, Ipê-rosa, Ipê-amarelo, Ipê-roxo, Macaúba, Tamarindo, Tucaneiro, Pau-ferro, Jacarandá-mimoso, Olho de cabra, entre outras. Quantidade de mudas nativas doadas em 2018 para arborizar áreas urbanas: 388 mudas de espécies de pequeno e médio porte, como: Quaresmeira, Resedá, Canelinha, Pata-de-vaca, Chorão, Oiti, Aroeira-pimenta entre outras. Total de mudas de árvores doadas em 2018: 2.440 mudas (PI-N22).

Quantidade de mudas nativas doadas em 2019 para áreas rurais: 4.893 (quatro mil oitocentos e noventa e três) mudas de espécies. Quantidade de

mudas nativas doadas em 2019 para arborizar áreas urbanas: 1.194 (mil cento e noventa e quatro) mudas de espécies (PI-N04).

Figura 42. Divulgação nas mídias sociais sobre a proposta PI-N22, realizada no Município de Naviraí-MS.

The image is a screenshot of a Facebook page for 'Meio Ambiente de Naviraí'. The page header shows the name and search bar. The main content is a post from November 8, 2018, announcing a tree-planting event. The post text states: 'A Gerência de Meio Ambiente juntamente com alunos do Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, realizaram no dia 07/11/18 o plantio de 35 mudas de Pata-de-Vaca na Praça dos Pioneiros. Participou também do evento a vereadora Rosângela Sofa. #EducaçãoAmbiental #AlunosEmAção'. Below the text is a large group photo of participants, and three smaller photos showing the planting process. The page statistics at the bottom indicate 2,689 reach and 372 engagements.

Meio Ambiente de Naviraí
 @gerenciameioambiente.naviraí

Publicações

2.689 Pessoas alcançadas

372 Envolvimentos

Impulsionar publicação

Fonte: Página das mídias sociais da Gerência de Meio Ambiente do município de Naviraí-MS, retirado do relatório anexado à proposta PI-N22 no SisEA/MS

Figura 43. Divulgação no Portal município de Naviraí-MS sobre a proposta PI-N04, realizada no Município de Naviraí-MS.

ores-no-parque-sucupira/

Ir para conteúdo 1 Ir para o menu 2 Ir para busca 3 Ir para rodapé 4



Prefeitura Municipal de
Naviraí

Faça uma pesquisa

PREFEITURA

GEMA realiza plantio de árvores no Parque Sucupira



Assessoria de Imprensa
7 de março de 2019
Gerência de Meio Ambiente

Compartilhe isso:

Facebook WhatsApp

A Gerência de Meio Ambiente da Prefeitura de Naviraí realizou na última quinta-feira, dia 28 de fevereiro, o plantio de mudas de árvores das espécies Canelinha e Acácia azul no estacionamento do Parque Sucupira localizado na Rua Henrique Dias.

As árvores são indispensáveis na natureza por possuírem diversas finalidades. Elas auxiliam na purificação e umidade do ar, pois agem como sequestradoras de CO₂, capturando gases tóxicos e devolvendo oxigênio para a atmosfera. Além disso, as árvores trazem outros benefícios para vários ecossistemas e espaços públicos.

Segundo o gerente de Meio Ambiente Astolfo Carlos Mendes o plantio realizado atendeu a uma solicitação do Vereador Josias de Carvalho, que foi procurado pelos moradores da área de entorno com a referida demanda. A atividade contou com a colaboração da Gerência de Obras, moradores e funcionários do Parque Sucupira.




Fonte: Portal município de Naviraí-MS, retirado do relatório anexado à proposta PI-N04 no SisEA/MS

As propostas PI-N26, PI-N11, PI-N18 e PI-N05 tratam de ações pontuais organizadas em comemoração ao DIA DA ÁRVORE, realizadas em 2016, 2017, 2018 e 2019, respectivamente. As ações tiveram como objetivo a “coleta e plantio de sementes de espécies da flora local, incutindo nos agentes envolvidos nesse processo um compromisso e uma

responsabilidade com a qualidade do ambiente que nos cerca”, comum em todas as edições” (PI-N26; PI-N11; PI-N18; PI-N05).

As intervenções metodológicas foram organizadas com algumas adaptações das atividades a cada edição, sendo que algumas envolveram a UC, como um espaço educador muito importante, demonstrando o potencial pedagógico desse ambiente para a troca de saberes e promoção da EA. Entretanto, as propostas não esclarecem como os conhecimentos práticos foram integrados ao currículo, por meio dos conhecimentos teóricos mobilizados na escola posteriormente pelos educadores, para a construção de uma percepção de responsabilidade ambiental. As descrições das propostas sugerem que a ação ocorreu da prática pela prática, reduzida à coleta de sementes e cultivo de mudas.

Ainda que possamos verificar o potencial da ação educativa, analisamos as propostas de acordo com os discursos ideológicos observados e que estão materializados nos elementos textuais. Se as relações pedagógicas e os princípios da EA de fato não estão descritas no processo não podemos conceber nas análises a concepção de uma determinada tendência educativa. A EA não se dá simplesmente pela via de uma compreensão de conhecimentos teóricos, como também não se realiza apenas por intervenções práticas descontextualizadas de uma reflexão crítica, como observado na descrição da proposta com a coleta e cultivo de mudas.

A EA se dá pela práxis que dialoga com a teoria e prática em processo de interação; portanto, não disjunta, simplifica e reduz uma das partes. Também não se dá focada no indivíduo, mas também não o nega diante do coletivo, é uma prática educativa potencializadora do movimento coletivo conjunto capaz de intervir no processo de transformação da realidade socioambiental. Propostas estas que, se fizerem presentes no cotidiano escolar, nos fazem acreditar na possibilidade da associação entre crianças e educação ambiental nas escolas para a construção de um mundo melhor (VIEGAS E GUIMARÃES, 2004, p. 62).

Os pressupostos metodológicos foram descritos igualmente para todas as edições. Em 2017 e 2018, o proponente não descreve na metodologia de que forma o processo educativo permeou a ação, apresentando nos elementos textuais uma prática que desconsidera a abordagem educativa. Neste caso, as ações trataram do plantio de mudas conforme apresentado na figura 44:

Primeiramente foram identificadas áreas que necessitavam de arborização, sendo definida a Praça do Bairro Cidade Jardim, Praça do Bairro Sol Nascente e pátio interno do Centro de Convivência do Idoso. Analisou-se cada local para verificar a quantidade necessária de árvores, e as espécies adequadas para cada local. Os funcionários desta Gerência ficaram responsáveis pela preparação das áreas, realizando a capina e perfuração das

covas, de acordo com as normatizações ambientais da Lei Municipal (PI-N11).

Figura 44. Divulgação no Portal do município de Naviraí-MS sobre a proposta PI-N11, realizada no Município de Naviraí-MS

The image shows a screenshot of the official website of the Municipality of Naviraí, Mato Grosso do Sul. The header features the municipal coat of arms and the name 'Prefeitura Municipal de NAVIRAÍ'. A prominent green banner for 'IPTU 2018' (Property Tax 2018) is displayed, along with a 15% discount offer. Below the header is a navigation menu with links for 'INÍCIO', 'SERVIÇOS', 'GERÊNCIAS', 'NOTÍCIAS', 'FALE CONOSCO', and 'E-MAIL'. A search bar is also present.

The main content area features a news article titled 'Praça do Bairro Cidade Jardim recebe plantio de árvores' (City Garden Neighborhood Square receives tree planting). The article, dated Friday, October 6, 2017, at 13h12, reports on an event organized by the Environmental Department. It describes how the mayor, Astolfo Carlos Mendes, along with staff members Kátia and Ximenes, participated in planting 40 saplings. The event also involved 21 students from the José Martins Flores Municipal School and their teachers, Dailine and Everton, who used the activity as a practical lesson. The mayor emphasized the importance of maintaining public spaces clean and green, and the role of citizens in caring for the plants. The article concludes with a quote from the mayor about the importance of rain and future generations.

On the right side of the page, there is a vertical sidebar with various service links, including: 'PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO', 'E-OUV (Sistema Eletrônico de Ouvidoria)', 'GESTÃO TRIBUTÁRIA', 'PLANOS MUNICIPAIS', 'LEIS, PORTARIAS E DECRETOS', 'LICITAÇÕES EDITAIS/CONTRATOS', 'CONCURSOS', 'FONES / ENDEREÇOS / HORÁRIOS', 'CONTROLADORIA MUNICIPAL', 'AGENDA CULTURAL', 'HOLERITE', 'CADASTRO TÉCNICO RURAL MULTIFUNÇÃO', 'ITR', 'CASA PRÓPRIA INSCRIÇÃO', and 'BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO'. At the bottom of the page, there is a section for 'ÚLTIMAS NOTÍCIAS' and a partial view of an article titled 'Estratégias para inclusão ou atualização de'.

Fonte: Portal município de Naviraí-MS, retirado do relatório anexado à proposta PI-N11 no SisEA/MS

As deficiências pedagógicas são desdobradas nos resultados descritos pelo proponente. A meta qualitativa determinada pelo objetivo "um compromisso e uma responsabilidade com a qualidade do ambiente que nos cerca", comum em todas as edições, não pode ser verificada visto que não há aplicação de instrumento qualitativo. Desse modo, o resultado descrito na ação em 2019 foi formulado com base em observações informais: "os resultados foram satisfatórios, desde a mobilização até o plantio e semeadura de sementes" (PI-N05).

Os resultados se diferem para todas as edições a partir de avaliações quantitativas que demonstram os indicadores sobre o número de mudas plantadas, que por si só são insuficientes para o alcance dos objetivos educacionais propostos, ainda que cumpram metas sob o olhar da gestão ambiental e técnica ambiental.

Em 2016,

Os resultados foram satisfatórios, desde a mobilização dos alunos, até o plantio das mudas e cuidados posteriores. Instituições envolvidas: Gerencia Municipal de Meio Ambiente e Centro de Educação Infantil Criança Feliz, (professoras e coordenadora). Numero de alunos que participaram da ação: 22 alunos. Quantidade de mudas plantadas: 25 árvores de espécies nativas (PI-N26).

Em 2017, “os resultados foram satisfatórios, desde a mobilização até o plantio das mudas. Quantidade de mudas plantadas: 82 árvores de espécies nativas” (PI-N11). Em 2018,

Os resultados foram satisfatórios, desde a mobilização até o plantio das mudas. Instituições envolvidas: Gerencia Municipal de Meio Ambiente, Gerencia Municipal de Obras, Usina Rio Amambai Agro energia. Quantidade de mudas plantadas: 167 árvores (PI-N18).

As propostas PI-N24, PI-N09 (Figura 45), PI-N16 e PI-N06 são classificadas como ações pontuais denominadas Aulas de Campo, realizadas em 2016, 2017, 2018 e 2019. As ações foram organizadas com objetivos e procedimentos metodológicos comuns em todas as edições:

Atuar na Educação Ambiental com aulas de campo, a fim de proporcionar aos interessados associar o conhecimento in loco aos conhecimentos teóricos.

Assim que as instituições de ensino demonstram interesse, são realizadas as aulas de campo de acordo com a solicitação desta. Por exemplo, se a escola estiver trabalhando com resíduos sólidos, a aula de campo poderá ser no Aterro Sanitário... e assim as aulas serão direcionadas de acordo com a necessidade (PI-N24, PI-N09, PI-N16 e PI-N06).

Os resultados apresentam a percepção do conceito meio ambiente apreendidos pelos sujeitos após a ação. Entretanto, a mudança conceitual está descrita no campo da especulação, visto que as propostas PI-N24 e PI-N09 não apresentam os instrumentos de verificação das percepções apreendidas, tão pouco as descrições qualitativas que comprovam tal constatação.

Notamos uma maior percepção quanto ao entendimento do meio ambiente e maior preocupação destes, pois a partir das aulas de campo, aumenta o numero de alunos e acadêmicos que buscam este setor a procura de

informações para realização de trabalhos e também monografias, além de estimular o desenvolvimento de projetos nas escolas. Numero de aulas de campo realizadas em 2016: 11 aulas de campo. Temas/Locais mais solicitados: Preservação Ambiental/Fazenda Green Farm; Parque Natural Municipal do Córrego Cumandaí; Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema; Parque Sucupira; Córrego do Touro; Córrego Taramã, Nascente do Cumandaí. Unidades de Conservação/Parque Natural Municipal do Córrego Cumandaí; Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema. Saneamento Básico/Estação de Tratamento de Água; Aterro Sanitário. Numero de pessoas atendidas com as aulas de campo em 2016: 330 pessoas (PI-N24).

Notamos uma maior percepção quanto ao entendimento do meio ambiente e maior preocupação destes, pois a partir das aulas de campo, aumenta o numero de alunos e acadêmicos que buscam este setor a procura de informações para realização de trabalhos e também monografias, além de estimular o desenvolvimento de projetos nas escolas. Número de aulas de campo realizadas em 2017: 18 aulas de campo. Temas/Locais mais solicitados: Parque Natural Municipal do Córrego Cumandaí Fazenda Green Farm; Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema e Aterro Sanitário. Número de pessoas atendidas com as aulas de campo em 2017: 568 pessoas (PI-N09).

Figura 45. Divulgação no Portal município de Naviraí-MS sobre a proposta PI-N09, realizada no Município de Naviraí-MS

The image shows the official website of the Municipality of Naviraí, Mato Grosso do Sul. The header features the municipal coat of arms and the name 'NAVIRAÍ'. A navigation menu includes 'INÍCIO', 'SERVIÇOS', 'GERÊNCIAS', 'NOTÍCIAS', 'FALE CONOSCO', and 'E-MAIL'. A search bar is located on the right.

The main content area displays a news article titled 'Gerência de Meio Ambiente realiza Aulas de Campo no Aterro Sanitário'. The article is dated 'Quinta-Feira, 31 de Agosto de 2017 - 15h29' and includes a photo of a group of people at a landfill. The text describes an environmental education activity where students learned about waste management and recycling at the municipal landfill.

On the right side, there is a vertical sidebar with various municipal services and information portals, such as 'PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO', 'E-OUV', 'GESTÃO TRIBUTÁRIA', 'PLANOS MUNICIPAIS', 'LEIS, PORTARIAS E DECRETOS', 'LICITAÇÕES EDITAIS/CONTRATOS', 'CONCURSOS', 'FONES / ENDEREÇOS / HORÁRIOS', 'CONTROLADORIA MUNICIPAL', 'AGENDA CULTURAL', 'HOLERITE', 'CADASTRO TÉCNICO RURAL MULTIFINALITÁRIO', 'ITR', 'CASA PRÓPRIA INSCRIÇÃO', and 'BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO'.

Fonte: Portal município de Naviraí-MS, retirado do relatório anexado à proposta no SisEA/MS

De modo geral, entendemos que no relato das propostas AULAS DE CAMPO não há maiores esclarecimentos sobre como as aulas práticas apoiam a promoção e continuidade de projetos em EA para dentro da escola. Nesse sentido, consideramos adequado o uso das aulas de campo como ambiente fértil para o surgimento de temas geradores e o desenvolvimento de projetos em EA nas escolas. Segundo Martins (2001), cabe ainda apontar como outro elemento determinante nesse processo, a participação ativa do professor, que deve atuar como mediador no processo educativo. Seu papel é de principal articulador das estratégias pedagógicas, pois além de ter o entendimento teórico do assunto estudado, é o responsável pela utilização de atividades que buscam estimular a atuação dos alunos. Sendo assim, algumas estratégias de aprendizagem que valorizem a criatividade dos alunos, que possibilitem investigações, que proporcionem a aquisição de saberes de maneira interativa,

devem superar esquemas antigos de ensinar apenas transmitindo conhecimentos, repetindo, copiando (TEROSSI; SANTANA, 2011).

As propostas PI-N34, PI-N25, PI-N10, PI-N17 e PI-N07 (Figura 46), tratam de ações pontuais em comemoração ao Dia da Água, realizadas em 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019. Todas as edições foram organizadas com o mesmo objetivo: “Sensibilizar os alunos da Guarda Mirim sobre a importância da água, os cuidados que devemos ter com esse recurso natural e a importância da preservação das nascentes” (PI-N34, PI-N25, PI-N10, PI-N17 e PI-N07).

Na edição de 2019, os procedimentos metodológicos foram organizados a partir de uma palestra e uma atividade recreativa para os alunos, e que não fica explícita nos elementos textuais uma reflexão mais contextualizada sobre os problemas sociais e olhar crítico que envolvem a temática. Percebemos as “boas intenções” no processo educativo das ações, entretanto estas se mantêm calçadas num viés conservador de EA, pois não são subsidiadas por uma reflexão teórico-crítica que estabelecem as relações e conflitos locais entre a problemática socioambiental (por exemplo, a escassez da água) e as pressões sofridas pelo modo de produção capitalista (por exemplo, a expansão das fronteiras agrícolas). Assim, é possível inferir que as dimensões sociais, culturais e econômicas, caso apareçam, estão secundarizadas nas intervenções.

Para Guimarães (2004), a produção teórica sobre EA no Brasil vem sendo realizada de forma predominantemente crítica, entretanto as práticas pedagógicas continuam equivocadas e se inserem numa concepção conservadora de EA ainda presa ao paradigma hegemônico. No entanto, EA denunciada por Guimarães (2004) está alinhada com as práticas em evidência nesta análise, portanto pouco apta a contribuir na superação da crise ambiental, como descrito na ação de 2015.

Essa ação pontual é explicada a partir de 3 etapas: 1ª Etapa: Reunir a equipe da Gerencia para elaborar material didático a fim de alcançar os objetivos já definidos. 2ª Etapa: Buscar parceria com a SANESUL para assim definir os critérios de trabalho e mobilizar os funcionários na tentativa de atingir o maior número de habitantes do município. 3ª Etapa: Distribuição desse material que foi elaborado e confeccionado com os propósitos apresentados nos objetivos. No dia 23/03/2015 as equipes de funcionários da Gerencia de Meio Ambiente e da SANESUL devem fazer a abordagem dos motoristas, pedestres, ciclistas, motociclistas, enfim a população em geral que circula pelo centro da cidade, conversando sobre as preocupações que envolvem o uso da água e oferecendo o material produzido com informações e sugestões para a preservação deste recurso. Obs: Para essa etapa pediremos o apoio da Policia Militar Ambiental a fim de regular o transito para fazermos a abordagem descrita. Durante o mês de março a equipe de funcionários da SANESUL, entregará em cada residência, juntamente com a conta de água o material explicativo de conscientização (PI-N34).

Apesar da boa intenção do proponente, com a realização de ações sobre datas comemorativas, estas acabam desconsiderando a reflexão social e política sobre o ambiente, em uma intencionalidade pedagógica que acaba se repetindo nas diferentes edições.

Com alunos do 7º ano na Escola Municipal Milton Dias Porto, abordaremos a temática de forma teórica, com o objetivo principal conscientizar o público alvo a importância da Água em nosso planeta e como preserva – lá. 3ª Etapa: Após a apresentação os alunos farão um desenho sobre o tema abordado. 4ª Etapa: Para finalizar será realizada premiação para os melhores desenhos (PI-N10).

Figura 46. Divulgação nas mídias sociais sobre a proposta PI-N07, realizada no Município de Naviraí-MS



Fonte: Página das mídias sociais da Gerência de Meio Ambiente do município de Naviraí-MS, retirado do relatório anexado à proposta PI-N07 no SisEA/MS

Em 2018, conforme apresentado na Figura 47:

Essa ação pontual é explicada a partir de 4 etapas: 1ª Etapa: Reunir a equipe da Gerência para definir a estruturação da atividade; 2ª Etapa: Serão levados

até o Parque Sucupira, os alunos do período matutino da Guarda Mirim do município, local que se localiza a nascente do Córrego Sucupira, onde será explicado a estes a situação de degradação que o local estava e as melhoras ocorridas com a implantação do projeto de recuperação no local. 3ª Etapa: Discutir sobre a importância da recomposição florestal no entorno dos cursos d'água e os benefícios advindos deste; 4ª Etapa: Para finalizar será realizado o plantio de espécies nativas, com explicação sobre quais as espécies adequadas (PI-N17).

Figura 47. Divulgação no portal do município de Naviraí-MS sobre a proposta PI-N17, realizada no Município de Naviraí-MS

The image shows a screenshot of the official website of the Municipality of Naviraí, Mato Grosso do Sul. The header features the municipal coat of arms and the name 'Prefeitura Municipal de NAVIRAÍ'. A green navigation bar contains links for 'INÍCIO', 'CIDADE', 'PREFEITURA', 'NOTÍCIAS', 'FALE CONOSCO', and 'E-MAIL', along with a search bar. The main content area displays a news article titled 'Gerência de Meio Ambiente realiza plantio no Parque Sucupira com alunos da Guarda Mirim.' dated Wednesday, April 24, 2018, at 07h34. The article text describes a tree-planting activity led by Gerente Astolfo Carlos Mendes, involving students from the Guarda Mirim. A photograph shows a group of people gathered by a body of water. To the right of the article is a sidebar with various service links: 'PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO', 'OUVIDORIA', 'LICITAÇÕES E CONTRATOS', 'GESTÃO TRIBUTÁRIA', 'VAGAS DE EMPREGO', 'AGENDA', 'LEIS PORTARIAS E DECRETOS', 'SERVIDOR', and 'PLANOS MUNICIPAIS'. The source is cited as 'Assessoria de Imprensa'.

Fonte: Portal município de Naviraí-MS, retirado do relatório anexado à proposta PI-N17 no SisEA/MS

Em 2019, conforme apresentado na Figura 48:

Solicitar apoio da Polícia Militar Ambiental na realização de palestra com o tema “Água” apresentando situações também recorrentes em nosso município, utilizando espaço da Sala Verde Cumandaí; 3ª Etapa: Solicitar apoio a JBS Couros no patrocínio de lanche e brindes (copos) aos alunos participantes da Guarda Mirim; 4ª Etapa: Dividir os alunos em três grupos para os mesmos competirem em 04 atividades, sendo: 4.1 – Grito de guerra: cada grupo, separado dos demais, deverá escolher um líder, um nome para o grupo, devendo ser relacionado ao tema “Água” e um grito de guerra. Ao final de cinco minutos o líder deve apresentar seu grupo e todos apresentarem o grito de guerra. Serão definidos jurados que irão votar no grupo com melhor desempenho e criatividade. 4.2 - Pescaria: serão dispostos em uma caixa de 2m x 2m (representando um rio), garrafas pets representando a poluição dos corpos hídricos, onde um representante de cada equipe deverá “pescar”, sendo vencedor aquele que conseguir o maior

quantidade de garrafas; 4.3 – Corrida com bexiga na colher: serão enchidas bexigas de três cores distintas, sendo cada cor destinada a um grupo. Serão definidos dois pontos onde os alunos devem percorrer o percurso e transferir a bexiga para o companheiro sem deixá-la cair, vencendo o grupo que terminar primeiro o percurso. 4.4 – Caça ao problema: serão dispostos dentro do Parque Natural Municipal do Córrego Cumandaí, imagens impressas de degradação ambiental que afetam os recursos hídricos. O grupo que encontrar mais “problemas” será o vencedor da prova. No término das atividades será somado a pontuação de cada equipe e a equipe vencedora ganhará os brindes (PI-N07).

Figura 48. Divulgação Portal município de Naviraí-MS sobre a proposta PI-N07, realizada no Município de Naviraí-MS



Município de Naviraí Gerências Municipais e-SIC Ouvidoria

Ir para conteúdo Ir para o menu Ir para busca Ir para rodapé

Prefeitura Municipal de **Naviraí**

Faça uma pesquisa

PREFEITURA

GEMA realiza atividades alusivas ao Dia Mundial da Água

Assessoria de Imprensa
25 de março de 2019
Gerência de Meio Ambiente

Compartilhe isso:
Facebook

A Prefeitura de Naviraí por meio da Gerência de Meio Ambiente realizou na última sexta-feira (22) uma Ação Pontual em comemoração ao Dia Mundial da Água. As atividades contaram com a participação dos alunos do turno matutino e vespertino da Guarda Mirim, sob a Coordenação de Adriano Pontes.

As atividades foram iniciadas com o Tenente Ismael Carlos Fraix Junior, comandante do 3º Grupamento Policial Militar Ambiental de Naviraí, que ministrou palestra intitulada “Água: Educar para Conservar”, na Sala Verde Cumandaí, onde foram tratados assuntos como a conservação dos recursos hídricos e medidas de economia que podemos adotar em nosso dia a dia.

Em seguida os alunos participaram de várias brincadeiras no Parque Natural Municipal do Córrego Cumandaí, todas relacionadas ao tema “Água”. A Ação Pontual contou também com a parceria da JBS Courros que patrocinou lanche e brindes aos participantes.

O Gerente Astolfo Carlos Mendes agradece a parceria da Guarda Mirim, Polícia Militar Ambiental e JBS Courros, bem como o empenho dos funcionários da Gerência de Meio Ambiente. Ressalta também a importância dos trabalhos de Educação Ambiental na sensibilização para os cuidados desse recurso natural que faz parte do patrimônio do planeta.

Fonte: Portal município de Naviraí-MS, retirado do relatório anexado à proposta PI-N07 no SisEA/MS

Essas práticas implicam, em muitos casos, na concepção equivocada sobre meio ambiente e ações pouco efetivas no campo da EA. Como afirma Guimarães (2005) o atual

modelo de sociedade traz em seu bojo concepções e propostas, entre estas a educação, que reproduzem (para conservar) uma racionalidade instrumentalista de dominação da natureza e de exclusão social. Assim nesse modelo de sociedade (capitalista),

Esse projeto educacional, com uma abordagem fragmentada que parcializa a realidade e privilegia segmentos sociais, e com uma visão economicista de mundo, não se mostra capaz de superar a crise ambiental que se apresenta, oportunizando uma melhor qualidade ambiental para toda a população planetária (GUIMARÃES, 2005, p.65).

No mesmo sentido, verificamos uma intencionalidade pedagógica diferenciada na edição de 2016, ao realizar uma visita às nascentes da região para a contextualização local. Entretanto, nos procedimentos metodológicos não há maiores esclarecimentos sobre os pressupostos teóricos e as relações estabelecidas nas discussões para a promoção de uma EA problematizadora e crítica.

Essa ação pontual é explicada a partir de 4 etapas: 1ª Etapa: Reunir a equipe da Gerencia para localizar nascentes no município que contemplem os enfoques a serem trabalhados nos objetivos. 2ª Etapa: Oferecer a aula de campo, bem como a proposta de análises e reflexões a alunos de Ensino Médio do IFMS e aos técnicos do Frigorífico JBS. 3ª Etapa: Solicitar junto a Gerencia Municipal de Educação o transporte para promover a visita in loco do publico alvo mencionado. 4ª Etapa: Já in loco, no dia 22/03/2016, nas nascentes do interior da Fazenda Alto da Mata, aproximadamente 15km da cidade, abordaremos a temática de forma teórica observando os aspectos visíveis de cada nascente. Como nesta localidade há várias nascentes que abastecem a microbacia do córrego Tejuí, selecionaremos para a observação algumas nascentes que estão degradadas pelo processo erosivo, devido à inexistência de mata ciliar, algumas nascentes que estão em recomposição e algumas nascentes já recompostas, com condições ideais, para que haja as análises necessárias. Obs: Para essa última etapa pediremos o apoio da Policia Militar Ambiental e assim garantir a segurança do publico alvo mencionado (PI-N25).

A ausência de elementos textuais mais esclarecedores sobre os procedimentos metodológicos não permite, por exemplo, identificar nos discursos as categorias determinantes para uma EA crítica como a transversalidade e criticidade do tema. Muitas vezes os temas e a organização das propostas não são elevados a uma prática comprometida com relação às questões socioambientais, restringindo-se a um saber ingênuo.

Assim sendo, ao invés de debruçarmos as práticas educativas sobre aspectos ecológicos, enquanto uma mera disciplina das ciências naturais devemos considerar prioritariamente a articulação em cadeia dos aspectos políticos, econômicos, culturais, sociais e éticos presentes no problema ambiental abordado (LAYRARGUES, 1998, p.137).

As propostas PI-N33, PI-N31, PI-N15, PI-N23 e PI-N08 referem-se a projetos denominados RIO + LIMPO, realizados em 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, e que foram organizados sob os mesmos objetivos e procedimentos metodológicos:

realizar um conjunto de atividades a fim de diminuir gradativamente a quantidade de resíduos encontrados nas ilhas e entorno do Parque Nacional de Ilha Grande e Porto Caiuá, bem como garantir a mobilização e sensibilização dos voluntários ao longo das ações (PI-N33, PI-N31, PI-N15, PI-N23 e PI-N08).

Um mês antes da retirada do lixo, é preciso realizar a mobilização através da rádio, pois esta alcança não só a área urbana, mas também a rural, onde além de divulgar o dia do evento, será feita a orientação quanto aos cuidados com os resíduos gerados e descartados em cursos d'água, alertando em especial pescadores amadores e profissionais. No dia do evento será realizado o cadastramento das embarcações e seus responsáveis, bem como assinatura de termo de responsabilidade de risco. Assim que cadastrados os piloteiros ganham um kit, contendo um chapéu, uma camiseta, além de sacaria e luvas para ajudar na coleta dos resíduos. Assim que as embarcações estiverem cheias com os resíduos encontrados, são encaminhados ao Porto Caiuá, onde outra equipe estará aguardando, retirando assim os resíduos e com a ajuda da pá carregadeira colocam nos caminhões caçambas e esses por fim trazem até o Aterro Sanitário municipal (PI-N33, PI-N31, PI-N15, PI-N23 e PI-N08).

Essas propostas refletem uma prática voltada à resolução de um problema – recolhimento de lixo descartado no ambiente. Ainda que a proposta apresente uma boa intencionalidade para a promoção de um ambiente natural (margens dos rios) mais limpo, e tenha envolvido os atores sociais locais (moradores da região), verificamos que outras questões mais complexas não foram tratadas, como a relação de consumo, geração de lixo e o próprio modo de produção capitalista que retroalimenta esse sistema poluidor. Os discursos não observados corroboram com os pensamentos de Lima (1999), que alerta sobre como a questão do lixo quase sempre é vista somente através de seus efeitos (a poluição). O autor, não se discute nos projetos em EA: os interesses profundos do capitalismo e o imperativo de fazer crescer os lucros pelos ganhos obtidos com a venda de mercadorias; a obsolescência artificial das mercadorias e a indução ao consumo orientada pela publicidade; a economia de escala, a globalização e os limites de tolerância do ambiente a essa expansão.

O olhar fragmentado sobre a questão ambiental acaba comprometendo os resultados das ações, que neste caso são apresentados como satisfatórios à medida que os volumes de resíduos coletados são registrados por meio de indicadores quantitativos:

Neste ano de 2015, na realização do mesmo projeto, obtivemos uma diminuição significativa na quantidade de resíduos, pois retiramos três toneladas. Deste modo a estratégia para Monitoramento e Avaliação é através dos respectivos dados coletados por evento. Resultados Atingidos em 2015: I. Resíduos Foram retirados dois caminhões caçamba cheios de lixo, totalizando três toneladas. II. Voluntários Contamos com a participação de quatorze embarcações e setenta voluntários (PI-N33).

Em 2016,

O monitoramento das atividades é feito através da avaliação do evento executado, este que possibilita a identificação de problemas e conseqüentemente sua solução. A avaliação, por sua vez, destina-se a verificação dos indicadores quantitativos e qualitativos. Neste ano de 2016, mais uma queda na quantidade de resíduos, 2.500Kg de rejeitos, o que significa êxito em nossos trabalhos de sensibilização. A estratégia para Monitoramento e Avaliação é através dos respectivos dados coletados por evento. Resultados Atingidos em 2016: I. Resíduos Foi retirado um caminhão caçamba cheio de lixo, totalizando 2.500Kg. II. Voluntários Contamos com a participação de vinte embarcações e sessenta e dois voluntários (PI-N31).

Em 2017, como demonstrado na Figura 49: “Resíduos Foi retirado dois caminhões caçamba cheio de lixo, totalizando 1.880Kg. II. Voluntários Contamos com a participação de quinze embarcações e cento e dez voluntários” (PI-N15).

Figura 49. Divulgação no Portal município de Naviraí-MS sobre a proposta PI-N15, realizada no Município de Naviraí-MS

The image shows the homepage of the Prefeitura Municipal de Naviraí-MS. At the top, there is a banner for IPTU 2018 with a 15% discount. Below the banner is a navigation menu with links for INÍCIO, SERVIÇOS, GERÊNCIAS, NOTÍCIAS, FALE CONOSCO, and E-MAIL. A search bar is located on the right side of the menu.

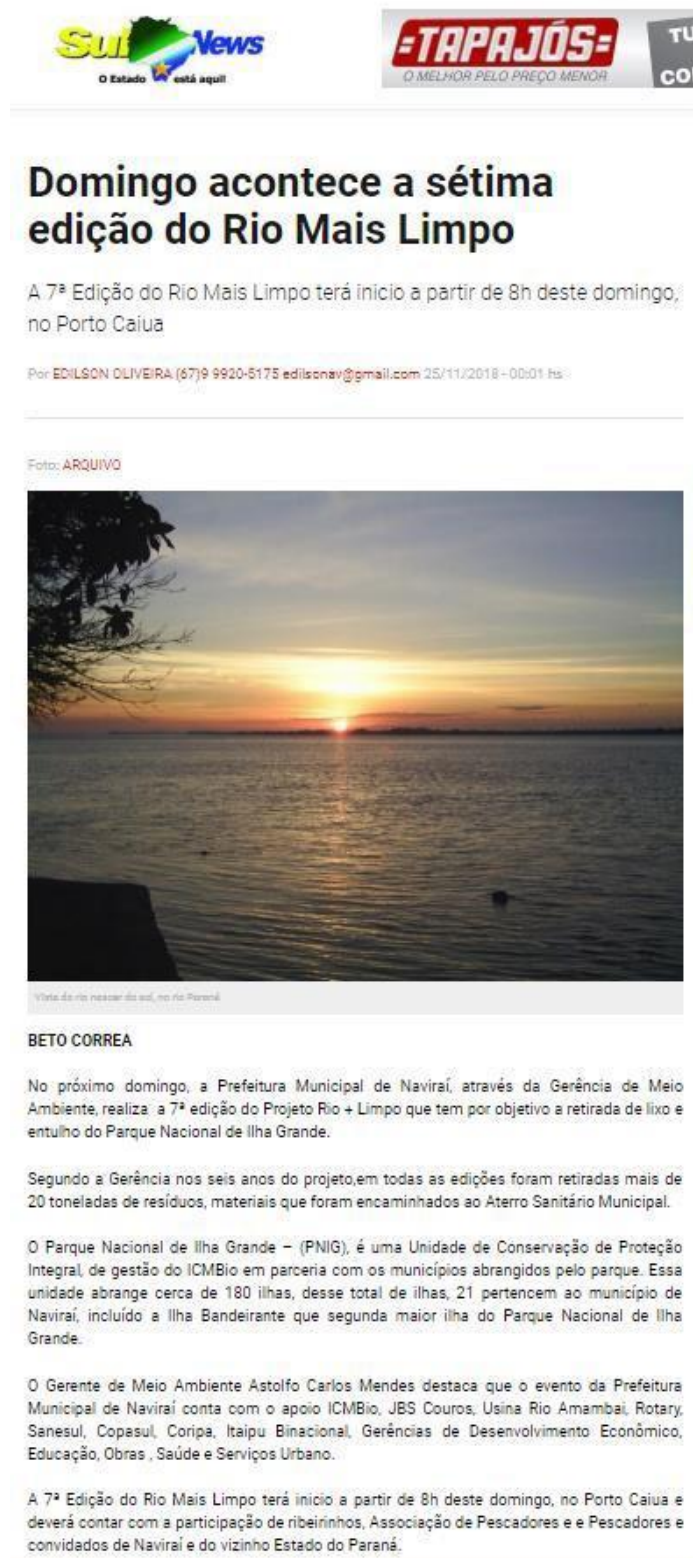
The main content area features a news article titled "Gerência de Meio Ambiente realizou a 6ª Edição do Rio + Limpo". The article is dated Segunda-Feira, 04 de Dezembro de 2017 - 10h40 and is categorized under Gerência de Meio Ambiente. The text describes the event, which took place on the last day of 2017 (Sunday), with the goal of collecting trash and debris from the Rio Paraná and Parque Nacional Ilha Grande. It mentions that over 22 tons of trash were collected since 2012. The article also notes that the Parque Nacional do Ilha Grande is a archipelago of over 180 islands, with 21 of them totaling 6,585 hectares. The event was organized with the participation of various partners, including the Mayor, the Chief of the Parque Nacional, the Military Environmental Police, the Fire Department, the Rotary Club, and the local agricultural association.

On the right side of the page, there is a sidebar with several service links: PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO, E-OUV (SISTEMA ELETRÔNICO DE OUVIDORIA), GESTÃO TRIBUTÁRIA, PLANOS MUNICIPAIS, LEIS, PORTARIAS E DECRETOS, LICITAÇÕES EDITAIS/CONTRATOS, CONCURSOS, FONES / ENDEREÇOS / HORÁRIOS, CONTROLADORIA MUNICIPAL, AGENDA CULTURAL, and MOLEPITE.

Fonte: Portal município de Naviraí-MS, retirado do relatório anexado à proposta PI-N15 no SisEA/MS

Em 2018 (Figura 50), “I. Resíduos Foram retirados dois caminhões caçamba de lixo, totalizando 2.530Kg. II. Voluntários Contamos com a participação de vinte e duas (22) embarcações e cento e quarenta (140) voluntários (PI-N23)”.

Figura 50. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-N23, realizada no Município de Naviraí-MS




The image shows a screenshot of a news article. At the top, there are logos for 'Sul News' (with the tagline 'O Estado está aqui') and 'TAPAJÓS' (with the tagline 'O MELHOR PELO PREÇO MENOR'). The article title is 'Domingo acontece a sétima edição do Rio Mais Limpo'. The sub-headline reads: 'A 7ª Edição do Rio Mais Limpo terá início a partir de 8h deste domingo, no Porto Caiua'. The author is identified as 'Por EDILSON OLIVEIRA (67)9 9920-5175 edilsonav@gmail.com 25/11/2018 - 00:01 hs'. Below the text is a photograph of a sunset over a body of water, with the caption 'Vista do rio nascer do sol, no rio Paraná'. The author's name 'BETO CORREA' is listed below the photo. The main text of the article describes the event, its objectives, and the support organizations involved.

Domingo acontece a sétima edição do Rio Mais Limpo

A 7ª Edição do Rio Mais Limpo terá início a partir de 8h deste domingo, no Porto Caiua

Por EDILSON OLIVEIRA (67)9 9920-5175 edilsonav@gmail.com 25/11/2018 - 00:01 hs

Foto: ARQUIVO



Vista do rio nascer do sol, no rio Paraná

BETO CORREA

No próximo domingo, a Prefeitura Municipal de Naviraí, através da Gerência de Meio Ambiente, realiza a 7ª edição do Projeto Rio + Limpo que tem por objetivo a retirada de lixo e entulho do Parque Nacional de Ilha Grande.

Segundo a Gerência nos seis anos do projeto, em todas as edições foram retiradas mais de 20 toneladas de resíduos, materiais que foram encaminhados ao Aterro Sanitário Municipal.

O Parque Nacional de Ilha Grande – (PNIG), é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, de gestão do ICMBio em parceria com os municípios abrangidos pelo parque. Essa unidade abrange cerca de 180 ilhas, desse total de ilhas, 21 pertencem ao município de Naviraí, incluído a Ilha Bandeirante que segunda maior ilha do Parque Nacional de Ilha Grande.

O Gerente de Meio Ambiente Astolfo Carlos Mendes destaca que o evento da Prefeitura Municipal de Naviraí conta com o apoio ICMBio, JBS Couros, Usina Rio Amambai, Rotary, Sanesul, Copasul, Coripa, Itaipu Binacional, Gerências de Desenvolvimento Econômico, Educação, Obras, Saúde e Serviços Urbano.

A 7ª Edição do Rio Mais Limpo terá início a partir de 8h deste domingo, no Porto Caiua e deverá contar com a participação de ribeirinhos, Associação de Pescadores e e Pescadores e convidados de Naviraí e do vizinho Estado do Paraná.

Fonte: Jornal local do município de Naviraí-MS, retirado do relatório anexado à proposta PI-N23 no SisEA/MS

E, em 2019, apresentado os seguintes trechos, conforme apresentado na Figura 51:

A estratégia para Monitoramento e Avaliação é através dos respectivos dados coletados por evento. I. Resíduos Foram retirados dois caminhões

caçamba de lixo, totalizando 1.750 Kg. II. Voluntários Contamos com a participação de vinte e uma (21) embarcações e cento e trinta (130) voluntários (PI-N08).

Figura 51. Divulgação no Portal município de Naviraí-MS sobre a proposta PI-N08, realizada no Município de Naviraí-MS



Município de Naviraí Gerências Municipais

Ir para conteúdo Ir para o menu Ir para busca Ir para rodapé

Prefeitura Municipal de **Naviraí**

Assessoria de Imprensa

18 de novembro de 2019

Gerência de Meio Ambiente

Projeto Rio + Limpo será no próximo dia 24 de novembro no Porto Caiuá

Assessoria de Imprensa

18 de novembro de 2019

Gerência de Meio Ambiente

Compartilhe isso:

Facebook WhatsApp

Preservando e conservando o meio ambiente através da conscientização e de parcerias público privado o projeto visa através de um percurso pelo parque de Ilha Grande, retirando os resíduos que poluem todo o ecossistema e integrando a conscientização das famílias de pescadores profissionais.

O trabalho de conscientização dos ribeirinhos é de fundamental importância, haja vista que são eles que têm um contato direto com pescadores amadores que muitas vezes vão pescar nos finais de semana, diante desse contato mais próximo, tanto ribeirinho, quanto os pescadores profissionais, podem somar esforços na intensificação da importância em manter o ecossistema equilibrado limpo e protegido.

O parque de Ilha Grande que é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, criada em 30 de setembro de 1997, com uma área de 78.875,00 ha, situado na divisa dos estados de Mato Grosso do Sul (municípios de Naviraí, Itaquiraí, Mundo Novo e Eldorado) e Paraná (municípios de Guaira, Altônia, São Jorge do Patrocínio, Alto Paraíso e Icaraima). Dessa área, 21 ilhas com total de 6.585,6880 hectares, estão localizadas no município de Naviraí.

Este projeto foi elaborado por meio da parceria da Itaipu Binacional, JBS Couros, Rio Amambai Agroenergia, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar Ambiental, CORIPA, Rotary Club, COPASUL, SANESUL, Associação de Moradores do Porto Caiuá, Colônia de Pescadores Profissionais e Artesanais Z 15, Associação de Pescadores Profissionais do Porto Caiuá, Gerência de Desenvolvimento Econômico, Gerência de Serviços Públicos, Gerência de Obras, Gerência de Saúde, Gerência de Educação, Fundo Municipal de Meio Ambiente e Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

O Gerente Astolfo Carlos Mendes comenta que "o objetivo é integrar ao projeto entidades ambientais, setores públicos e privados, entre outros voluntários para assim difundir e aumentar a conscientização à temática ambiental, visando à participação da sociedade no processo de conservação". Enfatizou o gerente, Astolfo aproveita para agradecer a todos os parceiros que estão somando forças para a realização do evento e convida todos a participar.

Fonte: Portal município de Naviraí-MS, retirado do relatório anexado à proposta PI-N08 no SisEA/MS

Segundo Loureiro (2005), vários programas e ações em EA são executados envolvendo a temática do Lixo, porém de maneira reducionista. Essas propostas estão desenhadas em um cenário que se enquadra nas propostas analisadas neste estudo, pois

buscam a resolução técnica do problema, demonstrando à vertente fragmentária do conhecimento científico, fruto do positivismo e do cartesianismo que moveram a ciência, e que, de certa forma, ainda o fazem, desmerecendo a complexidade do tema,

[...] já que desenvolvem apenas a coleta seletiva de lixo, em detrimento de uma reflexão crítica e abrangente a respeito dos valores culturais da sociedade de consumo, do consumismo, do industrialismo, do modo de produção capitalista e dos aspectos políticos e econômicos da questão do lixo (LOUREIRO, 2005, p. 180).

As propostas PI-N28 e PI-N13 são campanhas para o combate do mosquito *Aedes*, realizadas em 2016 e 2017, e que foram estruturadas com base em um mesmo objetivo: “O objetivo principal dessa campanha é produzir e disseminar mudas de crotalária e realizar atividades educativas a população de Naviraí-MS e a fim de conscientizar a população sobre a importância de medidas preventivas” (PI-N28; PI-N13).

As ações em EA que articulam as áreas da saúde e ambiente demonstram o entendimento da importância e engajamento da interdisciplinaridade entre os setores, na gestão pública, para a melhoria e promoção da saúde como reflexo da melhoria das condições ambientais. As ações PI-N13 e PI-N28 indicam que o proponente insere a proposta a partir do conceito de meio ambiente, não biologizante, mas determinante para a melhoria de outras questões sociais, como a qualidade da saúde ambiental e da população, verificadas nas intervenções:

O viveiro de mudas da Gerencia Municipal de Meio Ambiente, será ponto fixo e permanente de doação de mudas de crotalária para toda população interessada. Ademais os funcionários da vigilância sanitária do setor de controle de vetores que fazem periodicamente as visitas nas residências a fim de verificar as condições do quintal, alertando a população com relação à água parada, farão também esse trabalho, distribuindo sementes de crotalária, bem como algumas mudas. A Equipe do Controle de Vetores realizará atividades educativas que buscarem alcançar comunidade, empresa, igrejas, ou seja, toda a comunidade, nos mais diferentes meios sociais (PI-N13).

Os resultados foram apresentados ao final da avaliação em cada edição, sendo em 2016,

O monitoramento dos casos da doença e dos focos de dengue será realizado pelo setor de controle de vetores que já realiza esse levantamento de dados no exercício de suas funções. Quantidade de Mudas doadas Foram produzidas 2.300 mudas de crotalária aproximadamente. Todas as mudas produzidas foram doadas nos pontos de coleta e também em eventos da Gerencia Municipal de Meio Ambiente. A quantidade de 1.195 mudas de crotalária foram repassadas para o controle de vetores formalmente, com

registro de controle. Foram doados 504 embalagens com aproximadamente 15 gramas sementes. Foram doados 3kg de sementes para o Rotary Club Integração. II. Indicativos de Casos de Dengue (Setor de Controle de Vetores). Em Naviraí-MS, com cerca de 55 mil habitantes, foram notificados, em 2015, 1.210 casos da doença e confirmados 323. Em 2016, ano que se desenvolveu essa campanha, foram notificados 1.127 casos da doença e confirmados (PI-N28).

E para 2017, conforme apresentado na Figura 52:

I. Quantidade de Mudanças doadas Foram produzidas 700 mudas de crotalária aproximadamente. Todas as mudas produzidas foram doadas de janeiro a abril de 2017, no viveiro da Gerencia de meio Ambiente e em palestras realizadas pela equipe do Controle de Vetores. Foram doados 02kg de sementes para as escolas estaduais do município de Naviraí e 01 kg para entregar nas casas visitadas por alguns Agentes de Saúde. II. Indicativos de Casos de Dengue (Setor de Controle de Vetores). Em Naviraí-MS, com cerca de 55 mil habitantes, foram notificados, em 2016 foram 1.127 notificações de dengue, sendo 222 casos confirmados, chikungunya foram 02 notificações e 1 confirmado, e de zika foram 03 notificações. Em 2017 foram 67 notificações de dengue, sendo 03 casos confirmados, chikungunya foram 12 notificações e 03 confirmados, e de zika foram 03 notificações e 01 caso confirmado (PI-N13).

Figura 52. Divulgação no Portal município de Naviraí-MS sobre a proposta PI-N13, realizada no Município de Naviraí-MS

Controle de Vetores divulga resultados do Combate à dengue no 4º Ciclo

Segunda-Feira, 11 de Setembro de 2017 - 10h17

O Controle de Vetores encaminhou à Prefeitura Municipal seu relatório de ações realizado no combate à dengue no 4º Ciclo, compreendido no período de julho e agosto de 2017. Hoje o órgão conta com 29 agentes de Endemias que desempenham as atividades de LI+T, tratamento e eliminação de criadouros, borrifação nos pontos estratégicos, coleta das armadilhas que está suspensa no momento, bloqueio mecânico e com equipamento costal, monitoramento do descarte de pneus do eco ponto.

Fazem parte da equipe 03 servidores para acompanhamento das atividades (Supervisores), 01 Supervisor Geral, 01 servidor para leitura de larvas no laboratório, 01 servidora na digitação e 01 servidora na Educação em Saúde.

É de se ressaltar que o município está com 25.703 imóveis para a visita domiciliar de Controle de Vetores dentro do ciclo. No trabalho de tratamento foram realizadas 19.358 visitas domiciliares entre residências, pontos estratégicos, comércios, terrenos baldios e outros, sendo trabalhados 77% dos imóveis a serem visitados, com 159 focos do mosquito *Aedes Aegypti* encontrados.

Todas as visitas são realizadas com os agentes treinados para captura de larvas, dosando o índice de infestação de cada micro-área. No trabalho dos pontos estratégicos que são as borracharias e ferro velho, foram realizadas 140 visitas, com 0 focos de mosquito *Aedes Aegypti*, apontando um índice de infestação de 0%.

O trabalho do LIRA - Levantamento de Índice Rápido do *Aedes Aegypti*, foi realizado de 28.08 a 01.09.17, sendo detectado um índice de infestação do município de 0,1%, considerado de baixo risco, que conforme as normas do Ministério da Saúde a situação do município encontra-se em Baixo Risco para epidemia.

Esse é o resultado final das ações realizadas pelo Controle de Vetores de Naviraí que, sob o comando do Gerente de Equipe Epidemiologia José Pereira, vem realizando um ótimo trabalho no combate ao mosquito *Aedes Aegypti*.

Fonte: Assessoria de Imprensa

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

E-OUV DENÚNCIA, RECLAMAÇÃO, SUGESTÃO E ELOGIOS

GESTÃO TRIBUTÁRIA

PLANOS MUNICIPAIS

LEIS, PORTARIAS E DECRETOS

LICITAÇÕES EDITAIS/CONTRATOS

CONCURSOS

FONES / ENDEREÇOS / HORÁRIOS

CONTROLADORIA MUNICIPAL

AGENDA CULTURAL

HOLERITE

CADASTRO TÉCNICO RURAL MULTIFINALITÁRIO

ITR

CASA PRÓPRIA INSCRIÇÃO

BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO H1N1 NAVIRAÍ-MS

Fonte: Portal município de Naviraí-MS, retirado do relatório anexado à proposta PI-N13 no SisEA/MS

As propostas PI-N38 e PI-N29 trataram de campanhas de combate à poluição sonora em 2015 e 2016, a partir dos seguintes objetivos: “o principal objetivo é divulgar o Decreto nº 107/2015 entre a população de Naviraí que faz uso de equipamentos sonoros como atividade econômica e também em hora de lazer, a fim de se fazer cumprir a Lei sobre ruídos urbanos” (PI-N38). Em 2015, a proposta foi realizada a partir dos seguintes procedimentos:

O processo de divulgação pública do Decreto nº107/2015 inicia com a publicação no Diário Oficial Assomasul e no site da Prefeitura Municipal, estando disponível a toda a população. Com o Decreto nº107/2015 já em vigor, desde 22/10/2015, o primeiro passo será elaborar um material gráfico que o apresente à população na sua íntegra e que ao mesmo tempo chame a atenção para o seu cumprimento. Será preciso unir os setores de Educação Ambiental e de Fiscalização para elaborar esse material gráfico. Ter um espaço na rádio local para fazer a divulgação do Decreto, bem como a conscientização e sensibilização em relação à problemática gerada a partir da poluição sonora. Deixar claro nessa fala as classificações das infrações, caso haja o descumprimento da Lei e também divulgar o número de telefone que recebe denúncias. No dia 21 de dezembro de 2015 com o apoio da PM realizar um mutirão entre os funcionários da Gerência de Meio Ambiente, e levar até os comércios da cidade o material gráfico com o Decreto na sua

íntegra, bem como seus anexos. Durante esse contato com os comerciantes e comerciários, fazer o trabalho de conscientização e sensibilização previsto nos objetivos. Após esse trabalho educativo, competirá ao setor de Fiscalização prosseguir com as notificações e aplicação das penalidades previstas na Lei (PI-N38).

Em 2016, a proposta foi realizada a partir das seguintes intervenções:

O processo de divulgação pública do Decreto nº107/2015 iniciou com a publicação no Diário Oficial Assomasul e no site da Prefeitura Municipal, estando disponível a toda a população desde 22/10/2015. Após a elaboração de um material gráfico que apresenta o Decreto à população na sua íntegra e que ao mesmo tempo chame a atenção para o seu cumprimento, o usaremos no processo de divulgação. Foi preciso unir os setores de Educação Ambiental e de Fiscalização para elaborar esse material gráfico. Será necessário ter um espaço na rádio local para fazer a divulgação do Decreto, bem como a conscientização e sensibilização em relação à problemática gerada a partir da poluição sonora. É preciso deixar claro nessa fala as classificações das infrações, caso haja o descumprimento da Lei e também divulgar o número de telefone que recebe denúncias. Nos dias 02 e 07 de maio de 2016, realizaremos a campanha contra a poluição sonora no trânsito da Rua Alagoas (muito movimentada) a fim de divulgar o Decreto, sensibilizar a população quanto aos riscos da poluição sonora e coibir práticas abusivas de propagandas móveis. Nos dias 24 e 25 de setembro de 2016, e nos dias 29 e 30 de outubro, com o apoio da PM e da PMA realizaremos uma operação nomeada como “Operação Cidade Tranquila” e levaremos nas lanchonetes e lugares de comércio noturno da cidade o material gráfico com o Decreto na sua íntegra, bem como seus anexos. Durante esse contato, faremos o trabalho de conscientização e sensibilização previsto nos objetivos. Além desse trabalho educativo, o setor de Fiscalização prosseguirá com as notificações e aplicação das penalidades previstas na Lei (PI-N29).

Tendo como resultado, em 2015,

Os resultados foram satisfatórios, conseguimos alcançar todos os comércios da cidade de Naviraí-MS. A partir de uma entrevista na rádio local conseguimos cumprir com a previsão metodológica de conscientização e sensibilização. As denúncias sobre infrações relacionadas aos ruídos urbanos, principalmente nos comércios, aumentaram, isso significa que a população foi conscientizada sobre seus direitos. Número de comércios atingidos: 320. Número de notificações realizadas: 12 autos de infração. Veículo de Informação onde foi realizada a campanha: Rádio Cultura – AM (PI-N38).

E, em 2016,

Os resultados foram satisfatórios, pois se conseguiu alcançar muitos comércios noturnos da cidade de Naviraí-MS. A partir de uma entrevista na rádio local conseguimos cumprir com a previsão metodológica de conscientização e sensibilização. As denúncias sobre infrações relacionadas aos ruídos urbanos, aumentaram, isso significa que a população foi conscientizada sobre seus direitos. Número de comércios atingidos: 60 Número de notificações realizadas: 01 Auto de Constatação: 10 Auto de Infração: 09 Número de veículos licenciados para realizar propagandas com

as restrições constantes no Decreto: 09 Número de equipamentos de som móveis apreendidos:08 Veículo de Informação onde foi realizada a campanha: Rádio Cultura – AM (PI-N29).

De um modo geral, o proponente (município de Naviraí), apresentou um padrão anual de cadastro das propostas no SisEA/MS, com a ocorrência de ações pontuais formuladas, em um ciclo repetitivo, a partir dos diversos temas de datas comemorativas como: Semana do Meio Ambiente, Arborização, Dia da Água, Limpeza do Rio, campanha de coleta de resíduos, entre outros. Nesse sentido, uma mesma ação que é realizada seguidamente nos diferentes anos, apresenta o mesmo projeto descritivo de contextualização, justificativas e objetivos, muitas vezes variando ora a metodologia, ora os resultados.

Essa lógica implantada na qual uma mesma ação é realizada repetidamente pode comprometer a consolidação da EA de forma plural, diversa e contextualizada, no âmbito da gestão pública. Por outro lado, de fato há a realização de diversas práticas em EA ao longo do ano, seja na perspectiva conservadora ou crítica. Essa condição deve ser trazida para um debate mais amplo sobre os resultados alcançados por ações organizadas nessas dinâmicas.

Uma mesma ação realizada repetidamente pode sugerir o ciclo vicioso de um processo produtivista de propostas em EA, para o alcance da pontuação do Programa ICMS Ecológico. Esse ciclo fragiliza a EA no âmbito da gestão pública, pois as mesmas temáticas e propostas se repetem anualmente. Tal repetição das temáticas e propostas pode engessar o processo educativo, pois não há um olhar diversificado para a formulação de novas práticas, a partir de demandas locais e urgentes, que podem advir a cada ano. Ou seja, esse processo de reprodução resulta em execução de ações, cumprem uma meta quantitativa (volume de ações cadastradas no SisEA/MS), entretanto podem determinar a deficiência no caráter qualitativo das ações de forma secundária.

É interessante destacar que algumas ações utilizaram a UC como espaço educador em visitas e atividades de campo voltadas ao público escolar. O uso de espaço quando descritos nas ações demonstram a compreensão do proponente sobre a Unidade de Conservação (UC) como potencial educativo para a EA. Entretanto, algumas propostas analisadas, que estão voltadas para o contexto escolar, não apresentam nos discursos o envolvimento do professor na formulação das ações, bem como a fundamentação teórico-metodológica para articulação das ações nos contextos formal e não-formal. Fracalanza (2004) alerta sobre as propostas destinadas ao ambiente escolar, concebidas com a participação inexistente ou reduzida do educador. Tais ações reforçam uma ideia de menor competência do professor na participação do próprio processo de elaboração das propostas, e que quando concebidas dessa forma, tem

grande potencial para tornarem-se vazias pedagogicamente e pouco efetivas, pois nem sempre respondem às reais necessidades sentidas no contexto escolar.

5.4.2.5 Região Pantanal

A Região do Pantanal está localizada na porção Centro-Oeste e Noroeste do MS, constituída por cinco municípios (Corumbá, Ladário, Miranda, Aquidauana e Anastácio), e ocupa a maior extensão territorial dentro do Estado. A Região está localizada na planície pantaneira, que constitui uma extensa superfície de acumulação, de topografia plana, de baixa declividade oscilando entre 80 a 200 m de altitude, com complexa rede hidrográfica, onde grande parte das suas áreas de pastagens são nativas e sofrem processo de alagamento nos períodos de cheias nas cabeceiras dos rios que formam a Bacia Pantaneira.

Ao final da Guerra do Paraguai (1864-1870), as atenções do Governo Imperial voltaram-se para o MT e medidas foram sendo tomadas para estimular a economia local, como a obtenção da livre navegação do Rio Paraguai, garantindo a comunicação marítimo-fluvial da Província com o Rio de Janeiro, fazendo com que Corumbá se tornasse a porta de entrada para a província do MT (MATO GROSSO DO SUL, 2015). Em meados do século XIX, quando efetivamente teve início a ocupação territorial por desbravadores, a presença do rebanho bovino volumoso permitiu aos pioneiros se estabelecerem sem grandes dificuldades econômicas (MATO GROSSO DO SUL, 2015). Os bovinos introduzidos na planície pantaneira encontraram condições ambientais favoráveis à sua reprodução, assim a pecuária extensiva foi a maior responsável pela ocupação da região do Alto Pantanal, sendo que grande parte desse rebanho pertence à Corumbá.

A vasta planície do pantanal, como patrimônio da humanidade, desperta interesse em todos, seja pelas suas condições naturais muito preservadas, seja pelo criatório do gado em grande simbiose com meio ambiente, ou seja ainda, pelas fantasias, mitos e comportamentos que forjaram a cultura e o jeito-de-ser do pantaneiro e do próprio povo do MS (MATO GROSSO DO SUL, 2015).

Essa região é a menos fragmentada do Estado, e a que apresenta as maiores concentrações de espécies da fauna silvestre. A planície de inundação é a maior e mais diversa área úmida contínua do planeta, e está protegida pela convenção de RAMSAR²⁶, da

²⁶ Convenção Ramsar – tratado intergovernamental aprovado em encontro realizado na cidade iraniana de Ramsar, para atingir o seu objetivo de promover a cooperação entre países na conservação e no uso racional das zonas úmidas no mundo. Ao aderir à Convenção, os países signatários devem designar ao menos uma zona úmida de seus territórios para ser integrada à Lista que, uma vez aprovada por um corpo técnico especializado, receberá o título de Sítio Ramsar.

qual o Brasil é signatário. No MS, o Pantanal é dividido em várias sub-regiões a partir de um imenso complexo de ecossistemas, onde habitam mais de 264 espécies de peixes, sendo que a gestão deste componente da biodiversidade é, portanto, fundamental para garantir a sustentabilidade da região. O recurso pesqueiro, base da economia, sustenta grande parcela da população e alimentam as densidades elevadas de aves aquáticas residentes e migratórias do Pantanal (MATO GROSSO DO SUL, 2015). As características naturais da região pantaneira tornam o turismo uma das mais importantes atividades econômicas da Região, que tem como base o turismo contemplativo e o de pesca esportiva, contribuindo para a ocorrência de atividades socioculturais com importância regional, como o Festival América do sul, festivais de pesca e outros que ocorrem principalmente em Corumbá e Aquidauana (SEMADE, 2015).

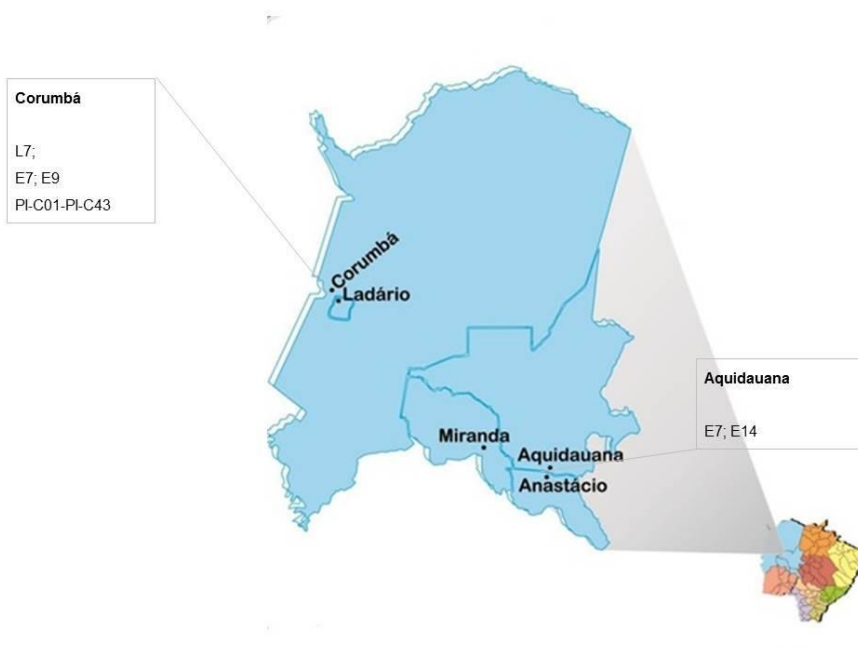
A agricultura, em função das características do solo, tem pouca expressão econômica, com destaque apenas para a produção de arroz irrigado em Miranda. A atividade industrial da Região está baseada principalmente na mineração, com destaque para a extração de minério de ferro e manganês que ocorre em Corumbá e Ladário; indústria siderúrgica em Corumbá e Aquidauana; e indústria frigorífica em Anastácio. Acompanhando o traçado da rodovia BR-262, passam os trilhos da ferrovia Novoeste que atua no transporte de carga, sendo também o principal meio de escoamento da produção mineral que ocorre em Corumbá e Ladário (SEMADE, 2015). Importantes empreendimentos já estão instalados ou em vias de finalização como o Gasoduto Bolívia-Brasil, a Hidrovia Paraguai-Paraná e o Pólo Minerossiderúrgico de Corumbá (Semade, 2015).

Do ponto de vista da etnodiversidade e da cultura, a região da planície pantaneira, juntamente com a área do chaco brasileiro, onde localizam-se os municípios de Porto Murtinho e Caracol, possui mais de 600 mil hectares em áreas indígenas. Além dos quilombolas, os pantaneiros qualificam-se como população tradicional. Os aspectos particulares de sua cultura, desenvolvidos ao longo dos últimos 250 anos com atividades de pecuária, da pesca e o conhecimento tradicional, que se destacam no cenário nacional, considerando sua importância na conservação do Bioma (MATO GROSSO DO SUL, 2015).

Entre os impactos ao ambiente pantaneiro, os mais expressivos são as queimadas e os desmatamentos, problemas interligados de maneira direta com a pecuária, o que afeta diretamente o habitat de animais silvestres que, em busca de refúgio e alimento, se deslocam cada vez mais para os núcleos urbanos, onde muitas das vezes são atropelados. Associada ao desmatamento ainda se tem a revegetação com espécies exóticas invasoras e a degeneração florística primitiva, além dos desbarrancamentos localizados nas margens e grande carga sedimentar no leito do rio (MATO GROSSO DO SUL, 2015).

As análises qualitativas seguem sendo realizadas a partir das propostas finalizadas inseridas para essa região, incluindo as três demandas de cadastro no SisEA/MS, que estão distribuídas em Corumbá e Aquidauana. Para as análises das propostas da demanda Programa ICMS Ecológico foi definido o município de Corumbá como polo da região Pantanal (Figura 53).

Figura 53. Distribuição das ações finalizadas definidas para análise para a Região Pantanal



E = Ações finalizadas para a demanda Ação espontânea e Outras Demandas; PI = Ações finalizadas para a demanda Programa ICMS Ecológico. As ações estão relacionadas de acordo com os códigos de identificação nos Anexos 3, 4 e 5.

Fonte: Organização da autora, adaptado de SEMADE (2015) a partir dos dados disponibilizados no SisEA/MS

Foram utilizados para as análises os fragmentos dos elementos textuais das propostas optando por transcrevê-las *ipsis litteris* ao longo dos resultados, mantendo-se inclusive as eventuais incorreções do ponto de vista ortográfico ou gramatical.

A proposta L7 trata de um PEA elaborado pelo empreendimento Granha Ligas LTDA para os colaboradores internos e público externo. A empresa tem como atividade a produção de ferro ligas à base de minério de manganês, utilizando como fundente o calcário, e, como redutor o carvão vegetal, ou seja, atua na área da Mineração, um dos potenciais econômicos do município, descrito na apresentação das características da região.

O programa L7 teve como objetivo promover um diálogo ambiental com os colaboradores e os moradores da região. Nos pressupostos metodológicos o proponente afirma estar alinhado aos referenciais da EAC, tendo como metodologia o uso de temas geradores. Entretanto, verificamos que as intervenções não estão adequadas à proposta, pois

os temas geradores, visto os temas escolhidos nas atividades serão propostos de acordo com a perspectiva do proponente, conforme o trecho a seguir:

A metodologia adotada no presente programa está de acordo com o Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA (MMA/MEC, 2005) e sua fundamentação teórico/prática ocorrerá por meio do estudo de temas geradores (TOZONI-REIS, 2006) que englobam atividades como palestras, elaboração de material didático e apresentação de vídeos. Para cada um dos grupos escolhidos serão propostos temas adequados às necessidades e seus conhecimentos prévios. Desta forma, cinco aspectos fundamentais para a elaboração de um programa de educação ambiental foram considerados: Sensibilização ambiental... Compreensão ambiental... Responsabilidade ambiental... Competência ambiental... Cidadania ambiental (L7).

Os pressupostos metodológicos estão fundamentados nas concepções pedagógicas da EAC verificadas nos discursos do Subprograma de Educação Ambiental para Trabalhadores. Entretanto, não verificamos como as fundamentações teóricas foram de fato aplicadas tendo em vista que esse PEA não apresentou os relatórios de execução final, pois ainda encontra-se em andamento.

A aplicação do princípio metodológico da pesquisa-ação-participativa nas ações propostas, através das etapas de coleta de dados, diagnóstico, ação e avaliação apresenta-se como importante ferramenta pedagógica no planejamento, desenvolvimento e avaliação das ações educativas. Dentro da abordagem pedagógica sistêmica, propõe-se, à medida que as ações forem sendo aplicadas, o fortalecimento interno dos funcionários bem como da função social da comunidade na busca pela sustentabilidade econômica, social e ambiental [...] (L7).

A proposta E7 trata de ação realizada pelo proponente SANESUL e registrada no SisEA/MS como abrangência Regional, incluindo municípios das regiões do Bolsão e Cone-Sul. Deste modo, a análise discursiva das propostas citadas já foi apresentada anteriormente para a Região do Bolsão.

A proposta E14 trata de uma ação pontual cadastrada por proponente pessoa física, com o título Valorização Das Unidades De Conservação Municipais De Aquidauana-Ms e organizada a partir do seguinte objetivo: “Conscientizar a população sobre a importância das unidades de conservação municipais de Aquidauana-MS” (E14).

No resumo da ação, verificamos que a proposta foi realizada sob a responsabilidade do setor de meio ambiente da Prefeitura municipal de Aquidauana, em virtude da semana de Meio Ambiente.

No dia 05 de junho comemora-se o dia mundial do meio ambiente. Nesta data, pessoas do mundo inteiro se unem em ações para chamar a atenção de todas as esferas da população para os problemas ambientais e a importância

da preservação da biodiversidade e dos recursos naturais. De maneira a somar aos esforços globais de educação e preservação ambiental, a prefeitura municipal de Aquidauana, através da secretaria de produção e meio ambiente, promoveu a semana do meio ambiente, com a realização de atividades concentradas nos dias 04 e 05 de junho de 2019 (E14).

Nesse sentido, destacamos a importância dos aspectos sobre o processo de cadastramento no SisEA/MS, já discutidos anteriormente neste estudo, na seção sobre as análises dos documentos orientadores aos proponentes. Neste caso, na ação E14 a pessoa física trata do executor da ação e fez o cadastro da proposta enquanto proponente. Entretanto, a descrição da proposta compreende o poder público como proponente e responsável pela ação.

As atividades propostas em E14 envolveram intervenções do tipo informativa por meio de palestras, e contemplativa com uma caminhada na UC, que podemos inferir uma perspectiva de EA naturalista, alinhada a uma vertente conservadora de EA.

[...] no dia 04/06/2019 o dr. Fernando Ibanez Martins (biólogo da SEMA) apresentou uma palestra de 50 minutos sobre as unidades de conservação municipais no IFMS, ressaltando sua importância para os seres humanos, composição de fauna e flora, suas características físicas e curiosidades, após a apresentação o biólogo respondeu às perguntas da plateia. no dia 05/06/2019 as atividades ocorreram no pnmlc e tiveram início às 08:00 com uma apresentação musical realizada pelos integrantes do projeto pelotão esperança, onde as crianças do projeto cantaram uma canção de autoria própria sobre cuidados com o meio ambiente. após a apresentação musical, os alunos do projeto assistiram às apresentações dos técnicos da sema sobre a fauna e flora existentes no parque. o biólogo fernando ibanez martins abordou as características do parque, sua biodiversidade e ameaças que afligem a unidade de conservação durante uma apresentação de 30 minutos. após, a bióloga grace ferreira da silva fez explicações sobre a avifauna local, ressaltando características e curiosidades sobre as espécies ameaçadas de extinção, também durante 30 minutos. finalizadas as apresentações dos biólogos da sema responderam às dúvidas dos alunos e, então, os mesmos participaram de uma caminhada educativa na pista do parque, onde receberam explicações sobre as espécies arbóreas nativas que existem no local. ao final deste passeio os alunos puderam observar a fauna nativa e aprenderam mais detalhes sobre a ecologia e o comportamento das aves que habitam o parque. após as atividades os alunos receberam mudas de árvores nativas, produzidas pelo viveiro municipal (E14).

A ação pontual PI-C22, de 2018, e a ação pontual PI-C01 e campanha PI-C09, ambas realizadas em 2019, tratam de propostas voltadas para a divulgação da coleta seletiva à comunidade em geral e comércio local. As propostas tiveram como objetivos: “Informar sobre o funcionamento e a importância da participação no Programa da Coleta Seletiva no Município de Corumbá – MS” (PI-C01), com atividades organizadas de forma similar, conforme o fragmento a seguir:

[...] educadores ambientais se deslocaram até a área central da cidade, em cada estabelecimento abordaram a gerencia do local ou responsável pelo empreendimento. A ação educativa contou com o apoio de folders explicativos sobre coleta seletiva e imãs de geladeira (que contêm dias e horários da coleta seletiva, entre outros tipos de coleta). Na oportunidade, foram também entregues para cada entrevistado um ofício circular onde o mesmo assinou e preencheu (na cópia do ofício) destacando nome do empreendimento. O ofício circular esclarece o motivo da visita no local (PI-C09).

As propostas anteriores demonstram uma ação do tipo prescritiva sobre as formas adequadas dos indivíduos contribuírem para a coleta seletiva, apresentando nos elementos textuais os discursos de uma prática na perspectiva conservadora da EA, em que o tema da reciclagem está voltado à aquisição de informações técnicas corretas sobre a coleta seletiva. Para Layrargues (2005), muitas práticas em EA sobre a reciclagem excluem da discussão outros aspectos que envolvem os resíduos sólidos e que deveriam ser evidenciados, e assim contribuem para a alienação da realidade. Segundo o autor, nessas ações acabam destacando somente os aspectos sobre a separação correta dos materiais, por exemplo, dos alumínio. Ações que propõem a EA de forma reduzida, como no referido caso, sobre a reciclagem *“cria-se a ilusão de que a prática ecologicamente correta da reciclagem contribuirá para a resolução de um problema ambiental”* (LAYRARGUES, 2005, p. 207).

Na proposta PI-C22 as intervenções ocorreram em uma comunidade quilombola para os esclarecimentos sobre a coleta seletiva:

As educadoras ambientais ouviram relatos dos moradores de que o difícil acesso para coletar os resíduos, impossibilita o trabalho dos garis que realizam a coleta, uma vez que os mesmos não conseguem recolher todos os resíduos, tornando assim uma grande quantidade de resíduos acumuladas. Na ocasião, orientaram os moradores e contaram com o apoio dos mesmos para participarem da coleta seletiva, uma vez que, essa prática não é realizada, tampouco, obedecem ao horário da coleta. Ficou estabelecido, que será verificado com a empresa UNIPAV, sobre a possibilidade de um gari entrar na área para fazer a coleta, pois, segundo os moradores, em tempos anteriores isso era realizado. Também será marcada reuniões com os Presidentes das Comunidades Quilombolas para juntos articularmos ações que possam minimizar ou solucionar o problema existente (PI-C22).

Na ação PI-C22 a intervenção metodológica adotada está mais próxima da perspectiva pedagógica progressista, visto que o diálogo e a discussão em grupo das questões afetas a comunidade sobre a gestão dos resíduos promoveu um espaço de acolhimento e organização para a busca de soluções. Ainda que o tema tenha sido abordado para resolução fim da questão (separação correta dos resíduos), as categorias como a dialogicidade, participação e cidadania, são oportunizadas no envolvimento dos sujeitos durante as rodas de conversa.

Embora as categorias anteriores não estejam fundamentadas teoricamente no cadastro das propostas, estas foram identificadas na AD, assim como as estratégias de organização e participação social (envolvimento com as lideranças e organização de uma agenda para discussão dos problemas identificados). Dessa forma, a proposta caracteriza os princípios inclusivo, dialógico e emancipatório, que estão próximos à EAC, nos momentos que trabalha algumas destas características ao longo das intervenções.

As propostas PI-C02, PI-C04 e PI-C10 tratam de ações pontuais realizadas em 2019 e destinadas aos esclarecimentos à comunidade escolar a respeito do Programa da Coleta Seletiva do município. As intervenções metodológicas adotadas em todas as ações envolveram a realização de palestra e distribuição de material impresso, conforme os trechos em destaque:

A Prefeitura Municipal por meio da Fundação de Meio Ambiente do Pantanal, realizou esclarecimentos a respeito do Programa da Coleta Seletiva em Power Point e distribuiu cartilhas informativas. A equipe visitou todas as salas de aula do período vespertino da Escola Luiz de Albuquerque (PI-C02).

A Fundação do Meio Ambiente do Pantanal – FMAP recebeu os alunos, em seguida foram convidados a conhecer cada um dos núcleos que compõem a Fundação, onde técnicos explicaram de maneira sucinta a responsabilidade de cada um dos diversos setores. Na ocasião, o núcleo da Educação Ambiental realizou entrega de pastas com informativos da coleta seletiva e imã de geladeira, contendo o cronograma da coleta de resíduos e materiais recicláveis, foram distribuídos também, bonecos ecológicos para alunos e professores (PI-C04).

As propostas anteriores tratam de ações elaboradas e executadas por servidores do setor de meio ambiente para o público-alvo da comunidade escolar. Os discursos traduzidos nos resumos das propostas indicam as concepções conteudista-racionalistas, por orientarem o processo educativo a partir da transmissão de conhecimento técnico científico sobre o ambiente, ou seja, este tipo de prática pedagógica não propicia de modo geral a construção do conhecimento de forma ativa pelo sujeito (TOZONI-REIS, 2008).

Igualmente, estudos como de Viegas e Guimarães (2004) e Tozoni-Reis *et al.* (2012) retratam a fragilidade de ações educativas em que os professores não estão inseridos no processo de construção pedagógica. Os autores consideram que ações em EA elaborados pela comunidade escolar (incluindo os educadores), a partir de suas necessidades, constituem um cenário promissor para o alcance de resultados efetivos, no sentido de que “anunciam” a EA que se necessita realizar e o tipo de trabalho que realmente interessa para a realidade escolar.

Os resultados das ações demonstram que o alcance dos objetivos educacionais ocorre com base em avaliações realizadas de modo aleatório, ou seja, a partir de observações

informais e cotidianas. Não podemos confirmar se tais resultados foram alcançados, tendo em vista que na proposta não há relatos de instrumentos de avaliação intencionais e planejadas, conforme os trechos a seguir:

Os alunos e professores foram bastante participativos e realizaram questionamentos em relação a coleta de resíduos do Distrito de Albuquerque (PI-C02).

Fundação de Meio Ambiente do Pantanal – FMAP apoiou a iniciativa e recebeu os estudantes em suas instalações oportunizando conhecimento sobre a gestão ambiental do órgão ambiental da Prefeitura Municipal do Município de Corumbá-MS. Nesse sentido, a visita dos alunos foi bastante significativa, já que os mesmos obtiveram conhecimento acerca da gestão ambiental municipal na cidade de Corumbá – MS (PI-C04).

A campanha PI-C39, e a ação pontual PI-C03, realizadas em 2017 e 2019, respectivamente, envolveram orientações aos vendedores da praça de alimentação, no evento de carnaval do município, sobre o manejo dos resíduos sólidos. Os objetivos das ações, foram propostos igualmente: “conscientizar e sensibilizar os barraqueiros e ambulantes a jogarem lixo seco separadamente do lixo úmido conscientização, despertando, desta forma, o comprometimento com o meio ambiente” (PI-C39). As propostas possuem a finalidade formativa do público alvo, conforme os resultados apresentados:

Acreditamos que o trabalho foi relevante, pois as pessoas acharam importante a entrega dos sacos de lixo, folders e imã de geladeira da coleta seletiva durante os dias de carnaval. Ressaltamos ainda que, o trabalho contínuo vem de encontro a um resultado satisfatório e favorável, que possivelmente, poderá ocasionar a mudança de hábitos e atitudes (PI-C39).

Na ocasião a Fundação do Meio Ambiente do Pantanal por meio do Núcleo de Educação Ambiental realizou atividades que tiveram como objetivo principal conscientizar os barraqueiros a jogarem lixo seco separadamente do lixo úmido (PI-C03).

Nos elementos textuais a responsabilidade está focada no indivíduo para as mudanças de hábitos e atitudes, visando a resolução de problemas, que neste caso trata da destinação dos resíduos gerados nos eventos festivos. Nesse sentido, as propostas estão alinhadas ao plano das tendências ambientalistas hegemônicas, ou seja, aquelas de caráter conservador em que o ato educativo ficou subordinado à resolução de problemas ambientais como finalidades pragmáticas, sem qualquer crítica às relações sociais que são pertinentes nas questões sobre resíduos sólidos, por exemplo.

Queremos dizer que, em tais tendências, ignora-se o caráter processual, problematizador, permanente e coletivo da educação, considerando-se

satisfatório levar, unidirecionalmente, conhecimentos técnicos e comportamentos definidos a priori como corretos ou como algo a ser assumido por todos os grupos sociais, independentemente das especificidades sociais, particularmente as desigualdades econômicas (LOUREIRO, 2004, p. 14).

As ações pontuais PI-C26, Ação Prefeito Presente e Global, e PI-C28 Ação Global foram, realizadas em 2018. A PI-C05 com o título VII Conferência Infante Juvenil Pelo Meio Ambiente. e PI-C06 I denominada Simpósio de Pesca No Pantanal, realizadas em 2019. A proposta PI-C28 retrata a participação do proponente com a oficina de materiais recicláveis durante o evento AÇÃO GLOBAL. As atividades foram organizadas conforme a descrição a seguir:

A Fundação de Meio Ambiente do Pantanal se responsabilizou pela atividade confecção de Boneco Ecológico, para o público infantil e distribuição de mudas de tomate e salsa para adultos. Para criação do boneco utilizou-se garrafas pet, terra, serragem, sementes de gramíneas e enfeites de colagem. As crianças montavam o brinquedo com as características que desejavam após este procedimento um representante da Educação Ambiental explicava sobre a importância da natureza e sobre a coleta seletiva, mostrando que é possível o homem amenizar os danos no meio ambiente reciclando e reutilizando materiais que seriam descartados no ecossistema. As mudas foram doadas para incentivar o plantio e os cuidados com o Meio Ambiente (PI-C28).

Para a ação PI-C05, o proponente realizou as seguintes intervenções:

A palestra foi apresentada para os alunos do Ensino Fundamental I e II da escola referida onde contamos com uma plateia de aproximadamente 200 alunos, deste total 72 assinaram as listas de presença. A apresentação foi bastante relevante o tema foi exposto por meio de imagens onde os alunos, em sua maioria do nível fundamental I, conseguiu observar as causas da disposição inadequada dos resíduos, puderam também diferenciar as cores dos materiais recicláveis (plástico, papel, vidro e metal) que fazem parte da coleta seletiva. O público foi bastante participativo e interagiu com os temas abordados (PI-C05).

Em PI-C06, o proponente pretendeu “Realizar um evento científico que reúna diferentes segmentos econômicos, sociais e ambientais ligados à atividade pesqueira no Pantana” (PI-C06), tendo como resultado:

O evento teve 100 inscritos e contou com a participação de 79 pessoas de diferentes segmentos relacionados à pesca no Pantanal sul mato-grossense e no Brasil, onde foram apresentadas novas formas de uso sustentável dos recursos pesqueiros como o pesque-e-solte, vislumbrou-se principalmente a conservação do meio ambiente e o bem estar de todos os usuários desse recurso, nesse sentido, possibilitou aos gestores difundirem as suas propostas; aos pesquisadores a oportunidade de expor os seus trabalhos; e

aos demais participantes a oportunidade de apresentarem a sua opinião e sanar todas as suas dúvidas sobre os assuntos tratados no evento (PI-C06).

As propostas anteriores destacam a importância da organização de eventos voltados para a promoção da EA. Portanto, eventos como a VII Conferência Infante Juvenil pelo Meio Ambiente e o I Simpósio de Pesca no Pantanal contribuem significativamente para o cenário da EA, embora nos resultados o proponente não apresente de forma qualificada os desdobramentos dessas ações realizadas. Entendemos que esses eventos em questão exercem uma relevante função ao abrir espaço e promover uma agenda de discussão sobre as questões ambientais locais. Nesse sentido, essas ações ao mobilizar os sujeitos sociais favorecem seu engajamento em busca de soluções para os problemas, riscos e conflitos socioambientais, a partir do fortalecimento da sua identidade cultural, como por exemplo, a comunidade ribeirinha e pescadores artesanais, durante o I SIMPÓSIO DE PESCA NO PANTANAL (proposta PI-C06).

A campanha PI-C43, de 2017, a ação pontual PI-C29, de 2018, e as ações pontuais PI-C07 e PI-C19, de 2019, trataram de propostas que visam a capacitação por meio de palestras aos funcionários e colaboradores em empresas e entidades públicas, abordando principalmente os procedimentos para separação e destinação correta dos resíduos sólidos. Os objetivos verificados foram:

Capacitar empregados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa para a efetiva realização da coleta seletiva dentro do estabelecimento (PI-C29).

O objetivo da palestra é sensibilizar funcionários da empresa de Armazéns Gerais Alfandegados – AGESA quanto ao uso inconsciente de copos descartáveis e seus impactos causados ao meio ambiente (PI-C07).

Capacitar os empregados da Empresa Granha Ligas LTDA sobre a Gestão de Resíduos Sólidos existente no Município de Corumbá – MS (PI-C19).

Os procedimentos metodológicos aplicados variaram desde palestras individuais até capacitações com um período maior de duração:

A capacitação foi realizada em três etapas: apresentação de conteúdos em Power Point, dinâmicas de trabalhos em grupo e apresentação de propostas dos participantes. Na primeira etapa, os conteúdos apresentados foram amparados na Lei nº 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos enfatizando a prevenção e a redução na geração de resíduos tendo como instrumento a implantação da coleta seletiva, abordou-se também, sobre a existência das duas Associações de Catadores de Recicláveis do Município de Corumbá-MS, a importância da coleta seletiva no Município e tabelas identificando os materiais recicláveis e os não recicláveis, finalizando a exposição foi apresentada um diagnóstico da

situação dos resíduos sólidos gerados, contendo a origem, o volume, a caracterização dos tipos resíduos e as formas de destinação e disposição adotadas pelos municípios. Na segunda etapa, foi solicitado aos participantes a realização de trabalhos em equipe seguindo os pontos abaixo:

- Implantação sistema efetivo de coleta seletiva dentro da Emprapa;
- Identificação da localização de cada lixeira de acordo com a proposta da coleta seletiva;
- Sistematizar o trajeto da coleta seletiva.
- Estipular prazos para início da coleta seletiva;

Por último, foi realizada a exposição dos trabalhos de cada grupo (PI-C29).

Os resultados em PI-C43, PI-C29, PI-C07 e PI-C19 foram apresentados a partir das percepções após as intervenções educativas e estão descritos com informações similares. Os elementos textuais demonstram que os resultados foram constatados por observações informais, na ausência de instrumentos intencionais e planejados.

A capacitação realizada foi bastante produtiva, pois uma grande maioria de participantes conseguiu assimilar a importância da coleta seletiva e demonstrou nas exposições realizadas. Cada grupo pode sistematizar a implantação da coleta seletiva na empresa e identificou as falhas existentes sugerindo uma possível solução para cada uma delas (PI-C29).

As ações pontuais PI-C42, realizada em 2017, PI-C30, em 2018 e PI-C08, em 2019, são propostas organizadas a fim de comemorar a SEMANA DO MEIO AMBIENTE, conforme os seguintes objetivos: “destacar a importância do dia mundial do Meio Ambiente para a sociedade, promovendo atividades educativas com o intuito de despertar a consciência ambiental” (PI-C08).

De um modo geral, os eventos apresentaram um cronograma de atividades similares com apresentação de palestras, atividades lúdicas, plantio de mudas e apresentações culturais.

No período de 05 a 10 de junho 2017, foi realizada a Semana do Meio Ambiente, na qual ocorreram várias atividades, todas abertas ao público.

Dia 05/06: 1. Abertura Oficial da Semana do Meio Ambiente (Gincana Ambiental). 2. Visitação aos laboratórios de Ensino do curso de Ciências Biológicas UFMS/CPAN. 3. Visitação à Exposição interativa e atividades de Educação Ambiental. 4. Curso de Formação e Seleção da Brigada de Incêndio do IBAMA e PREVFOGO.

Dia 06/06: 1. Minicurso Licenciamento Ambiental. 2. Oficina “Alimente-se bem com 1 real”. 3. Visitação aos Laboratórios do Ensino do Curso de Ciências Biológicas da UFMS/CPAN. 4. Visitação à Exposição interativa e atividades de Educação Ambiental. 5. Oficina Reutilização de Pneus na Confecção de Puff e mesinhas de centro. 6. Oficina “Caldas Biofertilizantes orgânicas para hortas caseiras”. 7. Curso de Formação e Seleção da Brigada (PI-C42).

No ano de 2019 o tema escolhido foi “Corumbá Conservando o Meio Ambiente” [...] As atividades selecionadas para a Semana do Meio Ambiente apresentaram conteúdo de conscientização ambiental, abrangendo a atual situação dos ecossistemas e maneiras de amenizar os impactos ambientais causados pela poluição excessiva e são eles: Trilha e Mountain Bike, plantio,

pescaria ecológica, palestras sobre gestão de resíduos, concurso de paródia, Oficinas de Puff de Garrafas Pet, entre outros que serão descritos a seguir (PI-C08).

Da mesma forma, os resultados das ações foram apresentados igualmente, sugerindo que a proposta foi formulada em cumprimento ao calendário de eventos, como o trecho a seguir:

A Semana do Meio Ambiente de 2017 foi de grande relevância para otimizar os esforços da gestão pública para soluções e inovações que visem a adoção de práticas sustentáveis no dia a dia da população corumbaense. O evento de abertura, do dia 05/06/2017, foi aberto ao público, atingindo resultados acima do esperado, uma vez que o número de participantes superou as expectativas. As demais atividades aplicadas como oficinas e minicursos foram bem ministrada e com um público bem participativo. Atividades como trilhas, visitas e plantios reforçaram a temática da sustentabilidade e preocupação com as futuras gerações com alunos e parceiros (PI-C42).

As ações do tipo pesquisa PI-C41 e PI-C11, realizadas em 2017 e 2018, respectivamente, e as propostas do tipo ação pontual PI-C34, PI-C35, PI-C38, de 2017, e PI-C24, de 2018, trata de levantamentos de informações por meio de um diagnóstico sócio ambiental para conhecimento da realidade local em diversas comunidades e público alvo.

As ações do tipo pesquisa são relevantes no contexto da EA, pois tratam do conhecimento das comunidades locais, a fim de orientar futuras ações em EA, visto que especialmente o município de Corumbá é composto por grupos sociais diversos, como quilombolas, indígenas e ribeirinhos, que apresentam contextos socioambientais distintos. Segundo Pinheiro *et al.* (2004) as ações diagnósticas para a EA são fundamentais, pois “a verificação da percepção ambiental do público a ser trabalhado é uma importante ferramenta de gestão, pois os resultados oferecem subsídios para a definição dos objetivos e metodologias a serem geridas” (PINHEIRO *et al.*, 2004 p. 56).

As ações pontuais PI-C13 e PI-C23, realizadas em 2018, tiveram como finalidade receber o público alvo na sede da FMAP para a apresentação do setor e ações promovidas pelo mesmo, conforme os objetivos:

Apresentar para os alunos do Instituto Acaia²⁷ Pantanal o histórico, a missão, a visão e os projetos desenvolvidos por cada um dos núcleos da Fundação do Meio ambiente do Pantanal (PI-C13).

²⁷ ACAIA – O Acaia Pantanal nasceu em 2008, quando o Instituto Acaia estendeu suas atividades abrindo uma filial em Corumbá-MS com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento humano e social do Pantanal por meio de ações educativas integradas à preservação do bioma. Atua por meio de uma escola rural de Ensino Fundamental I, que é o centro de diversas atividades sociais e ambientais que envolvem os moradores da região.

As ações pontuais PI-C16 e PI-C17, de 2018, tratam de relatos de participação de técnicos da FMAP em eventos científicos externos. Tais ações, ainda que abordam a relevância da capacitação dos servidores e apresentação de trabalhos em eventos, não parecem atender aos requisitos para inserção de ações no SisEA/MS, que trata de propostas realizadas (executadas) pelos proponentes. Nesse caso, o proponente FMAP não foi o executor da proposta, conforme o manual do usuário descreve “proponente - quem propõe a realização da ação e busca parceiros para a execução da mesma” (IMASUL, 2020b, p. 11). Segundo o IMASUL (2020) as propostas cadastradas pelos proponentes devem se tratar de ações que foram organizadas e executadas pelos mesmos.

As ações pontuais PI-C33, de 2017, e PI-C14, PI-C20, PI-C25 e PI-C27, realizadas em 2018, tratam de ações diversas envolvendo práticas como palestras e oficinas em EA. Ações desse tipo não garantem a continuidade do processo educativo, pois em sua maioria, remetem a ações pontuais com temas não articulados com outras propostas em andamento.

Dentre os procedimentos metodológicos encontramos algumas variações de atividades nas diversas propostas:

A atividade ocorreu durante quatro dias da semana, de 17 a 20 de setembro, durante o período matutino, das 08:00 horas às 11:30, no cruzamento das ruas Frei Mariano e 13 de Junho, no centro da cidade. Foram entregues para os cidadãos kits informativos da coleta seletiva, contendo um imã de geladeira, lixocar e folders. Para chamar a atenção dos carros foram utilizados faixas; além de contar com os mascotes da coleta seletiva. O PREVFOGO entregou kits educativos sobre as queimadas causadas pelo lixo e ajudou na entrega dos kits da FMAP (PI-C14).

Realizar palestras educativas, atividades lúdicas e oficinas com escolas da Rede Municipal de Ensino (REME) na ESTAÇÃO NATUREZA (FUNDAÇÃO GRUPO BOTICARIO) (PI-C20).

Para o trabalho foi confeccionado um cartaz onde obtinha inúmeras informações sobre as utilizações da água no meio urbano, sobre os vários tipos de poluições hídricas e sobre conscientização ambiental com o tema “Soluções Naturais para Água”. Logo foi executada uma palestra explicativa sobre água e suas utilidades no dia a dia e no mundo, poluição hídrica, conscientização ambiental e maneiras para economizar água. Foi proposto para os alunos que criassem um desenho do que haviam entendido da palestra, com enfoque para soluções naturais para água, o objetivo da dinâmica era que os alunos ilustrassem a diferença da água limpa e poluída e os tipos de poluições hídricas, para isso foi entregue a cada estudante uma folha sulfite azul onde fizeram seus desenhos, para o término do trabalho fez-se o uso de lixeiras de papelão ecológicas onde todos efetuaram a colagem de suas figuras na mesma, que ficou para suas respectivas salas de aula. Após a execução da primeira atividade, sucedeu-se a explicação da

simulação do reflorestamento em volta das nascentes dos rios, para a dinâmica houve o uso de copos plásticos que depois seriam usados para reciclagem, terra adubada e sementes para demonstração da importância da água para os seres vivos onde as crianças levaram seus copos com as sementes plantadas para cuidarem em casa, assim poderiam ver a germinação da planta e obter a responsabilidade e consciência ambiental. No final da ação todos formaram uma fila para receber seu copo com sua semente e retornarem a suas respectivas salas de aula (PI-C25).

Oficina é uma forma de ensinar e aprender pela realização de algo feito coletivamente. Assim o saber seria construído com a colaboração do grupo conjuntamente com o ministrante; este se faz aprendiz, já que a metodologia de oficinas se caracteriza por uma constante troca de conhecimentos. Neste contexto, a reciprocidade das ações culminam em aprimorar os conhecimentos entre os participantes. Em seguida foi realizada receita através da oficina culinária utilizando as cascas do abacaxi pra a confecção do bolo. O grande crescimento populacional e o crescente avanço da tecnologia tem aumentado o desperdício alimentar. Diante do exposto, a importância do aproveitamento integral dos alimentos é primordial, para o meio ambiente e para a sociedade, no âmbito escolar, entre outros. Ainda assim, é notório o desconhecimento sobre a correta forma de utilizar a técnica de aproveitar o alimento integralmente. De modo geral, os resultados apresentados na oficina evidenciam que a maioria dos participantes mostraram disposição para aprender e experimentar receitas alternativas onde se utiliza o aproveitamento dos alimentos e formas diferentes de preparo, o que representa uma característica favorável a participação e aprendizagem no decorrer da realização da oficina (PI-C27).

A ação PI-C14 inseriu a temática queimada voltada às questões dos resíduos sólidos, não problematizando com outros aspectos relativos aos impactos ambientais sobre os biomas Pantanal e Cerrado, conforme verificado na proposta PI-C42 que envolveu a capacitação de brigadistas junto ao órgão Prevfogo/IBAMA. As questões ambientais relacionadas aos grandes fenômenos climáticos, como as queimadas, tornam-se cada vez mais alarmantes e merecem abordagens mais aprofundadas, principalmente no Brasil, que continua apresentando grandes índices de queimadas na Amazônia, Cerrado e Pantanal (SILVA et al, 2021). Segundo Borges (2020) a expansão de incêndios no Pantanal, com destaque para as queimadas criminosas, se deve principalmente às pressões das atividades de agricultura e pecuária extensivas, são questões que poderiam ser abordadas pelos proponentes inseridos nesses territórios, como Corumbá.

A proposta PI-C21 tratou da ação pontual Por um natal mais sustentável da reutilização à criação. Assim a ação desenvolveu as seguintes atividades, tendo como resultado as descrições a seguir:

Para a coleta das garrafas pet, será realizado um concurso com as todas as Escolas das Instituições de Ensino do Município de Corumbá - MS, sendo que inicialmente, o projeto referido será apresentado na Secretaria de Educação para que a mesma mobilize as escolas da Rede Municipal de

Ensino a participarem do projeto: “Por um natal mais sustentável” por meio de regulamento em anexo. A Instituição de Ensino vencedora receberá, como prêmio, uma Televisão de 42” de LED Tela Plana (PI-C21).

O resultado foi muito satisfatório, pois houve a arrecadação de mais de 3000 garrafas PETS, que depois foram destinadas às duas Associações de Catadores, além disso a árvore abrilhantas a decoração natalina do município (PI-C21).

A proposta PI-C31 tratou de uma ação pontual, realizada em 2017, sobre “Relatório de Ações na Unidade de Conservação Parque Municipal de Piraputangas”. Na nesta ação foram descritas as seguintes atividades:

As ações Implantação de trilha ecológica no primeiro semestre de 2017. Com isso em vista, foram realizados, pela Fundação de Meio Ambiente do Pantanal, dois grandes eventos esportivos na trilha: Durante a Semana do Meio Ambiente de 2017, os técnicos do Núcleo de Arborização da FMAP ministraram uma palestra intitulada “Meio Ambiente”. No dia 05 de agosto de 2017 foi realizada, pelo Prof Me. Wellington de Sá Arruda, na disciplina intitulada Prática de Ensino em Diversidade Botânica do curso de Ciências Biológicas – Licenciatura da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal (UFMS-CPAN), uma aula de campo no Parque Municipal de Piraputangas, no período da manhã (PI-C31).

As ações pontuais PI-C32 e PI-C37 estavam voltadas ao plantio de Mudanças, realizadas em 2017. As ações foram organizadas a partir de um mesmo objetivo “Plantio de mudas de espécies arbóreas no bairro Padre Ernesto Sassida” (PI-C32), com as seguintes intervenções:

Foi realizado o plantio de aproximadamente 70 mudas no Bairro Pe. Ernesto Sassida, entre os dias 30 de setembro de 2017 e 12 de dezembro de 2017, com o objetivo de proporcionar um bairro mais bonito e com mais sombreamento para as casas, pedestres e veículos. Dentre as espécies, foram escolhidas para o plantio os ipês, castanheira, saboneteira e pata-de-vaca (PI-C32).

A ação teve como objetivo arborizar a via para viabilizar o sombreamento para o estacionamento de veículos das pessoas que frequentam o local diariamente e de sensibilizar a população a respeito da importância da arborização urbana. Dentro da mesma perspectiva, foram realizados plantios de mudas de espécies arbóreas na Creche Municipal Inocência Cambará, durante um evento festivo tradicional (PI-C37).

A ação PI-C37 também relata parte do relatório das ações executadas pelo Núcleo de Unidade de Conservação da FMAP, e que também foram descritas nas ações PI-C08 e PI-C30 e na ação PI-C31, já apresentada anteriormente. Ou seja, o proponente registrou no SisEA/MS atividades já realizadas outras propostas, conferindo duplicidade de ações no cadastro, o que pode refletir na avaliação final errônea do proponente no Programa ICMS Ecológico.

De um modo geral, as ações em EA para a região Pantanal apresentaram um predomínio do tema Resíduos Sólidos em decorrência de outros temas que também são considerados relevantes para o contexto socioambiental do município. As ações envolvendo o tema Resíduos Sólidos foram realizadas a partir de diferentes perspectivas como a divulgação da coleta seletiva nas comunidades urbanas e rurais, capacitação do público envolvido no Carnaval para o correto manejo do lixo e capacitação em empresas sobre a destinação correta dos resíduos.

Segundo a PNEA, os princípios básicos da EA estão relacionados à importância da abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais (BRASIL, 1999, p. 3), e que não parece ter sido compreendida em algumas ações deste proponente. Nesse sentido, destacamos que algumas temáticas, ainda que tenham sido abordadas nas ações, se apresentaram com pouco aprofundamento nas discussões locais, como por exemplo, o contexto da temática queimada e pesca para a região do Pantanal.

A temática queimada foi inserida no campo Impactos Ambientais, e tem grande relevância para as agendas ambientais local, estadual e nacional, e foi recorrente para o ano de 2020, momento em que foram amplamente discutidos os altos índices de queimada para o bioma Pantanal (MIRANDA; MARTINHO; CARVALHO, 2021). Outrossim, os desafios para a cadeia produtiva da pesca e a proteção aos recursos pesqueiros também são temas significativos para os debates locais, tendo em vista a atividade do turismo e as implicações da pesca como subsistência da comunidade tradicional, e que foi abordada em apenas uma ação cadastrada pelo proponente em análise.

Desse modo, verificamos que as pressões dos impactos ambientais sofridas nesse contexto, como o assoreamento dos rios e a alteração dos fluxos das cheias, em decorrência do uso do solo e manejo do solo inadequado nas atividades de agricultura e pecuária, especialmente na região do planalto, não foram inseridas em profundidade nas temáticas das propostas. Não constatamos nas discussões as ações de recuperação da Bacia do Rio Paraguai, sub-bacia do Rio Taquari, que são temas constantes em projetos financiados e políticas públicas para a gestão ambiental no MS.

Ademais, podemos destacar que a inserção do tema Unidade de Conservação, e uso desses espaços educativos, para fomentar as práticas em EA em algumas ações, teve pouca representatividade entre o total de cadastros do proponente.

Também destacamos o envolvimento de diversas entidades nas ações cadastradas, em especial, órgãos como o IBAMA, o setor responsável pela execução de atividades relativas à prevenção de queimadas (Prevfogo/IBAMA) e a ONG (Instituto Acaia), além das demais empresas privadas envolvidas, e que são preponderantes para a articulação entre os diversos

setores da sociedade. Assim, a viabilidade de propostas em EA, a partir de diálogos amplamente estabelecidos pelas instituições e grupos sociais envolvidos, pode fortalecer as ações educativas. Entretanto, somente essa articulação não garante a efetividade das ações em EA, pois é preciso considerar os procedimentos metodológicos apoiados nas concepções epistemológicas e pedagógicas da EA, em uma perspectiva crítica e transformadora, para a busca de um processo educativo mais efetivo para a transformação da sociedade e mudanças socioambientais.

Vale destacar as iniciativas do proponente ao realizar ações do tipo Pesquisa com comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas), viabilizando o diagnóstico socioambiental, fundamental para propostas adequadas às demandas e vulnerabilidades locais. Deste modo, salientamos que as futuras intervenções para as comunidades tradicionais, organizadas com essas informações coletadas, são importantes, pois poderão fortalecer a identidade étnica e autonomia dos povos originários envolvidos nas ações em EA.

Por fim, conforme já verificado para outras regiões analisadas, verificamos a realização de ações pontuais, voltadas para atividades a partir de datas comemorativas como a Semana do Meio Ambiente e outras ações pontuais, que não estão articuladas inviabilizando a continuidade de seus resultados e reflexos para a transformação de uma sociedade sustentável.

5.4.2.6 Região Leste

Os municípios inseridos na Região Leste compõem a Bacia Hidrográfica do Rio Paraná e as sub-bacias hidrográficas dos Rios Anhanduí, Pardo e Ivinhema. Trata-se de uma área com grande concentração fundiária e potencial agropecuário, principalmente por suas condições naturais de relevo, solo e clima, com registros significativos de degradação dos solos e a conseqüente queda da capacidade de suporte das pastagens (Semade, 2015).

As culturas da mandioca são atividades importantes em Ivinhema, e a cana-de-açúcar, em especial em Angélica e Nova Andradina. No entanto, muito embora a agricultura mereça destaque, existe nesta região o potencial para a pecuária, sobretudo a bovinocultura de corte, seguida da suinocultura, a avicultura e a ovinocultura (Semade, 2015).

Quanto ao setor da indústria, a região do Vale do Ivinhema desponta para as atividades de esmagamento de soja, produção de açúcar e álcool, frigorífico para abate de animais, laticínios, curtumes, fecularias e confecções, conferindo aos municípios de Nova Andradina, Bataguassu e Ivinhema como os principais pólos industriais na região (Semade, 2015). Dentre os oito municípios integrantes da região Leste, Nova Andradina se destaca como o maior polo econômico, que detém 39,7% do PIB regional estimado em R\$ 2,78 bilhões em 2012,

considerado município-polo da região (Semade, 2015).

As análises qualitativas foram realizadas a partir das propostas finalizadas inseridas para esta região, incluindo as três demandas de cadastro no SisEA/MS, que estão distribuídas nos municípios de Bataguassu, Ivinhema e Nova Andradina. Para as análises das propostas da demanda Programa ICMS Ecológico, foi definido o município de Nova Andradina como polo da região Leste (Figura 54).

Figura 54. Distribuição das ações finalizadas definidas para análise para a Região Leste



L = Ações finalizadas para a demanda Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental; E = Ações finalizadas para a demanda Ação espontânea e Outras Demandas; PI = Ações finalizadas para a demanda Programa ICMS Ecológico. As ações estão relacionadas de acordo com os códigos de identificação nos Anexos 3, 4 e 5.

Fonte: Organização da autora, adaptado de SEMADE (2015) a partir dos dados disponibilizados no SisEA/MS

Foram utilizados para as análises os fragmentos dos elementos textuais das propostas optando por transcrevê-las *ipsis litteris* ao longo dos resultados, mantendo-se inclusive as eventuais incorreções do ponto de vista ortográfico ou gramatical.

As propostas L3 e L5 tratam de ações do tipo programa realizadas, como condicionante do processo de Licenciamento Ambiental pelo proponente EKTT Serviços de Transmissão de Energia Elétrica e registrada no SisEA/MS como abrangência regional,

incluindo municípios das regiões do Campo Grande e Dourados. Desse modo, a análise discursiva das propostas L3 e L5 foram apresentadas anteriormente para as regiões de Campo Grande e Dourados.

A ação L6 é do tipo programa, localizada em Ivinhema-MS, e realizada como condicionante do processo de Licenciamento Ambiental da empresa ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A., cuja atividade industrial envolve a instalação de linhas de transmissão de energia elétrica. Nos discursos textuais dos objetivos em L6, verificamos os anúncios de uma concepção tecnicista da EA:

objetiva esclarecer e orientar os proprietários e a população afetada sobre as principais características da linha de transmissão de energia elétrica, atividades permitidas e restrições de uso na faixa de servidão e na área de influência direta e riscos de convivência nas proximidades de cabos condutores e de torres (L1).

O PEA L6 apresentou uma proposta educativa voltada aos esclarecimentos técnicos sobre as atividades e impactos da mesma sobre as questões relativas aos acidentes com os moradores locais, conforme o trecho a seguir:

O programa de educação ambiental do empreendimento foi realizado com a distribuição de cartazes pelo município de Ivinhema. nos cartazes constam informações sobre o empreendimento, empreendedor e o motivo da construção. também consta meio de contato do empreendedor, caso qualquer pessoa queira informações sobre o empreendimento. no folder entregue aos proprietários constam informações sobre o empreendimento e cuidados ambientais a serem tomados após a energização do empreendimento (L6).

O proponente não inseriu no cadastro do SisEA/MS o relatório de execução da PEA L6, de modo que os procedimentos metodológicos e pressupostos não estão disponíveis de forma detalhada prejudicando uma análise discursiva aprofundada. As informações em análise foram obtidas a partir do cadastro do formulário presente no sistema, que demonstra a abordagem dos impactos socioambientais associados ao empreendimento tratada com poucas dimensões e profundidades. Dessa forma, como as informações disponíveis sobre o programa são reduzidas não é possível afirmar se os impactos socioambientais são explicitados nas ações educativas indicando a complexidade do conjunto de relações sócio econômicas, culturais e políticas, afetadas pelo empreendimento em questão. A disponibilidade do relatório de execução final do PEA permitiria uma AD das ações educativas para problematizar se o mesmo contemplou um caráter contextualizado e realista.

Sendo assim os resultados sobre o alcance dos objetivos educacionais estão descritos na plataforma do SisEA/MS de forma generalizada. Não verificamos no detalhamento como foram implementados os instrumentos de verificação e se as avaliações ocorreram de forma intencional e planejada, conforme apresentado no sistema:

através das ações tomadas foi possível esclarecer para comunidade local os impactos gerados sobre a implantação da linha de transmissão. Aos proprietários contemplados pela linha foi possível salutar os efeitos da implantação da mesma (L6).

A proposta E7 realizada pelo proponente SANESUL teve abrangência para outras regiões como Dourados, Bolsão e Cone Sul sendo a análise discursiva apresentada anteriormente para a Região de Dourados. As propostas E16 e E17 tratam de ações realizadas pelo Proponente IMASUL, e inseridas para a Região Cone-Sul, sendo apresentada anteriormente.

As ações PI-NA07, PI-NA01, PI-NA08, PI-NA12 e PI-NA15, realizadas em 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, respectivamente, tratam de propostas voltadas ao recolhimento de lixo eletrônico realizadas no município. Os objetivos foram descritos de forma similar em todos os cadastros anteriores como: “diminuir a disposição inadequada dos resíduos e estimular a conscientização ambiental e o hábito da reutilização e reaproveitamento do lixo eletrônico” (PI-NA07, PI-NA01, PI-NA08, PI-NA12 e PI-NA15).

Verificamos que os discursos revelados nos elementos textuais anunciam uma proposta educativa voltada para a resolução técnica de um problema ambiental – destinação adequada dos resíduos. Essa perspectiva tecnicista confere uma tendência conservadora da EA, ao compreender o alcance da conscientização é possível a partir de uma intervenção mais técnica do que reflexiva, demonstrada posteriormente nas atividades realizadas para a execução da ação. A partir dos discursos textuais inferimos um discurso educativo que não considera a práxis educativa, crítica e dialógica. Essas condições presentes em um processo de EAC quando não problematizadas dificultam que novas atitudes aconteçam nos sujeitos envolvidos.

Segundo Loureiro Loureiro, Azaziel e Franca (2007), se desejamos uma EA que mude atitudes e comportamentos, e não apenas este último, devemos compreender como são os ambientes de vida e a posição social ocupada pelos diferentes grupos e classes, para a produção e organização da cultura, bem como as implicações ambientais disso, para que uma mudança possa ser objetivada.

Os discursos conservadores observados em PI-NA07 (Figura 55), PI-NA01 (Figura 56), PI-NA08 (Figura 57), PI-NA12 (Figura 58) e PI-NA15 podem ser atribuídos às

concepções metodológicas que estão reveladas nas intervenções práticas e resultados registrados de forma similar em todas as propostas. As descrições metodológicas apenas irão diferir entre os cadastros quanto ao local de recebimento dos resíduos a cada edição da ação, bem como o somatório total do quantitativo de resíduos coletados, ao final de cada resultado:

- Divulgação prévia da data e local da ação pontual;
- 2) Recebimento, na Praça Brasil, do lixo eletrônico procedente das residências dos participantes e também do estoque de lojas de eletrônicos;
 - 3) Análise, por parte dos estudantes, dos equipamentos entregues;
 - 4) Verificação da possibilidade de reutilização ou reaproveitamento de algumas peças para a montagem de novas máquinas;
 - 5) Em caso de não reutilização ou reaproveitamento, enviar para destinação correta através de um caminhão baú.
 - 6) Em caso de antiguidade, envio para o museu do IFMS (PI-NA07).

Foram retirados 5.500 kg (quilos) de lixo eletrônico para uma destinação correta. A comunidade pôde dar um destino ambientalmente correto ao lixo eletrônico e as lojas de eletrônicos esvaziaram seus depósitos. Portanto, percebe-se que a ação foi benéfica pois a comunidade participou em peso. Para os alunos, foi uma aula prática que fez com que saíssem da rotina e conhecessem o outro lado de antigos equipamentos (PI-NA07).

Figura 55. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-NA07, realizada no Município de Nova Andradina-MS.

23/11/2015 Versão para Impressão

GOVERNO MUNICIPAL DE
Nova Andradina
UMA CIDADE CONSTRUÍDA POR TODOS

26/05/2015 às 09:27:00

Nova Andradina realiza campanha de coleta de lixo eletrônico

Marcos Daniel Santi

Clique na imagem para ampliar

A Prefeitura de Nova Andradina, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Integrado (Semdi), realiza nesta sexta-feira (29) a quarta edição da campanha de coleta de lixo eletrônico.

A mobilização será realizada na Praça Brasil com início às 8h e término previsto para as 16h. "Será um dia D para descartarmos nossos materiais inservíveis de maneira correta", frisou Márcio Costa, secretário da Semdi.

O gestor também destacou o apoio do prefeito Roberto Hashioka para mais esta edição da campanha. "Esse tipo de resíduo possui muitos componentes que causam danos à saúde, por isso a importância de que seja descartado corretamente", completou Costa.

O secretário destacou ainda o papel da população para reforçar a iniciativa. "Essa é uma atitude responsável e que ajuda a preservar o meio ambiente. Esperamos a participação de todos", complementou.

Mais informações sobre a campanha de coleta de lixo eletrônico podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Integrado pelo telefone (67) 3441-1250 e (67) 3441-1251.

Tags: Nova Andradina, Lixo eletrônico, Resíduos, Meio ambiente.

Fonte: Divulgação em Jornal local, retirado do relatório anexado à proposta PI-NA07 no SisEA/MS. Disponível em: < <http://www.pma.ms.gov.br/noticias/nova-andradina-realiza-campanha-de-coleta-de-lixo-eletronico-70298>>.

Figura 56. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-NA01, realizada no Município de Nova Andradina-MS.

04/06/2016 12h47 - Atualizado em 04/06/2016 10h01

Nova Andradina realiza campanha de coleta de lixo eletrônico

Cogecom

Na próxima quarta-feira (08) será realizada mais uma ação de recolhimento de lixo eletrônico promovida pela Prefeitura de Nova Andradina, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Integrado (Semdi). A ação ocorrerá no Ginásio de Esportes "Irmãos Braz Sinigaglia" das 8h às 16h.

De acordo com a Semdi, serão recolhidos aparelhos eletrônicos, computadores, componentes de computadores, HDs, televisores e monitores de tubo que não estejam quebrados, além de fios e cabos. Não serão aceitos lâmpadas, pilhas e baterias.



Na última edição da campanha, quatro toneladas de lixo eletrônico foram recolhidos (Imagem: Thiago Odeque/PMNA)

"O lixo eletrônico, se descartado de maneira incorreta, torna-se um grave problema ambiental e também à saúde, principalmente por possuir substâncias tóxicas", ressalta o engenheiro ambiental da Semdi, Marcos Vinicius Gasparotto Affonso.

Segundo o titular da Semdi, secretário Marcio Costa, todo o material recolhido na ação será encaminhado à empresa especializada e com licenciamento ambiental para o recebimento. "A ação ganha importância maior em épocas de combate à Dengue e se soma à preocupação do descarte correto do lixo eletrônico", afirma o gestor.

O secretário destacou ainda o papel da população para reforçar a iniciativa. "Essa é uma atitude responsável e que ajuda a preservar o meio ambiente. Esperamos a participação de todos", complementou, informando que, na última edição da campanha, a Prefeitura de Nova Andradina promoveu a coleta de 4 toneladas de lixo eletrônico.

Mais informações sobre a campanha de coleta podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Integrado pelo telefone (67) 3441-1250 e (67) 3441-1251.

PUBLICIDADE

Fonte: Divulgação em Jornal local, retirada do relatório anexado à proposta PI-NA01 no SisEA/MS. Disponível em: < <http://www.novanews.com.br/noticia/cidades/nova-andradina-realiza-campanha-de-coleta-de-lixo-eletronico-1>>.

Figura 57. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-NA08, realizada no Município de Nova Andradina-MS.

09/06/2017 às 11:00:00

Campanha recolhe 3 toneladas de lixo eletrônico em Nova Andradina

Estudantes do Campus local do IFMS fizeram a triagem do material recolhido para reutilizar em aulas de robótica dentre outras atividades do ensino de tecnologia e informação.



Foto: Natalho Cuer

Em parceria com Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) Campus Nova Andradina e Associação pro Rio Ivinhema (APRI), a Prefeitura de Nova Andradina, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Integrado, realizou nesta quinta-feira (8) a 6ª Campanha Municipal de Coleta de Lixo Eletrônico.

A Engenheira Ambiental Naiara Almeida, defendeu a importância do recolhimento desses resíduos, que segundo seu relato se tratam de poluentes danosos e que oferecem riscos ao meio ambiente se forem descartados de modo equivocado. Estes resíduos sólidos demoram até 200 anos para se decompor no meio ambiente, além de oferecer riscos

de contaminação do lençol freático, conseqüentemente à saúde humana e dos animais.

A campanha foi realizada no Ginásio de Esportes. Os trabalhos iniciaram pela manhã e se estenderam até o final da tarde. Foram recolhidos aproximadamente 3 toneladas de lixo eletrônico que passaram por uma triagem dos estudantes do IFMS, que reutilizarão peças dos aparelhos em projetos de robótica dentre outras atividades de ensino e aprendizagem dos cursos da área de tecnologia e informação do Campus local do Instituto. O lixo não reaproveitável foi destinado à Campo Grande, que possui uma central de recebimento desse descarte.

Embora a campanha seja realizada pela prefeitura, a Lei Federal 12.305/2010 determina a "logística reversa", um princípio que orienta que o descarte desse material obsoleto seja, primeiramente, uma responsabilidade de quem o fornece, das empresas fabricantes ou importadores desses materiais. Portanto, essa ação não substitui a responsabilidade das empresas e dos consumidores em dar um destino adequado a estes materiais.

No local do evento compareceram dezenas de estudantes do 4º Ano da Escola Estadual Marechal Rondon, além de pessoas interessadas em desenvolver a criatividade a partir desse lixo.

Os riscos do Lixo Eletrônico:

Chumbo – causa dores de cabeça e anemia, mesmo em baixas concentrações; age no sistema nervoso, renal e hepático.

Cobre – afeta o fígado

Arsênio – acumula-se nos rins, fígado, sistema gastrointestinal, baço, pulmões, ossos e unhas; pode provocar câncer.

Mercúrio – causa lesões no cérebro; mal formação de fetos durante a gravidez.

Cádmio – acumula-se nos rins, fígado, pulmões, pâncreas, testículos e coração.

Bário – efeito vasoconstritor, age no sistema nervoso central; causa problemas cardíacos.

Alumínio – favorece a ocorrência do mal de Alzheimer e tem efeito tóxico sobre as plantas.

Fonte: Divulgação em Jornal local, retirado do relatório anexado à proposta PI-NA08 no SisEA/MS. Disponível em: <<http://www.pmna.ms.gov.br/noticias/campanha-recolhe-3-toneladas-de-lixo-eletronicoem-nova-andradina/74327>>.

Figura 58. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-NA12, realizada no Município de Nova Andradina-MS.

Prefeitura de Nova Andradina recolhe 9 toneladas de lixo eletrônico e... <https://www.novanews.com.br/not>

Cogecom.
01/07/2018 às 08:34 • Atualizada em 01/07/2018 às 06:37

Imagem: João Cláudio



A campanha de coleta do lixo eletrônico realizada pela Prefeitura de Nova Andradina, por meio da Semdi (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Integrado), em parceria com a Associação Pro-Rio Ivinhema – APRI e o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – IFMS, recolheu 9 toneladas de material.

Os trabalhos iniciaram pela manhã e se estenderam até o final da tarde do dia 6 de junho, na Praça Geraldo Matos de Lima, durante as comemorações da Semana do Meio Ambiente.

Foram recolhidos aproximadamente 9 toneladas de lixo eletrônico que passaram por uma triagem dos estudantes do IFMS, que reutilizarão peças dos aparelhos em projetos de robótica, dentre outras atividades de ensino e aprendizagem dos cursos da área de tecnologia e informação do Campus local do Instituto. O lixo não reaproveitável foi destinado à Campo Grande, que possui uma central de recebimento desse descarte, com a ajuda da APRI no transporte.

Todos os dias, são lançadas novas e mais avançadas tecnologias, novos modelos de celulares, computadores, televisores, câmeras fotográficas, entre muitos outros, e os eletrônicos são rapidamente substituídos, gerando um grande volume de material. A sua destinação final correta é muito importante, tendo em vista seu alto potencial poluidor por seu caráter tóxico, trazendo riscos para a saúde e para o meio ambiente.

Estes materiais podem gerar um ciclo de contaminação do solo e do lençol freático, liberando chumbo, cádmio, berílio, mercúrio - metais tóxicos - e chegando ao consumidor final pela água.

Fonte: retirado do relatório anexado à proposta PI-NA12 no SisEA/MS. Disponível em: < <https://www.novanews.com.br/noticias/cidades/prefeitura-de-nova-andradina-recolhe-9-toneladas-de-lixo-eletronico-em-campanha>>.

As ações PI-NA04, PI-NA02, PI-NA10, PI-NA11 e PI-NA14 realizadas em 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, respectivamente, foram realizadas a fim de comemorar a Semana do Meio Ambiente, a partir dos seguintes objetivos em comum: “conscientização ambiental e percepção da capacidade de mudança através de ações individuais”.

Os elementos textuais “conscientização” e “ações individuais” quando utilizados como conceitos esvaziados dos fundamentos teóricos da EAC, acabam sugerindo pressupostos de concepções conservadoras da EA. Nessa tendência a superação da crise ambiental seria alcançada com o resultado do somatório de ações individuais decorrentes da transformação da conduta de cada pessoa, na sua relação com a natureza (QUINTAS, 2009). Essa perspectiva revela uma visão fragmentada da complexidade da crise ambiental e das soluções idealizadas para sua resolução, que frequentemente são descritas a partir de práticas sustentáveis que devem ser aplicadas cotidianamente, na esfera de ação de cada indivíduo.

Por fim, em decorrência dessa vertente, quase sempre verificamos propostas educativas com abordagens que evidenciam uma leitura acrítica e ingênua sobre a problemática ambiental e apontam para uma prática pedagógica prescritiva e reprodutivista, como por exemplo, as propostas analisadas anteriormente. Em todas as ações há uma unidade metodológica sempre voltada à distribuição de folder, plantio de mudas e palestras, como uma “receita” quase sempre reproduzida em comemoração à Semana do Meio Ambiente.

Por tudo isso, o modo como o educador aborda determinada temática, na realização do processo educativo, explicita a sua concepção de sociedade, o seu entendimento sobre a problemática ambiental e, conseqüentemente, a vertente da educação ambiental que está assumindo (QUINTAS, 2009).

Ainda sobre esse entendimento das ações individuais para uma mudança coletiva de uma realidade, Guimarães (2000b) destaca que as mudanças não ocorrem espontaneamente, mas com intervenções conscientes e intenções claras de pessoas e grupos. Precisamos compreender que de fato existe uma aprendizagem que é individual, todavia, a educação enquanto formação humana engloba outra pessoa, o diálogo, a mobilização, o conhecimento, a mudança cultural, a transformação social e a participação na vida pública, dimensões que atribuem à EA (GUIMARÃES, 2000b).

As intervenções práticas adotadas a cada edição em PI-NA04, PI-NA02, PI-NA10 (Figura 59), PI-NA11 e PI-NA14 demonstraram certa similaridade no calendário de atividades, variando entre algumas propostas conforme a descrição a seguir. De modo geral, o proponente listou as atividades executadas a cada edição, entretanto não há maior detalhamento das etapas, impossibilitando uma discussão mais aprofundada sobre o referencial apoiado, por exemplo, nas capacitações e palestras desenvolvidas.

Durante a Semana do meio Ambiente, foram realizadas diversas atividades com estudantes, tais como:

- 1) Campanha do Lixo Eletrônico
- 2) Passeata Ecológica
- 3) Gincanas
- 4) Palestras
- 5) E mesa redonda sobre Gestão de Recursos Hídricos (PI-NA04).

Durante a Semana do Meio Ambiente, foram realizadas diversas atividades com os estudantes, tais como:

- 1) Abertura da Semana do Meio Ambiente na missa da Igreja Matriz no domingo pela manhã;
- 2) Capacitação para formação de multiplicadores da Coleta Seletiva - Projovem;
- 3) Coleta do Lixo Eletrônico;
- 4) Palestra Sustentabilidade nas empresas pelo SEBRAE;
- 5) Visita técnica com alunos de uma Escola no Viveiro de mudas “Aprendizado como produzir mudas”;
- 6) Divulgação da Coleta Seletiva no Bairro Portal do Parque com os Catadores da Coleta Seletiva (PI-NA02).

Durante a Semana do Meio Ambiente, foram realizadas diversas atividades com os estudantes e servidores municipais, tais como:

- 1) Apresentação da Coleta Seletiva na Administração Pública;
- 2) Palestra e entrega de lápis semente em parceria com a SANESUL;
- 3) Oficina produção de mudas com estudantes de Escola Pública;
- 4) Recebimento itinerante de Lixo Eletrônico com estudantes do IFMS (PI-NA10).

Durante a Semana do Meio Ambiente, foram realizadas diversas atividades com os estudantes e servidores municipais, tais como:

- 1- Distribuição de camisetas da Semana do Meio Ambiente na administração pública municipal;
- 2- Visitas técnicas com alunos ao aterro sanitário;
- 3- Curso de Podas de Árvores;
- 4- Visita técnica ao viveiro de mudas da Prefeitura (PI-NA11).

Durante a Semana do Meio Ambiente, foram realizadas diversas atividades com os estudantes e servidores municipais, tais como:

- 1- Distribuição de camisetas da Semana do Meio Ambiente na administração pública municipal;
- 2- Distribuição de Mudas na Semana de Geociências;
- 3- Visita técnica ao viveiro de mudas da Prefeitura;
- 4- Plantio de Mudas Nativas nas nascentes do córrego Mangaba com a Escola Delmiro Salviane (PI-NA14).

Os discursos textuais são apresentados igualmente nos resultados das ações cadastradas, apresentando as conclusões de forma muito generalizada, evidenciando que não há procedimento de verificação para demonstrar a conscientização alcançada: “A conscientização ambiental da população, principalmente das crianças, que são os atores

capazes de promover as mudanças em longo prazo” (PI-NA04, PI-NA02, PI-NA10 e PI-NA11).

Figura 59. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-NA10, realizada no Município de Nova Andradina-MS.

07/06/2017 às 09:53:00

SEMADI leva a Educação Ambiental para dentro das escolas com a Semana do Meio Ambiente

Isabelle Tanji

A Prefeitura Municipal de Nova Andradina, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Desenvolvimento Integrado (SEMADI) iniciou a Semana do Meio Ambiente que contará com programações de conscientização e Educação Ambiental voltadas à população nova-andradinense.

Na segunda-feira houve a palestra “Apresentação do Projeto Coleta Seletiva na Administração Municipal”, ministrada pela engenheira agrônoma Cornélia Nagel.

Na terça-feira (06), em parceria com a Sanesul, houve a apresentação “Lápis Semente” no Centro de Educação Infantil Paulo Fattor às 9h e às 15h.

Nesta quarta-feira (07), às 8h e às 14h será realizada com os alunos da Escola Municipal Arco Iris uma visita ao Viveiro Municipal e Oficina Produção de Mudanças.

Na quinta-feira (08) acontecerá no Ginásio de Esportes a Coleta de Lixo Eletrônico. O início está previsto para às 8h e segue até às 16h.

Na sexta-feira (09), às 9h40 e às 15h30 será a vez da Escola Municipal Efantina de Quadros visitar o Viveiro Municipal onde aprenderão “Como produzir mudas”.

O encerramento será no sábado (10) que será realizado a distribuição de sacos, panfletos e Coleta Seletiva no Bairro Argemiro Ortega. A ação será das 7h30 às 11h.

O prefeito Gilberto Garcia participou da abertura e destacou a importância da ação para o município. “Precisamos de ações assim para conscientizar a população sobre os riscos que corremos em não cuidar do Meio Ambiente e temos que começar essa educação ambiental dentro das escolas com nossas crianças e adolescentes”, expôs ele.

Além do Chefe do Executivo, estiveram presentes à mesa de autoridades o secretário Hernandes Ortiz (SEMADI), o promotor de Justiça Alexandre Rosa Luz e a subsecretária e palestrante Cornélia Nagel (SEMADI).

Também estiveram na palestra os secretários municipais Roberto Ginel (Secretaria de Serviços Públicos), Julio Cesar Castro Marques (Secretaria de Infraestrutura), Walter Fernandes (Secretaria de Finanças e Gestão) e Fábio Zanata (Secretaria de Educação, Cultura e Esporte). Também se fez presente o diretor da Sanesul, Jair Ribeiro.

Tags: Semana do Meio Ambiente, SEMADI, Nova Andradina, ,

COGECOM

Foto: João Cláudio



Cornélia Nagel foi a palestrante na abertura da Semana do Meio Ambiente

Foto: João Cláudio



Cornélia Nagel, Hernandes Ortiz, prefeito Gilberto Garcia e promotor Alexandre Rosa comungaram a mesa

Fonte: Divulgação em Jornal local, retirado do relatório anexado à proposta PI-NA10 no SisEA/MS.

As ações PI-NA06, PI-NA09 e PI-NA013, realizadas em 2015, 2017 e 2018, respectivamente, tratam de ações em comemoração ao Dia da árvore. Os elementos textuais dos objetivos das propostas foram construídos distintamente, entretanto sugerem a mesma fundamentação teórica para as ações.

As ações PI-NA06, PI-NA09 e PI-NA013, realizadas em 2015, 2017 e 2018, respectivamente, são em comemoração ao Dia da Árvore. Os elementos textuais dos objetivos das propostas foram construídos distintamente, contudo sugerem a mesma fundamentação

teórica para as ações. Em 2015, “conscientizar a população e facilitar a obtenção da muda sem muita burocracia” (PI-NA06). Em 2017, “conscientizar as futuras gerações quanto à importância da arborização urbana” (PI-NA09). Em 2018, “conscientizar as futuras gerações sobre a importância da arborização urbana e a recuperação de nascentes” (PI-NA013).

O conceito de conscientização permeia todos os objetivos propostos, sempre voltados a provocar na comunidade o sentimento de importância e relevância da prática de arborização, seja no ambiente urbano ou rural. Ademais, podemos verificar posteriormente que os procedimentos metodológicos não contemplam uma intervenção reflexiva, considerada necessária para atingir os objetivos de uma sensibilização ambiental.

As ações pontuais PI-NA06, PI-NA09 e PI-NA013 estão limitadas a um procedimento reprodutivista quase sempre reduzindo as ações sobre o dia da Árvore direcionadas à entrega e plantio de mudas, sem intervenções inovadoras e voltadas a discussão das causas e efeitos dos problemas que cercam essa temática, e que resultaram na realidade dos conflitos ambientais. Do contrário, essas ações pontuais, muitas vezes são executadas para cumprir um calendário ecológico e,

recai-se com relativa frequência em receitas prontas para a educação e em idealizações sobre o ato educativo que pouco contribuem para a superação do cenário de intensificação das formas de exploração do trabalho e da natureza (LOUREIRO, 2015, p. 35).

As análises apontam o discurso de uma corrente em EA que está fundamentada principalmente por uma compreensão naturalista e conservacionista do meio ambiente, e da crise ambiental. O discurso naturalista é evidenciado, visto que as propostas foram adotadas em uma visão reducionista, de caráter biologizante, que desconsidera a interdependência das relações sociais com o meio ambiente, e está exposta apenas uma ação técnica de produção de mudas, distribuição e plantio.

As intervenções em PI-NA06 (Figura 60), PI-NA09 (Figura 61) e PI-NA013 foram organizadas com algumas diferenciações a cada edição, entretanto apresentam um modelo geral de ação simplificado a práticas reduzidas, voltadas à distribuição de mudas ou ao plantio direto.

- 1- Entregar panfletos explicativos sobre a importância e a técnica correta do plantio de mudas;
- 2- Distribuir uma ou mais mudas ornamentais ou frutíferas aos membros interessados da comunidade;
- 3- Para finalizar, um plantio simbólico de uma muda com a presença do prefeito, autoridades e alunos das escolas municipais (PI-NA06).

- 1- Identificação do local para distribuir as mudas;

- 2- Mobilização do público alvo, alunos, adolescentes do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos;
- 3- Visita de alunos no viveiro municipal, distribuição de mudas na Praça do Museu e plantio de mudas na escola Municipal Moura Andrade; (PI-NA09).

A ação teve início com o plantio de mudas nativas em uma nascente no assentamento casa verde junto com os alunos e professores da escola rural delmiro salvione, nos outros dias foram feitas visitas ao viveiro municipal com alunos do município e também um plantio dentro da APA das ilhas e varzeas do rio Paraná. Plantio de mudas na nascente do córrego mangaba no p. a. casa verde, o plantio de 180 mudas nativas foi feito na nascente do referido córrego com alunos da escola municipal rural delmiro salvione e o proprietário do lote plantio de mudas na área da usina de asfalto da empresa equipe engenharia. Foi realizado o plantio de mudas diversas com a escola municipal brincando de aprender, pois está próxima ao córrego baile e dentro da APA das ilhas e várzeas do rio Paraná (PI-NA013).

Segundo Guimarães (2003), essa concepção que separa a natureza da cultura fundamenta-se numa perspectiva naturalista, e que compreende a natureza desconsiderando a relação do mundo cultural humano com o meio físico, percebe a natureza como uma ordem apenas biológica, essencialmente boa, pacífica, equilibrada e harmônica nas suas interações sistêmicas. Nessa perspectiva de EA, as soluções dos problemas ambientais concentram-se nos próprios recursos tecnológicos, as aulas teóricas e práticas desenvolvidas pelo enfoque meramente ecologizante, desconectando-se das discussões econômicas, políticas, culturais e sociais, conforme verificamos nas propostas em análise. As principais atividades pedagógicas direcionam-se para as visitas a ecossistemas naturais, diferenciando o meio urbano como se não fosse ambiente, atividades relacionadas à limpeza do lugar, reciclagem, coleta seletiva, plantação de mudas, economia da água, e destaques para aspectos da fauna e da flora de maneira descontextualizada e despolitizada sobre a questão.

Desta forma, o discurso em construção que acompanha essas práticas ingênuas é um mecanismo de hegemonização de uma postura conservadora para uma EA que vem se estabelecendo na realidade escolar, e que constatamos nas presentes análises, na realidade da educação não formal, na gestão ambiental pública municipal.

[...] Esse discurso e essas práticas que vêm sendo denominados de Educação Ambiental são reflexos da cooptação, da racionalidade dominante que suprime, no ambiente escolar, a dimensão política em sua intencionalidade de gerar práticas críticas e criativas, como causa e consequência de uma reflexão crítica (GUIMARÃES, 2003, p. 95).

Figura 60. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-NA06, realizada no Município de Nova Andradina-MS.



21/09/2015 às 17:53:00

Prefeitura reforça Semana da Árvore com programação em Nova Andradina

Marcos Daniel Santi



Thiago Odeque/PMNA

Prefeito Roberto Hashioka destacou iniciativa em prol do meio ambiente

A Prefeitura de Nova Andradina através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Integrado (Semdi) reforçou a Semana da Árvore com mais uma programação no município.

Após a distribuição de mudas ornamentais e frutíferas, as ações prosseguiram com o plantio de espécies de árvores como Ipês, Paus-brasis e Resedá na Praça Teutly Soares Leitão, também conhecida como a Praça do Museu.

Além do prefeito Roberto Hashioka, estiveram presentes o presidente da Câmara Cido Pantanal, vereadores Ricardo Lima e Valter Yasunaka, secretários Márcio Costa (Semdi), Arion Aislan (Finanças), Renato Pires (Planejamento) e Nair Russo (Educação).

A programação também contou com a participação de estudantes das escolas municipais Efantina de Quadros, João de Lima Paes e Antônio Joaquim de Moura Andrade e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Bairro Horto Florestal.

A analista ambiental Adrianny Oliveira Nunes representou a empresa BrasilWood, que é parceira da Semana da Árvore em Nova Andradina e tem auxiliado nas ações educativas da ação.

Está prevista ainda na programação a distribuição de mudas para pais de alunos da creche Aceasna. Pais de estudantes do Centro de Educação Infantil Laurecy Correia Tomazinho também serão contemplados.

A programação também irá ser realizada no distrito Nova Casa Verde com o plantio de árvores no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, às 8h desta terça-feira (22).

A programação será encerrada com o plantio de mudas na Reserva do Distrito Industrial, às 8h de quarta-feira (23).

Tags: Nova Andradina, Prefeitura, Nova Casa Verde, Meio ambiente, árvore,

Coordenadoria Geral de Comunicação Institucional

Fonte: Divulgação em Jornal local, retirado do relatório anexado à proposta PI-NA06 no SisEA/MS. Disponível em: <<http://www.pma.ms.gov.br/noticias/prefeitura-reforca-semana-da-arvore-com-programacao-em-nova-andradina-/71027>>.

Figura 61. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-NA09, realizada no Município de Nova Andradina-MS.

22/09/2017 às 07:19:00

Com plantio e doação de mudas, Nova Andradina celebra Dia da Árvore

A programação também contemplou o distrito Nova Casa Verde através da realização de palestra no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e plantio de árvores na localidade.



Foto: Bruno Seleguim

Nesta quinta-feira (21), o Dia da Árvore foi celebrado em Nova Andradina com atividades educativas, plantio de mudas de árvores em escolas e a doação de exemplares, dentre estes, ipês, oitis, palmeiras e espécies frutíferas cultivadas no Viveiro Municipal, que foram distribuídas em frente ao Museu.

Durante todo o dia, uma equipe da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Integrado e Meio Ambiente (SEMADI), coordenada pela subsecretária de Meio Ambiente Cornélia Cristina Nagel, organizou a distribuição das mudas de árvores. A equipe de profissionais também atendeu a população com instruções sobre o manejo das mudas, além de abordar transeuntes com material educativo junto ao semáforo do Museu Municipal.



Foto: Bruno Seleguim

Foram distribuídas mais de 600 mudas de árvores, quantitativo que surpreendeu os agentes do órgão do município pela grande procura por parte da população. "As pessoas estão mais conscientizadas de seu papel na conservação do meio ambiente. Nossa campanha atingiu seus objetivos, dentre eles, a recomposição arbórea, o incentivo ao plantio e o manejo da arborização", considerou Cornélia.

A Prefeitura de Nova Andradina, através da SEMADI, dentro da programação do dia da árvore, realizou o plantio de mudas na Escola Municipal "Antonio Joaquim de Moura Andrade", reunindo alunos, professores e coordenadores. A ação ecológica contou com a presença do Secretário Hernandes Ortiz, que orientou os alunos e acompanhou o plantio das árvores nas dependências da escola.



Foto: Bruno Seleguim

As atividades da Semana tiveram foco no trabalho realizado no Viveiro Municipal. A organização das atividades da semana recebeu no Viveiro dezenas de crianças atendidas nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Horto Florestal e Nova Casa Verde, mantidos pela Secretaria de Cidadania e Assistência Social.

A programação também contemplou o distrito Nova Casa Verde através da realização de palestra no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e plantio de árvores na localidade. A programação será encerrada nesta sexta-feira com a recepção de visitantes no Viveiro de Mudas.

Fonte: retirado do relatório anexado à proposta PI-NA09 no SisEA/MS. Disponível em: <<http://pmna.ms.gov.br/noticias/com-plantio-e-doacao-de-mudas-novaandradina-celebra-dia-da-arvore/75192>>.

A ação PI-NA05 (Figura 62) trata de uma proposta cadastrada sob o título Produção e doação de mudas a produtores do assentamento Tenjim, com o seguinte objetivo "conciliar a conscientização e recuperação de área de preservação Permanente com a necessidade de

responder ao TAC²⁸ aplicado”. A ação demonstra a execução de uma intervenção técnica no âmbito da gestão ambiental, com o discurso de uma proposta em EA naturalista, voltada a resolução técnica de um problema, a partir de intervenções para a recuperação de uma área de preservação permanente.

Os elementos textuais observados sobre as intervenções descritas para a realização da ação vão de encontro à tendência em EA discutida nas análises anteriores:

- 1- O plantio de 3 mil mudas no viveiro municipal;
- 2- A entrega das mudas aos proprietários;
- 3- O plantio das mudas nas margens do córrego Burro e cabeceira do Açude, em área de Proteção Permanente;
- 4- A fiscalização do processo pelo MPE (PI-NA05).

A proposta não descreve como ocorreu a abordagem educativa, demonstrando que a ação em EA não foi desenvolvida em uma perspectiva pedagógica. Do contrário, a ação está marcada por uma abordagem técnica e instrumental, que visa à resolução de um problema. Os fundamentos e pressupostos discutidos nas análises dos discursos são reforçados na narrativa apresentada nos resultados da ação:

A APP posteriormente degradada começou a ser recuperada com esta ação, o que significa um benefício considerável para a conservação da água e da qualidade de vida no entorno. Também ocorreu a educação ambiental e conscientização dos produtores (PI-NA05).

²⁸ Termo de Ajustamento de Conduta aplicado pelo Ministério Público Estadual

Figura 62. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-NA05, realizada no Município de Nova Andradina-MS.

20/11/2015 Versão para Impressão

GOVERNO MUNICIPAL DE Nova Andradina
UMA CIDADE CONSTRUÍDA POR TODOS
22/05/2015 às 15:49:00

Prefeitura disponibiliza mudas florestais a produtores do Assentamento Teijin

Parceria assegura recomposição de áreas de preservação permanente

Elaine Pires

Semdi/PMA/NA



Com a finalidade de recompor áreas de preservação permanente no Assentamento Teijin, a Prefeitura de Nova Andradina disponibilizou, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Integrado (Semdi), mudas de espécies florestais nativas e frutíferas aos produtores.

A parceria, viabilizada entre a Promotora de Meio Ambiente e os produtores do Assentamento conta com o apoio do Governo Municipal na produção das espécies, por meio do viveiro municipal de mudas.

De acordo com o secretário Marcio Costa, a parceria da Prefeitura foi decisiva para que os produtores atendessem aos Termos de Ajustamento de Conduta estabelecidos pela Promotora de Meio Ambiente. "Sabendo da dificuldade dos produtores em adquirir mudas para esta finalidade, a promotoria solicitou que a secretaria produzisse as mudas", afirmou o gestor.

Para o transporte das mudas aos lotes do Assentamento, a Prefeitura utilizou um caminhão tipo prancha e contou com o apoio da Crescer para distribuição das espécies de Ingá, Jenipapo, Tarumã, Canafistula, Ipê Roxo, Ipê Rosa, Embauba, Jalobá, Pitanga, Aroeira Pimenta, Acerola e Jameleão.

As mudas entregues serão plantadas nas áreas de mata ciliar dos córregos do Burro e Cabeceira do Aqued. "Meio ambiente diz respeito a todos e, assim, somado aos esforços do Governo Municipal, por meio do prefeito Roberto Hashioka, da Promotora, Associação Crescer e produtores, acreditamos que os resultados serão excelentes", ressaltou o secretário.

Otimista com a ação, o produtor André Emiliano complementou que a iniciativa contribuiu para desencadear novas iniciativas de preservação. "Pretendo instalar atividade de piscicultura e quero plantar mais árvores no entorno do córrego para preservar as matas ciliares e proteger a água do manancial que atende minha propriedade e dos vizinhos", salientou.

A ação, realizada na última semana no lote 948 do Assentamento Teijin, também foi acompanhada pela engenheira agrônoma da Semdi, Cornélia Cristina Nagel, Pedro Honaiser, técnico da Semdi, e pelos proprietários rurais Roque Sampaio e Belmiro.

Tags: Nova Andradina, Prefeitura, Assentamento, Mudas, Meio Ambiente.

Coordenadoria Geral de Comunicação Institucional

Fonte: Divulgação em Jornal local, retirado do relatório anexado à proposta PI-NA05 no SisEA/MS. Disponível em: <<http://www.pma.ms.gov.br/noticias/prefeitura-disponibiliza-mudas-florestais-a-produtores-do-assentamento-tejin-/70466>>.

A intencionalidade técnica verificada na ação PI-NA05 é uma situação comum nas análises de ações em EA, pois muitas vezes educadores confundem ações resolutivas como propostas em EA. Segundo Carvalho (2005), o entendimento dos critérios que classificam uma atividade como EA parece não ser ainda plenamente compreendido. A autora verificou que algumas atividades que genericamente poderiam ser classificadas de melhoria ambiental, com a intervenção para melhoria e manejo do meio ambiente, possuem uma finalidade que não está necessariamente vinculada a uma intenção educativa, ou nem mesmo incluem esta dimensão, como é o caso da análise da ação anterior.

A partir das propostas analisadas para esta região, verificamos que o proponente - Nova Andradina apresentou um padrão de repetição das ações em diferentes edições, a partir das mesmas temáticas e organização das intervenções. Assim, mesmo que o proponente garanta um volume de propostas cadastradas, a fim de cumprir a pontuação do Programa ICMS Ecológico, essas ações acabam não diversificando os temas, repetindo em um "ciclo vicioso" a cada ano. Esse padrão também foi identificado em outras regiões, e reflete na qualidade das propostas em EA, limitante essa importante ferramenta para a melhoria das condições socioambientais e busca da transformação da sociedade.

Ainda, destacamos que as ações envolveram temas como lixo eletrônico, Semana do Meio Ambiente, Dia da Árvore e ações pontuais com a doação de mudas, não aprofundando nas questões locais importantes e que poderiam contextualizar as situações limites e contradições, permitindo, assim, reflexões críticas dos sujeitos e a sua formação enquanto cidadãos.

5.4.2.7 Região Norte

A Região Norte é constituída por 10 municípios, e compreende a área da Bacia do Alto Taquari. Está localizada no limite entre as bacias do Rio Paraguai e Rio Paraná, com a topografia constituída de chapadões, planaltos e depressões. Com relação ao uso do solo e biodiversidade, pode-se afirmar que essa região possui uma rede de cursos d'água cuja importância é determinante para a formação das regiões do Paiaguás e Nhecolândia, no Pantanal (MATO GROSSO DO SUL, 2015).

A Região Norte é formada em áreas com potencial de erosão e de arenização pelas características do solo, conferindo uma alta vulnerabilidade que se deve, principalmente, às características geológicas, geomorfológicas e pedológicas, principalmente de arenitos, que submetidos à concentração das águas das chuvas nos terrenos com alto potencial de erosão hídrica, contribuem para formar a Planície do Pantanal e o grande leque aluvial do Rio Taquari (MATO GROSSO DO SUL, 2015).

Sua base econômica está centrada na agropecuária com predominância de grandes propriedades rurais, com destaque os municípios de São Gabriel do Oeste, Costa Rica e Sonora, para a produção de grãos da região, com maior expressão nas culturas de soja, milho e algodão. A produção de cana-de-açúcar tem relevância nos municípios de Costa Rica e Sonora (Semade, 2015).

A pecuária é expressiva na região e detém 14,5% do rebanho estadual, concentrados nos municípios de Camapuã, Coxim e Rio Verde de Mato Grosso. A suinocultura de corte vem se mostrando promissora, atraída pela indústria de abate instalada no município de São Gabriel do Oeste, e de criação em Costa Rica (Semade, 2015).

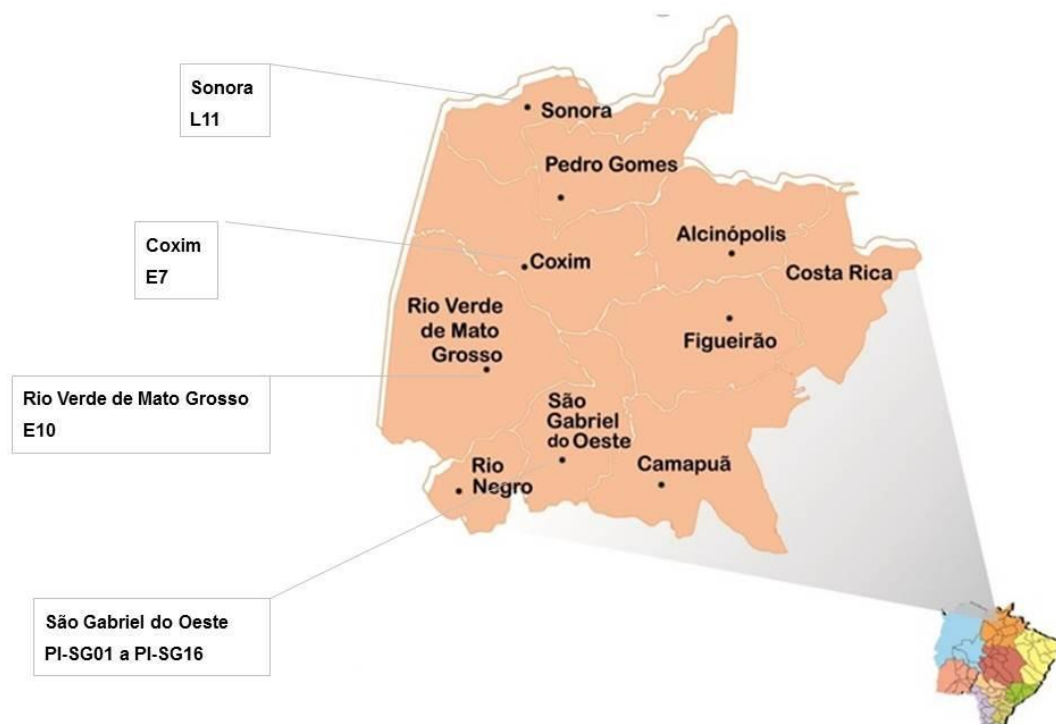
A atividade industrial está concentrada em poucos municípios, entre eles podemos destacar Sonora, onde aparece o setor sucroalcooleiro e Rio Verde de Mato Grosso, com indústrias frigoríficas, de laticínios, de cerâmica e a de ração animal. Em Costa Rica observa-se a presença da indústria geradora de energia elétrica e do setor sucroalcooleiro (Semade, 2015).

Devido às características geoambientais e a descaracterização da fitoecologia, provocadas pela ocupação humana, tem ocorrido de maneira gradativa a desestabilização da

ecodinâmica e, como consequência, a aceleração dos processos erosivos e o acúmulo de sedimentos de diversos calibres, no leito e no vale fluvial. O processo de ocupação das cabeceiras dos rios, que drenam esta região, ocasionou boa parte dos problemas de assoreamento no leque aluvial do Taquari, gerando grandes comprometimentos do pulso de inundação, consequentemente, da produção pesqueira e de toda a dinâmica da planície pantaneira, com severos prejuízos aos produtores do Pantanal. Essas questões problematizadas alertam a priorização de ações para a restauração das áreas degradadas (MATO GROSSO DO SUL, 2015).

As análises qualitativas seguem sendo realizadas a partir das propostas finalizadas inseridas para essa região, incluindo as três demandas de cadastro no SisEA/MS, que estão distribuídas nos municípios de Sonora, Rio Verde de Mato Grosso e São Gabriel do Oeste. Para as análises das propostas da demanda Programa ICMS Ecológico foi definido o município de São Gabriel do Oeste como polo da região Norte (Figura 63).

Figura 63. Distribuição das ações finalizadas definidas para análise para a Região Norte



L = Ações finalizadas para a demanda Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental; E = Ações finalizadas para a demanda Ação espontânea e Outras Demandas; PI = Ações finalizadas para a demanda Programa ICMS Ecológico. As ações estão relacionadas de acordo com os códigos de identificação nos Anexos 3, 4 e 5.

Fonte: Organização da autora, adaptado de SEMADE (2015) a partir dos dados disponibilizados no SisEA/MS

Foram utilizados para as análises os fragmentos dos elementos textuais das propostas optando por transcrevê-las *ipsis litteris* ao longo dos resultados, mantendo-se inclusive as eventuais incorreções do ponto de vista ortográfico ou gramatical.

A proposta L11 trata de um Programa, realizado no município de Sonora-MS, como condicionante do processo de Licenciamento Ambiental da empresa RIO CORRENTE AGRÍCOLA, cuja atividade envolve o cultivo de cana de açúcar. O objetivo do PEA L11 demonstra que a ação tem como vertente a linha naturalista e preservacionista da EA: *orientar os colaboradores da Rio Corrente Agrícola sobre aspectos relacionados ao meio ambiente e importância da preservação dos recursos naturais* (L11).

Os elementos textuais apresentados nos objetivos anunciam o tratamento da questão ambiental em uma visão biologizante, com pouca ênfase na problematização dos processos históricos e sociais (GUIMARÃES, 2007b), especialmente trazidos nas práticas derivadas das atividades econômicas do empreendimento. Nessa abordagem destaca-se pela despolitização do fazer educativo, apoiando-se em pedagogias comportamentalistas conforme elucidados a seguir.

O PEA L11 da Rio Corrente Agrícola foi organizado a partir das seguintes linhas de ação: 1- Treinamento de Integração de novos colaboradores, 2- Treinamento de conscientização e reciclagem; 3- Treinamento dos colaboradores envolvidos nas atividades do aeródromo; 4- Sinalização educativa. Cada linha de ação teve um objetivo específico, voltadas à formação técnica dos colaboradores com vistas a garantir o envolvimento dos sujeitos para a adoção de atitudes adequadas, especialmente para gestão ambiental da empresa.

A linha de ação 1 são apresentados os seguintes objetivos:

O treinamento de meio ambiente realizado na integração dos novos colaboradores é realizado em caráter permanente. Esta integração tem como finalidade ampliar a visão ambiental e despertar uma consciência crítica e ações proativas em todos os colaboradores (L11).

Os elementos textuais “treinamento” e “consciência crítica” apontam sobre as possíveis perspectivas de EA que fundamentam as atividades. O discurso do treinamento, capacitação e formação para os colaboradores de forma contínua, no contexto do PEA L11, compreende uma EA prescritiva, que visa à formação do sujeito para as correções do comportamento, que é incompatível aos discursos ideológicos da EAC. Entretanto, o proponente anuncia a “consciência crítica” por meio da ação educativa sugerindo que a proposta reflete sobre as questões socioambientais. O proponente não disponibiliza informações suficientes sobre os procedimentos metodológicos, que possam levar a tomada

de consciência. Talvez o proponente tenha omitido informações ou a proposta foi desenhada com esvaziamento teórico, onde o objetivo “despertar uma consciência crítica” foi inserido de forma ingênua e descontextualizada.

A ideia de que a conscientização ecológica resolveria grande parte dos problemas ambientais também pode ser inserida nessa concepção de EA ingênua. De acordo com Guimarães (2007b):

Essa educação não pode e/ou não quer perceber as redes de poder que estruturam as relações de dominação presentes na sociedade atual, tanto entre pessoas (relações de gênero, de minorias étnicas e culturais), entre classes sociais, quanto na relação “norte-sul” entre as nações, assim como também entre as relações de dominação que se construíram historicamente entre sociedade e natureza. São nessas relações de poder e dominação que podemos encontrar um dos pilares da crise ambiental dos dias de hoje (GUIMARÃES, 2007b, p.35).

A linha de ação 2 foi organizada a partir dos objetivos e pressupostos metodológicos a seguir:

O treinamento abrange os temas e comportamentos ambientais para todos os colaboradores da empresa. O treinamento é realizado em caráter de reciclagem anualmente durante a operação da empresa. Esta reciclagem tem como finalidade ampliar a visão ambiental e despertar uma consciência crítica e ações proativas em todos os colaboradores (L11).

Foi realizado uma turma com a participação de 12 funcionários da Rio Corrente, dentre eles os 9 funcionários com funções diretas ligadas ao aeródromo. Os treinamentos deverão ser intensificados no período da entre safra de dezembro a março, quando serão treinados os demais funcionários (L11).

A Linha de ação 3, denominada Treinamento dos colaboradores envolvidos nas atividades do aeródromo, teve como objetivo:

O treinamento sobre gestão de resíduos e comportamentos ambientais para os colaboradores que realizam atividades específicas do aeródromo. Foi realizado no dia 18/10 e contou com a presença dos 9 funcionários com funções diretas ligadas ao aeródromo e mais o Engenheiro Agrônomo responsável pela Rio Corrente Agrícola. O treinamento abrangeu diversos temas entre eles: Disposição correta dos resíduos; Coleta seletiva; Cuidados com embalagem e manuseio de agrotóxicos (L11).

A linha de ação 4, denominada “Sinalização Educativa”, e a linha de ação 5, “Elaboração De Matérias Orientativos E Realização De Campanhas”, tratam de metas do PEA que não envolvem intervenções educativas e sim da elaboração de material como placas e apostilas que serão utilizados ao longo da execução da proposta.

Com o objetivo de reduzir atropelamentos com animais silvestres e domésticos, foi iniciado o plano de sinalização educativa nas estradas e carreadores do interior das terras empresas. As placas já estão prontas e iniciamos o estudo para a instalação das mesmas, estamos no aguardo do pronunciamento da PRF quanto da necessidade ou não da autorização para a instalação, tendo em vista que o maior tráfego é feito na antiga BR 163 que corta as fazendas por ser uma estrada federal consultamos o órgão para maiores informações (L11 – linha de ação 4).

As cartilhas educativas, estão sendo entregues na realização dos treinamentos e reciclagens, portanto no período só foram entregues aos 12 presentes na turma descrita no item 2.2. As ações serão intensificadas nos meses de janeiro, fevereiro e março; período de entre safra (L11 – linha de ação 5).

Nessa perspectiva inferimos que a proposta está alinhada a EA conservadora, em que a resolução dos problemas poderá ser alcançada a partir do indivíduo (colaborador) treinado e capacitado. Essas práticas podem atender objetivos de uma EA voltada à gestão ambiental empresarial, por exemplo, a economia de recursos naturais como a água. Entretanto, pensando a partir dos preceitos da EAC para alcançar as mudanças e resistências ao modelo insustentável da sociedade moderna tais medidas são insuficientes.

Guimarães (2000) ao refletir sobre as práticas educativas no licenciamento ambiental por empreendimentos relata que o trabalho de EA limitado a treinamento de conscientização ambiental, em uma indústria poluidora, com os seus operários dificilmente consegue superar as contradições e até mesmo os conflitos resultantes da própria atividade poluidora.

Mesmo que todos estes operários estivessem informados e conscientes dos riscos ambientais, isto bastaria para que a indústria deixasse de poluir? Resolveria o problema da insustentabilidade do atual modelo econômico? (GUIMARÃES, 2000b, p. 22).

Em E10 ação do tipo Programa realizado pelo proponente SANESUL foi contemplada anteriormente nas análises da Região Bolsão, visto que a proposta teve abrangência regional e suas análises qualitativas foram apresentadas para esta Região.

PI-SGO6 e PI-SGO7, realizadas em 2015, e PI-SGO01, de 2016, tratam de ações pontuais organizadas a partir dos mesmos objetivos:

Levar aos educandos uma forma de aprendizagem holística, fortalecendo valores e atitudes a fim de permitir o desenvolvimento global do ser humano, proporcionando conceitos básicos de meio ambiente de forma a oferecer aos alunos, ferramentas de aprendizagem adequadas e motivadoras (PI-SGO6, PI-SGO7 e PI-SGO01).

Os pressupostos metodológicos são descritos nas propostas com a realização de *Aula expositiva dialogada, com uso de palestras e modelo de composteira doméstica com explicações práticas de sua utilização* (PI-SGO6, PI-SGO7 e PI-SGO01). Assim, nos elementos textuais não retratam o detalhamento dos procedimentos utilizados para garantir os objetivos definidos.

Os resultados são descritos especificamente para cada proposta, de acordo com o público alvo e número de pessoas envolvidas. Entretanto há certa unidade na descrição do resultado final, visto que as propostas atendem um objetivo comum:

A palestra contou com a presença de 56 alunos da escola estadual Dorcelina Forlador, localizada no Assentamento Campanário. Muitos sanaram suas dúvidas sobre a separação adequada de seus resíduos, a importância de não queimá-los e a utilização da composteira doméstica, já que a coleta neste assentamento é realizada quinzenalmente. Alguns alunos são moradores de outros assentamentos, como o Patativa do Assaré e Itaqui. Desta forma, a abrangência será percebida em todos os assentamentos do município (PI-SGO6).

A palestra contou com a presença de 101 alunos da Comunidade Kolping São Francisco de Assis. Muitos sanaram suas dúvidas sobre a separação adequada de seus resíduos, a utilização da composteira doméstica e coleta seletiva. A Kolping funciona para crianças carentes do município, desta forma a palestra atingirá todo o município (PI-SGO7).

A palestra, realizada no dia 29 de Junho de 2016, na Casa de Vovó Aída – Unidade do Lar Fabiano de Cristo, contou com a presença de 62 pessoas. Muitos sanaram suas dúvidas sobre a separação adequada de seus resíduos e a utilização da composteira doméstica (PI-SGO1).

Verificamos nas propostas que a discussão da questão do lixo (resíduos sólidos) foi abordada como um problema essencialmente técnico, corroborando com as reflexões de Lima (1999) sobre os principais reducionismos apontados nas ações em EA ao tratar da temática resíduos. Neste estudo, identificamos que as palestras foram replicadas aos diversos públicos a partir de um mesmo roteiro/modelo: informar sobre a coleta seletiva e demonstrar a construção da composteira, como alternativa à solução técnica dos resíduos orgânicos.

Os anúncios percebidos nos elementos textuais das ações PI-SGO6, PI-SGO7 e PI-SGO01 remetem as propostas em uma vertente fragmentária, fruto do positivismo e do cartesianismo, desmerecendo a complexidade do tema resíduos sólidos (LOUREIRO, 2005). Segundo o autor muitos projetos são implementados, porém de maneira reducionista, focando apenas na abordagem da disposição adequada dos resíduos.

[...] já que em função da reciclagem, desenvolvem apenas a coleta seletiva de lixo, em detrimento de uma reflexão crítica e abrangente a respeito dos valores culturais da sociedade de consumo, do consumismo, do

industrialismo, do modo de produção capitalista e dos aspectos políticos e econômicos da questão do lixo (LOUREIRO, 2005, p. 180).

As propostas PI-SGO5 (Figura 64), PI-SGO2 (Figura 65) e PI-SG10 tratam de ações do tipo Projeto denominado *Cerrado, Esta É A Nossa Natureza!*, realizado em repetidas edições nos anos de 2015, 2016 e 2017. Todas as edições apresentaram o mesmo objetivo: *Divulgar a população a importância do nosso bioma Cerrado, sua grande biodiversidade e as oportunidades de desenvolvimento que aqui existem.* Enquanto as programações das edições seguiram uma organização de atividades variando pontualmente a cada ano:

Blitz verde - Público-alvo: comunidade de São Gabriel do Oeste. Objetivos: sensibilizar a população sobre a grande biodiversidade presente em nosso bioma cerrado, a importância de sua preservação e comemoração do dia da árvore. Programação: distribuição de 100 mudas nativas, panfletos com mais informações sobre o bioma cerrado, folder da coleta seletiva e castanhas de baru;

Circuito sala verde - Público-alvo: crianças do 2º ano do ensino fundamental. Objetivo: serão desenvolvidas atividades alusivas com o intuito de educação ambiental com enfoque na preservação do bioma cerrado. Programação: • oficina de separação de lixo • sessão tela verde com os filmes ‘baru - a castanha do cerrado’ e ‘príncipe das águas’ • oficina de germinação de sementes nativas de baru • conhecendo a fauna do cerrado com a polícia militar ambiental • distribuição de picolés de frutos do cerrado • encerramento com o plantio de muda de baru;

Concurso fotográfico “cerrado – um novo olhar” - Público-alvo: comunidade de São Gabriel do Oeste. Objetivos: incentivar a observação de nosso bioma cerrado junto a sua fauna, flora e belezas naturais. Programação: • divulgação do edital e abertura das inscrições no dia 11 de setembro, com todas as informações necessárias sobre o concurso • inscrições na secretaria de agricultura, pecuária e meio ambiente até o dia 13 de novembro de 2015 • criação da comissão julgadora composta por 05 membros • seleção das fotos no dia 20 de novembro de 2015 • serão 12 fotos selecionadas para participar da exposição “cerrado – um novo olhar!” E do calendário fotográfico 2016, sendo que as 03 primeiras também receberão premiações em dinheiro • abertura da exposição “cerrado – um novo olhar!” No dia 07 de dezembro de 2015 • entrega da premiação em dinheiro aos 03 primeiros colocados • confecção dos calendários 2016;

Pedalada “nas trilhas do cerrado”- Público alvo: comunidade em geral. Objetivo: divulgação das belezas do bioma cerrado de nosso município e a importância de sua preservação. Programação: • saída do parque ecológico águas do guarani com distribuição de castanhas de baru • percurso de 35 quilômetros • coleta de resíduos sólidos descartados incorretamente • fala do coordenador técnico do cointa (consórcio intermunicipal para o desenvolvimento sustentável na bacia do rio taquari) – Nilo Coelho Peçanha Filho • distribuição de picolés de frutos do cerrado • encerramento na AABB com almoço aos ciclistas, música e sorteio de brindes;

Palestra “produção e comercialização de algodão colorido” Público alvo: agricultores familiares. Objetivo: oferecer informações técnicas sobre produção e comercialização do algodão colorido na agricultura familiar.

Programação: palestra com o técnico em agroecologia Vitor neves, com abordagem no projeto justa trama;

Palestra de capacitação dos coletores municipais de resíduos sólidos - Público alvo: coletores municipais de resíduos sólidos domiciliares. Objetivo: oferecer capacitação aos coletores municipais com enfoque na coleta seletiva. Programação: • palestra ‘a importância da coleta e destinação adequada dos resíduos sólidos’ com os técnicos da secretaria de agricultura, pecuária e meio ambiente, André Mauro Dropa De Bortoli e Bruna Tatiane Pinesso. • encerramento com janta para os coletores;

Plantio de mudas nativas em área de app- Público alvo: alunos do curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio da escola estadual são gabriel. Objetivos: educação ambiental com enfoque na importância de áreas de preservação permanente (app) para o equilíbrio da biodiversidade e comemoração do dia da árvore. Programação: • abertura com café da manhã com produtos do cerrado • plantio de mudas nativas em área de app com explicações técnicas dadas pela polícia militar ambiental;

Palestra “piscicultura na bacia do alto taquari” - Público alvo: produtores rurais, profissionais e estudantes. Objetivo: disponibilizar aos produtores rurais e interessados, informações sobre a construção de viveiros escavados para criação de peixes, e as espécies indicadas para criação na bacia do alto taquari. Programação: • abertura com café da manhã com produtos do cerrado • palestra “tendências e perspectivas do mercado de peixes no mato grosso do sul” – prof. Dr. Odair diemer • palestra “noções da criação de peixes em viveiros escavados” – prof. Ms. Sidnei klein • espaço para perguntas • almoço • visita técnica a área de produção • encerramento;

Oficina de produção de plantas medicinais- Público alvo: agricultores familiares. Objetivos: oferecer conhecimento sobre o cultivo e beneficiamento de plantas medicinais. Programação: módulo i - plantas medicinais: produção agroecológica - etnobotânica e produção de mudas: • oficina com a pesquisadora fernanda savicki de almeira – meio ambiente e saúde: biodiversidade e agronegócio da fiocruz e com o prof. Dr. Luis alejandro lasso gutierrez da UFMS • oficina com o pesquisador eng. Agrônomo aurélio vinicius borsato - prospecção de plantas medicinais, aromáticas, condimentares e ornamentais da embrapa pantanal (PI-SGO5).

Figura 64. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-SGO05, realizada no Município de São Gabriel do Oeste-MS.

Primeira Pedalada “Nas Trilhas do Cerrado” é sucesso reunindo mais de 60 ciclistas em São Gabriel

Evento contou com a participação de ciclistas profissionais e amadores vindos das cidades de Campo Grande, Coxim, Dourados e Chapecó (SC).

14/09/2015



Realizada na manhã deste domingo (13), em São Gabriel do Oeste, a primeira edição da Pedalada “Nas Trilhas do Cerrado” foi um grande sucesso, reunindo mais de 60 pessoas entre ciclistas profissionais e amadores, que em um percurso de 35 quilômetros de pedalada puderam desfrutar de um momento de lazer e aventura, contemplando e conhecendo um pouco mais sobre o bioma do Cerrado.

Com um clima ameno e o céu parcialmente nublado, o dia não poderia ter sido melhor para a realização do evento, favorecendo ainda mais a pedalada, principalmente para os iniciantes na modalidade, que diante do clima favorável sentiram menos o cansaço, conseguindo completar o trajeto. Além disso, os participantes tiveram a disposição durante todo o percurso uma ambulância da secretaria de Saúde para atuar em casos de primeiros socorros, como também um veículo com uma equipe da secretaria de agricultura para o abastecimento de água.

Durante a pedalada, os ciclistas participaram de uma ação de educação ambiental, fazendo o recolhimento de lixo espalhados na vegetação do balneário da Fazenda Recreio. A ação contou com a participação da Polícia Militar Ambiental (PMA) e Polícia Militar.

Após a ação, o coordenador técnico do Cointa - Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Taquari, Nilo Coelho Peçanha Filho deu uma breve palestra aos participantes falando sobre diferentes tipos de formação dos solos, vegetação e a biodiversidade de biomas existentes nas áreas do Estado.

Em seguida, os ciclistas que já haviam ganhado no início da pedalada uma amostra de Castanhas de Barú - Amendoim do Cerrado também puderam experimentar deliciosos doces de pipoca. Logo após, o Concurso Fotográfico realizado na sede da AABB, com um delicioso almoço para os participantes, sorteio de diversos brindes e música ao vivo durante a tarde.

Participaram do evento, ciclistas vindos das cidades de Coxim, Campo Grande, Dourados e até de Chapecó (SC), representado pelo ciclista Géterção Antonio Dalavale, do grupo “Vamo q Vamo”.

Com pelo menos três anos de prática no ciclismo, essa é a terceira vez que a ciclista Eliane Aicântara Neves, de 37 anos, vem a São Gabriel do Oeste para pedalar. A visitante que é nascida em Coxim e atualmente reside em Dourados, onde estuda, veio para o evento junto com um grupo de amigos da cidade natal. A participante elogiou o evento, dizendo que pretende voltar ao município em eventos ciclistas futuros. “Gostei muito, o passeio no meio da natureza foi gostoso, valeu muito a pena. Não dá para perder, sempre que houver esses passeios temos que participar”.

De realização da secretaria municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, com o grupo “Loucos por Bike”, o evento fez parte da programação de atividades pelo “Mês do Cerrado”, que comemora o Dia Nacional do Cerrado, celebrado em 11 de setembro e o Dia da Árvore, 21 de setembro.

O evento, segundo o secretário de agricultura, pecuária e meio ambiente, Léio Luis Grison atendeu as expectativas, tendo como objetivo atingir o maior número de pessoas de vários setores da sociedade, trabalhando principalmente a questão da educação ambiental.

“A pedalada foi uma oportunidade de confraternização, conhecimento da flora do cerrado e de despertar para a consciência e prática de conservação. A atitude do grupo que participou dessa primeira pedalada de fazer o recolhimento de lixo em apenas um dos trechos que nós percorremos é uma maneira de mostrar para a sociedade que a natureza está aí para ser usufruída pela população, mas de forma consciente, não jogando lixo e depredando o meio-ambiente”, comentou o secretário, que destacou o intuito de realizar um evento ainda maior, contando com o apoio do grupo de ciclistas de São Gabriel, que possa oportunizar ainda mais pessoas a participar.

Fonte: Divulgação em Jornal local, retirado do relatório anexado à proposta PI-SGO05 no SisEA/MS. Disponível em: < www.idest.com.br >.

A proposta realizada em 2016 apresentou o resultado atingido, de acordo com cada etapa do cronograma de atividades. As conclusões são limitadas aos aspectos quantitativos sobre os números de participantes e quantidade de brindes distribuídos, por exemplo.

10.1. BLITZ VERDE - A ação aconteceu na Avenida Mato Grosso do Sul e atingiu cerca de 600 pessoas com a distribuição de: 300 embalagens de adubo orgânico proveniente de composteira doméstica, 600 folders informativos sobre a coleta seletiva, 600 mudas nativas entre Ipês, Jacarandá Caroba e Chorão, 100 cartilhas do pescador.

10.2. 2º PEDALADA “NAS TRILHAS DO CERRADO” - A 2ª pedalada “Nas trilhas do Cerrado” contou com a participação de 80 ciclistas percorrendo o percurso de 42 quilômetros e quase 135 pessoas no encerramento com almoço.

10.3. 2º CIRCUITO SALA VERDE - O Circuito contou com a participação de todas as escolas do município, totalizando 953 crianças do 2º e 4º ano do ensino fundamental:

10.4. 2º CONCURSO FOTOGRÁFICO “CERRADO – UM NOVO OLHAR!” - O Concurso fotográfico atingiu 17 inscritos e 50 fotos. Foram confeccionados 1.000 Calendários 2017.

PLANTIO DE MUDAS NATIVAS - A ação contou com a participação de todas as escolas do município, totalizando 500 crianças do 3º ano do ensino fundamental, com o plantio de aproximadamente 300 mudas nativas no Parque Aquático Águas do Paraíso:

10.6. CRIAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL DO CERRADO - Em 20 de Setembro de 2016, foi criado o Parque Municipal de Cerrado com uma área

aproximada de 32.717,47 m², localizado na chácara Planalto, Bairro Fênix, Município de São Gabriel do Oeste.

10.7. OFICINA DE INTRODUÇÃO A PERMACULTURA - A oficina, desenvolvida na Sede do Assentamento Patativa do Assaré, contou com a presença de 42 participantes.

10.8. OFICINA DE PLANEJAMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA AGROFLORESTAL - A oficina, executada na Sede do Assentamento Patativa do Assaré, contou com a participação de 44 pessoas (PI-SGO2).

Figura 65. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-SGO02, realizada no Município de São Gabriel do Oeste-MS.

Meio Ambiente

Programação de atividades celebrará o Dia Nacional do Cerrado em São Gabriel

Evento acontecerá durante todo o mês de setembro, com enfoque no uso e conservação do bioma Cerrado.

24/08/2016



(http://www.vejafolha.com.br/wp-content/uploads/2016/08/13239898_1022562941144980_5135113110719024193_n.jpg)

Cerrado também compõe a vegetação em São Gabriel do Oeste. (Foto: Suzana Vanessa)

O Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul, abrangendo oito estados brasileiros, incluindo o Mato Grosso do Sul. Neste espaço territorial encontram-se as nascentes das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul (Araguaia-Tocantins, São Francisco e Prata), o que resulta em um elevado potencial aquífero e favorece a sua biodiversidade.

Em São Gabriel do Oeste, estão localizadas as nascentes dos rios Coxim e Aquidauana, formadores da Bacia do Rio Paraguai.

Fonte: Divulgação em Jornal local, retirado do relatório anexado à proposta PI-SGO02 no SisEA/MS. Disponível em: <www.vejafolha.com.br>.

As propostas em análise (PI-SGO5, PI-SGO2 e PI-SG10) apresentam no cronograma de execução uma diversidade de ações, que envolvem a mobilização de diversos setores e órgãos da sociedade civil. Entretanto, conforme descrito nos elementos textuais observamos que os discursos operam no campo de uma EA naturalista e preservacionista, visto que muitas

atividades envolveram a contemplação da natureza e uma perspectiva conservacionista dos recursos naturais. Os procedimentos metodológicos desconsideram a reflexão social e política sobre o ambiente, voltados, por exemplo, a atividades pré-estabelecidas, que desencadeiam apenas em mudanças momentâneas de comportamento ou propostas de lazer e entretenimento.

As propostas não incorporaram as narrativas das disputas das posições de classe e os diferentes contextos dos atores sociais que enredam as problemáticas locais, validadas nas possíveis questões emergentes ambientais que devem permear o contexto local, a partir do breve diagnóstico e caracterização da região Norte, no início desta sessão. Neste sentido, a AD ao denunciar tais omissões compreende que as propostas se aproximam da vertente conservadora, e que segundo Layrargues (2012b) se caracteriza pelo distanciamento das dinâmicas sociais, políticas e ideológicas e seus respectivos conflitos de interesses e de poder que são indissociáveis da dinâmica da crise ambiental.

Com essas características, a macrotendência Conservacionista não parece possuir os elementos necessários para o questionamento da estrutura social vigente; aceita-a tolerando seus aspectos incômodos e evitando a radicalidade da crítica anticapitalista. Ao reduzir a complexidade do fenômeno socioambiental, essa macrotendência se aproxima de uma prática educativa conservadora, com limitado potencial de somar-se às forças que lutam pela transformação social para um projeto societário alternativo (LAYRARGUES, 2012b, p. 393).

Todas as ações (PI-SGO5, PI-SGO2 e PI-SG10) seguem um mesmo padrão de execução nas três edições, com poucas variações de atividades, e se aproxima do fazer educativo da macrovertente denominada por Layrargues (2012) como conservacionista. Segundo o autor as práticas assim classificadas possuem um caráter potencialmente empobrecedor nas discussões político-ambientais, pois se expressam discursivamente na perspectiva estrita ou majoritariamente ecológica dos problemas ambientais, como podemos verificar nos elementos textuais trazidos nessas análises, e que se repetem nas demais edições.

9.1. 11ª CAMINHADA NA NATUREZA - Despertar o interesse da população e visitantes em nosso Município no que se refere ao ecoturismo, atentando-os a preservar e reconhecer as belezas naturais aqui existentes.

9.2. 3º CIRCUITO SALA VERDE - Serão desenvolvidas atividades alusivas com o intuito de educação ambiental com enfoque na preservação do bioma Cerrado. Ações do Projeto Florestinha - Reciclagem de papel: palestra sobre os problemas relacionados aos resíduos sólidos; - Animais taxidermizados e materiais utilizados em crimes ambientais: palestra sobre fauna, pesca, atropelamentos de animais silvestres, etc.; - Ciclo da água: palestra sobre o uso sustentável, poluição e escassez dos recursos hídricos; - Casa de energia:

apresentação de uma maquete com uma residência e todos os cômodos com consumo de energia (lâmpadas, chuveiros, ar condicionado, geladeira, micro-ondas, etc.). Demonstração sobre o consumo de cada um e informação sobre os tipos de energia e a importância ambiental de se economizar este recurso; - Apresentação do teatro de fantoches: com peças sobre as questões ambientais como desmatamento, incêndios florestais e resíduos sólidos.

9.3. 3º PEDALADA “NAS TRILHAS DO CERRADO” - Divulgação das belezas do Bioma Cerrado de nosso município e a importância de sua preservação, através de orientação e contato direto com a natureza.

9.4. 3º CONCURSO FOTOGRÁFICO “CERRADO – UM NOVO OLHAR” - Incentivar a observação de nosso Bioma Cerrado junto a sua fauna, flora e belezas naturais. • Serão 12 fotos selecionadas para participar da Exposição “Cerrado – Um novo olhar!” e do Calendário Fotográfico 2018, sendo que as 03 primeiras também receberão premiações em dinheiro. • Entrega da premiação em dinheiro aos 03 primeiros colocados no dia 15 de dezembro de 2017. • Confecção dos Calendários 2018 (PI-SGO10).

Os resultados da proposta PI-SGO10 (Figura 66) são apresentados a seguir:

11ª CAMINHADA NA NATUREZA - A caminhada contou com 100 participantes que percorreram 7,5 quilômetros e 28 pessoas na equipe de trabalho.

10.2. 3º CIRCUITO SALA VERDE - O Circuito contou com a participação das seguintes escolas: Totalizando 1.786 crianças do 1º, 2º, 3º, 4º e 5º ano do ensino fundamental.

10.3. 3º PEDALADA “NAS TRILHAS DO CERRADO” - A 3ª pedalada “Nas trilhas do Cerrado” contou com a participação de 130 ciclistas percorrendo o percurso de 40 quilômetros e 15 pessoas na equipe de trabalho.

10.4. 3º CONCURSO FOTOGRÁFICO “CERRADO – UM NOVO OLHAR!” - O Concurso fotográfico atingiu 33 inscritos e 96 fotos. Foram confeccionados 1.000 Calendários 2018 (PI-SGO10).

Figura 66. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-SGO10, realizada no Município de São Gabriel do Oeste-MS.

Notícias

Caminhada na Natureza destaca as belezas naturais de São Gabriel do Oeste

04/09/2017



(http://vejafolha.com.br/wp-content/uploads/2017/09/dsc_9774zcopy.jpg)

Em sua 11ª edição, a Caminhada na Natureza foi sucesso de público e de organização, propiciando aos participantes uma experiência agradável em meio a biodiversidade do cerrado. O evento foi realizado neste domingo (03) pela Prefeitura de São Gabriel do Oeste por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Fonte: Divulgação em Jornal local, retirado do relatório anexado à proposta PI-SGO10 no SisEA/MS. Disponível em: < <https://www.vejafolha.com.br> >.

A proposta PI-SGO3 (Figura 67), realizada em 2016, trata de uma ação pontual cadastrada sob o título *Plano de Combate a Dengue*, com o seguinte objetivo: *Prevenir e combater de vez o Aedes Aegypti, mosquito transmissor da dengue e agora Chikungunya e Zika Vírus*. A ação está situada no campo de uma intervenção prática na busca da resolução de um problema – eliminação de foco de vetores, conforme a narrativa descrita na metodologia da proposta:

A metodologia utilizada foi com visitas porta-a-porta objetivando encontrar possíveis focos do mosquito e também orientar a população quanto aos cuidados que devem ser tomados nas residências. Segundo o plano traçado, a cada agente de saúde, houve dois soldados do exército auxiliando nos trabalhos.

O plano de ação também contou com o trabalho de recolhimento de entulhos por toda a cidade com calendário previamente divulgado à população (PI-SGO3).

Entendemos que, ainda que previsto uma interlocução educativa entre os servidores e população no momento da visita, a mesma se deu no enfoque informativo. A proposta trata de uma atividade do tipo resolutive, de encontro à vertente da EA conservadora. A estratégia educativa adotada não promove uma discussão mais ampliada, ou metodologias que buscam as causas dos problemas, ela termina com a ação cumprida, voltada nos efeitos – localizar a presença do mosquito vetor. Seguindo as reflexões trazidas por Layrargues (2001), o proponente ao assumir essa postura teórico-metodológica está priorizando os fins propostos pelo projeto, ao invés dos meios, como reflexões que poderiam ser realizadas no desenvolvimento das atividades, muitas vezes ocultadas, omitindo as causas das questões sanitárias e ambientais resultado da relação ser humano-natureza. Esse reforço para que ocorra a ação, ao invés da reflexão, valoriza os aspectos corretivos da EA em detrimento dos preventivos, fato que se torna um equívoco constantemente cometido pelos educadores e que deve ser evitado (LAYRARGUES, 2001).

Layrargues (2001), ao tratar da EA desenvolvida em forma de projetos esclarece que muitas vezes os problemas são considerados como uma atividade-fim. Não se leva em conta os “componentes político-econômicos e socioculturais da questão ambiental” (LAYRARGUES, 2001, p. 142), a atividade se encerra com a ação pontual realizada, como neste caso a eliminação de criadouros de vetores da dengue.

Os pressupostos observados nos discursos anteriores estão alinhados com a narrativa dos resultados apresentados a seguir, limitados ao quantitativo de residências visitadas:

Durante 30 dias os agentes de saúde e militares percorreram todo o perímetro urbano de São Gabriel do Oeste, atingindo em torno de 9.000 residências (PI-SGO3).

Figura 67. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-SGO03, realizada no Município de São Gabriel do Oeste-MS.



Ações de combate a dengue em São Gabriel irão contar com a parceria do Exército Brasileiro
14.01.2016 - Geral

Com o objetivo de prevenir e combater de vez o *aedes aegypti*, mosquito transmissor da dengue e agora Chikungunya e zika virus, a Prefeitura de São Gabriel do Oeste por meio da Secretaria de Saúde em parceria com o Exército Brasileiro iniciam o Plano Nacional de Combate a Dengue no município. Em reunião na última terça-feira (12) na sede da Prefeitura Municipal, prefeito, secretários municipais, presidentes de Fundação e Comando do Exército fecharam os últimos detalhes do plano que terá início já na próxima segunda-feira (18).

De acordo com o plano traçado, o Exército junto aos agentes de saúde percorrerá casa por casa com o objetivo de encontrar possíveis focos do mosquito. A visita às residências também servirá para orientar a população quanto aos cuidados. "Estamos na luta contra essa doença que se alastra dia-a-dia pelo país. Trazer o exército para ajudar nesse combate faz parte do plano de ações nacional, no qual estamos inseridos e que já estamos colocando em prática em nossa cidade", declarou o secretário de Saúde Frederico Marcondes Neto.

Ainda segundo plano traçado, a cada agente, haverá dois soldados do exército auxiliando nos trabalhos. "São Gabriel do Oeste não vive uma epidemia da doença, mas é preciso ações mais contundentes. Essa parceria com o Exército só faz somar aos esforços que já vem sendo realizados pela nossa administração, como as ações realizadas dentro do Programa Prefeitura nos Bairros", ressaltou o prefeito Adão Rolim.

Recolhimento de Entulhos
O plano de ações conta com o trabalho conjunto da Secretaria de Saúde e Secretaria de Infraestrutura, que irá fazer o recolhimento de entulhos por toda a cidade. Uma ação que já é realizada periodicamente seguindo o calendário de ações do Programa Prefeitura nos Bairros.

O recolhimento de entulhos dentro do programa de ações de combate a dengue seguirá à risca a Lei 001/2014, que diz que o morador que depositar o lixo de seu quintal depois do recolhimento do lixo realizado pela Prefeitura poderá ser notificado e correr o risco de ser multado de acordo com a Lei municipal.

O recolhimento será feito de acordo com um calendário, que será divulgado previamente pela Prefeitura de São Gabriel do Oeste.

Fonte: Assessoria de Comunicação

Fonte: Divulgação em Jornal local, retirado do relatório anexado à proposta PI-SGO03 no SisEA/MS.

As propostas PI-SGO8 (Figura 68), PI-SGO4, e PI-SGO9 são ações pontuais realizadas em comemoração ao *Dia do Meio Ambiente* em 2015, 2016 e 2017, organizadas a partir dos mesmos objetivos:

Esta ação teve como objetivo a conscientização da população em vários aspectos como a importância da correta separação dos resíduos sólidos nas residências e os benefícios que esta ação trás ao meio ambiente e às diversas famílias que vivem da reciclagem, a arborização urbana com espécies nativas e a preservação de nossos animais silvestres (PI-SGO8, PI-SGO4 e PI-SGO9).

As ações estruturadas seguiram cronogramas de atividades também de forma similar a cada edição, variando a cada ano algumas intervenções:

- Confecção de panfleto informando a maneira mais adequada de plantio de mudas.
- Distribuição e diálogo com a população sobre a importância de preservação do nosso bioma Cerrado e da arborização urbana, dia 03 de Junho de 2015.
- Caminhada margeando uma das nascentes do Córrego Capão Redondo até a cachoeira da Fazenda Los Pagos com a coleta de resíduos sólidos descartados incorretamente pelo trajeto, dia 05 de Junho de 2015.
- Treinamento para os líderes e aspirantes a líderes do grupo Desbravadores, dia 05 de Junho de 2015 (PI-SGO8).

- Confeção de panfleto de sensibilização pela preservação do meio ambiente; - Confeção de panfleto referente à segregação dos resíduos sólidos domiciliares; - Informativo técnico, distribuído pela parceira COOASGO, sobre propriedades sustentáveis; - Distribuição, pela Polícia Militar Ambiental, da Cartilha do Pescador; - Distribuição de mudas nativas; - Exposição de animais silvestres taxidermizados; - Distribuição dos panfletos e diálogo com a população sobre a importância de preservação do nosso bioma Cerrado, arborização urbana e segregação dos resíduos sólidos domiciliares, dia 05 de Junho de 2016 (PI-SGO4).

- Confeção de panfleto referente à segregação dos resíduos sólidos domiciliares; - Distribuição, pela Polícia Militar Ambiental, da Cartilha do Pescador; - Distribuição, pelo SAAE, de panfleto sobre a água e rede de esgoto; - Distribuição de mudas nativas; - Distribuição de adubo orgânico proveniente de composteira doméstica; - Distribuição de lixeiras para carros; - Exposição de animais silvestres taxidermizados durante toda Semana do Meio Ambiente no Parque Ecológico Águas do Guarani; - Blitz Verde nos dias 05 e 07 de Junho de 2017 para distribuição dos materiais educativos, lixeiras para carros e mudas nativas. - O sorteio foi realizado através de aplicativo de sorteios na rede social Facebook. O concorrente deveria curtir e compartilhar a publicação referente à composteira doméstica (PI-SGO9).

Após verificação dos elementos textuais em PI-SGO8, PI-SGO4, e PI-SGO9 cumpre salientar que estas estão fundamentadas em uma EA do tipo naturalista e conservadoras, comum em atividades voltadas às datas comemorativas. Segundo Levy (2004) são comuns iniciativas educativas que se fazem presentes em determinadas datas, tais como *Semana do Meio Ambiente* e *Dia da Árvore*, no contexto escolar, visto que nessa realidade são enormes as dificuldades em assumir os pressupostos da EA problematizadora, que e ainda são marcadas pela falta de solidez em concepções teóricas e metodológicas. Contudo, as mesmas narrativas propostas de forma isolada, no contexto escolar, também são marcadas nas proposições trazidas pelas secretarias de meio ambiente, no âmbito das EA da gestão pública municipal.

Ainda que as propostas apresentem uma diversidade de atividades e dinâmicas, estas excluem a visão crítica sobre as questões ambientais. Nesse sentido, Francalanza (2004) reflete sobre as práticas usuais por demandas de datas comemorativas realizadas por professores no contexto escolar, e que podemos projetar no contexto das ações analisadas nessa pesquisa:

Não podemos dizer que seja incorreto comemorar as datas sugeridas. Entretanto, cabe-nos perguntar: que proposta de EA que esta sendo praticada? Que relações tais práticas, ditas de EA têm com as questões limites inseridas na realidade local? (FRANCALANZA, 2004, p. 60).

Figura 68. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-SGO08, realizada no Município de São Gabriel do Oeste-MS.

São Gabriel: Semana do Meio Ambiente é comemorada com diversas ações

da Assessoria, Aracelly Carvalho | 11.06.2015 | 15h11 | Imprimir | Curtir | Compartilhar | 6



Foto: Divulgação secretaria de Agricultura

Na Semana do Meio Ambiente, a Prefeitura de São Gabriel do Oeste por meio da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente juntamente com a Funpesp, distribuíram mudas nativas à população, que foram orientadas sobre o plantio correto. Além da comemoração a ação também instruiu sobre a educação ambiental e a importância de preservação do nosso bioma Cerrado.

Em conjunto a esta ação, o prefeito Adão Unirio Rolim assinou o Decreto Municipal nº 979/2015 instituindo a Agenda Ambiental na Administração Municipal, um programa do Ministério de Meio Ambiente que busca incorporar os princípios da responsabilidade socioambiental nas atividades desenvolvidas pela administração pública, através do estímulo a determinadas ações que vão, desde uma mudança nos investimentos, compras e contratações de serviços, passando pela sensibilização e capacitação dos servidores, pela gestão adequada dos recursos naturais utilizados e resíduos gerados, até a promoção da melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Outra atividade atusiva ao Dia Mundial do Meio Ambiente foi realizada pelo Clube de Desbravadores, que existe oficialmente desde 1950, como programa oficial da Igreja Adventista do 7º Dia, que realizou uma caminhada margeando uma das nascentes do córrego Capão Redondo (córrego que passa pela área urbana do município), chegando até a Cachoeira da Fazenda Loá Pagos (Córrego Cachoeirinha).

Capacitação

Líderes e aspirantes a líderes de Desbravadores estiveram reunidos na Funpesp para um treinamento de capacitação avançada. Ali estiveram presentes representantes das cidades de Coxim, Rio Verde, São Gabriel do Oeste, Costa Rica, Campo Grande, Camapuã, Rio Negro e Sidrolândia, totalizando mais de 100 líderes no evento.

O treinamento foi baseado em palestras sobre organização nos clubes, planejamento e atividades ao ar livre, como desenvolver habilidades com fogueiras, trabalho em equipe e comunhão com Deus. Este treinamento ajuda na capacitação dos líderes para que possam transmitir conhecimento para os seus desbravadores de cada clube, desenvolvendo o crescimento físico, mental e espiritual. Além dos treinamentos, eles realizaram atividades em benefício ao meio ambiente, como coleta de lixo e plantio mudas de árvores nativas plantadas nas áreas de preservação permanente. (fonte: idest.com.br)

Mais fotos

Reportagem Semana do Meio Ambiente - Site Idest

<http://www.idest.com.br/noticia.asp?id=63313>

Leia também

- Testemunha imobiliza homem que agredia mulher em São Gabriel
- Segunda-feira com possibilidade de pancadas de chuva no norte de MS
- Condutor de Gol é preso após causar acidente na BR-163 em São Gabriel
- Motociclista sofre fraturas em acidente com caminhão em São Gabriel
- Homem sente-se enganado e fura pneus do carro do sócio em São Gabriel

Últimas de Variedade

- Bombeiros em Chapadão entrega revitalização de prédio e nova viafura
- Segunda-feira com possibilidade de pancadas de chuva no norte de MS
- Dono procura cachorra labradora desaparecida em Sonora
- Jibóia de dois metros é encontrada dentro de residência em Coxim
- Mega-Sena pode pagar R\$ 30 milhões neste sábado

Últimas notícias



Fonte: Divulgação em Jornal local, retirado do relatório anexado à proposta PI-SGO08 no SisEA/MS.
Disponível em: < <https://www.idest.com.br> >.

As propostas PI-SGO11 e PI-SGO14 tratam de ações pontuais realizadas em 2017 e 2020, em comemoração ao *Dia Mundial da Água*. As propostas buscaram *Sensibilizar a população do município quando a importância de preservação de nossos mananciais de água, - Alertar para a economia dos recursos hídricos, - Educar quanto à correta destinação de seus resíduos sólidos, - Sensibilizar quanto à importância de preservação e plantio em áreas de APP (PI-SGO11 e PI-SGO14)*. As intervenções práticas não diferenciaram entre as duas edições, sendo verificado as mesmas estratégias educativas:

- Confecção de materiais gráficos, entre eles: folders, faixas, banner e adesivos.

- Instalação do banner em local estratégico, com grande fluxo de veículos, Avenida Getúlio Vargas.
- Distribuição dos adesivos aos funcionários públicos e população em geral (PI-SGO11).

Os pressupostos metodológicos anunciam o embasamento teórico da ação, e que são denunciados nos resultados da ação em uma vertente de EA ingênua, ao descrever as metas quantitativas atingidas como quantidade de material distribuído.

O banner permaneceu instalado durante todo o mês de março em um local de grande fluxo de veículos durante todo o dia, atingindo assim uma grande quantidade de pessoas. Foram confeccionados 04 faixas instaladas na Sede Administrativa da Prefeitura, Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC), Parque Ecológico Águas do Guarani e Parque Aquático Águas do Paraíso. Distribuição de 80 adesivos para os funcionários públicos e população em geral (PI-SGO11).

O banner permaneceu instalado durante todo o mês de março em um local de grande fluxo de veículos durante todo o dia, atingindo assim uma grande quantidade de pessoas. Foram confeccionados e distribuídos adesivos e copos de água para em blitz educativa realizada na Avenida Getúlio Vargas. Durante a realização da Blitz educativa foram distribuídos 150 adesivos e copos de água. Para os funcionários públicos foram distribuídos 80 adesivos para servidores do polo administrativo da prefeitura e do SAAE (PI-SGO14).

A proposta PI-SGO12 trata de uma ação pontual realizada em 2017, em comemoração ao *Dia Mundial das Florestas*, organizado a partir dos seguintes objetivos:

Levar aos educandos uma forma de aprendizagem holística, fortalecendo valores e atitudes a fim de permitir o desenvolvimento global do ser humano, proporcionando conceitos básicos de meio ambiente para que haja maior conscientização; • Estimular o uso sustentável dos recursos naturais, com enfoque nas florestas nativas; • Incentivar todos os envolvidos a terem atitudes voluntárias e sustentáveis de preservação do meio ambiente; Melhorar a capacidade hídrica dos rios e nascentes através da preservação das florestas; • Certificar essas ações através da divulgação de fotos, atribuindo uma imagem positiva das escolas junto à sociedade (PI-SGO12).

A ação foi descrita a seguir

Com a parceria da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, foi elaborado um calendário para visitas em todas as escolas do município. Foi feita uma apresentação ao corpo docente, pelo responsável técnico e Engenheiro Agrônomo do Viveiro Municipal, Sandro Francisco Duarte, sobre nosso bioma Cerrado, a importância de sua preservação, as espécies de mudas nativas que foram distribuídas e o melhor local para plantio de cada. Foram distribuídas mudas de Ipê amarelo (*Handroanthus chrysotrichus*); Ipê branco (*Tabebuia roseoalba*); Sabão de soldado (*Sapindus saponaria*) e Jacarandá boca-de-sapo (*Jacarandá cuspidifolia*). As escolas que não

possuíam espaço suficiente distribuíram as mudas entre os alunos para serem plantadas em suas residências (PI-SGO12).

Os resultados demonstram a validação de uma ação voltada à abordagem quantitativa: *Foram distribuídas 15 mudas por instituição educacional visitada, totalizando 225 mudas nativas* (PI-SGO12). A partir dessas conjecturas inferimos que tais propostas, enquanto ações pontuais que emergem de temas generalizados e que visam “conscientizar”, a partir de atividades formuladas em uma perspectiva acrítica e apolítica, estão ancoradas teoricamente numa visão dicotômica entre as dimensões sociais e naturais a problemática ambiental. Como resultado dessa abordagem tornamos os indivíduos acríticos ou fracos em conteúdos para se defrontar com os problemas socioambientais, comprometendo sua formação para a cidadania ambiental.

Pinto e Guimarães (2017) defendem a superação do enfoque tradicional das ações em EA realizadas a partir de temas gerais, e apontam para a necessidade de se assumir no trabalho educativo temas ambientais geradores com o caráter de questões socioambientais controvertidas. Concordando com os autores, entendemos que somente assim as propostas de EA poderão atuar pela defesa da cidadania, da natureza, do trabalho, do público e da política na sociedade. Do contrário tais ações tratam de mais do mesmo, e que, seguindo essa tendência pragmática, conservadora e naturalista é reprodutora de uma realidade estabelecida por uma racionalidade hegemônica (GUIMARÃES, 2013), e que pouco contribuirá para as mudanças socioambientais que queremos no seio da EAC.

As propostas PI-SGO13 sob o título *12ª Caminhada Na Natureza* e PI-SGO15 *13ª Caminhada Na Natureza* tratam de ações pontuais realizadas nos anos 2018 e 2019, respectivamente. Apesar dos objetivos e intervenções metodológicas diferenciadas nos elementos textuais das ações, verificamos que os fundamentos voltados a uma EA naturalista e de contemplação na natureza estão presentes nas duas edições:

Divulgar a população a importância do nosso bioma Cerrado, sua grande biodiversidade e as oportunidades de desenvolvimento que aqui existem (PI-SGO13).

Despertar o interesse da população e visitantes em nosso Município no que se refere ao ecoturismo, atentando-os a preservar e reconhecer as belezas naturais aqui existentes, estimulando, desta forma, o conceito de sustentabilidade (PI-SGO15).

As caminhadas são realizadas em locais pouco divulgados as potencialidades e as belezas cênicas existentes na região. Desta forma é realizado um levantamento prévio e articulada uma parceria com o proprietário do local, uma vez que trata. Após é realizado o estudo levando em consideração a dificuldade, riscos

no local, infraestrutura necessária para o evento, capacidade de suporte, entre outros, visando atender um público de 100 caminhantes. As inscrições são abertas por ordem de procura, cobrando desistência. Aos participantes é fornecido um Kit caminhada composto por mochila, camiseta, boné, squeeze e crachá, além do transfer ao local da caminhada, café da manhã e almoço, além da disponibilização de água e serviços emergenciais através das equipes de apoio. Os passeio tem distância entre 5,0 a 8,0 km, dependendo da região e da acessibilidades ao local, tendo todo o passeio uma duração média de 08 horas (PI-SGO13).

As caminhadas são realizadas em locais pouco conhecidos do município, visando divulgar as potencialidades e as belezas cênicas existentes na região. Desta forma é realizado um levantamento prévio e articulada uma parceria com o proprietário do local, uma vez que trata-se de propriedade particular. Após é realizado o estudo levando-se em consideração o trajeto a ser percorrido, nível de dificuldade, riscos no local, infraestrutura necessária para o evento, capacidade de suporte, entre outros, visando atender um público de 100 caminhantes. A articulação e mobilização junto aos parceiros é realizada através do envio de correspondências oficiais, entregando-as pessoalmente, sendo realizada a explanação do projeto e os objetivos a serem alcançados. Os meios de divulgação utilizados são as mídias sociais da Prefeitura Municipal (facebook e website) e através da imprensa escrita e falada. As inscrições são abertas por ordem de procura, cobrando-se uma pequena taxa para evitar a desistência. Aos participantes é fornecido um Kit caminhada composto por mochila, camiseta, boné, squeeze e crachá, além do transfer ao local da caminhada, café da manhã e almoço, além da disponibilização de água e serviços emergenciais através das equipes de apoio. Os passeio tem distância entre 5,0 a 8,0 km, dependendo da região e da acessibilidades ao local, tendo todo o passeio uma duração média de 08 horas (PI-SGO15).

Os discursos textuais trazidos nos objetivos de PI-SGO15 e PI-SGO13 *Despertar o interesse da população... no que se refere ao ecoturismo e reconhecer as belezas naturais*, marcam teoricamente as propostas na macrotendência definida por Layrargues (2012b) como conservacionista, e que posteriormente fundamentam os discursos ideológicos das intervenções realizadas. Segundo o autor essa macrotendência está presente geralmente nas atividades de ecoturismo e senso de percepção em ambientes naturais, como em áreas protegidas e unidades de conservação, sempre na perspectiva de se trabalhar o sentimento do amor à natureza, na lógica do “conhecer para amar, amar para preservar”, mote sensibilizador que se faz presente nos pilares das propostas PI-SGO15 (Figura 69) e PI-SGO13 em análise.

Figura 69. Divulgação na mídia local sobre a proposta PI-SGO15, realizada no Município de São Gabriel do Oeste-MS.

São Gabriel: Belezas naturais e paisagens do cerrado são destaque na 13ª Caminhada na Natureza

Participantes puderam apreciar as belezas naturais, com plantas nativas, pássaros e uma paisagem de tirar o fôlego.

23/10/2019 às 16:46 | da Assessoria

Foto: Divulgação Assessoria Prefeitura

NOTÍCIAS

CIDADES

São Gabriel: Belezas naturais e paisagens do cerrado são destaque na 13ª Caminhada na Natureza há 5 meses

Após denúncias de irregularidades, vereadores fazem inspeção de documentos na Prefeitura de Camapuã há 5 meses

Prefeitura divulga nota sobre o sinal de TV aberta em São Gabriel do Oeste há 5 meses

Exames oftalmológicos e cirurgias ortopédicas movimentaram o final de semana em São Gabriel há 5 meses

Sonora: Hipercdia do ESF IV atende pessoas com risco de hipertensão e diabetes há 5 meses

Fonte: Divulgação em Jornal local, retirado do relatório anexado à proposta PI-SGO15 no SisEA/MS. Disponível em: < [https:// www.idest.com.br](https://www.idest.com.br) >.

A proposta PI-SGO16, realizada em 2019, trata de uma ação do tipo projeto sob o título *Eu Amo, Eu Reciclo*, organizada a partir dos seguintes objetivos:

Envolver as crianças, jovens, estudantes, familiares, funcionários e toda população local para uma nova cultura social, ética, cidadã, econômica, turística e ambiental, através da implantação dos agentes de leitura, capacitações, palestras, oficinas e atividades de sensibilização, mostrando a importância de termos um ambiente ecologicamente sustentável, saudável e mais humano. Com foco em ações que atendam os dispostos na Política Nacional de Resíduo Sólido lei 12.305/10, no que diz respeito à responsabilidade compartilhada para destinação correta dos resíduos sólidos urbanos gerados em toda cidade (PI-SGO16).

O proponente apresentou como intervenção a seguinte metodologia *Para estabelecer está conexão entre o ensino aprendizagem e refletir sobre a forma em que todos podem colaborar nas mudanças individuais e coletivas, que possam ultrapassar os limites da escola e chegar a toda comunidade (PI-SGO16)*, mobilizando os conteúdos a seguir:

- EDUCAÇÃO SÓCIAL, ÉTICA, CIDADÃ E AMBIENTAL.
- a. Catadores
 - b. Munícipes

- c. Ética e cidadania;
- d. Viver em comunidade;
- e. Solidariedade;
- f. Diversidade e preconceito;
- g. Mudanças de atitudes e ações para com toda comunidade;
- h. Consumo Consciente;
- i. Responsabilidade Compartilhada.

SOCIAL

- j. Catadores;
- k. Geração de renda – artesanatos;
- l. Artes com resíduos e empreendedorismo;
- m. Entendendo a economia solidária;
- n. Aulas teóricas e práticas na construção de brinquedos pedagógicos;
- o. Aulas teóricas e práticas para toda comunidade

ECONÔMICA

- p. Catadores; Depósitos; Indústrias;
- q. Logística Reversa;
- r. Cadeia Produtiva do lixo;
- s. Consumo Consciente.

AMBIENTAL

- t. Lixo
 - i. Coleta seletiva;
 - ii. Tipos de poluições do lixo;
 - iii. Os R's da reciclagem;
 - iv. Tipos de resíduos sólidos;
 - v. Destinação correta dos resíduos sólidos produzidos;
 - u. Meio ambiente Natural e Transformado;
 - v. Água;
 - w. Consumo Consciente;

SÁUDE PÚBLICA

- x. Vetores (*Aedes aegypti*) e doenças causadas por causa do lixo (epidemias e endemias)
- y. Parceria e capacitação dos agentes de saúde pública, endemias e vigilância sanitária;
- z. Meio Ambiente, corpo (PI-SGO16).

A proposta não se evade da dimensão política e apresenta elementos que marcam um direcionamento à perspectiva crítica da EA, tendo em vista que os conteúdos abordaram aspectos sobre a problemática dos resíduos sólidos, como o social, político e econômico, que são importantes para uma reflexão aprofundada. Na proposta PI-SGO16 o proponente considerou (ou tentou) mobilizar a temática “resíduos” como um tema-gerador, para fomentar o questionamento das causas e consequências da questão do lixo, não se evadindo da dimensão política. Contudo, a proposta não fundamenta os pressupostos metodológicos, apresentando elementos textuais pouco aprofundados, que poderiam sustentar a fundamentação teórica da ação.

Segundo Layrargues (2005), apesar da complexidade do tema, muitos programas de EA são implementados de modo reducionista, já que, em função da reciclagem, desenvolvem apenas a Coleta Seletiva de Lixo, excluindo uma reflexão crítica e abrangente a respeito dos valores culturais da sociedade de consumo, do consumismo, do industrialismo, do modo de produção capitalista e dos aspectos políticos e econômicos da questão do lixo. Segundo o autor as práticas que se inserem na lógica da resolução de problemas de modo pragmático, tomam a reciclagem do lixo como uma atividade-fim, mais preocupada com a mudança comportamental sobre a disposição domiciliar do lixo (coleta convencional x coleta seletiva) do que com a reflexão sobre a mudança dos valores culturais que sustentam o estilo de produção e consumo da sociedade moderna.

De um modo geral, o município de São Gabriel do Oeste realizou ações nas mais diversas temáticas, chamando atenção para atividades de contemplação da natureza em Parques e UC como espaço educador. Observamos o cadastro de ações pontuais realizadas a partir de datas comemorativas como Semana do Meio Ambiente, Dia da Água e Dia da Floresta, padrão também verificado pelos demais proponentes, na maior parte das regiões analisadas.

Os temas envolvendo resíduos sólidos foram discutidas em abordagens distintas, como a capacitação de construção de composteiras – para a reciclagem de matéria orgânica, bem como a implementação da coleta seletiva, assunto que também foi inserido no cronograma de ações de Projetos permanentes em várias edições, como o *Cerrado, esta é a nossa natureza!*.

Salientamos que o tema “cerrado” foi contemplado nas ações com grande destaque, em um Projeto que foi realizado em várias edições. Dado a importância desse bioma, a proposta envolveu diversas atividades entre apresentações culturais, palestras, concurso fotográfico, trilhas, atividades em UC e parques mobilizando de forma efetiva a sociedade local. Entretanto, não identificamos nas descrições dos procedimentos metodológicos a discussão crítica sobre os impactos, contradições e situações limites que afetam esse Bioma, no contexto local, considerando que o local possui predomínio de atividades agrícolas, como consequências sobre o uso e ocupação do solo, manejo mecanizado de grandes áreas de lavouras, utilização de agrotóxicos, bem como os relevantes processos de assoreamentos discutidos sobre a Bacia do Taquari.

Ademais, verificamos o padrão de repetição de algumas ações cadastradas nas variadas edições, conforme observado nas análises de outros proponentes, para as demais regiões. A repetição de ações nos cadastros nas propostas pelos proponentes, a partir da demanda Programa ICMS Ecológico, vem se mostrando como um mecanismo padrão entre os proponentes nas diferentes regiões.

5.4.2.8 Região Sudeste

A Região Sudoeste é formada por oito municípios com grande parte territorial localizada na parte sul da bacia pantaneira. Assim, esta região é caracterizada pelo ambiente pantaneiro e grande exuberância de recursos hídricos denotando os destaques em atrativos turísticos, localizados principalmente nos municípios de Bonito, Jardim e Porto Murtinho (Semade, 2015).

Considerando que essa área abriga quase a totalidade do relevo cárstico do estado, com rios e cachoeiras de águas cristalinas, além do maior conjunto de remanescentes do Bioma Mata Atlântica do Mato Grosso do Sul, o que proporciona uma maior atratividade turística baseada em ambientes naturais especialmente no município de Bonito, o mais conhecido centro turístico do Mato Grosso do Sul com rios de águas transparentes, nascentes e cachoeiras associadas às grutas e paisagens de beleza singular (MATO GROSSO DO SUL, 2015). Por ser uma região com forte vocação turística, o setor terciário responde por 56,7% da sua economia, sendo a atividade turística na região concentrada nas modalidades de ecoturismo e o turismo de pesca, seguido do setor primário, com a pecuária, correspondendo 26,7% (Semade, 2015).

A atividade econômica agropecuária, tem maior evidência para a pecuária bovina de corte, com rebanhos expressivos nos municípios de Porto Murtinho e Bela Vista. A produção agrícola vem se expandindo na região, com destaque para a produção de soja e milho nos municípios de Bela Vista e Bonito, e em pequenas quantidades como a cana-de-açúcar e a mandioca (Semade, 2015).

A instabilidade natural devido aos fatores litológicos e relevo, associado ao mau uso do solo tem levado a vários processos de voçorocamento em áreas de solos rasos e, principalmente em áreas de pastagens degradadas (MATO GROSSO DO SUL, 2015). As atividades de mineração e pecuária somadas à agricultura, exercem reconhecida pressão sobre a biodiversidade e os recursos hídricos, principalmente, através da alteração de habitats naturais e do uso do solo.

Nesse cenário, onde predomina fragmentos da Mata Atlântica, Bioma protegido por lei federal, verifica-se a oportunidade de integrar estratégias de ampliação e implementação de áreas protegidas ao pagamento por serviços ambientais a manutenção do turismo (MATO GROSSO DO SUL, 2015), a partir de uma eficiente gestão de bacias hidrográfica com mecanismos que beneficie os agentes privados que protegem estes recursos. Assim, são destacados o modelo de gestão do Fundo Municipal de Meio Ambiente, como o de Bonito, gerenciado pelo Conselho Municipal e acompanhado pelo Ministério Público (MP), que deve

ser expandido para as municipalidades vizinhas (MATO GROSSO DO SUL, 2015).

As análises qualitativas seguem sendo realizadas a partir das propostas finalizadas inseridas para esta região, incluindo as três demandas de cadastro no SisEA/MS, que estão distribuídas nos municípios de Jardim e Bonito. Para as análises das propostas da demanda Programa ICMS Ecológico foi definido o município de Jardim como polo da região Sudeste (Figura 70), entretanto considerando a pouca representatividade de propostas no município polo acrescentamos para as análises as propostas cadastradas do município de Bonito.

Figura 70. Distribuição das propostas finalizadas definidas para a análise da Região Sudeste



E = Ações finalizadas para a demanda Ação espontânea e Outras Demandas; PI = Ações finalizadas para a demanda Programa ICMS Ecológico. As ações estão relacionadas de acordo com os códigos de identificação nos Anexos 3, 4 e 5.

Fonte: Organização da autora, adaptado de SEMADE (2015) a partir dos dados disponibilizados no SisEA/MS

Foram utilizados para as análises os fragmentos dos elementos textuais das propostas optando por transcrevê-las *ipsis litteris* ao longo dos resultados, mantendo-se inclusive as eventuais incorreções do ponto de vista ortográfico ou gramatical.

A proposta E7 teve abrangência para outras regiões do Estado, assim a análise discursiva foi apresentada anteriormente para a Região de Dourados.

A proposta E15 trata do Projeto *Educação ambiental e participação comunitária - GEF*²⁹ Rio Formoso realizado pelo IMASUL no município de Bonito. A proposta teve como objetivo:

Contribuir para a recuperação, conservação e aumento da biodiversidade na bacia hidrográfica do rio formoso, mais especificamente na região de Bonito-MS, e para o uso sustentável da biodiversidade da região, assim como promover o controle da degradação das terras da bacia hidrográfica (E15).

O projeto E15 envolveu diversas ações como: implantação de uma usina de compostagem; viveiro municipal em Bonito, de sistemas agroflorestais e de sistemas de arborização de pastagens e lavouras; monitoramento da qualidade da água e do solo e atividades de georreferenciamento, além das ações de comunicação e EA realizada pela UNEA/IMASUL. As ações em EA envolveram diversos parceiros, entidades e comunidade local e foram divididas nas seguintes etapas:

Diagnóstico De Educação Ambiental Da Área Urbana De Bonito;
Colaboração Na Sub-Atividade De Harmonização Da Estrutura Reguladora;
Curso De Capacitação: "Educação Ambiental E Participação Comunitária";
Projeto De Educação Ambiental "Bonito Para Sempre";
Produção Da Revista Aguapé;
Visita Técnica Ao Sistema Agroflorestal – Saf Amambaí;
Participação No Vi Fórum Brasileiro De Educação Ambiental (E15).

Todas as etapas do projeto foram articuladas a partir das observações evidenciadas na primeira etapa que tratou do diagnóstico de EA do município de Bonito. Os discursos textuais revelam que as intervenções em EA foram pautadas nos princípios participativos, dialógicos, reflexivos e problematizador. As etapas posteriores foram organizadas a partir do diagnóstico preliminar, permitindo que as ações fossem organizadas a partir de demandas reais e questões locais. Nesse sentido, inferimos que as propostas presentes em E15 apontam para os fundamentos de uma EA crítica.

Também foi realizada... a I reunião gef rio formoso com agentes em educação ambiental do município de bonito para identificar as dificuldades (problemas, suas causas e consequências) na execução de ações de educação ambiental e possíveis soluções encontradas... (E15).

A partir das demandas encontradas durante a realização do diagnóstico, foram elaboradas várias ações para os educadores de bonito, como a realização de um curso técnico de capacitação em educação ambiental e elaboração de projetos e a criação de uma rede social para divulgação das informações relativas à educação ambiental (E15).

²⁹ GEF = Georeferenciamento;

Na etapa *Colaboração Na Sub-Atividade De Harmonização Da Estrutura Reguladora* as reuniões individuais de articulação com instituições de Bonito foram realizadas para estabelecer parcerias, visando a: *consolidação do seminário procedimentos e alternativas para o manejo integrado da bacia e conservação da biodiversidade* (E15). O seminário teve como objetivo discutir alternativas de melhoria dos procedimentos de licenciamento ambiental envolvendo entidades do setor agropecuário e produtores na busca de um diálogo para esclarecimentos e reflexões sobre as demandas ambientais das atividades econômicas.

Em seguida, as discussões apresentadas no diagnóstico revelaram a demanda para um curso que configurou a etapa *Curso De Capacitação: Educação Ambiental e Participação Comunitária*. O caráter dialógico e participativo fica evidente quando o proponente anuncia nos discursos que *A ementa do curso foi elaborada a partir dos resultados obtidos durante a realização do diagnóstico de educação ambiental* (E15). Os resultados apresentados ao final dessa etapa garantiram a produção de elementos que norteiam as diretrizes para uma EA permanente e contínua.

Durante o curso houve a produção de: 1) roteiros de programas radiofônicos voltados à conservação do meio ambiente; 2) três programas de rádio (bonito de verdade, portal pantaneiro e a voz do mato), voltados à conservação da biodiversidade e a educação ambiental; 3) adequação de dois projetos em educação ambiental: bonito para sempre e aprendendo educação ambiental com a SANESUL; e 4) um esboço de projeto intitulado “produção de jogos ecopedagógicos como instrumento da educação ambiental”. Também foi feita a divulgação e fortalecimento da rede de educação ambiental de mato grosso do sul (reams). Esse relatório foi distribuído para várias instituições de bonito com o objetivo de divulgar as atividades do projeto gef rio formoso e estimular a participação em futuras ações de educação ambiental (E15).

As demais etapas envolveram o *Projeto De Educação Ambiental Bonito Para Sempre* que tratou de oficinas de EA para os alunos e professores com objetivo de sensibilizar para os problemas ambientais de seu município, além de conscientizá-los a respeito da importância e do alcance de suas ações. A produção da revista *Aguapé* em uma edição especial com o objetivo de fortalecer o projeto *GEF Rio Formoso* por meio da produção e difusão de informações sobre EA e de utilidade pública, notícias socioambientais e projetos e programas ambientais realizados no município de Bonito. E por fim, a participação no *VI Fórum Brasileiro De Educação Ambiental* onde foi apresentado o trabalho *Atividades De Educação Ambiental Realizadas Como Parte Do Projeto Gef Rio Formoso em Bonito (MS)*, pela equipe de EA do IMASUL.

A ação PI-J01 trata de uma Campanha, do município de Jardim, denominada *Descida do Rio Miranda*, tendo como objetivo: *Sensibilizar a população quanto à preservação dos recursos hídricos*. A proposta teve como intervenção: *a descida do rio Miranda, que é realizada anualmente concomitante com a semana do meio ambiente. A comunidade participa da descida em barcos realizando o plantio de mudas nativas na mata ciliar e limpeza de suas margens* (PI-J01).

As análises dos discursos apresentados nos objetivos e metodologia de PI-J01 retrataram atividades executadas na Semana do Meio Ambiente, voltadas para a contemplação ambiental. Dito isto, a proposta se expressa segundo Layrargues (2012b) na macrotendência Conservacionista, sobretudo, por meio das correntes conservacionista e naturalista. O autor caracteriza nessa categoria propostas, por exemplo, que vinculam a EA à “pauta verde”, como ecoturismo, trilhas interpretativas, biodiversidade, unidades de conservação, biomas específicos e no âmbito dos esportes de aventura (LAYRARGUES, 2012b), ou seja, as mesmas práticas próximas a narrativa apresentada em PI-J01.

O proponente apresentou tópicos gerais nos resultados alcançados da ação, não esclarecendo como os resultados foram obtidos, e qual avaliação foi implementada para verificá-los. Assim, as conclusões foram descritas a partir de observações informais e cotidianas, conforme o trecho “1 - sensibilização da comunidade; 2 - diminuição do lixo nas margens do rio; 3 - envolvimento da comunidade; 4 - Enriquecimento da mata ciliar” (PI-J01).

Por fim, as análises discursivas compreendidas na ação demonstram a predominância do caráter naturalista e conservador da EA. Nessa perspectiva, quando as temáticas não contemplam uma realidade mais complexa, não percebem um conjunto em inter-relações social e ambiental. Assim, o resultado se dá em uma ação educativa focada apenas na mudança do comportamento do indivíduo, esperando automaticamente a transformação da sociedade (VIEGAS; GUIMARÃES, 2004). Segundo os autores uma ação educativa que não seja capaz de contribuir significativamente na transformação de uma realidade, através da formação de cidadãos ativos, só permitirá a conservação da realidade tal qual como está, e então “*temos a predominância de uma educação ambiental conservadora que pouco contribui na superação da grave crise ambiental e na construção de um mundo melhor*” (VIEGAS; GUIMARÃES, 2004, p. 58).

A proposta PI-J02 trata do Programa *Coleta seletiva solidária*, sendo cadastrado um documento técnico sobre a implantação da coleta seletiva no município, constando o seguinte cronograma de execução:

11.1 – DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA JUNTO À COMUNIDADE

Compreende a primeira etapa antes do início da coleta, devendo então acontecer ações de sensibilização e informação a respeito do programa e do lixo. O projeto prevê a realização de diversas inserções na rádio local, principalmente nos horários em que as donas de casas estiverem ouvindo determinado programa de seu interesse, aumentando dessa forma as chances de se atingir o público alvo...

11.2 – DA COLETA DO MATERIAL

Definida o dia/hora da coleta, os carrinhos sairão de um local pré-determinado para fazer a coleta do material. De muita valia será a contribuição da divulgação nesse dia através da rádio local e do som ambulante. Através de parcerias junto ao comércio local deverá ser adquiridos cinco carrinhos para a realização da coleta. É interessante criar uma identificação própria, como, por exemplo, utilizar as cores convencionadas da reciclagem, a fim de garantir a entrega do material reciclável somente ao Agente Coletor, o qual faz parte da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Jardim...

11.3 – DA TRIAGEM DO MATERIAL COLETADO

A implantação da coleta seletiva deve prever a separação dos materiais na própria fonte geradora, evitando a sua contaminação e outros inconvenientes. Para a implantação deste sistema, os resíduos gerados pelos domicílios são separados apenas os recicláveis, compostos por papel, papelão, vidro, metal e plástico...

12.0 – PROCESSO DE AVALIAÇÃO CONTÍNUA

O gerenciamento do processo de coleta seletiva não é tarefa fácil, nem existem fórmulas específicas ou projetos prontos, estes quando implantados necessitam serem monitorados e avaliados constantemente, onde as dificuldades e erros apresentados aos poucos vão sendo eliminados.

A avaliação deverá ser realizada através de reuniões com os Agentes Coletores e técnicos da Prefeitura Municipal, onde as discussões no início da implantação deverão acontecer semanalmente, sendo então passado a ser realizadas quinzenalmente (PI-J02).

A estrutura e organização da ação demonstra a intenção de um programa para a implantação da Coleta Seletiva, ainda que envolva a divulgação e estratégias educativas para a comunidade. Assim, não entendemos que a ação trata de um Programa de EA do município de Jardim. Ainda que em poucos momentos o programa trabalhe algumas destas características educativas, o programa trata de um instrumento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que inclui a ação de comunicação e informações para a separação correta dos resíduos.

As inconsistências pontuadas ao longo da proposta são reafirmadas no momento da descrição dos resultados, onde é descrito em tópicos, não permitindo identificar adequadamente a abordagem avaliativa.

1 - participação da comunidade no programa; 2 - diminuição do volume de resíduos sólidos; 3 - melhoria da qualidade de vida dos membros da associação dos catadores (PI-J02).

O proponente - município de Jardim (polo da Região Sudeste) apresentou duas propostas finalizadas no cadastro do SisEA/MS, denotando pouca representatividade para compreender a visão geral das ações para esta região. Deste modo, seguindo os critérios estabelecidos nos procedimentos metodológicos desta pesquisa, incluímos para a região Sudeste as ações cadastradas do proponente – município de Bonito, e que estão apresentadas a seguir.

A proposta PI-B01 trata de uma ação em comemoração a *Semana da Árvore* realizada em 2015, a partir dos seguintes objetivos: *Buscar despertar a conscientização sobre a importância e benfeitorias que as árvores possuem e principalmente seus benefícios para o planeta e todos os seres vivos* (PI-B01). A intervenção pedagógica compreende palestras e demais atividades recreativas, descritas pelo proponente conforme o trecho a seguir:

Em comemoração ao Dia da Árvore celebrado anualmente no dia 21 de setembro, a SEMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente em parceria com a ONG Instituto das Águas da Serra da Bodoquena – IASB, realizará ciclo de palestras referente à importância das árvores, o processo da fotossíntese e a produção de oxigênio, benefícios e benfeitorias, para alunos da rede pública de ensino municipal entre a faixa etária de 07 a 14 anos. Paralelo a isso, com o objetivo principal de sensibilizar não só os mesmos, mas também a população bonitense e todos que estiverem presentes acontecerão no dia 21 uma série de atividades, incluindo doações de mudas e brincadeiras educativas ligadas ao tema na praça central do município (PI-B01).

Os resultados são apresentados a partir de parâmetros quantitativos, excluindo considerações sobre o processo educativo: *Escolas Participantes: 06; Alunos Atendidos: 605; Professores Presentes: 35; Sensibilização direta: 640 pessoas; Sensibilização indireta: 1.400 pessoas; Quantidade de mudas doadas: 1.150* (PI-B01).

As propostas PI-B06 e PI-B18 tratam de ações realizadas em comemoração ao *Dia Mundial Da Água*, realizadas em 2015 e 2017, respectivamente. Os objetivos das ações demonstram o enfoque de uma visão fragmentada da questão ambiental:

A atividade tem como objetivo levar à reflexão sobre a importância dos rios e seus afluentes pertencentes em nossa região e o papel fundamental da conservação das matas ciliares (PI-B06).

A atividade tem como objetivo a conscientização, sensibilização e orientação quanto ao descarte correto de resíduos a fim de minimizar os impactos causados na comunidade (PI-B18).

Os procedimentos metodológicos das ações estão de acordo com as orientações de uma perspectiva educativa conservadora, visto que as propostas não aprofundam os fundamentos teóricos adotados na realização da palestra em uma perspectiva reflexiva ou acabam reduzindo para uma ação pontual prática, voltada para uma resolução técnica com a limpeza de uma área natural: *A atividade será desenvolvida com uma palestra no espaço físico da instituição com o auxílio de um retroprojektor com imagens da Bacia Hidrográfica da região e seus afluentes (PI-B06) e A atividade foi desenvolvida com a realização de um mutirão de limpeza, às margens do Córrego Bonito (PI-B18).*

Os resultados corroboram com a narrativa apresentada nas etapas anteriores:

Foi apresentada uma palestra sobre os rios e córregos pertencentes à Bacia Hidrográfica da região e sua importância para o meio ambiente. Também foram repassadas informações referentes à proteção das matas ciliares. Houve a participação de mais de 40 envolvidos (PI-B06).

Participação de 40 alunos que realizaram o mutirão de limpeza foi repassada informações referentes às matas ciliares. O Mutirão teve também como objetivo, capacitar lideranças para desenvolver, após o término da limpeza, um trabalho contínuo de educação ambiental, visando, além, da prevenção de doenças e melhoria das condições de vida daquela comunidade, suscitar sentimentos de responsabilidade, solidariedade, iniciativa e respeito mútuo (PI-B18).

As propostas analisadas (sobre a Semana do Meio Ambiente e Dia da Água), ainda que distintas nas intenções dos temas, possuem similaridade enquanto ação pontual inseridas em uma vertente conservadora. Os conceitos e termos reflexivos quando citado nos objetivos das ações muitas vezes não expressam o processo educativo reflexivo genuíno, sendo descrito de forma acrítica e apolítica, ou seja, esvaziados teoricamente. Ainda, os procedimentos metodológicos não abordam como o caráter reflexivo está presente nas atividades.

Segundo Santos e Guimarães (2020), os princípios da EA com intencionalidade transformadora, para a promoção da reflexão crítica e indignação ética são potencializadores de práticas que visam a transformação social, pautadas em emoções que constituem o nosso ser humano e natural, e que não parecem associados nas análises textuais anteriores. Em uma pesquisa sobre as análises de práticas educativas os autores concluem que as questões ambientais abordadas em ações como no *Dia Do Meio Ambiente*”, *Dia Da Água*, ou até mesmo no *Dia Da Árvore*, ocorrem de forma pontual. E, que ainda que os docentes possuam uma visão crítica sobre os diversos assuntos, permanecem imobilizados para superar essas práticas diante das dificuldades como: falta de tempo, falta de suporte, falta de investimento, falta de qualificação e/ou falta de reconhecimento (SANTOS; GUIMARÃES, 2020),

contextos que também podem ser projetados para a realidade das ações em análise, realizadas no âmbito da gestão ambiental pública.

Deste modo, entendemos que os padrões de discursos vazios identificadas nas práticas discutidas por Santos e Guimarães (2020) também estão presentes neste estudo, em diferentes contextos (formal e não –formal), com propostas pontuais e ausentes de reflexões, que são defendidas na perspectiva freireana para uma EAC. Segundo Guimarães e Plácido (2015) a reflexão crítica na perspectiva dos estudos Freireanos, e que estão ausentes nas propostas analisadas, se daria pela práxis, isto é, na relação reflexão-ação-reflexão, possibilitando ao educador ambiental uma intervenção educacional processual, ultrapassando o “agir no automático” ou “pontual”.

As propostas PI-B03, PI-B04, PI-B05, realizadas em 2015, PI-B16, de 2018, PI-B20 e PI-B21, ambas de 2020, tratam de ações pontuais organizadas em mutirão de limpeza em diversos espaços públicos do município de Bonito-MS, como a Escola Rural Águas Do Miranda, Escola Municipal Manoel Inácio De Farias, Rodovia Bonito – Balneário, Córrego Bonito, Córrego Restinga e Córrego Marambaia/Saladeiro.

Os discursos presentes nos objetivos das propostas tratam de narrativas comuns sobre a limpeza de um determinado local, com a retirada de resíduos e a sensibilização sobre a importância do manejo adequado dos resíduos, sobretudo a contribuição para a saúde pública e ambiental:

A atividade tem como objetivo a conscientização, sensibilização e orientação quanto ao descarte correto de resíduos a fim de minimizar os impactos causados na comunidade, conseqüentemente a proliferação do mosquito (*Aedes Aegypti*) contribuindo com a saúde pública e ambiental (PI-B03, PI-B04, PI-B05).

Recolher o Máximo de lixo depositado nas margens do córrego. O Mutirão tem por objetivo conscientizar as pessoas da importância da conservação do meio ambiente (PI-B16).

Envolver a coleta de resíduos ao redor do Córrego promovendo a conscientização e sensibilização da população local para as questões ambientais e afim de minimizar criadouros para o *Aedes Aegypti* no local (PI-B20).

Sensibilizar sobre a questão ambiental e a importância do descarte adequado dos resíduos. Envolver a população Bonitense com o turismo sustentável da região (PI-B21).

Dentre as propostas PI-B03, PI-B04, PI-B05, PI-B16, PI-B20 e PI-B21 apenas duas estiveram voltadas a um momento de discussão com palestras, oportunizando minimamente a

orientação, sensibilização e reflexão à comunidade. As demais propostas trataram de intervenções práticas de limpeza e manejo ambiental, sem um caráter educativo explícito.

As propostas PI-B07 sob o título *Dia Mundial da Reciclagem*, realizada em 2015, PI-B12 *Semana da Reciclagem* e PI-B22 *Palestras Educativas*, de 2020, envolveram a temática reciclagem, conforme os objetivos apresentados:

Promover uma reflexão sobre a importância da reciclagem para a coleta seletiva, como é realizado todo o processo de Gestão dos Resíduos Sólidos do Município, também conhecer o trabalho da Associação de Catadores e o nosso papel na sociedade para colaborar por um mundo mais reaproveitável e menos descartável (PI-B07).

Promover uma reflexão sobre a importância da reciclagem para a coleta seletiva, como é realizado todo o processo de Gestão dos Resíduos Sólidos do Município de Bonito (PI-B22).

Apoiar o Projeto AquaPET com a coleta e transporte de garrafas PET, através de palestras nas escolas municipais via sensibilização escolar e implantação de coletores de garrafas PET (PI-B12).

Após as análises dos discursos textuais verificamos que muitas ações discutem de forma fragmentada um tema tão complexo como os resíduos sólidos, limitando à reciclagem, informações sobre o processo de separação e como a comunidade pode contribuir através de uma conduta “correta”, com a participação da coleta seletiva do município, conforme as intervenções descritas a seguir:

A atividade será uma visita técnica até a UPL de Bonito onde será feito uma explicação passo a passo entre os setores da UPL, para que os envolvidos possam acompanhar e observar todo o processo de separação, acondicionamento e destinação final de materiais recicláveis provindos do programa de coleta seletiva do município o “Programa Recicla Bonito”. Poderão visualizar desde resíduos orgânicos com as leiras de compostagem, até os materiais secos como, por exemplo, papel, alumínio entre outros. As crianças serão organizadas próximas aos setores de forma que todas possam olhar e interagir (PI-B07).

Utilizou-se de palestras sobre a importância da reutilização de produtos feitos com plástico e suas implicações caso sejam depositados erroneamente no meio ambiente. Instalou-se em cada escola onde ocorreram as palestras, um Ecoponto simples de Ecobag reutilizado material de baixo custo e fácil instalação, onde após um período de uma semana foi realizada a coleta e o transporte até a comunidade do Distrito de Águas do Miranda (PI-B12).

As palestras realizadas dentro das escolas municipais e estaduais mostrando passo a passo entre os setores da UTR (Unidade de Tratamento de Resíduos) e terminal de transbordo (Aterro Controlado) para que os alunos possam acompanhar e observar todo o processo de separação, acondicionamento e destinação final de materiais recicláveis provindos do programa de coleta

seletiva do município o “Programa Recicla Bonito (PI-B22). Participação mais de 200 crianças entre 06 e 16 anos envolvendo 6 escolas do município (PI-B22).

Os trechos a seguir se inserem em uma proposta ingênua sobre a mudança de comportamento (nova postura frente à separação dos materiais), a partir de uma palestra pontual ou visita técnica em uma Unidade de Processamento de Lixo (UPL).

Foi possível mostrar a vivência de uma UPL e dos trabalhos da Associação Recicla Bonito, onde os participantes puderam perceber o ciclo de vida dos materiais recicláveis e a importância de se realizar a separação dos mesmos para a coleta seletiva. Assim, facilita o trabalho de triagem e contribui com a geração de renda e evitam o descarte de materiais reaproveitáveis e recicláveis e a utilização de matéria prima de recursos naturais. Houve a participação de 40 alunos e mais 03 educadores da instituição (PI-B07).

Envolvimento da comunidade escolar no tema de coleta seletiva, reciclagem, reuso, além da arrecadação de 3 toneladas de garrafas PET, fomentando o projeto Aqua PET. Foram envolvidas aproximadamente 500 crianças e 22 educadores, além dos demais servidores das escolas (PI-B12).

O tema lixo se apresenta como uma temática relevante, pois sua emergência fica evidente à medida que a frequência dessa temática está presente nas propostas em análise. Entretanto, é preciso perceber que para além de trazer a luz esse tema nas propostas em EA, é preciso de fato que essas ações estejam fundamentadas teoricamente para a resolução e transformação das questões que as envolvem. Não basta só fazer EA, é preciso fazer uma EA que se proponha para a transformação necessária. As abordagens verificadas neste estudo retratam parte da realidade das ações realizadas no contexto escolar, discutida por Layargues (2005):

Apesar da complexidade do tema, muitos programas de educação ambiental na escola são implementados de modo reducionista, já que, em função da reciclagem, desenvolvem apenas a Coleta Seletiva de Lixo, em detrimento de uma reflexão crítica e abrangente a respeito dos valores culturais da sociedade de consumo, do consumismo, do industrialismo, do modo de produção capitalista e dos aspectos políticos e econômicos da questão do lixo. E a despeito dessa tendência pragmática, pouco esforço tem sido dedicado à análise do significado ideológico da reciclagem, em particular da lata de alumínio (material que mais se destaca entre os recicláveis), e suas implicações para a educação ambiental reducionista, mais preocupada com a promoção de uma mudança comportamental sobre a técnica da disposição domiciliar do lixo (coleta convencional x coleta seletiva) do que com a reflexão sobre a mudança dos valores culturais que sustentam o estilo de produção e consumo da sociedade moderna. Essa prática educativa, que se insere na lógica da metodologia da resolução de problemas ambientais locais de modo pragmático, tornando a reciclagem do lixo uma atividade-fim, ao invés de considerá-la um tema-gerador para o questionamento das causas e

consequências da questão do lixo, remete-nos de forma alienada à discussão dos aspectos técnicos da reciclagem, evadindo-se da dimensão política (LAYARGUES, 2005, p. 198).

As propostas PI-B10 *Dia Nacional da Botânica*, de 2015, PI-B17 *Dia da Terra*, de 2017, e PI-B14 *Dia da Árvore*, de 2018, tratam de ações pontuais realizadas para o cumprimento de um calendário comemorativo. Os objetivos são descritos com elementos textuais distintos, entretanto as narrativas revelam certa similaridade por práticas que visam à experiência, sensibilização pela vivência e o despertar do sentimento de pertencimento e que estão alinhados em uma vertente naturalista e romântica da EA, abordados na macrotendência conservadora.

Demonstrar na prática a importância das árvores e o seu processo de desenvolvimento e buscar despertar nos envolvidos uma consciência mais ecológica, por meio da interação e contato com as espécies (PI-B10).

Promover uma melhor percepção do meio, possibilitando uma reflexão individual e coletiva das questões urbano-ambientais, utilizando experiências vividas como estímulo a mudanças de atitudes e a disseminação dessas ideias aos demais membros da comunidade (PI-B17).

Os objetivos principais desta atividade é o manejo da Arborização Urbana no Município; promover a arborização como um instrumento de desenvolvimento urbano e qualidade de vida; implantar e manter a arborização urbana visando à melhoria da qualidade de vida e o equilíbrio ambiental; e integrar e envolver a população, visando à manutenção e a preservação da arborização urbana (PI-B14).

As intervenções em PI-B10, PI-B17 e PI-B14 estão fundamentadas a partir dos respectivos objetivos, e tratam de ações que buscam resoluções imediatas em uma abordagem tradicional com o plantio de mudas, palestras educativas e práticas extra sala de aula.

Desenvolver um trabalho prático de limpeza de tubetes retirando espécies daninhas que contribuem com a dificuldade do desenvolvimento das mesmas, onde a criança sairá da extra sala e terão experiências próprias, possibilitando a ampliação de seu conhecimento, mostrando a importância, desenvolvimento e benefícios que os as plantas possuem com o apoio de profissionais que atuam na área e com vasta experiência e conhecimento (PI-B10).

O Universo Sustentável lembra, que todas as pessoas podem fazer a diferença nesse dia com pequenas atitudes: Plantar uma nova muda, reduzir o consumo de carnes, diminuir o gasto de água entre tantas outras negatividades ao planeta esse tema foi passado para os alunos do projeto para conscientizar e ajudar na criação de novos hábitos (PI-B17).

A realização de uma palestra para 40 alunos do 6º ano da Escola Municipal Durvalina Dorneles Teixeira, realizada no viveiro municipal, após isso os alunos foram levados até a rotatória da Vila Machado onde foi realizado o plantio de 16 mudas de ipês sendo 6 ipês amarelos e 6 brancos fazendo um círculo ao redor da rotatória. Contamos também com o plantio de 14 ipês de

cores variadas na Avenida Heron do Couto, os 30 alunos do 7º ano da Escola Durvalina Dorneles Teixeira realizou o plantio com auxílio dos técnicos da SEMA (PI-B14).

A ação pontual PI-B08 denominada *Palestras Animais Peçonhentos 2015* apresentou os objetivos, metodologias e resultados:

Possibilitar a linguagem oral e desenvolver o raciocínio e a criatividade dos envolvidos, a fim de diferenciar os aspectos positivos e negativos da convivência com indivíduos peçonhentos na vida doméstica e conhecer características comuns e diferentes entre as espécies (PI-B08).

Aplicar palestras onde a criança sairá da extra sala e terá experiências próprias, possibilitando a ampliação de seu conhecimento, mostrando a importância e benefícios que os animais peçonhentos possuem em nossas vidas com o apoio de profissionais que atuam na área e com vasta experiência e conhecimento (PI-B08).

Com a palestra os alunos do Instituto Mirim Ambiental de Bonito/MS puderam enriquecer seus conhecimentos com informações sobre a espécie e também poder ter o contato físico com a mesma, a fim de desmistificar seus medos e despertar a concepção da importância que possuem para o equilíbrio ecológico. Participaram da ação 40 envolvidos, incluindo 2 professores (PI-B08).

A proposta apresenta alguns elementos textuais que anunciam discursos alinhados a uma concepção tradicional de EA. Nos trechos *conhecer características comuns e diferentes entre as espécies* e *possibilitando a ampliação de seu conhecimento, mostrando a importância e benefícios que os animais peçonhentos possuem em nossas vidas*, podemos verificar a valorização da dimensão da transmissão dos conhecimentos ecológicos. O enfoque sobretudo visando a transformação individual de comportamentos, a partir de sua conscientização estão evidentes no trecho a seguir: *puderam enriquecer seus conhecimentos com informações sobre a espécie... a fim de desmistificar seus medos e despertar a concepção da importância que possuem para o equilíbrio ecológico* (PI-B08).

A análise discursiva da proposta visa à ampliação e crescimento cognitivo, mas numa perspectiva bancária denunciada por Paulo Freire como repositório de conteúdos, para o alcance de uma nova visão (percepção) sobre os animais peçonhentos e automaticamente uma postura voltada à conservação ambiental. Guimarães e Vasconcellos (2006) em seus estudos sobre a análises das tendências em EA de processos formativos relatam que o estabelecimento de relações simplistas e lineares e a proposição de práticas pouco inovadoras, caracterizaram-se como indicativos de baixa associação entre reflexão e ação, teoria e prática, numa

perspectiva pouco crítica, não referenciada por um pensamento complexo, e que parecem permear os pressupostos encontrados nas análises de PI-B08.

As propostas PI-B02 *Pedalada Ecológica 2015* e PI-B13 *Hora do Planeta 2017* tratam de ações pontuais que visam através de uma ação recreativa buscar a sensibilização ambiental sobre determinados temas:

O objetivo principal da ação é incentivar juntamente com os alunos do Instituto Mirim ambiental uma reflexão sobre o uso excessivo do automóvel para toda a comunidade, além de propor as pessoas que dirigem todos os dias que revejam a dependência que criaram em relação ao carro ou moto (PI-B02).

No dia 25 de Março as luzes da Praça da Liberdade foram apagadas em atenção a um evento ambiental de alcance global, denominado Hora do Planeta, criado e desenvolvido pela WWF, ONG que trabalha em causas ambientais. Houve ainda a confecção de camisetas em parceria com a iniciativa privada e um passeio ciclístico noturno foi oferecido aos participantes, além de um telão com diversas apresentações de cunho ambiental (PI-B13).

Os pressupostos metodológicos foram descritos de forma não permitir o aprofundamento dos discursos textuais e ideológicos, entretanto podemos identificar que envolvem ações recreativas e esportivas simbólicas para alertar sobre as questões ambientais em xeque.

Preparar a saída dos alunos com orientações do percurso a ser cumprido de bicicleta. Local: A atividade dará início no Instituto Mirim Ambiental com orientações do percurso sobre trajeto e segurança. Aulas teóricas: preservação do meio ambiente pelo uso da bicicleta como transporte, leis de trânsito, postura adequada para pedalar, equipamentos de segurança, atividade física para a promoção da saúde. Aulas práticas: alongamento global, postura adequada para pedalar, utilização correta dos equipamentos de segurança e técnicas de pedalada. Preparação dos participantes para integrarem a equipe de ciclismo. Participação em eventos e realização de provas e passeios ciclísticos (PI-B02).

Desligar as luzes da praça central e demais adeptos durante uma hora no dia. Passeio ciclístico com uma hora de luz apagada na praça principal com exibição de filme de cunho ambiental (PI-B13).

As ações realizadas denunciam os fundamentos da vertente Pragmática da EA, que segundo Layrargues (1999) possui um potencial caráter empobrecedor de sua prática, que se expressa por meio de duas características complementares: 1) a incessante busca por ações factíveis que tragam resultados concretos e da conservação do status quo, que na EA se

enquadra na perspectiva da “atividade-fim”, e 2) a dispensa da reflexão que permita a compreensão dos fundamentos e relações causais dos problemas ambientais.

Essa ausência de reflexão deriva da crença na neutralidade da ciência e da tecnologia e resulta em uma percepção superficial e despolitizada das relações sociais e de suas interações com o ambiente. A lógica e a repetitividade dos programas de estímulo e a divulgação às melhores práticas de sustentabilidade, bem como campanhas interativas, a exemplo da *Hora do Planeta* e festivais culturais de entretenimento, encaixam-se nessa perspectiva, como um forte instrumento ideológico de propaganda e cristalização desse caráter reducionista (LAYRARGUES, 2012b), e que estão representados nas propostas que discutimos anteriormente.

As propostas PI-B19 *Campanha Faça Bonito 2017* e PI-B15 *Coleta De Lixo Eletrônico 2018* tratam de ações pontuais que visam à resolução de problemas, voltados à gestão ambiental a partir de questões diversas, conforme delimitado nos objetivos:

Uso consciente, visa reduzir o fornecimento de copos de plásticos descartável de toda prefeitura evitar despesas, reduzir a produção do resíduo sólido e reeducar para a prática de hábitos saudáveis e sustentáveis (PI-B19).

Sensibilizar a população para o descarte correto do lixo eletrônico (PI-B15).

Os procedimentos metodológicos e resultados estão fundamentados em ações que visam a resolução técnica com destinação correta dos resíduos e o não uso de descartáveis no setor público, anunciando ações resolutivas na perspectiva conservadora da EA, conforme as descrições apresentadas pelo proponente:

A secretaria de Meio Ambiente disponibilizou uma barraca na Praça da Liberdade como ponto de coleta dos resíduos (PI-B15).

A prática e a responsabilidade sustentável deve começar em cada um de nós, estendendo para dentro de nossas casas, para o ambiente corporativo e para o meio em que vivemos (PI-B19).

Os resultados foram satisfatórios, pois além da população, várias empresas do município aderiram à ação e levaram até o ponto de coleta instalado na Praça da Liberdade para dar a destinação adequada todos os resíduos coletados totalizaram cerca de 5 mil toneladas (PI-B15).

Considerando uma frequência de média de uso de café, chá e água quatro vezes ao dia, em 20 dias úteis nos onze meses de trabalho por ano, produz um resíduo de 880 copos descartáveis x 730 servidores o gasto era de 640,400 copos. Conseguimos banir os copos descartáveis de todas as repartições públicas cada servidor recebeu seu copo de 200 ml, na cor branca e, com a logo tipo do município e o nome de cada servidor (PI-B19).

As análises para esta região apontaram que as poucas propostas inseridas pelo município polo Jardim não viabilizaram a compreensão de como ocorre a EA, no âmbito da gestão ambiental pública municipal. Enquanto que, para o município de Bonito verificamos alguns aspectos relevantes sobre a dinâmica da realização da EA pelo proponente.

Verificamos o cadastro de ações pontuais que visavam à comemoração de datas vinculadas a um calendário como Semana da Árvore, Dia da Água, Botânica e Dia da Terra, que também estão presentes em outros proponentes.

A temática resíduos sólidos foi contemplada em diversas ações a partir da realização de palestras, de eventos em comemoração ao *Dia da Reciclagem*, execução de programas de coleta de lixo eletrônico, além de mutirões de limpeza. A prevalência dessa temática também foi unânime para os demais proponentes analisados, e podem sugerir a preocupação dos proponentes para a resolução de problemas relacionados à coleta seletiva e adequada disposição dos resíduos nos municípios.

As intervenções práticas executadas muitas vezes não atendem os pressupostos teóricos definidos nos objetivos das ações, desdobrando em propostas em uma perspectiva resolutiva dos problemas ambientais (eliminar criadouros de vetores e descartar os resíduos inadequados nos locais, por exemplo). Essas ações não propõem uma reflexão crítica, e acabam consolidados por uma racionalidade dominante, pois não “atacam” a raiz do problema. O educador (formulador) da proposta, em sua grande maioria demonstra estar bem-intencionado e empenhado em desenvolver ações de EA, mas se mantém distante ao posicionamento crítico das questões problematizadas, corroborando com o pensamento de Guimarães e Medeiros (2016):

Não é que haja uma aceitação do discurso dominante por parte dele, mas ao reproduzir (inconscientemente) a forma hegemônica de ver o mundo, não se produz um tensionamento por uma prática diversa e, assim, a prática resultante, é reprodutivista na constituição do real (GUIMARÃES; MEDEIROS, 2016, p. 53).

Layrargues (2005) já discutia como as propostas educativas abordam a questão socioambiental de forma reduzida e fragmentada, e que até hoje permanecem impregnadas nesse consciente coletivo, como observamos dos discursos analisados nesse estudo. A única possibilidade para essa superação é através do conhecimento sobre a EA, principalmente em sua vertente crítica e o que significa ser um educador ambiental. Ademais, Guimarães e Medeiros (2016) acrescenta que para a superação dessas práticas que se enquadram em uma vertente conservadora é preciso buscar a ruptura dessa armadilha paradigmática, ou seja,

É necessário provocar, pela práxis pedagógica, o estranhamento da visão dominante pela reflexão crítica que se fertiliza na prática conjunta diferenciada (fundamentalmente no coletivo) e que promove condições concretas e simbólicas novas que permitem a percepção e vivência de uma experiência pedagógica diferenciada (GUIMARÃES; MEDEIROS, 2016, p. 53).

5.4.2.9 Região Sul-Fronteira

Os municípios da Região Sul-fronteira fazem fronteira com a República do Paraguai e carregam grande influência cultural na música, na dança e na culinária guarani, especialmente os município de Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul, e Pero Juan Caballero que possuem forte relação comercial e empresarial (Semade, 2015). A região tem uma das mais baixas taxa de urbanização de Mato Grosso do Sul, com grande incidência de aldeias indígenas ocupando seu espaço territorial (Semade, 2015).

No setor agropecuário as culturas de soja e milho representam grande destaque e juntas são responsáveis por 77,0% da área agrícola da região. A erva-mate tem relevância cultural e oportuniza como alternativa econômica para a região, sendo um produto importante para a manutenção da tradição da cultura do chimarrão e do tereré, muito difundidos pela população fronteiriça. A produção dos ervais da Região se destina às indústrias de beneficiamento localizadas principalmente em Amambai, Ponta Porã e Tacuru, sendo também direcionada à indústria de chá (Semade, 2015).

A pecuária de corte é uma atividade importante na região, expandindo também a criação de suínos e aves de corte. Os principais ramos industriais estão ligados à indústria frigorífica, curtume, erva-mate e produção de fécula de mandioca. Ponta Porã é o maior polo econômico e demográfico, sendo definido como município polo da região (Semade, 2015).

As análises qualitativas seguem sendo realizadas a partir das propostas finalizadas inseridas para esta região, incluindo as três demandas de cadastro no SisEA/MS, que estão distribuídas nos municípios de Ponta Porã e Amambai. Para as análises das propostas da demanda Programa ICMS Ecológico foi definido o município de Ponta Porã como polo da região Sul Fronteira (Figura 71). Entretanto, considerando a pouca representatividade de propostas do município polo Ponta Porã, acrescentamos nas análises as propostas cadastradas para o município de Amambai.

Figura 71. Distribuição das propostas finalizadas definidas para a análise da Região Sul Fronteira



E = Ações finalizadas para a demanda Ação espontânea e Outras Demandas; PI = Ações finalizadas para a demanda Programa ICMS Ecológico. As ações estão relacionadas de acordo com os códigos de identificação nos Anexos 3, 4 e 5.

Fonte: Organização da autora, adaptado de SEMADE (2015) a partir dos dados disponibilizados no SisEA/MS

Foram utilizados para as análises os fragmentos dos elementos textuais das propostas optando por transcrevê-las *ipsis litteris* ao longo dos resultados, mantendo-se inclusive as eventuais incorreções do ponto de vista ortográfico ou gramatical.

A proposta E9 possui abrangência para outras regiões do Estado, assim foi anteriormente apresentada nas análises para a Região de Dourados.

A proposta PI-PP01 trata de uma ação pontual, realizada em 2016, denominada *Conhecimento Do Material Da Sala Verde Em Ead*, que teve os seguintes objetivos: *Conhecer os materiais, destinados aos estudantes, doados pelo projeto sala verde, do ministério do meio ambiente e, em formato ead*. Não identificamos nos elementos textuais o caráter educativo da proposta, sugerindo que a ação tratou do recebimento e distribuição dos materiais referente ao Projeto *Sala Verde*, conforme o trecho em destaque:

O projeto sala verde foi um projeto lançado pelo ministério do meio ambiente através de envio para aprovação dos projetos. O município de Ponta Porã foi aprovado. Anualmente vem o material para a prefeitura municipal. Estado para as escolas para ser usada por professores e alunos como material de apoio às disciplinas (PI-PP01).

A ação PI-PP01 poderia conferir um viés educativo caso o conteúdo da proposta tratasse do cadastro de atividades realizadas no contexto do projeto Sala Verde³⁰, ofertadas nas escolas a partir do material recebido, por exemplo.

A proposta PI-PP02 trata de uma ação pontual sobre a realização do evento *Semana do meio ambiente 2019*, que teve como objetivo:

Promover atividades educativas para alunos e professores das redes públicas e privadas de diferentes níveis e modalidades de ensino, além da comunidade geral ponta-porანense, para informar e sensibilizar a população de maneira a transformá-los em multiplicadores de informações e conhecimentos relacionados aos temas de conservação, sustentabilidade, resíduos sólidos, coleta seletiva e saneamento básico para garantia de um meio ambiente equilibrado para a atual e futuras gerações (PI-PP02).

Os discursos textuais da proposta metodológica estão alinhados com a vertente de uma EA conservadora, visto que as práticas utilizadas demonstram uma percepção das questões de forma pragmática e reduzida:

No primeiro dia foram realizadas as seguintes ações: 1. Apresentação cultural de música; 2. Demonstração de vídeo institucional; 3. Discurso do prefeito Hélio Peluffo Filho; 4. Palestra do promotor dr. Gabriel da Costa Rodrigues Alves; 5. Apresentação das etapas de diagnóstico situacional e prognóstico do programa de coleta seletiva; 6. Entrega de mudas.

No segundo dia... Entrega de mudas para a população geral na Avenida Brasil. Foi realizada a palestra sobre reduzir, reutilizar e reciclar – estratégias para conservar o planeta, aplicada para os alunos da rede municipal de ensino.

No terceiro dia...Entrega da premiação da gincana dos desenhos para 10 alunos da rede municipal de ensino (PI-PP02).

O proponente - município de Ponta Porã (polo da Região Sul Fronteira) apresentou duas propostas finalizadas no cadastro do SisEA/MS, denotando pouca representatividade e de forma insuficiente para compreender o panorama geral das ações para esta Região. Deste modo, seguindo os critérios estabelecidos nos procedimentos metodológicos desta pesquisa, incluímos para essa Região as ações cadastradas do proponente – município de Amambai, e que estão apresentadas a seguir.

³⁰ O Projeto Salas Verdes é uma iniciativa do Departamento de Documentação do Ministério do Meio Ambiente que consiste no incentivo à implantação de espaços socioambientais para atuarem como potenciais Centros de Informação e Formação ambiental.

A Campanha PI-A16 *Nossa Árvore, Nossa Vida* e PI-A15 *Blitz Ecológica No Semáforo*, realizadas em 2015, e as ações pontuais PI-A11 *Dia da Árvore 2017*, PI-A05 *Dia da Árvore 2018* e PI-A01 *Dia da Árvore 2019* envolveram ações com objetivos similares:

Ensinar e conscientizar os alunos sobre a importância das árvores para nós e para o ecossistema (PI-A16).

Conscientizar a população sobre como as árvores cooperam para a nossa qualidade de vida (PI-A15).

[...] reconhecer e conscientizar sobre a importância de espaços arborizados, bem como a preservação do meio ambiente (PI-A11).

Despertar a consciência para a necessidade da preservação e conservação das árvores (PI-A05).

Despertar a consciência para a necessidade da preservação e conservação das árvores e promover o plantio de mudas de ipê (PI-A01).

As ações correspondem a uma percepção naturalista da questão ambiental, não percebendo o homem como parte das relações estabelecidas. A vertente verificada a partir dos objetivos se concretiza ao fundamentar as atividades realizadas, que são analisadas a seguir.

Plantio de mudas na área de proteção permanente do córrego panduí e diálogo com os alunos Participação dos alunos do 9º ano da escola municipal Flávio Derzi (PI-A16).

A secretaria Municipal de Meio Ambiente SEMAI, comemorou na quinta-feira dia 21 de Setembro de 2017 o Dia da Árvore na praça central de Amambai Coronel Valencio de Brum, onde se fizeram presentes as autoridades, funcionários públicos, professores, alunos e comunidade em geral. Na abertura do evento foi ressaltado os benefícios da arborização para o nosso cotidiano. Foi realizado o plantio de mudas de ipês, mognos, e erva-mate, em pontos estratégicos e definidos pela arquiteta e o técnico agrícola da Prefeitura Municipal de Amambai. A praça central tem um servidor municipal que faz a manutenção da área, ele auxiliará na manutenção das mudas após o plantio. A programação também teve peça teatral apresentado pelos alunos da Escola Estadual Mbo`eroy Guarani Kaiowá com o tema “ultima árvore a ultima vida”, e brincadeira de slackline com os alunos. Entrega de panfletos pelos servidores da SANESUL (Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul) (PI-A11).

A secretaria Municipal de Meio Ambiente SEMAI, comemorou na sexta-feira dia 21 de Setembro de 2018 o Dia da Árvore na praça central de Amambai Coronel Valencio de Brum, como parte da programação de aniversário da cidade, onde se fizeram presentes as autoridades, funcionários públicos, professores, alunos e comunidade em geral. Na abertura do evento foi ressaltado os benefícios da arborização para o nosso cotidiano. A programação também teve peça teatral apresentado pelos alunos da Escola Estadual Mbo`eroy Guarani Kaiowá com o tema “cuidando das árvores” (PI-A05).

A secretaria Municipal de Meio Ambiente SEMAI, comemorou na sexta-feira dia 20 de Setembro de 2019 o Dia da Árvore no Parque da Cidade, onde se fizeram presentes as autoridades, funcionários públicos, professores, alunos e comunidade em geral. Na abertura do evento foi ressaltado os benefícios da arborização para o nosso cotidiano. Neste ato foram plantas mudas de ipê no interior do parque (PI-A01).

As intervenções em sua maioria envolveram o cerimonial de eventos, com a apresentação de teatro ou plantio de mudas, quase sempre habituais a essas datas comemorativas. Assim, os procedimentos metodológicos estão fundamentados na EA Conservadora visto que as práticas abordam exclusivamente a preservação das plantas, dos animais e do meio ambiente como um todo, pois é dele que o homem obtém recursos. Essa linha mais tradicional simplifica ou reduz fenômenos complexos da realidade (GUIMARÃES, 2007b), e alinha com uma postura conservacionista da EA resumindo a ações pontuais, desconectadas do todo, sobretudo comprometendo sua eficácia. Nesse sentido, verificamos que os resultados destacados nos elementos textuais abaixo corroboram com o pensamento conservador e naturalista das propostas:

Ao concluir as atividades os resultados obtidos foram satisfatórios, pois foi inculcido nos participantes uma responsabilidade e um compromisso de preservar as árvores e o meio ambiente em que estamos inseridos (PI-A05).

As ações pontuais PI-A10 *Semana do Meio Ambiente 2017*, PI-A08 *Semana do Meio Ambiente 2018* e PI-A02 *Semana do Meio Ambiente 2019* foram organizadas a partir dos mesmos objetivos nas respectivas edições:

Desenvolver ações que contribuam com a proteção do meio ambiente, como o adequado manejo de resíduos sólidos e o desenvolvimento sustentável (PI-A10, PI-A08 e PI-A02).

As ações PI-A02 e PI-A08 envolveram práticas semelhantes no detalhamento dos discursos textuais, apresentando temáticas e atividades pouco diversificadas entre as demais propostas:

A primeira palestra se iniciou com o preletor Clodoaldo Pereira dos Santos, gestor ambiental e presidente da COOPERCICLA (Cooperativa dos catadores de Materiais Recicláveis de Amambai) com o tema Reciclagem de Resíduos Sólidos. A segunda palestrante professora e doutora Zefa Valdivina Pereira, da UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados abordou o tema Sustentabilidade e Recuperação de Áreas Degradadas. Nos dias 6 a 9 de junho houve palestra sobre Educação Ambiental e confecção de brinquedos com materiais recicláveis nas escolas da Aldeia Amambai, Mitã Rory e Mbo`eroy Guarani Kaiowá, com a equipe de educação ambiental da SEMAI (PI-A10).

A secretaria de Meio Ambiente SEMAI, realizou um ciclo de palestra na semana do Meio Ambiente com palestras direcionadas ao público das escolas [...] Para trazer informações e conhecimentos, sustentabilidade, resíduos sólidos, coleta seletiva, para que possamos melhorar o nosso meio ambiente e a qualidade de vida para nós e as futuras gerações. Foi realizada coleta de lixo eletrônico na SEMAI, foi realizado o encerramento com atividades físicas... durante este evento foi lançada a Campanha Adote uma Caneca, promovida também pela Secretaria com o objetivo de eliminar o uso frequente e exacerbado de copos descartáveis (PI-A02).

As temáticas envolvendo resíduos sólidos tiveram maior destaque nas ações, discutidas por meio de palestras ou em ações do tipo resolutivas com a coleta de lixo eletrônico e a gestão ambiental com a eliminação do uso de descartáveis. As abordagens das temáticas sugerem uma perspectiva pragmática da EA, pois concebe o meio ambiente como um conjunto de recursos naturais em processo de esgotamento, destituído de componentes sociais nas questões apresentadas, e que muitas vezes se limitam ao “adestramento” para a destinação correta dos materiais.

É fato que as iniciativas ambientalmente corretas são importantes, entretanto corroboramos com Layrargues (2012) de que a proposta poderia ter expandido a discussão, apresentado uma leitura crítica da realidade, aproveitando o potencial da temática para uma reflexão sobre o padrão de geração do lixo e o modelo de produção e consumo advindos do pós-guerra, a obsolescência planejada e descartabilidade. A abordagem ideológica das propostas apontou para um viés pragmático, que para corrigir uma “imperfeição” do modelo de desenvolvimento estabelecido na sociedade moderna, acredita que a resolução do problema está atrelada a práticas tecnicistas, voltadas à gestão ambiental.

Enquanto que, na perspectiva crítica da EA as discussões vão mais a fundo para a resolução dos problemas em xeque, como discutir e desmistificar as promessas de felicidade e satisfação pelo consumo insaciável de mercadorias, fomentadas por ideologias difundidas a produção de mercadorias, quase sempre supérfluas, que geram um ciclo crescente entre consumir, descartar e comprar para saciar desejos que só existem à medida que se trabalha mais para consumir mais (LOUREIRO, 2020). Essas discussões trazidas pelo autor revelam uma sociedade que transforma até o lazer em mercadoria, criando uma espiral de frustrações, que refletem em outros indicadores como bem estar e qualidade de vida, e que poderiam fundamentar as discussões na maioria das propostas que tratam do tema Lixo de forma simplista e superficial, desconectada dos aspectos sociais, políticos e econômicos exigidos para um entendimento mais complexo do assunto em pauta.

As ações pontuais PI-A09 *Dia Mundial da Água 2017*, PI-A07 *Dia Mundial da Água 2018* e PI-A03 *Dia Mundial da Água 2019* foram formuladas com os objetivos comuns em todas as edições:

Sensibilizar e conscientizar a comunidade para a mudança de atitudes, principalmente quanto ao uso consciente da água, bem como a preservação dos mananciais (PI-A09).

As atividades envolveram intervenções esperadas para essa data comemorativa como a distribuição de material publicitário, plantio de mudas, mutirão de limpeza e realização de palestras. Os discursos textuais não oferecem maiores detalhes sobre os fundamentos pedagógicos, por exemplo, para compreender em qual perspectiva educacional as palestras foram estruturadas.

A SEMAI (Secretaria Municipal do Meio Ambiente) com apoio de outras secretarias, autoridades, estudantes do curso técnico agropecuário da Escola Lino do Amaral Cardinal, e representantes da sociedade amambaiense, plantaram mudas de árvores nativas da região e fizeram a retirada de lixo das margens do Córrego Areião que margeia a cidade pelo lado oeste. A ação também contou com o Grêmio Recreativo 11 de Novembro, que sediou o espaço, e da SANESUL (Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul), na distribuição de água mineral (PI-A09).

A SEMAI (Secretaria Municipal do Meio Ambiente) realizou um ciclo de palestras nas escolas municipais do ensino fundamental, abordando temas como a importância biológica, econômica, social, preservação de mananciais, o uso consciente dos recursos hídricos. No dia Mundial da água houve distribuição de panfletos e copos ecológicos no semáforo, a ação contou com a SANESUL (Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul) (PI-A07).

A SEMAI (Secretaria Municipal do Meio Ambiente) realizou a distribuição de cartilha sobre o uso consciente da água no semáforo, a ação contou com a participação de funcionários da SANESUL (Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul) (PI-A03).

Apesar das boas intenções nas propostas, a EA Conservadora está presente nos discursos analisados, e conforme Guimarães (2005) descreve essa vertente, não há aprofundamento da reflexão em consonância com as práticas e objetivos definidos, por fim os esforços são pouco produtivos.

Essas visões “românticas” de Educação Ambiental voltadas para o bem da humanidade através das transformações de algumas atitudes dos indivíduos, que não realizam uma crítica sobre as relações de poder engendradas pelo atual modelo de sociedade, não são tão ingênuas assim. Elas estão sendo construídas de acordo com uma intencionalidade que reflete uma concepção e que formula um projeto educacional comprometido com a manutenção

(preservação) desse modelo, mesmo que tendo em seu bojo propostas reformistas pelo viés de soluções tecnicistas e/ou mudanças das referidas atitudes individuais (GUIMARÃES, 2005, p. 36).

Contextualizando a proposta PI-A09, Dutra (2006) também verificou em uma pesquisa sobre EA no Ensino Formal, práticas que se resumem à compreensão de EA como conscientizadora, higienizadora e embelezadora do ambiente. Segundo a mesma autora, quando os professores delimitam as práticas de EA aos problemas imediatos que são observados na natureza, com intenções de limpá-la ou embelezá-la, tratam-na como “objeto”, e assim, deixam de priorizar questões que dizem respeito, por exemplo, a todo um histórico social e político-cultural, da mesma forma que foram constatadas nas propostas em análise nesta pesquisa, no âmbito da gestão ambiental pública.

As ações pontuais PI-A17 *A Educação Ambiental Chegou Na Minha Escola*, de 2014, PI-A04 *Palestra Nas Escolas 2017* e PI-A06 *Educação Ambiental nas Escolas 2018* tiveram objetivos similares, nas diferentes edições:

Conscientizar os alunos e moradores sobre a importância de preservar a fauna e a flora, e como isso nos afeta (PI-A17).

Criar uma nova mentalidade com relação a como usufruir dos recursos oferecidos pela natureza, criando assim um novo modelo de comportamento, buscando um equilíbrio entre o homem e o ambiente (PI-A04 e PI-A06).

As intervenções realizadas apresentaram atividades similares, chamando a atenção sobre as propostas formuladas para o ensino formal e que não demonstram a articulação e participação dos professores no seu planejamento e execução, distinguindo as práticas em:

Exposição de materiais de taxidermia animais silvestres; Teatro de fantoches; A importância das unidades de conservação e Palestra Água e energia elétrica (PI-A17).

Foi realizado uma palestra com os alunos do Instituto Eduardo Dutra Lescano (EDL) e a Escola Agrotécnica Lino do Amaral Cardinal... foi falado sobre a poluição, desmatamento, queimadas, extinção de animais e outros estimulando os alunos sobre a importância da preservação do Meio Ambiente. No Instituto EDL foi ministrado uma oficina de materiais reciclados, reutilizando garrafas pet em brinquedos como o bilboquê, estimulando a criatividade das crianças e ao mesmo tempo colaborar com o meio ambiente (PI-A04 e PI-A06).

Essas práticas implicam na perda do protagonismo do educador na produção do conhecimento e foram discutidas por Oliveira (2003) que alerta sobre a atuação de profissionais externos à unidade escolar no fazer pedagógico. Práticas prontas que são aplicadas no contexto escolar, sem um olhar atento aos temas emergentes à realidade local ou

projeto político pedagógico da escola, pode tornar o trabalho docente alienado, pela mediação de um agente externo que determina o que deve ser discutido e produzido.

Essas questões do ponto de vista da EA podem fragilizar e comprometer os processos educativos, pois como já evidenciado por Segura (2001), ao analisar projetos de EA revela que o desafio a ser enfrentado é o fato das ações serem impostas de cima para baixo, comprometendo a possibilidade da elaboração de projetos a partir de necessidades existentes na escola. Loureiro (2004) aponta que quando o tema é apresentado “de fora para dentro”, sem considerar as múltiplas compreensões e interesses a seu respeito, tem como resultado pouco envolvimento do público-alvo e praticamente nenhum desdobramento das ações realizadas, e que possivelmente traduz a realidade das propostas analisadas nesta pesquisa, tendo em vista que em sua maioria são ações pontuais desarticuladas com outras ações que são inseridas na comunidade.

Em seguida, discutimos as análises discursivas de duas propostas que envolveram as questões de saneamento básico, a partir das discussões sobre a disposição dos resíduos.

A campanha PI-A12 A Importância Da Coleta Seletiva teve como objetivo: “conscientizar a população a respeito da importância da coleta seletiva no município”, e a “melhor forma de separar o lixo”, por meio de uma intervenção educativa do tipo palestra. O proponente relata nos resultados apresentados que: “a população aprendeu como realizar a separação do lixo seco do úmido” (PI-A12).

O projeto PI-A13 Diga Não À Dengue teve como objetivo: “conscientizar os alunos sobre o uso racional da água e a importância de combater a dengue através do saneamento básico”, em que o proponente demonstra que, “os alunos aprenderam que através da limpeza, e separação do lixo é muito fácil combater à dengue” (PI-A13).

Nos discursos textuais das propostas PI-A12 e PI-A13 verificamos o entendimento da temática lixo como um problema de ordem estritamente técnica. Segundo Layrargues (2011) algumas ações inserem a questão “resíduos sólidos” em discussões voltadas apenas no aprendizado das cores da coleta seletiva e separação das categorias de materiais, do que em discussões de ordem cultural, neste caso associado aos padrões de produção e consumo da sociedade contemporânea. Quando esse tema é trabalhado em uma perspectiva tradicional e fragmentada da questão ambiental privilegia os aspectos ideológicos de manutenção do sistema, pois “*remete-nos de forma alienada à discussão dos aspectos técnicos da reciclagem, evadindo-se da dimensão política*” (LAYRARGUES, 2011, p. 186).

De acordo com Loureiro (2015), as atividades educativas de tendência tradicional estão fundamentadas no positivismo científico que, pressupõe a transmissão do conhecimento científico, como verdade absoluta, e caminho eficaz para a correta leitura do mundo, e

mudança de comportamento em decorrência desse aprendizado individual. A convicção tipicamente positivista é um paradigma científico condenado pelos ambientalistas, pois reforça e endossa ações educativas estabelecidas de que o problema está em se acreditar que as pessoas agem de modo inadequado apenas porque desconhecem um procedimento ou informação. Nessa lógica, é plausível que se os indivíduos ao tomarem conhecimento passarão a fazer o que é certo de modo imediato, esquecendo-se que somos constituídos por múltiplas mediações que condicionam nossas ações no mundo, para além do que se conhece ou se acredita. Do contrário, há limites materiais, processos afetivos e aspectos motivacionais vários, em grande parte desconhecidos, que podem ser determinantes para nossa prática e que implicam na complexidade das relações e processo educativos, especialmente para a EA (GUIMARÃES, 2000b).

As atitudes são um sistema de verdades e valores que o sujeito forma a partir de suas atividades no mundo. Os comportamentos, por sua vez, são ações objetivas no mundo, o momento final do processo. Qualquer um de nos pode mudar o comportamento por força de uma necessidade material, exigência do Estado ou por imposição de alguém, sem que isso signifique que mudou de atitude. As escolhas pessoais são, assim, situadas por condições que afetam a cada um em intensidades diferentes. A simples adequação comportamental, mesmo que relevante imediatamente, não implica a capacidade cidadã de definir, escolher livremente e exercer o controle social (regulação democrática) no Estado (GUIMARÃES, 2000b, p. 84).

O Programa PI-A14 destinado à realização do *Evento de mobilização social do plano municipal de saneamento básico* teve como objetivo *Promover e organizar a interação da comunidade na elaboração do plano municipal de saneamento básico do município de Amambai* (PI-A14). O ensejo da proposta apresenta elementos expressos nos objetivos, que conferem a natureza política da EA. Tais elementos explicitam a dimensão participativa, política, de mobilização e controle social do cidadão para a formulação de políticas públicas, neste caso o Plano Municipal de Saneamento Básico.

Aplicação de questionário simples para avaliar o conhecimento prévio dos moradores em relação ao tema saneamento básico e suas vertentes (20 min); ii. Apresentação didática pmsb (30 min); iv. Abertura para perguntas, sugestões e manifestação sobre a situação do saneamento no município (20 min); v. Encerramento com palavra dos representantes políticos e sociais presentes (PI-A14).

Foi transmitido para a população um conhecimento mínimo sobre o plano de saneamento básico e suas vertentes; esclarecendo, também, como o projeto será executado e coletando sua percepção e opinião sobre o assunto (PI-A14).

Ainda que o detalhamento da proposta não tenha esgotado a complexidade das intervenções teórico-metodológica podemos inferir as dimensões crítica da EA, visto que esta se pretende sintonizada com os interesses das classes populares da população, e realiza-se mediante a prática social, inserindo-se na realidade socioambiental (GUIMARÃES, 2004). A mobilização pretendida na ação passa pelo reconhecimento e enfrentamento de demandas ambientais locais como responsabilidade da EA e que são recomendadas desde a Conferência Intergovernamental sobre EA em Tbilisi, em 1977. Além disso, Tozoni-Reis (2006) entende que tratar dos temas ambientais locais pode ser uma boa possibilidade de se iniciar processos reflexivos mais profundos e ao mesmo tempo mais amplos, e que são de extrema importância para construção de políticas como o saneamento básico, a partir da participação popular.

As análises das propostas para o município Polo (Ponta Porã) foram inconsistentes para compreender os processos educativos em EA, no âmbito municipal, visto a pouca quantidade de ações para esse proponente. Assim, ao contemplar o município de Amambai como segunda opção para as análises desta região, verificamos a ocorrência de alguns padrões presentes nas análises de outros proponentes como: a repetição de ações em diferentes edições e a realização de ações a partir da comemoração de datas como, a Semana do Meio Ambiente, Dia da Água e Dia da Árvore.

Destacamos ainda que, algumas ações voltadas ao contexto escolar apresentaram de forma aprofundada os fundamentos teóricos e metodológicos, de acordo com os referenciais utilizados em sala de aula. Discutimos nas análises que ações formuladas e executadas por profissionais fora do contexto escolar, devem ser avaliadas com cuidado, quando implementadas sem a participação ou articulação dos educadores, podendo refletir em propostas desconectadas com o Projeto Político Pedagógico, além de afastar o protagonismo do professor nas atividades que lhes competem.

Os resultados destacados corroboram com as mesmas questões discutidas por Guerra *et al.* (2004) que também relataram que a maioria das ações analisadas em seu estudo eram pontuais e localizadas realizadas em datas ecológicas como Semana do Meio Ambiente e Dia da Árvore, por exemplo, isto é, não estavam articuladas e organizadas, com resultados mais duradouros. Ainda os autores relataram que no contexto escolar os projetos cadastrados quase sempre tratam de questões pontuais e aspectos da dimensão ecológica, sem um enfrentamento mais efetivo da problemática pela comunidade escolar e do seu entorno, similar as dinâmicas verificadas em nossos estudos.

o conhecimento e agravamento dos problemas ambientais, locais, regionais e planetários, são pouco explorados... como também, em termos do desenvolvimento de habilidades e competências, a sensibilização para a

mudança de atitudes e hábitos, a reflexão crítica sobre valores éticos e estéticos das pessoas em relação aos problemas ambientais e na tomada de ações efetivas para minimizá-los ou buscar alternativas para sua solução (GUERRA *et al.*, 2004, p. 195)

Destacamos ainda que o proponente viabilizou ações voltadas à saúde ambiental, através de ações sobre o combate a vetores, com a mobilização da sociedade e a realização de um evento que oportunizou a discussão ampla na sociedade civil, para a participação da construção da política pública, voltada ao Saneamento Básico. Ações nessa perspectiva, sobre a oportunidade da participação popular, nos processos de discussão e tomadas de decisão estão próximas aos princípios entendidos pela EAC.

Guimarães (2000) reforça que a participação popular é determinante, posto que a construção de processos em que os grupos sociais adquirem centralidade é a condição para que as contradições e os conflitos da sociedade sejam explicitados, enfrentados e superados pelo protagonismo portanto, a alternativa concretamente possível para alcançar uma sociedade sustentável e com justiça social.

5.5 Limites e Potencialidades das Propostas Inseridas a Partir da Demanda Programa ICMS Ecológico

As propostas cadastradas no SisEA/MS, a partir da demanda Programa ICMS Ecológico, apresentaram alguns indicadores nas análises quantitativas e qualitativas que exigiram após a discussão da tese desta pesquisa, uma necessária reflexão final que demonstramos a seguir. Essa reflexão discute algumas convergências observadas nas análises das propostas e sugere uma possível relação entre os critérios de avaliação do Programa ICMS Ecológico, que podem ter contribuído para as questões observadas. Ao final, apresentamos uma sugestão de um novo modelo de avaliação, considerando a EA como um componente complexo, e que pode representar uma dinâmica de avaliação mais significativa para as propostas cadastradas pelas prefeituras e mais aprofundada para a institucionalização da EA, como política pública, no âmbito municipal.

No geral, as propostas não utilizaram os temas ambientais como ferramenta para sistematizar uma ação educativa potencializadora por uma proposta pedagógica problematizadora e transformadora. Por exemplo, propostas com o tema Recursos Hídricos ou Resíduos Sólidos visaram suas ações em uma perspectiva fragmentada, não articulando os temas com discussões mais aprofundadas sobre as causas dos problemas e reflexões sobre os conflitos presentes nos territórios dos sujeitos. Quando as discussões estiveram presentes, foram debatidas de forma a atribuir a responsabilidade individual de cada um, na máxima de

“cada um deve fazer sua parte” para contribuir com o bem coletivo. Logo, discussões que partem da igualdade de responsabilidade têm como fundamento o discurso ecológico-preservacionista, e que bem se enquadra numa EA Conservadora.

A responsabilização pela conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente, incumbida à sociedade como um todo, bem como a identificação e a solução dos problemas ambientais, podem camuflar a causa histórica da crise socioambiental, e não estruturam a transformação do modo de produção vigente. Ou seja, à medida que a crise é diluída igualmente por todos, parece existir uma igualdade de responsabilidade, comungando com o ideário neoliberal (RODRIGUES; GUIMARÃES, 2010).

Os resultados destacaram o grande volume de ações realizadas a partir de eventos pontuais relativos predominantemente às datas comemorativas ecológicas. Essa realidade demonstra as escolhas dos proponentes para o cumprimento de um cronograma de calendário, cujos temas seguem pré determinados, repetidos anualmente, e não com temas que emergem da realidade local. A escolha por práticas pontuais foi amplamente debatida ao longo dos resultados, e criticada por Carvalho (2005), pois no sentido de serem limitadas no tempo (curta ou média duração), de caráter complementar, e não são capazes de substituir as políticas públicas ou vigorar práticas mais consistentes. Segundo a autora, essas questões chamam a atenção para a necessidade do estabelecimento de uma agenda de debates que reflita sobre as condições da prática da EA na sociedade brasileira, e que trazemos neste estudo as condições no âmbito da gestão pública municipal.

Essa dinâmica de repetição das propostas, em edições seguidas, conferida como um padrão entre alguns proponentes podem sugerir uma estratégia adotada pelas prefeituras que reflete na produção de propostas, de modo a garantir a pontuação pelos critérios (quantitativos) do Programa ICMS Ecológico. Assim, essa lógica implementada pode ter levado à produção de ações pontuais com fundamentações rasas, que foram discutidas majoritariamente em concepções conservadoras e pouco problematizadoras para a EA.

Além disso, esse mecanismo de desenvolvimento de ações pontuais reflete nos temas escolhidos, ou seja, na complexidade e aprofundamento, ou não, dos conflitos sócioambientais discutidos localmente. As propostas formuladas a partir de um diagnóstico local podem oportunizar a mobilização e discussão de demandas (conflitos e contextos) localmente necessárias, traduzidas nos discursos ideológicos e fundamentação das propostas. Os discursos ideológicos não revelados pelos temas parecem denunciar o mecanismo neoliberal que obscurece os conflitos e domina os sujeitos, a fim de que não busquem as transformações reais.

A não explicitação dessas limitações nas análises realizadas nesta pesquisa, por exemplo, como as contradições presentes no contexto sócio-histórico de um estado que tem fortes raízes nas atividades do agronegócio, alimentada do modo de produção capitalista, se desdobram em propostas com mudanças apenas internas – as ditas reformas – e não a mudança do próprio modo de produção (RODRIGUES e GUIMARÃES, 2010).

Muito embora essas discussões não tenham sido protagonistas em algumas propostas analisadas, diversos educadores ambientais lutam por condições dignas aos povos tradicionais, aos saberes locais e à harmonia da coletividade no MS, enquanto as forças do agronegócio e da política neoliberal avançam no discurso da melhoria desenvolvimentista do Estado, marcado historicamente pela contradição entre o desenvolvimento econômico e as condições socioambientais (MAMEDE et al., 2019a).

Somado a isso, quando essas ações, elaboradas na gestão ambiental pública, a partir das Secretarias de Meio Ambiente, estão voltadas para intervenções nas escolas, podem constituir em atividades alternativas às nucleares do currículo escolar, em um movimento educativo de fora para dentro da escola. Esse modelo de inserção da EA excluí o professor desse processo de construção, e que segundo Tozoni-Reis *et al.* (2012), expressa a fragilidade da inserção do estudo da temática ambiental na escola.

Todas essas condições que possivelmente se desdobram a partir das intervenções analisadas, refletem na qualidade da EA que está sendo desenvolvida pelos municípios, e que somados em nível estadual, comprometem a curto e longo prazo para a transformação social que a EA busca, como estratégia para a luta contra hegemônica.

Quanto aos riscos dessa visão e perspectiva de EA que pode se perpetuar, é "a consequência de uma visão predominantemente naturalista-conservacionista é a redução do meio ambiente a apenas uma de suas dimensões, desprezando a riqueza da permanente interação entre a natureza e a cultura humana" (CARVALHO, 2006, p. 37). De fato, essa visão dificulta a compreensão de como a EA se insere na constituição de valores que levam à reprodução da sociedade ou à edificação de novos patamares societários.

Outro aspecto importante observado trata dos sujeitos envolvidos nas ações e a inserção das propostas nos espaços das próprias UC, que são os critérios essenciais para o cadastramento do município no atendimento ao Programa ICMS Ecológico. A maior parte das ações envolveu o público escolar, em contrapartida poucas propostas estiveram voltadas a comunidades no entorno das UC ou ainda, destinadas aos povos tradicionais quilombola e indígenas.

Segundo Castro (2000), evidenciada a crise ecológica, e na tentativa de busca por modelos mais sustentáveis de produção, nas últimas décadas, principalmente a partir dos anos

de 1980, desenvolveram-se muitas pesquisas sobre os chamados “povos tradicionais”. Dessa forma, têm sido valorizados os saberes sobre a natureza de grupos indígenas e comunidades tradicionais, principalmente as rurais, mas com uma orientação bem nítida, proveniente do debate sobre preservação de ecossistemas e biodiversidade, reconhecendo nestes saberes e nas formas de manejo a eles pertinentes, aspectos fundamentais para a conservação e gestão de ecossistemas, e que poderiam ter sido melhor exploradas pelos proponentes.

Os resultados revelados aqui corroboram com as questões apontadas por Freitas et al. (2004). Para os autores, mesmo nas UC existentes que permitem o uso sustentável dos recursos naturais e nas áreas de entorno das UC de proteção integral, ainda podemos perceber técnicos que não conseguiram estabelecer um processo educativo às comunidades locais capaz de contemplar os saberes e práticas dessas comunidades no processo de gestão e conservação ambientais e na promoção do desenvolvimento sustentável (FREITAS et al., 2004).

Esses aspectos nos levam às seguintes indagações: Será que os educadores ambientais/técnicos responsáveis pelas secretarias municipais de meio ambiente compreendem as UC como espaços educadores? Será que os educadores ambientais/ técnicos responsáveis pelas secretarias municipais de meio ambiente compreendem a importância e urgência de mobilização socioambiental com os povos tradicionais? Essas são questões que podem mobilizar novas pesquisas a partir do contexto das propostas cadastradas no SisEA/MS.

Conforme evidenciado nas análises, tivemos apenas um proponente que contextualizou nas intervenções práticas as adequações metodológicas frente às novas condições de trabalho impostas pelo isolamento social durante a pandemia do COVID-19. Ainda que esse recorte não tenha sido objeto no presente estudo, não podemos deixar de mencionar, ainda que numa breve consideração, como a pandemia, que se estabeleceu no intercorrer desse doutoramento interferiu em todas as atividades humanas, no mundo, e nas atividades socioambientais.

Dito isso, as atividades socioambientais que envolviam visitas, contatos, cursos, palestras e demais ações de forma presencial foram suspensas em decorrência do período de quarentena e exigência do isolamento social, recomendados pelas autoridades sanitárias. Nesse sentido, as ações tiveram que ser reformuladas para atividades remotas ou outras formas de execução, respeitando os protocolos sanitários. Essas novas condições trouxeram limitações e novos desafios, revelados pelo proponente, que neste caso executou como ação a entrega de kits à comunidade, o que pode levar ao comprometimento da qualidade da EA, limitada a distribuição de materiais à população.

Alguns trabalhos já discutiram os reflexos da dinâmica social pandêmica, com a suspensão, cancelamento ou recriação de atividades humanas e sociais no cotidiano de quem trabalha com a EA, no âmbito municipal. Segundo Coelho, Rosa e Kauchakje (2020), a crise planetária, ainda mais evidenciada pela pandemia, alerta sobre a necessidade de retratar temas e conteúdos, como as mudanças climáticas, voltados à realidade municipal, a partir do contexto global ou planetário.

Ainda, Modesto e Santos (2020) discutiram como os agentes sociais, como educadores ambientais, podem contribuir para que a dinâmica societária siga na direção de sociedades sustentáveis, na conjuntura aventada pela pandemia de COVID-19. Os autores destacam que,

A pandemia da COVID-19 torna evidente a necessidade de ressignificação de nossas formas de pensar e agir no tempo e no espaço, tencionando, desse modo, a constituição de *habitus*³¹ ressignificados, com base nos princípios da sustentabilidade, a fim de assegurar a manutenção da vida humana e o equilíbrio planetário (MODESTO; SANTOS, 2020, p. 540).

Isso nos leva a pensar que as estratégias adotadas nas intervenções em EA realizadas pelos municípios devem sofrer reformulações em tempos pandêmicos, que poderão estar discutidas nas propostas cadastradas pelos proponentes no SisEA/MS, nos próximos anos, exigindo, assim, um novo olhar sobre os critérios de avaliação.

Todas as questões desembocam em um aspecto no processo de avaliação das propostas: entender quem são esses sujeitos responsáveis pelo desenvolvimento das ações cadastradas no SisEA/MS. Segundo Guimarães e Vasconcellos (2006) os processos formativos, quando estruturados pelo cientificismo cartesiano, tendem a se impregnar pelo “paradigma da disjunção” revelando a forte influência da tradicional concepção disciplinar de formação. Esse enfoque gera uma disciplinarização do conhecimento e descontextualiza de uma compreensão mais totalizante e complexa do real, em suas interações parte-todo, todo-parte, parte-parte. Assim, compreender a formação dos técnicos responsáveis pelas propostas poderá nos dizer muito sobre como compreendem o conceito de complexidade ambiental e meio ambiente e suas percepções, tão importantes na formulação de ações educativas que consideram o meio ambiente para além de uma concepção biologizante ou naturalista.

Contribuindo para as discussões que propomos, Guimarães (2013) destaca principalmente a partir da publicação “A Formação de Educadores Ambientais” (2004), sobre a questão da formação desses educadores. Segundo o autor,

³¹ Conceito trazido por Pierre Bourdieu (1983,2005) para compreender o *modus vivendi* operando humano no tecido social.

para um aprimoramento de suas práticas pedagógicas, que possam, diante de uma perspectiva crítica, contribuir na construção de uma sociedade socioambientalmente sustentável, os educadores devem partir da superação de uma “armadilha paradigmática” a que estamos sujeitos, como forma de construir uma ação pedagógica de Educação Ambiental voltada para a transformação da realidade socioambiental [...] Assumir a dimensão política da cidadania e da Educação se faz fundamental para educadores ambientais e demais agentes sociais, já que parece que muitos na sociedade hoje, entre estes educadores, apesar de querer fazer algo para mudar esta realidade, apresentam práticas que não correspondem a esta expectativa (GUIMARÃES, 2013, p.20).

As discussões sobre a formação e competências do educador no contexto escolar trazidas por Santos e Jacobi (2011) e Tozoni-Reis e Campos (2015), também implicam no contexto da formação do sujeito na educação não formal, como por exemplo, os educadores/técnicos atuantes nas secretarias de meio ambiente. Os autores afirmam que para se desenvolver um trabalho de EA no sentido da transformação da sociedade, um dos fatores necessários é a presença na escola de *“profissionais críticos e reflexivos, com uma postura interdisciplinar, construtivista e comunicacional, capazes de compreender as relações entre sociedade e ambiente”* (SANTOS; JACOBI, 2011, p. 256). E que, segundo Tozoni-Reis e Campos (2015) relatam que, em sua maioria, eles não recebem formação profissional para atuarem na escola dessa forma, realidade que possivelmente deve atingir outros profissionais que realizam ações em EA, fora da escola.

Assim, no contexto desta pesquisa, os profissionais e técnicos responsáveis pelos setores de meio ambiente nas prefeituras municipais realizam os trabalhos com EA, que estão cadastrados no SisEA/MS, a partir dos critérios de avaliação determinados nas diretrizes da Política Pública do Programa ICMS Ecológico. Ademais, segundo Pinheiro et al. (2004) na administração pública municipal se caracteriza pela criação de secretarias, coordenadorias e departamentos de Meio Ambiente para desenvolverem atividades de EA em dias comemorativos, coleta seletiva de lixo e viveiros de mudas. Muitas dessas atividades enfrentam obstáculos como conflitos entre as secretarias e disponibilidade de recursos, e que as ações são geralmente pontuais, sem continuidade com cursos, eventos, seminários e exposições.

Os resultados discutidos corroboram com as premissas apontadas por Pinheiro et al. (2014), e que além dos obstáculos e desafios citados pelo autor como determinantes para o resultado final dessas propostas educativas, supõem-se que existem outros fatores que podem contribuir nesse processo como, a formação dos educadores para o seu fazer educativo e a própria estrutura do ato pedagógico organizado por esse profissional.

Segundo Quintas (2009) ao organizar e realizar processos educativos no contexto de atividades de gestão ambiental pública, o educador deve sempre se perguntar como deverá estruturar o ato pedagógico, de modo que, ao mesmo tempo, esteja atingindo a sua finalidade, assim os objetivos gerais e específicos da ação educativa devem explicitar esta articulação.

Nessa perspectiva, o ato pedagógico deve ser pensado como o produto da articulação de contexto, subjetividade, conteúdos, objetivos de aprendizagem, procedimentos metodológicos, materiais de ensino-aprendizagem, tempo disponível e avaliação, mediada por uma dada concepção metodológica que, neste caso, resulta da inter-relação das concepções epistemológicas e pedagógica adotadas (QUINTAS, 2009, p. 45).

Consideramos relevante os aspectos da estrutura metodológica da proposta pedagógica como elemento potencial para uma avaliação qualitativa das ações cadastradas no SisEA/MS, e que não estão considerados no Programa ICMS Ecológico. Os fatores discutidos aqui podem determinar a qualidade da EA na gestão pública e com potencial para definição de um novo olhar nos critérios de avaliação das propostas, no âmbito do Programa ICMS Ecológico. Alguns desses fatores poderão ser aprofundados em futuros estudos e elucidar de que forma contribuíram para as concepções de EA e resultados das propostas elaboradas.

As convergências e padrões que mostramos nas análises são pontos importantes para a reflexão sobre o desenvolvimento da EA como prática educativa nas diferentes regiões do MS, mas que provavelmente não se limitam a essas análises, convocando novas pesquisas e reflexões no sentido de expandir esses diagnósticos, aprofundar e problematizar as questões que aqui emergiram.

Os dados coletados e analisados, na perspectiva da EA crítica e transformadora, nos mostram que a qualidade e repertório das ações (temáticas e demandas) de que os (as) profissionais (as) lançam mão, necessitam incorporar a intencionalidade crítica para um processo educativo complexo e dinâmico. No entanto, embora nosso principal objetivo tenha sido analisar as concepções de EA que emergem nas narrativas das propostas, notamos a necessidade de apresentar aquilo que consideramos sugestões para novos parâmetros de avaliação do Programa ICMS Ecológico.

Mamede *et al.*, (2019a) destacam a importância da construção de indicadores de EA, na avaliação das políticas públicas e ações em EA, para se gerar enraizamento da EA. Os autores trazem as seguintes reflexões:

Como medir as ações, sua abrangência e efetividade? Como superar ações mecânicas e automáticas quando se trata de Educação Ambiental? Como conectar campos de ação entre o social, o econômico e o ambiental? Como gerar inclusão socioambiental? Como pensar e agir supra tematicamente ao meio ambiente naturalista? Como transformar determinadas ações em

políticas públicas de EA? E, principalmente, como assegurar a contínua aplicabilidade das políticas públicas conquistadas na área de EA? (MAMEDE *et al.*, 2019a, p. 220).

A avaliação da EA no Programa ICMS Ecológico é conferida atualmente apenas como um item (uma questão) dentro da Tábua Qualitativa do Programa ICMS Ecológico. Nesse sentido, compactuamos que a EA, numa nova proposta de avaliação, deveria deslocar como um componente separado no formulário, a partir de várias questões de avaliação. Nessa nova configuração de avaliação a EA assume como instrumento na gestão ambiental pública para melhoria das condições socioambientais dos municípios, para além do modelo atual que limita apenas a avaliação das ações socioeducativas cadastradas no SisEA/MS.

Nessa nova proposta poderiam ser considerados novos critérios para o fortalecimento da EA enquanto política pública municipal, ampliando para várias questões abordadas em três dimensões como: a) avaliar o setor público; b) avaliar os técnicos/educadores, e por último c) avaliar as atividades em EA. Essas dimensões analisadas de forma complexa podem delinear os possíveis critérios a seguir:

1. Equipe técnica de servidores: Nesse critério a avaliação estaria voltada à formação dos profissionais responsáveis pela EA pública e quantidade de servidores efetivos e contratados no setor público. Assim, a pontuação corresponderá conforme a formação, com cursos de pós-graduação (especialização, Mestrado e doutorado) específicos na área da EA, além da participação em cursos de curta duração.

A formação do profissional ou mesmo profissionalização, na área da EA torna-se, assim, cada vez mais importante no cenário de fortalecimento e profissionalização da EA no Brasil, pois o nível de aprofundamento do servidor poderá sustentar práticas educativas consistentes, permitindo que as ações em EA ganhem uma perspectiva teórica e metodológica coerente com os princípios estabelecidos pela PNEA e PEEA/MS.

Segundo Freitas *et al.* (2004), a absorção da perspectiva humanista nos trabalhos em EA poderá ser avançada através da adoção de metodologias, sempre numa visão interdisciplinar e participativa. Para a implementação de tais iniciativas, faz-se necessário a realização de atividades de capacitação de servidores e agentes públicos das diversas instâncias, educando-os em função desta nova realidade, considerando que qualquer intervenção em uma determinada realidade constitui um processo educativo e que por isso, deve estar pautada numa ação refletida e responsável.

2. Políticas Públicas ambientais e em EA: Nesse critério a pontuação do município corresponderia às legislações municipais vigentes no âmbito do Meio Ambiente e da EA, como por exemplo, Política Municipal de EA; Plano Municipal de EA; Programa Municipal de EA; Diagnóstico Municipal de EA; Código de Meio Ambiente; e demais legislações

pertinentes. Além disso, todo processo de participação social, como a realização de audiências e Fóruns para discussão e construção das políticas públicas municipais.

Com a aplicação desse critério poderá ser induzido a implementação de políticas e instrumentos para a EA municipal, que após aprovados podem nortear a construção de ações em EA mais coerentes e qualitativamente mais significativas. Políticas Públicas municipais e instrumentos, como um diagnóstico municipal de EA, podem garantir uma EA plural, visto que as ações e propostas que serão realizadas nos municípios deverão ser organizadas seguindo os princípios e diretrizes estabelecidos nestas normas.

Além disso, a indução para formulação e organização das políticas públicas voltadas à questão socioambiental, especificamente a EA, têm por finalidade abrir espaços de diálogos que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seres humanos e de todas as espécies e sistemas naturais que compartilhamos no planeta ao longo dos tempos. Isso se dá ao assumirmos nossas responsabilidades individuais e coletivas, interligadas pelas circunstâncias sociais e ambientais (SORRENTINO *et al.*, 2005).

Por outro lado, a sistematização de um diagnóstico ambiental local é fundamental para identificar os problemas e para que os atores sociais planejem projetos e ações efetivas para a solução ou minimização dos mesmos, processo necessário à construção coletiva de sociedades sustentáveis (DIEGUES, 1996). Dessa forma, situações percebidas nas análises em que os temas das propostas não contemplam questões locais mais urgentes poderão ser minimizadas, para que os proponentes tomem conhecimentos das demandas e temáticas emergentes, para que assim suas intervenções dialoguem e enfatizem os aspectos socioambientais pertinentes localmente.

As realizações de eventos no processo de discussão das políticas locais são importantes, pois abrem espaços de diálogos com a comunidade para as diversas temáticas, além da oportunidade de discussão de políticas públicas e outros contextos de tomadas de decisão. Esse critério poderá fomentar a institucionalização de espaços democráticos à comunidade, de acordo com as diretrizes da EA. Esse processo pode desdobrar na transformação da sociedade ao garantir um processo educativo dialógico entre a sociedade e a busca da emancipação dos sujeitos com a participação nas tomadas de decisões locais.

Em outra medida, a participação e organização de eventos pode induzir mecanismos de articulação entre os atores/servidores, pois favoreceram o aprofundamento de contatos e conexões junto às lideranças, pesquisadores e instituições, resultando também na formação de elos e parcerias, que agregam nas possibilidades de atuação mais engajada do setor público para o campo da EA.

3. Estruturação administrativa do setor responsável pelas ações de EA:

A inclusão desse critério para avaliação dos municípios participantes do Programa ICMS Ecológico é um mecanismo-chave para garantir melhores condições ao setor na formulação de práticas que efetivamente promovam uma EA isenta de reducionismos. Muitas dessas práticas decorrem das circunstâncias sobre a organização e funcionamento dos setores responsáveis pelas ações socioambientais. Será que as secretarias possuem estrutura física, técnica, administrativa para funcionamento e organização de gestão que promovam ações em EA que atendam os princípios da PNEA?

Assim, a pontuação corresponderia aos recursos humanos, de materiais e financeiros disponíveis para o setor de EA, garantindo minimamente a estrutura para a continuidade das ações em EA. A organização da estrutura física e administrativa do setor como quantidades de profissionais atuantes na área da EA; Setor próprio para as ações de EA; Previsão orçamentária aprovada pelo legislativo para as ações em EA; Mobiliário, frota veicular e computadores, e demais recursos materiais disponíveis.

Nunes (2004) alertava sobre os avanços da EA formal no país para uma realidade preocupante, em que quão longe estávamos de uma realidade de implementação concreta de políticas públicas na área da EA. Essas preocupações permeiam até hoje, como vimos para o contexto do MS, nos obstáculos para a aprovação da Política Estadual. Nesse sentido, a autora discute como a sociedade brasileira oscila em seus interesses, a cada eleição, fazendo com que as políticas públicas levadas a efeito pelo governo que se retira, sejam consideradas obsoletas para novos gestores. A entrada do novo governo é um movimento de tomada do Estado por parcelas da sociedade que impõem sempre sua visão parcial sobre o todo.

Assim, a partir das premissas anteriores, inferir que princípios da administração pública são “violados” para acomodar os interesses de alguns grupos, interrompendo programas governamentais e ações, realidade percebida na administração federal, estadual e municipal, por exemplo, para as iniciativas na gestão pública ambiental. Segundo Mamede *et al.* (2019a), muitas ações na gestão ambiental pública e na área da EA começam, mas não têm continuidade, seja pela interrupção da gestão administrativa, ou porque seu objetivo era justamente uma campanha ou ação pontual. Essa interrupção de iniciativas públicas ou a falta de alinhamento especialmente na área ambiental e da EA puderam ser verificadas nas análises dos proponentes (prefeituras municipais), e poderia ser reduzida ao trazer nos critérios de avaliação do ICMS Ecológico parâmetros que contribuíssem para a unidade e alinhamento do setor. Novos critérios engajados com a garantia de políticas públicas municipais, devidamente regulamentadas, e a efetiva continuidade das ações em EA, na passagem de governos

municipais poderiam fomentar a qualidade político-administrativa do setor e, por conseguinte, a qualidade das ações realizadas.

4. Atuação dos órgãos de controle social e atuação dos movimentos sociais: Nesse critério poderia ser considerada para fins de pontuação, a comprovação de órgãos colegiados municipais atuantes na esfera municipal, e a atuação de instituições atuantes como ONGs, Associações, Cooperativas, Grupos sociais e demais formas de organização da sociedade civil;

Esses critérios estão fundamentados nos princípios trazidos pela PNEA (Brasil, 1999) que orienta o “incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania”.

A perspectiva crítica de EA se ressentida de um movimento político de seus educadores, que fortaleça as posturas contra-hegemônicas na sociedade, até para que se possa ocupar, de fato, espaços participativos, contemplados nessas políticas públicas. Por todo esse contexto político percebe-se que a mera explicitação da participação constante nas políticas e programas não é garantia para o avanço de uma nova concepção, em que a sustentabilidade socioambiental seja de fato um novo projeto de sociedade mais justa e ambientalmente equilibrada. Consequentemente, adita-se que o discurso neoliberal se difunde em sua hegemonização, mas deve-se acreditar que é nessa participação política e crítica das representações comunitárias que ainda se podem entrever emergências de contra-hegemonia (RODRIGUES; GUIMARÃES, 2010). Tais atuações de resistências estiveram pouco representadas como parceiras nas propostas discutidas neste estudo, mas é necessário trazer como item de avaliação, a fim de fomentar essa articulação nos trabalhos posteriores.

Desta forma, inserindo esse parâmetro como item de avaliação o protagonismo desses espaços democráticos poderiam se fazer mais presentes no contexto da EA em âmbito municipal, visto que alguns municípios já possuem modelo de gestão, onde se tem a participação ativa na gestão pública municipal de empresários, ONGs e outros cidadãos, destacando o município de Bonito que, juntamente com o Conselho Municipal de Turismo de Bonito (COMTUR) e o poder executivo, criou um ambiente favorável para essa boa gestão turística (MATO GROSSO DO SUL, 2012). Entendemos que quanto mais fortalecidas forem essas instituições, melhor será a eficiência da gestão ambiental pública, para o alcance de uma sociedade sustentável com justiça social e ambiental.

5. Análise qualitativa das propostas cadastradas: Nesse critério a pontuação do proponente corresponde a avaliação sistemáticas das ações inseridas no SisEA/MS a partir dos parâmetros qualitativos: tipo de ação cadastrada, temática relevante de acordo com as diretrizes do diagnóstico local e políticas públicas, mobilização dos saberes tradicionais, vertente teórica da EA, pressupostos metodológicos coerentes com os objetivos e referencial teórico, assim como outros critérios voltados à qualificação em busca de uma EA transformadora e crítica.

A presença de critérios qualitativos poderiam possivelmente levar a melhores resultados nas propostas em EA realizadas pelos proponentes. Assim, os critérios aqui pensados vão de encontro aos eixos norteadores – político-institucional, educador-pedagógico e técnico-científico – postulados para o monitoramento de políticas públicas de EA (RAYMUNDO et al., 2017).

Ademais, as sugestões inseridas no contexto dessa pesquisa tratam apenas de provocações para um novo modelo de avaliação, corroborando com as ideias de Mamede *et al.* (2019b), que destacam outras possibilidades, como o conjunto de indicadores lançados pela ANPPEA na aplicabilidade de avaliação do Sistema Estadual de Informação em EA (SisEA/MS). As provocações que inferimos têm como proposta refletir sobre como novos critérios de avaliação do proponente participante do Programa ICMS Ecológico podem consolidar os princípios e objetivos da PNEA e da PEEA/MS, amparando o processo de institucionalização e enraizamento da EA enquanto política pública municipal.

Nesse sentido, prefeituras com políticas públicas em EA estruturadas e não precárias, por meio de um setor responsável com melhores condições administrativas, financeiras e técnicas poderão promover modalidades de ações de longo prazo e duradouras, rompendo com padrões de ações pontuais e descontinuadas. Assim, com o enraizamento da EA no âmbito da gestão pública será possível alcançar a execução de ações qualitativamente melhores e a longo prazo, voltadas à superação das graves questões socioambientais produzidas pelo atual modelo civilizatório, por meio de processos críticos, participativos, transformadores e emancipatórios.

Segundo Campelo Junior (2021b) a EA (EA) surge como uma das possíveis estratégias para o alcance de um processo consciente de estabelecimento das políticas ambientais, sendo ela própria uma política a ser implementada. Frente a isso é que fizemos as nossas considerações para que a EA represente seu papel e sua função, na melhoria das condições socioambientais dos territórios, ocupando a posição de maior destaque na Tábua de Avaliação Qualitativa nos municípios participantes do Programa ICMS Ecológico.



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O SisEA/MS é um banco de dados eletrônico em EA, e sua proposta encontra-se fundamentada na PNEA, ao democratizar as informações do seu sistema com a comunidade e compor uma rede de dados com grande potencial à promoção de articulação, difusão e apoio ao desenvolvimento de metodologias e materiais didáticos para a EA. A democratização da informação encontra subsídio na PNEA, que destaca no inciso II, do Artigo 5º, os objetivos fundamentais da Educação Ambiental: “[...] II - a garantia de democratização das informações

ambientais” (BRASIL, 1999, p. 2). Além disso, o SisEA/MS contempla em seus objetivos os pressupostos das linhas de ação do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA): 1 - Comunicação para a EA e 2- Comunicação e tecnologia para a EA, com a inclusão digital, sistematização de experiências e acesso à informação.

O sistema está em operação desde 2015, com registro de ações cadastradas por diversos proponentes, seja na esfera pública ou privada, sendo um importante recurso tecnológico para a captação de informações sobre as ações em EA, fortalecendo seu uso como instrumento da PEEA/MS e para formular o panorama geral da EA no MS, por meio do Deea/MS. Contudo, para consolidar o SisEA/MS enquanto instrumento da PEEA/MS e enquanto uma política pública estadual os resultados desta pesquisa apontam algumas questões sobre o seu aperfeiçoamento tecnológico, aprimoramento do uso do banco de dados, bem como sua regulamentação nas políticas públicas e demais normativas estaduais.

O aperfeiçoamento na interface do sistema pode refletir em um processo de cadastramento das propostas mais eficiente, diminuindo as possíveis dificuldades e o risco de erro durante o registro das ações. A discussão sobre as dificuldades no processo de cadastro das propostas não permeou o escopo desta pesquisa, entretanto futuros estudos sobre a usabilidade e a avaliação dos usuários sobre o sistema podem indicar apontamentos relevantes no processo de melhoria do SisEA/MS. Os aprimoramentos são importantes para a efetividade do SisEA/MS enquanto ferramenta da PEEA/MS, visto que a qualidade das informações obtidas em seu banco de dados pode refletir nas análises de futuros estudos, como o Deea/MS, que tem como escopo destacar os desafios, limites e oportunidades que se evidenciam no desenvolvimento da EA no MS.

O SisEA/MS apresenta grande potencial para tornar-se uma plataforma interativa com capacidade de conexão e comunicação entre os educadores ambientais, redes de EA e instituições no MS. Desse modo, o aperfeiçoamento do sistema poderá viabilizar um novo perfil de uso entre os educadores que buscam apoio, material educativo, inspiração e troca de experiências, em conformidade com as diretrizes de comunicação em EA proposta pela PNEA, que inferem a articulação entre os pares. Acreditamos que essa interação entre os proponentes, por meio de trocas de endereços eletrônicos e mensagens, direcionamento do currículo lattes, e outros endereços profissionais seja viável para constituir uma intencionalidade educacional no SisEA/MS, ao estabelecer redes de saberes e fazeres compartilhados, que venham a consolidar os processos de enfrentamento e transformação da crise ambiental que vivemos na atualidade .

Esta pesquisa também revelou as fragilidades do SisEA/MS no contexto de sua regulamentação, e que podem colocar em risco o seu caráter permanente nas políticas

públicas estaduais. O SisEA/MS está presente nos textos da Lei nº 5.287, de 13 de Dezembro de 2018, que Institui a PEEA/MS; no Decreto nº 15.506, de 25 de agosto de 2020, que instituiu a CIEA/MS; e no ProEEA/MS. Entretanto, o sistema é a única ferramenta da PEEA/MS que não possui ato regulamentador específico publicado, seja por Resolução, Portaria, Decreto ou Lei complementar.

As regulações do SisEA/MS nos três documentos oficiais citados abarcam este objeto de forma insipiente, e que, somado à ausência de uma regulamentação própria, pode levar à vulnerabilidade da continuidade desse instrumento de forma permanente. A ausência de publicação de uma normativa regulamentadora implica na efetividade de uso da ferramenta, tendo em vista que a mesma poderia dar materialidade às questões que se encontram abstratas das normativas vigentes como: as condições de funcionamento e de operação, execução do órgão gestor, esclarecimentos sobre os tipos de demandas que podem gerar o cadastro das propostas, previsão orçamentária para implantação e melhorias e regulação dos critérios de uso pelos proponentes.

Essa fragilidade denuncia o enfraquecimento da PEEA/MS, que foi aprovada após um processo político que gerou algumas lacunas em sua redação final, e que refletiram na instabilidade normativa da EA no MS, e conseqüentemente, na normatização do SisEA/MS. Todo esse contexto apontado deve ser acolhido com urgência, na busca da regulamentação do SisEA/MS, visto que incide no risco de descontinuidade dessa política pública, que pode ser conferida como uma política de governo por novos gestores do MS, com risco de exclusão da plataforma de acesso, como ocorreu por exemplo com o SIBEA, um importante sistema de EA do Brasil que não está mais em operação.

Cabe ainda salientar que, nesse contexto é preciso um esforço para a retomada dos educadores ambientais para na organização técnica e política para a proposição de uma nova revisão do PEEA/MS, que possa contemplar elementos que foram mutilados na versão vigente, para que a justiça e os valores socioambientais defendidos pela EAC prevaleçam como princípio, e para o enfraquecimento da manipulação e articulação dos discursos autoritários e repressivos.

Ao analisar as informações obtidas no SisEA/MS foi verificado que dentre as demandas de cadastro, as ações realizadas a partir do Programa ICMS Ecológico tiveram um volume expressivo de registros em relação às demandas Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental e Ação espontânea e Outras Demandas. Esse volume de propostas, em EA no SisEA/MS, a partir do Programa ICMS Ecológico, deve-se à inclusão do critério de avaliação “ações de EA”, realizadas pelos municípios participantes do

programa, e que conferem na pontuação anual de cada proponente e nos devidos repasses de recursos do ICMS às prefeituras municipais do MS.

A subnotificação de propostas em Ação espontânea e Outras Demandas reflete a condição de registro para este tipo de ação que é voluntária, e não há uma função específica qualificada pelo órgão gestor. Essa condição pode implicar na não obrigatoriedade de cadastrado para essa demanda, e assim a falta de conhecimento desse público sobre a existência do SisEA/MS. Para esse tipo de demanda pode-se considerar as produções científicas e pesquisas realizadas pelas universidades, ações promovidas pelos movimentos ambientalistas e ONGs, atividades educativas realizadas nos diversos espaços de educação formais e não formais além de outras ações realizadas individualmente pelos inúmeros educadores ambientais, agentes sociais e demais entidades privadas que contribuem significativamente para o movimento da EA no Estado do MS, e que somados superariam o quantitativo total de registros no SisEA/MS. Cabe ainda destacar a importância do sistema como plataforma de registro das pesquisas na área da EA realizadas pelas universidades no Mato Grosso do Sul, e que por sua vez podem possibilitar um importante banco de dados para investigação de novos estudos.

Nessa circunstância, a fim de mobilizar mais cadastros e elevar a qualidade desses registros no SisEA/MS, a implantação de estratégias de divulgação do SisEA/MS, como mecanismo de alcance desse público-alvo, permitiriam superar essa deficiência. Além disso, a publicação de manuais específicos para essa demanda poderiam aperfeiçoar as informações para essa categoria de proponente, minimizando erros de cadastros e inconsistências das informações verificadas nesta pesquisa, visto que as demais demandas foram atendidas com manuais de orientações para o cadastramento das propostas.

As inconsistências identificadas nas análises das propostas cadastradas podem apontar fragilidades decorrentes do pouco domínio dos proponentes no processo de registros das ações. As discussões desses indicadores levaram as sugestões na melhoria das estratégias de capacitação dos proponentes e dos manuais de orientações. Nesse sentido, a aplicação de uma ferramenta de autoavaliação (formulário de avaliação do usuário), disponível ao final do acesso no sistema, pode ser um eficiente instrumento de verificação. A avaliação de um sistema torna-se um desafio, especialmente na gestão pública, entretanto, a pesquisa sobre o seu desempenho pode ser um importante indicador de eficiência. A melhoria das informações disponibilizadas aos proponentes pode refletir na diminuição de erros no cadastro das propostas, que impactam na qualidade dos dados armazenados no SisEA/MS.

Os apontamentos sobre a predominância dos tipos de ações, dos temas abordados e do público-alvo envolvidos foram importantes para entender os padrões das ações cadastradas,

entretanto somente a análise quantitativa foi insuficiente para responder às questões de pesquisa. Assim, as análises qualitativas, a partir da AD, apresentaram reflexões mais coerentes para as discussões apresentadas nesta pesquisa.

De um modo geral, as propostas apresentaram uma variedade de práticas e metodologias utilizadas, fundamentadas tanto na vertente crítica como conservadora da EA. Entretanto, foi verificada uma tendência à realização de ações preferencialmente com o público alvo escolar e em uma perspectiva na corrente conservadora da EA, em que os objetivos se deram na busca de uma mudança comportamental frente às atitudes por meio do “aprendizado” de novos conhecimentos, para a conscientização do público-alvo. Nesse sentido, as análises qualitativas, por meio da AD, inclinam para a urgência de um maior aprofundamento crítico por parte dos educadores que, ao realizarem práticas em uma vertente pragmáticas e conservadoras da EA, caracterizadas pela pouca criticidade, reproduzem ingenuamente o paradigma hegemônico, imersos na racionalidade dominante de produção capitalista.

As propostas da demanda Medidas Mitigadoras ou Compensatórias do Licenciamento Ambiental muitas vezes estão distantes de uma perspectiva mobilizadoras, e não contemplam nos temas dos PEAs os contextos dos impactos socioambientais das atividades dos empreendimentos, seus conflitos de interesse e direitos dos sujeitos envolvidos. Além disso, os PEAs realizados no contexto escolar merecem uma reflexão mais aprofundada sobre a sua efetividade enquanto proposta pedagógica, ainda que sua execução cumpra os requisitos estabelecidos pelos órgãos ambientais, como a autorização da unidade escolar para realização do Programa.

Considerando-se a carência de estudos relacionados à EA no âmbito do licenciamento ambiental, futuras investigações poderão compreender como essas práticas são formuladas e realizadas no contexto do MS. Espera-se que os resultados discutidos nesta pesquisa contribuam para a reflexão acerca do planejamento de atividades de EA nos atuais processos de licenciamento, a partir de orientações teóricas e metodológicas críticas, e que estejam voltadas à justiça ambiental.

É fato que a EA no licenciamento ambiental é algo que implica em tensões internas e externas ao órgão, pois vai na contramão dos interesses econômicos dominantes e sua forma desigual de organização territorial (QUINTAS, 2009). Porém, estudos que buscam essas reflexões podem contribuir para que, num futuro, a EA, mesmo como caráter educativo no licenciamento ambiental, possa estar apropriada aos sujeitos que historicamente ficaram excluídos dos processos decisórios, de conquista de direitos e de usos justos dos benefícios materiais decorrentes das atividades econômicas licenciadas

As propostas a partir da motivação Ação espontânea e Outras Demandas, apresentadas pelos proponentes de entidades governamentais e institutos abordaram temas relevantes para a estruturação da EA, por meio da mobilização de órgãos colegiados, formação de lideranças em EA e construção de políticas públicas. Enquanto isso, as propostas realizadas por entidades privadas inclinaram-se para ações que visavam à mudança comportamental ou estavam direcionadas à formação de uma imagem sustentável, para a gestão ambiental, no viés do selo verde, em um discurso do ambientalismo empresarial.

As propostas, a partir do Programa ICMS Ecológico, tiveram maior número de registros nos temas resíduos sólidos, estavam voltadas à comunidade escolar e organizadas a partir do tipo de proposta “ação pontual”, especialmente em datas comemorativas, como Semana do Meio Ambiente e Dia da Água. Os proponentes que apresentaram propostas do tipo “Programas de EA”, sugerem melhores condições para continuidade de ações de forma articuladas, com objetivos específicos, e que estão integrados à uma EA que busca as discussões dos diversos temas que emergem dos conflitos presentes no contexto dos municípios e regiões.

Em contrapartida, as “ações pontuais”, em sua maioria, se apresentam de forma isolada a partir de intervenções esvaziadas teoricamente, já que mesmo que nos discursos textuais façam referência a uma reflexão crítica seus pressupostos metodológicos não estão ancorados nessas perspectivas. Essas propostas fragilizam a organicidade da EA pois a requalificam-na no senso comum de práticas, numa perspectiva explicativa das Ciências Naturais e em um viés prescritivo, para um adestramento ambiental.

Os proponentes de diversas regiões apresentaram padrões como a inserção de ações realizadas no contexto escolar e repetições das propostas em edições sequências, de forma a garantir o volume de registros de propostas anualmente. Nessas condições não foi possível identificar o planejamento e a participação dos professores para a construção das ações, o que pode fragilizar a EA com ações realizadas por terceiros, de forma tangencial ou secundária ao projeto político pedagógico da escola.

As situações conferidas nas análises dessa pesquisa no contexto da demanda Programa ICMS Ecológico podem relacionar-se à metodologia de avaliação das ações em EA vigente na Tábua de Avaliação Qualitativa. É certo que a inclusão do parâmetro “ações de EA” na avaliação do Programa ICMS Ecológico foi um avanço indiscutível para a gestão ambiental pública, especialmente nos municípios participantes do programa. Entretanto, o mecanismo de avaliação vigente estabelece uma pontuação baseada nos índices quantitativos o que pode ter levado as negligências da qualidade educativa, panorama observado nas propostas. Nesse

sentido, viu-se a importância de discutir, ao final desta pesquisa, novos parâmetros de avaliação em uma abordagem qualitativa da EA.

Desta forma, os parâmetros para a Tábua de Avaliação Qualitativa do Programa ICMS Ecológico que podem fomentar melhores condições para a gestão ambiental pública municipal e para a garantia da realização de ações em EAC crítica, incluem: 1. Equipe técnica de servidores; 2. Políticas Públicas ambientais e em EA; 3. Estruturação administrativa do setor responsável pelas ações de EA; 4. Atuação dos órgãos de controle social e atuação dos movimentos sociais; e 5. Análise qualitativa das propostas cadastradas.

Os novos parâmetros de avaliação colocam a EA como um componente separado na Tábua de avaliação, em uma perspectiva complexa, de modo garantir a institucionalização da EA enquanto política pública nos municípios. A continuidade do modelo de avaliação vigente na Tábua de Avaliação pode levar à consolidação de propostas em uma perspectiva que acaba sendo mantenedora das relações sociais atuais e legitimadora do modo de produção vigente.

Assim, a EA enquanto componente separado na Tábua de Avaliação Qualitativa a partir dos parâmetros sugeridos, pode fomentar a institucionalização da EA enquanto política pública em nível municipal, o que secundariamente poderá melhorar qualitativamente as ações em EA realizadas pelos proponentes, promovendo o círculo virtuoso de práticas integradas, contínuas e transversais que envolvem a participação da comunidade no debate de questões socioambientais. Novos parâmetros poderão levar os proponentes a alcançarem bons resultados qualitativos, rompendo com o círculo vicioso de ações pontuais e colaborando teoricamente para uma tendência crítica da EA.

Desta forma, o Programa ICMS Ecológico poderá fomentar a instrumentalização das prefeituras para uma melhor gestão ambiental, que tenha como princípio o processo educativo crítico para romper a cultura política de governo dominante e tornar a EA enquanto uma política de Estado. As sugestões de novos parâmetros para avaliar a EA na gestão ambiental pública municipal são questões que merecem investimento de novos estudos, pois se dão na direção de oportunizar a construção de uma EA que sai do lugar de romântica e apolítica, para um outro lugar que traz uma perspectiva da coletividade para uma “transformação”, que pode romper com o paradigma da crise ambiental que vivemos atualmente.

Em suma, esta pesquisa procurou, em um primeiro esforço reflexivo, as primeiras avaliações do SisEA/MS, e não tem como proposta esgotar este assunto. Novos estudos sobre as ações em EA inseridas no SisEA/MS devem ser realizados para compreender quais dificuldades ocorrem para a execução das propostas, e como essas dinâmicas acabam determinando as concepções e os padrões identificados nas ações realizadas pelos proponentes. Segundo Gazzinelli (2002), as concepções em EA são reforçadas pela própria

experiência em EA, além daquelas que procedem da própria instituição em que atuam, como por exemplo, as prefeituras, instituições, empreendimentos e consultorias. Nesse sentido, é válido identificar em futuras investigações a representação social desses profissionais sobre a EA e o Meio Ambiente para a compreensão dos reflexos dessas concepções nas ações cadastradas no SisEA/MS.

Ademais, os apontamentos trazidos neste estudo poderão abrir novos caminhos para futuras pesquisas em diferentes perspectivas, contribuindo para o melhoramento dos aspectos técnicos e tecnológicos do SisEA/MS. As análises das ações em EA no contexto do MS, discutidas nessa pesquisa, é apenas um indicativo parcial, e que necessitam de continuidade do diagnóstico e alimentação desse Banco de Dados, para que se tenha um retrato mais fiel das atividades em EA no MS, com uma maior participação de pessoas e instituições que atuam nessa área.

O SisEA/MS enquanto política pública é considerado um marco na regulação da EA no MS, e apresenta inúmeras possibilidades para o avanço da EA e a consolidação dessa área do conhecimento enquanto política pública. O SisEA/MS abre caminhos para a formação de uma sociedade mais justa, pois, através do uso da tecnologia das informações disponibiliza o acesso à informação à sociedade através das ações em EA desenvolvidas no MS. Assim, o sistema ao conferir a posse de informação constitui um dos elementos mais importantes para a luta contra a exclusão social e o movimento de globalização a qualquer custo, cuja consequência é um modelo que concentra informação e tomada de decisão nas mãos daqueles que detêm as informações (ARRUDA; FREITAS, 2004).

Visto sua importância é preciso fortalecer o SisEA/MS para que cada vez mais cresça o número de registros de ações, e em melhor qualidade, refletindo em melhores dados para futuras investigações sobre o panorama da EA no MS. Compreender o andamento da EA no MS, por meio do Deea/MS, permitirá identificar os limites e potenciais deste campo do conhecimento enquanto política pública, e a determinação de novas diretrizes, que resultarão em práticas educativas que buscam a transformação da realidade, e contribuem para a superação das formas difusas e superficiais encontradas em práticas reformistas e conservadoras da EA.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, R. D. de. **Um estudo sobre as possibilidades de diálogo que o Sistema Brasileiro de Informações em EA (SIBEA) oferece ao usuário.** 2004. 131 fls. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) - Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2004.
- Arruda, R. D. de; Freitas, J. V. de. A construção do SIBEA e sua vinda para a FURG. **Ambiente & Educação**, 10(1), 2005.
- AVANZI, M. R. Ecopedagogia. *In: Identidades da educação ambiental brasileira.* Brasília: Ministério do Meio Ambiente, p. 36-49, 2004.
- BERTOLUCCI, D.; MACHADO, J.; SANTANA, L.C. Educação Ambiental ou Educações Ambientais? As adjetivações da educação ambiental brasileira. **Rev. Eletrônica Mestrado Educação Ambiental**, v.15, p. 36-48. 2005.
- BOGDAN, R. C.; Biklen, S. K. **Qualitative research for education: An introduction to theory and methods (2nd ed.)**. Needham Heights, MA: Allyn and Bacon, 1994.
- BRAND, A. J. ; COLMAN, R. S.; COSTA, R. B. da . Populações indígenas e lógicas tradicionais de Desenvolvimento Local. **Interações** (Campo Grande) , v. 9, p. 171-179, 2008.
- BRASIL. Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
- BRASIL. RESOLUÇÃO CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986** - Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental.
- BRASIL. CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997** - Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9795.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 abr. 1999.
- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília DF, 2000.
- BRASIL. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002.** Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília, DF: DOU, 26.6.2002.
- BRASIL. Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA).** Ministério do Meio Ambiente (MMA). Ministério da Educação (MEC). 3. ed. Brasília: MMA, 2005.
- BRASIL. Notícias: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/sistema-eletronico-de-informacao-agiliza-pesquisa-em-educacao-ambiental>. De 04 de Abril de 2007.
- BRUGGER, P. **Educação ou Adestramento ambiental.** Florianópolis: letras contemporâneas, 1994.
- CAMPELO JUNIOR, M. V.; SIQUEIRA, J. F. R. ; BRUNET, A. F. D. S. ; VIEIRA, M. R. M. ; VALVERDE, L. H. O. ; GIMENES, A. F. B. ; Wiziack, S. R. de C. Caminhos E Descaminhos Da Política Estadual De Educação Ambiental Do Mato Grosso Do Sul: da

legislação ambiental nacional aos interesses de grupos locais. *In*: Alexsande de Oliveira Franco; Victor Régio da Silva Bento. (Org.). **Áreas Naturais Protegidas Brasileiras: Gestão, Desafios, Conceitos E Reflexões**. 01ed.Campo Grande: Editora Inovar, v. 01, p. 126-139. 2021a.

CARVALHO, I. Ecologia, desenvolvimento e sociedade civil. **Revista de administração pública**, v. 25, n. 4, p. 4 a 11-4 a 11, 1991.

CARVALHO, I.C.M. “Movimentos sociais e políticas de meio ambiente. A educação ambiental aonde fica ?” *In*: SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.;BRAGA, T. (orgs.). **Cadernos do III Fórum de educação ambiental**. São Paulo: Gaia, p. 58-62, 1995.

CARVALHO, I.C.M. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**,2(2):43-51.2001.

CARVALHO, I.C. de M. **A invenção Ecológica: narrativas e trajetórias da Educação Ambiental no Brasil**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRG, 2002.

CARVALHO, I. C. de M. et al. Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da educação. *In*: **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, p. 13-24, 2004.

CARVALHO, I. C. de M. Discutindo a educação ambiental a partir do diagnóstico em quatro ecossistemas no Brasil. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 301-313, 2005.

CARVALHO, I.C. de M. Discutindo a educação ambiental a partir do diagnóstico em quatro ecossistemas no Brasil. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 301-313, 2005b.

CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CARVALHO, I.C.M.; SAMPAIO, G. H. A.: natureza, história e ação humana. *In*: CARVALHO, I. C. de M.; GRÜN, M.; TRAJBER, R. **Pensar o ambiente: bases filosóficas para a Educação Ambiental**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza dos trópicos**. *In*: Antônio Carlos Diegues: São Paulo: Ed. Hucitec, 2000.

COELHO, W. A.; ROSA, M. A.; KAUCHAKJE, S. Os Educadores Ambientais Municipais Diante Da Crise De Pandemia. **Revbea**, São Paulo, V. 15,No4:427-439, 2020.

CRUZ, L. G. As políticas públicas de educação ambiental e sua inserção na escola pública: analisando a proposta da agenda 21 escolar. *In*: LOUREIRO, C. F.B.; DE AC LAMOSA, R. (Ed.). **Educação ambiental no contexto escolar: um balanço crítico da década da educação para o desenvolvimento sustentável**. Quartet, p. 252-283. 2015.

DE LUCA, A. Q. Educação Ambiental e análise de discurso: Uma proposta de pesquisa. **Revista do SETA-ISSN 1981-9153**, v. 5, 2011.

De LUCA, A. Q. Uma análise de discurso da política pública federal de educação ambiental. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2013.

- DE LUCA, A. Q.; LAGAZZI, S. M. Uma análise de discurso materialista do tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global. **Cadernos De Estudos Lingüísticos**, v. 58, n. 1, p. 153-166, 2016.
- DIEGUES, A. C. O mito do paraíso desabitado: as áreas naturais protegidas. **Incertezas de sustentabilidade na globalização**, p. 279-318, 1996.
- DUTRA, M. R. O. Professores e EA: discursos que os atravessam. *In*: V Congresso Iberoamericano de Educação Ambiental. Joinville, SC. Anais eletrônico. Disponível em: http://www.viberoea.org.br/index.php?secao=secoes.php&sc=1&sub=MA==&url=_. 2006.
- SILVA, S. D. et al. Ciência e crise ambiental em meio a incêndios e pandemia. **Ambiente & Sociedade**, v. 24, 2021.
- DZIEKANIAK, C. V. Projeto Sala Verde como instrumento de política pública para a democratização e o acesso à informação socioambiental: limites e perspectivas. 2019. 321p. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) – FURG, Rio Grande, 2019.
- FERRARO JÚNIOR, L. A. Dialogar e digladiar: entre a conflagração e a constituição do campo da pesquisa sobre políticas públicas de educação ambiental. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 7, n. 2, p. 133-145, 2012.
- FERREIRA, L. da C. **A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 1998.
- FLORIANO, E. P. **Políticas de gestão ambiental**. 3. ed. Santa Maria. Universidade Federal de Santa Maria. Departamento de Ciências Florestais, p.128, 2007.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- FREITAS, S. F.; NETO, I. S.; MACEDO, H.S.; MERICO, L. F.K. Educação Ambiental em espaços não-escolarizados: gestão e conservação. *In*: TAGLIEBER, J. E.; GUERRA, A. F.S. **Pesquisa em Educação Ambiental: pensamentos e reflexões de pesquisadores em Educação Ambiental**. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, p. 189-197, 2004.
- FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n. 21, 2000.
- GARCIA, M. A. et al. Duas décadas da PNEA: Avanços e Retrocessos no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 15, n. 5, p. 250-270, 2020.
- GILL, R. Análise de Discurso. *In*: BAUER, M.W; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3a ed. Petrópolis (RJ): Vozes; p.244-70, 2002.
- GUERRA, A. F. S. Programas e ações de formação docente em EA. *In*: TAGLIEBER, J. E.; GUERRA, A. F.S. **Pesquisa em Educação Ambiental: pensamentos e reflexões de pesquisadores em Educação Ambiental**. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, p. 99-104, 2004.
- GUERRA, A. et al. Um olhar sobre EA e suas práticas na região Sul—a contribuição da REASul. **Ambiente & Educação**, v. 9, n. 1, p. 177-198, 2004.
- GUIMARÃES, M. **Educação ambiental: no consenso, um embate?** Campinas: Papirus. 2000a.
- GUIMARÃES, M. **Educação Ambiental. Coleção “Temas De Meio Ambiente”**. Editora Unigranrio, 2000b.

GUIMARÃES, M. Educadores ambientais em uma perspectiva crítica: reflexões em Xerém. 2003. 179f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

GUIMARÃES, M. Educação Ambiental Crítica. *In: Identidades da educação ambiental brasileira* / Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Layrargues, P.P. (coord.). – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

GUIMARÃES, M. Armadilha paradigmática na educação ambiental. *In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. L.; CASTRO, R. S. de. (Orgs.). Pensamento complexo, dialética e educação ambiental.* São Paulo: Cortez, 15-29 p, 2006.

GUIMARÃES, M. **A Dimensão Ambiental na Educação.** 8ª. ed. Campinas / SP: Papyrus Editora, v. 1. 104p, 2007a.

GUIMARÃES, M. A Formação de Educadores Ambientais. 3ª ed. São Paulo: Papyrus. 2007b.

GUIMARÃES, M. Por uma educação ambiental crítica na sociedade atual. **Revista Margens Interdisciplinar**, v. 7, n. 9, p. 11-22, 2013.

GUIMARÃES, M.; MEDEIROS, H. Q. Outras epistemologias em Educação Ambiental: o que aprender com os saberes tradicionais dos povos indígenas. **Revista Eletrônica Do Mestrado Em Educação Ambiental**, v. 1, p. 50-67, 2016.

GUIMARÃES, M.; PLÁCIDO, P. DE O. A promoção da parceria empresa-escola: a construção do consenso em torno do discurso do desenvolvimento sustentável. *In: LOUREIRO, C. F. B.; DE AC LAMOSA, R. (Ed.). Educação ambiental no contexto escolar: um balanço crítico da década da educação para o desenvolvimento sustentável.* Quartet, p. 139-163, 2015.

GUIMARÃES, M.; VASCONCELLOS, M. das M. N. Relações entre educação ambiental e educação em ciências na complementaridade dos espaços formais e não formais de educação. **Educar em Revista**, p. 147-162, 2006.

HÖFLING, E. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n.55, p. 30-41, 2001.

IBAMA. Coordenação Geral de Educação Ambiental. Como o IBAMA exerce a Educação Ambiental. Brasília: Edições IBAMA, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico. Rio de Janeiro, 2010.

IMASUL. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. **Gestão ambiental em Mato Grosso do Sul: conceitos e práticas** / Eliane Crisóstomo Dias Ribeiro de Barros e Eliane Maria Garcia (orgs.). Dourados, MS: UEMS, 2014.

IMASUL. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. **Orientações Para Enquadramento De Ações De Educação Ambiental No Sisea/MS.** 2015. Disponível em <<http://www.imasul.ms.gov.br/educacao-ambiental/sistema-estadual-de-informacao-em-educacao-ambiental-SisEAm/>>.

IMASUL. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul / Imasul. Diretoria de Desenvolvimento. **Guia Orientativo ICMS Ecológico 2018.** Campo Grande, MS: 2018a.

IMASUL. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul / Imasul. Diretoria de Desenvolvimento. **Roteiro para Elaboração de Programa de Educação Ambiental (PEA)**. 2018. Campo Grande, MS: 2018b.

IMASUL. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul / Imasul. Diretoria de Desenvolvimento. **Roteiro para Elaboração de Relatórios de Execução de Programas de Educação Ambiental (PEAs)**. Campo Grande, MS: 2018c. 14p.

IMASUL. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. - Imasul. Diretoria de Desenvolvimento. Gerência de Desenvolvimento e Modernização. **Planejamento Estratégico 2019 - 2024**. Campo Grande, MS: Imasul, 2019.

IMASUL. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. Diretoria de Desenvolvimento. Gerência de Desenvolvimento e Modernização. 2020a. Disponível em <<http://www.imasul.ms.gov.br/educacao-ambiental/sistema-estadual-de-informacao-em-educacao-ambiental-SisEAMs/>>. Acesso em 02 de Junho de 2020.

IMASUL. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. Diretoria de Desenvolvimento. Gerência de Desenvolvimento e Modernização. Unidade de Educação Ambiental. **Manual do Usuário – Sistema Estadual de Informações em Educação Ambiental SisEA/MS 2020**. Campo Grande, MS: 2020b.

JACOBI, P. R. Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, 2005.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de pesquisa**, p. 189-206, 2003.

KAPLAN, L. Análise crítica dos discursos presentes nos documentos que definem a Política de Educação Ambiental no Brasil. 2010 Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

LAYRARGUES, P. P. A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema gerador ou a atividade-fim da educação ambiental? *In*: REIGOTA, M. (Org.). **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LAYRARGUES, P. P. A conjuntura da institucionalização da Política Nacional de Educação Ambiental. **OLAM-Ciência & Tecnologia**. Rio Claro, v. 2, n. 1, p. 1-14, 2002b.

LAYRARGUES, P. P. A natureza da ideologia e a ideologia da natureza: elementos para uma sociologia da Educação Ambiental. Tese de Doutorado, IFCH/UNICAMP. Campinas, SP: [s.n.], 2003.

LAYRARGUES, P. P. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. *In*: LOUREIRO, C. B. F.; LAYRARGUES, P. P. CASTRO, R. S. de. (Orgs.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 179-219 p, 2005.

LAYRARGUES P.P.; LIMA, G.F.C. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil. *In*: **VI Encontro “Pesquisa em Educação Ambiental” A Pesquisa em Educação Ambiental e a Pós-Graduação no Brasil**, Ribeirão Preto, p. 1-15, 2011.

LAYRARGUES, P.P. Educação Ambiental não Brasil: o que mudou não vinte anos da Rio 92 uma Rio+20. **ComCiência - Revista eletrônico de jornalismo científico**, 2012a.

LAYRARGUES, P. P.. Para onde vai a educação ambiental? O cenário político-ideológico da educação ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica. **Rev. Contemporânea de Educação** 7(14):398-421, 2012b.

LAYRARGUES, P. P. Quando os ecologistas incomodam: a desregulação ambiental pública no Brasil sob o signo do Anti-ecologismo. **RP3-Revista Pesquisa em Políticas Públicas**, v. 12, p. 1-30, 2018a.

LAYRARGUES, P.P. Subserviência ao capital: educação ambiental sob o signo do antiecológico. **Pesquisa em Educação Ambiental**, 13(1):28-47, 2018b.

LAYRARGUES, P. P. Educação Ambiental nas sociedades capitalistas. **Revista Novamerica**, Rio de Janeiro, n. 157, p. 24-30, 2018c

LAYRARGUES, P. P. Pandemias, colapso climático, antiecológico: Educação Ambiental entre as emergências de um ecocídio apocalíptico. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 15, n. 4, p. 1-30, 2020a.

LAYRARGUES, P. P. P. Manifesto por uma Educação Ambiental indisciplinada. **Ensino, Saude e Ambiente**, p. 44-88, 2020b.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. da C. As macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & sociedade**, v. 17, p. 23-40, 2014.

LEONARDI, M.L. de A. A educação ambiental como um dos instrumentos de superação da insustentabilidade da sociedade atual. *In: CAVALCANTI, C. (Org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez / Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

LEVY, M.I.C. Escola ambientalizada e formação de professoras: compromissos e desafios. *In: TAGLIEBER, J. E.; GUERRA, A. F.S. Pesquisa em Educação Ambiental: pensamentos e reflexões de pesquisadores em Educação Ambiental*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, p. 105-143, 2004.

LIMA, G. C. Questão ambiental e Educação: contribuições para o debate. **Ambiente & Sociedade**. Ano 2, Nº 5, p. 135-153, 2º Semestre de 1999.

LIMA, G. F. da C. “Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória”. *In: LAYRARGUES, P. P.; Castro, R. S; LOUREIRO, C. F. B. (orgs.) Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*, São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, G. da C. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente & Sociedade**, v. 6, n. 2, p. 99-119, 2003.

LIMA, G. da C. Formação e dinâmica do campo da educação ambiental no Brasil: emergência, identidades, desafios. 2005. 207 p. Tese (Doutorado)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

LIMA, G.F.C. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.35, n.1, p. 145-163, 2009.

LIMA, G. F. A. DA COSTA. institucionalização das políticas e da gestão ambiental no Brasil: avanços, obstáculos e contradições. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 23, 2011.

LOUREIRO, C.F.B. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. **Ambiente e Educação**, Rio Grande, 56 8: 37-54, 2003.

LOUREIRO, C.F.B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. *In*: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de. (Orgs.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LOUREIRO, C.F.B. Teoria Social e Questão Ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em educação ambiental. *In*: LOUREIRO, C. B. F; LAYRARGUES, P. P. ; CASTRO, R. S. de. (Org.). **Sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006a.

LOUREIRO, C.F.B. Complexidade E Dialética: Contribuições À Práxis Política E Emancipatória Em Educação Ambiental. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 131-152, jan./abr. 2006b.

LOUREIRO, C.F.B. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. *In*: MELLO, S.S., TRAJBER, R. (Coord.). **Vamos Cuidar do Brasil: conceitos e praticas em Educação Ambiental na escola**. Brasília: Ministério da Educação / Ministério do Meio Ambiente / UNESCO, 2007.

LOUREIRO, C.F.B. Educação ambiental no licenciamento: aspectos legais e teórico-metodológicos. *In*: _____. (Org.). **Educação ambiental no contexto de medidas mitigadoras e compensatórias: o caso do licenciamento**. Salvador: IMA, p. 17-42, 2009.

LOUREIRO, C.F.B. A educagao ambiental brasileira: afirmando posigões. *In*: **Sustentabilidade e educagao : um olhar da ecologia política**. Sao Paulo: Cortez, p. 81-89, 2012.

LOUREIRO, C. F. B. Indicadores . *In*: FERRARO JÚNIOR, L. A. (Org.). **Encontros e caminhos**. Brasília, DF:Ministério do Meio Ambiente, . v. 3, 2013.

LOUREIRO, C.F.B. Educação ambiental e epistemologia crítica. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 32, n. 2, p. 159-176, 2015.

LOUREIRO, C.F.B. Educação Ambiental e educação para o desenvolvimento sustentável: polêmicas, aproximações e distanciamentos. *In*: LOUREIRO, C.F.B; DE AC LAMOSA, R. (Ed.). **Educação ambiental no contexto escolar: um balanço crítico da década da educação para o desenvolvimento sustentável**. Quartet, p. 35-67, 2015.

LOUREIRO, C.F.B. **Educação Ambiental: questões de vida**. São Paulo: Cortez, 2019.

LOUREIRO, C.F.B. Contribuições teórico-metodológicas para a educação ambiental com povos tradicionais. **Ensino, Saúde e Ambiente**, 2020.

LOUREIRO, C. F. B.; AZAZIEL, M. e FRANCA, N. **Educagao ambientale conselho em unidades de conservando: aspectos teóricos e metodológicos**.Rio de Janeiro: IBASE, 2007.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trabalho, educação e saúde**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 2013.

LOUREIRO, C.F.B; SAISSE, M. V.; CUNHA, C. C. Histórico da educação ambiental no âmbito federal da gestão ambiental pública: um panorama da divisão do IBAMA à sua reconstrução no ICMBio. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 28, 2013.

LUDKE, M.; ANDRÈ, M.E.D I (Org.). **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 2012.

MAGALHÃES, N.; LOUREIRO, CF.B. A Institucionalização Da Educação Ambiental No Licenciamento: Uma Política Para A Participação Social Na Gestão Ambiental Pública. **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 11, n. 1, p. 125-137, 2016.

MAMEDE, S. B., BENITES, M., SIQUEIRA, J. F. R., & JUNIOR, M. V. C. Educação Ambiental e os desafios para implementação de políticas públicas em Mato Grosso do Sul. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, 16(1), 493-507. 2021.

MAMEDE, S.; BENITES, M.; SIQUEIRA, J. F. R.; JÚNIOR, M. V. M. Desafios e Perspectivas de Monitoramento das Políticas Públicas em Educação Ambiental no Mato Grosso do Sul. *In: Avaliação e monitoramento de políticas públicas de educação ambiental no Brasil: transição para sociedades sustentáveis*, org Maria Henriqueta Andrade Raymundo, Piracicaba : MH- Ambiente Natural, 2019a.

MAMEDE, S.; BENITES, M.; SIQUEIRA, J.F.R.; CAMPELO JUNIOR, M.; DOS SANTOS, A.S.; VASCONCELOS, H.P.; NOGUEIRA, S. De S. M.; BATISTOTI, S.; BROCH, S.O.; VAN LONKHUIJZEN, D.M.; HUGO, D. Desdobramentos da Oficina de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental no Âmbito da Comissão Interinstitucional de EA do Mato Grosso do Sul (CIEA/MS). *In: Avaliação e monitoramento de políticas públicas de educação ambiental no Brasil: transição para sociedades sustentáveis* [recurso eletrônico] /organização de Raymundo, M.H.A[et al.]. Piracicaba : MH- Ambiente Natural, p. 407- 410, 2019b.

MANSILLA, D. E. P.; SATO, M. T. Construindo Esperanças Nas Políticas Públicas Sócioambientais Por Meio Da Participação Democrática Nos Territórios Mato- Grossenses. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S. l.], v. 23, 2009.

MATO GROSSO DO SUL. SEPLAN-MS. Atlas multirreferencial: Estado de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS: SEPLAN-MS, 1990.

MATO GROSSO DO SUL. Lei Complementar nº 159, de 26 de Dezembro de 2011.

MATO GROSSO DO SUL. **Avaliação Ambiental Estratégica Do Prodetur Nacional No Estado Do Mato Grosso Do Sul**, 2012.

MATO GROSSO DO SUL. **Lei Estadual nº 4.219**, de 11 de julho de 2012.

MATO GROSSO DO SUL. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul**. SEGUNDA APROXIMAÇÃO. Elementos para construção da sustentabilidade do território sul-matogrossense. Campo Grande, MS 2015.

MATO GROSSO DO SUL. **Decreto nº 14.696**, de 28 de março de 2017.

MATO GROSSO DO SUL. **Programa Estadual de Educação Ambiental – ProEEA**. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia - SEMAC. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL. Campo Grande, MS, 2018.

MATO GROSSO DO SUL. **Política Estadual de Educação Ambiental – PEEA**. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia - SEMAC. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL. Campo Grande, MS, 2018.

- MARANDINO, M. Faz sentido ainda propor a separação entre os termos educação formal, não formal e informal?. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 23, p. 811-816, 2017.
- MINAYO, M. C. de S. (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MINAYO, M. C. De S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista pesquisa qualitativa**, v. 5, n. 7, p. 1-12, 2017.
- MINAYO, M. C. de S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?. **Cadernos de saúde pública**, v. 9, n. 3, p. 237-248, 1993.
- MODESTO, M. A.; DOS SANTOS, T. F. Atuação Dos Educadores Ambientais E A (Re)Construção De Sociedades Sustentáveis: Constructo De Uma Transformação Possível. **Revbea**, São Paulo, V. 15, No4:528-548, 2020.
- MOREIRA, T.; Espaços Educadores Sustentáveis: Salto para o futuro. Ano XXI –Boletim 7. Tv. Escola, Brasília, 2011.
- NOVICKI, V.; SOUZA, D. B. de. Políticas públicas de educação ambiental e a atuação dos conselhos de meio ambiente no Brasil: perspectivas e desafios. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, v. 18, p. 711-736, 2010.
- NUNES, E. R. M. A educação ambiental e as políticas educacionais. In: TAGLIEBER, J. E.; GUERRA, A.F.S. **Pesquisa em Educação Ambiental: pensamentos e reflexões de pesquisadores em Educação Ambiental**. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, p. 205-214, 2004.
- Órgão Gestor da PNEA. Texto-Base: apresentação da proposta de um Sistema Nacional de Educação Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente / Ministério da Educação. 2007.
- OLIVEIRA, E. M. de. **Cidadania e educação ambiental: uma proposta de educação no processo de gestão ambiental**. Brasília: edições IBAMA, 2003.
- ORLANDI, E.P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas (SP): Pontes; 1999.
- OTERO, P. B. G.; NEIMAN, Z. Avanços e desafios da educação ambiental brasileira entre a Rio92 e a Rio+ 20. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 10, n. 1, p. 20-41, 2015.
- PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos lingüísticos**, v. 19, p. 7-24, 1990.
- PEDROTTI, D.; SATO, M. Políticas públicas em educação ambiental: velho vinho engarrafado por novos enólogos. **Educação: tendências e desafios de um Campo em Movimento**. Brasília: UnB, ANPEd Centro-Oeste, 2008.
- PEREIRA, L. B. de O. Os sentidos do discurso da Educação Ambiental no Ensino Técnico nos resumos de dissertações e teses brasileiras. **Ambiente & Educação**, v. 22, n. 1, p. 244-257, 2017.
- PIERRO, B. D.; JACOBI, P. R. Crise Ambiental e Pandemia: Descaminhos no Brasil e Rumos para uma Nova Governança. **Fronteiras**, p. 9-25, 2021.
- PIMENTEL, A. **O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica**. Cad. Pesq., São Paulo, n. 114, 2001.

PINHEIRO, A.; PEREIRA, G.R.; REFOSCO, J.; VIEIRA, R.; ZENI, A.L.B. ABORDAGENS EM EA NÃO-FORMAL: GESTÃO, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ENTORNO. *In*: TAGLIEBER, J.E.; GUERRA, A.F.S. **Pesquisa em Educação Ambiental: pensamentos e reflexões de pesquisadores em Educação Ambiental**. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, p. 177-188, 2004.

PINTO; V. P. DOS S.; GUIMARÃES, M. A Educação Ambiental No Contexto Escolar: Temas Ambientais Ocas Como Temas Geradores Diante Das Questões Socioambientais O controversas. **Revista de Geografia – PPGEO - UFJF**. Juiz de Fora, v.7, n.2, (Jul-Dez) p.149-162, 2017.

QUINTAS, J. S.; GOMES, P; UEMA, E. **Pensando e Praticando a Educação Ambiental no Processo de Gestão Ambiental: Uma concepção pedagógica e metodológica para a prática da educação ambiental no licenciamento**. Brasília, IBAMA, 2005.

QUINTAS, J.S. Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico. *In*: LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. de. **Repensar a educação ambiental um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, p. 33-79, 2009.

RAYMUNDO, M. H. A. et al. Indicadores de monitoramento e avaliação de projetos e políticas públicas de Educação Ambiental no Brasil. *Ambientalmente Sustentável: Revista científica galego-lusófona de educación ambiental*, v. 23, p. 25-39, 2017.

REIGOTA, M. A. Educação ambiental: compromisso político e competência técnica. **Revista de Estudos Universitários-REU**, v. 26, n. 1, 2000.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. Brasiliense, 2017.

RODRIGUES, J. N.; GUIMARÃES, M. Políticas Públicas e Educação Ambiental na contemporaneidade: uma análise crítica sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). **Ambiente & Educação**, v. 15, n. 2, p. 13-30, 2010.

DOS SANTOS, V. M. N.; JACOBI, P. R. Formação de professores e cidadania: projetos escolares no estudo do ambiente. *Educação e Pesquisa: Revista da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo*, v. 37, n. 2, p. 263-278, 2011.

SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos: Rima, 2002.

SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos, RiMa, 2004.

SATO, M. Identidades da Educação Ambiental como rebeldia contra a hegemonia do desenvolvimento sustentável. *In*: **XII Jornadas da Associação Portuguesa de Educação Ambiental. Educação Ambiental nas Políticas do Desenvolvimento Sustentável**. Anais. Lisboa: ASPEA, 2005.

SATO, M.; SILVA, R.; JABER, M. **Educação Ambiental: tessituras de esperanças**. Cuiabá: Editora Sustentável, EdUFMT, 2018.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. *In*: **Educação ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, p. 17-44, 2005.

SEGURA, D. de S. B. **Educação ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica**. Annablume, 2001.

SEMADE/MS. **Resolução n. 27, de 16 de fevereiro de 2016** - Estabelece os critérios, fórmulas de cálculo e os procedimentos de participação dos Municípios no rateio da alíquota

do ICMS Ecológico para o componente Unidades de Conservação e Terras Indígenas e dá outras providências.

SEMADE/MS. **Estudo da Dimensão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul: Regiões de Planejamento**, 2015.

SEMADE/MS. **Resolução n. 22, de 30 de dezembro de 2015**. Disciplina os critérios e os procedimentos de participação dos municípios no rateio da alíquota do ICMS Ecológico para o componente Resíduos Sólidos Urbanos e dá outras providências.

SILVA, S. D., JACOBI, P. R., LAUDA-RODRIGUEZ, Z., & MILZ, B. Ciência e crise ambiental em meio a incêndios e pandemia. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. 24, p. 1-07, 2021.

SORRENTINO, M. Educação ambiental e universidade: um estudo de caso. São Paulo: Tese de Doutorado, USP. 1995.

SORRENTINO, M., TRAJBER, R., MENDONÇA, P., & FERRARO JUNIOR, L. A. Educação ambiental como política pública. **Educação e pesquisa**, 31, 285-299, 2005.

SPAZZIANI, M. DE L. A Educação Ambiental No Espaço Da Políticapública Brasileira. *In*: Tozoni-Reis, M. F. De C.; Maia, J. S. Da S. (org). **Educação ambiental a várias mãos: educação escolar, currículo e políticas públicas**. Araraquara: Junqueira & Marin, p.140-156, 2014.

TAGLIEBER, J.E.; GUERRA, A.F.S. Pesquisa em Educação Ambiental: pensamentos e reflexões de pesquisadores em Educação Ambiental. Pelotas: Editora Universitária/ UFPel, p. 55-77, 2004.

TAMAIO, I. A política pública de educação ambiental: sentidos e contradições na experiência dos gestores/educadores da Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente - gestão do governo Lula (2003-2006). 2007. 176p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – CDS, UNB, Brasília, 2007.

TEIXEIRA, L. A.; TALAMONI, J. L. B.; TOZONI-REIS, M. F. de C. A relação teoria e prática em projetos de educação ambiental desenvolvidos em um bairro de Bauru, SP, Brasil. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 19, n. 3, p. 657-676, 2013.

TEROSSI, M. J.; SANTANA, L.C. Projetos: Alternativas viáveis na Educação Ambiental?. **Educação: Teoria e Prática**, v. 21, n. 37, p. 135-154, 2011.

TOZONI-REIS, M. F. de C. et al. A educação ambiental na escola básica: diretrizes para a divulgação dos conhecimentos científicos. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 7, n. 1, p. 29-48, 2012.

TOZONI-REIS, M. F. de C.; JANKE, N. Políticas públicas para a educação no Brasil: contribuições para compreender a inserção da educação ambiental na escola pública. **Educação ambiental a várias mãos: educação escolar, currículo e políticas públicas**. Araraquara: Junqueira & Marin, p. 110-124, 2014.

TOZONI-REIS, M. F. C. Contribuições para uma pedagogia crítica na educação ambiental: reflexões teóricas. *In*: LOUREIRO, C. F. B. **A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação**. Rio de Janeiro: Quartet, p. 177-221, 2007.

TOZONI-REIS, M. F. de C. Temas ambientais como “temas geradores”: contribuições para uma metodologia educativa ambiental crítica, transformadora e emancipatória. **Educar**, Curitiba, n. 27, p. 93-110, 2006.

TREIN, E. S. A educação ambiental crítica: crítica de quê?. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 7, n. 14, 2012.

VELASCO, S. L. Perfil da lei de política nacional de educação ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 2, 2000.

VIÉGAS, Aline; GUIMARÃES, Mauro. Crianças e educação ambiental na escola: associação necessária para um mundo melhor. **Revista brasileira de educação ambiental**, Brasília, n. 0, p. 56-62, 2004.

VIEZZER, M. L. Somos todos aprendizes-lembranças da construção do tratado de Educação Ambiental. Paraná, Toledo. Disponível em: <http://www.ecomarapendi.org.br/REBEA/Arquivos/aprendizes.2004>.

ZAKRZEWSKI, S. B.; LISOVSKI, L. A.; COAN, C. M. Comentando a Política Nacional de Educação Ambiental. **A Educação Ambiental Na Escola: Abordagens Conceituais**. organizado por Zakrzewski, S. B. - Erechim/RS: Edifapes, p. 93, 2003.

ANEXO 01. Tábua de Avaliação Qualitativa do Programa ICMS Ecológico



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE e
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEMADE

INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL -
IMASUL

GERÊNCIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - GUC



**AValiação Qualitativa ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
MUNICIPAL**

Ano da Avaliação:		Exercício Fiscal:	
------------------------------	--	------------------------------	--

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome da UC:

Ato e data de criação da UC:

2. LOCALIZAÇÃO DA UC

Nome do município de interface:

Área total do município de interface:

3. QUALIFICAÇÃO FÍSICA DA UC

Área com qualidade física satisfatória (ha):

Área com qualidade física insatisfatória (ha):

Área em processo de recuperação (ha):

4. RESPONSABILIDADE TÉCNICA DO DECLARANTE (MUNICÍPIO)

Nome completo do avaliador:

Nº do Registro Profissional (opcional)/função:

Local e data da avaliação:

Assinatura do avaliador:

5. RESPONSABILIDADE TÉCNICA DO AVALIADOR (IMASUL)

Nome completo do profissional avaliador:

Nº do Registro Profissional e/ou Matrícula:

Local e data da avaliação:

Assinatura do profissional avaliador:

1. PLANEJAMENTO, GESTÃO E MANEJO DA UC

1.1 O Plano Operacional e Emergencial de Proteção e Fiscalização da UC está elaborado visando a adequada gestão da UC? (Responder a esta pergunta, se a UC tiver até 5 anos) **5**

() sim **100%**

() não **0%**

Ou:

- O Plano de Manejo da UC está aprovado e publicado em Diário Oficial? (**Responder a esta pergunta se a UC tiver mais de 5 anos**) **5**

() sim e dentro da validade (**apres. a publicação do extrato e informar o prazo de validade**) **100%**

() sim, porém vencido (**sem revisão/desatualizado**) **0%**

1.2 Qual o nível de implementação do planejamento/plano de manejo acima citado? (**apresentar cópia do Plano**) **3**

(a) 100% dos programas de manejo previstos Plano Operacional Emergencial de Proteção e Fiscalização/Plano de Manejo estão sendo implementados. **100%**

(b) 50% dos programas de manejo previstos Plano Operacional Emergencial de Proteção e Fiscalização/Plano de Manejo estão sendo implementados. **50%**

(c) Atualmente nenhum dos programas de manejo previstos Plano Operacional Emergencial de Proteção e Fiscalização/Plano de Manejo estão sendo implementados **0%**

1.3 A equipe de administração/proteção/orientação na UC está adequada? (**citar o nome do(s) responsável (eis), sua formação e função na equipe, apresentando os últimos certificados/declarações na área**) **4**

(a) O número de funcionários é suficiente e é capacitado **100%**

(b) O número de funcionários é suficiente e parcialmente capacitado **75%**

(c) O número de funcionários não é suficiente, porém capacitado **50%**

(d) O número de funcionários é insuficiente e incapacitado **25%**

(e) Não existe funcionário para a UC **0%**

1.4 As placas de orientação para localização e identificação da unidade de conservação estão instaladas de forma satisfatória (quantidade e qualidade)? **3**

- (a) altamente satisfatória **100%**
- (b) satisfatório **75%**
- (c) medianamente satisfatório **50%**
- (d) pouco satisfatório **25%**
- (e) insatisfatório ou inexistente **0%**

2. PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO PÚBLICA

2.1 Existe Conselho Gestor da UC (pode ser o Conselho Mun. de Meio Ambiente que tenha atribuição de conselho gestor de UC)? **(apresentar comprovante) 4**

- (a) sim e está ativo **100%**
- (b) sim, porém está inativo **50%**
- (c) não **0%**

2.2 Existe Conselho Municipal de Meio Ambiente formalmente instituído?**(apresentar comprovação) 4**

- (a) Sim e está ativo (com nomeação dos membros, regimento instituído, reuniões periódicas previstas em calendário e livro Ata) **100%**
- (b) Sim, porém inativo **50%**
- (c) Não **0%**

2.3 Existe Fundo Municipal de Meio Ambiente legalmente criado? **4**

- () sim **(apresentar cópia da Lei) 100%**
- () não **0%**

2.4 Foi apresentado ao IMASUL plano de aplicação dos recursos de ICMS Ecológico (para este ano e dentro do prazo especificado)? **5**

- (a) sim, e o Conselho Municipal de MA participou da elaboração/aprovação do Plano de Aplicação dos recursos do ICMS Ecológico **(apresentar cópia da ata) 100%**
- (b) sim, porém Conselho Municipal de MA não participou da elaboração/aprovação do Plano de Aplicação dos recursos do ICMS Ecológico **50%**
- (c) não ou apresentou fora do prazo **0%**

2.5 O município tem ações de educação ambiental cadastradas e aprovadas no SisEA/MS (Sistema Estadual de Informação em Educação Ambiental) até a data limite da etapa de avaliação da tábua? **(Item a ser preenchido pela Unidade de Educação Ambiental/IMASUL)**. Poderão ser assinaladas mais de uma alternativa. **4**

- (a) Possui programa cadastrado e aprovado (no mínimo 1). **30%**
- (b) Possui projetos cadastrados e aprovados (no mínimo 1). **10%**
- (c) Possui projetos cadastrados e aprovados (mais de 1). **20%**
- (d) Possui campanhas cadastradas e aprovadas (no mínimo 1). **8%**
- (e) Possui campanhas cadastradas e aprovadas (mais de 1). **17%**
- (f) Possui ações pontuais e/ou pesquisas cadastradas e aprovadas (no mínimo 3). **5%**
- (g) Possui ações pontuais e/ou pesquisas cadastradas e aprovadas (mais de 3). **10%**
- (h) Não cadastrou ou cadastrou mas não foi aprovado. **0%**

3. QUALIDADE AMBIENTAL

3.1 Qual a % da cobertura vegetal natural da unidade de conservação? **(utilizar dados do Plano de Manejo ou imagem de satélite atualizada- A GUC fará a análise e preencherá esta questão) 30**

- (a) de 71 a 100% **100%**
- (b) de 51 a 70% **50%**
- (c) até 50% **0%**

3.2 Houve incêndio/ou queimada não autorizada no interior da UC no último ano? (**poderá ser comprovado pelo IMASUL através de focos de calor via site do INPE**) **2**

- (a) não houve incêndio ou queimada não autorizada **100%**
- (b) sim, e foram adotadas as medidas necessárias para minimizar os efeitos **50%**
- (c) sim e não foram adotadas as medidas necessárias para minimizar os efeitos **0%**

3.3 A UC possui áreas com erosão que ainda não estão sendo recuperadas? **5**

- (a) insignificante ou não possui **100%**
- (b) moderada **50%**
- (c) severa **0%**

OBS.: A presença de um nº no final de cada enunciado indica que a questão pontua e qual é o peso da questão; no final de cada alternativa está a percentagem.

RECOMENDAÇÕES, observações ou justificativas técnicas do profissional avaliador, para a melhoria da qualidade da UC, ou outros, devidamente comunicadas a prefeitura municipal.

ANEXO 02. Ficha de cadastro individual das propostas utilizadas para sistematização dos dados

Cadastro da Proposta N°	
1. DADOS GERAIS	
Tipo de Ação	
Nome/Razão Social	
Título	
Objetivo da Ação	
Temática	
Área de Abrangência	
Local	
Público Alvo	
2. DETALHAMENTO	
Data de Início	
Motivação	
Resumo da Ação	
Resultados Obtidos	
3. ATIVIDADES	

ANEXO 03. Propostas analisadas cadastradas no SisEA/MS a partir da demanda “Medidas mitigatórias ou compensatórias do Licenciamento Ambiental”³²

	Título	Tipo de Ação	Proponente	Abrangência	Local	Temas
L1	Programa de educação ambiental - It coamo	Programa	Coamo agroindustrial cooperativa	Municipal	Dourados	Animais silvestres Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc) Água Energia elétrica Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfico, espécies invasoras, etc)
L2	Programa de educação ambiental - se coamo	Programa	Coamo agroindustrial cooperativa	Municipal	Dourados	Água; Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfico, espécies invasoras, etc) Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros) Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc) Animais silvestres
L3	Execução do programa de educação ambiental - pea	Campanha	Ekt 12-a serviços de tramissão de energia elétrica	Regional	Municípios terenos, campo grande, nova	X outros (detalhar no resumo da ação) Impactos ambientais (queimada,

³² Os elementos textuais das propostas estão transcritos *ipsis litteris* no quadro de anexo, mantendo-se inclusive as eventuais incorreções do ponto de vista ortográfico ou gramatical.

			spe		alvorada do sul, rio brilhante e dourados	<p>assoreamento, tráfico, espécies invasoras, etc)</p> <p>Animais silvestres</p> <p>Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)</p> <p>Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)</p> <p>Aprimoramento técnico (formação, capacitação e instrumentalização)</p> <p>Programas de inclusão social / sociocultural</p> <p>Energia elétrica</p> <p>Fortalecimento institucional (físico, técnico, bibliográfico)</p>
L4	Execução do programa de educação ambiental para os trabalhadores - peat	Campanha	Ekt 12-a serviços de tramissao de energia eletrica spe	Institucional	Institucional	<p>Animais silvestres</p> <p>Aprimoramento técnico (formação, capacitação e instrumentalização)</p> <p>Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfico, espécies invasoras, etc)</p> <p>X outros (detalhar no resumo da ação)</p> <p>Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)</p> <p>Fortalecimento institucional (físico, técnico,</p>

						<p>bibliográfico)</p> <p>Energia elétrica</p> <p>Legislação e políticas públicas (leis, decretos, agendas 21, entre outros)</p>
L5	Diagnóstico socioambiental participativo	Pesquisa	Ekt 12-a serviços de transmissão de energia elétrica spe	Regional	Municípios terenos, campo grande, nova alvorada do sul, rio brilhante e dourados	<p>Legislação e políticas públicas (leis, decretos, agendas 21, entre outros)</p> <p>Aprimoramento técnico (formação, capacitação e instrumentalização)</p> <p>Programas de inclusão social / sociocultural</p> <p>Energia elétrica</p> <p>Fortalecimento institucional (físico, técnico, bibliográfico)</p> <p>X outros (detalhar no resumo da ação)</p>
L6	Campanha de educação ambiental para secc. Lt nova andradina para se ivinhema 2	Programa	Eletrosul centrais elétricas sa	Municipal	Ivinhema	Energia elétrica
L7	Pea granha ligas - 2019 (27/09/2019)	Programa	Granha ligas ltda	Municipal	Corumba	<p>Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)</p> <p>Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)</p> <p>Impactos ambientais (queimada,</p>

						assoreamento, tráfico, espécies invasoras, etc)
L8	Programa de educação ambiental da PCH lajeado	Programa	Hidroeletrica lajeado ltda	Regional	1000 km entorno da PCH lajeado e cidades de chapadão do sul e cassilândia	Animais silvestres; Água Energia elétrica Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)
L9	Programa de educação ambiental pequena central hidrelétrica paraíso i	Programa	Pantanal energética ltda	Municipal	Paraíso das águas	Água; Aprimoramento técnico (formação, capacitação e instrumentalização) Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros) Energia elétrica
L10	Plano de educação ambiental	Programa	Pantanal transmissão sa	Municipal	Campo grande	Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc) Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfico, espécies invasoras, etc) Energia elétrica Animais silvestres Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
L11	Programa de educação ambiental	Programa	Rio corrente agrícola	Municipal	Sonora	Água; Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfico, espécies invasoras, etc)

						<p>Aprimoramento técnico (formação, capacitação e instrumentalização)</p> <p>Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)</p> <p>Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)</p> <p>Animais silvestres</p>
L12	Programa de educação ambiental da fibria	Programa	Suzano s.a.	Municipal	Três lagoas	<p>Formação em educação ambiental</p> <p>Animais silvestres</p> <p>Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)</p>
L13	Programa de educação ambiental da suzano	Programa	Suzano s.a.	Municipal	Três lagoas	<p>Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)</p> <p>Formação em educação ambiental</p> <p>Animais silvestres</p>
L14	Programa de educação ambiental da suzano	Programa	Suzano s.a.	Municipal	Três lagoas	<p>Animais silvestres</p> <p>Formação em educação ambiental</p> <p>Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)</p>

ANEXO 04. Propostas analisadas cadastradas no SisEA/MS a partir da demanda “Ações Espontâneas ou Outras demandas”³³

	Título	Tipo De Ação	Proponente	Abrangência	Local	Temas
E1	Relatório Anual De Educação Ambiental - Agroindustrial Olhos Vedes Eireli	Campanha	Agroindustrial Olhos Verdes Eireli	Regional	Cassilândia/ Ms	Resíduos (Lixo, Coleta Seletiva, Saneamento Básico, Entre Outros) Aprimoramento Técnico (Formação, Capacitação E Instrumentalização) Impactos Ambientais (Queimada, Assoreamento, Tráfico, Espécies Invasoras, Etc)
E2	Dia Nacional Do Campo Limpo	Programa	Assc. Das Rev. De Ins. E Agrot. De Rio Brilhante	Regional	Rio Brilhante	Formação Em Educação Ambiental Legislação E Políticas Públicas (Leis, Decretos, Agendas 21, Entre Outros) Resíduos (Lixo, Coleta Seletiva, Saneamento Básico, Entre Outros)
E3	Programa De Educação Ambiental - Atendimento A Condicionante N 11 Da Lo 73/2017	Programa	Brilhante Transmissora De Energia S.A	Municipal	Campo Grande	X Outros (Detalhar No Resumo Da Ação)
E4	3º RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA LO 73/2017	Programa	Brilhante Transmissora De Energia S.A	Estadual	Estadual	Animais Silvestres Água Energia Elétrica

³³ Os elementos textuais das propostas estão transcritos *ipsis litteris* no quadro de anexo, mantendo-se inclusive as eventuais incorreções do ponto de vista ortográfico ou gramatical.

						Vegetação (Plantas, Mata Ciliar, Reserva Legal, Sistemas Agroflorestais, Etc) Aprimoramento Técnico (Formação, Capacitação E Instrumentalização)
E5	2º RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA LO 73/2017	Programa	Brilhante Transmissora De Energia S.A	Estadual	Estadual	Animais Silvestres Vegetação (Plantas, Mata Ciliar, Reserva Legal, Sistemas Agroflorestais, Etc) Energia Elétrica
E6	Saneamento Básico É Saúde – Sbs	Projeto	Empresa De Saneamento De Mato Grosso Do Sul S.A.	Regional	Dourados E Municipios Da Regional De Dourados	Formação Em Educação Ambiental Água
E7	Concurso De Redação 2013	Ação Pontual	Empresa De Saneamento De Mato Grosso Do Sul S.A.	Regional	Dourados,P.Porã,N.Andradina,T.Lagoas, Corumbá,Aquid,Coxim,Paran,Navirai,Jardim,	Água
E8	Projeto " Lixo 0" Reciclagem De Papel	Projeto	Empresa De Saneamento De Mato Grosso Do Sul S.A.	Regional	Campo Grande - Mato Grosso Do Sul - Dourados - Ms	Formação Em Educação Ambiental Água

E9	Saneamento Para Todos	Programa	Empresa De Saneamento De Mato Grosso Do Sul S.A.	Regional	Corumba, Ponta Pora, Tres Lagoas, Dourados, Iguatemi	Formação Em Educação Ambiental Água Resíduos (Lixo, Coleta Seletiva, Saneamento Básico, Entre Outros)
E10	Ed Ambiental E Mobilização Social Apos Implantação Do Sistema De Esgoto	Projeto	Empresa De Saneamento De Mato Grosso Do Sul S.A.	Regional	Coronel Sapucaia, Rio Verde, Iguatemi, Santa Rita Do Pardo	Formação Em Educação Ambiental Água Resíduos (Lixo, Coleta Seletiva, Saneamento Básico, Entre Outros)
E11	Alunos Visitaram O Viveiro Municipal E Banco Comunitário De Sementes Crioulas	Ação Pontual	Isabel Cristina Rodrigues	Municipal	Juti	Formação Em Educação Ambiental Programas De Inclusão Social / Sociocultural
E12	Campanha De Prevenção De Incêndios Agrícolas	Campanha	Monteverde Agro-Energética S.A	Institucional	Institucional	Impactos Ambientais (Queimada, Assoreamento, Tráfico, Espécies Invasoras, Etc)
E13	Datas Comemorativas Do Mês De Setembro	Ação Pontual	Samorano Consultoria Ambiental	Institucional	Institucional	Animais Silvestres Vegetação (Plantas, Mata Ciliar, Reserva Legal, Sistemas Agroflorestais, Etc)
E14	Valorização Das Unidades De Conservação Municipais De Aquidauana, Ms.	Ação Pontual	Fernando Ibanez Martins	Municipal	Aquidauana	Impactos Ambientais (Queimada, Assoreamento, Tráfico, Espécies Invasoras, Etc) Vegetação (Plantas, Mata Ciliar, Reserva

						Legal, Sistemas Agroflorestais, Etc) Animais Silvestres Unidades De Conservação
E15	Educação Ambiental E Participação Comunitária - Gef Rio Formoso	Projeto	Instituto De Meio Ambiente De Mato Grosso Do Sul	Municipal	Bonito	Água Formação Em Educação Ambiental Aprimoramento Técnico (Formação, Capacitação E Instrumentalização)
E16	Campanha 10 Anos Do Parque Estadual Das Várzeas Do Rio Ivinhema	Campanha	Instituto De Meio Ambiente De Mato Grosso Do Sul	Regional	Municípios Do Entorno Do Parque (Naviraí, Jateí E Taquarussu) E De Ivinhema	Animais Silvestres Impactos Ambientais (Queimada, Assoreamento, Tráfico, Espécies Invasoras, Etc) Unidades De Conservação Vegetação (Plantas, Mata Ciliar, Reserva Legal, Sistemas Agroflorestais, Etc)
E17	Campanha Contra O Tráfico De Animais Silvestres	Campanha	Instituto De Meio Ambiente De Mato Grosso Do Sul	Regional	Naviraí, Mundo Novo, Ivinhema, Bataguassu, Nova Andradina E Três Lagoas	Animais Silvestres Impactos Ambientais (Queimada, Assoreamento, Tráfico, Espécies Invasoras, Etc) Legislação E Políticas Públicas (Leis, Decretos, Agendas 21, Entre Outros)

E18	Projeto Educação Ambiental Itinerante	Projeto	Instituto De Meio Ambiente De Mato Grosso Do Sul	Estadual	Estadual	Formação Em Educação Ambiental Legislação E Políticas Públicas (Leis, Decretos, Agendas 21, Entre Outros) Fortalecimento Institucional (Físico, Técnico, Bibliográfico)
E19	Mobilização Para O Processo Eleitoral De Composição Do Comitê Do Miranda	Ação Pontual	Instituto De Meio Ambiente De Mato Grosso Do Sul	UPG	UPG	Colegiados (Comissões, Redes, Conselhos, Câmaras Técnicas, Entre Outros) Água
E20	Fórum De Educação Ambiental De Mato Grosso Do Sul	Ação Pontual	Instituto De Meio Ambiente De Mato Grosso Do Sul	Estadual	Estadual	Unidades De Conservação Legislação E Políticas Públicas (Leis, Decretos, Agendas 21, Entre Outros) Animais Silvestres Colegiados (Comissões, Redes, Conselhos, Câmaras Técnicas, Entre Outros) Água Impactos Ambientais (Queimada, Assoreamento, Tráfico, Espécies Invasoras, Etc)
E21	Iv Conferência Estadual De Meio Ambiente - Resíduos Sólidos	Ação Pontual	Instituto De Meio Ambiente De Mato Grosso Do Sul	Estadual	Estadual	Resíduos (Lixo, Coleta Seletiva, Saneamento Básico, Entre Outros) Impactos Ambientais (Queimada, Assoreamento, Tráfico, Espécies

						Invasoras, Etc) Formação Em Educação Ambiental Programas De Inclusão Social / Sociocultural
E22	Campanha 20 Anos Do Cras - Centro De Reabilitação De Animais Silvestres	Campanha	Instituto De Meio Ambiente De Mato Grosso Do Sul	Municipal	Campo Grande	Animais Silvestres Formação Em Educação Ambiental
E23	Volta Do Segredo Cross Run	Ação Pontual	Instituto De Meio Ambiente De Mato Grosso Do Sul	Municipal	Campo Grande	Unidades De Conservação
E24	Formação De Multiplicadores Para Incorporação De Gênero No Gerenciamento De Recu	Projeto	Mulheres Em Ação No Pantanal	Estadual	Estadual	X Outros (Detalhar No Resumo Da Ação) Aprimoramento Técnico (Formação, Capacitação E Instrumentalização) Água
E25	Fortalecimento Da Participação Social E O Contexto De Gênero Para O Gerenciament	Projeto	Mulheres Em Ação No Pantanal	UPG	UPG	Água Colegiados (Comissões, Redes, Conselhos, Câmaras Técnicas, Entre Outros) Aprimoramento Técnico (Formação, Capacitação E Instrumentalização)
E26	Fortalecimento De Políticas De Educação Ambiental Para O	Projeto	Mulheres Em	Internacional	Paraguai	Água

	Pantanal: O Caso Da Bac		Ação No Pantanal			Aprimoramento Técnico (Formação, Capacitação E Instrumentalização) Formação Em Educação Ambiental
--	-------------------------	--	------------------	--	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------

ANEXO 05. Propostas analisadas cadastradas no SisEA/MS a partir da demanda “Programa ICMS Ecológico”³⁴

	Título	Tipo de Ação	Proponente	Abrangência	Local	Temas
PI-CG01	Programa municipal de educação ambiental 2018	Programa	Município De Campo Grande	Municipal	Campo Grande	<p>Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)</p> <p>Colegiados (comissões, redes, conselhos, câmaras técnicas, entre outros)</p> <p>Legislação e políticas públicas (leis, decretos, agendas 21, entre outros)</p> <p>Formação em educação ambiental</p> <p>Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)</p> <p>Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfico, espécies invasoras, etc)</p> <p>Água</p> <p>Aprimoramento técnico (formação, capacitação e instrumentalização)</p> <p>Mudanças climáticas</p> <p>Fortalecimento institucional (físico, técnico, bibliográfico)</p> <p>Unidades de conservação</p>

³⁴ Os elementos textuais das propostas estão transcritos *ipsis litteris* no quadro de anexo, mantendo-se inclusive as eventuais incorreções do ponto de vista ortográfico ou gramatical.

PI-CG02	Campanha diga não às queimadas urbanas 2018 - agosto alaranjado	Campanha	Município De Campo Grande	Municipal	Campo Grande	<p>Água</p> <p>Mudanças climáticas</p> <p>Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfico, espécies invasoras, etc)</p> <p>Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)</p> <p>Legislação e políticas públicas (leis, decretos, agendas 21, entre outros)</p> <p>Animais silvestres</p> <p>Colegiados (comissões, redes, conselhos, câmaras técnicas, entre outros)</p> <p>Unidades de conservação</p> <p>Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)</p>
PI-CG03	Projeto Diálogos 2018	Projeto	Município De Campo Grande	Municipal	Campo Grande	<p>Unidades de conservação;</p> <p>Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc);</p> <p>Mudanças climáticas;</p> <p>Aprimoramento técnico (formação, capacitação e instrumentalização);</p> <p>Impactos ambientais (queimada, assoreamento,</p>

						<p>tráfico, espécies invasoras, etc);</p> <p>Colegiados (comissões, redes, conselhos, câmaras técnicas, entre outros);</p> <p>Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)</p> <p>Água;</p> <p>Legislação e políticas públicas (leis, decretos, agendas 21, entre outros);</p>
PI-CG04	Campanha diga não às queimadas urbanas - agosto alaranjado 2019	Campanha	Município De Campo Grande	Municipal	Campo Grande	<p>Colegiados (comissões, redes, conselhos, câmaras técnicas, entre outros);</p> <p>Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros);</p> <p>Legislação e políticas públicas (leis, decretos, agendas 21, entre outros);</p> <p>Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc);</p> <p>Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfico, espécies invasoras, etc);</p> <p>Água;</p> <p>Animais silvestres;</p> <p>Unidades de conservação;</p>

						Mudanças climáticas;
PI-CG05	Projeto diálogos 2019	Projeto	Município De Campo Grande	Municipal	Campo Grande	<p>Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)</p> <p>Aprimoramento técnico (formação, capacitação e instrumentalização);</p> <p>Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfico, espécies invasoras, etc);</p> <p>Colegiados (comissões, redes, conselhos, câmaras técnicas, entre outros);</p> <p>Água;</p> <p>Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc);</p> <p>Animais silvestres;</p> <p>Mudanças climáticas;</p> <p>Unidades de conservação;</p> <p>Legislação e políticas públicas (leis, decretos, agendas 21, entre outros);</p>
PI-CG06	Programa municipal de educação ambiental 2019	Programa	Município De Campo Grande	Municipal	Campo Grande	<p>Unidades de conservação</p> <p>Animais silvestres</p> <p>Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)</p>

						<p>Colegiados (comissões, redes, conselhos, câmaras técnicas, entre outros)</p> <p>Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)</p> <p>Mudanças climáticas</p> <p>Fortalecimento institucional (físico, técnico, bibliográfico)</p> <p>Formação em educação ambiental</p> <p>Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfego, espécies invasoras, etc)</p> <p>Aprimoramento técnico (formação, capacitação e instrumentalização)</p> <p>Legislação e políticas públicas (leis, decretos, agendas 21, entre outros)</p> <p>Água</p>
PI-D01	Árvores da minha cidade	Projeto	Instituto Do Meio Ambiente De Dourados	Municipal	Dourados	Vegetação (Plantas, Mata Ciliar, Reserva Legal, Sistemas Agroflorestais, Etc)
PI-D02	Água Para As Crianças: Importância Da Conservação	Ação Pontual	Instituto Do Meio Ambiente De Dourados	Municipal	Dourados	Água

PI-D03	Educação Ambiental No Combate À Poluição	Projeto	Instituto Do Meio Ambiente De Dourados	Municipal	Dourados	Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfico, espécies invasoras, etc) X outros (detalhar no resumo da ação)
PI-D04	Educando para a coleta seletiva	Projeto	Instituto Do Meio Ambiente De Dourados	Municipal	Dourados	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-D05	Projeto preservação do meio ambiente e biodiversidade	Projeto	Instituto Do Meio Ambiente De Dourados	Municipal	Dourados	X outros (detalhar no resumo da ação)
PI-D06	Aldeia mais limpa	Projeto	Instituto Do Meio Ambiente De Dourados	Municipal	Dourados	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-D07	Reciclagem e perfil social dos catadores de materiais recicláveis em dourados/ms	Pesquisa	Instituto Do Meio Ambiente De Dourados	Municipal	Dourados	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-D08	Projeto pomar nas escolas	Projeto	Instituto Do Meio Ambiente De Dourados	Municipal	Dourados	Formação em educação ambiental X outros (detalhar no resumo da ação)
PI-D09	Dia da água 2018	Ação Pontual	Instituto Do Meio Ambiente De	Municipal	Dourados	Água

			Dourados			
PI-D10	Dia da árvore 2018	Ação Pontual	Instituto Do Meio Ambiente De Dourados	Municipal	Dourados	X outros (detalhar no resumo da ação) Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)
PI-D11	Dia do meio ambiente 2018	Ação Pontual	Instituto Do Meio Ambiente De Dourados	Municipal	Dourados	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros) Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc) Formação em educação ambiental X outros (detalhar no resumo da ação)
PI-D12	Semana do meio ambiente 2018	Ação Pontual	Instituto Do Meio Ambiente De Dourados	Municipal	Dourados	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros) Formação em educação ambiental Legislação e políticas públicas (leis, decretos, agendas 21, entre outros) Aprimoramento técnico (formação, capacitação e instrumentalização)
PI-D13	Dia da água 2019	Ação Pontual	Instituto Do Meio Ambiente De Dourados	Municipal	Dourados	Água
PI-D14	DIA DA ÁRVORE 2019	Ação Pontual	Instituto Do Meio Ambiente De	Municipal	Dourados	Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)

			Dourados			Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfego, espécies invasoras, etc)
PI-D15	Semana do meio ambiente 2019	Ação Pontual	Instituto Do Meio Ambiente De Dourados	Municipal	Dourados	Aprimoramento técnico (formação, capacitação e instrumentalização) Legislação e políticas públicas (leis, decretos, agendas 21, entre outros)
PI-D16	Identificação de espécies de árvores na trilha do parque arnulpho fioravante	Ação Pontual	Instituto Do Meio Ambiente De Dourados	Municipal	Dourados	Aprimoramento técnico (formação, capacitação e instrumentalização) Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)
PI-D17	Lixo-e zero dourados	Campanha	Instituto Do Meio Ambiente De Dourados	Municipal	Dourados	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-D18	Sábado sem mosquito 2019	Campanha	Instituto Do Meio Ambiente De Dourados	Municipal	Dourados	X outros (detalhar no resumo da ação) Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-D19	Horta em pneus	Projeto	Instituto Do Meio Ambiente De Dourados	Municipal	Dourados	Aprimoramento técnico (formação, capacitação e instrumentalização) X outros (detalhar no resumo da ação)
PI-TL01	4º seminário alusivo ao dia mundial da água - " a sustentabilidade da	Ação pontual	Prefeitura Municipal De Três Lagoas	Municipal	Três lagoas	Água

	água"					
PI-TL02	Dia da árvore - palestra e plantio de árvores	Ação pontual	Prefeitura Municipal De Três Lagoas	Municipal	Três lagoas	X outros (detalhar no resumo da ação)
PI-TL03	Comemoração do dia da árvore	Ação pontual	Prefeitura Municipal De Três Lagoas	Municipal	Três lagoas	Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)
PI-TL04	Dia mundial da água : água essência da vida"	Ação pontual	Prefeitura Municipal De Três Lagoas	Municipal	Três lagoas	Água
PI-TL05	Semana do meio ambiente	Ação pontual	Prefeitura Municipal De Três Lagoas	Municipal	Três lagoas	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-TL06	Dia mundial do meio ambiente	Ação pontual	Prefeitura Municipal De Três Lagoas	Municipal	Três lagoas	Outros (detalhar no resumo da ação)
PI-TL07	Dia mundial de água	Ação pontual	Prefeitura Municipal De Três Lagoas	Municipal	Três lagoas	Água
PI-TL08	2ª Gincana Reciclável Do Município De Três Lagoas	Ação pontual	Prefeitura Municipal De Três Lagoas	Municipal	Três lagoas	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-P01	Cartilha ambiental	Campanha	Prefeitura municipal de	Municipal	Paranaíba	Aprimoramento técnico (formação, capacitação e instrumentalização)

			Paranaíba			
PI-P02	Reclica Paranaíba	Campanha	Prefeitura municipal de Paranaíba	Municipal	Paranaíba	X outros (detalhar no resumo da ação)
PI-P03	A árvore falante e seu jardim encantado	Ação pontual	Prefeitura municipal de Paranaíba	Municipal	Paranaíba	Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)
PI-P04	Doação de mudas de árvores	Projeto	Prefeitura municipal de Paranaíba	Municipal	Paranaíba	Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)
PI-P05	Ação dia da árvore	Campanha	Prefeitura municipal de Paranaíba	Municipal	Paranaíba	Formação em educação ambiental
PI-P06	Comemoração do dia mundial do meio ambiente	campanha	Prefeitura municipal de Paranaíba	Municipal	Paranaíba	Formação em educação ambiental
PI-P07	III conferência municipal do meio ambiente	Ação pontual	Prefeitura municipal de Paranaíba	Municipal	Paranaíba	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros) Água Legislação e políticas públicas (leis, decretos, agendas 21, entre outros) Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)

						Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfico, espécies invasoras, etc) Animais silvestres
PI-P08	Limpeza do espelho d'água	Campanha	Prefeitura municipal de Paranaíba	Municipal	Paranaíba	Formação em educação ambiental
PI-P09	Ação dia da árvore	Ação pontual	Prefeitura municipal de Paranaíba	Municipal	Paranaíba	Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)
PI-P010	Construção do parque ecológico no espelho d'água i	Campanha	Prefeitura municipal de Paranaíba	Municipal	Paranaíba	Formação em educação ambiental
PI-P011	Arborização do espelho d'água	Ação pontual	Prefeitura municipal de paranaíba	Municipal	Paranaíba	Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)
PI-P012	Doação de 100 mudas nativas do cerrado para reflorestamento na área de preservação	Ação pontual	Prefeitura municipal de Paranaíba	Municipal	Paranaíba	Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)
PI-P013	Disposições de lixeiras em lugares estratégicos	Ação pontual	Prefeitura municipal de Paranaíba	Municipal	Paranaíba	Formação em educação ambiental
PI-N01	Ação pontual semana de educação	Ação pontual	Prefeitura Municipal De	Municipal	Naviraí	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)

	ambiental 2019		Naviraí			
PI-N02	Campanha recolhimento de lixo eletrônico 2019	Campanha	Prefeitura Municipal De Naviraí	Municipal	Naviraí	Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfico, espécies invasoras, etc) Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-N03	Campanha de combate às queimadas urbanas em naviraí 2019	Campanha	Prefeitura Municipal De Naviraí	Municipal	Naviraí	Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfico, espécies invasoras, etc)
PI-N04	Projeto naviraí + verde 2019	Projeto	Prefeitura Municipal De Naviraí	Municipal	Naviraí	Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)
PI-N05	Ação pontual dia da arvore 2019	Ação pontual	Prefeitura Municipal De Naviraí	Municipal	Naviraí	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO VEGETAÇÃO (PLANTAS, MATA CILIAR, RESERVA LEGAL, SISTEMAS AGROFLORESTAIS, ETC)
PI-N06	Ação pontual aulas de campo 2019	Ação pontual	Prefeitura Municipal De Naviraí	Municipal	Naviraí	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros) Formação em educação ambiental Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc) Animais silvestres

						Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfego, espécies invasoras, etc) Água Unidades de conservação
PI-N07	Ação pontual dia da água 2019	Ação pontual	Prefeitura Municipal De Naviraí	Municipal	Naviraí	Unidades de conservação Água
PI-N08	Projeto rio + limpo 2019	Projeto	Prefeitura Municipal De Naviraí	Municipal	Naviraí	Unidades de conservação Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros) Água Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfego, espécies invasoras, etc)
PI-N09	Ação pontual aulas de campo 2017	Ação pontual	Prefeitura Municipal De Naviraí	Municipal	Naviraí	Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfego, espécies invasoras, etc) Água Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros) Mudanças climáticas Unidades de conservação Animais silvestres

						X outros (detalhar no resumo da ação) Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)
PI-N10	Ação pontual dia da água 2017	Ação pontual	Prefeitura Municipal De Naviraí	Municipal	Naviraí	Água
PI-N11	Ação pontual dia da árvore 2017	Ação pontual	Prefeitura Municipal De Naviraí	Municipal	Naviraí	Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc) Mudanças climáticas
PI-N12	Ação pontual semana de educação ambiental	Ação pontual	Prefeitura Municipal De Naviraí	Municipal	Naviraí	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros) Mudanças climáticas Água Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfico, espécies invasoras, etc) Unidades de conservação Animais silvestres Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)
PI-N13	Campanha combatendo o mosquito <i>Aedes</i>	Campanha	Prefeitura Municipal De Naviraí	Municipal	Naviraí	X outros (detalhar no resumo da ação) Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico,

	<i>Aegypti</i> em Naviraí/MS 2017					entre outros)
PI-N14	Campanha combatendo a disposição irregular de resíduos sólidos 2017	Campanha	Prefeitura Municipal De Naviraí	Municipal	Naviraí	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-N15	Projeto rio + limpo 2017	Projeto	Prefeitura Municipal De Naviraí	Municipal	Naviraí	Água Unidades de conservação Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-N16	Ação pontual aulas de campo 2018	Ação pontual	Prefeitura Municipal De Naviraí	Municipal	Naviraí	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros) Animais silvestres Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfego, espécies invasoras, etc) Formação em educação ambiental Unidades de conservação Mudanças climáticas Água Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)

PI-N17	Ação pontual dia da água 2018	Ação pontual	Prefeitura Municipal De Naviraí	Municipal	Naviraí	X outros (detalhar no resumo da ação) Água Formação em educação ambiental
PI-N18	Ação pontual dia da árvore 2018	Ação Pontual	Prefeitura Municipal De Naviraí	Municipal	Naviraí	Mudanças climáticas Formação em educação ambiental Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)
PI-N19	Ação pontual semana de educação ambiental 2018	Ação pontual	Prefeitura Municipal De Naviraí	Municipal	Naviraí	Água Unidades de conservação Animais silvestres Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc) Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfico, espécies invasoras, etc) Formação em educação ambiental Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros) Mudanças climáticas
PI-N20	Campanha combatendo as queimadas urbanas	Campanha	Prefeitura Municipal De	Municipal	Naviraí	Formação em educação ambiental

	2018		Naviraí			Mudanças climáticas Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfego, espécies invasoras, etc)
PI-N21	Campanha coleta de lixo eletrônico 2018	Campanha	Prefeitura Municipal De Naviraí	Municipal	Naviraí	Formação em educação ambiental Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-N22	PROJETO NAVIRAÍ + VERDE 2018	Projeto	Prefeitura Municipal De Naviraí	Municipal	Naviraí	Mudanças climáticas Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)
PI-N23	Projeto rio + limpo 2018	Projeto	Prefeitura Municipal De Naviraí	Municipal	Naviraí	Água Formação em educação ambiental Unidades de conservação Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros) Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfego, espécies invasoras, etc)
PI-N24	Ação pontual aulas de campo 2016	Ação pontual	Prefeitura Municipal De Naviraí	Municipal	Naviraí	Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfego, espécies invasoras, etc) Unidades de conservação Animais silvestres

						Água Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-N25	Ação pontual dia da água 2016	Ação pontual	Prefeitura Municipal De Naviraí	Municipal	Naviraí	Água
PI-N26	Ação pontual dia da árvore	Ação pontual	Prefeitura Municipal De Naviraí	Municipal	Naviraí	Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)
PI-N27	Ação pontual semana de educação ambiental 2016	Ação pontual	Prefeitura Municipal De Naviraí	Municipal	Naviraí	Água Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfico, espécies invasoras, etc) Animais silvestres Unidades de conservação Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)
PI-N28	Campanha crotalária: combatendo a dengue em naviraí	Campanha	Prefeitura Municipal De Naviraí	Municipal	Naviraí	Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)
PI-N29	Combatendo a poluição sonora 2016	Campanha	Prefeitura Municipal De Naviraí	Municipal	Naviraí	Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfico, espécies invasoras, etc)

PI-N30	Projeto naviraí + verde	Projeto	Prefeitura Municipal De Naviraí	Municipal	Naviraí	Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)
PI-N31	Projeto rio + limpo	Projeto	Prefeitura Municipal De Naviraí	Municipal	Naviraí	Água Unidades de conservação
PI-N32	Coleta de lixo eletrônico	Campanha	Prefeitura Municipal De Naviraí	Municipal	Naviraí	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-N33	Rio + limpo	Projeto	Prefeitura Municipal De Naviraí	Municipal	Naviraí	Unidades de conservação Água Formação em educação ambiental Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-N34	Semana de educação ambiental	Ação pontual	Prefeitura Municipal De Naviraí	Municipal	Naviraí	Formação em educação ambiental Água
PI-N35	Semana de educação ambiental	Projeto	Prefeitura Municipal De Naviraí	Municipal	Naviraí	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros) Animais silvestres Unidades de conservação Formação em educação ambiental

						<p>Água</p> <p>Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)</p> <p>Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfico, espécies invasoras, etc)</p>
PI-N36	Arborização "florescer"	Ação pontual	Prefeitura Municipal De Naviraí	Municipal	Naviraí	<p>Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)</p> <p>Formação em educação ambiental</p>
PI-N37	Aulas de campo	Ação pontual	Prefeitura Municipal De Naviraí	Municipal	Naviraí	<p>Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)</p> <p>Unidades de conservação</p> <p>Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)</p> <p>Animais silvestres</p> <p>Formação em educação ambiental</p> <p>Água</p> <p>Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfico, espécies invasoras, etc)</p>
PI-N38	Poluição sonora	Campanha	Prefeitura Municipal De Naviraí	Municipal	Naviraí	<p>Legislação e políticas públicas (leis, decretos, agendas 21, entre outros)</p> <p>Formação em educação ambiental</p>

PI-C01	Atividades de educação ambiental na escola Luiz de Albuquerque na semana de meio	Ação Pontual	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-C02	Atividades de educação ambiental na escola Luiz de Albuquerque na semana de meio	Ação Pontual	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-C03	Capacitação para ambulantes e vendedores em barracas carnaval/2019	Pesquisa	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros) Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfico, espécies invasoras, etc) Aprimoramento técnico (formação, capacitação e instrumentalização)
PI-C04	Palestra Para Estudantes Do Ceas Centro De Estudos Sagarana Do Instituto Acaia	Ação Pontual	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros) Formação em educação ambiental
PI-C05	"VII Conferência infante juvenil pelo meio ambiente" abraçando o pantanal	Ação Pontual	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)

PI-C06	I simpósio de pesca do pantanal	Ação Pontual	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	<p>Aprimoramento técnico (formação, capacitação e instrumentalização)</p> <p>Legislação e políticas públicas (leis, decretos, agendas 21, entre outros)</p> <p>Fortalecimento institucional (físico, técnico, bibliográfico)</p>
PI-C07	Palestra de sensibilização uso inconsciente de descartáveis e seus impactos amb	Ação Pontual	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	<p>Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)</p> <p>Formação em educação ambiental</p>
PI-C08	Semana de meio ambiente 2019	Ação Pontual	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	<p>Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)</p> <p>Formação em educação ambiental</p> <p>Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)</p> <p>Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfico, espécies invasoras, etc)</p> <p>Legislação e políticas públicas (leis, decretos, agendas 21, entre outros)</p>
PI-C09	Campanha de divulgação da coleta seletiva no centro comercial do	Campanha	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	<p>Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)</p>

	município					
PI-C10	Palestra De Sensibilização No 18º Fórum Infanto Juvenil Na Escola	Ação Pontual	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-C11	Levantamento qualiquantitativo das necessidades dos habitantes da comunidade de	Pesquisa	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	X outros (detalhar no resumo da ação)
PI-C12	Carnaval legal é com educação ambiental	Ação Pontual	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-C13	Setores e dinâmica da fundação de meio ambiente	Ação Pontual	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-C14	Blitz educativa da coleta seletiva	Ação Pontual	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-C15	Dia d da dengue	Ação Pontual	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-C16	Seminário internacional da educação ambiental	Ação Pontual	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	Formação em educação ambiental

PI-C17	Fórum internacional do meio ambiente com o tema produção, consumo e poluição?.	Ação Pontual	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-C18	Capacitação em resíduos sólidos na universidade federal de mato grosso do sul	Ação Pontual	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros) Formação em educação ambiental
PI-C19	Capacitação em resíduos sólidos na empresa granha ligas Ltda	Ação Pontual	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-C20	Educação ambiental na estação natureza (fundação grupo boticário)	Ação Pontual	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-C21	Relatório da ação por um natal mais sustentável" da reutilização à criação".	Ação Pontual	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-C22	Educação ambiental na comunidade quilombolas	Ação Pontual	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)

PI-C23	Gerenciamento de resíduos sólidos	Ação Pontual	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-C24	Diagnóstico qualiquantitativo da comunidade de antônio maria coelho	Pesquisa	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros) Programas de inclusão social / sociocultural
PI-C25	Relatório da ação do dia mundial da água na escola ângela maria perez	Ação Pontual	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-C26	Ação prefeito presente 2018	Ação Pontual	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	Resíduos (LIXO, COLETA SELETIVA, SANEAMENTO BÁSICO, ENTRE OUTROS)
PI-C27	Oficina de reaproveitamento de casca de abacaxi	Ação Pontual	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-C28	Relatório da ação global confecção de boneco ecológico e distribuição de mudas	Ação Pontual	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-C29	Capacitação em resíduos sólidos na embrapa	Ação Pontual	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-C30	Semana do meio ambiente "o lixo que	Ação Pontual	Fundação Do Meio Ambiente	Municipal	Corumbá	Unidades de conservação

	temos. A cidade que queremos-2018"		Do Pantanal			Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-C31	Ações na unidade de conservação parque municipal piraputangas	Ação Pontual	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc) Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfico, espécies invasoras, etc) Formação em educação ambiental Programas de inclusão social / sociocultural
PI-C32	Plantio de mudas no Bairro Padre Ernesto Sassida	Ação Pontual	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)
PI-C33	Oficina De Materiais Recicláveis - Centro Comunitário Padre Ernesto Sassida	Ação Pontual	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-C34	Oficina de materiais recicláveis e levantamento situacional - comunidade urucum	Ação Pontual	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-C35	Ofic. De mat. Recicláveis e levantamento situacional - com. Antônio maria coelho	Ação Pontual	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)

PI-C36	Diagnostico Da Comunidade Antonio Maria Coelho	Ação Pontual	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros) X outros (detalhar no resumo da ação) Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfico, espécies invasoras, etc)
PI-C37	Plantio de mudas em logradouros publicos	Ação Pontual	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)
PI-C38	Relatório "aterro controlado"	Ação Pontual	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-C39	Ação de educação ambiental no carnaval	Campanha	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-C40	Diagnósticos dos pev's (pontos de entrega voluntária	Pesquisa	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-C41	Diagnóstico Da Aldeia Uberaba Ínsua Guató	Pesquisa	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)
PI-C42	Semana do meio ambiente "incorporando práticas sustentáveis" - 2017	Ação Pontual	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	Aprimoramento técnico (formação, capacitação e instrumentalização) Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)

PI-C43	Campanha de capacitação de agentes comunitarios e agentes de endemias	Campanha	Fundação Do Meio Ambiente Do Pantanal	Municipal	Corumbá	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-NA01	Dia da coleta do lixo eletrônico 2016	Ação pontual	Prefeitura municipal de Nova Andradina	Municipal	Nova Andradina	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-NA02	Semana do meio ambiente 2016	Ação pontual	Prefeitura municipal de Nova Andradina	Municipal	Nova Andradina	<p>Aprimoramento técnico (formação, capacitação e instrumentalização)</p> <p>Colegiados (comissões, redes, conselhos, câmaras técnicas, entre outros)</p> <p>Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)</p> <p>Programas de inclusão social / sociocultural</p>
PI-NA03	Dia da árvore 2016	Ação pontual	Prefeitura municipal de Nova Andradina	Municipal	Nova Andradina	<p>Programas de inclusão social / sociocultural</p> <p>Mudanças climáticas</p> <p>Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)</p>
PI-NA04	Semana do meio ambiente 2015	Ação pontual	Prefeitura municipal de Nova Andradina	Municipal	Nova Andradina	<p>Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)</p> <p>Legislação e políticas públicas (leis, decretos, agendas 21, entre outros)</p>

						<p>Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)</p> <p>Colegiados (comissões, redes, conselhos, câmaras técnicas, entre outros)</p> <p>Unidades de conservação</p> <p>Animais silvestres Água</p> <p>Aprimoramento técnico (formação, capacitação e instrumentalização)</p> <p>X outros (detalhar no resumo da ação)</p> <p>Fortalecimento institucional (físico, técnico, bibliográfico)</p> <p>Formação em educação ambiental</p> <p>Energia elétrica</p> <p>Programas de inclusão social / sociocultural</p> <p>Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfico, espécies invasoras, etc)</p>
PI-NA05	Orientação e doação de mudas para produtores do pa teijim	Projeto	Prefeitura municipal de Nova Andradina	Municipal	Nova Andradina	Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)
PI-NA06	Dia da árvore 2015	Ação pontual	Prefeitura municipal de	Municipal	Nova Andradina	Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)

			Nova Andradina			
PI-NA07	Dia da coleta do lixo eletrônico 2015	Ação pontual	Prefeitura municipal de Nova Andradina	Municipal	Nova Andradina	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-NA08	Dia da coleta do lixo eletrônico 2017	Ação pontual	Prefeitura municipal de Nova Andradina	Municipal	Nova Andradina	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-NA09	Dia Da Árvore 2017	Ação pontual	Prefeitura municipal de Nova Andradina	Municipal	Nova Andradina	Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)
PI-NA10	Semana do meio ambiente 2017	Ação pontual	Prefeitura municipal de Nova Andradina	Municipal	Nova Andradina	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros) Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)
PI-NA11	Semana do meio ambiente 2018	Ação pontual	Prefeitura municipal de Nova Andradina	Municipal	Nova Andradina	Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc) Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros) Aprimoramento técnico (formação, capacitação e instrumentalização) Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfego, espécies invasoras, etc)
PI-NA12	Dia da coleta do lixo	Ação pontual	Prefeitura municipal de	Municipal	Nova	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico,

	eletrônico 2018		Nova Andradina		Andradina	entre outros) Aprimoramento técnico (formação, capacitação e instrumentalização)
PI-NA13	Ação no dia da árvore 2018	Ação pontual	Prefeitura Municipal De Nova Andradina	Municipal	Nova Andradina	Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfego, espécies invasoras, etc) Água Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)
PI-NA14	Semana do meio ambiente 2019	Ação pontual	Prefeitura Municipal De Nova Andradina	Municipal	Nova Andradina	Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfego, espécies invasoras, etc) Animais silvestres Água Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)
PI-NA15	Dia da coleta do lixo eletrônico 2019	Ação pontual	Prefeitura Municipal De Nova Andradina	Municipal	Nova Andradina	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-SG01	Palestra de educação ambiental-casa de vovó aída - 2016	Ação pontual	Prefeitura Municipal De São Gabriel Do Oeste	Municipal	São Gabriel do Oeste	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-SG02	Projeto "cerrado - esta é a nossa	Projeto	Prefeitura Municipal De São	Municipal	São Gabriel do Oeste	Animais silvestres Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal,

	natureza!" 2016		Gabriel Do Oeste			sistemas agroflorestais, etc) Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-SG03	Plano de combate a dengue - 2016	Ação pontual	Prefeitura Municipal De São Gabriel Do Oeste	Municipal	São Gabriel do Oeste	X outros (detalhar no resumo da ação) Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-SG04	Dia do meio ambiente - 2016	Ação pontual	Prefeitura Municipal De São Gabriel Do Oeste	Municipal	São Gabriel do Oeste	Animais silvestres Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc) Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-SG05	Projeto "cerrado - esta é a nossa natureza!" 2015	Projeto	Prefeitura Municipal De São Gabriel Do Oeste	Municipal	São Gabriel do Oeste	Legislação e políticas públicas (leis, decretos, agendas 21, entre outros) Água Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros) Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc) Animais silvestres Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfico, espécies invasoras, etc)

PI-SG06	Palestra educação ambiental - escola dorcelina folador	Ação pontual	Prefeitura Municipal De São Gabriel Do Oeste	Municipal	São Gabriel do Oeste	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros) Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfego, espécies invasoras, etc) Legislação e políticas públicas (leis, decretos, agendas 21, entre outros)
PI-SG07	Palestra de educação ambiental - comunidade kolping são francisco de assis	Ação pontual	Prefeitura Municipal De São Gabriel Do Oeste	Municipal	São Gabriel do Oeste	Legislação e políticas públicas (leis, decretos, agendas 21, entre outros) Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-SG08	Semana do meio ambiente 2015	Ação pontual	Prefeitura Municipal De São Gabriel Do Oeste	Municipal	São Gabriel do Oeste	Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc) Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-SG09	Semana do meio ambiente - 2017	Ação pontual	Prefeitura Municipal De São Gabriel Do Oeste	Municipal	São Gabriel do Oeste	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros) Animais silvestres Água Energia elétrica Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc) Legislação e políticas públicas (leis, decretos,

						agendas 21, entre outros) Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfego, espécies invasoras, etc)
PI-SG10	Projeto "cerrado - esta é a nossa natureza!" - 2017	Projeto	Prefeitura Municipal De São Gabriel Do Oeste	Municipal	São Gabriel do Oeste	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros) Animais silvestres Energia elétrica Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc) Água Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfego, espécies invasoras, etc)
PI-SG11	Dia mundial da água - 2017	Ação pontual	Prefeitura Municipal De São Gabriel Do Oeste	Municipal	São Gabriel do Oeste	Água
PI-SG12	Dia mundial das florestas - 2017	Ação pontual	Prefeitura Municipal De São Gabriel Do Oeste	Municipal	São Gabriel do Oeste	Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc) Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfego, espécies invasoras, etc)
PI-SG13	Divulgar a população a importância do nosso bioma cerrado, sua grande	Ação pontual	Prefeitura Municipal De São Gabriel Do Oeste	Municipal	São Gabriel do Oeste	Animais silvestres Água Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico,

	biodiversidade e as oportunidades de desenvolvimento que aqui existem					entre outros) Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfico, espécies invasoras, etc) Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)
PI-SG14	Dia mundial da água - 2020	Ação pontual	Prefeitura Municipal De São Gabriel Do Oeste	Municipal	São Gabriel do Oeste	Água Formação em educação ambiental
PI-SG15	13ª caminhada na natureza	Ação pontual	Prefeitura Municipal De São Gabriel Do Oeste	Municipal	São Gabriel do Oeste	Água Impactos ambientais(queimada, assoreamento, tráfico, espécies invasoras, etc) Animais silvestres Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros) Formação em educação ambiental Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)
PI-SG16	São gabriel do oeste - eu amo , eu reciclo	Projeto	Prefeitura Municipal De São Gabriel Do Oeste	Municipal	São Gabriel do Oeste	Água Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-J01	Descida do rio miranda	Campanha	Prefeitura Municipal De	Municipal	Jardim	Água

			Jardim			Formação em educação ambiental
PI-J02	Coleta seletiva solidária	Programa	Prefeitura Municipal De Jardim	Municipal	Jardim	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-B01	Semana da árvore - doação de mudas e ciclo de palestras e atividades educativas	Ação pontual	Prefeitura municipal de Bonito	Municipal	Bonito	Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)
PI-B02	22 de setembro - dia mundial sem carro - pedalada ecológica	Ação pontual	Prefeitura municipal de Bonito	Municipal	Bonito	X outros (detalhar no resumo da ação)
PI-B03	Mutirão de limpeza na comunidade distrito águas do Miranda	Ação Pontual	Prefeitura municipal de Bonito	Municipal	Bonito	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-B04	Mutirão de limpeza - escola municipal manoel inácio de farias	Ação Pontual	Prefeitura municipal de Bonito	Municipal	Bonito	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-B05	Mutirão de limpeza na rodovia bonito - balneário	Ação Pontual	Prefeitura municipal de Bonito	Municipal	Bonito	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-B06	22 de março - dia mundial da água	Ação pontual	Prefeitura municipal de Bonito	Municipal	Bonito	Água

PI-B07	17 de maio - dia mundial da reciclagem	Ação pontual	Prefeitura municipal de Bonito	Municipal	Bonito	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-B08	14 de março - dia nacional dos animais	Ação pontual	Prefeitura municipal de Bonito	Municipal	Bonito	Animais silvestres
PI-B09	EXPOSITORES NA 6ª FEIRA SOCIOAMBIENTAL DE BONITO/MS	Ação Pontual	Prefeitura municipal de Bonito	Municipal	Bonito	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-B10	17 de abril - dia nacional da botânica	Ação pontual	Prefeitura municipal de Bonito	Municipal	Bonito	Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc) Aprimoramento técnico (formação, capacitação e instrumentalização)
PI-B11	Fomento ao projeto de educação ambiental de bonitos	Ação Pontual	Prefeitura municipal de Bonito	Municipal	Bonito	Animais silvestres Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfico, espécies invasoras, etc) Formação em educação ambiental Água Mudanças climáticas
PI-B12	Semana municipal da reciclagem	Campanha	Prefeitura Municipal De Bonito	Municipal	Bonito	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros) Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal,

						sistemas agroflorestais, etc) Água
PI-B13	Hora do planeta	Ação Pontual	Prefeitura municipal de bonito	Municipal	Bonito	Água Energia elétrica Mudanças climáticas
PI-B14	21 de setembro dia da árvore	Ação pontual	Prefeitura municipal de Bonito	Municipal	Bonito	Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc) Unidades de conservação Água
PI-B15	Coleta de lixo eletrônico	Ação Pontual	Prefeitura municipal de bonito	Municipal	Bonito	Unidades de conservação Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-B16	Mutirão de limpeza - córrego bonito	Ação Pontual	Prefeitura municipal de Bonito	Municipal	Bonito	Unidades de conservação
PI-B17	22 de abril - dia da terra	Ação pontual	Prefeitura municipal de Bonito	Municipal	Bonito	Unidades de conservação Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfico, espécies invasoras, etc) Água Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal,

						sistemas agroflorestais, etc)
PI-B18	22 de março - dia mundial da água	Ação pontual	Prefeitura municipal de Bonito	Municipal	Bonito	Água
PI-B19	Campanha faça bonito	Campanha	Prefeitura municipal de Bonito	Municipal	Bonito	Energia elétrica Água Programas de inclusão social / sociocultural
PI-B20	Mutirão de limpeza - córrego restinga	Ação Pontual	Prefeitura municipal de Bonito	Municipal	Bonito	Água Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-B21	Mutirão de limpeza - córrego marambaia saladeiro	Ação Pontual	Prefeitura municipal de Bonito	Municipal	Bonito	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros) Água
PI-B22	Palestras de educação ambiental	Campanha	Prefeitura municipal de Bonito	Municipal	Bonito	Unidades de conservação Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros) Água Formação em educação ambiental
PI-PP01	Conhecimento do material da sala verde em ead	Ação Pontual	Prefeitura Municipal De Ponta Porã	Municipal	Ponta Porã	X outros (detalhar no resumo da ação) Aprimoramento técnico (formação, capacitação e

						instrumentalização)
PI-PP01	Semana do meio ambiente 2019	Ação Pontual	Prefeitura Municipal De Ponta Porã	Municipal	Ponta Porã	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros) Unidades de conservação Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)
PI-A01	Ação pontual dia da árvore 2019	Ação pontual	Prefeitura Municipal de Amambai	Municipal	Amambai	Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfego, espécies invasoras, etc) Mudanças climáticas Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)
PI-A02	Ação pontual semana do meio ambiente 2019	Ação pontual	Prefeitura Municipal de Amambai	Municipal	Amambai	Água Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros) Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfego, espécies invasoras, etc) Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)
PI-A03	Ação pontual dia mundial da água 2019	Ação pontual	Prefeitura Municipal de Amambai	Municipal	Amambai	Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfego, espécies invasoras, etc) Água

PI-A04	Ação pontual educação ambiental nas escolas 2017	Ação pontual	Prefeitura Municipal de Amambai	Municipal	Amambai	Animais silvestres Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros) Água Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfego, espécies invasoras, etc)
PI-A05	Ação pontual dia da árvore 2018	Ação pontual	Prefeitura Municipal de Amambai	Municipal	Amambai	Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)
PI-A06	Ação pontual educação ambiental nas escolas 2018	Ação pontual	Prefeitura Municipal de Amambai	Municipal	Amambai	Formação em educação ambiental Animais silvestres Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc) Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros) Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfego, espécies invasoras, etc) Mudanças climáticas; Água
PI-A07	Ação pontual dia mundial da água 2018	Ação pontual	Prefeitura Municipal de Amambai	Municipal	Amambai	Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfego, espécies invasoras, etc) Água Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico,

						entre outros) Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)
PI-A08	Ação pontual semana do meio ambiente 2018	Ação pontual	Prefeitura Municipal de Amambai	Municipal	Amambai	Água Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros) Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc) Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfico, espécies invasoras, etc) Mudanças climáticas
PI-A09	Ação pontual dia mundial da água 2017	Ação pontual	Prefeitura Municipal de Amambai	Municipal	Amambai	Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc); Água
PI-A10	Ação pontual semana do meio ambiente 2017	Ação pontual	Prefeitura Municipal de Amambai	Municipal	Amambai	Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfico, espécies invasoras, etc) Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros) Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc) Unidades de conservação
PI-A11	Ação pontual dia da	Ação pontual	Prefeitura	Municipal	Amambai	Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal,

	árvore 2017		Municipal de Amambai			sistemas agroflorestais, etc)
PI-A12	A importância da coleta seletiva	Ação pontual	Prefeitura Municipal de Amambai	Municipal	Amambai	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros)
PI-A13	Diga não à dengue	Ação pontual	Prefeitura Municipal de Amambai	Municipal	Amambai	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros); Água
PI-A14	Evento de mobilização social do plano municipal de saneamento básico	Ação pontual	Prefeitura Municipal de Amambai	Municipal	Amambai	Resíduos (lixo, coleta seletiva, saneamento básico, entre outros); Água
PI-A15	Blitz ecológica no semáforo	Ação pontual	Prefeitura Municipal de Amambai	Municipal	Amambai	Água Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)
PI-A16	Nossa árvore, nossa vida	Ação pontual	Prefeitura Municipal de Amambai	Municipal	Amambai	Água Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal, sistemas agroflorestais, etc)
PI-A17	A educação ambiental chegou na minha escola	Ação pontual	Prefeitura Municipal de Amambai	Municipal	Amambai	Animais silvestres Unidades de conservação Impactos ambientais (queimada, assoreamento, tráfego, espécies invasoras, etc) Vegetação (plantas, mata ciliar, reserva legal,

						sistemas agroflorestais, etc) Energia elétrica
--	--	--	--	--	--	---------------------------------------------------

